

Entre Corpos e Ecrãs – Identidades e Sexualidades dos jovens nos novos *media*

Daniel dos Santos Cardoso

Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação

Daniel Cardoso, Entre Corpos e Ecrãs – Identidades e
Sexualidades dos jovens nos novos *media*, Janeiro de 2016

Janeiro, 2016

**Entre Corpos e Ecrãs – Identidades e sexualidades
dos jovens nos novos *media***

Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação

Janeiro, 2016

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Doutor em Ciências da Comunicação),
realizada sob a orientação científica da Profa. Dra. Cristina Ponte
e do Prof. Dr. António Fernando Cascais


Versão corrigida e melhorada após a sua defesa pública.

Apoio financeiro da FCT com a Bolsa de Doutoramento SFRH/BD/73079/2010

DECLARAÇÕES

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,



Lisboa, 15 de Janeiro de 2016

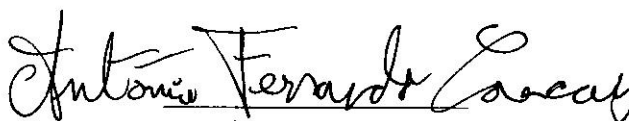
Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A orientadora,



Lisboa, 15 de Janeiro de 2016

O co-orientador,



Lisboa, 15 de Janeiro de 2016

Dedicado a:

Todas as pessoas que contribuíram para tornar este trabalho possível

Todas as pessoas que suportaram as implicações de passar anos a conviver com um doutorando

Todas as pessoas que leram, comentaram ou de alguma outra forma me desafiaram a tornar esta Tese melhor

Inês, Catarina, Rita e Sofia

AGRADECIMENTOS

Desejo agradecer às duas pessoas que trabalharam comigo na orientação desta Tese – Profa. Dra. Cristina Ponte e Prof. Dr. António Fernando Cascais.

Desejo agradecer às organizações que colaboraram com a realização deste estudo: Programa Escolhas, rede ex aequo, APF e IPDJ.

Desejo agradecer a todas as pessoas que foram entrevistadas para esta investigação, pela importância que tiveram em enriquecer a minha visão do mundo.

Desejo agradecer às pessoas que contribuíram, através dos seus comentários e experiência académica, para melhorar a qualidade desta Tese – por nenhuma ordem em particular: Pedro Pinto, Patrícia Pascoal, Sara Henriques.

ENTRE CORPOS E ECRÃS – IDENTIDADES E SEXUALIDADES DOS JOVENS NOS NOVOS *MEDIA*

DANIEL DOS SANTOS CARDOSO

RESUMO

A presente tese de Doutoramento estuda quatro usos sexualizados dos novos *media*: consulta de informação sobre sexualidade e saúde sexual, participação cívica, consumo de pornografia e *sexting*.

O trabalho realizado parte de uma abordagem foucauldiana em que se reflecte sobre o papel das pessoas jovens no contexto do dispositivo de sexualidade e sobre como os próprios participam do mesmo através de estratégias de governamentalidade, bem como sobre o papel dos novos *media* na constituição das suas subjectividades sexuais. O ambiente considerado pornograficado do contexto mediático contemporâneo e o papel da sexualidade na regulação dos *media* e da juventude é também abordado em profundidade, a partir de uma perspectiva feminista e da teoria *queer*. É feita uma contextualização sociohistórica do ambiente cultural português em que a investigação decorreu.

Metodologicamente, recorreu-se a um inquérito por questionário *online*, com amostragem por bola de neve feito através de redes sociais e de instituições colaboradoras do estudo, focando-se em jovens residentes em Portugal, entre os 16 e os 19 anos; foram recolhidas 183 respostas válidas. As respostas foram submetidas a análise estatística descritiva e correlacional. Em seguida, os respondentes auto-propostos a entrevista face-a-face foram contactados para efectivar as entrevistas. Deste processo resultaram 11 entrevistas face-a-face, em profundidade, sobre as experiências de jovens com os novos *media*, focando-se especialmente nas quatro actividades assinaladas.

Os resultados dos inquéritos por questionário mostram a predominância, na amostra não-representativa, das práticas de consulta de informação sobre sexualidade e saúde sexual e de consulta de pornografia, mas níveis baixos de participação cívica e de *sexting*. A partir das entrevistas, é possível compreender que as pessoas jovens negociam constantemente o seu lugar enquanto sujeitos sexuais nos seus espaços de sociabilidade, e que um componente dessa dinâmica passa pelos novos meios de comunicação social. As pessoas que participaram neste estudo avaliam comportamentos sexuais como normais ou desviantes, avaliam a posse ou não de determinados saberes como falhas pessoais, e o mesmo se aplicando a saberes ou competências de literacia digital e mediática. Nesse contexto, constroem-se moralmente enquanto sujeitos sociais e sexuais que respondem perante uma injunção discursiva e de governamentalidade de si, que implica também o governo das outras pessoas, e a sua inscrição dentro dos seus esquemas de subjectividade moral.

Ao mesmo tempo, os contextos e lacunas ao nível de educação, de apoio familiar e de pares tornam-se variáveis centrais que modulam a forma como as e os jovens interagem com os novos *media*. Uma das variáveis que mais marcou as entrevistas foi a orientação sexual apresentada: esse elemento, ao enquadrar as pessoas jovens em sistemas macrossociais de exclusão, tingiu a relevância que os *media* tiveram na vida das pessoas não-heterossexuais, bem como a forma como essa interacção foi feita.

Deixam-se sugestões para novas formas de investigação com os *media* e jovens no contexto da sexualidade e do género, a partir das lacunas identificadas a nível nacional.

PALAVRAS-CHAVE: jovens, sexualidade, género, Foucault, pornografia, *sexting*, informação, saúde, activismo, participação cívica, internet, Portugal, feminismo, teoria *queer*

BETWEEN BODIES AND SCREENS – IDENTITIES AND SEXUALITIES OF YOUNGSTERS IN THE CONTEXT OF NEW MEDIA

DANIEL DOS SANTOS CARDOSO

ABSTRACT

This PhD thesis studies four sexualized usages of new media: information seeking on sexuality and sexual health, civic engagement in matter of sexuality, pornography consumption and sexting.

It has as its baseline a Foucauldian approach on how youngsters are framed within the sexuality *dispositive*, and how they, themselves, participate in it through governmentality strategies; it also focuses on the role of new media in the constitution of their sexual subjectivities. The current media context, considered by many as pornographicated, and the role played by sexuality in regulating both the media and youth itself, is also approached in depth, from a feminist and queer theory perspective. A sociohistorical contextualization of the Portuguese cultural background, in which the investigation took place, is also carried out.

Methodologically, an online survey was used, with convenience sampling via snowballing, using social networks, but also collaborating institutions. The survey was aimed at youngsters resident in Portugal, ages between 16 and 19 years old. In the end, 183 responses were considered as valid, and underwent descriptive and correlational analysis. Afterwards, the respondents who had self-proposed for a face-to-face interview were contacted. From this process, 11 in-depth semi-structured interviews were made, focusing especially on the aforementioned activities.

The survey results show, in this non-representative sample, that using the internet to search for sexuality-related information is a common practice, as is consuming pornography, unlike civic engagement and sexting. From the interviews, it can be understood how youngsters negotiate their place as sexual subjects in their sociability spaces, and that part of that dynamic involves new media. The youngsters who participated in this study evaluate certain sexual behaviours as normal or deviant, they evaluate not having certain information as personal flaws, and likewise in terms of digital and media literacy. In this context, youngsters construct themselves morally, as social and sexual subjects who respond before an injunction both discursive and pertaining to the government of the self. This government of the self also means, in fact, the government of others, and their inscription within their own schemes of moral subjectivity.

At the same time, the contexts and lacunae in terms of educational level, family and peer support, become central variables that shape how youngsters interact with new media. One of the variables that was especially relevant during the interviews was how the youngsters presented themselves in terms of their sexual orientation: this element, used to frame and understand their experiences within macrosocial systems of

exclusion, coloured the relevance that the media played in the lives of non-heterosexual youngsters, and how that interaction took place.

The thesis ends with a general reflection and suggestions for research involving media and youngsters, in the context of gender and sexuality, in face of the lacunae identified at the national level.

KEYWORDS: youngsters, sexuality, gender, Foucault, pornography, sexting, information, health, activism, civic engagement, internet, Portugal, feminism, queer theory

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – JOVENS E JUVENTUDE(S): CONSTRUÇÕES SOCIO-HISTÓRICAS, NATURALISTAS E HETEROSSEXISTAS DE IDENTIDADE 6	
I.1 – Identidades: performatividades relacionais, móveis, reflexivas e narrativas	7
I.2 – Breve resenha histórica das juventudes ocidentais contemporâneas.....	14
I.2.1 – Emerging adulthood e as reconfigurações correntes da juventude	16
I.3 – As juventudes ocidentais contemporâneas enquanto objecto sócio-histórico e político	20
I.4 – A juventude como destruição: críticas feministas, pós-colonialistas e <i>queer</i> à construção científico-política da figura ‘Criança’	27
I.4.1 – A ‘natureza’ da Natureza: a construção retórica da ideia de essência	27
I.4.2 – A Criança como fundamento colonialista	28
I.4.3 – Os jovens como já-hetero e as tensões com a construção de género e sexo	30
I.4.4 – Desenvolvimentismo: idadeismo como teleologia para o adulto (instável)	33
I.5 – Debates adultos sobre as culturas dos <i>media</i> como co-constitutivos de jovens sexualizados	36
I.6 – A constituição moral do sujeito e a governamentalidade de si.....	41
I.7 – O que está em jogo: reconhecimento identitário e social pleno.....	45
CAPÍTULO II – SOCIEDADE SEXUALIZADA, PORNOGRAFIA(S) E PRÁTICAS COM OS (NOVOS) MEDIA SEXUALIZADOS..... 50	
II.1 – Dispositivo de sexualidade e pornograficação/sexualização da cultura: transformações nos papéis sociais da(s) sexualidade(s)	51
II.2 – Da pornografia como obscenidade às pornografias nos novos <i>media</i> : breve história de uma definição impossível	60
CAPÍTULO III – VISÕES CRÍTICAS DE PRÁTICAS SEXUALIZADAS NOS NOVOS <i>MEDIA</i> : CONSUMO DE PORNOGRAFIA, <i>SEXTING</i> , BUSCA DE INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO CÍVICA..... 87	
III.1 – Pornografia(s), <i>media</i> e efeitos mediáticos: revisão de literatura	87
III.2 – O <i>sexting</i> enquanto prática mediática: investigações realizadas.....	95

III.3 – A internet e a informação sobre sexualidade e saúde sexual	105
III.4 – Participação cívica <i>online</i> : cidadania íntima, subactivismo e a relação entre jovens e vida política	109
III.5 – Síntese: <i>media</i> ‘sexualizados’?	115

CAPÍTULO IV – PORTUGAL ENTRE MODERNIDADE(S) E (DES)ENCONTROS

IV.1 – Educação (em falta) e juventude (em mudança)	118
IV.2 – Educação Sexual em Portugal – um tortuoso caminho	124
IV.3 – Portugal e as novas tecnologias	136
IV.4 – Sexualidades e corpos em Portugal	141
IV.5 – Instituições colaboradoras e seu contributo para percepções múltiplas do cruzamento português entre jovens e tecnologias.....	147
IV.5.1 – rede ex aequo – Associação de jovens LGBTI e apoiantes.....	147
IV.5.2 – Associação para o Planeamento da Família Lisboa	153
IV.5.3 – Programa Escolhas	158

CAPÍTULO V – CORPOS COM VOZES: PARA UMA PLURALIDADE METODOLÓGICA PARTICIPATIVA E CRÍTICA

V.1 – Representações sexuais nas Ciências Sociais e Humanas.....	163
V.2 – O investigador enquanto elemento auto-reflexivo da investigação	170
V.3 – Considerações éticas na investigação com jovens e sexualidades	172
V.4 – Componente quantitativa: variáveis, questionários de origem e construção de um inquérito por questionário	176
V.4.1 – Características sociodemográficas, parque tecnológico e padrões de uso.....	176
V.4.2 – Usos sexualizados e plurais dos media	177
V.4.3 – Considerações metodológicas sobre inquéritos por questionário (online)	177
V.5 – Componente qualitativa: entrevistas com jovens e investigação participativa	181
V.6 – Segunda componente qualitativa: análise crítica de discurso (de influência) foucauldiana	186
V.7 – Dificuldades durante o processo de investigação e respostas	190

CAPÍTULO VI – LEITURAS CRUZADAS: APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS.....	191
VI.1 – Resultados dos inquéritos por questionário	191
VI.2 – Perfis e notas sobre as pessoas entrevistadas	200
VI.3 – Apresentação dos resultados da análise de conteúdo	203
CAPÍTULO VII – DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	212
VII.1 – Discussão dos resultados da análise estatística do inquérito por questionário	212
VII.2 – Discussão dos resultados da análise de conteúdo às entrevistas	220
VII.3 – Análise Foucauldiana de Discurso: os jovens, as suas práticas, as suas moralidades e os seus saberes.....	240
VII.3.1 – A busca de informação sobre sexualidade e saúde sexual na internet.....	242
VII.3.2 – A participação cívica na internet em género e de sexualidades.....	265
VII.3.3 – A pornografia online: prazeres, saberes, sujeitos e multimedidações.....	283
VII.3.4 – O sexting: negociando visibilidades, privacidades e expressão própria	312
CONCLUSÕES.....	328
BIBLIOGRAFIA.....	338
ADENDA.....	369
ANEXOS	389

ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS

Tabela III.1 – Resumo das publicações alvo de revisão de literatura sobre pornografia, organizadas por data de publicação	88-91
Tabela III.2 – Resumo das publicações alvo de revisão de literatura sobre <i>sexting</i> , organizadas por data de publicação	97-98
Tabela III.3 – Resumo das publicações alvo de revisão de literatura sobre busca de informação <i>online</i> , organizadas por data de publicação	106-107
Tabela III.4 – Resumo das publicações alvo de revisão de literatura sobre participação cívica <i>online</i> , organizadas por data de publicação	110
Gráfico VI.1 – Actividades declaradas, em percentagem (<i>n</i> variável); resposta múltipla	193
Gráfico VI.2 – Actividades declaradas, em percentagem, por idade (<i>n</i> variável); resposta múltipla	194
Gráfico VI.3 – Actividades declaradas, em percentagem, por sexo (<i>n</i> variável); resposta múltipla	194
Gráfico VI.4 – Actividades declaradas, em percentagem, por nível de ensino (<i>n</i> variável); resposta múltipla	195
Gráfico VI.5 – Actividades declaradas, em percentagem, por zona de residência (<i>n</i> variável); resposta múltipla	195
Gráfico VI.6 – Actividades declaradas, em percentagem, por orientação sexual (<i>n</i> variável); resposta múltipla	196
Gráfico VI.7 – Actividades declaradas, em percentagem, por prática de sexo (<i>n</i> variável); resposta múltipla	196
Gráfico VI.8 – Percentagens das componentes temáticas dentro de cada actividade; valor pode ser superior a 100% por codificação múltipla	205
Tabela VI.1 – Dados das pessoas entrevistadas	202
Tabela VII.1 – Resumo dos resultados principais da AFD	241

INTRODUÇÃO

A presente Dissertação toma como objecto de estudo os *usos sexualizados dos novos media* – em particular, o seu uso para a consulta de informação sobre sexualidade e saúde sexual, para a participação cívica, para a visualização de pornografia(s) e para a prática de *sexting*.

O interesse para a execução desta investigação é duplo: por um lado, a pouca investigação existente em Portugal sobre práticas associadas à pornografia e, mais geralmente, aos usos sexualizados dos novos *media* fora de uma perspectiva patologizante ou epidemiológica; por outro, a importância de aprofundar o papel da juventude no contexto dos desenvolvimentos do dispositivo de sexualidade (Foucault, 1994a) na sociedade ocidental contemporânea, perante um panorama de transformações mediáticas que têm alterado as práticas físicas e sociais em torno das intimidades. Portugal, enquanto país com profundas lacunas ao nível da cidadania para a intimidade, e ao nível do respeito das existências dos jovens enquanto seres com corpos que existem para além da regulação médica e ortopédica do seu próprio devir-adulto, representa um caso particularmente desafiante para trabalhar este tópico. Na medida em que esta Tese teve também a preocupação de colocar questões de identidade de género e de orientação sexual em primeiro plano – na sua análise e na sua abordagem metodológica – espera-se poder contribuir criticamente para alterar o *statu quo* existente face à (falta de) investigação com jovens LGBT, que são geralmente vistos como um *tópico à parte*, ao invés de parte da comunidade de jovens que vivem as suas experiências dentro de uma sociedade heteronormativa.

Para este fim, o trabalho de campo conta com uma abordagem quantitativa e qualitativa, em que tanto se toma em consideração as práticas que os jovens reportam como, num segundo momento, quais as suas visões e discursos sobre as suas práticas, sobre as práticas de outros jovens que conhecem, e sobre as suas experiências em família, na escola e noutros contextos sociais. Ao invés de se abordar uma das práticas de forma mais aprofundada, procurou-se trabalhar na relação entre diferentes práticas sexualizadas dos *media*, tentando com isso desestabilizar qualquer definição apriorística e objectivista do que cada prática constitui. Uma das principais preocupações desta investigação foi a de olhar para forma como os jovens articulam os seus próprios entendimentos do que cai dentro de cada uma das quatro práticas abordadas, e como as articulam com um discurso moral, auto e hetero-regulatório.

Os Capítulos I a IV constituem a revisão de literatura, as principais referências utilizados para analisar as várias facetas referidas.

O Capítulo I debruça-se sobre identidade, juventude e subjectividade. Começa-se por definir quais são os traços dominantes da construção identitária nas sociedades ocidentais contemporâneas. Em seguida, aborda-se o conceito de juventude, adolescência e *emerging adulthood* (Arnett, 2000) como algumas dessas identidades contemporaneamente constituídas, mas também com um passado histórico que importam não descurar, na medida em que os discursos ainda circulam actualmente. Assim, são ainda feitas algumas referências à figura da ‘Criança’ – não por se confundir crianças com adolescentes, a nível social, sexual ou sociológico, mas porque a figura da ‘Criança’ (que não pode ser confundida com crianças *de facto*) habita ainda, no campo da normatividade sexual, os adolescentes. De facto, e ao nível da autonomia sexual no que diz respeito à ligação com os *media*, a adolescência é legalmente inexistente. Os adolescentes e jovens em *emerging adulthood* são – tal como as crianças – vistos simultaneamente enquanto potencialmente sexuais, mas somente na medida em que essa sua sexualidade possa ser gerida, medida e mobilizada para a sua realização enquanto um adulto sexual pleno. Como se aborda neste Capítulo, essa realização plena está imbuída de um discurso teleológico, desenvolvimentista, biologizante, com marcas profundas de classismo, sexismo e racismo, que importa desempacotar para identificar as principais linhas de força normativas do discurso moral que circula entre jovens, sexualidades e *media*. Argumenta-se também neste Capítulo que os debates sobre jovens, sexualidades e *media* são, em larga medida, uma projecção das próprias incertezas e desejos regulatórios dos adultos, feitos nos seus termos, contribuindo explícita e propositadamente para a elisão dos jovens deste diálogo. Aborda-se também, recorrendo ao trabalho de Foucault, a questão da governamentalidade – a forma como, na verdade, os próprios jovens contribuem para a constituição das suas subjectividades sexuais, e de como o fazem no contexto dos discursos que circulam na sociedade que os rodeia, apropriando-se deles proactivamente e também em resistência a estes. Termina-se o Capítulo resumindo estes factores na questão sociopolítica do *reconhecimento*: da importância de respeitar as identidades e práticas dos jovens e de os ter enquanto interlocutores de pleno direito também no campo das sexualidades.

O segundo Capítulo aborda o conceito foucauldiano do dispositivo de sexualidade, bem como a noção da pornograficação da sociedade. A partir da ideia de

que o dispositivo de sexualidade – que constitui indivíduos enquanto sujeitos dotados de uma sexualidade – é uma das principais forças sociais de criação e organização de sentido para a experiência social contemporânea, vários autores trabalharam a ideia de que a sexualidade se tem infundido em todos os aspectos da vida quotidiana e, em especial, dos *media*. O Capítulo II apresenta uma leitura crítica face a esta postura, recuperando alguns dos sentidos originais de pornograficação da sociedade (que dizem respeito à sua *democratização*, e não a um carácter necessariamente opressivo, ainda que este possa existir também). A partir daí, estabelece-se um levantamento histórico dos vários significados por detrás de “pornografia” (elemento-chave da *pornograficação* da sociedade), para concluir que é impossível criar uma definição ontologicamente estável de *pornografia*, com todas as implicações que isso tem para um estudo que passa por olhar para como os jovens interagem com a pornografia. De uma definição ontologicamente estável passa-se então para uma definição contextual, sociocultural, em que *pornografia* representa já um investimento moral (de sentido variável) feito a um qualquer objecto mediático. Fará então mais sentido falar-se de pornografias, para que essa pluralidade represente tanto a variedade de contextos morais em que a palavra é mobilizada, como de diferentes linguagens de representação mediática e diferentes contextos de produção do pornográfico.

O Capítulo III trata especificamente de fazer um levantamento de algumas das principais investigações sobre as quatro áreas abordadas neste trabalho, comentando-as e lendo-as criticamente face aos paradigmas metodológicos e conceptuais em que se encerram, e apontando também a necessidade de convocar modelos menos associados à noção de ‘efeitos dos *media*’ e menos *media*-cêntrica. Dá também conta das alterações técnicas e sociais, associações com factores de risco e de privilégio, diferentes contextos sociais e nacionais, diferentes definições e apropriações; e, importante neste contexto, ligações práticas entre as quatro diferentes actividades são aqui inventariadas. O Capítulo termina com uma revisão crítica da ideia de *media* sexualizados, notando que o uso desta expressão necessita de ser feito com um enquadramento crítico, e que as mobilizações feitas por jovens para questões sexuais podem não parecer, superficialmente, como sendo sexualizadas, e vice-versa.

O Capítulo IV aborda o contexto português nos seus traços mais gerais – ao nível demográfico, educativo e sociocultural, com uma especial ênfase no período pós-25 de Abril e no que diz respeito às questões em torno de família e sexualidade. O

tópico da educação sexual em Portugal é visto em mais pormenor, na medida em que é a articulação formal e política do ambiente cultural vivido em torno da sexualidade e da juventude, num clima caracterizado como de modernidade tardia. Dá-se também conta das transformações do uso dos novos *media* em Portugal por parte de jovens, bem como das suas práticas de intimidade e sociabilidade, a partir de vários estudos sociológicos. Por fim, é apresentado um perfil sumário de três instituições que aceitaram colaborar com a presente investigação, a partir de entrevistas feitas a representantes de cada uma delas, sendo que todas elas trabalham junto de jovens. Esse perfil permite um vislumbre sobre dinâmicas sociais a que as entrevistas a jovens feitas nesta investigação não permitiram aceder.

Após esta componente teórica e de levantamento de outras investigações, o Capítulo V debruça-se sobre os elementos metodológicos e as escolhas feitas nesta investigação. Abre com um resumo sobre a forma como as questões de sexualidade e de género são abordadas nas Ciências Sociais e Humanas, e sobre como isso tem um forte impacto sobre a presente investigação e os contextos da sua realização; o elemento seguinte é uma reflexão sobre o papel do investigador numa investigação em que questões sensíveis sobre sexualidade e intimidade são levantadas junto de jovens numa relação de investigador-investigado, mesmo que com preocupações éticas e metodológicas de investigação participativa e com consentimento informado. O Capítulo apresenta os dois grandes instrumentos utilizados – inquérito por questionário *online* e entrevistas presenciais – bem como os materiais usados para construir esses instrumentos, e as limitações inerentes aos mesmos. A parte final do Capítulo é dedicada à exploração das metodologias de análise: análise estatística correlacional e descritiva para os resultados do inquérito por questionário; análise de conteúdo assistida por computador e Análise Foucauldiana de Discurso para as entrevistas.

Os Capítulos VI e VII contêm a apresentação e análise dos resultados. No Capítulo VI encontra-se a descrição dos dados quantitativos (inquérito por questionário e análise de conteúdo), assim como a apresentação do perfil dos jovens entrevistados. O Capítulo VII contém a discussão e análise dos dados apresentados no Capítulo anterior, lidos em cruzamento entre si. Essa discussão é depois mobilizada como base para a Análise Foucauldiana de Discurso, que recorre às falas dos jovens durante as entrevistas para estabelecer as conclusões principais, em torno da construção de subjectividades

sexuais e da governamentalidade de si e dos outros em articulação com os usos dos novos *media*, nas quatro actividades aqui em estudo.

Os principais resultados apresentados apontam para uma pluralidade de usos dos *media* por parte dos jovens, junto com problemas estruturais de literacia e acesso a informação, bem como ao uso dos novos *media* para resistir a certas normalizações discursivas existentes – entre as quais, de género e de orientação sexual. A par do uso dos novos *media*, os jovens mostram reproduzir estratégias de poder e governamentalidade que se baseiam numa visão normalizadora do sexo e do crescimento pessoal, mas também mostram espírito crítico face a restrições existentes, a práticas sociais incoerentes e demonstram vontade de reclamar para si os vários aspectos da sua própria cidadania para a intimidade.

A Dissertação termina com uma reflexão sobre as conclusões e a forma como elas representam transformações e adaptações na operação do dispositivo de sexualidade em ligação com os dispositivos técnicos dos novos *media*, e com as limitações do presente estudo, bem como sugestões para outras possíveis análises complementares que possam suprir as lacunas no conhecimento académico sobre estes temas.

CAPÍTULO I – JOVENS E JUVENTUDE(S): CONSTRUÇÕES SOCIO-HISTÓRICAS, NATURALISTAS E HETEROSSEXISTAS DE IDENTIDADE

Uma das inspirações para o tema desta Tese é o trabalho de Michel Foucault sobre o dispositivo de sexualidade na sociedade contemporânea ocidental e o papel dos jovens no estabelecimento deste dispositivo enquanto força social relevante.

Ao se considerar que os jovens ocupam um lugar específico nesta economia política do sexo e da gestão dos corpos e dos saberes (e que frequentemente se cruza com o lugar ocupado pelas mulheres), isso levanta uma tripla pergunta: como é que se constrói esse lugar (histórica, social e academicamente), recorrendo a que discursos (a que visões epistemológicas sobre como se constroem esses lugares), e criando que sistemas de exclusão/discriminação sistemática?

Este Capítulo procurará demonstrar de forma crítica como tem sido construída a juventude e a adolescência na sociedade ocidental contemporânea.

Como detalhado mais adiante, os jovens abrangidos pelo presente estudo abrangem originalmente as idades entre os 16 e os 19 anos. Na medida em que a segunda parte, qualitativa, do trabalho de campo foi realizada algum tempo mais tarde, alguns dos jovens tinham até 21 anos aquando do último contacto.

Falar de juventude enquanto construção implica falar de identidades e, por conseguinte, de como elas são entendidas. É precisamente com este elemento que o Capítulo abrirá, explorando diferentes concepções de identidade e focando-se na sua concepção pós-moderna, vendo-a como “relacional” (Kehily, 2009) e portanto remetendo para a tripla questão levantada acima.

Para contextualizar o que é, como é e como *não é* a adolescência, o Capítulo irá em seguida resumir as evoluções sociohistóricas em torno dos jovens, mas também as evoluções na forma como são figurados e mobilizados (tanto científica como politicamente) e implicações associadas. Em seguida, irá fazer-se uma abordagem do conceito de *emerging adulthood* (Arnett, 2000), não só como progressivo desdobramento do conceito de “jovem” (como já “adolescente” o era), mas também enquanto horizonte de expectativas sociais e culturais. A isso segue-se um olhar atento ao papel que os *media* (‘sexualizados’) têm na construção da adolescência e, partindo de uma perspectiva foucauldiana, como é que os sujeitos participam na sua própria construção, através de um sistema moral e de governamentalidade.

I.1 – Identidades: performatividades relacionais, móveis, reflexivas e narrativas

A exploração sobre identidade nesta secção parte principalmente dos trabalhos de Giddens, Ulrich Beck e Stuart Hall, e de um cruzamento com o trabalho de Judith Butler sobre a identidade enquanto performatividade; em menor grau referem-se contribuições da Psicologia do Desenvolvimento ou da Psicologia em geral, importantes para depois se articular a ligação entre identidade e teorias da adolescência.

Está fora do âmbito desta tese a discussão teórica e sociológica sobre se atravessamos um período de modernidade tardia, pós-modernidade ou ainda modernidade. Reconhece-se que algumas das mais relevantes e actuais explorações sobre questões identitárias surgem de um contexto pós-estruturalista; serão apresentados exemplos que substanciam esta escolha teórica e que serão posteriormente cruzados com os dados recolhidos sobre Portugal (cf. Capítulo IV). Ao mesmo tempo, sublinha-se que não é possível fazer afirmações totais sobre algo tão diverso quanto ‘a sociedade ocidental’ – embora seja inegável a existência de tendências dominantes a nível internacional, de hegemonias culturais e de desigualdades nas geografias de poder, que se manifestam de forma diferenciada consoante as culturas e contextos de recepção.

Segundo Stuart Hall, distinguem-se três concepções de identidade ou sujeito: a do Iluminismo, a sociológica e a pós-moderna (Hall, 2006, p. 10). Sucintamente, a primeira diz respeito a um sujeito totalmente centrado, auto-contido e fundamentalmente nuclear; a segunda mantém uma parte importante deste núcleo, mas também reconhece a importância da relação inter-social, funcionando a identidade como uma “sutura [que une] o sujeito à estrutura” que “estabiliza tanto os sujeitos como os mundos culturais que eles habitam” (2006, p. 12); a terceira nega a existência de um núcleo ontologicamente real e definitivo de um ‘eu’ fixo, olhando para a identidade enquanto construção narrativa que envolve “uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis” (Hall, 2006, p. 13).

Para vários autores, é impossível separar esta evolução histórica dos processos sociais, políticos e económicos ligados à modernidade e ao surgimento de uma expressão contemporânea de individualismo e da individuação. O indivíduo, antes

considerado auto-evidente e racionalmente centrado¹, um dado adquirido, passa a ser uma tarefa a realizar, cada vez menos orientado (ou constrangido) pelas estruturas formais tradicionais e pelos papéis sociais, mas agora carregando “a responsabilidade por levar a cabo essa tarefa e pelas suas consequências (e efeitos secundários)”, o que também age sobre a “forma da nossa socialidade, e por conseguinte, da sociedade que partilhamos” (Bauman, 2009, p. 4). Para Bauman, “a modernidade substitui a *determinação* do estatuto social [social standing] com uma *auto-determinação* compulsória e obrigatória” (2009, p. 5, *itálicos no original*). Isto empurra o indivíduo para a busca de “*soluções biográficas para contradições sistémicas*” (Beck & Beck-Gernsheim, 2003, p. 31, *itálicos no original*), convertendo-o num “*homo optionis*” (2003, p. 44) que tem de se mover numa sociedade caracterizada por “formas híbridas, contraditórias, ambivalentes” (2003, p. 47) – não sendo possível, ainda assim, fornecer essas soluções de forma final. Isto não quer dizer que as estruturas macro-sociais tenham perdido importância ou poder, ou que a criação de uma identidade de individualidade seja uma tarefa que o sujeito realiza em isolamento, mas sim que o enquadramento retórico sob o qual se desenrola este processo coloca os indivíduos sob condição de precariedade, à qual não é possível responder de forma individual e linearmente racional (Bauman, 2009, p. 9). Ademais, se este trabalho é efectivamente biográfico, então é também narrativo² – e o uso da narrativa como forma de organização da (partilha de) experiência traz consigo constrangimentos:

“A autoridade narrativa do ‘Eu’ tem que dar lugar à perspectiva e à temporalidade de um conjunto de normas que contestam a singularidade da minha história. [...] O ‘Eu’ não pode nem contar a história da sua própria emergência, nem das condições da sua possibilidade sem servir de testemunha a um estado de coisas no qual não poderia ter estado presente, que são anteriores à sua emergência enquanto sujeito cognoscente, e que portanto constituem um conjunto de origens que só podem ser narradas a expensas do conhecimento de autoridade” (Butler, 2005, p. 37).

¹ É impossível não referir aqui a importância do famoso “*Cogito, ergo sum*” de Descartes, que paradigmaticamente assinala uma transformação no modo de definir ‘humano’, ao mesmo tempo que fundamenta uma visão unitária do sujeito – aquilo a que Foucault chamaria o “corte” (Foucault, 2006) Cartesiano (Huffer, 2009, p. 160).

² Alguns autores no campo da Psicologia olham para a narrativa como sendo parte da definição central de identidade: “A identidade define-se como ideologia percebida através do envolvimento individual com o discurso, tornado manifesto numa narrativa pessoal construída e reconstruída ao longo da vida e estruturada [scripted] em e através da interacção e prática sociais” (Hammack, 2008, p. 223). Dentro deste paradigma, a “identidade enquanto narrativa fornece uma muito necessária âncora para conceptualizar o *self* na pós-modernidade [...] pela sua capacidade de resistir apesar da multiplicidade [...] que caracteriza a pós-modernidade” (2008, p. 232).

Para Hall, este processo não se trata de mera desagregação, mas sim de deslocamento e descentramento, processos esses que contam com cinco contribuições fundamentais: do marxismo (que nega uma essência universal humana), da psicanálise do inconsciente (que nega a supremacia da racionalidade³ e destaca o papel do Outro na constituição do Eu), da linguística estrutural de autores como Saussure e Derrida (que mostram a linguagem como sistema social que precede e co-determina o sujeito, criando uma tensão entre fechamento e diferença na produção de significados), da análise de Foucault sobre dispositivos e tecnologias do sujeito (que apontam para o papel de instituições e sistemas de poder na produção de sujeitos e da própria noção de sujeito como sendo ‘aquele que se sujeita a algo’), e, por fim, da crítica feminista e *queer* enquanto produtores de conhecimento e *praxis* (que politizam a subjectividade, contrariam os sistemas dicotômicos como público/privado ou razão/emoção e investem em políticas identitárias, denunciando inclusivamente o humanismo enquanto estrutura patriarcal colonial) (Hall, 2006, pp. 34–46).

Michel Foucault apresenta uma visão tripartida de como um indivíduo devém sujeito (aquilo a que chama “processos de subjectivação”): através de discursos que têm estatuto de ciências, de práticas taxonômicas e de práticas auto-reflexivas, em que é o próprio indivíduo a tornar-se sujeito (Foucault, 2002a, pp. 326, 327). Como demonstram Dreyfus e Rabinow (1983, p. xxvii), Foucault aborda a forma como os indivíduos se tornam, a um tempo, “sujeitos significantes e objectos dóceis”, através de práticas discursivas e não-discursivas, unidas sob a ideia de dispositivo, que enquadram disciplinarmente estes sujeitos numa determinada matriz de relações e, ao mesmo tempo, os colocam como co-participantes na produção desse sistema disciplinar.

Dentro desta lógica, aquilo que marca no sujeito a sua própria individualidade é também o que o expõe a relações de poder, a uma “lei de verdade que ele tem de reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele” (Foucault, 2002a, p. 331), numa dinâmica que envolve necessariamente o Estado como uma matriz que sustenta essa mesma individualização (2002a, pp. 335, 336).

³ Deixa-se aqui um *caveat emptor*: segundo Lynne Huffer (2009, p. 160), uma análise a vários dos escritos de Foucault deixa claro como, para este último, “a psicanálise performa e aumenta interminavelmente o corte Cartesiano do século XVII [...] explorando a distribuição patriarcal de poder que se encontra no seio da família burguesa”. Segundo a leitura de Huffer, “ao investir a psicanálise dos poderes patriarcais do médico, Freud cria novas técnicas de controlo moral ao mesmo tempo que explora os antigos poderes dos padres e feiticeiros” (Huffer, 2009, p. 159).

A própria noção de individualismo ou individuação é passível de ser definida de múltiplas maneiras. Elliot e Lemert (2009) apontam três diferentes concepções de individualismo: individualismo manipulado, privatismo isolado e individualização reflexiva.

De acordo com estes autores, a visão do individualismo manipulado surge depois dos anos 20 do século XX, com a falência do “indivíduo moral”, e com um crescente surgimento de uma cultura de massas (e de meios de comunicação de massas) que, julgava-se, iriam servir para alienar e manipular este novo indivíduo; a ideia e teorias sobre o privatismo isolado surgem no princípio da década de 1950, com um movimento socialmente ascendente que reforçou e consolidou a posição da classe média e, inclusive, deu um lugar mais marcado a crianças e jovens dentro da lógica capitalista de mercado e consumo, gerando a noção do indivíduo como consumidor e, por conseguinte, o medo de que o indivíduo se perdesse no seu consumo, na sua esfera privada; as teorias associadas à ideia de individualização reflexiva surgem por volta dos anos 90, quando o peso da globalização na crescente transitoriedade e precarização leva a que cada indivíduo seja forçado a reflectir sobre o que vai ser e como o vai ser a cada momento, perante uma panóplia de riscos e eventos para além do controlo individual mas que exigem uma resposta individual (Elliot & Lemert, 2009, pp. 49–58). Este foco no individual abriu espaço para conquistas sociais e políticas variadas, bem como alterações nas práticas relacionais e de intimidades, embora sempre entrecruzadas com ambiguidades e contradições (Beck & Beck-Gernsheim, 2003; Giddens, 1993; Plummer, 1994).

Elliot e Lemert propõem uma nova leitura do individualismo, integrando as contribuições teóricas acima, bem como as respectivas críticas, e centram-se na globalização tecno-capitalista como elemento basilar na produção de indivíduos ocidentais contemporâneos. Para eles, trata-se principalmente de como as individualidades são criadas, “quais as formas culturais através das quais as pessoas simbolizam as suas expressões e desejos individuais” (2009, p. 58). Afirmam que a influência do tecno-capitalismo contemporâneo tem levado a uma postura cada vez mais centrada no imediatismo e gratificação instantânea, mas em que a responsabilidade não recai toda sobre o que seriam sujeitos simplesmente alienados: “num mundo de contractos a curto prazo, reduções de pessoal que não acabam, entregas mesmo-a-horas e carreiras múltiplas, a capacidade de nos reinventarmos é fundamental” (2009, p. 60),

precisando essa reinvenção constante de ser feita de modo a que o indivíduo se possa apresentar como “singular, original, realizado e autêntico” (Pappámikail, 2013, p. 18). Este trabalho intenso de constante resposta à mudança é feito “no limiar do *desaparecimento do contexto*” – de facto, produzir contexto (um micro-contexto, que explica aquela situação daquela pessoa naquele momento, responsabilizante de quem o cria e pouco mais) é uma outra obrigação acrescida (Elliot & Lemert, 2009, p. 60).

Assim, e face à presença ubíqua da globalização, das TIC e do capitalismo multinacional, operam-se três grandes mudanças no individualismo: maior sensação de experimentalismo ligada à dissolução das estruturas mais tradicionais e consequente aumento da incerteza; aumento da existência de mundos privatizados, potenciado pelas tecnologias digitais e que, embora não erradicando a possibilidade de existirem ideais colectivos ou instituições, colocam o enfoque no indivíduo enquanto origem dos problemas e soluções; a própria noção de individualismo e liberdade pessoal construída enquanto marca de privilégio económico (e social) que permite distinguir pobres de não-pobres, ao mesmo tempo que o fosso entre ricos e pobres aumenta (Elliot & Lemert, 2009, pp. 60–63; Schachter, 2005, p. 380).

A identidade e o indivíduo tornam-se não apenas uma categoria abstracta, mas algo que está constantemente a ser (re-)feito, e cujo modo de produção é passível de ser analisado e conceptualizado em si mesmo. “A identidade no mundo pós-tradicional do pós-modernismo torna-se principalmente *performativa*” (Elliot & du Gay, 2009, p. xii, itálico no original). Esta ideia de performatividade remete para as contribuições que Judith Butler fez ao reflectir sobre o sexo e o género enquanto identidades no contexto da teoria feminista.

De acordo com Butler, o género (e, por conseguinte, a identidade) é algo “tenuemente constituído no tempo – uma identidade instituída através de uma *repetição estilizada de actos*” (Butler, 1988, p. 519, itálico no original) que, para ser entendido, requer que se considere “uma *temporalidade social* constituída” (1988, p. 520, itálico no original). E por muito que a experiência de uma identidade seja uma experiência corpórea, é equívoco considerar que existe um qualquer agenciamento que pré-existe ao corpo e age com ele ou sobre ele: “Como uma performance que é performativa, o género é um ‘acto’, construído de forma lata, que constrói a ficção social da sua própria interioridade psicológica” (1988, p. 528); “essa identidade é performativamente constituída pelas próprias ‘expressões’ que se diz serem o seu resultado” (Butler, 1999,

p. 25). Interpretando o trabalho de Foucault, Butler considera que o autor “propõe uma ontologia de atributos acidentais que expõe a postulação da identidade como um princípio culturalmente restrito de ordem e hierarquia, uma ficção regulatória” (1999, p. 24). Isto não quer dizer – e a própria autora adverte contra essa interpretação – que as identidades possam ser livremente e inconsequentemente descartadas: por um lado, isso pressuporia um lugar identitário decisório original que conseguiria gerir esses passes retóricos e, por outro, iria contra a constatação de que as identidades e os modos de existência “têm uma história, e essa história condiciona e limita as possibilidades” (Butler, 1988, p. 521) do que um determinado sujeito pode ou não fazer, em que pode ou não constituir-se, e da própria historicidade do corpo físico em contexto; não existe aqui simplesmente um sujeito que escolhe (Butler, 1993, pp. 15, 16).

A abordagem de Butler permite um corte radical com o legado cartesiano que aponta para uma essência humana a partir da qual se articularia tudo o resto, facilitando assim a teorização da mobilidade e da instabilidade enquanto tópicos centrais para a construção identitária ocidental contemporânea. Isto, por sua vez, facilita o entendimento sobre o porquê de tantas novas narrativas identitárias surgirem a partir da segunda metade do século XX (Plummer, 1994) fora de uma lógica que pressuponha quaisquer verdades essenciais do sujeito à espera de serem descobertas – aqui é fundamental destacar a teoria *queer* como um dos principais nexos da tentativa de ultrapassar o debate entre o natural e o social questionando a própria ideia de essência.

O exposto acima auxilia na contextualização de vários elementos nesta Tese: permite dar um conteúdo específico à ideia de que as juventudes são também identidades que precisam de ser consideradas enquanto práticas constantemente reactualizadas / performances (sem cair na redução ao biológico nem na redução ao sociocultural); fornece uma camada adicional de importância às secções que abordam transformações históricas e teóricas sobre juventude e adolescência, importantes para compreender as matrizes normativas envolvidas na performatividade destas juventudes em contexto; por último, permite pensar interseccionalmente sobre as múltiplas identidades que estes jovens necessariamente acumulam (de género, de orientação sexual, de etnia/raça, de estatuto socioeconómico, entre outras) e portanto performam.

Face a isto, a identidade nunca pode ser olhada apenas no indivíduo: podemos olhar a ideia de identidade como referindo um “ponto de encontro – formada e levada a cabo em relação com quem é semelhante e quem é diferente”, “contextualmente

específica”, “continuamente em processo”, “nunca completa e [que] pode incorporar elementos de aspiração e fantasia” (Kehily, 2009, p. 6). Michael Bamberg refere-se à identidade como sendo “a tentativa de diferenciar e integrar um sentido de *self* em diferentes dimensões pessoais e sociais” (Bamberg, 2011, p. 6), que envolve três dilemas: 1) a sensação de continuidade face à mudança constante, 2) a sensação de se ser único face às semelhanças com quem rodeia o sujeito, 3) a construção de agenciamento “constituído tanto pelo *self* [...] como pelo mundo”. Todos estes precisam de ser constantemente geridos para criar um equilíbrio dinâmico entre uma ideia de Eu e Outro, Nós e Eles (2011, p. 11), sem que estas dicotomias sejam vistas como epistemologicamente estáveis ou auto-evidentes.

Pappámikail (2013, p. 19) exprime este equilíbrio como tensão e paradoxo: “*a tolerância crescente pela diferença é concomitante a uma obsessão igualmente crescente pela normalidade*” (itálico no original). O sujeito deseja-se reconhecido e incluído, parte de uma(s) dinâmica(s) grupal(/ais) – mesmo que baseado em “*pertencas precárias*” (E. Rocha & Pereira, 2012, p. 49, itálico no original) tantas vezes alinhadas com padrões de consumo e tendências culturais pontuais e volúveis – mas em constante necessidade de se mostrar individualizado, de performar a sua autonomia. Porém, é nas próprias palavras de Pappámikail que se pode exprimir esta contradição como sendo, afinal, apenas a *aparência* de uma contradição, quando a autora usa, muito acertadamente, a expressão “tolerância [...] pela diferença”. Para que esta tolerância pela diferença exista, é indispensável o reconhecimento prévio dessa diferença⁴. Como refere Foucault, o reconhecimento do Outro como sujeito com agenciamento é fundamental para o estabelecimento de relações de poder (Borradori, 2004; Foucault, 2002a; Tarver, 2011). Nesta interpretação, a aparente contradição torna-se uma implicação: a tolerância exerce-se tanto mais quanto este grupo puder coalescer em torno de elementos de mesmidade, que reforçam a sua posição discursiva, de onde

⁴ Lia Pappámikail faz, de resto, uma excelente análise sobre a importância do reconhecimento, seguindo Honneth, enquanto condição que permite ao sujeito fruir da sua própria autonomia. O reconhecimento da diferença traz consigo relações específicas e desniveladas de poder. Tanto o reconhecimento como a tolerância implicam a existência de duas posições desiguais: só uma tem o poder de reconhecer mas e de não reconhecer, de tolerar ou não. Neste sentido, a possibilidade de tolerar a diferença surge apenas no contexto do exercício de poder de um grupo que se pensa enquanto igual a si mesmo, enquanto mesmidade que mobiliza o reconhecimento (o que traz consigo a ameaça de negar esse reconhecimento) e a tolerância (com a concomitante ameaça de intolerância, de violência) como privilégio social.

emanará a referida tolerância. A existência de diferença permite ao grupo, à “obsessão [...] pela normalidade”, exprimir-se enquanto privilégio.

Quando Beck e Beck-Gernsheim falam da individualização como um processo compulsório, não é para o acima que remetem, mas sim para o indivíduo autonomizado pelas construções sociais contemporâneas de subjectividade, que é instado a reinventar-se constantemente e a adaptar-se o melhor possível (através do consumo nas suas várias vertentes e com ligações a outras expressões culturais que condicionam o horizonte de possibilidades para esse trabalho identitário), e a encontrar nessas constantes mudanças a suposta expressão de uma mesma unívoca e apriorística essência pessoal à espera de se manifestar. A ausência de circulação entre as referidas “pertenças precárias” é vista então como uma incapacidade de realização pessoal – tanto mais quanto a realização pessoal se revela não como um ponto de chegada, mas como uma atitude a manter, a tensão entre integração e integridade (Pappámikail, 2013, p. 23).

I.2 – Breve resenha histórica das juventudes ocidentais contemporâneas

Reconhecendo que a distinção clara é impossível e artificial, as próximas duas secções abordam, separadamente, a informação empírica e histórica sobre as vidas e contextos de jovens no ocidente, e a evolução ontológica do que é o Jovem ou o Adolescente, nos campos político, científico e cultural⁵. Não obstante, e para facilitar a estruturação da informação, estas duas vertentes serão apresentadas tão separadamente quanto possível.

Em termos históricos e demográficos, a adolescência necessitou, para surgir, de uma série de alterações sociais cumulativas ao longo de séculos. Transformações no sistema agrícola que remontam ao século XVII, alterações tecnológicas progressivas que permitem um aumento da urbanização do espaço europeu, aumento da estabilização dos agregados familiares, diminuição da mortalidade infantil, progressivo afastamento de crianças e jovens do mercado laboral, maior visibilidade da juventude nos espaços sociais urbanos criados por essas transformações e reforço da escolarização como pólo agregador das experiências da juventude (Ben-Amos, 1995; Fasick, 1994; Gittins, 2009; Jenks, 2009; Ponte, 2012b; Wells, 2009) são os seus pontos principais. Apesar de não

⁵ Esta distinção, plenamente realizada, é aqui tida como impossível porque o estudo histórico de uma determinada categoria social implica *a priori* a criação dessa categoria social – implica um gesto ontológico e definicional que é articulado enquanto teoria.

ter sido apenas nesta altura que a preocupação com a juventude (Ben-Amos, 1995; Coménio, 1996), a sua educação e os seus problemas surge, estas transformações vêm criar condições específicas que tornam, cada vez mais, a idade como um organizador central da sociabilidade de pessoas jovens.

Esta interacção tão próxima e intensa facilita a criação de tendências de estilo de vida (Fasick, 1994). Cria também a disponibilidade para uma expressão de poder do dispositivo panóptico (Foucault, 2013), ao agregar esses mesmos jovens sob a figura do aluno – figura essa que se pretendia nacionalmente uniforme e disciplinada de acordo com os princípios socialmente vigentes, ligados ao racionalismo burguês, e perigados pelo fenómeno emergente da juventude-enquanto-delinquência, em virtude da ausência de ocupação (laboral); mas que também tornou aqueles corpos alvos de técnicas e práticas de poder-saber que iriam definir exactamente que normalidade seria essa (Foucault, 2013; Ponte, 2012b, pp. 25, 33, 34). É esse processo que leva Wells (2009, p. 111) a chamar às escolas uma tecnologia moral, “porque estão preocupadas com o comportamento e com internalizar [nos jovens] ideias sobre como uma pessoa moral deve pensar e sentir”. Destaque-se uma forte componente de género, não só ao nível do reforço dos ideais racionalistas do que esse aluno deveria ser no futuro, mas também ao nível de como, para as raparigas, um bom desenvolvimento passava fundamentalmente por aprenderem a ser boas (futuras) mães e donas-de-casa, mais do que por receberem educação formal (Ponte, 2012b, p. 26).

Urbanismo, industrialização capitalista e cultura de pares tocam-se também num outro ponto: o consumo. A saída dos jovens do mercado de trabalho implica que deixem de ser uma fonte de rendimento e que, ao mesmo tempo, passem a ser uma fonte acrescida de despesa para a família (elemento amplificado mais ainda pela escolaridade obrigatória), bem como um novo segmento de mercado passível de ser directamente explorado, apesar de não possuir qualquer poder de produção de riqueza próprio. Os jovens ficam progressivamente mais tempo económica e habitacionalmente dependentes dos pais, e portanto também sob a gestão e supervisão destes, reforçando o diferencial de papéis sociais ligados à idade (Ponte, 2012b).

O coalescer destas transformações sociais no conceito de “adolescência” sucede entre o fim do século XIX e o início da I Guerra Mundial. Apesar de o clima de instabilidade económica e financeira que gerou ter contribuído para abrandar estas tendências gerais de transformação social, criou uma outra separação de carácter mais

geracional dentro da dinâmica da participação na Guerra (E. Rocha & Pereira, 2012, p. 36). Foi porém a II Guerra Mundial que trouxe um dos maiores impactos recentes na história da infância e adolescência. Nos EUA e em algumas zonas da Europa, o pós-guerra correspondeu a um novo aumento da prosperidade geral, contribuindo para uma mais rápida saída dos jovens de casa dos pais, na medida em que era relativamente fácil conseguir assegurar emprego para sustentar uma família; esta saída tendia a coincidir com o fim da educação obrigatória e a estar ligada à constituição de outra família (Settersten Jr. & Ray, 2010, p. 21). Apesar de recente, tem sido esta a principal narrativa de vida a estabelecer-se enquanto norma geral do que é ser adulto (2010, p. 23).

O adolescente encontra-se enquadrado numa categoria que é vista como provisória e liminar – uma existência socialmente (des)enquadrada fora do espaço e do tempo, um processo que engloba a existência de rituais de passagem e aquilo que sucede depois do princípio, mas antes do fim, desses rituais de passagem (E. Rocha & Pereira, 2012, p. 38), e que Sara McNamee considera encaixar-se dentro da definição foucauldiana de heterotopia (McNamee, 2000, p. 484), bem como o resultante processo de criação de sentido de comunidade. Um outro elemento se mantém desde há muito: a adolescência actual é ainda lida como um risco, algo ligado ao impuro, ao difícil de gerir, tanto mais quanto esse estatuto de liminaridade coloca os jovens numa posição incerta ou, mais concretamente, num *estado* e não tanto numa *posição*, até que se faça o retorno (percepcionado) à reintegração no tecido social (E. Rocha & Pereira, 2012, p. 44).

Alterações mais recentes na dinâmica da juventude têm levado vários autores a comentar que estamos presentemente numa época em que a adolescência e juventude se encontram distendidas, ou em que a idade adulta se tem vindo a adiar e em que mesmo as características tipicamente associadas ao que é ser-se adulto se encontram demograficamente unidas a outras associadas a ser-se jovem, adolescente, criança. De acordo com Jeffrey Arnett (2000) é necessário começar a considerar uma nova categoria, com características específicas – a de *emerging adulthood* – e não apenas reflectir a partir da ideia de extensão de categorias já existentes.

1.2.1 – Emerging adulthood e as reconfigurações correntes da juventude

Tal como referido anteriormente, a forma como os sujeitos contemporâneos se constituem enquanto indivíduos e possuidores de identidade(s), é fundamental para compreender o que é ser jovem actualmente, em particular no que diz respeito à

injunção a que cada um individualize a sua vida (Schwartz, Côté, & Arnett, 2005, p. 203; Shulman, Feldman, Blatt, Cohen, & Mahler, 2005). O contexto de expectativas criadas sobre o que ‘deve ser’, em interação com as possibilidades materiais do que ‘consegue ser’ a vida dos jovens, abre a possibilidade das contradições sistêmicas referidas por Beck. Para Settersten Jr. e Ray (2010, p. 22), os marcadores que representam a transição para a idade adulta (habitação própria, independência financeira, casamento, filhos, entre outros) são vistos “como escolhas de vida, ao invés de como requisitos, como passos que completam o processo de alguém se tornar um adulto, ao invés de lhe dar início”, sendo atingidos mais tarde ou não o sendo de todo.

Vários sociólogos têm interpretado negativamente esta tendência, avançando aquilo a que Blatterer chama de “tese da adolescência prolongada”, e que surge a partir do “hiato normativo” existente “entre expectativas e realidades” (Blatterer, 2007, pp. 777, 778). E se a idade configura legalmente a entrada na vida adulta de uma determinada forma (cumprir 18 aniversários), isso nada nos diz sobre o quanto as pessoas em questão se sentem ou não incluídas nessa categoria.

Arnett defende que se está a configurar culturalmente⁶ uma fase que precisa de ser considerada em separado, com características próprias, e não apenas uma perturbação das categorias já existentes. Para o autor, o foco etário principal encontra-se entre os 18 e os 25 anos, e centra-se em várias especificidades, como a demografia, as questões subjectivas e o papel de exploração identitária, sendo que “um enfoque no próprio sujeito, a sensação de se estar entre a adolescência e a idade adulta, instabilidade e abertura a uma grande variedade de possibilidades” são algumas das características centrais (Schwartz, Zamboanga, Luyckx, Meca, & Ritchie, 2013, p. 97), dando-se portanto uma inversão face aos marcadores tradicionais, considerados mais objectivos, e reconhecendo que as teorias implícitas que os jovens têm sobre maturidade fazem parte integrante do seu processo de crescimento (E. T. Barker & Galambos, 2005).

Demograficamente, o período de *emerging adulthood* caracteriza-se pela impossibilidade de apontar uma tendência unívoca clara, pela “variabilidade demográfica” que não se encontra nem antes nem depois desta altura, com elementos de

⁶ O autor é bastante claro em fazer notar que este “não é um período universal, mas sim um período que existe apenas em culturas que adiam a entrada nos papéis e responsabilidades da idade adulta até bem depois do fim da segunda década de vida” e que deve ser entendida “como uma característica que diz respeito a culturas, e não a países” (Arnett, 2000, p. 478).

“semiautonomia”. Se é verdade que é dentro desta altura que bastantes jovens saem de casa dos pais e conseguem um emprego que forneça sustento, não é menos verdade que um número significativo não o faz. Ao nível da educação, a frequência de cursos superiores é algo muitas vezes não linear, e não se reveste da exclusividade associada à frequência escolar obrigatória, mas antes se mistura com um emprego. A exploração e a instabilidade acabam a formar a tónica central (Arnett, 2000, p. 471).

Do ponto de vista da construção subjectiva, muitos jovens sentem-se, nesta fase, não propriamente adultos mas também já não adolescentes. Poderia supor-se que isto surge da instabilidade dos marcadores demográficos clássicos – porém, quando questionados sobre o que consideram ser ‘chegar à idade adulta’, a maior parte dos inquiridos em vários estudos apontam variáveis individualistas, ligadas ao carácter da própria pessoa, como “saber aceitar as próprias responsabilidades” ou “tomar decisões de forma independente” (Arnett, 2000, p. 473; Nelson, 2005). Um estudo longitudinal de larga escala com uma amostra estatisticamente representativa de jovens dos EUA demonstra empiricamente as complexidades deste processo: na altura da última amostragem os jovens tinham entre 25 e 26 anos e apenas 46% deles diziam sentir-se adultos o tempo todo (Benson & Johnson, 2009, p. 1276). Outro elemento demonstrado é o impacto da presença de marcas de privilégio (socioeconómico e de estrutura familiar) no fenómeno de alguém se sentir adulto: a presença de uma estrutura familiar mais estável ou a posse de maior segurança económica está ligada a uma auto-percepção de adultície mais tardia, na medida em que os jovens tinham um suporte familiar que retirava algumas das pressões sentidas pelos mais desfavorecidos, contextualmente forçados a assumir desde mais cedo papéis e responsabilidades mais conotadas com a esfera adulta (Benson & Johnson, 2009, p. 1283). Por sua vez, e de acordo com os mesmos autores, este assumir de papéis adultos mais cedo está também correlacionado com maiores comportamentos de risco, levantando a questão sobre como a própria retórica do crescimento e da aquisição de competências como marca da idade adulta (e, correspondentemente, da irresponsabilidade e risco como fazendo parte da juventude ou infância) tem embutida uma valoração moral positiva que acaba por ser questionável. Há portanto uma série de pressões sociais que empurram os jovens menos privilegiados para contextos onde tais comportamentos de risco adquirem sentido, ainda que assumindo simultaneamente papéis ligados à adultície.

Para Arnett, e ao contrário do que é frequentemente defendido, não é a adolescência o período da vida mais ligado à exploração identitária, de papéis, relações e ocupações – é na fase de *emerging adulthood* que surgem mais activamente, embora comecem de facto na adolescência. Isto é particularmente visível no campo das relações românticas/amorosas e do emprego. Neste último, a já referida combinação da frequência do ensino superior com uma ocupação (seja para sustentar os estudos, seja porque os estudos funcionam como complemento ou reforço do currículo pessoal) combina-se com a experimentação de empregos menos comuns, diversificando as experiências (Arnett, 2000, p. 474). No caso da exploração da intimidade interpessoal, os jovens “exploram e consideram por quem se sentem atraídos, que tipos de comportamentos sexuais preferem, e a forma com que se sentem mais confortáveis a exprimir afecto e amor” (Schwartz *et al.*, 2013, p. 101); as suas “explorações amorosas tendem a envolver um maior nível de intimidade” e é mais provável que incluam “relações sexuais [e] coabitação” (Arnett, 2000, p. 473; Montgomery, 2005).

Ao passo que durante a adolescência, a coabitação com os pais, escolaridade compulsória e ausência de emprego, a par com transformações físicas e psicológicas, são os traços dominantes, deixam de o ser na faixa que Arnett designa por *emerging adulthood*, pelo que não fará sentido então falar de “adolescência tardia” (2000, p. 476).

Apesar de o trabalho de Arnett se focar principalmente sobre a América do Norte, a investigação na Europa tem procurado implementar este modelo teórico com conclusões que complexificam o debate, já que este fenómeno “na Europa parece ser bastante distinto entre diferentes países mas, ao mesmo tempo, parece ter características comuns” (Buhl & Lanz, 2007, p. 441). Em primeiro lugar, as idades que Arnett aponta precisam de ser ajustadas para a Europa, onde a entrada no mercado de trabalho é geralmente mais tardia; em segundo lugar, a investigação aponta para pelo menos dois modelos diferentes de mudança de condições privadas de vida. O modelo Mediterrâneo é caracterizado por uma coabitação com os pais mais prolongada que, na maioria dos casos, termina quando o jovem sai para se casar; o modelo Nórdico é caracterizado por uma experimentação de diferentes formas de viver que fazem a ponte entre a saída de casa dos pais e o casamento ou união (2007, p. 440). Não obstante isto, existe uma grande diversidade de modelos e tendências entre diferentes países, não sendo possível generalizar um padrão válido para toda a Europa.

Apesar de esta investigação se focar nos jovens entre os 16-19 anos (e portanto apenas parcialmente se debruçar sobre jovens na fase de *emerging adulthood*), a inclusão deste conceito tem um duplo propósito. Em primeiro lugar, ainda que uma parte dos jovens que participam nesta investigação possa não possuir as características apontadas acima, é expectável que eles venham a fazer parte desta fase de vida brevemente, e que portanto ela esteja já enquanto horizonte de possibilidades dentro da forma como se vêem a si mesmos, ou que tenham que começar a lidar com algumas das tensões e incertezas que aqui são referidas. Em segundo lugar, e em ligação com a próxima secção, a categoria de *emerging adulthood* prova a importância dos constructos teóricos na formulação de investigação e, por conseguinte, de conhecimento socialmente reconhecido e epistemologicamente consolidado (e que, não poucas vezes, implica também a mobilização de políticas públicas, verbas e outros elementos que acabam por ter impacto na vida dos jovens).

As secções que se seguem têm como objectivo demonstrar a pluralidade de discursos socio-científicos existentes, não apenas para os descrever, mas também para compreender criticamente como é que diferentes construções em torno dos jovens produzem sujeitos e efeitos de poder regulatório e trabalham conjuntamente para reproduzir uma ordem moral que privilegia certos grupos em detrimento de outros.

I.3 – As juventudes ocidentais contemporâneas enquanto objecto sócio-histórico e político

Quando a juventude começa a ser conceptualizada e problematizada, surge já no contexto da herança intelectual ocidental que se tinha focado em pensar a infância, com forte influência de dicotomias entre o natural/deturpado, racional/irracional, puro/impuro, que encontram as suas raízes na ética Protestante Calvinista, no *cogito* Cartesiano, no pensamento de Jacques Rosseau e, mais tarde, no próprio trabalho de Sigmund Freud (Foucault, 1994; Gittins, 2009; Ponte, 2012b). Transversal a estas diferentes abordagens é a preocupação com a essência ontológica do humano, passível de ser encontrada e administrada desde a mais tenra idade possível, facilitando a produção social de bons cidadãos. Uma componente importante desta pedagogia ontológica está ligada às ditas ‘pulsões’ sexuais, que tanto ocupam a posição de comportamentos naturais como de ameaça ao bom funcionamento da sociedade e do desenvolvimento individual (Foucault, 1994a; A. Taylor, 2011). Com a passagem para

uma leitura mais científica da juventude, estas dicotomias são reinterpretadas mas, ainda assim, mantidas na sua maioria, consolidando o poder decisório de adultos sobre jovens.

O século XIX foi prolífico em tomar uma abordagem baseada na biologia e nos então recentes estudos ligados à genética, fisiologia e outras “ciências da vida”, localizando no corpo dos jovens um ponto de investigação fulcral. Estes conhecimentos não se mantiveram circunscritos ao círculo acadêmico ou científico: “muitos cientistas traduziram as conceptualizações fisiológicas do corpo para os pais burgueses, através de textos populares, durante meados do século XIX” (Castañeda, 2002, p. 19); era também frequente as mães de classe média manterem diários detalhados do desenvolvimento dos seus filhos (2002, p. 19).

O princípio do século XX viu uma diversificação dos discursos científicos disponíveis sobre a infância e a adolescência, com uma maior diversificação das áreas convocadas a discursar mas ainda com uma forte ligação às “ciências da vida” – Stanley Hall publica a obra *Adolescence* em dois volumes, em 1904, tratando o desenvolvimento durante a infância/adolescência como filogenia (Steinberg & Lerner, 2004, p. 46), ideia que, de resto, vinha já do *background* das ciências da vida (Castañeda, 2002). A psicologia do desenvolvimento infantil tornou-se paradigmática como abordagem ao tema, embora também a sociologia e a antropologia tenham começado a aí focar a sua atenção (Woodhead, 2009, p. 18).

Debruçando-se especificamente sobre a história do estudo da adolescência, Steinberg e Lerner (2004) dividem-na em três fases. A primeira iniciou-se na alvorada do século XX e durou cerca de 70 anos, baseando-se em grandes teorias do desenvolvimento que pretendiam abarcar a totalidade da experiência associada à categoria. Aqui se agregam as releituras⁷ de autores como Freud, mas também o trabalho de Hall, e a produção de Erikson e Piaget (2004, p. 46). Muito deste trabalho não era sustentado por investigação empírica extensa – o trabalho de Erikson, por exemplo, tal como transparecia na sua escrita, era “abstracto e clinicamente orientado, ao invés de concreto e empiricamente testável”, sendo que Erikson “deixou para os

⁷ A razão pela qual aqui se abordam as *releituras* e não os trabalhos originais dos autores mencionados tem que ver com as diferenças, que se encontram fora do âmbito desta tese, entre esses mesmos trabalhos e o que com eles foi feito em termos sócio-históricos e políticos. Neste sentido, o que Nikolas Rose refere como a psicologização da sociedade não é um efeito (Rose, 1998), pretendido ou não, dessa obra, mas sim uma complexa dinâmica social independente de qualquer exploração hermenêutica de Freud, Piaget ou Erikson.

outros a tarefa de operacionalizar muitos dos seus conceitos” (Schwartz *et al.*, 2013, p. 98).

O trabalho de Piaget, tal como o de Freud ou de Erikson, estrutura-se em torno da ideia de crescimento ou maturação, dando prioridade à componente racionalista e cognitivista do comportamento como marcador do ponto final de desenvolvimento da criança, que vai adquirindo cumulativamente novas competências, ligadas à capacidade de estruturar linguisticamente o mundo de modos mais complexos, racionais e abstractos. Porém, segundo Jenks, o que Piaget fez pode também ser lido como uma recuperação da filosofia moral neo-Kantiana, e a sua teoria de epistemologia genética um movimento que o sujeito teria de exibir, passando de um subjectivismo solipsista para um objectivismo realista (Jenks, 2009, pp. 97, 98), o que demonstra um ideal “peculiarmente [derivado da] filosofia Ocidental” (Archard in Jenks, 2009, p. 96).

Erikson desenvolveu uma teoria desenvolvimentista que tem sido extremamente usada como base para explorar o grau de sucesso do processo de maturação identitária, e as diferentes fases que se considera estarem envolvidas. Nos EUA, Erikson foi adaptado e empiricamente operacionalizado por Marcia, que criou uma tipologia com quatro diferentes estatutos de identidade, consoante a forma como cada pessoa combina níveis mais altos ou baixos de exploração e compromisso, os seus dois principais conceitos operativos. Piaget teve um muito maior impacto na Europa, embora se focasse bastante mais na “emergência de estruturas lógicas e formais”, interagindo pouco com outras áreas de saber, tanto do lado da biologia, como da sociologia (Steinberg & Lerner, 2004, p. 46). Os grandes estudos empiricamente sustentados levados a cabo entre as décadas de 50 e 80 do século XX tinham pouco trabalho teórico por detrás, sendo maioritariamente descritivos, e procurando correlacionar “estatuto pubertário, ajustamento pessoal e relações com os pares e pais” (2004, p. 47).

A partir de meados dos anos 70, os estudos da adolescência entraram numa segunda fase, e ganharam mais impacto no panorama científico. Uma mudança estrutural foi a coordenação entre o estudo da adolescência *strictu sensu*, e o tema mais geral do desenvolvimento humano. Isso traz consigo uma forma diferente de abordar a juventude, considerando-a mais relacional, prestando atenção à importância da plasticidade e das variações pessoais e do agenciamento, e portanto à importância do contexto na vida dos adolescentes. Por outro lado, a adolescência tem vindo a ser considerada como uma fase importante para estudar as partes centrais do

desenvolvimento humano em geral (Steinberg & Lerner, 2004). Em paralelo a isto os Estudos da Infância também alteraram a sua postura teórica face ao objecto de estudo. Para Woodhead (2009), o campo começou a reflectir criticamente sobre a infância como construção social (e portanto inextricavelmente ligada ao contexto institucional, cultural, representacional, e intersubjectivo), mas também com a componente política dos direitos das crianças. Isso tem passado por, em primeiro lugar, não objectificar crianças e jovens no decorrer das investigações, e também por considerar que a voz das crianças e jovens está largamente silenciada em todos os assuntos que lhes dizem respeito. A revalorização de autores como Vygotsky, cujo trabalho foi durante décadas ignorado dentro da academia em favor de abordagens eriksonianas e piagetianas (Ponte, 2012b, p. 36), e a sua ênfase no desenvolvimento infantil como algo construído histórica e culturalmente e que adquire sentido e existência apenas em interacção social (Woodhead, 2009, p. 30) é outra faceta ainda presente.

Em complemento a isto, é também possível olhar para como o conceito de geração foi trabalhado durante o século XX: nos anos 20 a partir de uma perspectiva de revezamento geracional, nos anos 60 enquanto conflito geracional e a partir da década de 90, como sobreposição geracional (Feixa & Leccardi, 2010). O trabalho de Mannheim é especialmente importante, na medida em que a sua proposta sobre como olhar para as gerações supera a oposição entre objectivismo e subjectivismo marcada por outras abordagens, ao conjugar a importância de grupos etários partilharem certas experiências históricas num dado momento, mas também a importância de entender como é que a relação entre eles e essas experiências é feita (e como pode ser feita de diferentes formas por sujeitos que partilham uma mesma faixa etária) e como essa relação implica sempre um trabalho cultural colaborativo entre diferentes gerações (Weller, 2010). Porém, como mostra uma meta-análise de Trancoso e Oliveira (2014), muitos estudos ainda tratam a juventude (um conceito, apesar de tudo, distinto do de geração ou adolescência) primariamente a partir de perspectivas mais biologizantes ou mais cultural. A partir da análise de cerca de 200 documentos académicos (entre teses e artigos publicados), os autores encontraram cinco grandes perspectivas sobre juventude:

“1. Um conceito em movimento e que se amplia, mas que necessita ser definido de forma rigorosa para possibilitar, dentre outras coisas, a pesquisa académica e a aplicabilidade de políticas públicas específicas. [...]

2. Algo distinto da adolescência, sendo o momento em que a pessoa inaugura seu envolvimento nas questões sociais e políticas da sua comunidade e/ou da sociedade como um todo, já se encaminhando para a fase adulta, [...]

3. Um período de transição entre a infância e a fase adulta, período no qual terá fim o “quase sofrimento” das inconclusões próprias do período. [...]
4. Jeito de estar no mundo, não importando as delimitações etárias, físicas, biológicas. Não se está jovem, mas se é, ou se pode ser eternamente, a partir do momento em que os valores atribuídos ao que é ser jovem são consumidos e vivenciados por qualquer um. [...]
5. Terem posturas intrínsecas do ser jovem, advindas da sua condição juvenil, o identificam tanto globalmente, posto que há um ethos jovem, como em uma sociedade específica, posto que as questões culturais sociais e económicas é que vão dar os contornos da situação juvenil em uma determinada sociedade” (Trancoso & Oliveira, 2014, p. 144)

Estas diferentes visões ajudam a ilustrar a forma como a juventude, o ser-se jovem, está imbricada de ligações ao consumo, a valores socialmente tidos como preferenciais e, como será abordado adiante, a uma perspectiva teleológica.

Há um lado mais politizado que teve, durante os anos 70 e até aos 80 do século XX⁸, uma expressão particular nas teorizações derivadas da segunda vaga do feminismo e das lutas LGBT e anti-racismo – um exemplo famoso é um diálogo em rádio entre Foucault, Guy Hocquenghem e Jean Danet (Foucault, 1988), onde Foucault afirma que “presumir que uma criança é incapaz de explicar o que aconteceu [no caso de contacto sexual não-coercivo com um adulto] e que foi incapaz de consentir são dois abusos que são intoleráveis, verdadeiramente inaceitáveis”, o expoente máximo da afirmação da autonomia e ‘voz’ dos jovens. A abordagem de Foucault nessa transmissão levanta um dilema e “assinala os limites do quão longe devemos ir [na abordagem que] centra as crianças” enquanto investigadores, e onde é mais sensato reter a capacidade de ver “mais e mais profundamente” (C. Philo, 2011, p. 126), na medida em que abre a porta ao abuso sexual sob a ilusão do consentimento. Outro exemplo pode ser encontrado nos trabalhos de Daniel Farson e John Holt, que enquadram a forma como as crianças são tratadas como um grupo social extremamente oprimido, particularmente na forma como o mundo das crianças e dos adultos era conceptualizado e praticado como sendo separado, sem espaço para a expressão autónoma do agenciamento das crianças ou dos seus direitos (Ponte, 2012b, p. 120).

A par disto, a componente legal e de direitos começa a ganhar força e a revestir-se de um pendor internacional e colaborativo. Foi em 1919 que uma organização não-governamental, liderada por Eglantyne Jobb, surgiu no Reino Unido, abrindo a porta para o surgimento, em 1924, da Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança adoptada pela Liga das Nações – o singular mantém-se nos documentos actuais. Quase

⁸ Vide Capítulo I.4.3, adiante, para uma exploração mais detalhada.

trinta anos depois surge, em 1949, a Declaração dos Direitos Humanos, em que as crianças aparecem apenas no seu artigo 25º (Ponte, 2012b, p. 37).

Foi em 1979 que a Polónia propôs às Nações Unidas a criação de uma Convenção Sobre os Direitos da Criança (CSDC), o que esteve longe de ser fácil ou consensual. Vários países-membros pressionaram o grupo de trabalho em diferentes pontos (Portugal, por exemplo, focou-se no planeamento familiar como um ponto importante), e não sem críticas no que diz respeito à posição central dos valores e definições ocidentais sobre direitos e sobre infância (Ponte, 2012b, p. 122). A CSDC só entrou em vigor a 25 de Setembro de 1990, mais de dez anos depois do início do processo, e teve de enfrentar forte oposição de vários países, sendo que, até ao presente, dois deles se recusaram a ratificar o documento: a Somália e os EUA. A inclusão de dois países tão díspares numa mesma postura demonstra o quanto a preocupação com as crianças e os jovens se revelam como uma performance artificialista de ordem eminentemente simbólica e retórica (Ponte, 2012b, p. 124), particularmente no momento em que ameaça a supremacia Estatal⁹ e a ordem cultural subjacente. A CSDC segue uma perspectiva etária e aborda jovens até aos 17 anos, inclusive, capturando portanto parte das pessoas que participaram desta investigação.

Apesar disso, a CSDC inaugurou uma nova era de legislação internacional, existindo actualmente mais de 100 documentos ou provisões associadas a direito internacional sobre jovens (Wells, 2009, pp. 19, 20). A CSDC pauta-se por quatro grandes princípios: não discriminação; melhor interesse da criança; direito à vida; e inclusão das perspectivas da criança, contemplando artigos sobre provisão de condições materiais, protecção de situações de violência ou ameaça e participação da voz das crianças sempre que possível, naquilo que as afecte directamente (Ponte, 2012b, p. 123).

Não foi apenas no campo da psicologia e da sociologia que as práticas e retóricas de investigação se alteraram, nem estas alterações ao nível da política internacional mudaram substancialmente o tipo de perspectivas teóricas que abarcam a infância e adolescência como objecto de estudo. Apesar de Piaget não ter trabalhado directamente em biologia, a área foi influenciada pelo seu trabalho, em particular as ciências neurocomportamentais, onde o desenvolvimento humano é visto sob o prisma da ligação entre comportamentos e neurologia (Castañeda, 2002, p. 49).

⁹ Vide Wells (2009, p. 21) sobre o papel das crianças-soldado para a não-ratificação total da CSDC.

Neste contexto, a juventude é “figurada como um corpo particularmente [*singularly*] flexível”, sendo que dentro dessa flexibilidade se encontram três elementos interrelacionados: a plasticidade (capacidade de mudar), a modularidade (definição de áreas específicas com funções específicas) e a noção de período crítico (um momento na vida de particular flexibilidade) (2002, p. 52). Estas características, presentes no *cérebro*, configuram os jovens como espacialmente flexíveis (na geografia dos seus neurónios) e temporalmente flexíveis (na cronologia da sua vida). Com o desenvolvimento de novas técnicas de imagiologia, esta flexibilidade ganhou *nuances*: partes diferentes do cérebro desenvolvem-se em alturas diferentes, com potenciais diferentes, em camadas e sequências descontínuas, não-lineares – eis que somos devolvidos à estrutura piagetiana de desenvolvimento, com esta evolução neurológica a ser metaforizada como uma “escadaria em espiral [...] formando níveis cada vez maiores de integração” (Thatcher in Castañeda, 2002, p. 69).

Essa integração, por sua vez, liga-se inextricavelmente ao meio-ambiente e, tal como no dobrar do século XIX, novamente a divulgação mediática destes avanços científicos vem abrir a porta para a configuração da juventude como *locus* de gestão e controlo:

“Neste mundo do humano neurologicamente definido, a criança torna-se o sítio do potencial humano, bem como da sua potencial falência e, neste processo, os pais (não apenas as mães) e o sistema educativo recebem um novo fardo de responsabilidade sobre como as crianças ‘saem’. [...] o valor da criança enquanto potencialidade localiza-se parcialmente nas oportunidades que abre – na verdade, que requer – para controlo e gestão externas.” (Castañeda, 2002, pp. 77, 80).

A necessidade de gestão enquanto corolário de uma epistemologia biológica não se fixa apenas no controlo estritamente institucional ou parental: é também, de um ponto de vista foucauldiano, mais um ponto de ancoragem para a governamentalidade do sujeito por si mesmo. Um exemplo entre inúmeros outros pode ser visto na análise que Pedro Pinto *et alii* (2012, p. 319) fazem da revista *Ragazza* (uma revista para jovens raparigas), no que toca à temática do desejo e dos relacionamentos amorosos: “Nesta hermenêutica farmacológica do sujeito feminino, a experiência de agenciamento corporal e liberdade sexual é, desde o princípio, enformada por operações microfascistas” que tratam a diferenciação sexual como correlatos da ‘verdade’ científica biológica. Ou seja: se o sujeito agora se entende a si mesmo também através de uma epistemologia biológica, passa a ter a responsabilidade de administrar essa camada.

Ao mesmo tempo que tanto as ciências biológicas como as sociais e humanas procuram fugir do determinismo biológico ou cultural, o cruzamento de áreas do saber tem criado intertextualidades interessantes, como é o caso das geografias da juventude (e.g.: Katz, 2008; C. Philo, 2011; A. Taylor, 2011). Tem-se constituído ao longo das últimas três décadas um crescente *corpus* de crítica à construção teórica – passada e presente – dos conhecimentos científicos e políticos sobre a juventude. A próxima secção será dedicada a olhar mais de perto quais são estas críticas. Servem também para perceber quais as narrativas e as identidades privilegiadas e quais aquelas que são (re)construídas como problemas, com consequências para os jovens que as assumem.

I.4 – A juventude como destruição: críticas feministas, pós-colonialistas e *queer* à construção científico-política da figura ‘Criança’

Esta secção aponta as principais críticas feitas por várias correntes teóricas (que partilham uma postura que se pode considerar pós-estruturalista) à forma como a juventude tem sido construída *vis-a-vis* outras identidades, e que pressupostos fazem parte dessas construções, bem como que efeitos são postos em acção. Aquilo que não é possível fazer, a partir destas críticas – pois seria intrinsecamente contraditório às mesmas – é chegar a uma definição de juventude, criança ou adolescente ‘melhor’. Aliás, vários autores (e.g.: Burman & Stacey, 2010; Cobb, 2005) apontam justamente a *falta* de reflexão sobre o tópico da juventude, cheio de contradições.

I.4.1 – A ‘natureza’ da Natureza: a construção retórica da ideia de essência

Se, como foi abordado acima, houve ao longo dos últimos séculos, uma passagem de visões naturalizantes da Criança, para visões fundadas no constructivismo social e cultural que, ao mesmo tempo, não deixam de lado o corpo, também é verdade que as ciências biológicas têm tido um impacto considerável em definir e tornar legível o corpo. A busca por uma verdade do corpo (ainda que se reconhecendo a interacção com o ambiente) continua a ser um projecto científico actual, e uma forma de transmissão de saberes ao nível da cultura popular, muitas vezes na sua faceta essencialista. Paul Rabinow (1996) aponta o conceito de biossocialidade como expressão disso mesmo: os novos desenvolvimentos na área da genética abrem a porta a uma superação da divisão natureza/cultura por via da artificialização do natural que poderá trazer consigo novas identidades e, portanto, novas subjectividades.

A visão dualista supõe que “o social e o biológico são esferas de actividade ontologicamente separadas” cujos modos de funcionamento são fundamentalmente incomunicantes (N. Lee & Motzkau, 2011, p. 7), e segundo Lee e Motzkau, tem sido esta a grelha que orienta boa parte das questões de investigação feitas.

Taylor explora também a forma como a noção de natural institui, na verdade, uma ordem moral, por ligação a uma pureza de ordem última. Associado a este poder moral surge o imperativo de protecção da pureza natural: “perda, perigo, pureza, contaminação, protecção e recuperação são todos tropos recorrentes que são reiterados [...] nos discursos paralelos da natureza selvagem e da inocência” (2011, p. 429) que deveriam estar presente na juventude. Dentro deste contexto, o adolescente é definido como “problemático, fora de controlo [...] e, concomitantemente, a necessitar de controlo por parte de outros (Lesko, 1996, p. 143)¹⁰. A adolescência deriva, então, de um “modelo de causalidade biológica, onde [...] as mudanças são primárias e unidireccionais”, vistas “como coisas fora de controlo” (1996, pp. 150, 153).

Para combater o constante ziguezague entre natureza e cultura (particularmente presente no constante retorno do debate *nature/nurture*), Taylor baseia-se em Prout para afirmar que é preciso repensar a ontologia da juventude como “nem ‘natureza’ nem ‘cultura’, mas como uma multiplicidade de ‘naturezas-culturas’” (Prout in A. Taylor, 2011, p. 430), como *assemblages*¹¹ no sentido deleuziano (Deleuze & Guattari, 2007, p. 22). Claudia Castañeda, por seu lado, recorre a leituras dissonantes de Judith Butler e de Teresa de Lauretis para conceptualizar o agenciamento, não do corpo nem do Jovem, mas da natureza: “o mundo tem que estar incluído tanto na sua própria produção, como no nosso conhecimento [dele]”; “ao passo que o mundo, ou natureza, é formativo do nosso conhecimento, nós não conhecemos o mundo e o seu agenciamento de forma plena” (Castañeda, 2002, p. 166).

1.4.2 – A Criança como fundamento colonialista

¹⁰ Cf. com a Secção 2 deste Capítulo.

¹¹ Note-se que, na versão original francesa, a palavra usada é *agencement*; na tradução portuguesa citada o termo surge vertido como “agenciamento”. Em inglês, porém, usa-se “*assemblage*”, ou seja, montagem, para ilustrar mais directamente o sentido de criação de sentido a partir da ligação de elementos até então desconexos entre si.

Tanto numa abordagem mais sociológica, como numa abordagem mais biológica, a construção da juventude foi feita, repetidamente, com recurso aos ideais normativamente Ocidentais e brancos do que é ou pode ser lido como o normal.

As concepções de século XIX baseadas na visão darwinista¹² de infância e desenvolvimento são um dos exemplos mais claros disso mesmo, fazendo equacionar o homem ocidental com o pináculo desenvolvimentista. A teoria da recapitulação (de que o desenvolvimento ontogénico de cada ser repete o desenvolvimento filogénico da espécie em que se insere), aplicada ao desenvolvimento humano, fundamenta a mundovisão colonialista dentro da qual essa própria teoria surge. Para Jo-Ann Wallace, “é como ‘primitiva’ ... que ‘a criança’ representa para o Ocidente tanto o nosso passado individual como racial: a criança é aquele ‘antigo bocado de história’ cuja presença já deixou a sala” (in Castañeda, 2002, p. 14), e a dinâmica pai/filho serve como fundamento e analogia para a díade colonizador/colonizado. Herbert Spencer, um autor famoso da altura, escreveu em 1860: “Durante os seus primeiros anos, cada homem civilizado passa por aquela fase de carácter que é visível na raça bárbara da qual descende” (in Castañeda, 2002, p. 21), demonstrando bem como há uma “intersecção histórica e confluência do ‘selvagem’ e da criança” (Egan & Hawkes, 2013, p. 646). Como Stephen Gould (2008, p. 145) nota, a comparação entre os ‘selvagens’ e os jovens não é nova mas, nesta altura, torna-se parte do consenso científico.

A investigação científica norte-americana focava-se mais na diferenciação racial através da análise da evolução cerebral e craniana. Dunn escreve, em 1864: “o cérebro humano, no seu desenvolvimento, passa pelas características que se se exibem nas nações Negra, Malaia, [Nativo] Americana e Mongol, e finalmente torna-se Caucasiano” (in Castañeda, 2002, p. 39); por virtude disso, apenas os homens caucasianos chegavam de facto ao pináculo do desenvolvimento humano total (Lesko, 1996, p. 146). Isto ajuda a compreender a importância que mulheres, não-brancos e jovens têm como objectos de estudo – todos os três (bem como os paralelismos feitos entre eles) constituem posições de alteridade face ao homem Ocidental branco (1996, p. 147); Gould (2008, p. 135) fornece uma visão bastante abrangente dos principais autores da época, e de como circulavam facilmente entre ‘o Negro’, as crianças, as

¹² Convém aqui ressaltar que, no entanto, a visão que o próprio Darwin apresenta da maturação da criança não segue os princípios da teoria da evolução que o autor criou (Castañeda, 2002, p. 20).

mulheres e os símios superiores. Outra comparação comum era entre crianças de classe baixa e adultos criminosos ‘degenerados’ (Gould, 2008, p. 156).

Já depois da segunda metade do século XX, a ideia de recapitulação foi progressivamente substituída pela de neotenia – o raciocínio inverte-se aqui, onde “os grupos superiores retêm as suas características infantis enquanto adultos, ao passo que os grupos inferiores passam pela fase mais elevada da infância e depois degeneram” (Gould, 2008, p. 149). Sob esta perspectiva, e usando como exemplo o trabalho de Eysenck, os jovens não-brancos desenvolvem-se cedo demais, sucedendo o mesmo com as crianças brancas de classe baixa (2008, pp. 150, 151). Independentemente de qual o sentido da teoria na relação entre desenvolvimento, infância, raça e classe, a conclusão permanece a mesma: a juventude é um *locus* de gestão adulta para a produção de uma sociedade melhor.

A recente investigação da área da neurologia também retoma o modelo de recapitulação, embora sob outra forma: “o cérebro-infantil em desenvolvimento contém em si mesmo elementos cerebrais reptilianos”, e a existência de seis diferentes camadas no cérebro implica um “processo filogeneticamente progressivo” de integração entre as componentes mais primitivas e as mais recentes, sendo que este processo de integração (que acontece ao longo da maturação do jovem) reflecte, ainda que indirectamente, a evolução humana (Castañeda, 2002, pp. 71, 72) – mesmo quando afinal os resultados (também) vêm de cérebros de gatos (2002, p. 63).

Há uma profunda desigualdade na forma como os saberes científicos contemporâneos são criados e circulam globalmente. Muita da investigação é feita com modelos universalistas do que é a juventude e o desenvolvimento, que seguem uma retórica teleológica tida *a priori* como auto-evidente. A par disso, boa parte da investigação existente e utilizada na literatura académica está baseada nas experiências de jovens europeus e da América do Norte – maioritariamente brancos e de classe média. As historiografias de outras juventudes, ou o surgimento de outros modos de conhecimento não necessariamente vinculados filosoficamente ao quadro conceptual ocidental europeu, estão ainda em falta e sub-divulgados. O trabalho político feito com esse conhecimento é revelador de pressupostos etnocêntricos. Faz sentir-se na legislação internacional sobre a infância e a Criança o pendor de uma visão do Norte Global do que a Criança é e deve ser (Burman & Stacey, 2010, p. 230).

1.4.3 – Os jovens como já-hetero e as tensões com a construção de género e sexo

Defende Lesko que não são apenas preocupações sobre o *statu quo* branco e de classe média que têm orientado a produção discursiva sobre a juventude: também estavam implicadas

“preocupações sobre masculinidade, força e dominância [...] em que preocupações sobre a civilização e o progresso económico estavam entretecidas junto com assuntos de género e dominância no seio da família, do trabalho e da pesquisa científica” (Lesko, 1996, p. 145).

Dentro ou fora do campo da investigação, rapazes e raparigas ocupavam posições diferentes: já desde o século XVI que eram as roupas dadas aos jovens rapazes (por volta dos sete anos) que se afastavam das vestimentas até esse ponto pouco diferenciadas por género; e a generalidade do que se dizia sobre as crianças que, como se viu acima, queria dizer ‘crianças de classe média’, tinha também incorporada a expectativa de masculinidade (Gittins, 2009, pp. 44, 45). Neste aspecto, os estudos da juventude obscurecem que a adolescência é algo de consideravelmente diferente, do ponto de vista experiencial, para rapazes e raparigas (McNamee, 2000, p. 480). A menos, claro, que a retórica a ser usada tivesse que ver com a necessidade de gestão, defesa de valores ou imposição de princípios: nesse caso, corpos e ideias de mulher e crianças são feitas confluír para uma mais eficiente gestão dos que não constituem o sujeito masculino branco (Burman & Stacey, 2010, p. 236), em particular nos casos em que a temática gira em torno da sexualidade.

Christine Griffin considera que a adolescência é “um *dos* momentos-chave no qual a heterossexualidade pode ser disposta, e em que as jovens mulheres (e homens) podem ser ‘ganhos’ para o lado da heterossexualidade patriarcal” (in Pinto *et al.*, 2012, p. 307, *itálico no original*). Há um apagamento implícito de praticamente tudo o que não sejam marcadores sociológicos orientados para um sistema familiar hetero-mono-normativo: casar, ir morar com um parceiro romântico e ter filhos, são progressões que apenas podem ser construídas como normais ou naturais dentro da dinâmica heterossexual reprodutiva. Como afirma Kathryn Stockton, é revelador o facto de que

“nos muitos livros da história-da-infância que afirmam cobrir a história das crianças desde os primórdios do ‘Ocidente’, não há menções a orientações sexuais não-normativas na infância, ou a crianças que se identifiquem como ‘gay’ ou ‘lésbica’” (Stockton, 2009, p. 9).

As questões de género e de orientação sexual continuam a estar vinculadas a um desenvolvimento interrompido (Stockton, 2009, p. 25); note-se que, na mesma altura (1986) em que a homossexualidade foi retirada do Manual Diagnóstico e Estatístico de

Transtornos Mentais (DSM), foi acrescentado o Transtorno de Identidade de Género Infantil (também presente no CID – Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde) (Stockton, 2009, p. 14). O jovem produzido pelo sistema neo-colonial branco de classe média precisa de ser capaz de co-laborar futuramente e enquanto adulto, na manutenção desse projecto¹³. Para isso, os “jovens de minorias sexuais são produzidos através da sua ausência ou como uma área de interesse especial, como o Outro objecto; isto é, como estranhos e desviantes dentro do campo dos estudos da juventude” (Filax *in* Driver, 2008, p. 3). Este processo de normalização dessexualiza e despolitiza os jovens, “criando imagens seguras e saneadas, que se conformam com os padrões de classe média branca de visibilidade e valor” (Driver, 2008, p. 5). Também aqui a figura feminina é particularmente investida, com as preocupações sociais entre a pureza (de classe média branca ocidental) e a perfídia (de classe baixa, e de jovens não-brancos) (Kehily & Montgomery, 2009).

Destaca-se aqui o papel da teoria psicanalítica na ‘descoberta’ da sexualidade juvenil: uma sexualidade ligada de forma desenvolvimentista à sexualidade adulta mas, ao mesmo tempo, separada qualitativamente desta. Esta ligação autoriza uma pedagogia das sexualidades dos jovens como forma de garantir uma sexualidade adulta considerada saudável (*id est*, reprodutiva, heterossexual), ao mesmo tempo que estabelece a sexualidade infantil como normal e natural. No século XVII pouca atenção era prestada à sexualidade juvenil, tendo depois, no século XVIII, começado a surgir preocupações sobre os efeitos prejudiciais para a saúde ligados, por exemplo, à masturbação. Isto foi, durante o século XIX, transformado numa questão de saúde pública, ligando o bem-estar do corpo dos jovens ao bem-estar do corpo social (Angelides, 2004, p. 143; Foucault, 1994a). Foucault menciona, numa entrevista, como a visão de que foi Freud quem ‘descobriu’ ou ‘libertou’ a sexualidade infantil é incorrecta, a partir da sua leitura dos manuais para pais publicados durante o século XVIII, onde “o sexo da criança é falado constantemente e em cada possível contexto”, tendo como resultado a sexualização “do corpo infantil”, “da relação corporal entre pais e filhos” e do “domínio familiar” (Foucault, 2002b, p. 121).

¹³ Com a ressalva de que o exposto acima não preclui a mobilização política retórica da figura da Criança (até a expensas de crianças efectivas) para uma reapropriação neoliberal das reivindicações do movimento LGB, como foi o paradigmático caso do discurso do então Primeiro-Ministro de Portugal, José Sócrates, que invocou “as nossas crianças” como razão para a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo – mas sem os direitos conexos de adopção e co-adopção (A. C. Santos, 2013).

A evolução desta posição tem o seu culminar no fim dos anos 1970, com a luta pelo fim da estigmatização legal das relações sexuais intergeracionais, vista como um atentado à autonomia sexual dos jovens. Só no virar da década, e com as iniciativas do movimento feminista no combate à violência sexual contra crianças e jovens, é que se inverte a posição, focando-se o discurso na incapacidade que crianças e jovens têm de consentir a relações sexuais com adultos, com base num modelo “«soberano» ou «jurídico», que constrói o poder como sendo algo que os adultos possuem e as crianças não” (Angelides, 2004, p. 150). Recupera-se a retórica da pureza originária em cruzamento com a perspectiva freudiana de uma sexualidade *especificamente* juvenil que precisa de ser resguardada do domínio da sexualidade adulta. Cria-se uma visão prescritiva de e para adultos sobre o que a juventude tem que ser (Kehily & Montgomery, 2009, p. 85).

Decorrente desta visão surge então um reforço do poder dos adultos (Attwood & Smith, 2011): os jovens são remetidos ao seu lugar liminar, a sua sexualidade é tratada como um fenómeno plástico, experimental e em potência, e os adultos são quem tem a obrigação de guardar essa passagem, de transformar a potência em essência (Angelides, 2004, p. 164; Robinson, 2012), de definir o que é ou não considerado próprio (para a idade, para o género, para a classe social) e que, ironicamente, não exclui marcadores de feminilidade adulta e sexuada como trens de cozinha oferecidos como brinquedos, exemplo dado por Heather Montgomery (2010, p. 397). Por outro lado, os próprios jovens gerem a (in)visibilidade das suas práticas em tensão com as expectativas dos adultos em seu redor, performando uma inocência que advém da *necessidade* que os adultos têm de ver essa inocência nos jovens (Holford, Renold, & Huuki, 2013).

A produção social da (hetero-)sexualidade é a produção de papéis de género que facilitam a assimilação a essa estrutura heteronormativa ocidental afluyente binária (Mellor, 2012), dentro de um enquadramento proteccionista de *algumas* juventudes, na medida em que as juventudes que se considera violarem esta performatividade de sexo/género são tornadas anátema, como com jovens LGBTQ (Egan & Hawkes, 2009).

1.4.4 – Desenvolvementismo: idadeismo como teleologia para o adulto (instável)

Se há um elemento cuja facticidade é geralmente tida como concreta e basilar é o da idade, o critério de base para definir uma criança na CSDC. Nada há de natural no uso da idade como medida primordial de acesso à avaliação das competências e expectativas dos jovens. Segundo relata Woodhead (2009, p. 21), uma investigação feita

com crianças no Bangladesh “revelou que muitas crianças não sabiam que idade tinham”.

A idade é um elemento altamente funcional dentro da concepção Ocidental de infância, já que permite uma administração e normalização cuidada de tempos, espaços e competências. Por detrás de expressões como “estar no limiar”, “na transição” ou “chegar à” idade adulta opera uma visão teleológica e funcionalista da existência dos jovens: existem para chegar a adultos. Estes termos – que constituem, para Trinh (in Lesko, 1996), o uso de uma linguagem “homilética” – têm como vantagem reafirmar a importância, não dos jovens, mas dos discursos de especialidade que fazem com que os jovens (em particular, os adolescentes) sejam “esvaziados, tornados liminais, e depois reconstituídos através de descritores científicos e práticas escolares” (1996, p. 149).

Por seu lado, os marcadores relacionados com estabilidade ou com o atingir um determinado estado psicológico – de maturidade, de auto-realização, entre outros – suportam a noção de que “a idade adulta está no fim de uma viagem de desenvolvimento psicológico básico” – ou seja, um “modelo teleológico [...] como base para a avaliação das práticas e orientações das pessoas jovens” (Blatterer, 2010, p. 774). Este modelo faz essa teleologia individual condensar o desenvolvimento histórico, num “desejo para que a biologia reproduza a História” (Burman & Stacey, 2010, p. 231).

Tal como a idade enquanto marcador não é universal, também esta visão que aborda as crianças como *tabula rasa* que passa por um processo de maturação não o é: é comum na África subsaariana a ideia de que, para a criança poder nascer, tem de *desaprender* o que trouxe da sua vida anterior (Wells, 2009, pp. 2, 3). Castañeda considera que a criança e o adolescente são frequentemente tratados como “entidades em processo de ser”, o que marca assim a sua “disponibilidade [...] e valor enquanto recurso cultural” (Castañeda, 2002, p. 1). Assim:

“O ideal é ser-se adulto e jovem mas não adolescente: estar aberto à mudança, mas de forma responsável; estar disposto a viver apenas no presente, mas investindo num futuro seguro; ser maduro, mas não acomodado; improvisar, mas sabendo-se o que se quer – ser adulto mas recusar assentar” (Blatterer, 2010, p. 69).

Abre-se a porta a uma forma de subversão: a análise que Kathryn Stockton (2009) faz de várias obras de ficção ocidentais baseia-se justamente na ideia de que podem existir outros sentidos de alteração que não sejam (apenas) o crescimento linear orientado para esses objectivos normativos.

Se o exposto acima representa uma crítica aos modelos e modos de representação do que é conceptualizado como sendo a função e característica da infância e adolescência, isto deixa ainda por considerar a figura do adulto. De acordo com a crítica feita por Harry Blatterer, a investigação sociológica e histórica que se foca no estudo de crianças e jovens do ponto de vista desenvolvimentista esquece-se de contextualizar qual o ponto de terminação – o adulto. A visão de uma idade adulta adiada ou rejeitada, e de uma adolescência estendida ou prolongada é, para este autor, derivada do uso de uma figuração do adulto que não corresponde às contemporâneas realidades (Blatterer, 2010, p. 776). Isto gera um “hiato normativo entre expectativas e realidades”: entre aquilo que é suposto a idade adulta ser, e as condições correntes a que os jovens têm acesso (2010, p. 778). As alterações no entendimento contemporâneo do que é a identidade implicam alterações no entendimento do que é ser adulto.

Assim sendo, olhar para os indicadores demográficos que apontam, por exemplo, uma saída cada vez mais tardia de casa dos pais pode ser visto como uma ampliação da adolescência – mas pode também ser visto como uma alteração das condições de possibilidade da idade adulta. Se a mobilidade (física, de empregabilidade, psicológica, ...) é uma exigência, então entender a idade adulta como estabilidade é supor uma concepção de adulto incapaz de dar resposta às condições actuais e não questionar criticamente a componente contextual e macro-social na formação do que é ser-se adulto. Se a formulação da idade adulta está a alterar-se, então é fundamental que as avaliações feitas das competências, comportamentos e (auto-)percepções se ajustem a isso. A insistência num determinado modelo de ser adulto denota a sua relevância enquanto estrutura de poder-saber inserida numa lógica que aponta para o futuro mas que se constitui no e através do presente.

O trabalho de vários autores – de entre os quais se destaca Lee Edelman – critica o uso político de jovens como justificação política para que adultos possam fazer valer os seus próprios interesses e agendas, mantendo os adolescentes numa existência negativa em termos de direitos e de voz, em nome do ‘futuro’ da sociedade (Cobb, 2005; Edelman, 2004; Lesnik-Oberstein, 2010).

É preciso diferenciar a liminalidade, já várias vezes referida, enquanto característica da adolescência ou juventude, e enquanto posicionamento sociopolítico externamente aplicado. Não se argumenta aqui que a juventude ou a adolescência é liminar no sentido clássico do termo – ou seja, que constitui um período de passagem

com marcadores e ritos de entrada e saída – mas sim que ela ainda é tratada dessa forma, num mundo focado e definido por e para adultos. Na prática, porém, a instabilidade biográfica, a indefinição de papéis e a incerteza generalizada não são marca específica apenas de um recorte etário ou geracional, mas sim o resultado de processos macrossociais transversais (cf. a secção I.1 deste Capítulo) (Leccardi & Ruspini, 2006, p. 2).

I.5 – Debates adultos sobre as culturas dos *media* como co-constitutivos de jovens sexualizados

A presente secção serve para reflectir sobre como as visões que adultos e instituições políticas têm sobre os *media* e sobre os seus efeitos ajudam, na prática, a co-constituir e a delinear o que *tem de ser* a juventude contemporânea. A exposição acima sobre as componentes heterossexistas, cis-sexistas, colonialistas/raciais, classistas e idadeistas toca os *media* na medida em que promove uma determinada visão sobre o que é etariamente adequado – um projecto moral, ortopédico. Aquilo que envolve a sexualidade e o género configura-se, no campo mediático socialmente investido por este projecto moral, como objecto de especial atenção e necessidade de cuidado.

Os *media* têm, neste processo de criação e definição de uma adolescência sexualizada e genderizada, um papel privilegiado. Graças à sua conceptualização como fluída e mutável, a sexualidade juvenil é entendida como sendo particularmente influenciável por exposição a qualquer modelo ou representação existente (o que legitima a intervenção adulta) – um modelo exossomático da construção da subjectividade sexual (Egan & Hawkes, 2009, p. 393) que legitima e requer a intervenção estatal (Baird, 2013; Fischel, 2013).

Considera-se que a forma que esta sexualidade jovem toma é resultado desse conjunto de exposições a factores externos que produzem configurações patológicas ou desviantes de sexualidade – os *media* seriam então uma das fontes mais fortes de modelos sexuais, e mais passíveis de despoletar um início sexual (entendido como precoce) que traria consigo riscos acrescidos, dada a falta de maturidade e informação (entendida como intrínseca); isto justificaria excluir a voz dos jovens do debate sobre este assunto (Egan & Hawkes, 2009, pp. 391, 392) e exercer um mais apertado controlo sobre que conteúdos podem ou não ser distribuídos e consumidos, e por quem.

Este controlo aumenta, porém, o potencial transgressivo de se associar juventude e sexualidade; comentando a avaliação do que constitui pornografia infantil, especialmente em casos em que se trata apenas de animação, Fischel (2013) nota como a lei apela ao cidadão-vigilante que adopte o *gaze* pedofílico perante qualquer imagem de crianças (reais ou não) que veja nos *media*.

Note-se, ademais, que “jovens” aqui quer dizer, na verdade, jovens *raparigas*, já que são elas quem se considera serem efectivamente vulneráveis¹⁴ (Hawkes & Dune, 2013); os rapazes poderão, no máximo, ver mais ou menos estimuladas as suas tendências e impulsos, tidos por inerentes e *proactivos*.

Por “sociedade sexualizada” entende-se então um ambiente totalmente saturado de sexo que multiplica as origens do risco, e que pode provocar a emulação dos conteúdos recebidos, considerados inadequados para o seu estágio de desenvolvimento – o resultado final seria ver surgir o jovem como agente de desejo (Egan & Hawkes, 2009), mas limitado a usar o seu poder de acordo com o que se encontra nos *media* e que só é agente na medida em que se auto-objectifica (Hawkes & Dune, 2013).

A internet é construída como um *medium* particularmente perigoso. Se a retórica associada à sexualização depende da possibilidade de argumentar a existência de uma fronteira clara entre imaturidade e adultície, na base de um saber-poder diferenciado, a internet gera o medo de que os jovens possam “minar o controlo adulto sobre os conhecimentos, significados e práticas sexuais dos adultos” (Angelides, 2004, p. 152). Outras dinâmicas, como o *sexting*, colocam especiais problemas, na medida em que são manifestações proactivas de agenciamento jovem que, segundo a perspectiva que coloca de forma puramente negativa a sexualização da sociedade e dos jovens, constitui prova de uma objectificação auto-infligida.

Ora, como Hawkes e Dune (2013) defendem, esta leitura linear do que os jovens fazem nos e com os *media* acaba por produzir os resultados que prevê: as raras jovens são lidas *apenas* enquanto objectos presos num discurso mediático e social que apaga qualquer possibilidade de reflexividade. Opera-se uma confluência entre

¹⁴ A histórica e a ninfomaniaca são aqui exemplos de tropos culturais paradigmáticos, na medida em que não encontram qualquer correspondente masculino. Ainda que, no caso de alguns homens (particularmente de classe baixa, ou não-brancos) pudessem ser identificados excessos de comportamento ou desejo, nunca existiu uma mobilização cultural capaz de rivalizar com a administração medico-psiquiátrica da sexualidade, do corpo e do desejo das mulheres.

sexualidade e sexualização, com marcas classistas: as raparigas de classe baixa são possuidoras de uma sexualidade corrompida pela sexualização, ao passo que as raparigas economicamente favorecidas têm uma sexualidade que pode e deve ser protegida do processo de sexualização cultural (Duschinsky, 2013a). Estas visões são frequentemente replicadas por pais e outros jovens, que reinscrevem as *outras* raparigas dentro do binómio pura/puta nas mesmas linhas (Bragg, Buckingham, Russell, & Willett, 2011; Duschinsky, 2013b).

A narrativa pós-feminista e neoliberal coloca o assunto em termos de escolha pessoal, elidindo o papel normativo que as expectativas sociais e as desigualdades de literacia e de acesso a sistemas simbólicos autónomos de representação têm junto dos jovens. Criticar esta visão dicotómica implica referir como ela pressupõe uma visão compulsória do agenciamento sexual (Gil in Duschinsky, 2013a, p. 352). Robbie Duschinsky (2013b) mostra assim como existe, para estas jovens, uma injunção compulsória para performar a *sexiness* (ser desejável dentro do padrão heterossexual) mas também para evitar performar a figura da ‘oferecida’.

Esta injunção coexiste em tensão com as regras sobre o que é etariamente e genderizadamente adequado, facilitando um contexto em que o controlo ou a avaliação moral (por parte de pares e adultos) são particularmente férteis e fáceis de aplicar, criando pressão sobre as jovens raparigas face à sua *performance* de género, e que não encontra equivalente no caso dos rapazes, ainda que também estes estejam envolvidos em mensagens aparentemente contraditórias sobre masculinidade e respeito ou cavalheirismo. A isto chamam Renold e Ringrose (2011) as condições esquizóides de viver jovens feminilidades, com que as raparigas contendem actualmente.

Outro elemento prende-se com a dimensão de consumo: porque os jovens são *consumidores* de mensagens mediáticas, e porque estas estão associadas a um sistema mais vasto de comercialização de produtos vários (desde substractos tecnológicos, como telemóveis, até roupas, calçado ou outros acessórios que co-operam na construção dessa relação tensional entre género e expressão sexual), a retórica sobre a sexualização da cultura aponta para uma dupla deturpação da sexualidade (imaneente, pura) dos jovens (ou *das* jovens em particular (Buckingham, 2011, p. 126)).

Esta avaliação não toma em conta que os jovens envolvidos têm uma leitura própria sobre as suas práticas, projectando assim valores e receios adultos que os codificam de formas diferentes (Bragg *et al.*, 2011; Buckingham, Willett, Bragg, &

Russell, 2010). Também presume, como aponta Buckingham, que o significado das mensagens mediáticas é fixo, assim como a valoração subjacente e a forma como estes dois elementos são percebidos pelos jovens, tidos como menos capazes de resistir aos supostos efeitos hipodérmicos dos *media* têm (Buckingham, 2011, p. 135).

Para este autor, falar de sexualização é aplicar uma leitura *post hoc* a um conjunto variado de resultados, não necessariamente coerentes ou articulados entre si (Buckingham, 2011, p. 137). Para Duschinsky, o termo funciona como um conceito-chapéu, que fica “ambíguo até observarmos a forma como delinea e ramifica os possíveis significados dos seus elementos constituintes”, operando como uma “teoria interpretativa” (Duschinsky, 2013b, p. 257). Uma teoria da sexualização tem como efeito o deslocamento da responsabilidade de quaisquer problemas ou desigualdades de género e de orientação sexual para a acção dos *media* enquanto fornecedores de produtos ou dos jovens enquanto consumidores, ocludindo que o investimento valorativo feito sobre os corpos das raparigas tem a sua génese na cultura que subjaz tanto os *media*, como os jovens, como os adultos preocupados (2013b).

Emma Renold e Jessica Ringrose (2011, 2013) definem claramente quais os efeitos performativos do discurso da sexualização das raparigas:

- “codifica quase todas as expressões sexuais (e.g.: desejo sexual) e preocupações associadas (e.g.: imagem corporal, violência sexual, etc.) como um efeito, e portanto prova de, ‘sexualização’;
- foca-se exclusivamente nos efeitos prejudiciais da exposição aos *media*, com pouca análise a como as próprias raparigas criam significados e negociam o papel dos *media* no seu dia-a-dia;
- produz uma ‘futurolgia assustadora’ (Smith, 2010), com ênfase excessiva no protecçãoismo, vitimização e objectificação;
- nega o agenciamento sexual das raparigas, os seus direitos e prazeres (incluindo a forma como a erotização da inocência faz parte das práticas de subjectificação sexual das próprias raparigas);
- renova estruturas binárias em torno de uma sexualidade masculina activa e predatória, contra uma sexualidade feminina não-agencial e passiva (e onde a sexualidade das raparigas está sempre em risco e é sempre um risco);
- encoraja posicionamentos de ‘isto ou aquilo’ por parte de *stakeholders*, no que diz respeito à relação entre empoderamento sexual e prazer *versus* perigo sexual e protecçãoismo;
- legitima uma trajectória desenvolvimentista linear heteronormativa de sexualidade feminina *heterossexual* ‘saudável’;
- opera como um pânico [moral] de classe média branca em relação ao desejo por, e perda de, uma inocência classista e racializada, reproduzindo a alteridade da classe trabalhadora/culturas raciais como demonstrativas de hiper-sexualização; e
- recusa quaisquer considerações psicanalíticas de como as raparigas vivem sob o fardo dos desejos, projecções e fantasias de adultos” (Renold & Ringrose, 2013, pp. 248, 249).

Por seu lado, Cas Wouters (2010) adopta uma perspectiva mais histórica e enquadra a ‘sexualização’ como sendo a expressão de uma questão mais alargada, nomeadamente a da informalização das regras sociais em torno de interações interpessoais. Wouters defende que, começando no Renascimento e estendendo-se até perto do fim do século XIX, se deu um longo processo de formalização de relações sociais que implicou uma componente de dessexualização, e em que o prestígio dos homens burgueses estava parcialmente indexado à sua capacidade de manter uma face pública respeitável, mas também de manter respeitável a sua capacidade de exercer controlo sobre a família. Só perto da viragem do século XX é que este processo se começa a inverter e as relações interpessoais começam a informalizar-se, abrindo espaço para um maior peso de elementos sexualizados nessas relações.

O discurso de sexualização encaixa-se não apenas na lógica de um pânico moral, mas também na lógica de um pânico mediático, que essencializa a rapariga inocente em perigo (Duschinsky & Barker, 2013; Robinson, 2012). O pânico mediático diz respeito não apenas ao uso dos *media* como veículos de um pânico moral, mas sobretudo a como os próprios *media* são vistos como a causa ou um componente central desse mesmo pânico (Buckingham & Strandgaard Jensen, 2012; Garland, 2008; E. Goode & Ben-Yehuda, 2009). Estes pânicos podem também ser entendidos como instâncias voláteis, temporalmente limitadas, de outros processos, mais vastos, de governamentalidade (Bragg *et al.*, 2011) e de investimento na construção de um futuro específico que fica perigado quando os jovens estão em perigo (Kelly, 2001).

Para não se reincidir nos mesmos dualismos que, geralmente, a argumentação contra os pânicos morais e mediáticos traz¹⁵, é importante frisar como as culturas sexuais actuais (“as várias formas pelas quais o conhecimento sexual é construído, como se luta por valores e normas sexuais, como se retrata, fala e ‘faz’ sexo” (Attwood & Smith, 2011, p. 237)) continuam a ser um terreno complexo de navegar, para jovens rapazes e raparigas, mas também para jovens cujas identidades de género e/ou

¹⁵ Para Buckingham *et alii* (2012, pp. 421, 422), uma visão demasiado linear dos pânicos morais ou mediáticos nega a existência de efeitos dos *media* num determinado campo (e.g.: a sexualização das crianças através da sua dieta mediática) para depois reafirmar a existência desses mesmos efeitos num nível mais *profundo* da análise (e.g.: a sexualização das crianças *apenas* como discurso de controlo e ansiedades por parte de adultos), tornando incoerente uma posição que é céptica acerca dos efeitos dos *media* mas, ao mesmo tempo, confere aos *media* o poder de gerar e alimentar pânicos. Aconselham então os autores a ter em consideração o contexto histórico em que as afirmações ditas de pânicos são proferidas, bem como ter em consideração o complexo ecossistemas de múltiplos emissores e receptores (com prestígio e poder diferenciados) existente hoje em dia.

orientações sexuais são consideradas dissidentes e, portanto, alvo de apagamentos específicos. Dentro dessa complexidade está incluída a forma como os adultos, nos *media*, falam sobre jovens, por jovens e *ao invés de* jovens, ou como colocam jovens a falar de determinadas formas, em determinadas posições de fala, detendo os adultos o privilégio interpretativo e de enquadramento.

Também a posição de escuta se encontra policiada. Se o conhecimento também marca a perda da inocência, aquilo que um jovem pode ou não saber, e o que *deve* ou não saber, está vinculado a prescrições sobre o que é ‘adequado à idade’, e sobre o que constitui conhecimento nocivo e conhecimento útil (ou seja, que pode ou não mobilizar uma boa cidadania heterocentrada) (Robinson, 2012). É esta preocupação com a exposição ‘excessiva’ a informação considerada desadequada que pode acabar por amplificar os riscos que se apresentam no quotidiano dos jovens, deixando certas temáticas ou abordagens como estando para além do socialmente aceitável. Este elemento não é despidendo na maneira como os jovens se apresentavam perante adultos ou pares. Cria-se um discurso normativo sobre que posições morais de avaliação estão conotadas com a idade adulta: e que discursos os jovens precisam de apropriar e readaptar para performar e validar a sua própria saída da liminalidade adolescente.

I.6 – A constituição moral do sujeito e a governamentalidade de si

Encarar os jovens como sendo apenas receptores de normas sociais e alvos passivos de sistemas de controlo adulto seria uma visão redutora e incompatível com o acima exposto. Os jovens estão activamente integrados na produção do seu mundo e do seu grupo de pares que são fundamentais na construção das suas experiências afectivas e da sua subjectividade. De forma a compreender o papel dos próprios jovens na construção das suas subjectividades, recorre-se aqui ao trabalho de Michel Foucault sobre as práticas de subjectivação (Foucault, 2002a), de produção do sujeito enquanto sujeito moral através de tecnologias do *self* e à ligação destes elementos com a noção de poder e de governamentalidade na relação do *self* consigo mesmo e com os outros.

De acordo com Foucault (2002a), existem aquilo a que ele chama de “três modos de [subjectivação] que transformam seres humanos em sujeitos”: os discursos que se enquadram a si mesmos enquanto práticas científicas; as práticas divisivas que

criam dicotomias (normal/anormal, louco/são); as formas como os seres humanos se transformam a si mesmos em sujeitos¹⁶.

Dentro deste esquema, as várias visões sobre como se define a juventude constituem práticas do primeiro e do segundo modos: discursos biologizantes sobre o que é adolescência como exemplo do primeiro, e pedagogias sobre infâncias saudáveis ou amadurecimentos feitos ‘com classe’ como exemplo do segundo. Estes modos de subjectivação implicam a criação de determinadas verdades e de critérios de verdade, internamente estabelecidos, sobre como se identifica e constitui discurso verdadeiro dentro de cada um deles. Verdade é aqui entendida como “um sistema de procedimentos ordenados para a produção, regulação, distribuição, circulação e operacionalização de afirmações”, e está envolvida numa “relação circular com sistemas de poder que a produzem e a sustentam” (Foucault, 2002b, p. 132). Por outras palavras, falar uma verdade requer um enquadramento normativo face ao qual uma afirmação é considerada verdadeira, e esse enquadramento normativo implica relações de poder entre sujeitos, entre sujeitos e instituições, e entre o sujeito e si-mesmo.

Essa relação entre o sujeito e si-mesmo é precisamente onde se configura o terceiro modo de subjectivação de que Foucault fala. Esta relação, lida como intrasubjectiva, contém também uma relação de poder e é, por conseguinte, uma relação política (Cruikshank, 1993). Porém, isso não quer dizer que os elementos que intervêm nesta relação têm uma génese imanente: existem forças externas que preparam e cultivam este *self* (Cruikshank, 1993), integram-se em “modelos que [o sujeito] encontra na sua cultura e que são propostos, sugeridos, impostos pela sua cultura, pela sua sociedade e pelo seu grupo social” (Foucault, 2000d, p. 291). Os saberes que existem em torno do sujeito – e que configuram e permitem determinadas relações de poder – fazem parte integrante e central do horizonte de possibilidades de formas de subjectivação. Assim, não se trata apenas do que o sujeito sabe, mas do que o sujeito *se sabe* ser (ou poder ser, ou dever ser).

¹⁶ Quanto a “subjectivação”, Foucault usa neste texto, originalmente escrito em inglês pelo próprio, o termo “*objectification*”. Porém, em vários outros textos em francês Foucault utiliza antes “*assujettissement*”. Esta palavra captura a dualidade linguística pretendida por Foucault: ao mesmo tempo que é “tornar sujeito a”, também é “tornar-se sujeito”; clarifica-se assim a ligação entre identidade/inteligibilidade e poder. De forma a simplificar a redacção do texto, escolheu-se usar também aqui “subjectivação”, bem como no resto da Tese.

As operações levadas a cabo nestes vários modos tomam forma através de diferentes tipos de tecnologias, que operam de forma interligada: tecnologias de produção (que produzem objectos e artefactos físicos), tecnologias de sistemas de signos (uso de símbolos e linguagem), tecnologias de poder (gestão da conduta dos indivíduos e sua objectivação) e, de particular interesse aqui, tecnologias do *self* (Foucault, 2000c). Estas últimas

“permitem aos indivíduos efectuar, pelos seus próprios meios ou com ajuda de terceiros, um certo número de operações sobre os seus corpos e almas, pensamentos, condutas e modo de ser, de forma a transformarem-se a si mesmos para atingir um determinado estado de felicidade, pureza, sabedoria, perfeição ou imortalidade” (Foucault, 2000c, p. 225).

Ora, se as tecnologias do *self* existentes num dado momento e cultura são, pelo menos parcialmente, definidos pelo que está disponível nessa mesma cultura, então também os estados que as tecnologias do *self* permitem atingir são cultural e historicamente variáveis. Enquanto tecnologias associadas a modos de subjectivação, remetem para um discurso de verdade e seus critérios, que envolvem esse mesmo sujeito numa relação moral entre si e si-mesmo. As tecnologias do *self* são mobilizadas de variadas formas para permitir aquilo que é um trabalho moral, de adequação aos objectivos do sistema de verdade onde surgem determinadas subjectividades.

Essa relação moral, por sua vez, é composta por quatro elementos diferentes, que são caracterizados em diferentes ocasiões por Foucault (1994b, pp. 33–35, 2000a, pp. 263–265): a *substância ética* é o elemento sobre o qual recai a avaliação e o trabalho ético a ser desempenhado pelo sujeito; o *modo de subjectivação* é a forma como os indivíduos são incitados a reconhecer as suas obrigações morais (e.g.: questões ligadas à saúde, beleza, pureza, ciência); as *práticas de si* são os meios pelos quais os indivíduos se trabalham para se tornarem sujeitos éticos, englobando as tecnologias do *self*; a *teleologia* diz respeito ao tipo de ser a que esse sujeito aspira a ser quando atingir esse mesmo comportamento moral.

De acordo com Foucault, não são os actos sexuais praticados que apontam para a substância ética contemporânea, nem o prazer sentido. É o *desejo*, aquilo que se sente, que se constitui como a substância ética sobre a qual incide o trabalho do *self*. É em torno do desejo que se constituem os discursos de verdade contemporâneos, e que são depois articulados no dispositivo de sexualidade (abordado no Capítulo seguinte).

O que isto quer dizer é que, como o autor já tinha exposto (Foucault, 1994a), a sociedade ocidental contemporânea, através de todos os três modos de subjectivação mencionados antes, está focada em encontrar a verdade sobre o sexo e, por conseguinte, o sujeito enquanto sujeito de/a uma sexualidade, deverá então empregar, entre outras coisas, tecnologias do *self* para descobrir a sua própria ‘verdade’, vista como imanente, e agir de acordo com ela, encontrar o seu *desejo verdadeiro*. A injunção cultural e institucional para o discurso sobre o sexo, a verdade do sexo e a verdade do desejo criam uma matriz de comportamentos desejáveis, um sistema disciplinar que o sujeito incorpora (Foucault, 2013) e que emprega em si-mesmo e nos outros.

Esta injunção está associada a um contexto macro-cultural em que o “conhecer-se a si mesmo” (*gnothi seauton*) toma precedência enquanto modo principal de o sujeito se relacionar consigo mesmo (Foucault, 2005) e onde as actuais relações de poder se infundem na vida quotidiana dos sujeitos, marcando-os na sua individualidade (cf. secção 1 deste Capítulo). O poder “impõe uma lei de verdade [no sujeito] que ele tem que reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele” (Foucault, 2002a, p. 331).

Então, a noção de proactividade dos jovens na co-definição das suas próprias práticas e agenciamento em relação a si mesmos e no seu grupo de pares, bem como em interacção com outras pessoas, traduz-se aqui no que Foucault chama de governamentalidade, algo que “implica a relação do *self* consigo mesmo” e que cobre “toda uma série de práticas que constituem, definem, organizam e instrumentalizam as estratégias que os indivíduos, no uso da sua liberdade, podem empregar quando lidam uns com os outros” (Foucault, 2000d, p. 300).

Toma então habitualmente forma um discurso que passa por se encontrar ou libertar a verdade sobre o desejo – uma ideia que Foucault (1994a, 2000a, 2000b, 2000d, 2002b) considera equivocada, uma vez que corresponde ao replicar do discurso disciplinar vigente. A ideia de uma verdade sobre o desejo que, ao ser libertada, cumpre a finalidade do projecto ético do sujeito, vai por essa mesma via garantir a continuação e reforço das relações de poder e de veredicação que criam, normativamente, certos lugares de sujeito e de fala, de inteligibilidade. É neste contexto que os jovens se comprometem a certos e determinados usos de tecnologias do *self* (onde se incluem os novos *media*) e também a avaliarem-se, a si mesmos e aos outros, com base num determinado conjunto de princípios, indexados à substância ética do desejo.

A teleologia de se ser um sujeito que integra e conhece plenamente a verdade do seu desejo passa também por modos de subjectivação que tenham em conta o que é ou não ‘próprio’ de se fazer e expressar por parte de membros de uma dada classe social, por exemplo. O actual contexto capitalista neoliberal funciona aqui como outra camada: os jovens ficam também expostos a relações de poder enquanto sujeitos-consumidores (Greenman, 2001). Chloë Taylor (2009) refere isso mesmo quando, reflectindo sobre pornografia, nota como os *sites*, ao pedirem ao utilizador-consumidor para escolher a categoria ou tipo de material que deseja ver, estão a produzir ontologias sobre o desejo, levando o sujeito a posicionar-se dentro de um sistema taxonómico que o precede. A este respeito, Magnus Ullén (2009) refere uma outra perspectiva: a visualização de pornografia corresponde ao consumo e destruição do sentido através do acto masturbatório, e a pornografia funciona de forma análoga ao discurso publicitário, prometendo a satisfação de uma vontade ou necessidade, através do consumo.

Porque esta não é uma visão ahistórica de subjectividade, é fundamental ter em conta que o aumento da liberdade individual (que, como já visto antes, é também o aumento da obrigação individual a ser livre) é um factor-chave, em Foucault, para a importância das relações ou jogos de poder intersubjectivos. Como o próprio diz: “quanto mais livres as pessoas são em relação umas às outras, mais elas querem controlar a conduta umas das outras. Quanto mais aberto o jogo, mais apelativo e fascinante se torna” (Foucault, 2000d, p. 300) e portanto mais se intensifica a presença e exercício de uma microfísica do poder (Foucault, 2013).

Assim, esta investigação procura entender como é que as novas tecnologias são empregues pelos jovens também enquanto tecnologias do *self*, e para que tipo de sujeito moral apontam esses usos, bem como os princípios e orientações em que se envolvem no processo de se constituírem sujeitos de uma ética, através da análise dos discursos mobilizados pelos mesmos, reflectindo sobre o seu papel enquanto reprodutores e resistentes da ordem social presente (Cruikshank, 1993).

I.7 – O que está em jogo: reconhecimento identitário e social pleno

Na convergência destas análises formula-se um problema específico: a recusa de se reconhecerem, aos jovens adolescentes, direitos ligados aos seus próprios corpos, às suas sexualidades e à sua autonomia enquanto sujeitos políticos.

Cindi Katz defende que a juventude, quando abordada de um ponto de vista espectacular, tem vindo a ser sujeita e usada segundo três processos diferentes: 1) *estratégia de acumulação*, na medida em que, no meio de tanta incerteza, os jovens voltam a ter um valor económico como garante de tranquilidade para os pais ou família na terceira idade, para além do seu valor psicológico e representando a mão-de-obra/massa consumidora que tornará o Estado-Providência viável e que poderá assim resgatar o futuro; 2) *ornamentação*, já que os jovens adicionam valor às coisas a que são mercantilisticamente associados; 3) *desperdício*, porque se corre o risco de uma falência na obtenção dos resultados pretendidos, resultando numa juventude desperdiçada, evitável com melhores sistemas de governamentalidade (Katz, 2008, pp. 9–15).

Ser-se adulto é, afinal de contas, conseguir reconhecer-se como adulto mas *também e fundamentalmente* ser-se reconhecido como adulto. Se para Erikson, Piaget, Freud e muitos outros autores, a idade adulta se liga à obtenção das características plenas de maturidade que permitem constituir um sentido de identidade, o mesmo pode ser sociologicamente rearticulado ao nível da identidade enquanto processo de reconhecimento social: “a idade adulta enquanto pessoalidade [...] sublinha a grande complexidade de assimetrias de poder extantes, especialmente quando confrontada com as categorias mais estabelecidas de género, classe social e etnia” (Blatterer, 2007, p. 780). Existe uma forte associação entre ser adulto e ser uma *pessoa* (de pleno direito), seja qual for a definição usada em cada cultura do que é uma criança ou um adulto. Importa, portanto, desconstruir criticamente a sedimentação destas distinções normalizadoras; *queerizá-las* (Angelides, 2004).

Como diz Kerry Robinson (2012), os jovens têm uma “cidadania difícil” – especialmente no que diz respeito ao campo da sexualidade, em que os seus direitos são geralmente enquadrados do lado da necessidade de protecção mas poucas vezes enquadrados como expressão de agenciamento próprio. O espaço da casa é construído como o âmbito da segurança, mas é nesse mesmo espaço que ocorrem, na sociedade ocidental industrializada, o maior número de ataques sexuais contra crianças; ‘proteger’ jovens de conteúdos considerados pouco adequados e policiar o tipo de discursos a que têm acesso entra em clara dissonância com o número de suicídios de jovens de várias minorias. Trata-se portanto, para Egan e Hawkes (2009), de reconhecer (legalmente e socialmente) que os jovens são conhecedores dos seus mundos, co-construtores dos mesmos, e que as narrativas sobre o que é uma sexualidade “saudável” e os

pressupostos associados à heteronormatividade também matam. De recordar que os jovens, e em especial as raparigas, são encarados de forma passiva, como vítimas de sexualização e de infecção por parte da cultura, desconsiderando-se os potenciais para uma educação crítica e para aprendizagem e crescimento pessoais (Tsaliki, 2015).

Neste contexto, e contrariando a existência de um suposto percurso desenvolvimentista objectivo, crianças e adolescentes são frequentemente tratados e referidos da mesma forma (Duschinsky, 2013a). As raparigas têm a sua sexualidade enquadrada *à parte*, como já fragilizada ou como especificamente em perigo, sem qualquer redenção ou agenciamento; as práticas de resistência e subversão empregues por jovens são frequentemente apagadas do discurso público ou reenquadradas como parte do diagnóstico do problema (Renold & Ringrose, 2011, 2013). Como já abordado acima, mesmo dentro da juventude existem *juventudes* – e o género é um dos principais constituintes dessa segregação. As jovens raparigas são sempre enquadradas como estando em especial risco, ou sendo especialmente perigosas, em vários pontos da história ocidental – seja pela possibilidade de gravidez, seja pela possibilidade de agirem enquanto ‘desencaminhadoras’ de um ‘bom’ desenvolvimento masculino (ver, entre outros, McClelland & Hunter (2013)).

Não caindo no erro que Foucault denuncia, de procurar entender liberdade como libertação da verdade sobre o desejo, é ainda assim importante entender que a ideia de liberdade tem utilidade política. Tem-no tanto na aceção positiva como na negativa: na possibilidade de os jovens poderem afirmar a sua cidadania sexual (o que não passa necessariamente por actividades sexuais), como na possibilidade de poderem não ser expostos a materiais e sujeitos a condições ou acções por parte de terceiros que violem os seus direitos e as suas vontades (Fahs, 2014). Para Breanne Fahs, o imaginário sexual e de cidadania íntima que mulheres e jovens raparigas têm à sua disposição está largamente construído dentro do contexto da sexualidade heteronormativa patriarcal.

Na medida em que “identificações subjectivas e validação social se interligam” (Blatterer, 2007, p. 782), a forma como os marcadores que facilitam o acesso a essa validação são pesados, lidos, validados e até codificados legalmente afecta as vidas, expectativas e experiências das pessoas jovens – tanto na relação interpessoal (no exercício de poder entre pares ou entre linhas mais demarcadas de desigualdade estrutural ou funcional) como na relação entre si e si-mesmo (na introjecção, contestação e (re-)produção de normas). Ademais, o próprio acesso à internet, ao se

encontrar desigualmente distribuído entre jovens de diferentes grupos sociais, constitui uma outra forma de desigualdade, ao mesmo tempo que ajuda a criar visibilidade para os problemas que os jovens atravessam e que serve de ferramenta que os pode ajudar a combater os seus problemas – quando esse acesso é possível (Hick & Halpin, 2001).

No entanto, e como forma de ligar o fecho deste Capítulo com o seu início, já foi abordado o quão complexo pode ser falar de reconhecimento e identidade. A família é um dos enquadramentos mais hegemónicos dentro dos quais os jovens são lidos. E é no seio da família que facilmente se naturalizam relações baseadas num reconhecimento desigual: os pais que educam e os filhos que são educados. Não é preciso, defende Arabella Lyon (2013, p. 508), que algum direito delas seja violado para que se encontrem desde logo numa posição politicamente precária. Lyon (2013, p. 513) vai mais longe e questiona se não é necessário, fazendo um paralelismo com Monique Wittig (1980, 2010), encarar como “rapariga” ou “criança” podem representar a incapacidade de reconhecer nos jovens sujeitos com agenciamento pleno, sendo sempre necessário que um outro actor social (o Estado, a Escola, a Família, a ONU, o psicólogo, o geneticista) defina quais são as suas vontades, e que o faça com uma linguagem e com processos que promovem a sua exclusão.

Assim, e no contexto desta investigação, será importante considerar que o trabalho de pesquisa não é apenas “com jovens” ou “com adolescentes”, mas com pessoas que se podem pensar a si mesmas dentro destas (ou de outras) categorias, e que serão certamente pensadas dentro destas (ou de outras) categorias por pessoas que interagem significativamente com as suas vidas no dia-a-dia. Portanto, torna-se fundamental inquirir sobre como se processam estes jogos de conhecimento e reconhecimento, que visões têm sobre o que é ser-se adulto, criança e adolescente e que constrangimentos isso lhes coloca ou os faz colocar a outros, bem como que potenciais privilégios ou estados de excepção poderá permitir. Isto implica prestar especial atenção a que discursos são legitimados e contestados quando os jovens falam sobre si mesmos, mas também sobre outros jovens. Será também importante perceber quanto destes discursos está nas formas como os jovens escolhem falar sobre si mesmos e sobre os seus direitos e os direitos dos outros; e entender como é que as diferentes posições de interlocutores que ocupam têm impacto nas suas articulações do que é ser jovem e do que é possuir uma existência sexualizada e íntima.

É também importante tomar em consideração que os desafios que as incertezas contemporâneas colocam aos jovens podem também ser vistos como desafios e abrir oportunidades para um trabalho reflexivo mais intenso (Leccardi, 2006, p. 16). A par disto, e como é possível depreender da secção 6 deste Capítulo, a cidadania difícil dos jovens não os coloca numa posição de total ausência de poder. A construção moral e social do sujeito sexual jovem implica necessariamente relações de poder entre pares, o que abre espaços para o exercício de governamentalidade dos outros como parte da sua própria construção – tanto de uma forma socialmente progressiva (que abre espaço para a diferença), como regressiva (que reforça binarismos normativos de sexo-género). Ambos os elementos serão tomados em consideração durante a análise do material recolhido durante esta investigação.

CAPÍTULO II – SOCIEDADE SEXUALIZADA, PORNOGRAFIA(S) E PRÁTICAS COM OS (NOVOS) MEDIA SEXUALIZADOS

“Exemplificando e concretizando: dizer que o reels deve ser banido, está certo, mas pouco adianta.

O que é preciso é entendermo-nos sobre o que é reels, o que é ordinário, o que é pornográfico.

É, quanto a mim, o melhor ou mesmo o único processo eficaz de prosseguirmos esse *desideratum* reside na apreciação em conjunto de suficiente número de casos concretos, cuja tipicidade os torne autênticos paradigmas.”

O excerto acima foi retirado de um dos *Livros de Actas da Comissão de Censura aos Espectáculos* do Estado Novo português, decorria o ano de 1953, e representa o ponto de vista da Comissão tal como enunciado por Leite de Sampaio, um dos censores, a 17 de Fevereiro desse ano. A aparente contradição surge imediatamente: definir o que é pornográfico (e não o que é pornografia) requer um “suficiente número de casos concretos” que permitam estabelecer uma tipologia paradigmática. Onze anos mais tarde, e a um oceano de distância, o Juiz Potter Stewart, do Supremo Tribunal dos EUA, ficou famoso por dizer, no que toca a definir pornografia *hardcore*, “Reconheço-a quando a vejo”, imediatamente depois de ter afirmado que, possivelmente, nunca seria capaz de formular uma definição inteligível daquilo que o termo descreve.

Esta instabilidade definicional é um dos fios condutores do presente Capítulo. Ao invés de se apresentarem definições terminadas do que é/são pornografia(s) ou *media* sexualizados, dar-se-á conta dos debates que envolvem estas próprias definições, na tentativa de romper os habituais binarismos conceptuais injectados em alguma produção académica sobre o tema. Ao mesmo tempo, será feita uma contextualização desta temática dentro do das tendências ocidentais contemporâneas mediáticas.

Este Capítulo começa por resumir as principais mudanças nas intimidades e sexualidades contemporâneas ocidentais (pós-)modernas. Esta contextualização teórica e histórica abre depois o caminho para uma estória crítica do “pornográfico”, de como o “pornográfico” tem sido normativamente construído como sub-categoria do “obsceno” mas também de como esta construção se encontra em contestação. Por uma questão de simplicidade, “pornografia” deve entender-se como significando “*pornografias*”, apelando assim à diversidade desse campo mediático.

II.1 – Dispositivo de sexualidade e pornograficação/sexualização da cultura: transformações nos papéis sociais da(s) sexualidade(s)

Não é possível procurar fazer sentido dos usos que os jovens fazem das novas tecnologias para fins sexualizados¹⁷ sem antes caracterizar algumas das tendências contemporâneas ocidentais, ou sem analisar as dinâmicas de poder que constituem a própria possibilidade de se falar em “sexualidade”. Uma das contribuições de base para esse mesmo trabalho é a “História da Sexualidade”, de Michel Foucault, através da sua análise histórica do dispositivo de sexualidade. Foucault traça o surgimento da “sexualidade” enquanto conceito social e historicamente construído. Essa mesma construção constitui, através do *dispositivo de sexualidade*, determinados sujeitos envolvidos em relações de poder específicas (embora mutáveis), e determinados discursos e práticas (bem como interdições e silenciamentos) que conferem inteligibilidade a uns sujeitos, e a negam ou problematizam a outros.

Apesar da relevância que tem na obra de Michel Foucault, a definição de dispositivo parece ser múltipla e flutuante. Procurando sistematizar o significado e origem de dispositivo, António Fernando Cascais encontra numa entrevista do autor uma versão resumida do que constitui este conceito. Diz Foucault:

“Aquilo que tento abranger sob este nome é, em primeiro lugar, um conjunto resolutamente heterogêneo que comporta discursos, instituições, arranjos arquitectónicos, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, em suma: o dito, bem assim como o não dito [...]. O próprio dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. Em segundo lugar, aquilo que eu queria incluir no dispositivo é justamente a natureza do laço que pode existir entre esses elementos heterogêneos. [...] Em terceiro lugar, por dispositivo, entendo uma espécie – digamos – de formação, que, num dado momento histórico, teve por função maior responder a uma urgência. O dispositivo tem pois uma função estratégica dominante” (Foucault, 1994).¹⁸

Também Agamben olhou para esta definição como forma de compreender o alcance deste conceito central de Foucault. A sua visão de dispositivo abarca “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes”, acrescentando que “todo o dispositivo implica, com

¹⁷ Usa-se aqui “sexualizados” ao invés de “sexuais” de forma propositada. O uso da expressão “sexualizados” aponta para um investimento cognitivo, conceptual, social, e para um agenciamento (se algo é sexualizado, foi-o por algo ou alguém); pelo contrário, “sexuais” aponta para uma imanência ontológica que este trabalho pretende questionar.

¹⁸ Adoptou-se aqui a tradução feita por António Fernando Cascais (2009).

efeito, um processo de subjectivação, sem o qual o dispositivo não pode funcionar como dispositivo de governo, mas se reduz a um mero exercício de violência” e que “Foucault [...] mostrou como, em uma sociedade disciplinar, os dispositivos visam através de uma série de práticas e de discursos, de saberes e de exercícios, a criação de corpos dóceis, mas livres, que assumem a sua identidade e a sua ‘liberdade’ enquanto sujeitos no processo mesmo do seu assujeitamento” (Agamben, 2005, pp. 13–15).

O dito e o não-dito, as relações constituídas entre esses elementos e uma estratégia dominante são assim os elementos de base de um dispositivo. Assim, e de acordo com Foucault, o dispositivo de sexualidade

“funciona segundo técnicas móveis, polimórfas e conjunturais de poder [...], gera uma extensão permanente dos domínios e das formas de controlo [...], está relacionado com a economia por numerosos e subtis pontos de ligação, o principal dos quais é o corpo” (Foucault, 1994, pp. 109, 110).

Ao criar subjectividades e discursos, o dispositivo de sexualidade opera também como elemento hermenêutico (Foucault, 1994, p. 71) num processo duplo e interligado: “pedimos-lhe que diga a verdade [...] e pedimos-lhe que nos diga a nossa verdade, ou antes, pedimos-lhe que diga a verdade profundamente penetrada por esta verdade de nós próprios que julgamos possuir em consciência imediata” (Foucault, 1994, p. 73,74). A *sexualidade* não existe e é descoberta a partir do momento em que a medicina e a psicanálise se começam a debruçar sobre ela, a sexualidade é criada por estes discursos e abre a possibilidade de se configurarem novas áreas, dentro das quais passa a ser possível dizer verdades até então inexistentes: “[é] isto o dispositivo: estratégias de relações de forças que sustentam tipos de saber e que são por eles sustentadas” (Foucault, 1994)¹⁹ e portanto se criam novas posições de sujeito, entre as quais se constituem as relações de poder, e onde se enquadra a ideia de que o desejo sexual é algo de natural e que abre a porta, portanto, para uma hermenêutica não apenas do sexo em si, mas do desejo que é posto a dizer algo sobre o sujeito desejante.

Do ponto de vista histórico, o dispositivo de sexualidade começa a ganhar forma e intensidade a partir do século XVII, mas é no século XVIII que começam a distinguir-se “quatro grandes conjuntos estratégicos, que desenvolvem a propósito do sexo dispositivos específicos de saber e de poder” (Foucault, 1994, p. 107), e que se focam sobre a gestão (anátomo-política) do corpo das mulheres, das crianças, dos

¹⁹ Adoptou-se aqui a tradução feita por António Fernando Cascais (2009).

comportamentos associados à procriação e do “prazer perverso” (Foucault, 1994, p. 108). O surgimento do dispositivo de sexualidade está portanto ligado intimamente com o surgimento de uma sociedade e sensibilidade burguesas, onde surgem como problemáticas a figura da criança masturbadora ou da mulher nervosa e histérica; só mais tarde as camadas populares foram progressivamente e lentamente sendo penetradas pelas operações deste dispositivo (Foucault, 1994, p. 124).

O sexo (enquanto característica individual, e enquanto *sexualidade*) não pode ser encontrado, para Foucault, enquanto *datum* físico inquestionável e auto-evidente, mas sim como “figura histórica muito real” (Foucault, 1994, p. 159). É através disto que a questão da inteligibilidade do sujeito entra em jogo e é posta em causa: “a sexualidade [...] torna-se a cifra da individualidade, aquilo que permite analisá-la e, ao mesmo tempo, o que torna possível fazer o seu levantamento” (1994, p. 148).

Neste contexto, a figura da Criança adquire especial importância, ao abrir o funcionamento do dispositivo de sexualidade a um controlo que abrange toda a vida. E tal como o conceito sociológico geral de Criança é visto como um momento de passagem, ou o de adolescência como estando ligado à liminaridade, também a Criança é, no contexto do dispositivo de sexualidade, um ser sexual liminar, “aquém do sexo e já nele, numa perigosa linha de partida”, que legitima as acções dos “pais, [d]as famílias, [d]os educadores, [d]os médicos, mais tarde [d]os psicólogos, [que] devem tomar a seu cargo, de forma contínua, este germe sexual preciso e arriscado, perigoso e em perigo” (Foucault, 1994, p. 107). O jovem ocupa então um lugar duplo, que ajuda a construir o próprio papel da sexualidade: “[na] sexualização da infância, elabora-se a ideia de um sexo que está presente (por virtude da anatomia) e ausente (do ponto de vista da fisiologia)”; é esta ideia de presença e ausência simultâneas como características basilares da sexualidade que se transmite: “ao sexualizar-se a infância, constitui-se a ideia de um sexo marcado pelo mecanismo essencial da presença e da ausência, do oculto e do manifesto” (1994, p. 155).

Esta implementação múltipla e progressiva do dispositivo de sexualidade tem duas implicações mais gerais: em primeiro lugar, a história do dispositivo liga-se à história da sociedade moderna e suas características, interpenetrando-se e modificando-se ambas; em segundo lugar, há uma componente classista (ou, pelo menos, de estratificação social e socioeconómica entendida enquanto estrutura de privilégio) nas *nuances* do dispositivo de sexualidade e na forma como a própria ideia de sexualidade

se aplica a diferentes sujeitos. Embora se possam aqui fazer paralelismos com a teoria dos *scripts* sexuais, que também implica uma posição de construcionismo social (W. Simon & Gagnon, 2003), considera-se que a abordagem do dispositivo de sexualidade se foca mais na forma como a relação entre indivíduos e contextos sociais é dialógica e revestida de poder – dessa forma, os *scripts* não existem para serem assimilados, antes são co-construídos no momento em que se assume que essa assimilação ocorre.

Na medida em que o contexto desta investigação se foca num presente oscilante entre características modernas, de modernidade tardia e pós-modernas, é preciso interrogar que transformações têm tido lugar, no campo das sexualidades e das intimidades. Este tema tem sido explorado por vários autores, que apontam diferenças fundamentais que surgem na segunda metade do século XX e se vão alargando no virar de século. Anthony Giddens (1993) aponta, por exemplo, como se tem vindo a assistir ao surgimento da “relação pura”, ou seja:

“uma situação onde se entra numa relação social tendo como objectivo a relação em si, aquilo que pode ser retirado por cada pessoa da associação continuada com outra; essa situação só se mantém enquanto ambas os indivíduos consideram que daí retiram satisfação suficiente para nela se manterem. [...] Faz parte de uma reestruturação genérica da intimidade”(Giddens, 1993, p. 58).

Ulrich Beck e Beck-Gernsheim assinalam vários elementos fundamentais para compreender as transformações nas relações de intimidade e sexualidade das sociedades ocidentais contemporâneas. Em primeiro lugar está, para os autores, o desaparecimento da família (e sua substituição pela família pós-familiar) – ou seja, o contexto em que a ideia de família (nuclear, monogâmica e heterossexual, estável) era pensado desde o princípio da modernidade (por entre as classes privilegiadas) já desapareceu. Em segundo lugar, o surgimento do *homo optionis* (fruto de uma injunção inescapável a que cada pessoa é sujeita, e que a leva a ter que escolher, a cada momento da sua vida, o que irá fazer), dentro de um discurso de auto-melhoramento típico da narrativa neo-liberal que aponta para uma auto-instrumentalização psicologizada (Rose, 1998) (cf. Capítulo I.1) envolve os sujeitos ainda mais profundamente num projecto de constante reconstrução das suas configurações afectivas. Para além disso, as mudanças dos papéis de género alimentam de forma progressiva a transformação das dinâmicas de intimidade e sexualidade em categorias cada vez mais transitórias (Beck & Beck-Gernsheim, 2001, 2003), “líquidas” (Bauman, 2003). Esta transitoriedade cria a necessidade e abre espaço para o surgimento de novas micro-narrativas da intimidade, que respondem, até certo ponto, à falência das grandes macro-narrativas ocidentais: Plummer (1994) fala do

surgimento de um novo componente da cidadania, a cidadania íntima, com as concomitantes questões políticas e sociais.

Fazendo uma análise que expande mais longamente algumas das referências apresentadas acima, Gunter Schmidt (1998) identifica o acto da negociação como a base para um novo código moral característico da modernidade tardia; “o que conta é que os participantes tenham negociado previamente [a questão] e chegado a acordo [sobre o que fazer]” (Schmidt, 1998, p. 225). O mesmo autor afirma (contra Foucault, dir-se-ia) que “as perversões se evaporam”, transformando-se em apenas mais um estilo de vida. Porém, num aparente paradoxo, Schmidt recorre a Baudrillard para argumentar que o sexo que nos envolve opera, na verdade, para dessensibilizar: “qualquer pessoa que absorva a torrente de imagens oferecidas em público ou privado acabará por se tornar sexualmente inacessível e dormente” (Schmidt, 1998, p. 232), sendo que um dos principais motivos seria a pornografia actualmente existente.

Este efeito de dessensibilização que Schmidt defende liga-se com a massificação de representações (principalmente visuais) que são habitualmente conotadas com “pornografia”, mas também com “produtos e serviços [que] se estão a tornar mais acessíveis a um grupo mais abrangente de consumidores” (Attwood, 2006, p. 82).

Indo além desta visão negativa, a “pornograficação do *mainstream*” de que fala Brian McNair (1996, p. 23) tem, para o autor, uma série de conotações positivas, que têm que ver com a democratização do desejo (McNair, 2002), e sua “remoção do quasi-monopólio masculino heterossexista sobre a produção e consumo das representações sexuais em todas as suas formas” (McNair, 1996, p. 170).

A democratização do desejo não é, no entanto, apenas política (ou somatopolítica). É necessário articulá-la com a dicotomia público/privado e com a cultura consumista e capitalista. Como expressão da ideia de que “o pessoal é político”, a mercantilização generalizada do sexo nas suas várias expressões representa “a entrega de algum do seu [da esfera pública] espaço discursivo aos interesses humanos das pessoas” (McNair, 2002, p. 81). Esta entrada no espaço discursivo é marcada não tanto por uma suposta presença ubíqua da pornografia *tout court*, mas antes “a representação da pornografia na arte e cultura não-pornográficas; o *pastiche*, paródia, homenagem e investigação da porno; a transformação pós-moderna da porno em artefacto cultural *mainstream*” (McNair, 2002, p. 61, itálico do autor). De acordo com Feona Attwood, a utilidade da análise de McNair está no facto de permitir articular os “recentes

desenvolvimentos nas representações sexuais e sugerem como estas se ligam a mudanças culturais mais latas que estão a ocorrer nas sociedades capitalistas ocidentais” (Attwood, 2006, p. 82). Por outro lado a autora é crítica do que considera ser uma análise demasiado celebratória que ignora “as formas como [as representações] também fazem com que as nossas práticas e identidades sexuais [estejam] mais disponíveis para regulação” (Attwood, 2006, p. 82). Esta regulação pode revestir-se de várias formas, duas das quais se destacam aqui pela sua ligação: uma continuação das separações sociais em função das posses económicas (em que, para ‘ter prazer’, é primeiro preciso ter dinheiro) e o enquadrar do sexismo enquanto libertação.

Uma exploração desta reapresentação problemática encontra-se no trabalho de McRobbie (2008b) sobre pós-feminismo: a ideia de que a conquista da igualdade formal de direitos legais entre géneros resultou no fim da necessidade do feminismo ou de lutas pela igualdade de género abre a porta a uma recuperação do discurso patriarcal sob a capa de uma igualdade inexistente; a série *O Sexo e a Cidade* pode considerar-se como um exemplo da cultura popular que sintetiza estas duas regulações (Attwood, 2006, p. 85), ao conter um grupo de mulheres que estão supostamente liberas e em controlo das suas próprias vidas (sexuais e não só), mas tão-somente na medida em que dispõem de poder económico e que continuam a buscar um homem ‘perfeito’. Angela McRobbie fala de como, no contexto de uma sociedade pornografada, se assistem a três permutações que são preocupantes: “a deslocação da indústria pornográfica para o *mainstream* enquanto entretenimento do sexo, [...] a participação activa das mulheres como consumidoras deste material [...] [e] a incorporação no reportório do *marketing* de uma falsa linguagem feminista de *empowerment*” (McRobbie, 2008a, pp. 225, 226).

Falar de “classe” introduz também um outro elemento, para Attwood – “ter classe” (ou seja, *ser* de uma determinada classe) implica saber consumir *com* classe. O consumo dentro do contexto da sociedade pornografada precisa de ser legitimado como demonstrador de estilo, apreciação estética e contendo um potencial de auto-realização e melhoria (Attwood, 2006, p. 85) que se articula com “discursos que regulam o sujeito através de uma internalização dos regimes de poder disciplinar” (Evans, Riley, & Shankar, 2010, p. 116). Há, portanto, um consumo de sexualidade que pode ser *sexy* e ‘de bom gosto’, oposto a um consumo ‘foleiro’. Isto tem o potencial de conduzir a uma homogeneização das representações, onde nem todas as mulheres (ou todos os corpos) têm igual espaço dentro do processo de pornograficação da cultura

(Evans *et al.*, 2010, p. 117), “destacando a interseccionalidade entre discursos genderizados, classistas, raciais e sexualizados” (Evans *et al.*, 2010, p. 115).

O resultante pode parecer uma contradição: libertação, visibilidade para minorias e alargamento do espectro das possibilidades discursivas de um lado, consumismo, controlo tecno-político introjectado (em que o ter sexo e o querer sexo são imperativos), dessensibilização e normalização de outro. Esta aparente contradição está em linha de coerência com as supra-citadas análises de Giddens ou com o que Beck e Beck-Gernsheim dizem sobre o *homo optionis* o ser por precisamente não ter escolha senão escolher. Esta leitura encaixa também com a de Nikolas Rose (1998) sobre a psicologização da sociedade ocidental contemporânea: conforme o sujeito se começa a ler cada vez mais como indivíduo dotado de uma psique sobre a qual pode intervir, os discursos que operacionalizam essa mesma intervenção ganham mais relevância e saber-poder; o sujeito psicologizado é o sujeito criado por e criador de uma teia de relações de poder das ciências psicológicas.

Attwood resume o papel da sexualidade numa sociedade moderna:

“a sexualidade adquire um conjunto muito específico de características, ao assumir um papel central mas nebuloso na articulação dos nossos corpos e desejos e nas nossas reivindicações de individualidade com um *self* para si-mesmo, com o nosso estatuto no mundo, com a nossa corporeidade perante os outros e com o sexo em si mesmo. [...] Somos postos perante a tarefa de *gerir* a nossa sexualidade, ao mesmo tempo que somos incitados a abandonarmo-nos a ela” (Attwood, 2006, p. 89).

Isto liga-se com a ideia do dispositivo de sexualidade como envolvendo “processos que disseminam [o sexo] à superfície das coisas e dos corpos, que o excitam, o manifestam e o fazem falar, o implantam no real e lhe prescrevem que diga a verdade” (Foucault, 1994, p. 76). Essa gestão da sexualidade não se limita a um trabalho de reflexão ou construção dos nossos desejos: passa também por consumir da forma correcta, tanto informação como produtos que garantam uma produção *correcta* de um sujeito desejado e de desejo *adequado*. A noção de “tecnologias de *sexiness*” (Evans *et al.*, 2010) faz a linha de cruzamento entre estes pontos, através do pós-feminismo: há uma política de classe sobre o tipo de sexualidade correcta que se pode demonstrar e de como a mulher, em particular, tem que ser *sexy* ao invés de sexual, através do consumo e reprodução de códigos previamente vigentes e mediaticamente disseminados, que cruzam subjectividade, consumo e cultura dos *media*.

A marca de uma sexualidade pós-moderna é, então, a valorização do sexo e da sexualidade enquanto uma experiência de expressão e formulação de subjectividade que

constitui um fim em si mesma (Attwood, 2006; Schmidt, 1998), mas não só: é a forma como acaba a configurar-se enquanto discurso libertador ou intrinsecamente emancipatório. Foucault (1994) critica esta abordagem como alimentando e operando dentro da lógica do dispositivo de sexualidade (Foucault, 2000b). Como será abordado mais adiante, neste processo são absolutamente fundamentais as transformações nas tecnologias e usos dos *media*, que se alimentaram desta dinâmica, perturbando as definições de sexo, sexualidade e as possibilidades de separar corpo, representação, acto sexual e público/privado.

Outros autores preferem reapropriar a noção de pornograficação (por vezes vertida como “pornificação” ou “sexualização”) como um termo que descreve algo de intrinsecamente negativo, no sentido oposto à utilização que McNair faz, originalmente, do termo (para uma lista de exemplos, vide Smith (2010)). Para estes autores, a correlação com pornografia funciona como marcador de algo que se corrompe ou se leva ao exagero, conduzindo a uma perda profunda e significativa no que a sexualidade (e o sexo) pode ter. Estas visões tratam o sexo como um excedente que, por contágio, infiltra todas as camadas de representação e sociabilidade (Hawkes & Dune, 2013).

Como já abordado (cf. Capítulo I.5), a sexualização envolve uma preocupação adulto-cêntrica, mas também heteronormativa, reprodutiva, classista e racializada, preocupada em encontrar ou resgatar uma sexualidade ‘pura’, ‘saudável’ e humanista, da influência do consumismo e da auto-objectificação. O sujeito precisaria, nesta perspectiva, ou de adquirir as competências pessoais (de literacia) para superar a influência, ou de validar o exercício de controlos sociais sobre os *media* em geral para eliminar a sexualização da sociedade – numa postura de tensão entre o ontológico e o ético (Angelides, 2004); preso numa dicotomia entre estar sujeito ao poder ou estar livre da influência do poder (Duschinsky & Barker, 2013).

Clarissa Smith devolve a esta visão as mesmas perguntas que, historicamente, têm sido colocadas à pornografia em si mesma, ao erótico, ao sensual: “quais são as fronteiras do termo, o que está incluído e excluído e porquê, como é que essas fronteiras são mantidas” (C. Smith, 2010, p. 105). Segundo a autora, o conceito “pornograficação” pode já ter ultrapassado a sua própria utilidade por uma sucessão de constantes reenquadramentos que elidem efeitos e fenómenos mediáticos e sociais:

“Uma das minhas preocupações centrais é que a pornograficação é um termo que, da maneira como é empregue hoje em dia, não tem utilidade intelectual e que, embora afirme traçar padrões, processos e trajectórias, o que faz na verdade é obscurecê-los

para daí fazer asserções discursivas sobre efeitos e consequências que têm de ser encaradas como sendo «óbvias» [...]. [A pornograficação] é um meio de garantir que comportamentos, práticas e acções possam ser classificadas e avaliadas como problemáticas sem ser preciso analisar os temas específicos relacionados com a sua história, produção e consumo [...]” (C. Smith, 2010, pp. 105, 106).

Neste trabalho, e para os propósitos da investigação presente, mais importante do que tomar uma posição definitiva sobre se “pornograficação” é ou não um termo esvaziado de sentido, é importante recuperar as perguntas que estão por detrás do conceito, e as variáveis a que se ligam, procurando abrir o horizonte interpretativo e prestando atenção a “mudanças reais que estão a verificar-se no uso dos *media* e da tecnologia, na organização dos lares, do trabalho, dos tempos livres, do crescer e nas relações mutáveis entre comércio e intimidade” (C. Smith & Attwood, 2011, p. 330).

É fundamental não confundir preocupações éticas e morais prescritivas sobre como é que os *media* deveriam organizar, com elaborações teóricas sobre que sistemas organizam a experiência social. A pornograficação, como o dispositivo de sexualidade, é um constructo teórico que organiza experiências diferentes e lhes confere uma legibilidade que não lhes é imanente. A análise de McNair circunscreve-se ao derrame da linguagem da pornografia nos *media* e nas práticas *mainstream*, ao passo que as visões que preferem assinalar a pornograficação de McNair como algo negativo acabam por mobilizar para explicar, num modelo positivista, pretensas transformações nas próprias práticas físicas sexuais dos sujeitos envolvidos nessa pornograficação.

Isso implica inquirir e situar as práticas e usos reais e procurar compreender que sentidos fazem e retiram os sujeitos dessas mesmas práticas, indo além da dicotomia entre bons e maus efeitos, entre *empowerment* político e identitário e reforço de ideologias normativas – dando conta de como ambas as facetas são co-extensivas e indivisíveis, tensionais e que têm de facto ocorrido transformações cuja natureza é complexa e requer investigação académica crítica (Attwood, 2010, p. 744). No caso da tensão entre visibilidade política e reapropriação capitalista, convém lembrar que a crítica acérrima à mercantilização do sexo e da sexualidade como um mal em si choca directamente com a constatação de que virtualmente *todas* as facetas da vida nas sociedades ocidentais contemporâneas se encontram mercantilizadas – assim, “a ideia de que [o meu *self* sexual] pode ser separado de todas as outras formas pelas quais eu existo neste mundo e manter-se impoluto pelo comercialismo é ridícula e é apenas uma forma de substituir análise por condenação” (C. Smith, 2010, p. 108). Esta substituição, visível em vários trabalhos nesta área, cai no essencialismo veredictivo do sexo que

Foucault critica, e reforça, ao invés de interpelar criticamente, as operações discursivas e de poder-saber do dispositivo de sexualidade. Muitas críticas, afirma Attwood (2010, p. 743), vivem de “uma profunda desconfiança dos jovens, da cultura popular, das práticas ‘femininas’, ‘dos *media*’ e das novas tecnologias, espalhada por cima da familiar articulação do sexo como intrinsecamente perigoso” (cf. Tsaliki (2015)).

II.2 – Da pornografia como obscenidade às pornografias nos novos *media*: breve história de uma definição impossível

Esta secção pretende demonstrar que, em primeiro lugar, é impossível fornecer uma definição unívoca e imanente do que é “pornografia”; em segundo lugar, que a historiografia e contextualização do termo “pornografia” são fundamentais para compreender o que é o devir²⁰ pornografia de determinadas expressões culturais e a cultura que produz esse devir pornografia.

Antes de se avançar para a elaboração de cada um destes pontos, é preciso considerar que tem sido construída uma relação de subordinação entre pornografia e obscenidade – nos variados contextos em que “pornografia” foi normativamente definida, só o foi enquanto sub-conjunto de uma expressão mais abrangente (e moralmente carregada): o obsceno. Por outras palavras, não existem formulações *normativas* ocidentais vigentes de pornografia que não a coloquem como uma subsecção do discurso obsceno. Isso não é o mesmo que dizer que não existem *quaisquer* definições que separem pornografia de obsceno, como será explorado mais adiante.

Uma das mais aturadas reflexões sobre a obscenidade é a análise fenomenológica de Matthew Kieran (2002), que considera de forma sistemática as várias possibilidades do que é cognitivamente mobilizado quando algo se intitula de obsceno, sendo uma das primeiras considerações o facto de que considerar algo obsceno não passa, enquanto condição necessária, por uma consideração de causalidade (Kieran, 2002, p. 32). Igualmente, obsceno também não tem que se relacionar, necessariamente,

²⁰ Usa-se aqui a ideia de devir num sentido latamente deleuziano: contra a ideia de que algo é pornografia, a ideia de que algo se *torna* pornografia pela mobilização de uma série de discursos e tecnologias num determinado tempo e espaço, e que essas mobilizações são mutáveis, contextuais e não-ontológicas.

com questões de mero bom gosto (o aspecto cariêntico²¹ como contraposto ao aspecto moral) (Kieran, 2002, p. 33) ou de objectificação de pessoas (Kieran, 2002, p. 36).

A definição formalizada do que constitui, então, um julgamento correcto de obscenidade é, para Kieran, o seguinte:

“x é adequadamente considerado obsceno se e só se (A) x é adequadamente classificado como membro de uma forma ou classe de objectos cujo propósito autorizado é solicitar e dirigir-nos para respostas cognitivo-afectivas que são: (1) internalizadas como sendo moralmente proibidas e (2) o faz de formas consideradas repulsivas ou tidas como devendo suscitar repulsão e (3) o faz para (a) satisfazer desejos directos que são considerados como moralmente proibidos ou (b) satisfazer o desejo de ser moralmente transgressivo ou o desejo de sentir repulsa ou (c) conceder recompensas cognitivas ou (d) qualquer combinação das alíneas supra; ou (B) x consegue de facto despoletar respostas cognitivo-afectivas que se conformam com as condições (1) a (3)” (Kieran, 2002, p. 54).

Como o próprio autor aponta, tal definição não indica a possibilidade de uma determinada coisa ser ou não intrinsecamente obscena, mas sim que até a este nível de abstracção formal, não existe obscenidade sem um contexto social e suas proibições morais e, ao mesmo tempo, sem um corpo que reaja ao estímulo apresentado e/ou a um contexto que nos pretenda conduzir a uma determinada resposta.

O obsceno aponta portanto para relações de permissão e interdição no discurso, aquilo que pode num dado contexto ser ou não mostrado, e que interage com uma estrutura moral ou cariêntica que pode, ou não, pretender suscitar respostas cognitivo-afectivas associadas a repulsão. Um olhar atento para esta definição mostra que nenhum dos elementos precisa de estar obrigatoriamente presente junto com todos os outros, sendo portanto possível que algo que não tenha sido criado com o objectivo de ser obsceno possa, ainda assim, ser considerado obsceno.

Ora, foi acima afirmado que toda a pornografia é normativamente considerada como um subconjunto do obsceno. Porém, a manter-se isso, e face ao que está acima, é então possível que algo que não tenha sido pretendido como pornográfico seja considerado como tal (e portanto obsceno). Existem também representações visuais de actos sexuais que não são consideradas pornográficas (e portanto obscenas).

Isto cria uma relação de tensão entre produto e intenção, entre pornografia e obscenidade. Susan Sontag também separou, na sua análise sobre a “imaginação

²¹ Tradução do autor da expressão inglesa “charientic”, baseado na existência, em italiano, da tradução “*carientico*” no artigo *Atti osceni e danno morale*, de Michele Mangini, disponível em http://www.dirittoequestionipubbliche.org/page/2010_n10/3-07_stu_M_Mangini.pdf

pornográfica” a ideia de pornografia da ideia de obscenidade – não por elas não terem qualquer relação, mas porque esta relação é móvel, não se limitando a subsumir pornografia ao obsceno. Para Sontag (1982) é possível olhar para a pornografia como fenómeno social, psicológico ou artístico. A autora focou-se nesta terceira vertente para contestar a ideia de que o artístico e o pornográfico são duas categorias mutuamente exclusivas, identificando uma tendência das elites literárias para privilegiar o realismo como marcador da ‘verdadeira’ arte (escrita). Sontag defende que só alguns tipos de pornografia (aqueles que merecem, na sua visão estética, ser apelidados de arte) interagem de facto com o obsceno, que seria então “o extremo da experiência erótica”, uma experiência de transcendência do humano e, até, algo que está ligado aos elementos mais primordiais da consciência humana – nesta concepção, herdada de Bataille, o obsceno não seria apenas mais uma convenção social.

Esta separação entre obsceno e pornográfico feita por Sontag faz tanto mais sentido quanto mais de perto se atentar à definição específica que ela dá de pornografia: “obras de arte que manifestam a ideia de que os actos lascivos ou de luxúria são inerentemente imorais, [...] que manifestam, ou reflectem, ou reagem a, ou reagem contra, a ideia de que actos e pensamentos lascivos e de luxúria são imorais” (Sontag, 1964). Assim, e independentemente do seu conteúdo, uma obra que não interaja com esta noção moral, não é à partida pornográfica, pois requer a aquisição de “uma determinada ressonância moral” (Sontag, 1982, p. 223) para o ser. Neste sentido, então, obscena seria apenas uma forma particularmente intensa da relação com a noção moral de proibição, que gerasse um qualquer desafio à inteligibilidade da experiência humana. E ainda que Sontag procure manter-se dentro da crítica às convenções estéticas literárias, parece não haver forma de separar uma dimensão puramente estética de uma dimensão moral, quando se trata de referir pornografia e obscenidade.

Perante definições díspares de “obsceno” e de “pornografia”, não é surpreendente que a “ressonância moral” de Sontag que define pornografia corresponda a parte da definição de Kieran do “obsceno”. O objectivo aqui não é conciliar diferentes visões de obsceno e de pornográfico, mas demonstrar que a descontinuidade existente entre estes dois conceitos cria uma cesura passível de ser explorada, tanto teórica como artisticamente, e que tem potenciais implicações com o acima exposto sobre a pornograficação da sociedade enquanto fenómeno de democratização.

Assim, se o obsceno for entendido enquanto sistema de interdições sobre o que pode ou não ser mostrado, certos registos mediáticos que passam corriqueiramente em sinal aberto na televisão (foi famoso, há poucos anos, um conjunto de anúncios a um champô onde uma modelo feminina gemia de forma sexualmente sugestiva enquanto lavava o cabelo) cuja referência metafórica é claramente sexual (pornografizada) ainda assim não são considerados obscenos (i.e., não são proibidos de serem transmitidos, em Portugal). Da mesma forma, e para usar o exemplo de McCreery (2004), um pedófilo que derive prazer sexual de imagens de uma competição juvenil de ginástica vai ver essas imagens enquanto pornografia (e eventualmente sentir a reacção que Kieran considera estar envolvida na noção de obsceno), mas um observador externo não as consideraria certamente nem pornográficas, nem obscenas. Também os movimentos artísticos – pós-porno, pornografia feminista, pornografia para mulheres (Bourcier, 2014; Mondin, 2014) – perturbam estas ligações, ao exibir sob a égide de pornografia imagens que não pretendem necessariamente excitar de forma sexual, ou imagens que não contêm qualquer actividade sexual, ou só a contêm de forma metafórica, abstracta; ou, no caso da pornografia para mulheres, há a pretensão de apresentar uma versão da pornografia que seja excitante do ponto de vista sexual mas que cumpra as regras da sensibilidade de classe média ligadas ao ‘bom gosto’ e, portanto, que não seja obscena.

Não é possível fornecer uma definição imanente de “pornografia” porque, argumenta Attwood (2002, p. 94), inspirando-se em Walter Kendrick, “as definições de ‘pornografia’ produzem textos pornográficos, ao invés de os descobrirem”; estes dizem “mais sobre os medos relativos à corrupção da susceptibilidade pública e menos sobre os seus conteúdos propriamente ditos” (Pinto, Nogueira, & Oliveira, 2010, p. 375). Neste sentido, “a produção de ‘pornografia’ por definição tem uma função específica: a construção da porno como uma categoria ‘especial’ e como um ‘segredo’ a ser mantido escondido de certos grupos sociais” (2002, p. 95). A citação em epígrafe mostra bem como há um *desideratum*, que orienta para a constante necessidade de produzir uma “pornografia”. É quando se olha para a história da censura que se “torna muito claro que o que é considerado obsceno numa era é frequentemente visto como valioso noutra” (McKee, Albury, & Lumby, 2008, p. 4).

Esta visão faz confluír duas ideias que, como no caso de obscenidade e da pornografia, podem ser separadas: que a criação destas definições corresponde efectivamente à produção performativa de textos pornográficos, independentemente do

seu conteúdo formal, parece evidente. Mas nem todos os actores sociais mobilizam essa classificação como sistema de criação de ‘segredo’: os movimentos estéticos e activistas que se reapropriam da ideia de (pós-)pornografia, fazem-no não para manter esta categoria de material escondida, mas para mostrar que podem ser feitas *outras pornografias* e que os regimes disciplinares normativamente associados ao obsceno e à pornografia podem ser questionados. Se é legítimo falar de pornograficação da sociedade enquanto democratização do acesso a materiais e expressões antes consideradas interditas, então é legítimo argumentar que “pornografia” e “obsceno” são conceitos com investimentos e mobilidades diferenciadas e que estão agora dentro de um sistema ocidental, capitalista, neoliberal e informacional de rápida circulação de produtos dos *media*, num particularmente intenso estado de transiência.

A pergunta torna-se então geográfica, visto que a “pornografia” se produz pelo mapeamento das fronteiras entre o aceitável e o inaceitável, entre o que está dentro, na fronteira, ou fora de si (Kipnis *in* Attwood, 2002, p. 95), quer se pretenda violar, quer se pretenda reforçar essas fronteiras. Só isto torna possível “colocar questões sobre a relação da pornografia com outros discursos e categorias [...] e indagar sobre o que está em jogo neste tipo de produção cultural” (Attwood, 2002, p. 95). Esta autora apelida o processo de “recontextualização pornográfica” (2002, p. 97), indispensável para perceber como é que a pornografia realiza o seu trabalho cultural – o de significar – junto das pessoas dessa cultura, independentemente de a consumirem ou não. É através deste processo que se consegue entender como se constroem as distinções entre erótico e pornográfico, entre sexualidade ‘com classe’ e ‘foleira’ e, não menos importante, entre ‘alta’ e ‘baixa’ cultura (Pinto *et al.*, 2010, p. 376); mesmo Susan Sontag, ao pretender valorizar a pornografia enquanto produto artístico, é clara na limitação do alcance da sua recuperação, ao manter a distinção entre lixo cultural e produtos artísticos, embora o faça com algumas *nuances* (e.g., ao admitir a relevância artística de Sade ao mesmo tempo que se recusa a reconhecer nele um bom escritor (Sontag, 1964)).

Como afirma Lynda Nead (*in* Attwood, 2002, p. 96), a pornografia e o conteúdo artístico estão “presos num ciclo de definição recíproca, em que cada um depende do outro para obter o seu sentido, significância e estatuto”. O artístico é aquilo que ultrapassa o estigma do pornográfico e o pornográfico é o que não ascende ao artístico; o erótico é a marca de uma sexualidade respeitadora das convenções de classe, e o

pornográfico é o que há de ‘baixo’ e inestético²². A associação entre erotismo e arte é possível (e, em alguns casos, desejável), mas é (no senso-comum e na crítica de arte) quase sempre uma associação desnivelada: o erotismo é visto como uma característica de alguma arte, mas o artístico é (quando é) uma *qualidade* (rara) de algum erotismo.

Como no caso do pornográfico ou do obsceno, não existe nenhuma qualidade *observável* que permita distinguir erótico de pornográfico, apenas um maior ou menor alinhamento com convenções estéticas que, de acordo com Sontag (1964, 1982), contêm já embutidas considerações morais e padrões artísticos de avaliação (como é o caso do realismo das representações). Estes padrões não poucas vezes se fundamentam numa sensibilidade classista, temporalmente e geograficamente variável – quanto mais não seja porque há um privilégio socioeconómico marcado por entre as elites culturais.

Assim, importa para esta investigação tomar em particular atenção como é que os jovens entrevistados falam sobre pornografia, erotismo, obscenidade, em que sentido é que usam estas diferentes palavras para criar e contestar visões sobre o que é ou não próprio ou indigno. Os seus posicionamentos implicarão as suas próprias atitudes, as atitudes de outros, o convocar de diferentes discursos para o desenhar de concepções de permissão e proibição, e a contestação da própria ideia de proibição.

De forma a cumprir o requisito de contextualizar histórico-socialmente a pornografia (e com isso comprovar a fluidez de significados e quão diferentes podem ser os discursos considerados conexos), o que se segue é um resumo necessariamente breve da relação ocidental moderna com a pornografia. Presta-se particular atenção às famosas *sex wars* norte-americanas do feminismo radical dos anos 70-80 do século XX, na medida em que foi nesse contexto que uma parte relevante do pensamento teórico sobre o assunto surgiu e que as experiências mediáticas *online* actuais passam ainda por constrangimentos legais e empresariais marcadamente norte-americanos. Isto não constitui uma negação da crítica que Susanna Paasonen apresenta quando afirma que “descrever diferentes posições, investimentos políticos e premissas sobre género e

²² Clarifica-se novamente aqui que esta postura é justamente a que Susan Sontag critica veementemente, mas apenas na medida em que, assim enunciada, a postura se torna absoluta. O problema, para a autora, é que isto leva a desconsiderar-se *algumas* obras que, na sua visão, são propriamente – esteticamente – artísticas. Mas, de acordo com a mesma, a maioria das obras pornográficas não ascendem efectivamente – por razões estéticas também – ao estatuto de obras de arte

sexualidade significa reproduzir a sua lógica binária” o que “mantém a dinâmica do debate viva, ao mesmo tempo que a simplifica” (2011, p. 53), mas sim que o reconhecimento da bagagem discursiva é uma base crítica de onde podem surgir argumentos complexos que façam avançar o estado da arte. O que se apresenta é, na medida do possível, uma narrativa geralmente ocidentalizada, porque é também ocidental a noção de pornografia, segundo Hunt (1993, p. 10).

A raiz etimológica de “pornografia” (do grego *porne*, “prostituta” + *graphein*, “escrever”) aponta para a mediação ou registo da mulher, mas apenas na medida em que o seu género se confunde com a sua actividade. Uma famosa mobilização deste termo e suas preocupações encontra-se na altura em que historiadores ingleses do século XIX desenterraram frescos e estátuas ‘eróticas’ de Pompeia e se preocuparam sobre como manter tais materiais longe de crianças, mulheres, e classes baixas através de museus secretos e peças não listadas (Hunt, 1993, p. 12; McKee et al., 2008, p. 5).

O termo, porém, precede esta aplicação, e liga-se a França: Etienne-Gabriel Peignot compilou e publicou em 1806 uma lista de obras censuradas e, entre as razões possíveis, estava o facto de serem escritas de forma pornográfica (Hunt, 1993, p. 14). Alguns anos antes já o termo tinha surgido, e com um sentido curiosamente mais próximo do que a sua etimologia sugere de facto: Restif de la Bretonne (cuja inimizade com o Marquês de Sade o levou a publicar um livro chamado *Anti-Justine*) editou em 1769 a obra *Le Pornographe* que era, muito literalmente, um livro sobre a questão da regulação da prostituição (Hunt, 1993, p. 13).

A história da ideia de pornografia (ou seja, da ideia de uma classe de expressões artísticas e mediáticas consideradas como fundamentalmente diferentes) pode, segundo Lynn Hunt (1993, p. 10), ser traçada até Itália durante o século XVI e, em seguida, ligada a alguns dos principais acontecimentos da Europa: o Renascimento, a Revolução Científica, o Iluminismo e a Revolução Francesa; isto reforça a ideia, apresentada acima, que a actual noção de sexualidade e dos seus lugares na sociedade está intimamente ligada com a própria história do modernismo, entendido *latu sensu*. O tipo de escrita a que actualmente se poderia chamar pornográfico tem, na verdade, ligações directas com questões políticas e filosóficas, como o Marquês de Sade ilustra.

Antes da Revolução Francesa, “*livres philosophiques*” (livros filosóficos) era jargão de livreiro para toda uma série de livros considerados igualmente proibidos, que não estabeleciam distinção entre heresia, sedição ou ‘pornografia’ (Aberdein, 2010, p.

22). Durante os séculos XVI e XVII, imagens que actualmente seriam consideradas pornográficas ou sexualmente explícitas serviam para a realização de críticas e sátiras políticas, sem intenção de despertar qualquer resposta sexual (Sarmet, 2014). De resto, esta distinção seria difícil de fazer porque as obras em si eram profundamente hibridizadas: filosofia, crítica política, religiosa e descrições de cenas sexuais juntavam-se num teste constante, consciente e crítico aos limites do socialmente aceitável (Aberdein, 2010, p. 22; Hunt, 1993, pp. 31, 33), vários deles tendo inclusivamente sido escritos por filósofos, como Diderot. Aqui se encontra outra relação entre a etimologia da palavra e as práticas discursivas: várias destas obras tinham como personagem principal e narradora uma prostituta “independente, determinada, financeiramente bem-sucedida e que desdenha dos novos ideais de virtude feminina e domesticidade” (Hunt, 1993, p. 38), denotando “uma sensibilidade esclarecida que rejeitava as moralidades convencionais e as ortodoxias religiosas” (Garlick, 2010, p. 600); um exemplo clássico é o do Marquês de Sade, que coloca (algumas) personagens femininas “como seres de poder nos seus mundos imaginários”, e que “colocou a pornografia ao serviço das mulheres” (Carter, 2006, pp. 41, 42), mau-grado a sua própria misoginia pessoal. Também Simone de Beauvoir escreve longamente sobre a complexidade ética e filosófica que o Marquês de Sade desenvolve, colocando-o como “precursor da psicanálise” e considerando que o seu trabalho se baseia numa “ética da autenticidade” (Beauvoir, 1987, pp. 39, 64).

A relação de tensão entre democracia e pornografia não é exclusiva da segunda metade do século XX. No século XVIII os temas pornográficos passaram a integrar os discursos populistas, sendo usados tanto de um lado como do outro do espectro político, e tanto em França como na Inglaterra. De acordo com Hunt (1993, pp. 43, 44), “a pornografia desenvolveu implicações democráticas por causa da sua associação com a cultura da imprensa, com as novas filosofias materialistas da ciência e da natureza e com os ataques políticos aos poderes dos regimes estabelecidos”. Demonstrando o quão histórico-culturais estas práticas são, há que apontar o aparente desinteresse dos Países Baixos, cujo sistema político era bem mais liberal que o de França ou Inglaterra nesta época e cuja relação com a esfera privada se destacava por uma maior autonomização, em produzir conteúdo pornográfico original (Hunt, 1993, p. 45). É por causa deste contexto político que Aberdein afirma que “a pornografia emergiu como uma categoria

distinta de materiais que podiam ser banidos em segurança por sociedades que, ao mesmo tempo, se auto-congratulavam pelas suas liberdades” (2010, p. 29).

Isto marca uma viragem em vários países, em que os governos passam a complementar ou substituir a Igreja na sua função de censura, com vista a proteger da corrupção certas camadas da população (vide acima), agora em perigo dadas as facilidades tecnológicas de reprodução de textos e imagens concomitantes do desenvolvimento de mais e melhores sistemas de impressão e, evidentemente, do aumento até então inusitado da percentagem de população que tinha alguma literacia. Que não se pense, porém, que já se estava perante uma definição terminada do que é o “pornográfico” e que esta era tratada de forma singular face a quaisquer outros géneros literários. Na medida em que as novelas (ou, melhor dizendo, o romance enquanto estilo literário que se consolida também no século XVIII) eram consideradas como provocando um recuo psicológico para o reino da pura fantasia, não era preciso que tivessem descrições sexualmente explícitas para que fossem tratadas como sendo igualmente pornográficas (e perigosas, portanto) (McKee *et al.*, 2008, p. 11). De resto, e de acordo com Martin Barker (2014), a fantasia associada à pornografia ocupa um lugar duplo: se, por um lado, a pornografia não deixa nada para a fantasia, por outro, é acusada de a sobrestimular e, portanto, de introduzir desgoverno ou alienação. Os materiais tornam-se assim problemáticos e perigosos não apenas por aquilo que figuram ou descrevem, mas por aquilo que *fazem*, pela dimensão performativa do texto (imagético ou escrito) sobre os *corpos* de quem observa (T. Dean, 2014, p. 10).

Isto não impediu, como dados recentes vieram, que livros mais especificamente sexuais circulassem lado a lado com outro tipo de obras; na verdade, era frequente ver (dispendiosos) anúncios de jornal em Inglaterra a promover a venda tanto de manuais médicos como de livros de tipo pornográfico (Bull, 2014).

Durante o século XIX aquilo a que se assiste é a uma separação cada vez mais coerente entre diferentes práticas estilísticas no campo da escrita e, também, ao alargamento dos grupos a proteger: foi só a partir da segunda metade do século XIX que as crianças passaram a ser alvo de protecção específica deste tipo de conteúdos (a par do mesmo movimento noutras áreas, como é o caso do trabalho infantil) (McKee *et al.*,

2008, p. 9)²³. A par do acesso mais popular a obras pornográficas, constituíram-se também colecções privadas, geralmente secretas mas cuidadosamente curadas, detidas por pessoas de classe elevada – os museus secretos a que Williams (2014) alude²⁴ e que coexistem com este discurso de saúde pública sobre o perigo da sexualidade. Um importante marco é o da descoberta da cidade de Pompeia e seus frescos: a identificação desses mesmos frescos como pornográficos é um gesto taxonómico que permite delinear um campo para melhor o preservar, classificar e, fundamentalmente, esconder do público em geral, trancando o material numa sala de museu e apelidando a colecção de *Raccolta Pornografica* (T. Dean, 2014, pp. 2, 3)

Uma outra mudança radical tem que ver com o panorama mediático: o surgimento da fotografia e a sua progressiva massificação veio transformar o entendimento do que é “pornográfico” e da importância da regulação. Segundo Wai-Tseng Leong (1991, p. 95), existe um paralelo directo entre novos *media* e a regulação do pornográfico, uma “directa mas desproporcional relação entre o desenvolvimento de novas formas de *media* e receios sobre a realidade e ‘perigos’ dos novos *media*”. Hardy (2008, p. 61) considera que os textos pornográficos estão pensados para levarem a audiência a pensar que está a ver “a ‘verdade’ sobre a sexualidade” e que, nesse aspecto, a fotografia é vista como carregando um valor de verdade mais intenso do que o texto – ou, em termos mais gerais, “cada novo *mass medium* é visto como sendo progressivamente mais poderoso ou corruptível do que o que lhe precede” e dele “diz-se que é mais ‘pornográfico’ ou ‘obsceno’” (Leong, 1991, p. 95). Compreende-se então como as tecnologias de mediação são efectivamente tecnologias no sentido foucauldiano de componente de operacionalização do dispositivo de sexualidade: mais uma forma (ainda mais) eficiente de perceber ou desvelar a suposta verdade do sexo.

Assim, progressivamente, o controlo (político, censório, formal) sobre o material escrito começou a afrouxar para se focar mais detalhadamente nas imagens e, quando o cinema e as imagens em movimento surgiram e se disseminaram, o processo repetiu-se. Isto leva a análise para a segunda metade do século XX, na América do Norte, onde se

²³ O mesmo não quer dizer que as crianças só passaram a ser foco de gestão de sexualidade a partir desta altura – muito pelo contrário. Foucault identifica a figura da criança masturbadora como fundamental na implantação do dispositivo de sexualidade (vide acima e cf. Capítulo I).

²⁴ Não é despidendo notar que a mesma autora chama a atenção para como a retórica da disponibilidade eterna associada aos novos *media* está, na verdade, a destruir a possibilidade de existir um arquivo – curado – da produção pornográfica digital contemporânea, ao contrário do que sucedia nestas colecções privadas.

iniciou um dos mais relevantes, prolongados e intelectualizados debates sobre a obscenidade e a pornografia. Este debate surge no contexto da chamada “Revolução Sexual” dos anos 60, e reapresenta argumentos sobre protecção de determinados grupos sociais que se contrapõem a uma retórica de libertação da censura e do tabu da sexualidade (retórica essa que Foucault (1994) critica em profundidade e que enquadra dentro do funcionamento geral do dispositivo de sexualidade e não como uma espécie de exercício de contra-poder).

É também a altura em que começam a surgir formas de verificação empírica das medidas políticas tomadas até então, tanto no Reino Unido como nos EUA (no primeiro caso, o Comité Williams em 1977; no segundo caso, a Comissão Nacional sobre Obscenidade e Pornografia sob o Presidente Johnson em 1967 e, em resposta a esta, a Comissão Meese, que publicou o seu relatório em 1970, sob o Presidente Nixon) (McKee *et al.*, 2008, p. 16). A resposta de Nixon ao que a Comissão, criada pelo seu antecessor, recomendou (que se levantasse as proibições de circulação de material pornográfico no caso de consumidores adultos, mantendo-as para as crianças) é eloquente: permitir a livre circulação de pornografia implicaria um ataque directo à constituição moral dos EUA, uma validação da anarquia em todos os campos da sociedade, já que “a pornografia pode corromper uma sociedade e uma civilização” (Nixon, 1970).

Do ponto de vista dos *mass media*, é relevante assinalar que vários filmes considerados pornográficos são mostrados a uma audiência generalizada, e feitos passar em salas de cinema *mainstream*, dando início a parte das razões que levam McNair (1996) a falar da pornograficação da sociedade; alguns exemplos famosos são *Debbie Does Dallas* (1978) e *Deep Throat* (1972). A par disso, a tecnologia VHS vem tornar possível, fácil e rentável a comercialização (por aluguer ou venda) de material pornográfico audiovisual (McKee *et al.*, 2008, p. 18), bem como a sua reprodução caseira e, mais tarde, o surgimento de câmaras de filmar portáteis possibilitam o mesmo processo para a produção de conteúdos caseiros e amadores. Surgem títulos que se encontram presentes até hoje no panorama mediático: a revista *PlayBoy* é fundada em 1953 e a *Penthouse* entra em circulação em 1965 no R.U. e quatro anos depois nos EUA. Estas alterações do campo mediático são também acompanhadas por mais pânico morais sobre a possibilidade de crianças e adultos ficarem expostos a “pornografia *hardcore*” e viciados nela. O género, enquanto criador de uma categoria

separada de protecção, começa a perder a sua força, na medida em que as mulheres vão sendo, aos poucos, tornadas mais um segmento do mercado (McRobbie, 2008a, p. 226).

É também neste período que surge o movimento feminista radical, cuja posição é comumente tida como sendo “anti-porno”. Esta posição encontra-se enquadrada na prática então emergente de crítica literária feminista, especialmente a feita no R.U. nos anos 70, que procura pensar as ligações entre género, políticas sexuais e representações mediáticas, bem como formas de resistir a essas mesmas representações (Cox, 2000, p. 131), vistas como produtos de uma sociedade patriarcal e heteronormativa. Dentro desta vaga, Catharine MacKinnon e Andrea Dworkin destacam-se enquanto duas das figuras mais proeminentes, tendo estado envolvidas, inclusivamente, na tentativa de fazer passar legislação em vários estados Norte-Americanos que levassem a que o material considerado pornográfico fosse passível de processo jurídico civil. As formulações dessas Ordenanças de Direitos Civis variavam subtilmente, mas o elemento central (prático e teórico) era a definição de pornografia avançada pelas autoras:

“Pornografia querera dizer a apresentação sexualmente explícita da subordinação das mulheres, quer em imagens quer em palavras, que também incluía uma ou mais das seguintes coisas:

- (1) As mulheres são apresentadas enquanto objectos sexuais que apreciam dor ou humilhação; ou
- (2) As mulheres são apresentadas enquanto objectos sexuais que sentem prazer sexual em serem violadas; ou
- (3) As mulheres são apresentadas enquanto objectos sexuais amarradas ou cortadas ou mutiladas ou feridas ou fisicamente agredidas, ou como sendo desmembradas ou truncadas ou fragmentadas nas suas várias partes corporais; ou
- (4) As mulheres são apresentadas sendo penetradas por objectos ou animais; ou
- (5) As mulheres são apresentadas em cenários de degradação, agressão, humilhação, tortura, e mostradas como impuras ou inferiores, a sangrar, feridas, ou magoadas num contexto que faz essas condições serem algo de sexual; [ou]
- (6) As mulheres são apresentadas enquanto objectos sexuais para dominação, conquista, violação, exploração, possessão, ou uso, ou através de posturas ou posições de servilidade ou submissão ou exibição.

O uso de homens, crianças ou transexuais em lugar de mulheres nos parágrafos (1) até (6) acima constituirá também pornografia abrangida nesta secção” (MacKinnon & Dworkin *in* McGowan, 2005, p. 25).

Ao contrário de várias das considerações sobre a (im)possibilidade de definir univocamente pornografia, McKinnon e Dworkin (enquanto porta-vozes *de facto* de vários grupos de feministas radicais) preferem a utilização de uma definição que é, à partida, já moralmente conotada com a exploração das mulheres (ou de crianças, homens e transexuais *enquanto substitutos* figurativos de mulheres). Nesta concepção, a pornografia é condenável não pelo que retrata em si, mas pelo que faz ao existir, e é também essa suposta violência que faz parte constitutiva da própria definição de pornografia. Neste sentido, McKinnon e Dworkin trabalham com uma definição de

pornografia semelhante à que Nixon utilizava, baseada num paradigma performativo da própria existência da mesma.

Ou, como articulou uma outra feminista anti-porno da altura, Robin Morgan, numa frase que se tornou conhecida até fora do círculo académico: “Porno é a teoria, violação é a prática” (*in* Lederer, 1980). Este posicionamento atraiu várias críticas, tanto contemporâneas das ditas autoras como posteriores, mas igualmente surgiram autores que tentam recuperar esta argumentação, refinando-a. McGowan, para esse fim, faz uma distinção entre pornografia e “Mac-pornografia”, ou seja, entre o nebuloso e lato sentido de “pornografia” e a definição de MacKinnon e Dworkin como um sub-conjunto da pornografia que tem como característica imanente o facto de que esta “*celebra, erotiza ou legitima a subordinação sexual das mulheres*” (McGowan, 2005, p. 26). Dito de outra forma, algo só é pornográfico na medida em que subordina as mulheres (Carse, 1999, p. 104).

De acordo com a análise de McGowan, então, para MacKinnon a Mac-pornografia “constitui um acto de discriminação sexual” em si mesmo, servindo para “silenciar as mulheres” e para “construir a natureza das mulheres de maneira falsa, prejudicial e sub-reptícia” (McGowan, 2005, p. 30). Recorrendo a Austin e à sua teoria dos actos de fala, McGowan investiga então que sentido faz alegar que algo construído (a natureza das mulheres) pode ainda assim ser falso; conclui que esta alegação é um acto veredictivo erróneo (McGowan, 2005, p. 45) – isto não quer dizer que a autora discorda de MacKinnon, mas antes demonstra, do ponto de vista linguístico, como opera a Mac-pornografia.

“Assim, se a Mac-pornografia faz com que *a natureza das mulheres, socialmente, conte como sendo X* (para qualquer X), então isto faz com que as mulheres se tornem X e faz com que os homens tratem as mulheres como se elas fossem X. Por causa disto, pode parecer que as mulheres são mesmo, por natureza, como a Mac-pornografia as define, e esta potencial precisão descritiva mascara ainda mais profundamente a construção da Mac-pornografia” (McGowan, 2005, p. 45).

Porém, mesmo esta análise linguística não consegue obviar várias outras objecções levantadas, e que começaram a surgir de forma mais organizada logo no princípio da década de 80 do século XX (Cox, 2000, p. 132), quando se considerou que esta manobra de incluir uma componente moral na definição se torna improdutivo (Albury, 2009, p. 649; Carse, 1999, p. 103). Uma das principais razões para isso está relacionada com o privilégio interpretativo que tal posição implica (ou seja, quem é o “nós” que identifica algo como agressão), e que se divide em três grandes desafios: o

pragmático (como definir quando é que uma dada imagem subordina ou não?), o político (como articular as várias interpretações possíveis da pornografia?), e o de complexidade (como lidar com a pluralidade de significados inseridos nos discursos pornográficos?) (Carse, 1999, p. 106). Segundo Gayle Rubin (1993, p. 21), a pornografia tornou-se, nesta altura, um “bode expiatório para problemas pelos quais não é responsável”, apagando o facto de que “até a mais ‘negativa’ ou ‘estereotipada’ representação da sexualidade pode ser a linha de salvação de alguém” (Albury, 2009, p. 649) e negando sequer a possibilidade de alguma literacia mediática por parte dos consumidores desses conteúdos (Leong, 1991, p. 97).

De particular importância para as críticas à posição do feminismo radical é precisamente a questão da subordinação que estas definições planas de pornografia criam ao elidir ou ignorar a dinâmica envolvida em pornografia não-heterossexual, ou outros tipos de representação que caíam fora da ideia da “mulher subordinada”. De entre estas, Rubin destaca a pornografia sadomasoquista (SM), na medida em que são os casos de pornografia SM que frequentemente são coarctados pelos discursos das feministas radicais para exemplificar como a pornografia é, literalmente, o exercício de violência sobre as mulheres²⁵, ao mesmo tempo que ignoram o contexto de consentimento e segurança envolvido em tais produções (Leong, 1991, p. 104,105; Pinto *et al.*, 2010, p. 377; Rubin, 1993, p. 22), funcionando como uma “universalização que nega às mulheres o seu agenciamento sexual, na medida em que presume que as nossas ideias sobre sexualidade não têm legitimidade e iriam ser coarctadas pelo patriarcado” (Concepcion, 1999, p. 98). Nessa idealização teórica, a sexualidade estaria ausente de quaisquer relações de poder e operaria em total equidade, independentemente das condições sociais da existência de cada sujeito envolvido, ao invés de encarar o poder como um jogo permanentemente tensional (Leong, 1991, p. 105).

Contra esta posição, contrapõe Rubin, há que prestar atenção à violência real, ao invés de a trivializar, considerando a pornografia como a base de toda a opressão patriarcal e produzindo assim “novos problemas, novas formas de abuso social e legal e novos modos de perseguição” (Rubin, 1993, p. 38); por seu lado, Carse destaca a possibilidade de encontrar “*dentro da expressão pornográfica*, oportunidades para

²⁵ E é precisamente daqui que surge, como referido acima, a preocupação com a “pornografia *hardcore*” que, como será abordado mais adiante, constitui ainda uma outra dicotomia, cumulativamente com a da pornografia *versus* erotismo.

resistir e subverter o poder subordinativo da pornografia” (Carse, 1999, p. 108), algo que, por exemplo, Angela Carter (2006) faz quando vê no trabalho literário de Sade a possibilidade de se encontrar um proto-feminismo e quando Beauvoir (1987) encontra no mesmo autor questões que se mantêm ainda actuais. Também Sontag tinha já criticado este requisito de censura pornográfica, aludindo à pornografia (propriamente artística) como mais um tipo de saber – ora, na medida em que, segundo a autora, todos os saberes são potencialmente perigosos, a coerência exigiria um sistema censório muitíssimo mais abrangente (Sontag, 1982, p. 232); criticou também uma visão linear e simplista de efeitos performativos deletérios por parte da exposição à pornografia, pondo em causa a presunção de uma perda de controlo total da humanidade de cada indivíduo, permanentemente à espera de ser despoletada, que está embutida nesse modo de ler a pornografia (1982, p. 233).

Ademais, não é apenas a sexualidade feminina que é universalizada e tomada como evidente – neste paradigma, também a “(hetero)sexualidade masculina é *naturalmente* agressiva e exaltada por padrões de violência” (Pinto *et al.*, 2010, p. 376) (vide também Leong (1991, p. 106)), e essa excitabilidade é causada ou influenciada (dentro de um paradigma positivista ou de realismo epistemológico) linearmente pela pornografia (Leong, 1991, p. 97; Pinto *et al.*, 2010, p. 377). Isto torna as mulheres vítimas subordinadas (Coelho, 2009, p. 31) que não dispõem de outro recurso senão a regulação estatal, igualmente patriarcal e paternalista (Leong, 1991, p. 113). Historicamente, essa estratégia já provou ser problemática: no Canadá, a legislação que conseguiu ser aprovada através dos esforços de MacKinnon resultou em que se censurassem precisamente as obras ditas “pornográficas” vindas de grupos de minorias sexuais que lutavam por representação e visibilidade (Pinto *et al.*, 2010, p. 378), e fê-lo recorrendo a uma retórica que estabelece uma diferença essencialista entre pornografia heterossexual e pornografia não-heterossexual (com a primeira intrinsecamente mais problemática que a segunda) (Karaian, 2005).

Por outro lado, nem todas as críticas feitas do lado “pró-”porno eram igualmente bem trabalhadas, na medida em que parte delas eram apenas contra as restrições à liberdade de expressão (linha argumentativa essa que já vinha importada do século XIX) (McKee *et al.*, 2008, p. 12) e/ou continuavam a operar dentro de uma ideação do “artístico” como sendo o factor legitimador que poderia proteger a pornografia contra a

censura (Pinto *et al.*, 2010, p. 380), reforçando portanto o aspecto classista sobre tem direito a definir arte.

Esta não foi uma contenda teórica que se tenha ficado pela academia – na medida em que vários dos argumentos encontraram ressonância nos grupos conservadores de direita, cujo *lobbying* político se amplificou através de uma sonora campanha jornalística, esta terá talvez sido a única vez que um grupo feminista se alinhou de perto com uma ala tão conservadora quanto a que imperava durante a Administração Reagan (Pinto *et al.*, 2010, p. 379), embora o alcance jurídico prático de tais movimentações políticas e de activismo tenha sido limitado.

Com o avanço para a década de 90 do século passado, as *sex wars* começam a perder algum do seu fôlego e novas mudanças, culturais e mediáticas mas também académicas, alteraram não só os termos do debate, mas também as práticas sociais sobre as quais estes se debruçam. Ainda assim, tem-se vindo a assistir a uma transformação deste debate e a uma recuperação de alguns dos argumentos, agora reforçados por uma visão determinista e pornografizada da internet. Colectâneas de textos como *Pornland* (Dines, 2011) e *Everyday Pornography* (Boyle, 2010) mostram que a postura anti-pornografia se encontra reanimada; e a tentativa de impedir ou perturbar o lançamento da publicação académica *Porn Studies* (Bahadur, 2013) mostra que o assunto não se fica pela academia e tem impacto ao nível da legislação internacional (Association for Progressive Communications & Humanist Institute for Cooperation with Developing Countries, 2015; Soares, 2013).

A internet veio mudar as dinâmicas e economias de consumo e produção, embora seja difícil entender exactamente até que ponto essas diferenças surgem por questões específicas do *medium*, ou por transformações sociais mais gerais. Uma das mais referidas transformações tem que ver com a maior “visibilidade e acessibilidade” à indústria da pornografia (Pinto *et al.*, 2010, p. 374), permitindo o surgimento de “uma muito maior variedade de porno, alguma dela buscando audiências para além do tradicional mercado do homem heterossexual” (Attwood, 2002, p. 94).

Isto quer dizer que se opera um processo que vai “descentralizar a produção e consumo dos *media*” e que permite uma abordagem ‘faça você mesmo’ (Attwood, 2002, p. 99) a várias formas de expressão pessoal e sexual, introduzindo os novos *media* como parte do processo de criação de género e sexualidade. Estas práticas incluem coisas como o cibersexo nas suas variadas expressões (Waskul, Douglass, & Edgley,

2004), o *sexting* (Chalfen, 2009; Hasinoff, 2013; Karaian, 2012) ou expressões específicas de pornografia como a “netporno” (Paasonen, 2010) e com a pornografia transmitida por *webcam*, em sistema pago (Tibbals, 2014); e a difusão massificada de pornografia amadora. De acordo com a visão geralmente aceite, há um efeito triplo de disponibilidade de material acessível, barato e anónimo (Peter & Valkenburg, 2006). Porém, como se verá em seguida, talvez nenhum destes três elementos seja realmente distintivo das transformações introduzidas pela internet. Outros autores consideram que o acesso involuntário constitui a grande mudança na relação entre consumidor e conteúdo (Mitchell, Finkelhor, & Wolak, 2003), na medida em que o acesso a conteúdo considerado explícito pode facilmente acontecer de forma não-intencional e em que o acesso a conteúdo considerado sexualizado está, por via da pornograficação, imbuído em boa parte dos conteúdos que circulam publicamente (e.g.: publicidade em espaços públicos ou na televisão).

Tal como a máxima feminista de “o pessoal é político” ou a noção de cidadania íntima atrás referida, esta confluência de conteúdos conotados com o privado num meio de comunicação associado a difusão descentralizada de informação opera como “um espaço privado dentro de um ambiente público” que altera tanto o entendimento de um como de outro (Patterson in Attwood, 2009), fornecendo um “passo intermediário entre fantasia privada e comportamento efectivo” (Ross, 2005, p. 344). Este pode desafiar normas de género e de identidades sexuais normativas (Flood, 2007, p. 56) ou alimentar visões normativas de corpos e performances sexuais.

A amálgama de características distintivas aponta antes para a ausência de uma propriedade intrinsecamente distinta, quer do contexto cultural, quer das propriedades dos *media* em questão já que, como se mostra em seguida, vários destes critérios podem ser questionados. A pornografia gratuita já existia, por exemplo, antes do advento da chamada Web 2.0 (considerada a Web participativa ou social). O que se tem vindo a alterar é a *forma* como se obtém conteúdo gratuito, estando agora muito mais presente o papel de *sites* que imitam o funcionamento do YouTube (Paasonen, 2011).

A privacidade de consumo, outro dos factores considerados paradigmáticos, também existe apenas a um nível aparente, já que, se é verdade que não se é visto a entrar ou sair de uma *sex shop*, é igualmente verdade que surge a preocupação com “o histórico, a cache e os marcadores do *browser*, os ficheiros guardados no disco rígido e

o endereço IP e número do cartão de crédito guardados em bases de dados” (Paasonen, 2011, p. 35).

A ubiquidade de acesso e disponibilização (que, em alguns autores, é distintivo de toda a porno *online* e, noutros, é distintivo apenas da porno *hardcore*) tem, por exemplo, de contender com estimativas de que “85% dos rapazes e 70% das raparigas [dos EUA] já viram imagens ou leram descrições de sexo heterossexual quando chegam ao fim do secundário ou aos 18 anos de idade” (Wilson, 1971, p. 110) – no princípio da década de 70 do século XX, cerca de 20 anos *antes* do surgimento da *Word Wide Web*. Há inclusivamente a ideia de que a internet funciona como um meio sexualizado por excelência (Peter & Valkenburg, 2006, p. 178), e várias estatísticas que, embora discordando entre si, pretendem mostrar o impacto da internet (e.g. McCreddie Lillie (2004) ou Selwyn (2008, p. 448)). Ainda no contexto estado-unidense, porém, o consumo de pornografia por jovens entre os 18-26 anos aumentou apenas 16 pontos percentuais por entre os rapazes e oito por entre as raparigas, nos últimos 40 anos (Price, Patterson, Regnerus, & Walley, 2015, p. 6).

Ademais, estudos mais abrangentes e metodicamente exaustivos contrariam a ideia de que a maior parte do conteúdo da internet é dedicado à pornografia: segundo uma investigação de 2010, do milhão de *sites* mais visitados na internet, apenas 4% eram dedicados a sexo, e apenas 13% das buscas feitas na internet estavam relacionadas com sexo (Ogas & Gaddam, 2012). Como aponta Jane Fae (2015, pp. 24–27), as estatísticas que são frequentemente utilizadas para apresentar a internet como um *medium* particularmente sexual têm diversos erros metodológicos, são originadas em fontes pouco credíveis ou são números que têm sido circulados desde há anos sem qualquer verificação independente, sendo mesmo importadas da comunicação social para artigos científicos, que depois se citam mutuamente, criando o que Fae chama de “estatísticas *zombie*”.

Actualmente, e de acordo com o reconhecido *site* de classificação de visitas a *sites*, Alexa.com, o portal de pornografia mais visitado do mundo está, na verdade, em 54º lugar²⁶; se a busca for circunscrita aos *sites* mais visitados em Portugal, surge um *site* pornográfico pela primeira vez na 31ª posição, logo acima do portal dos jogos da Santa Casa da Misericórdia (35º na lista). Mais: a indústria digital parece estar a afastar-

²⁶ Dados de Janeiro de 2016.

se da pornografia de outras formas. A empresa Google, que tem a fatia de leão da publicidade na internet, passou a proibir, desde Junho de 2014, a utilização do seu serviço publicitário para a difusão de material sexual mas também para a publicitação de *sites* de teor sexual ou pornográfico, ainda que as publicidades em si não contivessem material explícito (Morris, 2014).

Também as dinâmicas de género se têm estado a alterar. Longe de estarem cada vez mais alienados do consumo de pornografia (*mainstream* ou não), o *site* Pornhub (um dos maiores portais de pornografia do mundo, com milhares de milhões de acessos por ano) mostra que os acessos por parte de mulheres têm vindo a crescer a nível mundial (ainda assim, com uma grande disparidade, já que correspondem a apenas 24% dos utilizadores. Além disso, categorias que normalmente se considera serem feitas primariamente para consumo masculino têm, em alguns casos, um muito maior acesso percentual por parte de mulheres (e.g.: “*hardcore*” com 113% de diferença, “*rough sex*” com 106% de diferença ou “*gangbang*” com 104% de diferença); além disso, as mulheres tendem a passar mais tempo que os homens neste *site*, em média (Pornhub, 2015).

Não se pretende colocar os dados acima como inerentemente mais credíveis do que os que advogam que a internet é feita *para* a pornografia – antes, levantar reservas metodológicas e empíricas sobre conclusões com fraca fundamentação, e principalmente sobre as retóricas proteccionistas e deterministas alimentadas por essas conclusões, especialmente quando lidas no contexto histórico das macro-narrativas comumente criadas em torno dos *media*.

E se alguns dos argumentos se fundamentam na noção de uma generalização do consumo de pornografia pesada, a investigação no terreno, junto dos produtores da indústria, mostra que, recentemente, os tipos de materiais comercialmente mais rentáveis têm sido os filmes pornográficos que parodiam sucessos de bilheteiras actuais ou séries clássicas da televisão (Comella, 2014), e as mulheres (enquanto grupo consumidor) estão a ganhar cada vez mais importância para as decisões de mercado que as produtoras pornográficas *mainstream* norte-americanas tomam. O mercado de distribuição, por outro lado, tende a sacrificar a venda de material BDSM para salvaguardar as suas vendas junto do público considerado mais *mainstream*, demonstrando o oposto da tese da generalização do conteúdo violento (Tibbals, 2014).

Alguns dos discursos (académicos) produzidos olham para estas possibilidades mediáticas com um certo optimismo tecno-determinista (Turkle, 1997), enquanto outros as encaram como problemáticas (Dines, 2011; Schmidt, 1998, p. 234) (e, não sem alguma ironia Turkle (2012), entre outros). Claro que, simultaneamente – e em linha com o acima referido sobre a tensão entre novos *media* e a reprodução de pânicos morais e mediáticos (Buckingham & Strandgaard Jensen, 2012; E. Goode & Ben-Yehuda, 2009; McRobbie & Thornton, 1995) – recrudescem os discursos (mediáticos, académicos e quotidianos) sobre os perigos destas novas tecnologias e sobre o quão mais intensos eles são do que em quaisquer tecnologias anteriores.

Outras abordagens, de carácter legislativo, tratam a pornografia na internet como um perigo para a Criança pelas ligações com as redes de pornografia infantil sem que, para isso, seja necessário fundamentar esse mesmo raciocínio (Borges, 2006, p. 118). Em comum existe a perspectiva de uma inferioridade moral associada ao cruzamento entre sexo e tecnologia, que violaria a suposta pureza originária do acto (hetero)ssexual (C. Smith & Attwood, 2014) e um discurso da novidade tecnológica como inserindo descontinuidades que trazem consigo novos efeitos (Attwood & Smith, 2014).

Existem também comentários ao funcionamento da internet que encontram no facto de ser um meio de massas e de envolver elementos comerciais – ou seja, pelas suas características *técnicas* enquanto meio de distribuição – a impossibilidade *a priori* de trazer qualquer transformação política com o mínimo relevo (Grebowicz, 2013) sem que seja claro porque é que um “êxtase de comunidade” que tem compulsoriamente de falar sobre si mesmo e sobre sexualidade preclui e irá sempre precluir acções políticas significativas, e onde a resistência só pode existir, para a autora, na criação de vírus informáticos que se liguem à pornografia *mainstream* – para uma leitura crítica desta posição vide Cardoso (2014).

Ainda assim, convém não esquecer que existe uma indústria pornográfica, e que esta tem papéis múltiplos e conexos, tanto tecno-mediáticos (já que é geralmente uma indústria vanguardista nas tecnologias que usa e na forma como as usa – e exemplos recentes incluem o comércio electrónico, a comunicação por *webcam* e envio de material audiovisual e subentendida largura de banda para tal, mas também a proliferação de *pop-ups*); como de reprodução e contestação e reapropriação de discursos (anti-)normalizadores, especialmente na relação que o aparato pornográfico

estabelece com o imperativo de autenticidade e de visibilidade como forma de adquirir valor (Prozorov, 2011, p. 81).

Estas práticas mediáticas cruzam-se conceptualmente com o alargamento da influência teórica do pós-estruturalismo e pós-modernismo e concomitantes críticas a todos e quaisquer essencialismos, bem como com uma academia e activismo *queer*, que procura a desestabilização de categorias enquanto objectivo político. É neste contexto que vemos surgir práticas como o porno-terrorismo (Torres, 2011), a pornografia feminista e a pós-pornografia (Preciado, 2011a; Coelho, 2009; Sarmet, 2014) ou, a nível mais *mainstream* e comercial, projectos como o site *Beautiful Agony*²⁷. Boa parte destes projectos artísticos e políticos retrabalha a questão da autenticidade, procurando representar uma maior pluralidade de corpos, desejos e orientações, e fugir dos modelos constrangidos das representações da pornografia *mainstream* (Maina, 2014; Stoya, 2014; Trouble, 2014; Young, 2014), embora se reconheça que o conceito de autenticidade, dentro dos *media*, não é simples ou pacífico. Também se esforçam por criar modelos e ambientes de produção e comercialização que se afastem dos paradigmas capitalistas de exploração, mais éticos e participativos, numa tentativa de recuperar a confiança dos consumidores (Mondin, 2014), sem deixar de lado a ideia de que o corpo também pode ser excitado e provocado por esta visão politizada e reflexiva do discurso pornográfico (DeGenevieve, 2014).

Tudo isto leva a que se modifique novamente a noção de “pornografia”, já tornada altamente instável em resultado das críticas do movimento feminista pró-porno, passando a surgir várias definições críticas que, na prática, não funcionam senão enquanto meta-definições perante a impossibilidade de uma definição *strictu sensu*. Attwood argumenta então que a pergunta “O que é a pornografia?” pode ser reapropriada para passar a significar a necessidade de uma maior atenção aos “processos de classificação que separam os textos pornográficos dos não-pornográficos em momentos históricos específicos” (Attwood, 2002, p. 101), bebendo assim das práticas correntes dos Estudos Culturais para compreender mudanças nos “padrões de uso dos *media* e das tecnologias, na sua regulação, governança e na significância das práticas e representações sexuais” (Attwood, 2011, p. 20). Desta forma, perguntar pela identidade

²⁷ Um site onde os vídeos expostos apresentam apenas a cara das pessoas, alegadamente no momento do orgasmo - <http://www.beautifulagony.com/public/main.php>

da pornografia é perguntar pelo contexto semiótico, geográfico, social, histórico e cultural (Attwood, 2002, p. 103) do devir pornográfico de cada texto específico.

No contexto desta investigação, procura-se localizar o funcionamento de diferentes formas de pornografia – de diferentes *pornografias* – sem, com isso, cair no erro de tomar a pornografia *mainstream* como significante máximo da palavra. Assim, e concordando com a linha de argumentação de Sontag, exposta acima, falar-se de pornografia ou de erotismo remete para a consciência de uma relação de tensão entre um dado objecto mediático e, do outro lado, os usos e posturas que se têm ou podem ter face a ele. Por conseguinte, essa tensão pode não ter que ver com o conteúdo enquanto tal, e sim com a conotação da mobilização corpórea geralmente associada (prazer, masturbação, excitação sexual), independentemente de essa mobilização suceder ou não, ser pretendida ou não.

Porém, e ao contrário da concepção de pornografia que a inclui sempre dentro do conceito de obsceno (entendido como interdito ou como sujeito a mecanismos de restrição à sua circulação), defende-se aqui que o uso de “pornográfico” como descritivo de um determinado objecto mediático não remete automaticamente para uma postura proibitiva ou de julgamento moral negativo. O movimento pós-porno, bem como o da pornografia para mulheres e da pornografia feminista pretendem reapropriar, perturbar e ressignificar “pornografia” para lá do uso condenatório do termo: e uma definição de pornografia que a coloque como uma construção cujo uso é sempre *intrinsecamente* negativo deixa de lado a diversidade de vozes que mobilizam essa palavra. Vários desses usos tomam um outro passo: desligar a pornografia do que é considerado “sexualmente explícito”, perturbar a própria definição do que é ou não é passível de ser considerado sexo²⁸, criando assim o potencial de uma crise de inteligibilidade do próprio conceito do que é “material sexual”.

Deste modo, nada é pornografia, ontologicamente falando; algo só é pornografia para algum sujeito – individual ou colectivo – em algum contexto e com base em redes múltiplas de poder, e com a consciência de uma trama de tensões e expectativas

²⁸ É particularmente relevante aqui o trabalho de Paul B. Preciado (2011a), que considera o sexo também, em linha com o conceito de Foucault, como uma tecnologia que convencionou e naturalizou certas acções, sensações e zonas corporais como constituintes da prática de “sexo”, e outras como não o constituindo. Estas acções, sensações e zonas são constituídas assim, não por uma qualquer imanência fisiológica ou naturalista, mas como meio e resultado de um processo de desequilíbrio de poder de género.

disciplinares que envolvem e co-constituem o sujeito. O *desideratum* em epígrafe da Comissão de Censura do Estado Novo, de chegar a uma tipologia do pornográfico, não é mais do que a tentativa de tornar esta produção definicional de pornografia num sistema taxonómico, positivista, necessariamente condenado a falhar no seu objectivo declarado, mas operando por isso mesmo indefinidamente enquanto sistema de gestão de interdições e obrigações discursivas. Mas também por isso mesmo, e ecoando Foucault, a criação de regras de interdição e de relações de poder é a criação concomitante de formas de resistência possíveis.

Partindo de uma abordagem totalmente diferente – que também reafirma a impossibilidade de uma ontologia da pornografia mas que, ao mesmo tempo, problematiza a relação entre o espectador e a pornografia, ao invés de entre o espectador e as expectativas sociais em torno da pornografia – Magnus Ullén (2009) recorre ao Formalismo Russo para pensar a pornografia (cf. Capítulo I.6). Ullén questiona-se sobre a pornograficidade presente na pornografia e noutros discursos não-pornográficos. Isto coloca o enfoque do lado da recepção e não do conteúdo: “longe de produzir significado, usar pornografia implica um modo de leitura em que o significado é *consumido*” (itálicos no original). Este consumo do significado é efectuado através da masturbação, que seria, para Ullén, a mobilização típica e paradigmática da pornografia, e o que serviria para estabelecer uma relação entre leitor e texto que imbui o primeiro de pornograficidade – uma relação que envolve de tal forma o corpo que produz (ou antes, requer indispensavelmente) uma leitura de acordo com um “modo anti-hermenêutico”. Seria então necessária uma teoria da masturbação para compreender como é que se experiencia “o discurso pornográfico *como pornográfico*” (itálicos no original), sendo aqui ‘pornográfico’ o resultado da relação entre sujeito e texto, e não uma característica intrínseca ao texto.

Pedro Pinto *et alii* (2010, p. 380) preferem definir “pornografia como *scripts* sexuais”, em que algo só adquire significação pornográfica em contexto socio-génico ou ontogénico; assim, para os autores, a pornografia “*faz-se* tão somente desse material – os *scripts* – que, ao mesmo tempo que representam e definem subjectividades, são reflexamente reinterpretados por elas”, apontando desta forma a necessidade de situar as verdades dos textos (dentro da tradição foucauldiana) (Cox, 2000, p. 136) e a relação de co-construção entre representações e representados. Susanna Paasonen toma uma outra rota, recusando-se “abordar a pornografia como um símbolo cultural, social ou político

[...] e, ao invés disso, [tratando-a] como um género popular que evolui historicamente”, tendo características típicas, mas não se fechando sobre elas, nem as impedindo de mudar (Paasonen, 2011, p. 53).

Apesar de estas várias posições não esgotarem as possíveis meta-posições sobre como definir pornografia constituem, no seu conjunto, uma amostra de como é possível pensar as pornografias como estando para além da intenção autoral, da obra ou do leitor. No seu conjunto, tornam compreensível, por exemplo, o empregar pornograficamente de um catálogo de sapatos por parte de um retifista, bem como o empregar pornograficamente de um excerto de vídeo que mostre um acto heterossexual filmado por pessoas amadoras no contexto de um relacionamento íntimo e depois colocado *online* pelas mesmas. Só assim se pode entender como um anúncio de roupa, ou filmagens de uma competição de ginástica infantil possam *devir* pornografia sem terem sido construídos para o ser (McCreery, 2004).

O que se entende, nestes exemplos, por “empregar pornograficamente”? Nada de mais concreto do que o fazer *devir* desses discursos em “pornografia”, reinscrevê-los (para além do conteúdo e para além da intenção com que foram criados) dentro da relação de tensão referida acima e, ao mesmo tempo, recusando ver neles apenas “funções previsíveis da ideologia [misógina]” (Paasonen, 2007, p. 49), mas abrindo-os a uma interpretação crítica sobre as suas relações com esses arquétipos ideológicos para além do binómio reprodução/subversão. Ao contrário do que afirma Ullén, este *devir* pornográfico não necessita de estar ancorado na masturbação – como se procurará explorar adiante, a partir do trabalho de campo, os usos de material considerado pelos próprios entrevistados como pornográfico está longe de se cingir à masturbação e concomitante destruição de sentido. Ainda assim, é possível aproveitar a crítica de Ullén sobre o excesso de atenção dada ao conteúdo dos textos considerados pornográficos, e levar em linha de conta o papel da relação entre o sujeito e o texto, tanto no seu aspecto corpóreo como socioafectivo.

Se o esboroar das fronteiras entre público e privado no contexto de uma sociedade pornografizada parece apontar para um excesso do privado que transborda no público, e portanto apresentar um risco de comodificação e objectificação desse mesmo privado, é igualmente importante não esquecer que existe outra interpretação possível. Essa mesma indistinção pode ser produtivamente mobilizada para fins que tomem o pornográfico enquanto possibilidade (Pinto *et al.*, 2010, p. 380) – neste caso,

possibilidade de profanação, no sentido em que Agamben (2005) aplica o termo, ligando a resistência à biopolítica com o trabalho de reintegrar o comportamento sexual “na banalidade do quotidiano, do qual está cortado pela redução pornográfica da experiência à representação” (Prozorov, 2011, p. 85). Profanar o aparato da pornografia pode ser feito por “qualquer prática que indica, enfatiza e exagera a falha entre os dois imperativos [de excedente de visibilidade e de realidade]” que operam como *leitmotif* da pornografia *mainstream* (Prozorov, 2011, p. 83); exemplos disso encontram-se no supracitado *site Beautiful Agony*, que só representa e alega a ‘autenticidade’ total do orgasmo através da ocultação total do corpo da pessoa filmada, exceptuando a cara (2011, p. 87). Este é um exemplo de como pornografia pode servir como ponto de entrada para expressões artísticas e mais ou menos sexuais que comprometem a própria ideia de pornografia – e uma abordagem que permite reconciliar a profanação enquanto democratização com o sentido original de pornograficação criado por McNair.

A esta breve análise histórica há que acrescentar um outro elemento, que se encontra presente em diferentes momentos históricos mas cujo impacto se tem vindo a fazer sentir mais fortemente depois da 2ª Guerra Mundial: o emprego de “obsceno” e “pornográfico” como adjectivos intermutáveis, particularmente em situações que nada têm que ver com práticas ou conteúdos relacionados com sexualidade. Constrói-se assim uma extrapolação, em que “pornográfico” opera como “*tropo* de todos os discursos sobre a perversão nas sociedades contemporâneas” (Pinto *et al.*, 2010, p. 375). Segundo Carolyn Dean (2003, p. 91), isto aplica-se com particular ênfase à apresentação de imagens da e sobre a 2ª Guerra Mundial, sendo a sua mobilização enquanto “*marketing*” lida como um sintoma geral da perda de empatia e de valores da sociedade ocidental contemporânea. Operando como alegoria, “pornografia” neste contexto tem como resultado “congelar a discussão”, sendo que parece “tão elegantemente explicar a exaustão da empatia – e no entanto acaba por não explicar nada de nada” (C. J. Dean, 2003, pp. 93, 94). Dean critica a confluência feita entre “compulsões eróticas e dessensibilização criada por ‘sobreexposição’ [mediática]”, que funciona como prova auto-evidente de uma suposta ligação entre “falência moral e política e perversão moral e política” (C. J. Dean, 2003, p. 100). Esta crítica ao uso de “pornografia” como mais uma vez simbolizando automaticamente o que deve ser afastado tem interesse na medida em que mostra a ligação entre pornografia como suposta característica de um objecto representado e pornografia como retórica política.

Tal uso estratégico da palavra pornografia vai mais além da posição que coloca a pornografia dentro do campo do obsceno: neste caso, todo o obsceno seria pornográfico, e com a ligação assim feita ao sexo se reforçaria ainda mais a visão da sexualidade como algo negativo, que deve ser escondido ou fortemente regulado.

Do surgimento originário da palavra até ao presente, existe uma linha constante de aproveitamento retórico político da pornografia-enquanto-conceito: não é sustentável a asserção de que a pornografia pertence à esfera do privado. A pornografia – enquanto objecto a regular – tem sido tomada como objecto político por excelência. O movimento pós-porno quer também investir politicamente a pornografia, de uma forma diferente: usando-a para contestar as limitações de representação de diferentes géneros, sexualidades e a própria noção de que o pornográfico pertence ao obsceno.

Numa análise que pode ligar-se ao funcionamento da argumentação anti-porno feminista, Dean explica a eficiência retórica de “pornográfico” na medida em que o termo em si “explica’ sem explicar o despedaçar da dignidade do corpo e, portanto, a aparente fragilidade da identificação empática que afirma a autonomia moral do Outro”, sendo “frequentemente usada, junto com o sadismo e com a homossexualidade, para descrever as causas e efeitos do Nazismo e para assinalar a sua sempre presente ameaça” (C. J. Dean, 2003, pp. 108, 109). A autora conclui então que, dado o uso problemático de “pornográfico”, a expressão está já esvaziada de significado e precisa de ser abandonada se se quer analisar de facto as dinâmicas de poder em torno de como corpos e sujeitos são representados – quer os envolvidos em actos sexuais, quer as imagens de arquivo de Auschwitz. Também Attwood aponta para um uso semelhante da palavra para referir os acontecimentos na prisão americana de Abu Grahib, onde o aspecto “pornográfico” das imagens de tortura criou uma explicação de efeito de contaminação ou decalque mediático que anula a complexidade política por detrás da situação (Attwood, 2014). Argumento semelhante apresenta Kieran, mas sobre o conceito de “obsceno”, afirmando que o uso de tal adjectivo fora da definição apresentada acima – “para fins de retórica moral” – “faz com que perca qualquer sentido preciso que possa ter tido” (Kieran, 2002, p. 51).

Fará então sentido abandonar o conceito de “obscenidade” ou “pornografia”? Na medida em estes continuam a ter impacto, circulação e reaproveitamentos vários, o que aqui se considera analiticamente fundamental é tratá-los como relativos e prescritivos, já embebidos em posicionamentos de valor e credibilidade. Desta resenha histórica, um

dos mais importantes dados a retirar é a imponderabilidade de uma ontologia da pornografia, e a instabilidade das várias pornografias. Ao invés de afirmar o que é ontologicamente a pornografia ou convocar novos conceitos aparentemente descritivos e alegadamente sem peso ideológico, como “conteúdo sexualmente explícito na internet” (Peter & Valkenburg, 2010) ou “conteúdo sexualmente explícito gerado pelo utilizador” (Sirianni & Vishwanath, 2012), a definição de pornografia apresentada centra-se nas relações de poder entre sujeitos e discursos, e não na materialidade dos objectos mediáticos ou das práticas retratadas.

Assim, é fundamental inquirir: o que é, para os jovens “pornográfico” e “pornografia”? Que argumentos utilizam para ordenar a sua visão do aceitável e do inaceitável? Como se coordenam (e entram em tensão) esses argumentos com os discursos predominantes sobre a pornografia e o obsceno dentro dos meios em que esses jovens se movimentam? De que forma essas considerações sobre o (im)próprio se ligam com considerações sobre as suas próprias práticas e posturas mediáticas, corporais e (inter-)pessoais?

Não se presume que tomar algo como “pornográfico” vá necessariamente reduzir o seu uso – se assim fosse, as críticas e preocupações com os conteúdos pornográficos fariam pouco sentido. Como se constroem as variadas visões do pornográfico dentro de um contexto em que as fronteiras (moralmente carregadas) entre arte e lixo, entre alta e baixa cultura, entre erótico e pornográfico estão em constante mudança? E, em percebendo esses processos de construção interpessoal, que lugares ocupam os *media* enquanto tecnologias biopolíticas que colocam o sujeito (e a sua construção) no centro da disciplina que exercem? No contexto desta investigação, os jovens tiveram liberdade para trabalhar com as suas próprias noções flutuantes de pornografia ou conteúdos sexuais, embora expressões como pornografia, material erótico e material pornográfico tenham sido usadas, precisamente para procurar entender que respostas os jovens davam, quando se lhes apresentava esta noção.

CAPÍTULO III – VISÕES CRÍTICAS DE PRÁTICAS SEXUALIZADAS NOS NOVOS *MEDIA*: CONSUMO DE PORNOGRAFIA, *SEXTING*, BUSCA DE INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO CÍVICA

Na sequência do exposto antes, este Capítulo vai explorar, historicamente e através da recensão da literatura existente sobre cada um dos tópicos, os quatro grandes eixos de actividades contemplados nesta investigação: a busca de informação sobre sexualidade e saúde sexual *online*, a participação cívica através dos novos *media*, o consumo de pornografia e o *sexting*. Os dados apresentados vão no mesmo sentido que um recente relatório (Livingstone & Mason, 2015).

A construção do que entra dentro de cada uma destas práticas é da ordem da convenção sociocultural historicamente definida, e não da imanência das práticas encaradas enquanto dados objectivos. Neste sentido, e apesar de no questionário a ordem das perguntas ter sido a que se apresenta no parágrafo anterior, este Capítulo está organizado de uma forma diferente. Em primeiro lugar, e porque qualquer uma das outras actividades corre, simbolicamente, o risco insuperável de ser confundida com esta, apresenta-se a actividade de consumo de pornografia. De seguida, e porque se supõe frequentemente uma relação directa com conteúdo pornográfico, o *sexting*. A busca de informação e a participação cívica são apresentadas em seguida, terminando o Capítulo com uma síntese que recolhe os pontos principais.

Um dos objectivos principais deste Capítulo é demonstrar que não existe nenhuma forma de delimitar claramente, de uma forma ontologicamente sólida, estas quatro actividades. Antes pelo contrário: as pessoas que nelas participam fazem um trabalho constante de renegociação dos seus significados e de como elas mesmas interpretam e enquadram o que fazem, ou o que os outros fazem juntamente com elas. Por conseguinte, e apesar da necessidade metodológica de delimitar as linhas de análise, busca-se aqui compreender estes fenómenos enquanto co-construções, e implicações.

III.1 – Pornografia(s), *media* e efeitos mediáticos: revisão de literatura

Se o significado de “pornografia” se foi alterando no seu nível de senso comum, também as abordagens académicas ao tema se têm diversificado. Esta secção faz uma recolha, sistematizada na Tabela III.1, de vários estudos que abordam o uso de materiais pornográficos em vários contextos.

Ano	País	Autores ²⁹	Amostra	Metodologia	Conclusões centrais
1971	EUA	Wilson	20 mil, 450, 2500	Quantitativa, qualitativa	Correlação positiva com: mais jovens, mais educação formal, politicamente activo, menos religiosamente activo, de zona urbana. 85% rapazes, 70% raparigas já viu pornografia aos 18 anos. Correlação negativa com condenação por crimes sexuais, atitudes sexuais agressivas contra mulheres. 40% diz que levou a procurar mais informação sobre sexo.
2000	Vários	Malamuth <i>et alii</i>	Várias	Revisão de literatura	Inconclusivo sobre causalidade face a atitudes sexuais agressivas, efeitos de consumo intenso. Efeitos negativos só em homens. Contradições entre resultados. Importância do contexto social e cultural.
2001	Holanda	Valkenburg & Soeters	194, 8-13 anos	Quantitativa	Mais raparigas que rapazes preocupadas com pornografia enquanto risco; apenas 4% da amostra aponta pornografia como uma experiência sentida como negativa
2001	Online	Boyd	210	Qualitativa	“Pornografia” como termo usado para resistir à ideia de que mulheres apenas conseguem lidar com o “erótico”, “erótico” usado como valorização do trabalho pessoal de criação de fanfiction; preocupações com censura; noção de riscos na produção de material textual <i>slash fiction</i>
2004	Brasil	Guerra <i>et alii</i>	337, 17-52 anos	Quantitativa	Maioria da amostra já teve contacto com material pornográfico, apenas ~40% se identifica como utilizador, maioritariamente homens; fantasias e informações sobre sexualidade entre as principais razões; utilizadores com mais atitudes positivas e menos atitudes negativas
2004	R.U.	Buckingham & Bragg	120, 9-17 anos	Qualitativa	Jovens encontram material sexual de formas diversas, não têm uma postura totalmente acrítica, valorizam os <i>media</i> como forma de obter informação, afastam-se proactivamente de conteúdo que não desejam, demonstram cepticismo face aos <i>media</i> , encontram-se envolvidos em teias de moralidade e ética pessoal face às suas práticas mediáticas e relevam o contexto das mesmas, sendo a família um dos contextos orientadores primários
2005	EUA	Ybarra & Mitchell	Youth Internet Survey, 10-17 anos (estatisticamente representativa)	Quantitativa	Dos jovens frequentes utilizadores de internet, 15% viam voluntariamente pornografia; eram geralmente rapazes mais velhos, não-caucasianos, com maior medidas de <i>self-efficacy</i> , com mais marcadores depressivos, com mais problemas com cuidador primário
2005	Tailândia	Lo & Wei	201 alunos de liceu	Quantitativa	Correlação com atitudes mais permissivas face a sexo; rapazes com maior consumo reportado
2005	EUA, Coreia do Sul	Lee & Tamborini	232	Quantitativa	Quem julga existirem mais efeitos negativos apoia mais medidas de restrição de acesso à pornografia; vir de uma sociedade mais comunitarista reduz o efeito de terceira pessoa

²⁹ Referências dos estudos (Albury, 2009; Angelides, 2013; Attwood, 2002; Attwood, Bale, & Barker, 2013; Beyens, Vandenbosch, & Eggermont, 2014; Boyd, 2001; Brown & L’Engle, 2009; Buckingham & Bragg, 2004; Carroll et al., 2008; Chang et al., 2014; Chronaki, 2013; Flood, 2007, 2010; Guerra, Andrade, & Dias, 2004; Gwinn, Lambert, Fincham, & Maner, 2013; Hald, 2008; Hald & Malamuth, 2008; Jorge, 2012; Klaassen & Peter, 2014; Kohut, Baer, & Watts, 2015; Kolbein, 2008; Kuipers, 2006; B. Lee & Tamborini, 2005; Levin, Lillis, & Hayes, 2012; Lo & Wei, 2005; Lopes, 2013; Malamuth & Donnerstein, 2000; McKee, 2007a, 2007b, 2007c; Neutel & Cardoso, 2010; Owens, Behun, Manning, & Reid, 2012; Peter & Valkenburg, 2008, 2010; Price, Patterson, Regnerus, & Walley, 2015; Price et al., 2015; Ramlagun, 2012; C. Smith, 2012; C. Smith, Attwood, & Barker, 2012; Sørensen & Kjærholt, 2008; Štulhofer, Buško, & Schmidt, 2012; Twohig, Crosby, & Cox, 2009; Valkenburg & Soeters, 2001; Wilson, 1971; Wright & Randall, 2014; Ybarra & Mitchell, 2005; Ybarra, Strasburger, & Mitchell, 2014).

2006	Holanda / EUA	Kuipers	--	Análise documental	Na Holanda não existe pânico moral sobre a pornografia, que está normalizada, com jovens e adultos a serem socialmente responsabilizados por informação e prevenção; contraste com expectativa de controlo estatal nos EUA
2007	Austrália	Flood	200, 16-17 anos	Quantitativa	Exposição acidental muito superior a exposição propositada; características do utilizador, abordagem face ao material e tipo de exposição e características do material apontados como factores principais
2007	Austrália	McKee	1023, 46	Quantitativa, qualitativa	O acesso a pornografia antes dos 16 anos cresceu; ausência de correlação com atitudes de género mais conservadoras; consumidores preferem material <i>mainstream</i> e com representações do prazer de todas as pessoas envolvidas; não ignoram a possibilidade de efeitos negativos (de terceira pessoa); consumo de pornografia normalizado e com vantagens
2008	Holanda	Peter & Valkenburg	~2 mil, 13-20 anos	Quantitativa	Correlação com maior incerteza sobre <i>scripts</i> sexuais, maior concordância com exploração sexual sem compromissos; resultados mais expressivos em rapazes que raparigas
2008	EUA	Carroll <i>et alii</i>	813, 18-26 anos	Quantitativa	Rapazes consideram ver pornografia mais aceitável; neles, correlação entre ver e idade, religiosidade e impulsividade; nelas, correlacionado com religiosidade, estatuto relacional e idade; correlações com consumo de substâncias e com apoio por sexo casual e coabitação antes do casamento; ausência de correlação com diminuição da intenção de constituir família
2008	Dinamarca	Hald	688, 18-30 anos (estatisticamente representativa)	Quantitativa	Rapazes vêem mais, mais tempo e começam a ver mais cedo; existem diferenças de género no conteúdo preferencial; rapazes vêem mais sozinhos ou com amigos, raparigas mais com parceiros; maior frequência de masturbação também correlacionada; realismo percebido explica pouca variância
2008	Islândia	Kolbein	323, média 16,5 anos	Quantitativa	Maioria dos rapazes e das raparigas vêem, mas mais eles; apoio generalizado ao acesso legal a pornografia; acesso acidental mais comum em raparigas; mais rapazes que raparigas acham que a pornografia mostra formas variadas de fazer sexo; quase toda a amostra acha que a pornografia não é realista; raparigas têm visão mais ambivalente da pornografia
2008	Vários	Sorensen & Kjørholt	1776, 12-20 anos	Quantitativa	Mais de 90% reportou ver pornografia, especialmente na televisão; 21% reporta exposição involuntária; mais rapazes que raparigas vêem acompanhados; mais de 80% não falou do assunto com pais; existem variações na definição de "pornográfico" e a pornografia <i>mainstream</i> é a mais vista; ligação a masturbação para rapazes e curiosidade para raparigas; rapazes com atitudes mais positivas face à pornografia
2008	Dinamarca	Hald & Malamuth	688, 18-30 anos (estatisticamente representativa)	Quantitativa	Homens e mulheres fazem mais identificação de benefícios que problemas com pornografia <i>hardcore</i> ; correlação entre aumento de uso e aumento de identificação de benefícios, mas não de problemas; homens reportaram mais efeitos positivos; jovens adultos sentem que pornografia teve um papel modestamente positivo na sua vida
2009	EUA	Twohig <i>et alii</i>	84, média de 20,6 anos	Quantitativa	Correlação entre ver pornografia <i>online</i> e problemas pessoais; sem correlação para quantidade de exposição e agravamento de problemas pessoais
2009	EUA	Brown & L'Engle	967, alunos de 7º e 8º	Quantitativa	Visualização mais predominante em rapazes, não-caucasianos, mais velhos, de menor ESE, menor nível de escolaridade, maior nível de busca de sensações, atitudes mais permissivas sobre sexualidade, atitudes sobre género menos progressivas e mais violentas; sem variações ao nível do desenvolvimento pubertário dos jovens; variâncias explicadas diferem muito
2010	Holanda	Peter & Valkenburg	959, 13-20 anos	Quantitativa, longitudinal	Correlação com atitudes instrumentais face ao sexo, com maior percepção de realismo nas representações; percepção de realismo como variável mediadora faz perder efeito estatístico da correlação entre ver pornografia e atitudes instrumentais face ao sexo; correlação com avaliação positiva da utilidade da pornografia; correlações mais fortes são com marcadores individuais (género, <i>sensation seeking</i> , satisfação com a vida); todos os efeitos observados são pouco expressivos
2010	Portugal	Neutel & Cardoso	120, 18-55 anos	Quantitativa	Tanto homens como mulheres identificam efeitos positivos e negativos; valoração de atitudes individuais tendencialmente positiva (prazer, informação); valoração de atitudes sociais tendencialmente negativa (vício, crime)

2012	Vários	Owens <i>et alii</i>	Várias	Revisão de literatura	Correlações com comportamentos sexuais de risco em alguns estudos; com agressão sexual em jovens já com marcadores prévios de risco; diferentes correlações com auto-imagem e imagem corporal; correlações com problemas de desenvolvimento social; resultados gerais mistos
2012	Croácia	Štulhofer	544, 18-25 anos	Quantitativa	Correlação entre género e consumo de pornografia, avaliação do realismo do conteúdo e atitudes face a sexo recreativo; apenas 16% da variância explicada, não se valida a hipótese que a pornografia está a transformar hábitos
2012	EUA	Levin <i>et alii</i>	157 universitários	Quantitativa	Correlação com depressão, ansiedade apenas em jovens com nível elevado de visualização de pornografia e com níveis clínicos de evitação experiencial
2012	África do Sul	Ramlagan	28 raparigas, 16-17 anos	Qualitativa	Raparigas sujeitas a tabu social mas ainda assim pornografia como parte 'normal' da dieta mediática; papel de aprendizagem sobre prazer e sexualidade; neste contexto, <i>hardcore</i> é sexo vaginal e oral heterossexual
2012	Portugal	<i>EU Kids Online</i>	1000, 9-16 anos (estatisticamente representativa)	Quantitativa	Mais jovens acedem a pornografia fora da internet; pouco incómodo e, deste, incómodo maioritariamente passageiro; apenas 3,5% dos pais reportavam que os seus filhos consumiam pornografia
2012	Vários	Smith <i>et alii</i>	5490	Quantitativa, qualitativa	Jovens entre 18-25 anos valorizam pouco pornografia; homens vêem pornografia quando estão excitados, mulheres para o ficar; ideias em torno da importância da fantasia, mas também da comunicação entre parceiros e postura crítica face às representações de sexo; fantasias operam enquanto espelho (introspecção), lupa (amplificação), empório (diversidade), viagem (entre diferentes práticas) e alteridade (exploração de curiosidades)
2013	EUA	Gwinn <i>et alii</i>	74, 291	Quantitativa, longitudinal	Correlação entre ver pornografia e avaliar mais positivamente outros possíveis parceiros sexuais, cometer infidelidade num momento futuro
2013	Portugal	Lopes	91, 18-53 anos	Quantitativa	Homens vêem mais vezes e mais quantidade, bem como material mais <i>hardcore</i> ; correlação com maior permissividade sexual, enfoque no prazer físico e sexo impessoal e crenças ligadas a violência sexual; porém, correlações também se mantinham quando a variável era apenas o género
2013	Vários	Chronaki	26, 17-22 anos	Qualitativa	As reflexões que os jovens fazem sobre as suas experiências sexualizadas físicas e mediadas estão cruzadas com binários culturais (natural/artificial, saudável/doentio) através de processos de implicação mútua
2014	Tailândia	Chang <i>et alii</i>	~2300 alunos de liceu	Quantitativa, longitudinal	Rapazes com maior consumo reportado, voluntário e involuntário; comportamentos de risco <i>online</i> correlacionados com exposição involuntária; exposição correlacionada com situações de vitimização na internet e marcadores psicológicos negativos de vários tipos
2014	Bélgica	Beyens <i>et alii</i>	449, 12-15 anos	Quantitativa, longitudinal	Desenvolvimento pubertário dos rapazes opera como preditor de ter visto pornografia; correlação com diminuição dos resultados académicos; correlação de baixa intensidade
2014	EUA	Ybarra <i>et alii</i>	1058, 14-21 anos	Quantitativa, longitudinal	Cerca de metade dos jovens identificam conteúdos sexuais em <i>media</i> não-pornográficos; correlação com início da vida sexual, correlação com situações de violência sexual quando existem outros marcadores de risco; as correlações <i>não</i> se aplicavam a material sexual na internet
2014	EUA	Wright & Randall	1058, 14-21 anos (estatisticamente representativa)	Quantitativa, longitudinal	Utilização de pornografia opera longitudinalmente como preditor de apoio do casamento entre pessoas do mesmo sexo, mas não o inverso
2014	<i>Online</i>	Klaassen & Peter	--	Análise de <i>media</i>	Vídeos de pornografia amadora com mais marcadores de desigualdade de género, representações de coerção e desumanização que pornografia <i>mainstream</i>

2015	EUA	Kohut <i>et alii</i>	General Social Survey (estatisticamente representativa)	Quantitativa	Correlação positiva com atitudes de maior igualdade de gênero
2015	EUA	Price <i>et alii</i>	General Social Survey (estatisticamente representativa)	Quantitativa, longitudinal	Em 40 anos, houve uma subida da quantidade de pessoas que consome pornografia em cada escalão etário, mas moderada quando tomada como um todo; houve uma manutenção dos níveis de apoio à censura a pornografia

Tabela III.1 – Resumo das publicações alvo de revisão de literatura sobre pornografia, organizadas por data de publicação

Como é possível notar-se a partir da Tabela III.1, não existe uma total coerência face aos resultados encontrados em diferentes países e contextos culturais. As variáveis mais comuns com as quais se tentam fazer correlações, em estudos quantitativos, são: a idade, género, comportamentos de risco (tanto na internet como fora dela), a orientação sexual, a pertença étnica, a avaliação do realismo da pornografia, entre outros. Bastantes destes estudos têm seguido uma linha conceptual que procura entender os efeitos dos *media*, frequentemente de forma linear – no caso da pornografia, os efeitos que se tentam medir são geralmente negativos, mesmo quando os estudos que procuram por correlações com factores considerados positivos as encontram também, e quando os estudos que procuram por factores negativos nem sempre os verificam.

Além disso, e como teorias como a do efeito da terceira pessoa demonstram, a noção de ‘efeitos dos *media*’ está longe de ser simples ou linear. É de referir especialmente um estudo laboratorial que defende encontrar uma relação de causalidade directa entre a influência presumida dos *media* e as atitudes tomadas. Tal-Or *et alii* (2010) criaram uma situação experimental em que disseram a diferentes pessoas que a pornografia tinha efeitos positivos, negativos ou neutros e vendo depois se havia mudanças no apoio que os participantes davam a medidas de censura à pornografia. Segundo reportam, conseguiram causalmente diminuir o apoio nas medidas à censura da pornografia quando apresentavam aos participantes informações alegadamente científicas que ‘provavam’ que a pornografia tinha efeitos positivos – mas apenas nas mulheres da amostra, e não nos homens.

Mais recentemente, e respondendo a mudanças científicas e às críticas feitas às posições anti-pornografia acima referenciadas, tem-se assistido a uma mudança nos paradigmas de investigação, que será abordado com mais profundidade no Capítulo V. Concomitantemente, boa parte da cultura de investigação em torno dos “efeitos dos *media*” (entendidos enquanto lineares, hipodérmicos, directos) – a que pertencem vários, mas não todos, dos estudos aqui recenseados – recebeu fortes críticas, por presumir determinadas ‘verdades’ sobre o funcionamento de cada *medium*, a forma de representar actos sexuais e as relações entre representações e realidade (Leong, 1991, p. 94), por isolar a pornografia (cujo uso é quantitativamente pequeno, de acordo com vários estudos, e grande segundo tantos outros) do resto das práticas mediáticas habituais das pessoas na intensidade e centralidade do seu efeito de forma apriorística (Attwood, 2002, p. 100; Pinto *et al.*, 2010, p. 382) e hipodérmica (Buckingham *et al.*,

2010), aplicando-se o mesmo às suas características pessoais, sociais e contextuais (Weitzer, 2011, p. 673), por polarizar e simplificar a tecnologia e o seu papel (Attwood, 2002, p. 94), desligar a pornografia das produções de saber e poder presentes no quotidiano para além dos *media* (Attwood, 2002, p. 103), considerar certos *media*, em particular a internet, como sendo especialmente pornográficos ou sexuais através de dados e elementos que, como demonstrado acima, também se encontram noutros *media* (Stern & Handel, 2001), por não distinguir entre material ‘sexual’ e ‘sexualizado’ (Buckingham *et al.*, 2010), naturalizar discriminações contra várias práticas sexuais não-genitais (Rubin, 1993) e alimentar uma postura normativa de género heterocentrada/*straight* (Pinto *et al.*, 2010; Wittig, 1980), alimentar aquilo a que Eve Sedgwick chama a “*paranoid turn* no pensamento crítico” (que apenas descobre nos textos o significado que já se sabia lá estar presente, e se constitui apenas como exercício tautológico) (Albury, 2009, p. 648; Paasonen, 2014b; Sedgwick, 1997), ignorar a polissemia textual que é marca presente em qualquer estudo dos *media*, utilizar a noção de “sexualidade saudável” para prescrever (ao invés de descrever) determinados tipos de comportamentos como inerentemente melhores ou piores (C. Smith & Attwood, 2011, p. 333) e, acima de tudo, por ignorar ou *silenciar* os próprios utilizadores dos *media* em estudo (McKee, 2005).

Note-se, porém, que não é apenas a investigação que olha para os efeitos negativos que é alvo de algumas destas críticas. Uma postura unicamente celebratória das potencialidades eróticas, subjectivas e políticas da internet basear-se-á, na prática, no mesmo sistema de valores que articula o bom *ou* o mau, o tecnológico *ou* o natural, reiterando este sistema binário e de tecno-determinismo que apaga as diferenças, os contextos e as *nuances* necessárias para perceber o devir pornográfico e suas consequências.

Uma das críticas mais fortes, porque focada num aspecto que transcende a investigação e passa para o campo da saúde e da regulação médica, é a de David Ley, Nicole Prause e Peter Fin (2014) – de acordo com estes autores, a visão da pornografia como algo passível de criar vício é totalmente errada, em particular quando o que se pretende falar é de uso excessivo ou prejudicial. Segundo Ley *et alii*, não existe um modelo teórico falsificável de como o vício da pornografia funcionaria, nem existem quaisquer dados sobre alterações neurológicas e bioquímicas de longo prazo associadas ao consumo continuado de pornografia que validariam um modelo médico de vício, ao

passo que existem várias outras explicações (e.g.: *sensation seeking*, regulação emocional, ganhos secundários) para quem sinta que ver pornografia é algo que não consegue facilmente deixar de fazer. Outros trabalhos têm exposto de forma igualmente fundamentada o carácter primariamente moralizante e não-empírico de alegações pretensamente médicas de “vício” (Attwood, Bale, & Barker, 2013; Clarkson & Kopaczewski, 2013).

É para colmatar este vazio que algumas investigações têm começado a inquirir sobre quais as atitudes e opiniões dos participantes de forma quantitativa, ou recorrendo também a metodologias qualitativas para, em profundidade, procurar perceber a construção de sentido destas experiências mediáticas. Destaca-se aqui o trabalho de Buckingham & Bragg (2004), de McKee, Albury & Lumby (2008) e o de Smith, Attwood & Barker (2012). Como qualquer estudo, também estes possuem limitações próprias das metodologias utilizadas, mas recebem aqui destaque por criticamente desafiarem muitos dos pressupostos e problemas de enquadramento ideológico identificados anteriormente, servindo assim para fazer avançar a investigação participativa e práticas académicas mais eticamente fundamentadas e que, ainda que indirectamente, incorporem em si alguns dos pressupostos epistemológicos feministas usados em investigação, fazendo-o tanto com jovens como com adultos. É também um contexto de investigação que retira o foco de uma dinâmica de causas e efeitos e procura relocalizá-la dentro da dinâmica das competências, capacidades e literacias (mediáticas) dos jovens (McKee, 2007c).

Este tipo de trabalhos vem abrir as narrativas de investigação a outro tipo de experiências: o papel da fantasia, o papel do auto-conhecimento do corpo, a afirmação dos jovens como capazes de articular discursos críticos sobre pornografia e que definições e percepções do que é pornográfico estão dependentes no contexto cultural e familiar em que se encontram inseridas (Tsaliki, Chronaki, & Ólafsson, 2014), ou a capacidade de estudar como as reflexões sobre as vidas sexuais físicas e mediadas dos jovens se entrecruzam com binarismos culturalmente definidos (e.g.: natural/artificial, saudável/doentio) a orientar ambas as narrativas, mostrando assim que não é possível compreender uma destas facetas sem apelar à outra (Chronaki, 2013).

E muito embora existam diferenças nos usos reportados entre géneros, ou entre diferentes orientações sexuais, alguns dos resultados mais salientes têm que ver com a forma como esses diferentes grupos sociais se relacionam com material pornográfico, o

papel que tem nas suas vidas e como é integrado nas suas narrativas de vida e sexuais. Existe, no geral, uma larga base empírica que parece negar a ideia de que a pornografia está necessariamente ligada a maiores níveis de violência de género, ou que os jovens ficam viciados perante esse conteúdo.

Surgem aqui vários elementos que servem para reflectir sobre os usos que os jovens fazem da pornografia e das novas tecnologias. Como usam os jovens os *media* para aceder (voluntariamente ou não) a conteúdos sexuais ou sexualizados, e como é que esses mesmos conteúdos intersectam as suas vidas? Que visões e opiniões têm sobre o papel dessas suas actividades? Que análise fazem do seu próprio papel enquanto consumidores activos e críticos? Que visões têm sobre as razões que os movem, como comparam aquilo que vêem, lêem e ouvem com o seu quotidiano interpessoal? Que papel tem este tipo de utilização dos *media* junto dos seus grupos de pares, junto das suas relações íntimas interpessoais e junto da sua própria relação com o seu corpo? Ao mesmo tempo, que diferentes funções sociais e interpessoais se podem encontrar nos usos que os jovens fazem destas tecnologias e plataformas?

III.2 – O *sexting* enquanto prática mediática: investigações realizadas

De acordo com Chalfen (2009), o *sexting* não constitui uma prática nova, mas antes faz parte de uma tradição de partilha de imagens e fotografias entre pessoas, e é um fenómeno que se encontra no cruzamento de 4 tendências culturais diferentes: a mediática, a tecnológica, a visual (em toda a sua intensidade presente) e a de adolescência, pelo que, segundo este autor, qualquer análise da questão precisa de ter em conta todos os 4 elementos. É também fundamental, defende, distinguir entre os vários tipos de actores envolvidos num cenário de *sexting*: os que mandam voluntariamente, os que enviam algo por a isso serem coagidos, os que querem receber, os que não querem receber, os que apagam e os que guardam, os que reenviam ou não; bem como dar conta das diferenças sociais, de género e etárias entre os participantes nessa situação. Nomeadamente, esta prática parece ser mais feita por raparigas do que por rapazes, o que dá uma dimensão de dinâmicas de poder genderizado à questão (Chalfen, 2009, p. 258), agravado pela existência de um duplo padrão sexual que pune mais qualquer forma de exposição feminina do que o mesmo tipo de exposição masculina. Ademais, o mesmo autor (Chalfen, 2010) considera fundamental considerar

o impacto de variáveis sociais, correlações com uso de outros *media*, influência de exemplos vindos do mundo adulto, mudanças nas dinâmicas de poder e intimidade das famílias e também que é preciso compreender melhor as motivações dos jovens, que podem passar, por exemplo, por ver o *sexting* como uma prática de sexo mais seguro.

Tal como no caso da pornografia, uma parte relevante dos estudos pressupõem efeitos e associações negativas entre esta prática e outros marcadores sociodemográficos. Idade, género, orientação sexual e etnia de origem parecem ser, no geral, alguns dos pontos que vários autores destacam frequentemente. Também aqui se optou por colocar vários desses estudos na forma de uma Tabela, que se apresenta em seguida. Destaca-se que o papel do género se revela ser na quantidade de práticas de *sexting* mas, também, na forma como o *sexting* é feito, e que se liga a diferentes dinâmicas de género acerca de quem pede o quê a quem.

Ano	País	Autores ³⁰	Amostra	Metodologia	Conclusões centrais
2008	EUA	NCPTUP	1933, 13-26 anos	Quantitativa	Cerca de 20% pratica <i>sexting</i> , maioria no contexto de uma relação; 15% tinham-no feito com desconhecidos; 12% dos jovens sentiram-se pressionados; maior parte das raparigas considera que outras raparigas enviam por pressão de pares; maior parte das pessoas associa <i>sexting</i> a emoções positivas; prevalência de <i>sexting</i> é maior por entre respondentes mais velhos
2009	EUA	Lenhart	800, 12-17 anos (estatisticamente representativa)	Quantitativa, qualitativa	Cerca de 4% enviaram imagens suas com nudez ou semi-nudez; cerca de 15% recebeu imagens; três razões principais: entre parceiros íntimos, reencaminhamento para terceiros, trocas com alguém com quem se deseja estar numa relação; jovens distinguem moralmente entre diferentes tipos de conteúdo; jovens crêem que prática é muito comum
2011	RU	Mitchell <i>et alii</i>	1560, 10-17 anos	Quantitativa	Menos de 10% enviaram ou receberam; 2,5% enviaram imagens com nudez ou semi-nudez; maioria do sexo feminino e 72% entre 16-17 anos; contexto de relação romântica, tentativa de iniciar relação ou “por piada” foram algumas das razões apresentadas
2012	RU	Ringrose <i>et alii</i> , Phippen	35, 12-15 anos	Qualitativa	Jovens mais velhos normalizam comportamento; raparigas mais conscientes da pressão social; jovens criam mecanismos para lidar com possíveis consequências negativas; celebridades servem de referência; jovens têm vontade de falar sobre o tema mas não encontram receptividade; o <i>sexting</i> tem componentes tanto públicas como privadas; dinâmicas associadas a uma visão que dá aos rapazes direitos sobre o corpo das raparigas, com duplo padrão sexual evidente; risco de raparigas perderem estatuto social fazendo e não fazendo, ao passo que rapazes ganham por coleccionar imagens de raparigas; existem passagens de <i>sexting</i> a situações de agressão física; existe pressão de pares também por parte de raparigas, e um performar de sexualidade e deseabilidade; dinâmicas com componente étnica sobre que tipos de corpos e características são mais associadas a deseabilidade sexual
2012	EUA	Dake <i>et alii</i>	1289, 6º-12º ano	Quantitativa	17% já tinha participado; mais predominante em minorias étnicas, alunos mais velhos, jovens de famílias monoparentais; correlação com consumo de marijuana, prática de sexo anal, maior número de parceiros sexuais, consumo excessivo de álcool, violência sexual, ideação suicida, entre outros factores; 39% dos praticantes não eram sexualmente activos
2012	EUA	Rice <i>et alii</i>	1839, 12-18 anos, amostra probabilística	Quantitativa	~15% dos jovens já tinha enviado; correlações com idade, minoria étnica, ser-se LGBTQ, conhecer quem já tivesse enviado, já ter tido sexo e ter tido última relação sexual sem protecção
2012	Portugal	EU Kids Online	1000, 9-16 anos (estatisticamente representativa)	Quantitativa	15% dos jovens entre 11-16 recebeu; 22% sentiu-se incomodado mas apenas durante alguns dias na maioria dos casos; apenas 6% dos pais achavam que tinha sucedido; correlação entre idade e problemas psicológicos, e maior incómodo; correlação entre prática mais frequente e níveis mais altos de <i>sensation seeking</i> e menor incómodo; raparigas mais proactivas a lidar com problemas surgidos
2012	EUA	Gordon-Messer <i>et alii</i>	3447, 18-24 anos	Quantitativa	28% dos homens recebiam e enviavam; eles recebiam mais que elas; participantes sexualmente activos tinham mais prevalência de troca de <i>sexts</i> bidireccional; sem correlações com actividades sexuais de risco, ou marcadores de mau-estar psicológico

³⁰ Referências dos estudos (Beyens & Eggermont, 2014; Broaddus & Dickson-Gomez, 2013; Campbell & Park, 2014; Dake, Price, Maziarz, & Ward, 2012; Gordon-Messer, Bauermeister, Grodzinski, & Zimmerman, 2012; Internet Watch Foundation & Microsoft, 2015; Jorge, 2012; Klettke, Hallford, & Mellor, 2014; Lenhart, 2009; Lippman & Campbell, 2014; Livingstone & Görzig, 2012; Livingstone, Mascheroni, Ólafsson, & Haddon, 2014; Mitchell, Finkelhor, Jones, & Wolak, 2011; Phippen, 2012; Rice et al., 2012, 2014, Ringrose, Gill, Livingstone, & Harvey, 2012, 2013, Ringrose & Harvey, 2015a, 2015b; Simões, Ponte, Ferreira, Doretto, & Azevedo, 2014; Temple & Choi, 2014; The National Campaign to Prevent Teen and Unplanned Pregnancy, 2008).

2012 2013 2015	RU	Ringrose <i>et alii</i>	35, 8º e 10º ano	Qualitativa	Uso generalizado da plataforma BBM, trocas de material sexualizado comuns e pervasivas; pedidos públicos de rapazes a raparigas, colecionar de imagens explícitas de raparigas por parte de rapazes; redistribuição de imagens sexuais e conversas sexuais por rapazes; rapazes consideram ter direitos sobre corpos das raparigas; percepção de inevitabilidade; críticas moralistas dirigidas a raparigas feitas tanto por rapazes como outras raparigas; ligação com ambiente hostil também em espaço escolar
2013	EUA	Broaddus & Dickson-Gomez	20, 18-25 anos	Qualitativa	Homens enviam e recebem mais que mulheres; mulheres iniciadoras de conversação; mensagens servem para comunicar vontades sexuais mas também para discutir questões de sexo mais seguro
2014	Vários	Klettke, Hallford e Mellor	--	Revisão de literatura	Estudos com amostras representativas ou aleatórias apresentam variação entre 10% e 16% de prática; correlações com género, bem-estar emocional, presença de ISTs, e práticas sexuais sem protecção irregulares; correlação com etnia, orientação sexual. Ligação entre atitude positiva face ao <i>sexting</i> e fazê-lo; encarado como forma de expressão, combate ao tédio, início de relação; rapazes focam mais aspectos positivos e raparigas os riscos; idade é factor preditivo entre jovens; resultados não permitem tirar conclusões gerais de forma clara e inequívoca
2014	EUA	Temple & Choi	964 alunos ensino secundário	Quantitativa, longitudinal	Jovens que pedem ou a quem é pedido <i>sexts</i> têm mais probabilidade de enviar, mais tarde; quem envia tem mais probabilidade de ter relações sexuais mais tarde; ausência de correlação com comportamentos sexuais de risco ou consumo de drogas, mais tarde
2014	EUA	Rice <i>et alii</i>	1285 alunos do ensino básico, amostra probabilística	Quantitativa	Dos jovens com telemóvel, 20% receberam e 5% enviaram; correlação entre idade e recepção, entre <i>sexting</i> e uso de preservativo; entre envio e recepção; rapazes enviam mais que raparigas; jovens afro-americanos mais ligados à recepção; jovens não-heterossexuais mais ligados ao envio
2014	EUA	Lippman & Campbell	<i>Pew Research Center</i>	Quantitativa, qualitativa	<i>Sexting</i> como parte de uma relação, comunicação de interesse sexual, com reciprocidade; jovens sabem do risco de disseminação indevida; jovens normalizam a prática; busca de aprovação social pela falsa percepção de que “todos fazem”; jovens mais novos têm uma atitude mais ligada à piada, e os mais novos a interações com intenção sexual; nem todo o <i>sexting</i> é feito com recurso a imagens próprias
2014	EUA	Campbell & Park	<i>Pew Research Center</i> (800 jovens e guardião)	Quantitativa	Jovens mais velhos enviam e recebem mais; não há correlação com ESE ou com género; no caso das raparigas, menos comunicação com a família via telemóvel está ligada a maior recepção de <i>sexts</i> ; intervenção parental directa (e.g.: ver as mensagens dos filhos) sem correlação com menor nível de <i>sexting</i>
2014	EUA	Beyens & Eggermont	594, 15-18 anos	Quantitativa	20% dos jovens enviaram para alguém com quem estavam em relação, 9% para conhecidos, 7% para conhecidos <i>online</i> , 1,5% das raparigas e 8% dos rapazes para desconhecidos; práticas de cibersexo com uso de <i>webcam</i> mais comuns com rapazes; correlação com orientação sexual, atitudes positivas face ao sexo.
2014	Vários	Simões <i>et alii</i> , Livingstone <i>et alii</i>	3500, 11-16 anos	Quantitativa	5% de jovens a fazer <i>sexting</i> , com média europeia nos 11%; RU e Portugal entre os países onde o <i>sexting</i> mais diminuiu
2015	--	Internet Watch Foundation, Microsoft	--	Quantitativa, análise de conteúdo	Material fotográfico e vídeo com jovens até 20 anos em crescimento; 17% com jovens de 15 ou menos anos; 83% com jovens entre 16-20; 45% dos vídeos de jovens com 15 ou menos anos tinha actividade sexual não-penetrativa; mais imagens de raparigas que rapazes; maioria das imagens captadas por <i>webcams</i> de portáteis; imagens associadas a exploração comercial de pornografia infantil raras

Tabela III.2 – Resumo das publicações alvo de revisão de literatura sobre *sexting*, organizadas por data de publicação

Uma outra abordagem que tem sido seguida na academia em relação ao *sexting* é a abordagem jurídica, na sequência de pânicos mediáticos em torno de práticas de *sexting*, mas também de casos concretos em que menores foram levados a tribunal por posse e/ou distribuição de pornografia infantil em situações de *sexting* entre menores numa relação amorosa e sexual, particularmente nos EUA e na Austrália³¹. Um desses trabalhos considera irónico que a apropriação e a sexualização da juventude para fins de *marketing* e produtos culturais vários é validada e celebrada na nossa cultura³², mas “quando as crianças recriam ou imitam esta conduta sexualizada, são apelidadas de criminosas e pornógrafas” (McLaughlin, 2010, p. 145). A autora avança com uma proposta de alteração à legislação que tome em conta o contexto de produção e distribuição, descriminalizando o mero facto de ter ou possuir material de *sexting* entre pessoas dos 15 aos 18 anos, e focando apenas os recursos legais na partilha indevida de materiais, no seu uso para fins de *bullying* ou chantagem e situações conexas. A própria percepção sobre o estatuto legal do *sexting* também tem sido alvo de investigação: não apenas como parte de questionários mais focados sobre a prática em si, como já referido em vários pontos acima, mas também como facto social em si mesmo. Um desses estudos (McCabe & Johnston, 2014), com um questionário feito a 100 alunos e 20 professores numa universidade dos EUA, concluiu que, no geral, as pessoas são capazes de identificar situações em que o *sexting* é ilegal, quer os respondentes sejam adultos, quer não.

Com base neste panorama de investigação, têm surgido variadas críticas que dizem respeito aos pressupostos que os estudos apresentam, e que encontram reflexo tanto na legislação, como no discurso institucionalizado em torno do *sexting* presente em campanhas governamentais ou de ONGs. Os trabalhos de reflexão crítica partem do panorama legal e de campanhas de sensibilização e educação sobre *sexting* em vários países (R.U., EUA, Canadá e Austrália), e servem de base para se aplicar, *mutatis mutandis*, a mesma análise e conclusões, por exemplo, ao vídeo *Think B4 U Post* criado

³¹ Não se conhece, presentemente, nenhuma situação equiparável em Portugal mas, pelo menos de um ponto de vista estritamente literalista da lei, seria possível acusar menores de posse, produção e/ou distribuição de pornografia de menores ao abrigo do Artigo 176º do Código Penal (Lei nº 59/2007), onde não se faz qualquer referência à idade do perpetrador do crime.

³² Miley Cyrus que, com 15 anos, apareceu na revista *Vanity Fair* em poses consideradas sexualmente provocadoras e semi-nua (Lunceford, 2011, p. 102), sem repercussões legais para a revista ou para Cyrus.

pela Insafe em 2010 (*Safer Internet Day 2010*, 2010), que também se foca na vergonha do jovem (*da jovem*) que faz o envio.

O primeiro ponto de dissensão é a incongruência que surge no seio dos próprios sistemas legais quando jovens que podem legalmente consentir em actividade sexual entre eles estão, ao mesmo tempo, impedidos de a retratar ou registar seja de que forma for sem serem considerados produtores de pornografia infantil (Albury, Funnell, & Noonan, 2010). Isto está ligado a uma tendência mais abrangente de dificuldade em definir direitos sexuais, pela positiva e não pela negativa; a rapariga icónica destas campanhas é colocada perante o imperativo de ter que dizer ‘não’, e a possibilidade de dizer ‘sim’ vem acompanhada de possível culpabilização futura (Karaian, 2014, p. 288). Para Albury e colegas, esta impossibilidade de os jovens menores representarem legalmente a sua própria experiência afectiva contribui para a produção da juventude como lugar liminar (como discutido no Capítulo I), e levanta a questão sobre que mensagem se está a transmitir a esses mesmos jovens quando colocamos a expressão da sua cidadania sexual radicalmente fora do campo do que é representável ou mesmo inteligível (Karaian, 2014, p. 284). Isto preclui a existência de narrativas de autonomia sexual por parte dos jovens, e especialmente das jovens raparigas (Karaian, 2012, p. 59).

Os próprios *media* acabam a estar envolvidos, segundo Kimberlianne Podlas (2011), na forma como o público e o braço judicial lidam com a situação, através da cobertura noticiosa. O estudo da autora abrangeu as notícias que falavam, nos EUA, sobre *sexting*, entre 2006 e Junho de 2011, recolhidas através da base de dados LEXIS, e mostra que as situações de *sexting* entre jovens recebem um volume e tipo de atenção totalmente diferente de situações equivalentes entre adultos ou celebridades. Ademais, 42% de toda a cobertura, abarcando vários anos, está concentrada em 4 meses apenas (Fevereiro a Maio de 2009), em torno dos trâmites legais associados a um caso em particular, mas com uma retórica fundamentada na ideia de epidemia dupla: de acusações de produção de pornografia infantil dirigidas a jovens, e de jovens que fazem *sexting*. Isto credibiliza as alegações de que o *sexting* se encontra, nos órgãos de comunicação social, como pânico moral mediático. Outras expressões mediáticas, como *talk shows*, parecem seguir o mesmo tipo de postura (Karaian, 2012).

Este tipo de legislação e as iniciativas institucionais que depois se manifestam a partir delas desrespeitam o agenciamento sexual dos jovens (Albury & Crawford, 2012, p. 464) e entram numa lógica que acaba a responsabilizar as próprias vítimas por

situações efectivamente graves de partilha indevida de materiais de *sexting*³³. Lara Karaian (2014, p. 284) faz notar que esta responsabilização está ligada às ansiedades adultas relacionadas com “o declínio da autoridade moral da família branca, de classe média e heterossexual nuclear”. O trabalho sobre representações mediáticas e legalistas associadas ao *sexting* mostra como é geralmente uma “rapariga branca, magra, loira ou de cabelo claro e de aparência feminina” que mais vezes é retratada como “precisando de protecção” (Karaian, 2012, p. 60). A jovem do sexo feminino, de classe média, branca e heterossexual – vítima de influências sociais, culturais, de pares e de namorados, e da sociedade sexualizada que a rodeia, mas sem vontade própria; ou culpada de se explorar a si própria de algum modo – encontra-se assim em permanente estado de disponibilidade para servir como tropo retórico (Karaian, 2012, p. 62).

Ainda que os jovens entendam a importância do consentimento na altura da transmissão de imagens, textos ou vídeos, muitas das leis actualmente existentes não prevêem sequer essa possibilidade, nem a possibilidade de os jovens atribuírem significados vários ao acto de *sexting* consoante as suas situações pessoais, ou mesmo de olharem para essas experiências também de um ponto de vista estético e de autoria (Albury & Crawford, 2012, pp. 469, 470). O enquadramento da autoria é fundamental para Amy Adele Hasinoff, para quem o *sexting* deve ser olhado como uma forma de produção de conteúdos mediáticos por jovens, a par de outros projectos com jovens em situações de desvantagem social. Este modelo alternativo não valida *a priori* todas as formas de *sexting* e reconhece que as escolhas feitas, ainda que voluntárias, existem num clima de assédio e de pressão social constantes; reconhece também que situações de partilha indevida e pressões subsequentes são graves, mas que ambas as coisas podem ser analisadas dentro de um paradigma que trate o *sexting* como uma prática de produção mediática. Para Hasinoff, é preciso considerar vários elementos: anonimato (fundamental para, por exemplo, jovens de minorias sexuais encontrarem grupos de pares numa sociedade heteronormativa, ou para jovens raparigas encetarem diálogos

³³ Um dos primeiros e mais famosos casos em que foi usada a figura legal da pornografia infantil para lidar com a situação, nos EUA, é paradigmático: as raparigas que tiraram fotos de si mesmas e as enviaram privadamente foram acusadas em tribunal, mas os rapazes que depois as reencaminharam não; a culpa última estava a ser encontrada na atitude “provocadora” das raparigas, que “se deixaram ser fotografadas” (Podlas, 2011, p. 27). Exemplos noutros países incluem mensagens de prevenção e admoção por parte de polícia e juizes, frequentemente no enquadramento da rapariga que produz e distribui pornografia infantil (duas acusações) e do rapaz que a recebe (uma acusação), mesmo quando a maioria dos casos identificados pelas mesmas entidades acabam por envolver situações de extorsão ou assédio por parte dos pares (Bailey & Hanna, 2011, pp. 418, 419).

online com menos estereótipos de género tão obviamente projectados), comunicação (reflectindo como a comunicação por telemóvel e outras novas tecnologias pode permitir mais assertividade, alterar dinâmicas interpessoais e de género), auto-expressão (resistir a representações mais normativas de sexualização juvenil, expressar a componente íntima e sexual da sua cidadania, ter mais autonomia sobre as formas de auto-representação), prazer (compreender o papel que os *media* podem ter na procura de satisfação pessoal, prazer e experiências agradáveis, de forma proactiva) e respostas possíveis a situações de *sexting* abusivo (que requerem que se definam as situações que o tornam não-abusivo). Conclui a autora que “um modelo de produção de *media* sociais que possa incorporar o *sexting* poderia permitir aos académicos pensar sobre questões de autoria, consenso e privacidade nos *media* sociais de novas maneiras” (Hasinoff, 2013, p. 12).

Albury e Crawford defendem que esta pretensão a uma proibição universal (da auto-representação da sexualidade jovem) tem como objectivo o acalmar das ansiedades adultas sobre um olhar sexualizado para a experiência dos jovens, e não protegê-los de exploração e violência, sexual ou de pares; ao fazer os jovens temer uma possível criminalização caso denunciem uma situação de abuso, deixa-os ainda mais isolados e com menos recursos para lidar com a situação (Hasinoff, 2013, p. 11). Steven Angelides defende que as campanhas de sensibilização – que tentam convencer os jovens a não praticar *sexting* – fazem confluír a componente consensual com a componente abusiva do *sexting*, e em que o *sexting* passa a representar, simbolicamente, apenas o *risco* do abuso, e nada mais para além disso (Angelides, 2013, p. 673).

A narrativa empregue tende a focar-se no policiamento das linhas que separam “público” de “privado”, e onde o primeiro elemento é configurado como intrinsecamente perigoso e o segundo como intrinsecamente seguro, apesar de a esmagadora maioria da violência sexual contra crianças ocorrer no espaço ou contexto do lar ou da família (Albury *et al.*, 2010). Há um trabalho retórico emocional duplo por detrás: o *medo* do que pode correr mal e a *vergonha* que surgirá como consequência desse mesmo correr mal. Estas duas emoções são feitas representar como reflexo do que *poderá* acontecer numa situação de *sexting*, mas acabam a *produzir* de facto essas emoções numa estratégia de poder (no sentido foucauldiano) que dispõe os adultos e o sistema legal na posição de dizer aos jovens qual a única possibilidade de comportamento correcta, pretendendo normalizar a adolescência (Angelides, 2013, p.

678). Isto dificulta uma visão positiva e ao mesmo tempo crítica que valorize as experiências afectivas e sexuais dos jovens, e aprofunda o trabalho de deslegitimação da sua autonomia (Angelides, 2013, pp. 680, 683).

De acordo com Brian Simpson (2013), isto traduz-se no controlo que os adultos pretendem manter sobre o que é ou deve ser a sexualidade das crianças e sobre o seu próprio corpo, e sobre a ansiedade que sentem quando os desenvolvimentos tecnológicos ameaçam os sistemas de constrangimentos até então existentes. Simpson aponta para o facto de que, mesmo no caso dos estudos que criticam os pressupostos intrinsecamente negativos do *sexting* – que o vêem como uma “droga facilitadora” (Mattey & Diliberto, 2013, p. 96) de outros comportamentos negativos e que ameaçam a saúde dos jovens – se continua a procurar uma solução baseada em dados que, de alguma forma, iriam revelar a verdade sobre a natureza do *sexting* através da consideração estatística sobre o que é mais ou menos prevalecente, mas deixando intocado o dispositivo que determina quem pode ou não falar sobre as experiências dos jovens. Isto em nada auxilia os jovens a conseguir criar estratégias de resistência à pressão que sentem para uma negociação constante no “*continuum* entre demasiado sexo e sexo em falta” (Karaian, 2014, p. 290); pelo contrário, a culpabilização das vítimas (ou “*slut shaming*”, em inglês, neste contexto) reforça o duplo padrão sexual ao secundarizar o papel de quem partilha: é a própria jovem (rapariga) que tem de não enviar originalmente a sua mensagem, mais do que as outras pessoas, que partilham a mensagem indevidamente, que têm de ser impedidas ou ensinadas a não o fazer. Brett Lunceford diz que é necessário que os jovens sejam ensinados a “minimizar o dano para si mesmos, *bem como para os outros*, conforme performam a sua sexualidade” (Lunceford, 2011, p. 111, ênfase minha).

Uma abordagem alternativa, para Simpson, seria reconhecer o papel potencialmente subversivo – mas que não apaga os abusos que também podem estar ligados ao *sexting* – no questionar sobre quais são os significados de “público” e “privado” num mundo extremamente mediatizado, no questionar sobre qual é afinal o nível de cidadania (sexual) que os jovens merecem ver reconhecido, e no afirmar da importância da voz dos jovens sobre decisões que dizem respeito aos seus próprios corpos, às suas próprias identidades sexuais. É precisamente através da ideia de identidade e de direito à experimentação e ao jogo (identitário) que o autor defende que se deve pensar a abordagem legal (Simpson, 2013, pp. 704, 705).

Hugh Curnutt usa o conceito de remediação em conjugação com uma abordagem psicanalítica. Para o autor, a transgressão potencial do *sexting* – e a razão para a forte acção de repúdio contra ele a nível dos discursos populares e legais – tem que ver com o facto de esta prática “[tornar] explícito o foco libidinal implícito dos *media mainstream*” (Curnutt, 2012, pp. 362, 363). A reutilização das convenções imagéticas *mainstream* por parte dos jovens nas suas práticas de *sexting* força a sociedade em geral a enfrentar o quão já está simbolicamente e eroticamente investida na sexualização da juventude, quebrando o seu estatuto de transgressão, agindo como um espelho que reflecte algo que deve continuar a ser inaceitável precisamente porque é uma replicação do que é suposto estar fora do âmbito do desejo e do consumo. Como o próprio diz, “o movimento para vilificar o *sexting* parece ser [...] uma tentativa para proteger o nosso próprio investimento libidinal na sexualidade que ele media” (Curnutt, 2012, p. 366).

A visão geral que é possível retirar da literatura sobre o tema é, no mínimo, contraditória (Lounsbury, Mitchell, & Finkelhor, 2011). Ao passo que os estudos quantitativos apontam para uma diminuição generalizada do fenómeno, com algumas excepções, o trabalho qualitativo de ponta parece apontar na direcção contrária – a banalização dos comportamentos de *sexting* numa trama de fundo mais alargada sobre relações interpessoais e de pressão de pares heteronormativa em torno do corpo e do sexo que tem feito vários comentadores do espaço anglófono falar de uma *rape culture* como aspecto da cultura patriarcal e de duplos padrões. Ao mesmo tempo, investigadores, tribunais, *mass media* e instituições várias mobilizam um discurso centrado numa naturalização do desejo (heterossexual, hormonal, neurológico) adolescente, ou da sua falta de controlo (é possível ler-se artigos da área do Direito a comentar o desenvolvimento do córtex pré-frontal dos adolescentes como factor explicativo da necessidade de introduzir leis menos punitivas nestas situações). Estes discursos correm vários riscos: o de negar a autonomia e agenciamento sexual dos jovens e de procurar regular os seus corpos e sexualidades, o de celebrar acriticamente as suas práticas interpessoais sem problematizar os graves comportamentos de pressão social onde muitas e muitos se sentem presos, o de naturalizar certas relações de desejo e certas dinâmicas de género, em detrimento de outras, o de desconsiderar os potenciais subversivos para a expressão sexual dos jovens através do enfoque na repetição dos paradigmas eróticos vigentes que estes performam, ou o de ver num fenómeno que tem

claras ligações com práticas corporais e do quotidiano e uma historiografia própria apenas o surgimento de uma nova moda ou tendência fundamentada nas operações de um determinado conjunto de *media*.

Como o título da sub-secção indica, falar de *sexting* é equívoco: tal como a pornografia na secção anterior, também os *sextings* são vários, e a variação é menos ao nível de uma distribuição um-para-um pretendida ou um-para-muitos abusiva, e mais ao nível das expectativas, (ausência de) pressões e (des)igualdades de poder envolvidas no processo, independentemente do número de intervenientes. O poder que é atribuído às imagens de nudez (em particular do corpo feminino), e a forma como esse poder alimenta o *bullying*, institucional ou não, surgem como o risco central, mais do que a prática do *sexting* em si. Esta, por outro lado, pode ser vista enquanto prática de intimidade em contextos relacionais, bem como exploração de desejos e fronteiras.

III.3 – A internet e a informação sobre sexualidade e saúde sexual

No que diz respeito aos usos informativos dos novos *media*, o Capítulo IV contém bastante informação sobre o caso português, embora valha a pena relembrar que a internet é uma fonte muito importante de informação sobre sexualidade e saúde reprodutiva (Matos, Simões, *et al.*, 2011; Matos, Reis, Ramiro, & Equipa Aventura Social, 2011), embora seja por vezes difícil de localizar e verificar a sua credibilidade (M. Smith, Gertz, Alvarez, & Lurie, 2000).

Ao contrário das duas categorias anteriores, a busca de informação sobre sexualidade e saúde sexual é vista como algo potencialmente positivo por boa parte dos estudos, e portanto existem vários estudos focados em perceber qual a qualidade da informação, como melhorar o acesso a esta, e quais os factores que impedem ou dificultam o seu acesso e compreensão por parte dos jovens. No geral, é importante ter em conta que, dos estudos, ressalva a ideia de que jovens em contexto privilegiado (socialmente e academicamente) acabam por sair beneficiados neste uso, ao passo que são os que menos privilégio têm, quem mais necessita de os usar – com destaque para jovens não-heterossexuais e jovens mais pobres, com menos acesso directo ou indirecto (através da família, por exemplo) a literacia formal.

Ano	País	Autores ³⁴	Amostra	Metodologia	Conclusões centrais
2000	EUA	Smith <i>et alii</i>	46 estudantes universitários / sites	Quantitativa, qualitativa	Informação generalista sobre educação sexual é difícil de localizar por parte dos jovens e carece de elementos fundamentais sobre o tema, embora alguns tópicos específicos ofereçam menos dificuldade ao nível da qualidade de informação
2002	Vários	Eysenbach <i>et alii</i>	--	Revisão de literatura	Meta-estudo de 79 estudos diferentes sobre informação sobre saúde na internet, conclui que existem muitos dados incompletos, errados, ou que induzem em erro; porém, informação problemática encontra-se também noutros meios (televisão e revistas); alguns dessas informações estão também em enciclopédias reputadas ³⁵ , relativizando o papel da internet na disseminação de informação menos exacta
2002	Canadá	Wood <i>et alii</i>	100, 13-16 anos	Quantitativa	Raparigas usam fontes mais diversificadas; jovens mais velhos recorrem preferencialmente a grupo de pares; jovens consideram os <i>media</i> a fonte menos influente; jovens consideram-se maioritariamente livre de influências quando tomam decisões
2003	EUA	Hansen <i>et alii</i>	12, 12-17 anos	Qualitativa	A partir de 68 exercícios de busca, jovens identificam resposta correcta em 69% dos casos, através de uma abordagem tentativa-e-erro que usa o Google como ferramenta de acesso a informação em vários sites diferentes.
2005	EUA / RU	Gray <i>et alii</i>	26 grupos de foco, 11-19 anos	Qualitativa	Internet faz parte das rotinas de busca de informação dos jovens, de prevenção de problemas, e para evitar visitas ao médico; jovens são proactivos nas buscas, mas procurar coisas sobre um tema pode conduzir a outros temas, o que tanto pode ser frustrante como recompensador; os jovens comparam a informação a que têm acesso com a que já conhecem em livros, ou a partir de pares; conversas com pares ou família pode motivar busca de informação; informação na internet pode ser fonte de sentimento de empatia e uma forma de resistir ao privilégio que adultos (família e médicos) têm sobre a sua saúde
2009	Vários	Döring	--	Revisão de literatura	A busca de informação sobre sexualidade e saúde sexual é uma actividade praticada por muitos jovens, e também por adultos; nem sempre os utilizadores são capazes de identificar a qualidade de informação; a informação disseminada por pares é particularmente indicada como relevante; este tema é um dos mais investigados
2009 2010	EUA	Buhi <i>et alii</i>	34 estudantes universitários / sites	Qualitativa	Identificados qualitativamente sites usados por jovens para responder a perguntas sobre sexualidade e saúde sexual; não foi encontrada correlação entre marcadores típicos de qualidade de um site e a qualidade da informação disponível; correlação entre complexidade do tema e aumento de inexactidões; erros explícitos, porém, só foram encontrados em 17% dos sites
2009	EUA	Buhi <i>et alii</i>	37 alunos universitários de 1º ano	Quantitativa	Experiências de busca de informação sobre saúde são geralmente positivas; há muita busca de informação sobre saúde sexual; jovens sentem-se capacitados para tomar decisões a partir da informação recolhida; 44% sentiram confusão com a informação recolhida; alguns sites institucionais são confusos; lacunas de literacia dificultam identificar informação correcta; jovens desconfiam de fontes como a Wikipédia

³⁴ Referências dos estudos (Buhi et al., 2010; Buhi, Daley, Fuhrmann, & Smith, 2009; Döring, 2009; Eysenbach, Powell, Kuss, & Sa, 2002; Gold et al., 2011; Gomes, 2015; Gray, Klein, Noyce, Sesselberg, & Cantrill, 2005; Guse et al., 2012; Hansen, Derry, Resnick, & Richardson, 2003; R. K. Jones & Biddlecom, 2011a, 2011b; R. K. Jones, Biddlecom, Hebert, & Mellor, 2011; Kim & Syn, 2014; Kubicek, Beyer, Weiss, Iverson, & Kipke, 2010; Pang, Verspoor, Chang, & Pearce, 2015; Scarcelli, 2014; L. Simon & Daneback, 2013; Tanton et al., 2015; Travassos, Costa, Vasconcelos, & Marques, 2013; Wood, Senn, Desmarais, Park, & Verberg, 2002; Wyatt, Henwood, Hart, & Smith, 2005)

³⁵ Apesar da fama de ser um recurso de fraca qualidade, por ser criada e editável por utilizadores, a Wikipédia já foi comparada à *Encyclopaedia Britannica* (na sua versão online) mais do que uma vez, com resultados que apontam para um grau de confiabilidade semelhante entre ambas, no que diz respeito a informação científica especializada (Giles, 2005; Rosa, 2008).

2010	EUA	Kubicek <i>et alii</i>	526 jovens	Métodos mistos	Pornografia é único recurso para alguns jovens não-heterossexuais; pornografia como confirmação identitária; recurso sobre subculturas sexuais; informação por via escolar predominantemente heterossexista
2011	EUA	Jones <i>et alii</i>	58 alunos do ensino secundário	Qualitativa	Jovens recolhem informação sobre sexualidade e saúde sexual de várias fontes, priorizando os amigos e a escola, a internet não estava a suprir as necessidades que os jovens sentiam ao nível do acesso à informação sobre sexualidade
2011	Vários	Gold <i>et alii</i>	--	Quantitativa	Iniciativas que usam redes sociais para educação e prevenção são pouco investigadas; maior parte das iniciativas está apenas no Facebook; maior parte das iniciativas é apenas a presença institucional de uma ONG
2012	Vários	Guse <i>et alii</i>	--	Quantitativa	Iniciativas que usam novas tecnologias recorrem a vídeos, fóruns, ou emails; são escassas iniciativas que o fazem; há a busca de impactos psicossociais ou de aumento de literacia, na maioria dos casos; autores consideram que há subaproveitamento das plataformas utilizadas
2013	Vários	Simon & Daneback	--	Revisão de literatura	Estudos mostram nível elevado mas irregular de uso da internet para aceder a informação sobre sexualidade (20%-77%); os jovens procuram por informações bastante diferentes (ISTs, gravidez, actos sexuais específicos, relacionamentos interpessoais, etc.); a qualidade de informação disponível é variável e complexa de analisar, mas os jovens sentem-se capaz de o fazer; existe pouca informação que visa jovens marginalizados; jovens desconfiam de conteúdos apresentados em portais pouco referenciados; os jovens destes estudos tendem a procurar informação sobre práticas sexuais primeiro; existem variações de práticas de busca de informação consoante a pertença étnica; o papel da orientação sexual é ainda sub-valorizada na investigação
2013	Portugal	Travassos <i>et alii</i>	sites	Quantitativa	Dos sites que utentes de consulta de venerologia que buscaram informação <i>online</i> usaram, 50% apresenta erros graves e apenas 39% estão actualizados
2014	Vários	Kim & Syn	--	Revisão de literatura	Oitenta estudos em língua inglesa sobre hábitos de busca de informação por parte de jovens (13-19 anos) entre 2010-2012; 57% foca-se em assuntos de saúde específicos, como saúde sexual; quase metade investiga como adolescentes usam a internet
2014	Itália	Scarcelli	64, 16-18 anos	Qualitativa	Diversidade de abordagens e opiniões: jovens que desconfiam da internet, que avaliam negativa a informação lá existente; raparigas procuram mais informação sobre ISTs e gravidez; rapazes sobre contraceção e verificação da normalidade do seu corpo; descobrir formas de ter e dar prazer e a sua 'estranheza' também são relevantes; tipologia de perfis: cépticos, embaraçados, equilibrados e exploradores; "operações de <i>bricolage</i> " no uso de <i>media</i>
2015	EUA	Pang <i>et alii</i>	20, 21-50+ anos	Qualitativa	Vários modelos de abordagem à procura de informação: uma mais dirigida e previamente planeada e outra com menos profundidade, mais exploratória; identificadas duas dimensões: tácticas de pesquisa (básicas ou avançadas) e nível de atenção ao material (baixo ou alto)
2015	RU	Tanton <i>et alii</i>	3869, 16-24 anos (estatisticamente representativa)	Quantitativa, longitudinal	Escola tem ganho importância como fonte de informação desde os anos 90, e família tem perdido; não existe variação na necessidade reportada de mais informação sobre sexualidade e saúde sexual; diferenças de género, em que rapazes preferem mais a internet como fonte que as raparigas; poucos consideram a internet a sua fonte principal de informação; uma pequena minoria de jovens usa pornografia como recurso informativo principal
2015	Brasil	Gomes	?, 18-25 anos	Qualitativa	"Filmes educativos" como eufemismo para falar de pornografia por entre jovens brasileiros evangélicos; ambivalência entre a proibição e a função pedagógica

Tabela III.3 – Resumo das publicações alvo de revisão de literatura sobre busca de informação *online*, organizadas por data de publicação

Tal como mencionado na secção anterior, a pornografia é analisada, frequentemente, como um sub-aspecto dos *media* importante enquanto fonte de informação para os jovens. A própria investigação tende a tratá-la enquanto uma fonte de informação perigosa ou problemática. Porém, o conceito de informação é aqui passível de ser interpretado de formas diferentes: nem sempre o que se busca é conhecimento científico. Dado o enfoque da educação sexual na biologia e fisiologia do corpo enquanto reprodutor e/ou portador de doenças, sobra pouco tempo para o corpo enquanto produtor de prazer; há aí um potencial educativo – limitado, não científico, subjectivo e corporal – relacionado com a visualização de pornografia, especialmente em contextos sociais em que não existem alternativas (Flood, 2010; McKee, 2007c; Ramlagun, 2012; Scarcelli, 2014); “[a] pornografia socializa para o prazer, pois foge da noção do exercício do sexo para reprodução, fixando-se na dimensão do gozo pelo gozo, do prazer pelo prazer” (Gomes, 2015, p. 64). A presença de pornografia na internet pode também servir para deixar os jovens desconfiados da informação que encontram e da sua validade (R. K. Jones, Biddlecom, Hebert, & Mellor, 2011), graças a factores como publicidades enganosas.

Como Kath Albury (2014) esclarece, não existe ainda consenso sobre o que a porno ensina, nem como o faz. Há também uma postura dupla face à relação entre pornografia e educação sexual: o encarar-se a pornografia como uma forma de educação, e o encarar-se a pornografia como algo *sobre o qual* é preciso educação. Para Albury (2014, p. 178), é fundamental parar de tentar encontrar “*a verdade* sobre o que a porno ensina” e dar conta “das formas que os diferentes gostos sexuais e culturas podem influenciar a recepção que as audiências fazem dos textos pornográficos”.

Na investigação de Elias Gomes (2015), junto de jovens brasileiros da igreja evangélica pentecostal, o eufemismo para referir pornografia era “filmes educativos” – uma pista da ambivalência que os jovens sentem a respeito da violação da interdição em torno da pornografia misturada com o reconhecimento do seu papel didáctico. A orientação sexual é um aspecto que condiciona o tipo de acesso que os jovens têm a Educação Sexual que seja relevante para as suas experiências: ainda que a escola possa fornecer aos jovens informação semelhante, fá-lo geralmente a partir de uma perspectiva heterossexista, o mesmo se passando com os médicos (Kubicek, Beyer, Weiss, Iverson, & Kipke, 2010; Marques, Nogueira, & Oliveira, 2014).

A internet tem ganho vários lugares específicos nas experiências dos jovens, que procuram desenvolver competências que lhes permitam fazer um uso que considerem adequado dos recursos à sua disposição. A busca de informação na internet não representa uma experiência única, e está fortemente vinculada a experiências prévias de literacia – tanto digital quanto sobre saúde e sexualidades – nos resultados que gera e na forma como os jovens se posicionam face ao que encontram, não se limitando a ser consumidores passivos e acríticos do que lêem. Idade, género, etnia e orientação sexual configuram-se como as principais variáveis que afectam as experiências destes jovens, sem esquecer a presença ou não de apoio da família, de educação sexual formal nas escolas, entre outros elementos mencionados acima. É também possível compreender assim que existem diferentes formas de conceptualizar a recolha de informação – como uma actividade específica, mas também como efeito cruzado com outras actividades como a visualização de pornografia ou a consulta de fóruns e blogs. De acordo com alguma da investigação feita em língua inglesa, os típicos marcadores de qualidade formal de *sites* parecem não ser a melhor forma de compreender se a informação que consta desses mesmos *sites* está correcta.

III.4 – Participação cívica *online*: cidadania íntima, subactivismo e a relação entre jovens e vida política

Outra dimensão a ser abordada neste estudo prende-se com o recurso dos jovens a grupos, comunidades e afins agrupamentos de expressão de cidadania íntima (Plummer, 1994). Tal como em Banaji e Buckingham (2013), adopta-se aqui uma definição alargada do conceito de participação cívica, envolvendo fóruns, grupos, redes mais ou menos definidas em *sites* de redes sociais, mas também a participação em actividades que podem não estar ligadas a uma estrutura organizacional concreta. Estes autores defendem uma distinção entre o cívico como sendo o que está de forma mais lata ligado à esfera pública, e o político como o que se encontra ligado a um processo de contestação e confronto formal de ideias³⁶.

³⁶ Esta organização de actividades arrisca criar uma hierarquização que reforça o papel da política formal. Porém, as reformulações e críticas feitas à noção habermasiana de esfera pública que está na base da ideia de participação cívica (Álvares, Martins, & Cardoso, 2011; Silveirinha, 2005) ajudam a compreender duas coisas distintas: primeiro, que mesmo aquilo que se considera estar ou não abrangido pela esfera pública é algo muito tensionalmente discutido dentro dos movimentos já existentes (L. Goode & McKee, 2013); segundo, que existem diferentes níveis pretendidos de interacção com um sistema considerado problemático.

Ano	País	Autores ³⁷	Amostra	Metodologia	Conclusões centrais
2013	EUA	Lee <i>et alii</i>	575, 12-17 anos	Quantitativa, longitudinal	Participação em actividades deliberativas em sala de aula e normas democráticas junto de pares contribuem, indirectamente, para maior activismo cívico entre jovens, através do uso de <i>media</i> convencionais e novos para consumo de informação e expressão política
2013	--	Cohn & Richters	--	Quantitativa	Estudo de conteúdos de 100 páginas de fóruns sobre saúde sexual; identificadas falhas de conhecimento sobre uso de tampões, fluido menstrual, contraceção hormonal, ISTs, sinais de gravidez; a busca feita na internet, tal como relatada nos fóruns, parte dos sintomas percebidos
2013	Bélgica	Szulc & Dhoest	761 / 60, acima dos 30 anos	Quantitativa, qualitativa	Uso da internet antes e depois do <i>coming out</i> difere, diminuindo na sua vertente especificamente LGB; três fases identificadas: exploração do género ou orientação sexual, partilha de informação sobre experiências pessoais, procura de recursos para integrar a identidade de género ou orientação sexual com restantes dimensões das suas vidas
2014	RU	Bimber <i>et alii</i>	British Election Studies	Quantitativa	Uso de novos <i>media</i> correlaciona-se positivamente com debates sobre política para quem tem menos interesse em política; a mesma relação se mantém para a prática de votação; no caso da doação de dinheiro e de trabalho partidário, o interesse por política é uma variável mediadora que tem efeitos em várias direcções
2014	Canadá	Dumitrica	59 estudantes universitários	Qualitativa	Jovens e adultos consideram que os <i>media</i> sociais criam uma sensação de comunidade, fornecem acesso a informação e capacidade de a partilhar; surgem como espaço de exercício de cidadania e ferramenta da mesma; são vistos como solução, mas tal visão é problemática, ao mesmo tempo que aponta para uma vontade de lidar com problemas sociais contemporâneos
2014	EUA	Seo <i>et alii</i>	280, 13-19 anos	Quantitativa	Vontade social de integração positivamente correlacionada com quantidade de tempo em redes sociais; <i>self-efficacy</i> social e tempo no YouTube positivamente correlacionados com intenção de participar em <i>flash mob</i> , mesmo controlando para outras variáveis socioeconómicas
2014	Vários	Sloam	European Values Study, World Values Survey, Comparative Study of Electoral Systems	Quantitativa, longitudinal	Formas de engajamento político dos jovens favorece práticas associadas a pessoas com elevado grau de educação formal e privilégio socioeconómico; jovens têm sido marginalizados da política eleitoral
2014	EUA	Velasquez <i>et alii</i>	222, 20.9 anos de média	Quantitativa	Percepção da <i>self-efficacy</i> correlaciona-se com práticas políticas <i>online</i> com mais agenciamento/envolvimento pessoal; percepção sobre <i>self-efficacy</i> colectiva correlaciona-se com a participação dos indivíduos em acções colectivas <i>online</i> , moderada pela percepção ou não de interdependência das acções levadas a cabo
2014	Grécia	Keskenidou <i>et alii</i>	158, dos quais 121 entre 18-22 anos e restantes mais velhos	Quantitativa	Jovens consideram blogs fontes confiáveis, e com um papel social importante (agentes de mudança e processos sociais); ruralidade associada com maior cepticismo; mais jovens com menos cepticismo; jovens consideram que blogs oferecem informação mais rapidamente e mais indirectamente que os <i>mass media</i> ; interacção em blogs importante para jovens;
2014	Bélgica	Theocharis & Quintelier	272 adolescentes, 15-16 anos	Quantitativa, longitudinal	Uso do Facebook correlacionado positivamente com participação cívica e orientada para o entretenimento, mas não para usos políticos <i>online</i> ou <i>offline</i> ; níveis prévios de participação cívica têm efeito maior sobre o uso do Facebook do que o oposto; uso do Facebook só se correlaciona claramente com aumento de participação ligada ao entretenimento

Tabela III.4 – Resumo das publicações alvo de revisão de literatura sobre participação cívica *online*, organizadas por data de publicação

³⁷ Referências dos estudos (Bimber, Cunill, Copeland, & Gibson, 2015; Cohn & Richters, 2013; Dumitrica, 2014; Keskenidou, Kyridis, Valsamidou, & Soulani, 2014; N.-J. Lee, Shah, & McLeod, 2013; Seo, Houston, Knight, Kennedy, & English, 2014; Sloam, 2014; Szulc & Dhoest, 2013; Theocharis & Quintelier, 2014; Velasquez & LaRose, 2015)

O enquadramento mais típico da participação cívica *online* entende a participação nas estruturas formais de funcionamento político (do ingresso em juventudes partidárias, passando por ONGs e terminando na existência ou não de práticas continuadas de votação em eleições). Existem vários estudos que procuram perceber quais os papéis e as influências que o acesso à informação através da internet, a presença em redes sociais e outros indicadores de engajamento com as novas tecnologias, e como se traduzem ou não em participação cívica ou em participação política *strictu sensu*. Os dados, tanto de investigações pontuais como de longitudinais, não apontam para um efeito mediático claro, mas levantam a hipótese realista de que se esteja perante um efeito de reprodução das desigualdades socioeconómicas (Banaji & Buckingham, 2013, p. 672; Sloam, 2014, p. 11).

Por outro lado, estes trabalhos recentes deitam por terra a retórica geracional que colocava nos “jovens” uma tendência específica para se afastarem da vida política dos seus países. Por um lado, os jovens continuam, em geral, a participar em actividades de engajamento cívico, mesmo que não sejam de tipo formalmente político; por outro lado, tem havido uma deslocação, ao nível do enquadramento teórico, do ónus da responsabilidade associada à diminuição da participação em votações.

Os jovens existem dentro de uma cultura de consumo globalizado, com as suas experiências e expectativas temporalmente dilatadas e dispersas, e com as grandes narrativas políticas da modernidade a perder o seu poder mobilizador. A internet, e os discursos que se movimentam em seu redor, tanto focam a possibilidade de esta vir reformar a esfera pública – estas narrativas sobre os *media* fazem lembrar os mesmos discursos já articulados em torno do suposto poder democratizante e revolucionário da massificação de outros *media* no passado (Banaji & Buckingham, 2013, p. 3).

Também é fundamental considerar o papel do *offline* como elemento determinante da propensão que os jovens demonstram para participar civicamente: outra das relações que os estudos acima citados encontraram foi ao nível do sentimento de eficácia (intrapessoal ou interpessoal) sentida por parte dos jovens, e que os motiva a continuar a participar, mesmo que as acções em que participam não consigam atingir todos os objectivos a que se propõem. A recolha de informação a partir de órgãos de comunicação social, feita através das redes sociais e através dos *sites* dos próprios órgãos de comunicação social, contribui para a literacia política e social destes jovens, sendo um factor importante para compreender os níveis de participação.

Isto não quer dizer que os jovens não são capazes de leituras críticas dos meios de comunicação que utilizam: desafiando o estereótipo dos “nativos digitais” que vivem totalmente integrados na tecnologia, vários dos jovens deste estudo mostram ter a noção de que existem problemas e desafios associados ao papel que a internet ocupa. Ao mesmo tempo, e como notam Banaji e Buckingham (2013, p. 66), isso também quer dizer que não existe nada de inerentemente revolucionário associado às novas tecnologias, e que estas se tornam, para estes jovens, simplesmente algo banal, integrado no seu quotidiano.

Se é verdade que as estruturas políticas formais têm trabalhado, ainda que involuntariamente, para a alienação dos jovens, também é verdade que têm tido sucesso nesse processo de alienação. A percepção agudizada de que os jovens raramente são ouvidos, junto com os ataques que podem sofrer em contextos de participação cívica ou política mais antagonista, constituem problemas que revelam um lado potencialmente problemático associado à participação cívica.

De forma a tentar compreender a participação cívica enquanto activismo, Neumayer e Svensson definem este último como sendo uma “ligação de vozes excluídas que já não cabem dentro da arena política do parlamentarismo liberal” (2014, p. 2). Desenvolveram também uma tipologia de quatro diferentes tipos de activismo, tendo em atenção se a pessoa está ou não disposta a actos de desobediência civil e se encara os oponentes ideológicos como inimigos ou adversários. Os autores apontam para como todos estes diferentes tipos de participação podem ocorrer na internet, e como existe complementaridade entre, por exemplo, uma posição que implique desobediência civil e a defesa dos mesmos ideais mas através da presença em redes sociais ou da produção de textos em blogs.

Também importante é a conceptualização do activismo associado a expressões identitárias como estando “cruzado com a vida quotidiana dos cidadãos” (Neumayer & Svensson, 2014, p. 5), recorrendo ao conceito de subactivismo, “decisões e acções em pequena escala, frequentemente pessoais, que têm um enquadramento político ou ético (ou duplo) e que estão submergidas na vida quotidiana” (Bakardjieva, 2009, p. 96), não querendo no entanto isso dizer que não possam estar, ao mesmo tempo, ligadas a processos mais institucionalizados (Mascheroni, 2013). Este conceito liga-se com o de “culturas cívicas” de Peter Dahlgren (2005), que enfatiza a importância do debate e troca de ideias na esfera pública informal como elemento necessário para a saúde de

uma sociedade democrática. Isto quer dizer também que “muitos participantes – em plataformas de *media* sociais e nas ruas – não se consideram necessariamente activistas” (Neumayer & Svensson, 2014, p. 6), fazendo da própria ideia de activismo e participação cívica uma identidade que pode ser reclamada ou contestada. Fica em aberto que tipos de comunicação podem ou não ser consideradas parte da esfera pública e segundo que critérios (L. Goode & McKee, 2013).

“[A] internet forma um recurso importante para minorias – políticas, sexuais, étnicas, regionais ou religiosas – e, em alguns casos notáveis, parece dar aos jovens dessas comunidades um espaço onde podem levar a cabo várias identidades” (Banaji & Buckingham, 2013, p. 155). Uma das formas de construção de identidade passa por fóruns e outros espaços sociais onde se pode recolher informação. Plataformas sociais que abordem essas temáticas fornecem outro tipo de mais-valia aos jovens – empatia e a possibilidade de comunicar com pessoas que estão em situações semelhantes, sob anonimato e comodamente (Gray, Klein, Noyce, Sesselberg, & Cantrill, 2005, p. 1473).

L Ayu Saraswati, por outro lado, procura pensar os novos *media* como um ponto de referência epistémico específico, e portanto reflectir sobre que sexualidade é essa que pode existir no espaço *online*. Propõe então a noção de “wiki-sexualidade”, para “levar em consideração a fluidez da sexualidade conforme atravessa várias camadas de realidade”, encarando-a como não-essencialista e como parte de um projecto colaborativo. Assim, o acto de criar comunidades ou as procurar liga-se à produção socialmente distribuída do que é ser rapariga, ou lésbica, por exemplo, cruzando-se nesse processo elementos que vêm da camada digital com elementos que vêm da camada física dos referenciais dos jovens; algo que pode permitir abordagens flexíveis e não-dicotómicas à sexualidade (Saraswati, 2013) dos jovens, uma visão que um estudo qualitativo em Lisboa, parece confirmar (Nodin, Carballo-Diéiguez, & Leal, 2014).

Há que considerar a importância que determinadas redes sociais têm para grupos específicos, na medida em que, pelas suas características, promovem um ambiente que se presta mais ao trabalho criativo e de apropriação mediática dos espaços por parte dos jovens. Uma dessas plataformas, pouco expressiva em Portugal (0,3% dos utilizadores da internet nacionais, segundo a OberCom (G. Cardoso, Mendonça, Lima, Paisana, & Neves, 2014)) mas, ainda assim, com características específicas, é o *Tumblr*.

Apesar de ser frequentemente considerado um sistema de *micro-blogging*, o *Tumblr* não permite respostas directas ao conteúdo publicado, e está principalmente

virado para a republicação, na conta de cada utilizador, de material publicado por outras pessoas. Uma das características que distingue o *Tumblr* é o facto de permitir material sexual (texto, imagens e GIFs, que são sequências rápidas de imagens estáticas que dão a aparência de movimento) na sua plataforma. Esta característica tem sido usada por minorias sexuais de vários tipos, bem como pela comunidade transexual e transgénero, de forma a dar visibilidade a práticas e corpos considerados não-normativos, e ao mesmo tempo cruzar essas (auto-)representações com reflexões textuais sobre variados temas, questionando género, raça e outras componentes da cidadania íntima, constituindo um excelente exemplo de como o que é considerado sexual, erótico ou pornográfico pode estar integrado e misturado com o filosófico, político, reivindicativo (Fink & Miller, 2014), e onde jovens criam um espaço mais seguro para combater os padrões normativos e patriarcais vigentes (Tiidenberg, 2015).

Isto não quer dizer que se deva adoptar uma posição exclusivamente celebratória do papel do *Tumblr*: Vera Hinsey (2013) mostra, por exemplo, como a comunidade feminista no *Tumblr* reproduz ainda uma série de desigualdades importadas do contexto *offline* e Akane Kanai (2015) demonstra num estudo de caso como é possível usar o *Tumblr* para amplificar uma construção de feminilidade pós-feminista.

Elke Schwarz (2014), partindo do trabalho de Hannah Arendt, conclui que as redes sociais têm de facto um forte potencial *social* de ligação e disseminação de informação, mas que os seus utilizadores tendem para uma homogeneização que impede ou limita a contraposição de ideias fundamental para um debate democrático. Assim sendo, as redes sociais podem gerar ou facilitar ambientes de colaboração e coordenação de esforços, mas não trarão por si mesmas uma revolução política integral.

Assim, e no respeitante a esta investigação, será dada particular atenção a que práticas de sociabilidade os jovens se associam, e que sentidos retiram e produzem nessa associação. Será também importante compreender as próprias definições que os jovens mobilizam, que significados dão a expressões como “activismo” ou “participação cívica”. Por outro lado, e especialmente no caso de jovens pertencentes a minorias sexuais (mas também com particular destaque para jovens raparigas (Katie Davis, 2010)), a internet e as novas tecnologias transformam-se em espaços de socialização, aculturação, activismo e aquisição de novas subjectividades (Flood, 2010; Ross, 2005; Willis, 2012). São espaços que apresentam desafios específicos e requerem

o desenvolvimento de capacidades de resiliência que permitam analisar a informação recebida e lidar com contactos indesejados ou agressão *online* (Hillier & Harrison, 2007), e que não substituem o contacto face-a-face, nem são capaz de totalmente colmatar as experiências de invisibilidade geo-social que frequentemente enquadram as vidas desses jovens (Dempsey, Hillier, & Harrison, 2001). É também importante interrogar os sentidos criados em torno da *ausência* de participação cívica *online*, e que ligações poderá ter com a pertença a grupos mais socialmente privilegiados, e a identidades cuja construção é facilitada pela cultura hegemónica.

III.5 – Síntese: *media* ‘sexualizados’?

Será que, face a todas as interrogações e (in)definições apresentadas acima, se pode ainda falar de *media* sexualizados? Sim, defende-se aqui, mas com duas condições *sine qua non*: a primeira, que “sexualizado” represente aqui a assunção explícita de uma metáfora agregadora de várias práticas, influências e dinâmicas que não eliminam a necessidade de uma análise contextual e, mais ainda, interseccional (Kathy Davis, 2008) sem quaisquer pressupostos inerentes de negatividade ou objectificação – neste aspecto, não é possível analisar os *media* sexualizados enquanto tais, mas os diferentes usos sexualizados (e sexualizados por *quem* e *como*?) dos (novos) *media*; a segunda, que no contexto de uma investigação, aquilo que toma a primazia conceptual é precisamente o que os jovens consideram e enquadram como sendo sexualizado nas suas vidas o que vai necessariamente (e de forma útil) extravasar o panorama dos *media*.

Deste modo “usos sexualizados dos *media*” ou “*media* sexualizados” não são senão, no contexto desta Tese, atalhos linguísticos que não podem substituir o trabalho de reflexão crítico e de situacionismo como metodologia. Apesar de se utilizarem estes quatro eixos como actividades orientadoras do trabalho de pesquisa, reconhece-se também que não é possível fazer, *a priori*, uma lista totalizante de usos sexualizados dos *media*, uma vez que, consoante o contexto e os utilizadores qualquer prática mediática pode ser reaproveitada enquanto uso sexualizado, especialmente considerando que a própria noção de sexo ou sexualidade enquanto conjunto de práticas não é estável.

O mesmo se aplica ao uso de “pornográfico” ou “sexualmente explícito” e mesmo “*sexting*” – ao invés de definições terminadas, de carácter jurídico ou aparentemente descritivo, esses termos são empregues sempre com o pressuposto de um

caveat emptor por detrás – o de que todos esses termos se encontram em circulação linguística e cultural e que, por conseguinte, não podem ser fixados; nem essa fixação seria produtiva (já que é a análise dos modos de ‘fixação’ gerados pelos jovens que produz alguma da riqueza dos dados apresentados).

É também possível perceber que o cruzamento entre jovens e *media* sexualizados se pauta ainda muito fortemente pela visão medicalizada e positivista do sexo a que Foucault chama de *scientia sexualis*, e em que os novos *media* (enquanto tecnologia que se encaixa no funcionamento do dispositivo de sexualidade) surgem como risco que precisa de ser compreendido, contido e governado. As perguntas de investigação que lhes subjazem, bem como os postulados metodológicos que são dispostos para lhes procurar dar resposta, apontam muito mais directamente para a forma como a sociedade constrói (e se constrói com a) sexualidade, do que alguma verdade imanente sobre a juventude ou sobre o sexo em si. Ao mesmo tempo, e quase que a contraponto, as investigações que dão voz aos jovens mostram um campo bastante mais alargado de experiências e utilizações dos *media*, muitas das quais escapam a esta visão medicalizada estruturada em torno de efeitos hipodérmicos dos *media*.

Para além de suposições sobre os efeitos hipodérmicos dos meios de comunicação, continuam a sentir-se os ecos da passagem do poder pastoral cristão para a *scientia sexualis* – na suposição de que a impureza atrai impureza (e que o sexo é, assim definido, impuro ainda que natural), estudam-se as correlações entre ver pornografia ou enviar *sexts* e fazer sexo anal, consumir drogas ou ter valores sexuais que vão contra os ideais familiares heterossexuais monogâmicos reprodutivos. De um ponto de vista foucauldiano, então, a verdade que se procura perguntar ao sexo – a verdade sobre os jovens, e sobre a sociedade que faz as questões – é uma verdade sobre o perigo, sobre a corrupção, sobre o falhanço de atingir uma ‘boa’ sexualidade.

Seria porém equívoco imaginar que isto é um processo horizontal, linear, em que adultos detêm o poder e submetem crianças e jovens a determinadas conformações identitárias, de comportamento e de relação com os *media*. Os jovens são também participantes activos e mesmo (co-)produtores das suas próprias experiências *online*. O poder, numa perspectiva foucauldiana, não é algo que alguns sujeitos detêm e outros não, mas sim algo que opera na relação intersubjectiva (Foucault, 1994, 2002a), presente nos discursos dos jovens.

CAPÍTULO IV – PORTUGAL ENTRE MODERNIDADE(S) E (DES)ENCONTROS

“As gerações que nasceram neste ambiente encontram uma realidade circundante muito diversa das gerações dos seus avós. As conquistas já feitas pela técnica são dados do seu mundo [...]. E, mais do que isso, habituaram-se desde o berço à fluidez com que se transformam coisas e hábitos, ganhando uma noção de contingência, um espírito de evolução criadora, que não pode deixar de impregnar profundamente a mentalidade colectiva.”

As palavras acima poderiam ter sido ditas por um qualquer comentador social ou político da actualidade, mas datam de 1967 e foram proferidas por Marcello Caetano (in Pappámikail, 2011b, p. 234). Estas frases demonstram uma certa compulsão do discurso político e de senso-comum para uma visão determinista das dinâmicas geracionais e tecnológicas. São, *grosso modo*, vistas como sendo verdadeiras em todos os momentos em que são pronunciadas e, por conseguinte, desprovidas de real valor analítico. Ou seja, nada dizem sobre a relação entre jovens e novos *media*, mas sim sobre a forma como a juventude e a tecnologia são construídas.

Este Capítulo pretende ser um esforço na direcção oposta: isto é, fornecer um retrato das especificidades portuguesas no contexto presente desta investigação. Esse retrato será sempre parcelar e incompleto, mas pretende tocar os principais aspectos que influenciam a construção e desenvolvimento dos jovens inquiridos, recuando temporalmente para procurar dar conta das características socioculturais, económicas e ideológicas que condicionam e enformam a experiência do ser-se e fazer-se jovem em Portugal, não esquecendo nunca que a experiência da juventude se faz em interacção com, por um lado, todos os outros actores sociais e, por outro, com todas as categorias sociais imaginárias (género, sexo, família de origem, etnia, orientação sexual, estatuto socioeconómico, etc.).

O Capítulo presente concentra-se na exploração do desenvolvimento social do país dentro do contexto de uma modernidade tardia ou inacabada (Mattoso, 2011; Ponte, 2011), plena de (con)tradições, (des)continuidades e (des)encontros, inclusivamente com a pré-modernidade (Ponte, 2012a, p. 21). Portugal, juntamente com Itália, Grécia e Espanha, configuram um modelo de modernidade transicional, Mediterrânico, caracterizado actualmente, segundo Leccardi e a partir do trabalho de Cavalli e Galland, por um período alargado de escolaridade, a que se segue uma fase de

precariedade profissional que implica um longo período de coabitação com os pais e, em alguns casos, a saída de casa dos pais no contexto de uma relação íntima (Leccardi, 2006, pp. 17, 18)³⁸.

Isto implica olhar para as alterações do nível de vida, do nível educativo, do regime político, da experiência de religiosidade, das mudanças nas práticas e costumes face aos jovens, das políticas públicas que a eles são dirigidas; mas também para as práticas que os próprios jovens relatam, quer ao nível das sexualidades, quer ao nível da sua relação com as novas tecnologias. Implica igualmente perceber como a presente investigação foi balizada pela colaboração por parte de outras organizações, com características e experiências cumulativas específicas.

Um dos factores mais relevantes na História recente de Portugal foi a deposição do regime autoritário do Estado Novo, com cerca de meio século, a 25 de Abril de 1974, e a sua substituição por um sistema de democracia representativa. Porém, é preciso ter em conta que nenhum dos jovens que constam deste estudo teve qualquer experiência directa com aquele regime, embora tenham crescido numa sociedade onde se faz sentir ainda a sua influência. Não obstante, o próprio regime do Estado Novo foi devedor e promotor de um conjunto de práticas herdadas da Primeira República, e várias transformações sociais foram-se desenrolando antes da queda do regime, mau-grado as pressões imobilistas da ditadura, ou a abertura reticente da “Primavera Marcelista”.

IV.1 – Educação (em falta) e juventude (em mudança)

O primeiro elemento a surgir neste recorte é talvez o mais evidente, mas também aquele que mais faz Portugal destacar-se dos seus parceiros europeus: o nível de educação da população actual.

O Anexo 1 apresenta a evolução da Taxa Real de Escolarização³⁹, desde 1961 até 2010. Como se pode ver, só no ano de 1977 é que o valor da frequência do primeiro ciclo de escolaridade passou a ultrapassar os 90% da população desse nível etário, valor que, para o 2º Ciclo de escolaridade, só viria a ser ultrapassado em 2008. Porém, é

³⁸ Para mais informações sobre grandes tendências sobre os processos de transição em vários países da Europa, incluindo Portugal, ver Biggart & Andreas (2006, p. 48).

³⁹ Relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo, e a população residente dos mesmos níveis etários.

porventura necessária a perspectiva europeia para que se possa compreender o estado presente do nível educativo português.

Ao olharmos para o Anexo 2, torna-se possível verificar o porquê de a educação em Portugal ser um elemento de diferenciação face a outros países europeus: se 28% da população portuguesa entre os 25 e os 64 anos tinha, em 2008, o ensino secundário ou grau superior, isso equivale ao número de pessoas que, na média da OCDE, tinham *apenas* o 9º ano ou grau inferior, e é a mesma percentagem de detentores de grau de Ensino Superior dessa mesma média.

Isto representa não só um *handicap* ao nível da competitividade nacional e pessoal, como também aponta para um desfasamento e uma potencial falta de recursos cognitivos e de literacia para lidar com um mundo altamente globalizado e mediado, especialmente se tivermos em conta que (novamente utilizando os dados da PORDATA e INE) 10,6% da população com 15 ou mais anos em Portugal não tinha em 2011 ainda qualquer grau de escolaridade, e que a taxa de abandono precoce de educação e formação rondava, nesse mesmo ano, os 23% (descendo dos 50% de 1992, sendo preciso ter em conta o alargamento do nível mínimo de escolaridade decorrido entretanto). Ao mesmo tempo, e agravando a situação, o decréscimo acentuado que se tinha vindo a verificar na taxa de abandono precoce de educação e formação desde 2003 voltou a transformar-se numa estabilização, e dos 20,5% de 2012, passou-se para 17,4% em 2014. De acordo com o INE, há uma maior percentagem de rapazes a abandonar a escola do que de raparigas mas, ao passo que a percentagem de rapazes que abandona a escola tem vindo a decrescer, a de raparigas não, levantando-se a possibilidade de, em poucos anos, estar Portugal novamente perante um alargamento do fosso da desigualdade de género.

Na outra ponta do espectro do ensino, ao nível das matrículas do ensino superior, também não se encontram dados animadores: desde 2004 que há uma regressão da quantidade de alunos matriculados, e houve em 2014 um número de matrículas ligeiramente inferior ao do ano 2000: 362200. É também a partir de 2003/2004 que se verifica uma tendência decrescente no investimento que o Estado faz (em % do PIB) na Educação: dos 5,1% do PIB em 2002, passou-se para 3,9% em 2012, um valor que só encontra paralelo aproximado nos 3,7% de 1990.

A este panorama não estará certamente alheio o contexto actual de crise: a taxa de crescimento em % do PIB tem apresentado valores negativos entre 2011 e 2013, e só um moderado 0,9% positivo em 2014.

Ora, como se verá mais adiante, o nível de escolaridade é precisamente uma das variáveis com maior impacto, tanto no campo das sexualidades como no campo das novas tecnologias. A vantagem de um olhar temporalmente dilatado é o de permitir levar a análise dos resultados para além das características subjectivas dos jovens a serem auscultados, procurando compreender a matriz cultural onde eles se formaram, bem como os seus ascendentes – sendo que “mais de 60% dos pais não ultrapassa a escolaridade obrigatória de nove anos” (Ponte, 2012a, p. 21), o que também os leva a colocar “as preocupações com o sucesso escolar dos filhos na linha da frente” (Ponte, 2012a, p. 22), ao mesmo tempo que desequilibra o *statu quo* de poder, na medida em que muito rapidamente os jovens adquirem um nível de escolaridade superior ao dos pais ou educadores.

Ana Nunes de Almeida (2011b, p. 145) aponta Portugal como um caso “interessante”, onde “processos lentos de transformação ainda em estado embrionário desde os anos 60 (provocados pela transformação do tecido económico e demográfico, pelos fluxos emigratórios, pela guerra colonial), vêm a ser destapados e acelerados a partir da Revolução de 74”. Ao modelo da “criança em série” (Almeida, 2011b, p. 146) – elevadas taxas de fecundidade, acompanhadas de pré-modernas elevadas taxas de mortalidade infantil, mas que ainda assim permitiam manter o índice sintético de fecundidade nos 3,2 – passa-se à “criança feita por medida” (Almeida, 2011b, p. 153): em 2006 o índice sintético de fecundidade caíra já para 1,35 filhos por mulher, com uma relativa homogeneidade inter-regional, chegando aos 1,21 em 2013. Não se deve isto a um qualquer aumento da taxa de mortalidade infantil, muito pelo contrário: os progressos feitos nessa área, em Portugal, “colocam o país na liderança mundial” (Ponte, 2012a, p. 21); tem antes que ver com uma diminuição clara da taxa de natalidade, com 1980 a marcar o ano em que “em Portugal, deixa também de estar assegurada a renovação de gerações” (Almeida, 2011b, p. 147).

As questões de natalidade têm repercussões socioculturais: a mudança nos padrões de nascimentos e de mortes de jovens interage com a própria forma como a juventude é contextualizada, tanto a nível pessoal como político. A escola e o papel que esta ocupa na construção da juventude é um desses elementos. A escola era, durante a

época do Estado Novo, um sítio de onde muitos jovens, desfavorecidos por nascimento, fugiam. Dos maus-tratos, da aprendizagem repressiva e de uma sobrelotação que tornava o ensino um processo verdadeiramente massificado (média de 47 alunos por sala de aula no fim da década de 50 (M. M. Vieira, 2011, p. 174)), e pouco mobilizável para o seu dia-a-dia, mais virado para a subsistência familiar, que requeria a mobilização dos jovens como parte da força de trabalho activa o mais cedo possível (Almeida, 2011b, p. 148). A cultura jovem, na medida em que existia nesta altura, era constituída precisamente pela fuga aos tempos estruturados, e tomava a forma de uma “cultura de rua, da brincadeira, do jogo, do movimento em espaço aberto” (Almeida, 2011b, p. 150) – aliás, é precisamente contra a memória cultural desta cultura de rua que se comenta, actualmente, o retiro dos jovens dos espaços públicos. Não obstante, existiam diferenças de estatuto socioeconómico também na escolaridade – este cenário aplica-se apenas às camadas menos abonadas; as “classes favorecidas” enviavam os seus filhos para “colégios privados ou liceus [...] por vezes coadjuvados com a presença de preceptores em casa”, ao passo que os trabalhadores mais qualificados procuravam colocar os filhos nas escolas técnicas (Almeida, 2011b, p. 152). Convém porém salvaguardar que, se a evolução expectável é a de um afastamento das crianças do espaço do trabalho de subsistência na economia familiar (algo que se verifica efectivamente, embora com alguma lentidão, pós-25 de Abril), J. Fialho estima em 48 mil o número de crianças economicamente activas em Portugal (Almeida, 2011b, p. 160) – uma das marcas da modernidade tardia que subsiste no século XXI.

A década de 60 inaugura um esforço de escolarização promovido pelo Governo que é a aposta no multimédia: o alargamento da escolaridade mínima para 6 anos é complementado com a utilização da televisão para alcançar mais crianças neste esforço de “modernização económica” (M. M. Vieira, 2011, p. 180). O número de inscritos no 3º Ciclo mais do que duplica entre 1960 e 1970, mas convém relembrar o Anexo 1 para contextualizar o que essa duplicação representa no total da população infantil portuguesa. E, apesar do projecto democratizante e igualitário que orientou a acção política pós-25 de Abril, as diferenças estruturais ainda se fazem sentir na população adulta escolarizada nesse tempo, bem como nos seus descendentes.

Politicamente, porém, as diferenças não demoraram a fazer-se sentir – ser aluno não é o mesmo antes e depois da Revolução dos Cravos, na medida em que são legislativamente implementadas “amplas possibilidades de intervenção dos jovens no

espaço escolar” (M. M. Vieira, 2011, p. 183), passando os alunos a ter assento nos órgãos oficiais escolares e a poder desenvolver actividades de associativismo estudantil sem a ameaça constante da polícia política do regime deposto⁴⁰. Por outro lado, a unificação do ensino secundário leva a uma maior miscigenação entre classes económicas e sociais, promovendo um alargamento do horizonte de experiências dos jovens, junto com a eliminação da separação entre o liceu e a escola técnica (o que não quer dizer que não continue a existir uma segregação classista entre diferentes instituições de ensino, nomeadamente as privadas).

A escolaridade mínima foi entretanto alargada para nove anos, em 1986, e para 12 anos em 2012 (Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência, 2012), ao mesmo tempo que o número de crianças inscritas no ensino pré-escolar aumentou a um ritmo até então nunca visto, especialmente a partir de 1990. Isto corresponde a uma “«alunização» das crianças e dos jovens” (M. M. Vieira, 2011, p. 183): ser “aluno” confunde-se com boa parte do dia de alguém que “é criança”, o que é reforçado pelo surgimento de variados Ateliers de Tempos Livres: espaços estruturados em torno de uma dinâmica de ensino e disciplina (Foucault, 2013) que raramente corresponde à própria vontade dos jovens (Rebelo *et al.*, 2008, p. 148), dinâmica essa também interpenetrada por uma psicologização do papel do aluno e do educador (como expressão de uma tendência contemporânea ocidental mais alargada (Rose, 1998)), que cria “a pessoa do aluno” como novo estatuto das crianças (M. M. Vieira, 2011, p. 189).

Todos estes elementos têm impactos identitários e culturais, dos quais se destacam aqui dois: a crescente importância do grupo de pares para o desenvolvimento psicossocial do jovem; e o investimento económico, afectivo, emocional e simbólico dos pais e cuidadores face aos seus filhos.

Quanto ao primeiro ponto, o maior tempo passado na escola leva a que o grupo social a que os jovens mais estejam expostos seja, precisamente, o dos próprios jovens, e que seja perante estes que se joga, ao mesmo tempo, processos de identificação e autonomização identitária (em que o pai ou o professor são frequentemente o Outro

⁴⁰ É necessário fazer notar que isto não implica uma adesão massificada a estas formas de movimento estudantil, da mesma forma que é necessário fazer notar que a retórica da diminuição do envolvimento dos jovens na política formal organizada peca por uma incorrecta comparação entre aquilo que eram movimentos ultra-minoritários (como os movimentos estudantis da época do Estado Novo, preconizados, na sua maioria, por jovens vindos de classes afluentes) com as práticas generalizadas de uma fatia muito mais alargada da presente geração (Pappámikail, 2011b, pp. 212–217).

contra o qual essa autonomização é feita), onde a amizade se torna um ponto “central das relações [...] na experiência da adolescência e juventude” (Pappámikail, 2011a, p. 94), ao mesmo tempo que configura o grupo de pares como fundamental para a aprendizagem, “pautada muitas vezes por tensões, conflitos ou submissão forçada a um dado modelo-tipo como forma de sobrevivência quotidiana” (M. M. Vieira, 2011, pp. 193, 194).

No que toca ao segundo ponto levantado, a diminuição do índice sintético de fecundidade é, a um tempo, causa e efeito do surgimento da “criança-projecto” (Almeida, 2011b, p. 154), “uma opção racional, ajustada a um calendário etápico de vida pessoal ou conjugal e uma fonte única de gratificação afectiva”, que conduz à tentativa de “garantir o investimento máximo na qualidade da socialização da criança” (Almeida, 2011b, p. 155), nomeadamente no investimento em novas tecnologias para casa, que são também “uma maneira de fixarem os seus filhos em casa” (Almeida, 2011b, p. 170), ao passo que promovem ainda novas práticas e posturas de individualização, com esses *media* a constituírem veículos de alargamento experimental dentro das quatro paredes (D. Cardoso, 2012, p. 58; Livingstone, 2002, p. 120)⁴¹. Isto resulta, por conseguinte, na alteração das dinâmicas dos laços sociais geracionais: os “laços verticais alongam-se nas famílias, em detrimento dos laços colaterais”, ao passo que “a criança vê recaírem sobre ela muitas das expectativas e ansiedades do casal” (Almeida, 2011b, p. 154)⁴² – casal esse que não precisa já de se alinhar com a noção estereotípica de “casal”, com o aumento da monoparentalidade e das famílias reconstituídas.

Com a queda generalizada da taxa de natalidade a surgir como fenómeno essencialmente cultural, os movimentos migratórios (e, até certo ponto, as pessoas que partilham de outras culturas que não a portuguesa hegemónica) tornam-se também variáveis de diferenciação apreciáveis na experiência de pertencer a uma família (Almeida, 2011b, p. 156).

⁴¹ Cf. Capítulo I.

⁴² Também neste aspecto uma contradição histórica se apresenta, na medida em que estas expectativas acabam a tomar contornos conservadores nas formulações que apresentam, com os pais a advogar valores sobre a infância “a lembrar uma ideologia típica do Estado Novo e remetendo, em todo o caso, para a conformidade com a ordem dominante” (Almeida, 2011b, p. 158).

Para Machado Pais, estas transformações demográficas resultaram numa “geração entalada entre um hoje sem futuro e um futuro adiado”, onde “o claro sentimento de liberdade é usado como uma gazua” (Pais, 2012, p. 27). O sociólogo comenta também a forma como as relações entre jovens e figuras parentais se têm transformado – com a “relativa dissolução de vínculos de respeitabilidade” surge, por vezes, “uma falta de controlo educativo” que, ao mesmo tempo, está associada a “relacionamentos mais igualitários, de companheirismo” entre pais e filhos (2012, pp. 29, 30). Além disto, ser-se oficialmente adulto já não traz consigo “uma absoluta superação da situação de dependência, até na forma como são tratados pelos pais” (2012, p. 85). Neste contexto, o sair da casa dos pais assume não apenas uma dimensão simbólica, mas também uma mudança económica e social paradigmática para os jovens (Pais, 2012, p. 62).

Da breve recensão histórica aqui realizada, surgem então várias questões: qual o contexto socioeconómico dos jovens participantes e seus ascendentes ou cuidadores?; como se desenham os percursos de educação de uns face aos outros?; de que maneira se manifesta a importância e influência dos grupos de pares na formação identitária destes jovens?; como é estruturada a experiência escolar e não-escolar destes jovens?; que experiência têm estes jovens enquanto parte de um ou mais agregados familiares e como poderá a origem geográfica/étnica ser uma variável influenciadora deste aspecto?; que papel ocupa a escola nas alterações da experiência público/privado dos jovens (Almeida, 2011a, p. 12)? As respostas a essas questões serão consideradas na análise dos resultados da pesquisa empírica.

IV.2 – Educação Sexual em Portugal – um tortuoso caminho

Ainda dentro do campo da educação, mas olhando para uma área específica dentro das práticas educativas, o próximo ponto a abordar será a curta mas conturbada história da educação para a sexualidade em Portugal.

O tópico da sexualidade em Portugal encontra-se, historicamente, dominado por duas grandes referências: o impacto ideológico da Igreja Católica na formação da mentalidade moral e sexual dos cidadãos, bem como a sua promiscuidade com o poder político (especialmente durante o Estado Novo); e uma perspectiva higienista, naturalista e positivista do sexo e da sexualidade, que o Estado Novo herdou da época

da Primeira República e cujo expoente máximo se encontra nos trabalhos de Egas Moniz, promotora de um duplo padrão sexual vigente até hoje (Policarpo, 2011, p. 49).

Embora o actual projecto educativo de Educação Sexual possa encontrar as suas raízes num projecto-piloto de 1995, olhar para o enquadramento legal e medidas políticas subsequentes leva-nos a 1976, quando Albino Aroso, Secretário de Estado da Saúde, “introduz as consultas de planeamento familiar através da saúde materna” (Policarpo, 2011, p. 58), ao passo que a Comissão da Condição Feminina levou a cabo um projecto de educação popular para a sexualidade, ainda dentro da dinâmica do planeamento familiar (Policarpo, 2011, p. 59). Do lado médico e científico, Policarpo aponta a introdução de consultas de sexologia em Coimbra, em 1975, e uma série de “iniciativas institucionais com vista à abordagem médica da sexualidade” (2011, p. 60).

No respeitante à educação sexual em si, a data de Março de 1982, altura em que é aprovada a Lei da Educação Sexual e Planeamento Familiar, é especialmente importante, na medida em que foca também os jovens enquanto público específico de cuidados reprodutivos e de saúde sexual (Policarpo, 2011, p. 62). Pode ler-se, no nº 2 do 2º artigo:

“Os programas escolares incluirão, de acordo com os diferentes níveis de ensino, conhecimentos científicos sobre anatomia, fisiologia, genética e sexualidade humanas, devendo contribuir para a superação das discriminações em razão do sexo e da divisão tradicional de funções entre homem e mulher” (*in* Alferes, 1996, p. 92)

Quatro anos depois, em 1986, a Lei de Bases do Sistema Educativo inclui a educação sexual por entre a “educação ecológica, a educação do consumidor, a educação familiar, [...] a prevenção dos acidentes, a educação para a saúde, a educação para a participação nas instituições, serviços cívicos e outros do mesmo âmbito” (*in* Alferes, 1996, p. 92). De acordo com o mesmo autor, o Decreto-Lei nº 286/89 cria a disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social, pretendendo com isso criar um espaço específico para a implementação das preocupações expostas na Lei de Bases, citada acima – sem deixar de notar que esta disciplina seria leccionada como *alternativa* à de Educação Religiosa Moral e Católica ou de outras confissões.

Todos estes esforços legais são coloridos de forma irreversível pelo surgimento e disseminação do VIH/SIDA. O medo da doença e a sua associação a determinadas comunidades sexuais (nomeadamente prostituição e LGBT) levam a um ambiente de “pânico moral”, que tornam a sexualidade “um risco que é necessário gerir” (Policarpo, 2011, p. 66), especialmente no caso dos jovens. Este pânico moral empurra instituições

governamentais e os *media* a um “discurso moralizador” (Policarpo, 2011, p. 66) que, apesar de tudo, parece apresentar um efeito limitado, tendo em conta os dados do crescimento do número de infecções por VIH (cf. Gráfico 3).

Também as aulas de Educação Sexual não passaram, na maioria dos casos, do papel e das intenções. Isto levou à criação, em 1995, de um projecto pedagógico experimental, chamado “Educação Sexual e Promoção da Saúde nas Escolas – Um Projecto Experimental”, promovido pela então Ministra Manuela Ferreira Leite, com o apoio de Catalina Pestana (cf. *Público* de 27/10/1995), e que durou até 1998 (Matos *et al.*, 2009, p. 151). O objectivo era o de, em contravenção ao Decreto-Lei referido acima, tornar a Educação Sexual num conteúdo não-específico de uma qualquer disciplina o que, de acordo com alguns jovens entrevistados pelo jornal *Público*, era precisamente o que estes não queriam que acontecesse.

No ano seguinte ao término desse projecto-piloto, uma nova Lei (n.º. 120/99) vem determinar a obrigatoriedade da educação sexual nas escolas⁴³, agora como matéria a ser abordada de forma interdisciplinar, sem a necessidade de uma disciplina específica. O que daqui se ressalva é a inexistência de uma linha de orientação clara ou de uma estruturação programática que sirva de apoio aos professores e profissionais educativos, levando a uma implementação “limitada e de pobre qualidade” (Marinho, Anastácio, & Carvalho, 2011, p. 9).

É em 2005 que é criado um Grupo de Trabalho para a Educação Sexual (GTES), cujo objectivo é, talvez pela primeira vez, emprestar uma visão científica, metódica e teórica à criação de uma abordagem escolar à Educação Sexual; o primeiro objectivo do grupo de trabalho foi compreender qual a situação no terreno, tendo concluído que “a Educação Sexual não estava integrada no quotidiano das escolas e era sentida como uma actividade realizada por alguns professores e técnicos de saúde com especial motivação” (Grupo de Trabalho de Educação Sexual, 2007, p. 29). De 2005 a 2007, quando o GTES termina a sua tarefa e publica o Relatório Final, são realizadas várias

⁴³ Art. 2º, Nº. 1: “Nos estabelecimentos de ensino básico e secundário será implementado um programa para a promoção da saúde e da sexualidade humana, no qual será proporcionada adequada informação sobre a sexualidade humana, o aparelho reprodutivo e a fisiologia da reprodução, sida e outras doenças sexualmente transmissíveis, os métodos contraceptivos e o planeamento da família, as relações interpessoais, a partilha de responsabilidades e a igualdade entre os géneros”.

Nº. 2: “Os conteúdos referidos no número anterior serão incluídos de forma harmonizada nas diferentes disciplinas vocacionadas para a abordagem interdisciplinar desta matéria [...]”.

reuniões e auscultados os vários agentes sociais envolvidos na questão. Este Relatório Final apresenta, entre outras coisas, as linhas de guia para os conteúdos mínimos a leccionar em cada ciclo escolar, bem como o perfil preferencial dos professores que ficariam encarregues de supervisionar o processo em cada escola e agrupamento.

Desde 2006 que tem vindo a ser publicado, anualmente, um Edital do Ministério da Educação, que permite às escolas e agrupamentos escolares candidatarem-se para receber financiamento mediante a apresentação de propostas de projectos na área da Educação para a Saúde⁴⁴ – nesse ano apresentam-se a concurso 186 projectos diferentes.

As formulações legais vigentes mais recentes datam de 2009 e 2010. A Lei n.º 60/2009 e a Portaria n.º 196-A/2010 voltam a confirmar a educação sexual como obrigatória, com carga horária “não inferior a seis horas [anuais] para o 1.º e 2.º Ciclos [...] nem inferior a doze horas para o 3.º Ciclo [...] e Secundário”, e apresenta como finalidades, entre outras, “a valorização da sexualidade e afectividade entre as pessoas no desenvolvimento individual”, o “respeito pela diferença”, a eliminação da discriminação e promoção da igualdade, a protecção de abusos e a “redução de consequências negativas dos comportamentos sexuais de risco”. Previstos estão também “Gabinetes de apoio e informação” que fazem a articulação entre a escola, as unidades de saúde locais e outras organizações como o IPJ, sendo que também se faz notar que é função do Ministério da Educação a avaliação destes projectos e a criação de relatórios periódicos baseados “em questionários realizados nas escolas”.

Um recente estudo levado a cabo pela equipa de Margarida Gaspar de Matos (Matos, Reis, Ramiro, Ribeiro, & Leal, 2014a, 2014b), com o intuito de avaliar a implementação da lei, contou com a participação de metade (53%) das unidades orgânicas escolares. De acordo com as respostas, 98,6% implementavam uma ou mais iniciativas na área da Educação Sexual, com cerca de 83% a cumprirem a carga horária estipulada pela Lei. Porém, a maior parte das unidades promove esta mesma Educação Sexual através de conferências ou acções de formação dinamizadas por agentes externos

⁴⁴ O edital de 2010/2011 dá conta de um total de 803 candidaturas, com mais de 2000 professores a serem formados em Educação Sexual, e tendo sido atribuídos 205.350€ de financiamento estatal para essa formação e para o desenvolvimento dos projectos apresentados. O edital seguinte, de 2011/2012, muda completamente a forma como a informação é apresentada, e lista apenas as escolas contempladas, sendo que a verba mais alta, dada a 23 escolas, é de 700€. O total da despesa para esse ano lectivo foi de 123.830€, para o total do programa “Promoção e Educação para a Saúde”; vide http://www.dgidec.min-edu.pt/data/educacaoaude/edital2012_verbas_esc_selecionadas_sem_particulares.pdf.

à Escola (93%), ao passo que recursos como a internet se ficam pelos cerca de 52% dos casos. No que diz respeito à integração com as actividades escolares, e como não surpreenderá tendo em conta o exposto no Capítulo II sobre a medicalização do sexo, é a disciplina de Ciências Naturais (no ensino básico) e a Biologia (no ensino secundário) as que mais vezes são convocadas a fornecer informação sobre o assunto. Ao mesmo tempo, apenas cerca de 66% dos Conselhos de Turma destas unidades orgânicas tem um professor responsável pelo projecto de Educação Sexual. Os alunos permanecem, em boa parte dos casos, receptores passivos de informação, dentro do modelo hierarquizado do espaço escolar: apenas 60% das actividades envolveram participação activa dos alunos e só 54% das unidades orgânicas classificam como “muito importante” a participação activa dos alunos na organização, abaixo, por exemplo, da importância dada à cooperação por parte da Direcção (71%).

A partir das entrevistas qualitativas que complementaram o questionário quantitativo, Matos *et alii* puderam diagnosticar vários problemas ou de implementação por que têm passado as escolas: sobrecarga administrativa dos professores coordenadores; sobrecarga laboral dos professores que é suposto leccionarem conteúdos associados à saúde sexual; falta de capacidade de envolver os alunos e associações de estudantes, para além de dinâmicas problemáticas (medo de gozo, tensões de género, entre outras); fraco envolvimento por parte dos pais e encarregados de educação; recurso constante a organizações externas cuja ligação com as escolas é pontual e que requer, por vezes, verbas extra e tempos curriculares que não estão já disponíveis em virtude das reestruturações feitas pelo Ministério da Educação.

Apesar de os autores destacarem que a legislação em vigor “está a ser cumprida no que diz respeito à apresentação dos conteúdos de educação sexual previstos” (Matos et al., 2014a, p. 18), é de notar, nesta avaliação, o facto de os alunos desejarem um maior envolvimento e protestarem contra a constante repetição dos mesmos conteúdos, fundamentalmente orientados para a fisiologia e ciências naturais. Essa orientação coloca automaticamente em desvantagem todos os alunos que não tenham, no ensino secundário, a disciplina de Biologia (portanto, os de Artes, Economia, Humanidades e Cursos Profissionais); gera-se a percepção de uma pedagogização positivista da sexualidade, que redundava num investimento pouco significativo por parte dos jovens (C. P. Vieira, 2012, p. 126). Também recentemente o Governo sinalizou um ainda maior desinvestimento neste tema, no contexto das políticas educativas (Ribeiro, 2015).

Porém, não basta fazer uma revisão do percurso legislativo da educação sexual para compreender o impacto que ela teve em Portugal. Na verdade, os projectos de educação sexual estão ainda longe de se encontrarem regularizados ou construídos de forma a se adaptarem às presentes necessidades educativas, atraindo críticas de diversos tipos.

Logo em 1996, Valentim Alferes pretendeu fazer uma crítica às ideologias sexuais implícitas naquilo a que ele chamou de a “pedagogização da sexualidade”, fazendo lembrar até certo ponto as críticas de Foucault (1994), abordadas anteriormente (cf. Capítulo II.1). De acordo com o autor, dá-se uma “denegação da sexualidade através de duas transposições sucessivas” (Alferes, 1996, p. 93), em que o sexo é subsumido à afectividade, e a afectividade à normatividade de um modelo desenvolvimentista adolescente, fazendo notar que “as atitudes e respostas dos educadores devem mais às encenações culturais que partilham do que aos eventuais progressos na investigação da sexualidade humana”.

No seu artigo, Alferes preferiu adoptar uma postura que deixaria a educação sexual fora da escola, na medida em que, afinal de contas, não é uma educação sobre a sexualidade humana, mas uma pedagogização do sexo o que aqui está a ser tentado; afirma também, numa perspectiva algo cínica, que “não será a escolarização do sexo e dos afectos que modificará a “ordem erótica” actualmente em vigor [...], visível nos “modos de gestão pedagógica do medo” (Alferes, 1996, p. 95). Apesar da posição redutora, Alferes não deixa de colocar, em jeito de provocação, uma pergunta relevante no fim do seu artigo: “De modo mais cru, qual é o sentido da educação sexual e/ou afectiva se se dificulta ou interdita aos adolescentes o acesso directo aos contraceptivos?” (Alferes, 1996, p. 96). O autor refere-se a organizações de pais e religiosas que procuraram, durante anos, bloquear o uso de manuais escolares considerados impróprios (nomeadamente os mais recomendados pelo GTES no seu Relatório Final) ou a distribuição de preservativos em escolas, alegando que isso iria encorajar os jovens a praticar mais sexo, expondo-os portanto aos riscos que se pretendia evitar, posição essa que a investigação tem mostrado não ser empiricamente sustentada (e.g.: Lindberg & Maddow-Zimet, 2012).

Ademais, de acordo com Marinho e Anastácio, os professores parecem preferir adoptar “modelos médico-preventivos”, apoiando-se numa visão mais biologizante da experiência sexual, colocando de lado as directivas legais e do GTES sobre a

necessidade de uma abordagem mais holística e psicossocial, ficando “aquém das necessidades dos alunos, até mesmo no que se refere à simples prevenção de comportamentos de risco” (Marinho & Anastácio, 2011, p. 2); além disso, existe uma preferência por deixar a responsabilidade pela educação sexual na escola a elementos externos à escola (médicos, enfermeiros, psicólogos) ou, quando não, aos professores de Ciências Naturais.

Pela análise às candidaturas a apoios apresentadas à DGIDC, é possível ver uma alteração na forma como os conteúdos estão a ser pensados e estruturados: para o ano lectivo de 2007/2008, o tema dominante era o da sexualidade saudável (Marinho *et al.*, 2011, p. 9); em 2009/2010 foi o tópico “Afectos e Relações Interpessoais” o mais abordado (63% dos projectos), com “Sexualidade Saudável” a surgir em segundo lugar, referido por 55% dos projectos (2011, p. 10).

Este compromisso para com os elementos culturais e não baseados num discurso do medo da doença ou gravidez parece ser ambíguo – afinal de contas, nesse mesmo ano de 2009/2010, apenas 10% dos 621 projectos apresentados pretendia abordar o tema de “Identidade e Género” (Marinho *et al.*, 2011, p. 10). Isto leva Conceição Nogueira *et alii* a apontarem as deficiências dos discursos práticos da educação sexual, que contemplam a “vitimização, medo e moralidade” como base do seu programa, faltando, numa perspectiva de género, “novos discursos emancipadores e de *empowerment* das jovens adolescentes” (Nogueira, Saavedra, & Costa, 2007, p. 59). Para as autoras, “o conhecimento relativo ao género poderá permitir uma maior reflexividade quanto às desigualdades nesse domínio e actuar no sentido de as (des)naturalizar” (2007, p. 61), a par de uma preocupação com o trabalho que enfoque o *prazer*.

Para ambas as coisas, “parece ser fundamental alterar em primeiro lugar os discursos de todos quantos têm o poder de advogar, aconselhar e construir programas” (Nogueira *et al.*, 2007, p. 62; Saavedra, Nogueira, & Magalhães, 2010, p. 152). O proposto não é a leitura do género em dissociação com as outras práticas, ou o esquecimento dos riscos envolvidos na actividade sexual, mas antes a procura de uma igualdade sexual que não seja definida de acordo com os standards masculinizantes (Nogueira *et al.*, 2007, p. 72), ou com o resultado da interacção entre género, classe social e etnia. Ao invés disso, seria importante a compreensão de quais “os significados que as jovens e os jovens conferem à sexualidade” (Nogueira *et al.*, 2007, p. 74; Saavedra *et al.*, 2010, p. 151).

De acordo com a análise documental levada a cabo por Marinho *et alii*, a questão da orientação sexual é também raramente abordada, levando-as a concluir que “os projectos são orientados numa vertente médico-sanitária, surgem demasiado tarde, quando os jovens já iniciaram actividade sexual, e incidem essencialmente nos aspectos biológicos da sexualidade” (Marinho *et al.*, 2011, p. 22); Paula Vieira (2010, p. 128), que abordou esse tema na sua tese de Mestrado, concorda: “A pedagogia da heterossexualidade – e não a da sexualidade – domina, deste modo, o meio pedagógico”.

A literatura aponta também para um elemento constante do Relatório Final do GATES, nomeadamente, a possibilidade de criar programas e campanhas que *não* sejam de âmbito nacional – ou seja, programas que, sendo aplicados a nível nacional, tenham em atenção o “contexto social, evitando a transmissão de informação padronizada e definida *a priori*” (Saavedra, Magalhães, Soares, Ferreira, & Leitão, 2007, p. 9).

De facto, apesar de o Relatório afirmar explicitamente a necessidade de uma abordagem psicossocial (ou psicosssexual), existem elementos que merecem uma atenção mais crítica. Senão, tenhamos em conta o seguinte.

De acordo com o documento, a identidade e autonomia são apenas “conseguidas no final da adolescência” (Grupo de Trabalho de Educação Sexual, 2007, p. 7); “a sexualidade infantil [...] e adolescente são importantes etapas preparatórias para a construção da sexualidade adulta” (2007, p. 12); a identidade de género “estabelece-se muito precocemente na infância” e é aparentemente imutável; existem apenas três orientações sexuais (heterossexualidade, bissexualidade e homossexualidade) e este traço também se “consolida” no final da adolescência (2007, p. 17). Esta visão da adolescência, da identidade de género, da orientação sexual e do sexo apontam para uma postura teleológica do crescimento e desenvolvimento identitário e para uma fixidez genitalizada que entram em contradição directa tanto com o trabalho feminista feito sobre a infância e adolescência como com as investigações mais recentes no campo da Psicologia (e.g.: o trabalho de Lisa Diamond (2009)), e com as posturas sociológicas mais recentes sobre o papel e a construção da juventude e da adolescência (cf. Capítulo I). Mais ainda, o documento prevê inclusivamente a existência de comportamentos “ajustados e *sem riscos* no campo sexual” (Grupo de Trabalho de Educação Sexual, 2007, p. 8, ênfase minha), corroborando a possibilidade teórica de transformar o sexo numa actividade higienizada, onde é possível eliminar totalmente o

risco, e onde o conceito de ‘ajuste’ ou adqueação volta a operar enquanto estabelecimento de uma forma de expressar a sexualidade que é inerentemente correcta. Acaba então o GTES a seguir um modelo médico-preventivo (A. Santos, 2010) de educação, que não foca vários aspectos das “multidões *queer*” de que fala Paul B. Preciado (2011b)

Aliás, na sua análise das transformações e retóricas políticas em torno da Educação Sexual ao longo do tempo em Portugal, Carla Figueiredo (2011) faz notar o quão tenso é este campo, em que a perspectiva bio-médica ou psicossocial da Educação Sexual é usada como forma de aumentar a aceitação de um tópico tão fortemente contestado, e onde influências e credibilidades de políticos, burocratas, especialistas académicos e ONGs se cruzam, embora nem sempre com os mesmos interesses, e não sem contestação de outros sectores sociais que procuraram impedir o processo, como referido acima.

O alcance das medidas dos sucessivos governos tem também que ser questionada. Apesar de, como já visto, o número de agrupamentos com projectos propostos já ultrapassar os 60% e de ter vindo a crescer vertiginosamente nos últimos anos, isso não é o mesmo que dizer que as medidas acabam a chegar efectivamente aos seus destinatários finais. De facto, apenas cerca de 66% dos jovens do 8º e 10º anos afirmam ter tido os seus professores a falar de educação sexual, segundo o estudo HBSC de 2010 (Matos, Simões, *et al.*, 2011, p. 163), sendo que, para boa parte destes jovens (73%), o objectivo da educação sexual é apenas a obtenção de informação. No estudo de 2014, e contemplando jovens do 6º, 8º e 10º anos, há uma queda para os 42%, sendo que os jovens do secundário são os que reportam números mais baixos de iniciativas (Matos, Simões, Camacho, Reis, & Equipa Aventura Social, 2014, pp. 159, 160). Seguindo em linha com as indicações do Ministério, mais de 70% destes jovens dizem que a educação sexual foi abordada em disciplinas curriculares. Também no estudo de 2014 se auscultou pela presença de outras formas de obter informação sobre saúde (mas não especificamente sobre sexualidade), estando os níveis aí nos 56% (2014, p. 159).

É necessário introduzir outro elemento: o papel e o impacto que a educação sexual tem (ou pode ter) no que toca à gestão dos riscos associados à sexualidade, e, por outro lado, as possíveis barreiras ou limitações. E a primeira limitação talvez sejam os próprios jovens, através do impacto da cultura de pares: de acordo com o mesmo

estudo, 70,6% dos jovens auscultados sente-se “pouco à vontade” para falar de educação sexual com os professores, mas 82,6% sente-se “muito à vontade” para falar com os amigos, uma discrepância que resulta frequentemente no recurso ao grupo de pares como fonte principal de informação, fazendo destes um elemento importante no comportamento dos jovens (Matos *et al.*, 2009, p. 155; Matos, Reis, *et al.*, 2011, p. 103)

Por outro lado, e considerando-se o acima exposto, é compreensível que os próprios pais portugueses não se sintam à vontade para falar com os seus filhos sobre sexo (Matos *et al.*, 2009, p. 155), nem vice-versa: 57,6% dos jovens auscultados sentem-se “pouco à vontade” para o fazer (Matos, Simões, *et al.*, 2011, p. 165); e mesmo as escolas parecem ser pouco capazes de chamar a si uma fatia considerável dos educadores para que eles possam, por sua vez, ser educados.

De acordo com o mesmo estudo, quando questionados sobre o que fariam caso quisessem mais informações sobre o VIH/SIDA, os jovens responderam, na sua maioria, que iriam à internet (66%); 38,2% dos jovens universitários auscultados no estudo HBSC de 2010 faz o mesmo para saber mais sobre contraceção (Matos, Reis, *et al.*, 2011, p. 39). Também os jovens entrevistados por Cristina Vieira referiram a importância da internet e dos meios de comunicação na obtenção de informação, referindo tanto programas de televisão de canal aberto como a possibilidade de ir buscar novos modelos ou práticas consumindo material (erótico ou pornográfico) *online*; ao mesmo tempo, no entanto, estes mesmos jovens criam uma clivagem entre as suas próprias experiências com os *media* e a de pessoas mais novas que eles mesmos, repetindo o mesmo discurso de hipersexualização em virtude da exposição mediática que já os seus pais tinham repetido sobre eles (C. P. Vieira, 2012, p. 133).

No que diz respeito ao papel da internet para consulta de informação sobre sexualidade e saúde sexual, não se conhecem números definitivos para além dos agora apresentados mas, através de uma colaboração com a equipa que gere o Portal da Juventude (IPDJ), foi possível obter os dados de visitas a cada uma das páginas respeitantes a informações e iniciativas sobre sexualidade e saúde sexual (“Saúde e Sexualidade Juvenil”), entre Janeiro de 2011 e Novembro de 2013, inclusive. De acordo com os resultados compilados e entregues em Relatório próprio (D. Cardoso, Não Publicado) e que constituem investigação original, o *site* tem vindo a assistir a um forte crescimento no número de visitas, em particular a partir da segunda metade de 2012. Algumas das páginas mais visitadas (de entre o top 20) incluem, por ordem, as páginas

sobre: pílula; a primeira vez; menstruação e ciclo menstrual; linha de ajuda (para a qual os jovens podem ligar caso queiram esclarecimentos por parte de um técnico preparado); página de perguntas e respostas (versão digital da linha de ajuda, que permite que se enviem perguntas e recebam respostas sem uma chamada telefónica, com maior anonimato); informações, sobre o VIH/SIDA e sobre o preservativo; entre outras.

Como ponto de comparação, a página mais visitada ao longo destes três anos (“A pílula”) apresenta um volume 3,5 vezes maior de tráfego que a página “A primeira vez”, em quarto lugar. Não obstante, várias destas páginas apresentam milhares de visitas por mês, com uma tendência geral de crescimento que comprova a importância do panorama dos recursos informativos à disposição dos jovens; o sistema interativo de envio de perguntas *online* para técnicos competentes também parece ser uma aposta sólida, já que é um recurso cada vez mais utilizado. Convém, por outro lado, notar que os temas mais visitados continuam a permanecer dentro de uma abordagem médico-fisiológica, porventura denotando as lacunas existentes ou sentidas por parte dos jovens, apesar dos esforços legislativos e no terreno supracitados.

Quanto ao papel da educação sexual enquanto panorama nacional, convém sempre lembrar que “os conhecimentos não levam necessariamente ao comportamento preventivo”, sendo que a motivação para o comportamento preventivo é fundamental para que esse mesmo comportamento ocorra (Matos, Reis, *et al.*, 2011, p. 107); comunicar sobre saúde e sexualidade não é necessariamente estar a fazer educação sexual (Pais, 2012, p. 52). E como apontam Saavedra *et alii*,

“a conceptualização e implementação destes programas têm sido feitas, na maior parte dos casos, com base em modelos sócio-cognitivos que defendem a mudança comportamental e das percepções acerca da realidade, por meio da transformação de crenças, atitudes e comportamentos. No entanto, um considerável número de estudos aponta para um desfasamento entre cognições e comportamentos [...]” (2010, p. 151).

Procurando compreender qualitativamente como é que questões identitárias são construídas em torno do ensino da sexualidade na escola, Paula Vieira (2010, p. 131) nota que “o heterossexismo penetra, explícita e implicitamente, assim, as práticas e discursos educativos e curriculares na divulgação da crença que a heterossexualidade se assume como superior a várias outras formas de identidade” e que “as melhores políticas não conseguem resultar nas melhores práticas porque simplesmente ainda não existe uma efectiva pedagogia da sexualidade” (133).

Um outro estudo que também ouviu alunos sobre as suas posturas e expectativas face à Educação Sexual (A. Rocha, 2009) confirma a noção de que os jovens usam os pares para falar destes assuntos por vergonha de falar com adultos mas que, ao mesmo tempo, responsabilizam a escola por fornecer Educação Sexual, para além da família. Porém, vários se manifestam contra a abordagem de uma disciplina formal de Educação Sexual e sim através do debate e diálogo (sendo as actividades lúdicas algo que, experimentalmente, tem demonstrado resultados positivos (Jesus, 2011)), e contra ser um professor habitual a transmitir estes mesmos temas; os conteúdos sobre os quais os jovens dizem querer ser informados estão em linha com aquilo que já está regulamentado (i.e.: ISTs, fisiologia, contraceção, entre outros), embora resultados noutros estudos divirjam neste aspecto (O. Vieira, 2009).

Os pais que participaram nesse estudo também consideram a Educação Sexual importante e a escola como um espaço privilegiado; fica porém a questão sobre o enviesamento de quem se voluntariou para participar, já que a educação sexual se encontra ainda envolta num âmbito de interdição discursiva, funcionando como uma espécie de “tabu sexual” (Pais, 2012, p. 47). Este estudo, como outros (e.g.: (Costa, 2006)), salienta a falta de preparação dos professores, ao mesmo tempo que reafirma a importância da sua participação para combater as lacunas no conhecimento que os jovens demonstram ter.

O contexto socioeconómico também afecta o tipo de ligação que os jovens conseguem ter com a comunidade educativa e o tipo e qualidade de apoio que recebem (ou não) de pais e educadores, especialmente no que diz respeito à Educação Sexual, sendo portanto importante ter em conta a forma como desigualdades sociais contribuem para a criação de mais desigualdades (S. Pereira, 2008).

Assim sendo, é importante lembrar e trazer para esta investigação uma série de perguntas sobre educação sexual: que conhecimentos têm e transmitiram (ou não) os pais e restante família dos jovens?; caso tenham recebido alguma formação em contexto escolar, de que tipo foi, que conteúdos foram, e como os afectaram (ou não) pessoalmente?; quais são as suas principais fontes de informação e exemplos no que toca a questões de sexualidade?; sentem-se incomodados por algum possível silenciamento que esteja relacionado com a sua experiência (e.g.: LGBT, identidade de género)?; num espaço tão central como a escola, como é que as sexualidades e os

afectos são vividos enquanto temas e enquanto práticas?; que relação sentem os jovens face ao discurso sobre sexualidade de quem faz parte da vida deles?

IV.3 – Portugal e as novas tecnologias

Também no campo da posse, uso e distribuição do acesso às novas tecnologias, Portugal cumpre o princípio das contradições estruturais.

Impulsionado por fundos europeus, 2005 foi o ano que viu nascer o Plano Tecnológico, que teve como um dos seus projectos o programa *Ligar Portugal*, lançado em 2006, com uma vertente para a acção sobre a comunidade escolar (Ponte, 2011, p. 2). Um dos resultados deste programa foi a famosa iniciativa e-Escolas e e-Escolinhas, cujo objectivo foi o de fornecer o acesso de um grande número de famílias a portáteis de baixo custo e ligações à internet, mediante acordos com as empresas de telecomunicações e subsídios estatais que variavam de acordo com o escalão socioeconómico das famílias em questão – o programa foi posteriormente alargado para cobrir uma iniciativa de qualificação da força laboral adulta portuguesa (Programa Novas Oportunidades). No total, e de acordo com o *site* do e-Escola, foram entregues 1.371.698 portáteis em Portugal, até a iniciativa ter sido suspensa em Janeiro de 2011 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2011), sendo que, destes, 412.909 foram entregues ao abrigo do e-Escolinha e 476.067 ao abrigo do e-Escola.

Isto faz com que, de acordo com os dados do inquérito europeu realizado em 2010, *EU Kids Online*, Portugal estivesse à frente na posse de computadores portáteis, tanto pessoais (65%) como partilhados (35%), embora em muitos outros indicadores sociodemográficos e económicos estivesse ao nível dos outros países da Europa do Sul. Aliás, basta olhar para os tempos de acesso para ter uma noção deste desfasamento – os jovens portugueses eram dos que menos tempo passavam na internet, levando inclusivamente a repensar a noção de “uso excessivo da internet” (um indicador onde Portugal se destacava pela negativa, segundo o mesmo estudo (D. Cardoso, 2012)).

Houve, de facto, uma mudança na dinâmica dos espaços de utilização da internet, marcando uma das diferenças mais fortes entre o *antes* e o *depois* dessa medida – a alteração do lugar mais frequente de acesso à internet, da escola (63%) para casa, fosse essa a própria casa (87%), ou a de amigos (50%) e familiares (48%) (Ponte, 2012a, p. 26), com o estatuto socioeconómico a criar uma diferenciação entre maior ou menor acesso no espaço da escola. Isto traduz-se, por conseguinte, numa expressão

clara (mas nacionalmente específica) da cultura de quarto (D. Cardoso, 2012; Livingstone, 2002), e de como ela interage, como referido em cima, com uma experiência de juventude cada vez mais individualizante. Dados mais recentes apontam que, a nível nacional, 65% dos portugueses usavam a internet em 2014, registando-se um abrandamento da adopção a partir de 2012, segundo o INE. Os dados da OberCom (G. Cardoso *et al.*, 2014), por outro lado, declaram um menor nível de adopção (57% dos agregados domésticos em 2013).

De acordo com dados do INE, datados de Novembro de 2011, 92,1% dos residentes em Portugal (entre os 16 e os 74 anos) utilizavam telemóvel, sendo que 34,4% desses telemóveis tinham ligação à internet (uma subida de cerca de 10% face a 2007), além de que a taxa de penetração de telemóveis se situava nos 140% (sendo a 4ª maior da Europa) (Ponte, 2011, p. 4). Novos dados do INE, de Março de 2015, dão conta de uma queda no número de equipamentos a partir de 2011, com as informações mais recentes, de 2013, a apontar para os cerca de 19 milhões de equipamentos; 39% dos portugueses usaram a internet no telemóvel nesse mesmo ano (G. Cardoso *et al.*, 2014). Para comparação, e de acordo com a *Central Survey Unit da Northern Ireland Statistics & Research Agency*, eram 89% os residentes do Reino Unido que tinham telemóvel durante 2009-2010.

De facto, segundo o estudo europeu *EU Kids Online*, o acesso à internet feito por jovens (9-16 anos) no nosso país via telemóvel superava a média europeia, localizando-se nos 32% (Ponte, 2012a, p. 28); porém, e segundo os dados nacionais do projecto *Net Children Go Mobile* (NCGM), realizado em 2014, 47% dos jovens inquiridos acediam à internet no telemóvel apenas através do uso de redes *wireless* gratuitas, e não através de um plano de dados móveis (Simões, Ponte, Ferreira, Doretto, & Azevedo, 2014). Os dados da OberCom colocam a utilização de internet, por todos os meios, na faixa etária dos 15 aos 24 anos, nos 94% (G. Cardoso *et al.*, 2014) em 2013, ao passo que o INE apresenta uma percentagem de 97,9% em 2013 para a faixa entre os 16 e os 24 anos, e 98% para 2014.

Não obstante este acesso generalizado e individualizado ou privado, “Portugal foi um dos países com mais baixa incidência declarada de risco entre os países estudados” pelo inquérito *EU Kids Online* (Jorge, 2012, p. 94). Parte dos itens avaliados como comportamentos de risco tinham uma componente sexual, algo que interessa

especificamente à investigação aqui a ser desenvolvida, na medida que diz respeito aos *usos sexualizados dos novos media*.

Um dos primeiros pontos a ressaltar é precisamente o quão secundária a internet parece ser para o acesso a pornografia, por exemplo: 24% dos jovens portugueses da faixa etária estudada disseram ter visto imagens de cariz sexual, fosse na internet ou não (voluntariamente ou não), e destes, só metade as tinha visto na internet. Os mais jovens foram quem mais reportou um acesso acidental a estas imagens (via *pop-ups*), sendo que, a partir dos 13 anos, a procura voluntária de material pornográfico começa a sobrepor-se aos acessos acidentais ou não-voluntários (Jorge, 2012, p. 95). Este resultado vai de encontro à noção que o que a internet vem mudar, no que toca à pornografia, é o risco de acesso *involuntário* (Mitchell *et al.*, 2003, p. 332) ao invés de ser legítimo afirmar que a internet é um meio inerentemente mais sexualizado, pejada de pornografia acessível de forma barata e anónima (Peter & Valkenburg, 2006, p. 178). Cerca de um quarto dos jovens que tomaram contacto com estas imagens (3% do total da amostra) sentiram-se incomodados com a experiência (o que poderá, teoricamente, estar relacionado com o elevado acesso não-voluntário), com predominância para os mais novos e para as raparigas (Jorge, 2012, p. 96).

O relatório do NCGM aponta, no caso da visualização de imagens sexuais na internet, um ligeiro aumento face aos dados de 2010 do *EU Kids Online*, mas apresentando as mesmas tendências gerais: 27% dos jovens dizem ter visto imagens sexuais, tanto *online* como *offline*, a maioria (16%) através de televisão e filmes⁴⁵ e, em segundo lugar, através de redes sociais (9%); a esmagadora maioria dos jovens disse não ter ficado incomodado pelo que viu. Por outro lado, o impacto dos *pop-ups* parece estar em queda: apenas 1% dos jovens o apontou como situação onde tinha visto imagens sexuais. No caso das redes sociais torna-se mais complexo compreender, sem uma exploração qualitativa mais profunda, qual o contexto: existem muitas dinâmicas diferentes em redes sociais, e a realidade estará, certamente, numa mistura de situações de exposição acidental com exposição propositada. A complementar esta informação, e partindo do estudo *Saúde e Sexualidade* de 2007, pode referir-se que os jovens rapazes

⁴⁵ Os dados recolhidos por Pedro Moura Ferreira *et alii* (2010d, p. 134) parecem apontar para uma manutenção desta tendência de acesso primariamente feito através dos *media* não-digitais em toda a população portuguesa, independentemente da idade, já que esta investigação aponta vídeos pornográficos como sendo a resposta de 38% dos inquiridos, revistas com 20,7% e, só em terceiro lugar, 14,9% para *sites*.

entre os 18 e os 24 anos acedem, em média, a um maior número de fontes de material erótico ou sexual, tanto na internet como fora dela, do que as raparigas (respectivamente 2,80 e 1,93) (Ferreira, 2010d).

Segundo os dados disponibilizados pela *Pornhub* (cf. Capítulo III.1), 25% dos seus utilizadores portugueses têm entre 18-24 anos, menos seis por cento que a média mundial. Talvez reflexo desta menor adesão pela camada mais jovem, uma elevada percentagem dos acessos (63%) é feito por computador ou portátil (média mundial de 44%). Relembra-se também que as visitantes do sexo feminino em Portugal são em maior percentagem que a nível mundial (25% *versus* 23%) (Aguiar, 2015).

Um estudo (Neves, 2009) que recorre a um modelo patologizante e ligado à teoria da pornografia como criadora de vício feito com uma amostra de conveniência de alunos da Universidade de Aveiro, e com um total de 200 respondentes ao inquérito por questionário, aponta para uma taxa superior a 50% de acesso a pornografia a iniciar-se entre os 13 e os 16 anos, principalmente através de revistas, filmes e televisão. Porém, quando questionados sobre o seu consumo actual, a esmagadora maioria dos respondentes (92%) disse fazê-lo através da internet, apontando assim para uma alteração dos perfis de consumo ao longo da vida. Por entre as razões mais citadas para o fazer, encontram-se a curiosidade (55%) e a motivação sexual (50%), e o meio de acesso mais frequente é através de motores de busca. De todos os que consumiram pornografia, apenas 6% reportou alguma consequência negativa a nível familiar, amoroso ou profissional.

Além disso, contrariando a ideia de que o acesso à pornografia é agora mais facilitado do que antes da democratização da internet em Portugal, um estudo de 1985 (com jovens dos 15 aos 24 anos) mostra como a maioria dos rapazes e uma elevada percentagem de raparigas já tinha lido “literatura pornográfica” ou visto “filmes pornográficos” (Pais, 1985) (recorde-se também o estudo norte-americano pré-internet no Capítulo II.2).

O *sexting*, ou troca de mensagens de cariz sexual (inicialmente apenas por SMS, mas agora abrangendo todo o tipo de comunicação síncrona ou assíncrona), é um tema ainda sub-explorado em Portugal, mas foi um dos elementos que o *EU Kids Online* abordou, embora tenha auscultado apenas os jovens a partir dos 11 anos sobre este tema. De acordo com as respostas, só 3% dos jovens portugueses tinha enviado alguma mensagem de tipo sexual, e apenas 15% as tinha recebido – valores que estão dentro da

média europeia (Jorge, 2012, p. 97), mas que não coincidem com os do estudo HBSC de 2010. Neste último, 15,9% dos jovens já tinham estado de alguma forma envolvidos em situações de provocação através das novas tecnologias, sendo que em 30,3% desses casos, a provocação tinha sido de tipo sexual (Matos, Simões, *et al.*, 2011, pp. 62, 64). Os dados do NCGM, mais recentes, apontam para uma descida do *sexting* em Portugal: apenas 5% dos jovens (11-16 anos) dizem ter passado por essa experiência, e só 3% dizem ter ficado incomodados (Simões *et al.*, 2014, p. 31). É, no entanto, importante lembrar que, em respostas que têm que ver com comportamentos sexuais, existe um viés de desejabilidade social elevado.

Outro elemento de que convém dar conta, e que é uma particularidade portuguesa associada ao discurso sobre a sexualidade, é a discrepância entre o que filhos e pais reportaram no estudo realizado pelo *EU Kids Online*, no que toca a comportamentos sexualizados com os *media*: se 13% dos jovens admitiu ver imagens sexuais na internet, apenas 4% dos pais deram a mesma resposta sobre os seus filhos, sobreavaliando a exposição no caso de rapazes, e subavaliando-a no caso de raparigas (Jorge, 2012, p. 96), numa clara extensão do duplo padrão sexual.

Abordando a questão de forma mais qualitativa, Machado Pais aponta para as várias transformações que os *media* vieram introduzir nas vidas dos jovens.

Por um lado, e perante o recuo dos discursos moralistas de ordem religiosa, a televisão torna-se uma fonte de modelos de referência mais facilmente acessível, a par das revistas e da internet, permitindo a incorporação de diferentes espaços morais no mesmo contexto de experiência dos jovens, que desenvolvem uma “sensibilidade tecnossocial” (Pais, 2012, p. 102), mas também suscitando o receio, por parte dos pais, de que o computador (no quarto, frequentemente, como se viu acima) constitua uma “ameaça à integridade moral dos filhos” (2012, p. 105).

Por outro lado, o telemóvel e a internet permitem aos jovens negociar uma maior autonomia e liberdade de deslocação física, e criar espaços de intimidade e de comunicações privadas, independentemente do sítio físico onde se encontram num dado momento, mas também pode ser usado pelos pais como forma de controlo, sabendo onde os filhos estão, ou usando as mensalidades ou a remoção do próprio aparelho como possíveis punições. Junto com estes novos meios de comunicação vêm novas exigências performativas de estatuto social: do número de amigos nas redes sociais ao número de mensagens que se recebem; e novos perigos também: o direito à privacidade

das SMS e das chamadas no contexto do namoro já faz parte das mensagens institucionais anti-violência.

IV.4 – Sexualidades e corpos em Portugal

Este Capítulo não poderia ficar completo sem uma passagem pelos comportamentos sexuais reportados pelos jovens portugueses, já que uma compreensão dos usos sexualizados dos novos *media* só fará sentido na medida em que o corpo e os actos corporais façam parte dessa relação de mediação, ao mesmo nível que as questões culturais e contextuais – em última análise, não é possível separar ambos os elementos.

De acordo com a equipa por detrás do estudo HBSC de 2010 (Matos, Simões, *et al.*, 2011; Matos, Reis, *et al.*, 2011), apenas 16,9% dos jovens inquiridos já tinha tido relações sexuais; os rapazes tendem a começar mais cedo que as raparigas, e a responderem mais “sim” a esta pergunta, havendo também uma maior predominância por parte das raparigas no uso de métodos contraceptivos na sua primeira relação sexual. Dos jovens que frequentam o 8º ano e o 10º ano, apenas 52% disseram que “Quando têm relações sexuais... decidem os dois”; 34,8% deu a resposta “É o rapaz a tomar a iniciativa”. Também de entre estes jovens, apenas 61,6% se declarou sentir-se “à vontade” para recusar ter relações sexuais sem usar preservativo, se o par não quiser, um número mais baixo do que o dos que disseram sentirem-se “à vontade” para recusar fazer sexo por não querer (68,5%).

Há ainda que notar um elemento específico quando se comparam os resultados deste último estudo com os anteriores: o número de jovens que afirma já ter iniciado a sua vida sexual tem vindo a *descer* nos últimos anos (de 23,7% em 2002 para 21,8% em 2010). É preciso entrar em linha de conta com um indicador que parece contradizer as tendências macrossociais comuns⁴⁶, quando pensamos no que é o discurso sobre a *sexualização* da sociedade ocidental contemporânea (c.f Capítulo I.5 e II.1). A nova edição do estudo (Matos et al., 2014; Matos, Simões, Camacho, Reis, & Equipa

⁴⁶ A idade média de início da actividade sexual para homens entre os 55 e os 65 anos é de 17,3 anos, descendo para 16,5 para os jovens entre 18 e 24 anos; para mulheres nas mesmas faixas etárias, a descida é dos 21,2 anos para os 17,2 anos (Policarpo, 2011, p. 72) ou 17,3 (Ferreira, 2011, p. 278). Pedro Moura Ferreira comenta, sobre estes dados, que se tem vindo a assistir a uma “convergência das relações entre homens e mulheres”, mantendo-se “quer na iniciação mais precoce quer na idade média de iniciação, um diferencial intersexual, com a vantagem ainda a pertencer ao masculino” (Ferreira, 2010b, p. 245), que concentra a iniciação da actividade sexual numa faixa etária menor, comparando com a geração dos 55-65 anos, onde valores muito mais precoces ou muito mais tardios de iniciação da actividade sexual, especialmente no caso dos rapazes, eram mais frequentes.

Aventura Social, 2015) mantém a situação de descida no que diz respeito ao início da vida sexual: se se considerarem apenas os alunos de 8º e 10º ano, só 16,1% disseram ter iniciado a vida sexual e, se a esses se juntarem os alunos de 6º ano, o valor desce para 12,8%; mantém-se a tendência para mais rapazes do que raparigas afirmarem já ter iniciado a sua vida sexual. Ainda assim, mais de 75% dos jovens do 8º ano e do 10º disseram já ter tido ou estar actualmente num relacionamento amoroso.

De entre os jovens que já tiveram relações sexuais, apenas 70,5% disseram ter usado preservativo na sua primeira relação sexual, valor semelhante aos que disseram ter usado na mais recente relação sexual. Quando lhes foi pedido que reflectissem sobre a primeira vez que tiveram relações sexuais, só 44,4% dos jovens disse que “queria que acontecesse naquela altura”, ao passo que 5,2% disseram que “não [queriam] realmente ter tido relações sexuais” (2014, p. 187). Comparar estes dados com os do estudo *Saúde e Sexualidade*, onde 78,9% dos rapazes e 82,5% das raparigas (18-24 anos) disseram ter usado preservativo (Ferreira, 2010b, p. 282), aponta para uma *diminuição* recente no uso de preservativos aquando da primeira relação sexual. Um outro fenómeno, associado ao início da actividade sexual conjunta, a ter em conta é a diminuição do uso da prostituição (no caso dos rapazes) como forma de resolver o ‘problema’ da virgindade masculina (Ferreira, 2010b; C. P. Vieira, 2012).

Mas não são apenas as não-acções que têm este valor – Heilborn (*in* Ferreira, 2011, p. 293) assinala que “«o sexo anal é a chave da ideologia da masculinidade»” dentro de um contexto heterossexual. Isto porque, no contexto de uma análise comparativa de práticas sexuais⁴⁷ entre jovens portugueses, brasileiros e franceses, se percebeu que, quanto mais semelhantes por género eram os números das actividades reportadas, mais diminuía a prática de sexo anal – pretendendo-se ligar assim determinadas práticas corporais sexuais a elementos de reprodução de uma ordem de género desigual, e do acima referido duplo padrão sexual.

No caso do sexo oral, um maior nível de instrução, menor prática de religião e maior número de parceiros parecem promover o aumento da sua prática, embora boa parte destes elementos só tenham efeitos estatísticos significativos para as mulheres, como, de resto, com outras práticas (Ferreira, 2011, p. 281). Vale a pena também notar

⁴⁷ Com o coito como elemento de entrada para a contagem, fizeram-se perguntas sobre masturbação com parceiro, *fellatio*, *cunnilingus*, a não-prática de sexo oral, e sexo anal, bem como a variedade de parceiros sexuais e o tempo decorrido desde a primeira relação sexual (Ferreira, 2011, p. 278).

que a auto-masturbação, sendo uma prática generalizada nos homens, tem nas mulheres uma expressão muitíssimo menor, sendo que a variável que mais se correlaciona é o da não-iniciação sexual (2011, p. 287). O sexo anal, antes referido, também parece destacar-se no campo das correlações: os elementos mais culturais (nível de ensino, religiosidade) parecem pouco afectar a variação desta prática – antes, é o número de parceiros sexuais e a longevidade da actividade sexual o que mais importa: “o desenvolvimento do percurso sexual parece uma condição para a tomada de decisão em relação a esta técnica corporal” (2011, p. 289). O autor conclui (2011, p. 293) que, em Portugal, “as variáveis estruturais continuam a exercer efeitos significativos na formação da sexualidade juvenil”, em especial no que toca à variável educação e religiosidade.

Um outro estudo, de 2007, *Saúde e Sexualidade*, inquiriu uma amostra estatisticamente representativa da população de Portugal Continental com 18 ou mais anos sobre os seus hábitos, práticas e posturas sexuais, cujos resultados foram publicados no volume *Sexualidades em Portugal* (Ferreira & Cabral, 2010). No que diz respeito à frequência das práticas sexuais, e contrariando parcialmente uma explicação meramente biológica sobre a evolução da prática de sexo ao longo da vida, não são os membros do escalão etário mais jovem quem tem mais sexo; por outro lado, é interessante notar uma inversão da dinâmica de género que seria expectável: 7,4% das mulheres entre os 18 e os 24 anos disseram fazer sexo todos os dias ou quase, e 44% algumas vezes por semana, contra 6,8% dos rapazes na mesma faixa etária e 41,8%, respectivamente. Ao mesmo tempo, são as mulheres que se encontram mais representadas na categoria da ausência de sexo nesta faixa etária (7,8% contra 5,2%) (Ferreira, 2010a, p. 37).

São também eles quem apresenta maior número de parceiros sexuais nesta faixa etária: 38,8% dos rapazes tiveram entre um a dois parceiros sexuais, ao passo que esse mesmo número de parceiros corresponde à resposta de 65,7% das raparigas. Quando se limita o âmbito da resposta ao último ano, o padrão clarifica-se ainda mais: 26,5% dos rapazes dizem ter tido três ou mais parceiros, contra 8,2% das raparigas. Não obstante, quando inquiridos sobre a sua situação actual, 32,3% das raparigas disseram estar numa situação de multiparceiros (em série ou simultânea), contra 24,4% dos rapazes – mas esta diferença inverte-se no escalão etário seguinte (Ferreira, 2010c).

Outro ponto auscultado pelo estudo tem que ver com as práticas entre pessoas do mesmo sexo. Novamente, atendendo apenas à faixa dos 18-24 anos, 8,1% das raparigas disseram já ter tido contacto sexual com pessoas do mesmo sexo ao longo da sua vida, comparando com 3,4% dos rapazes (Aboim, 2010, p. 164). Estes números, em articulação com os apresentados antes, devem levar a um questionamento sobre as alterações nas diferenças de género respeitantes aos *scripts* sexuais seguidos pelos jovens em Portugal, e também sobre o possível apagamento das pessoas LGB de vários estudos, que não tomam em consideração a orientação sexual como uma variável principal a ter em conta.

Estes comportamentos existem num contexto de transformação de valores e, como abordado no Capítulo I, sob a influência de expectativas individualistas e do conseqüente alargamento das opções afectivas e relacionais, mas também um aumento da sua transiência (Pais, 2012, pp. 36, 37). Porém, e como alerta Machado Pais, estas transformações, passíveis de serem pensadas à luz das recentes (ainda) transformações políticas e sociais por que Portugal passou, não foram súbitas. Se a geração dos avós destes jovens sacralizava ainda a virgindade enquanto marca de pureza feminina, (e a via como marca de falhanço masculino), a geração dos pais (dos anos 60/70) já marcava a importância do prazer sexual; actualmente as dinâmicas dos jovens pareçam estar ligadas a uma multiplicação de diferentes e subtis marcadores relacionais (o “andar”, a “curte”, a diferença entre o “gostar” e o “amar”). Se essas dinâmicas são relativamente recentes, já não o são as reinscrições constantes do duplo padrão sexual, das raparigas vistas como predadoras ou vadias quando expressam a sua vontade sexual e dos rapazes como heróis ou como agindo apenas segundo impulsos sexuais ‘naturais’ pelos quais não são responsabilizáveis (C. P. Vieira, 2012, p. 184).

Hoje, as relações entre pais e jovens são, como já foi referido acima, mais horizontais, mas as lacunas deixadas pelas políticas educativas conservadoras e repressivas do Estado Novo resultam numa postura face ao tópico da Educação Sexual repartido por entre menos tabus ou atitudes mais liberais face aos filhos, e uma fuga constante a conversas estruturadas sobre sexualidade, ao longo da vida dos jovens, por parte dos pais. Porém, também os jovens trabalham através desses “silêncios cúmplices”, em que os filhos “fingem ignorar o fingimento dos pais” acerca do que os próprios jovens sabem (Pais, 2012, p. 48; C. P. Vieira, 2012), e onde fazer perguntas pode ser visto, pelos pais, como uma forma de provocação juvenil (Pais, 2012, p. 136).

Nos casos em que as conversas existem, parecem ser algo tensas para os jovens, que temem dizer algo que possa atrair atenções indesejadas sobre as suas práticas; por outro lado, a própria falta de literacia dos pais torna algumas das conversas bem-intencionadas numa situação de risco potencial (e.g.: o conselho dado aos rapazes de andar sempre com um preservativo na carteira o que, na verdade, aumenta a probabilidade que o mesmo se degrade e rompa), e reintroduzem dinâmicas profundamente genderizadas (e.g.: pílula para raparigas, preservativo para rapazes, deslocando o ónus da responsabilidade da gravidez para cima delas) (C. P. Vieira, 2012).

Este universo relacional, amoroso e sexual tem também uma componente económica: num mundo individualizado mas que, ao mesmo tempo, está também profundamente investido em relações de pares (de certa forma normalizadas, como visto no Capítulo I, pela massificação da escolaridade obrigatória enquanto sistema criador de uma sociabilidade específica, organizada etariamente), há uma preocupação com a integração numa determinada cultura juvenil e também de marcar a própria individualidade – ambas feitas frequentemente através da cultura de consumo material e/ou mediático, ambas investindo o corpo como base de expressão e também de auto e hetero-avaliação (Pais, 2012, pp. 123–126; Ponte, 2012b, p. 140). Ter *gadgets* que permitem participar nesta cultura juvenil (de *smartphones* a computadores, *webcams* e ligação à internet em casa) ajuda a que os jovens legitimem “o seu domínio dentro de um importante ambiente da modernidade, que é a tecnologia” (E. Rocha & Pereira, 2012, p. 95).

Ao mesmo tempo, o grupo de pares serve também como um ponto de referência do que os jovens sabem, não sabem e procuram descobrir sobre sexo, sexualidade, os seus corpos e relacionamentos amorosos. (Pais, 2012; C. P. Vieira, 2012).

Ainda assim, marcas de desigualdade estrutural – como o sexismo e a homofobia – continuam a manifestar-se na forma como jovens são educados e se relacionam entre si. A ligação entre heterossexualidade e normalidade é ainda replicada e a ligação entre homossexualidade e falta de masculinidade reafirmada, ao mesmo tempo que os jovens criticam a falta de liberdade e igualdade em se abordar assuntos de orientação sexual (C. P. Vieira, 2012, p. 203). Ao mesmo tempo, alguns jovens contemplan a possibilidade de que alguém (heterossexual) possa eventualmente mudar de orientação para homossexual (ou bissexual), mas não o oposto. Num aparente paradoxo, a

heterossexualidade normativa é vista como sendo frágil, precisando de ser reiterada para impedir uma queda sem retorno ao mundo hedonista do prazer entre pessoas do mesmo sexo – um risco relevante para a masculinidade normativa mas, no caso de envolver mulheres, uma potencialidade para o *gaze* masculino.

Apesar deste panorama, a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo, ou a adoção, são já realidades legais em Portugal, ao contrário de vários outros países. Existe já investigação variada feita sobre o desenvolvimento e as especificidades do activismo LGBT em Portugal (Arend, Crescêncio, Kroeger, & Santos, 2012; Cascais, 2006; Oliveira, 2013; A. C. Santos, 2013), como tendo já obtido vitórias importantes, mas também como tendo problemas na gestão do seu próprio ímpeto, e na manutenção do engajamento das pessoas que o constituem, e sobre as agendas políticas que são articuladas, sobre quem estas incluem ou excluem (nomeadamente, existem sérias lacunas ao nível de legislação que combata discriminação contra pessoas trans) (Colling, 2015) e que estratégias são utilizadas para atingir esses fins.

É preciso, ainda assim, repescar alguns dos problemas identificados acima (cf. Capítulo II.2) no que diz respeito às limitações teóricas dos estudos apresentados. Embora a perspectiva de género esteja presente e seja possível pensá-la através dos dados apresentados, a forma como as variáveis são apresentadas, a leitura feita e as próprias perguntas formuladas partem de um pressuposto que é eminentemente heterossexista (Matos *et alii* (2011, p. 21) referem que 4% da sua amostra é bissexual ou homossexual/lésbica, mas essa discriminação de dados não é mais mobilizada na análise; Ferreira (2011, p. 279) afirma que “as relações com pessoas do mesmo sexo foram excluídas da análise, na medida em que, tendo especificidades próprias em termos da articulação entre género e sexualidade, devem ser objecto de uma análise independente”, ao mesmo tempo que trata o coito heterossexual como critério de inclusão no estudo). Novamente, a não-heterossexualidade e as sexualidades não-genitais ou não-diádicas parecem estar longe do panorama investigativo português, votadas a uma espécie de silêncio que só raramente é quebrado: Verónica Policarpo (2011, p. 75) refere, sem avançar dados concretos, que

“é principalmente na Internet que ecoam as vozes que dão expressão a novas formas de viver a sexualidade. [...] O anonimato da sociedade em rede torna também possível a expressão de outras identidades sexuais, alternativas à moral dominante, como é o caso do BDSM⁴⁸, [...] dos *swingers*⁴⁹ e dos poliamorosos⁵⁰” [notas de rodapé minhas].

Face a este panorama, não basta procurar conhecer as práticas sexuais dos jovens portugueses, em busca de uma qualquer verdade do sexo (Foucault, 1994) – antes, é preciso compreender como é que entendem as práticas que levam a cabo; em que condições as levam a cabo; com que dinâmicas de poder genderizado têm que lidar, e como negociam essas dinâmicas; qual sentem ser o seu papel e os seus objectivos enquanto seres sexualizados; de que forma as suas experiências sexuais (com e sem os *media*) se cruzam e confluem em alterações na sua noção de *self*; que papel de (in)disciplina têm os vários *media* sobre as suas práticas corporais; entre outros elementos de reflexão que, qualitativamente, procurarão uma compreensão mais aprofundada e individual dos desequilíbrios estruturais, investigativos e subjectivos acima nomeados.

IV.5 – Instituições colaboradoras e seu contributo para percepções múltiplas do cruzamento português entre jovens e tecnologias

Como será detalhado no Capítulo seguinte, sobre a metodologia usada no contexto desta investigação, foram contactadas várias organizações que trabalham com jovens e com a internet, de forma a obter informação e *feedback* para melhor conseguir contextualizar o plano de trabalhos e, em contrapartida, ajudar à disseminação do questionário. Essas três organizações – a rede *ex aequo*⁵¹, a Associação para o Planeamento da Família Lisboa e o Projecto Escolhas – acederam a uma entrevista de contextualização, onde explicaram o âmbito da sua actuação e as suas percepções sobre as interacções entre jovens e os *media*, no que diz respeito ao uso sexualizado dos novos *media*. As transcrições abaixo foram editadas para maior clareza.

IV.5.1 – rede ex aequo – Associação de jovens LGBTI e apoiantes

⁴⁸ *Bondage* e Disciplina, Dominação e Submissão, Sadismo e Masoquismo.

⁴⁹ Uma forma de não-monogamia, também conhecida como troca de parceiros.

⁵⁰ “A suposição [*assumption*] de que é possível, válido e valioso [*worthwhile*] manter relações íntimas, sexuais e/ou amorosas com mais do que uma pessoa” (Haritaworn, Lin, & Klesse, 2006, p. 518). Para mais detalhes, consultar (Meg Barker & Langdridge, 2009; D. Cardoso, 2010, 2011).

⁵¹ Usa-se, a pedido explícito da própria organização, a grafia oficial, com todas as letras minúsculas; segue-se o mesmo princípio na sigla.

A rede *ex aequo* (*rea*) é a única associação formal de jovens LGBTI (e, mais recentemente, apoiantes) em Portugal. De acordo com as informações disponíveis no seu *site*⁵², a *rea* existe informalmente desde Janeiro de 2002, tendo sido legalizada em Setembro de 2003. Recebe actualmente apoio do IPDJ, estando também integrada no Conselho Nacional da Juventude, entre outras associações organizativas de âmbito nacional e internacional.

A pessoa escolhida pela organização para ser entrevistada foi a Cátia Gonçalves, à altura parte da Direcção da *rea* e actualmente suplente da Direcção, com 27 anos (Anexo 3). Salvo indicação em contrário, todas as citações apresentadas abaixo nesta sub-secção são retiradas da entrevista realizada.

De acordo com Cátia, a componente *online* é fundamental para o papel da *rea*. Porque existe um grande potencial de isolamento de jovens LGBT⁵³, especialmente em zonas menos urbanas do país, e sendo importante a criação de espaços mais seguros e de apoio contra a discriminação, a *rea* desde sempre tentou apostar na criação de “pequenos grupos de trabalho por todo o país”. Porém, e face à impossibilidade de manter o número de pessoas necessárias nos projectos locais, a internet assume um papel fundamental dentro dos métodos da organização, para suplementar aquilo que não pode ser feito localmente: “a base *online* é o principal forte da associação para comunicar com os membros e com os associados”.

A forma mais icónica de o fazer foi através do Fórum da *rea*, criado a 5 de Abril de 2003, de acordo com Cátia: “pensámos que era uma boa forma de divulgar e de receber as pessoas, e quebrar o isolamento, nem toda a gente tem a possibilidade de se deslocar, seja por motivos económicos ou seja porque têm receio de explicar aos pais”. O Fórum serve então como criação de um espaço seguro – ideia essa que, de resto, se repete várias vezes ao longo da entrevista e é uma componente importante de muito do activismo existente, especialmente ao nível dos Direitos Humanos. Para este fim, existem sub-fóruns dentro do fórum principal organizados geograficamente, e onde geralmente participam apenas pessoas da região designada.

Porém, a conversa ou debate não são as únicas coisas que se podem fazer nessa plataforma. Cátia menciona a possibilidade que qualquer pessoa tem de “participar [...]”

⁵² <https://www.rea.pt/quem-somos/>

⁵³ Usa-se neste momento a sigla LGBT por ter sido a sigla usada por Cátia Gonçalves na entrevista.

de uma forma activa ou não”: esta figura da *participação passiva*, longe de ser um oxímoro, tem que ver com o papel de repositório que um fórum (e a sua função de busca, bem como o facto de várias páginas estarem disponíveis ao público sem a necessidade de inscrição) pode ter. Daí Cátia mencionar um conjunto variado de práticas que entram dentro da participação, seja ela activa ou passiva: “consulta”, “ajuda para criar os momentos de partilha”, “partes lúdicas, como pequenos jogos”. “A ideia não é fazer as pessoas participarem em tudo, mas fazer participar naquilo que se sintam mais seguras e que lhes suscite mais interesse”.

A *rea* pensa-se, através do testemunho de Cátia, de uma forma que espelha a visão ocidental contemporânea do que é a juventude: enquanto um espaço de transiência e passagem, um espaço liminar que serve um propósito de *empowerment* para um grupo específico de pessoas com necessidades concretas que não podem ser supridas de outra forma (ou só dificilmente o podem), e que se encaixa numa visão de etapas, confirmando a literatura existente (Szulc & Dhoest, 2013): “Existem várias etapas [...]”. A associação não quer que a pessoa esteja sempre presente porque precisa de ajuda! Nós queremos que a pessoa esteja presente quando precisa de ajuda, e se sentir à vontade para continuar presente que continue a frequentar outros tópicos”. Um pouco depois, comentando sobre os grupos locais que têm encontros presenciais: “a pessoa precisa de ajuda, a pessoa vai; a pessoa já não precisa de ajuda, nós cumprimos a nossa parte. Temos menos membros? Eu não vou pensar que é mau, vou pensar que é bom, vou pensar: nós cumprimos o nosso objectivo e a pessoa não precisa mais de nós”.

As novas tecnologias não são, no entanto, vistas como intrinsecamente boas para o funcionamento da organização, e as transformações nos padrões de utilização e dificuldades sentidas pelos jovens acabam por operar como uma faca de dois gumes. De um lado está o Google (“eu fui, procurei no Google, como toda a gente, praticamente”) como amplificador da visibilidade do trabalho da organização mas, de outro, uma preocupação com a falta de literacia para os *media* ou em questões LGBT que podem dificultar essa mesma visibilidade. Cátia comenta o espanto que sente quando percebe que existem jovens (presumivelmente LGBT) que não sabem da existência da *rea*: “Como é que é possível? Há internet!”, “para nós é uma admiração”; “ou a pessoa nunca procurou ou a pessoa viu ali um nome estranho, pronto, ‘rede ex aequo’ para muitas pessoas é estranho e tipo, pensou, «Oh meu Deus! Isto é Latim!», não sei...”.

As redes sociais são também vistas como um desafio, na medida em que “cada vez mais com o impacto das redes sociais as pessoas acabam mais por optar por Facebook’s, Hi5’s e Twitter’s e isso tudo, e acabam por descurar um pouco, não do Fórum [da *rea*], mas dos fóruns em geral”. Isto requer um constante trabalho de adaptação a estas mudanças tecnológicas, algo que também parece criar algum atrito entre as tendências e práticas dos utilizadores por um lado, e a perspectiva funcionalista que a *rea* tem em relação às capacidades técnicas dos fóruns, por outro. “A associação tem uma página no Facebook que usa mais a nível divulgativo”, diz Cátia, e depois: “Okay, redes sociais, nós temos que dar o braço a torcer e apostar mais no Facebook, e temos apostado e tem tido uma grande adesão” (cf. Capítulo III.4, o uso das redes sociais para comunicação um-para-muitos é bastante frequente).

Ainda assim, a *rea* continua a apostar na especificidade do formato do fórum, recolhendo *feedback* dos seus utilizadores e procurando “melhorar a nível de imagem do próprio fórum, para ser mais apelativo”; na ocasião desta entrevista, não tinha ainda sido criado um grupo oficial da *rea* que poderia servir para comunicação entre várias pessoas e formação de comunidades ou, pelo menos, a expressão do que Wellman (2002) chama de “individualismo em rede”. De acordo com Cátia, o Facebook torna difícil criar o tipo de espaço que se pretende criar no fórum da *rea*, atendendo às especificidades acima mencionadas, embora também pareça haver alguma incerteza ou falta de exploração dos limites do Facebook enquanto plataforma em si mesma: “Queremos criar um ambiente de convívio, mas queremos acima de tudo que esse ambiente seja seguro. E nós para isso temos que assegurar que conseguimos garantir essa segurança. E no Facebook não sei se há possibilidade de fazer isso. Ter alguém a moderar ou a bloquear determinadas coisas”.

As funções de moderação dos grupos de Facebook são pensadas como sendo menos evidentes ou menos fortes do que num fórum, e o Facebook tenta fazer com que os seus utilizadores se identifiquem com os seus dados legais ou ‘reais’ (o que, neste caso, pode trazer problemas a alguns jovens): fica comprometida a missão da *rea* e a sua capacidade de fornecer essa mesma função de garantia, da existência de um espaço seguro para jovens alvo de discriminação.

A entrevista a Cátia deixa entrever uma organização cronológica que separa o ‘antes’ do fórum, do ‘agora’: “antigamente no tópico de ajuda, quando uma pessoa punha uma dúvida ou um desabafo, vinha sempre logo alguém comentar. E às vezes

eram muitas pessoas ao mesmo tempo a comentar a mesma coisa, e agora não é tão imediato, a própria resposta em si acaba por demorar mais tempo”. Cátia não sabe se isto corresponde a uma mobilização para as redes sociais, a uma maior liberalização da sociedade portuguesa que viria diminuir o número de problemas a reportar, ou uma combinação de ambos os factores. Porém, é clara a distinção entre dietas mediáticas sempre em evolução, o que levanta a questão sobre como estão os jovens abrangidos por esta investigação a operacionalizar a internet enquanto recurso de suporte pessoal.

Para além de fornecer apoio e entajuda através da partilha de experiências pessoais e do debate no fórum, a *rea* vê-o como um sítio onde os jovens podem conhecer pessoas interessantes ou por quem se venham a interessar. Porém, e com o intuito de manter um espaço seguro, existem regras sobre o contacto que pode ou não ser feito publicamente: “ em tópicos não se pode marcar encontros, tudo o que seja encontros [é] para ser feito por mensagens pessoais”.

É também através da internet que a *rea* recebe pedidos de colaboração para estudos, entrevistas e outras formas de intercâmbio de conhecimentos que, depois de devidamente vetados, são retransmitidos aos jovens que fazem parte da *rea* via *mailing list*, funcionando esta assim como umnexo de acesso à investigação sobre um grupo minoritário, sendo os resultados depois publicados ou referidos no *site*⁵⁴. O uso de *sobre* é propositado: de acordo com Cátia, nenhum estudo até ao momento da entrevista tinha tentado trabalhar com a organização na definição das problemáticas de investigação ou abordagens de campo⁵⁵.

Através do fórum, e para além dele, a *rea* fornece também outros recursos virados especificamente para a comunidade LGBT e que têm que ver com a área da saúde (física e mental): disponibilizar, por exemplo, uma lista de profissionais de confiança, uma vez que o risco de serem atendidos por um profissional de saúde que seja homofóbico é o que impede alguns jovens de recorrer a serviços necessários. Também existem outras listas: de filmes interessantes, ou outros recursos de cultura popular que possam quebrar a sensação de isolamento e fornecer aos jovens as

⁵⁴ O presente autor é co-autor de um dos artigos científicos actualmente listados no *site* e, de acordo com o pedido da *rea*, a presente Tese irá eventualmente ser também listada lá, em reconhecimento e contributo do apoio dado à investigação.

⁵⁵ Para a realização do presente estudo, e como será referido adiante, no respectivo Capítulo, procurou-se o *feedback* da organização sobre os termos e questões orientadoras da investigação, mas nenhum pedido ou recomendação específica foi recebida.

referências culturais que mais dificilmente poderão adquirir, em virtude da heteronormatividade mediática.

A *rea* foca-se também na identificação de componentes negativas: o Observatório de Educação LGBT recolhe, *online* e de forma anónima, denúncias de situações de discriminação em meio escolar, publicando depois um Relatório.

A presença da *rea* não se faz sentir apenas *online*: para além de dinamizar actividades culturais pontuais, como ciclos de cinema ou actividades de rua, como organizar um dia de ‘Abraços Grátis’⁵⁶, existe também um programa chamado “Educação”, em que se recrutam, através da internet, jovens voluntários que recebem formação como formadores, estando depois capacitados a corresponder aos pedidos que a *rea* recebe para intervir em escolas (e outros espaços), geralmente no contexto de iniciativas de Educação Sexual⁵⁷; decorreu também o projecto Inclusão, com intervenções de sensibilização em meio escolar e académico, e também junto de profissionais de saúde, para combater a *lésbigaytransfobia* nestes vários espaços.

Os grupos locais encontram-se também listados no *site* da *rea*, e constituem uma das principais preocupações da organização, bem como um dos principais pontos de convergência entre o fórum e as actividades físicas: “nós pedimos às pessoas mesmo para irem lá dar o testemunho para incentivar outras pessoas a irem. E o fórum serve também para isso, ou seja, para a pessoa sentir que não é única, que não está sozinha, que existem mais pessoas assim”. De facto, segundo Cátia, até a experiência de ir a um encontro de jovens LGBT pode ser algo difícil ou que gera ansiedade, visto como algo potencialmente perigoso: “às vezes as pessoas não vão porque pensam: «Ai, é a minha primeira vez, e como é que aquilo é? E depois se aquilo não corre bem? Ou se depois estão lá pessoas e que vão olhar, e ou porque eu sou assim ou sou assado.»”

A *rea* é uma organização que se foca tanto em mobilizar os recursos da internet para quebrar o isolamento social e geográfico como em fazer intersectar esses recursos com iniciativas no terreno. Graças às rápidas mudanças no panorama comunicacional em que os jovens se movem, e à sua aposta num tipo de plataforma que está, cada vez

⁵⁶ A oferta, na rua, de abraços a qualquer pessoa que passe e assim os queira, como forma pacífica e positiva de apostar na visibilidade de grupos discriminados de forma somática, afectiva.

⁵⁷ É de notar que, segundo Cátia, as alterações curriculares que acabaram com iniciativas como a Área-Projecto nas escolas básicas e secundárias corresponderam a uma diminuição do número de solicitações feitas à *rea* o que, na prática, se traduz numa Educação Sexual menos inclusiva e menos socialmente transversal.

mais, a cair em desuso em comparação a outras redes sociais que vieram, no geral, integrar funções sociais antes adscritas aos fóruns, a *rea* está actualmente a trabalhar para se redefinir e procurar lidar com os desafios de plataformas que não consegue controlar mas que têm vindo a ser cada vez mais centrais na vida dos jovens portugueses: 97% dos jovens em Portugal que têm perfil numa rede social referem o Facebook, vindo o Instagram em segundo lugar, com 19% (Simões *et al.*, 2014, p. 2). Ocupa, porém, um lugar único por entre os recursos disponíveis para a comunidade LGBT mais jovem e tem, não só graças ao financiamento do IPDJ mas também ao esforço de multiplicar as suas vias de financiamento e de trabalhar de perto com a comunidade, conseguido sobreviver por entre uma conjuntura desfavorável. Ao mesmo tempo, pela sua existência e funcionamento, contradiz a estereotípica imagem de uma juventude alienada e incapaz de participar politicamente na sociedade onde está.

IV.5.2 – Associação para o Planeamento da Família Lisboa

A entrevista com a representação da APF Lisboa (Anexo 4) realizou-se em grupo, com a participação de Laetitia, Inês, Sara, Sónia e Beatriz; destas, apenas Laetitia não tinha como formação de base a Psicologia, e sim a Literatura e, antes, Bioquímica. Sónia era, e é ainda, a pessoa que gere, no terreno, a equipa.

A APF surge enquanto resultado cumulativo de um grupo variado de pessoas que, desde 1967, procura introduzir na agenda a questão do planeamento familiar; é oficializada em Agosto de 1967 depois de vários contactos da *International Planned Parenthood Federation* com o governo português de então. Ainda durante o Estado Novo, e mediante oposição tanto do Governo como da Igreja Católica, a APF consegue trazer para a agenda e para as práticas médicas e sociais o conceito de planeamento familiar. Porém, de acordo com Sónia, este foco na questão estrita do planeamento familiar “tem-se vindo a desvanecer um bocadinho”, e o trabalho da delegação de Lisboa “tem a ver com grupos com vulnerabilidade” e conceptualmente abarca “cada vez mais a ideia da sexualidade como coisa mais holística, mais abrangente”.

A APF Lisboa intervém, então, particularmente junto de jovens em situações de vulnerabilidade. À data da entrevista, as entrevistadas destacaram o projecto TransPorta, um projecto focado em “melhorar a qualidade de vida de trabalhadoras sexuais, sobretudo trans* [Laetitia]”; o projecto Traços, “que tem que ver então com a parentalidade jovem [Inês]” e cuja definição de jovem se estende até aos 25 anos; e mais recentemente, um projecto na área do combate ao tráfico de seres humanos, o SOS

TSH, em colaboração com as forças policiais. O trabalho principal da organização é junto de jovens em bairros considerados problemáticos na zona de Lisboa, tentando abordar os problemas numa perspectiva de prevenção e de apoio, potenciando e capacitando os jovens para tomarem decisões críticas e informadas dentro das suas circunstâncias, ao invés de adoptar uma postura estritamente prescritiva.

Tiveram também já um papel mais importante do que actualmente na formação de professores de escolas, mediante financiamento externo à Associação em si. Para além disto, e ainda numa perspectiva de capacitação, procuram trabalhar com jovens que sirvam de mediadores junto da sua própria comunidade e que desenvolvam sensibilização junto dos seus pares.

Tal como no caso da *rea*, também a APF Lisboa tem um *site* e uma página no Facebook. Segundo Laetitia, tanto um como outro servem regularmente como “primeiro ponto de contacto com a delegação”, sendo que, em alguns casos, “o primeiro contacto foi através de *chat* de Facebook”. Porém, a página em si é apenas moderadamente empregue enquanto serviço de divulgação de notícias e de novas informações, apresentando os seus desafios específicos: “[...] se calhar é a aprendizagem que temos agora de fazer, que é não só como é que a informação nos chega, mas como é que ‘tamos a passar a informação dos nossos projectos para fora, porque é que eles não são conhecidos [Inês]”. E porque a partilha de informação através do Facebook necessita de vir enquadrada dentro de uma perspectiva pedagógica, uma das dificuldades sentidas está em perceber como introduzir essa pedagogia de uma forma útil, que não afaste os jovens: “[...] quando divulgo, quando faço o *link* para o artigo do jornal, fazer a ressalva de que determinada expressão, determinada frase, ou o título transmite uma ideia que não é correcta. Fazer o enquadramento daquela notícia [Laetitia]”.

Um perfil diferente deste têm os “estudantes do ensino superior... diria que perto de 50% são de estudantes de outros países, que estão cá a estudar e que contactam a APF muitas vezes por inglês, p’ra resolver questões sobre o acesso a contracepção oral, a serviços de saúde sexual para jovens e de estudantes de Portugal que nos contactam; contactam-nos mais por telefone se forem mais novos [Laetitia]”.

Porém, e no contexto desta organização, o que surge mais vezes destacado é o telemóvel – mais pela importância e variedade de funcionalidades dos SMS. Sónia explica esta questão recorrendo ao perfil sociodemográfico destes jovens: “Estes miúdos muitas vezes não têm acesso fácil a computadores, mas SMS têm”; de acordo com

Sónia, são uma plataforma sub-aproveitada em termos de iniciativas e de financiamento; reconhece também, da parte da própria APF Lisboa, um problema de falta de reflexão ou aplicação prática sobre como conseguir maximizar os seus potenciais.

As intervenções que procuram melhorar a vida dos jovens nem sempre tomam em conta as suas necessidades pessoais, subjectivas; Sónia considera que os “modelos de pobreza” conceptualizados por detrás de várias iniciativas pecam por não entender algumas das escolhas dos jovens. Uma dessas situações teve que ver com a primeira formação junto de pais e mães jovens (alguns com estatuto de sem-abrigo), e no contexto da qual lhes foi atribuída uma pequena bolsa monetária que, em vários casos, foi gasta não em materiais para os bebés mas na compra de telemóveis. Quando tentaram compreender essa escolha, as respostas saíram desse molde que vê a subsistência física como algo prioritário:

Sónia: A resposta foi: “Eu com a fome, lido bem”. No sentido: “já é uma velha amiga, eu sei como é que se lida com a fome, com não ter nada para comer, e adiar o pensamento de não ter nada para comer porque como no dia a seguir”. E eu acho que nisto está implícita uma outra resposta, que é assim: lidar com a fome até sabem, mas não sabem lidar depois com a exclusão social, não é? Como não ter acesso a ter redes, a ter suporte, a ter pessoas com quem comunicar e, e aqui o que me diziam sobre o telemóvel é: “É para me poderem ligar, é para eu ‘tar disponível para me poderem ligar”. E o que é engraçado neste rapaz, que é um rapaz que tem um contexto de facto com muita dificuldade, é que nem sequer tinha pessoas para lhe ligarem, não é? Ele usava exclusivamente o telefone para ouvir músicas, para pôr tipo mp3, para pôr lá bandas e andar com os fones a ouvir as músicas. É perceber que não há como censurar, é vital a necessidade que as pessoas têm de uma inclusão, de se sentirem parte de uma rede, de fazerem parte de qualquer coisa. A fome é de facto secundária no nosso contexto social. Okay, não se come num dia, mas no dia a seguir arranja-se uma distribuição de sopa, e não é prioritário.

Existe uma ligação entre o desejo de comunicar e práticas que revelam uma adaptação que explora ofertas comerciais existentes ou mesmo a criminalidade, e assim institui o lugar dos jovens no ciclo de consumo; comenta Laetitia: “Às vezes são eles que roubam os telemóveis de 200€ e portanto podem aceder ao Facebook... e sabemos que há um telefone novo nas mãos daquela pessoa porque, de repente, o Facebook é inundado de actualizações, pelo menos até o telefone ser bloqueado...”

Acrescenta Inês: “Eu lembro-me quando nós fizemos uma campanha no Super Bock Super Rock, que estavam lá a dar [cartões] Moche e uma jovem do Casal de Cambra, trouxe p’raí seis. Ela estava assegurada durante os próximos tempos...!”. Na impossibilidade de serem consumidores assíduos, as campanhas de angariação servem para obter acesso a cartões com algum saldo, de ‘usar e deitar fora’.

O uso dos telemóveis e das redes sociais através dos *smartphones*, como refere Laetitia, leva a repensar a ligação dos jovens com a literacia: “miúdos que têm muito baixa escolaridade, com muita dificuldade de se expressarem mesmo verbalmente, e por escrito então não se compara, efectivamente escrevem, e escrevem muito, em tudo o que tem a ver com mensagens e com actualizações de Facebook. E expressam-se imenso [Sónia]”, algo que acaba a ter consequências intrapsíquicas (“[...] o uso dessas redes serve para elevar a auto-estima, para se afirmarem enquanto pessoas que escrevem aforismos interessantes [Laetitia]”) ou para estabelecer dinâmicas de pares e de intimidade (de novo Laetitia: “[...] quando publicam que as pessoas que os criticam podem ir para este ou aquele sítio” e “também um bocadinho para tentar manter os engates [...] porque às vezes é difícil o contacto pessoal durante o dia, ou porque o jovem é sem-abrigo, ou porque as pessoas com quem ele contacta estão a trabalhar”).

Os telemóveis actuais têm uma vertente fotográfica que constitui uma construção de memória partilhada e de sentidos construídos em comum com outras pessoas pela partilha dessas memórias (“[...] muitas vezes a única fotografia que eles têm dos seus bebés, fomos nós que a tirámos, e eles guardam isso porque é a única que têm de recordação [Sónia]”). Dentro deste registo, o valor de privacidade surge ressignificado: a privacidade totalmente controlada torna-se, na ausência dos pressupostos de classe média, sinónimo de isolamento, segregação – “havia pessoas que não valorizavam a privacidade enquanto forma de salvaguardar a reputação para o futuro, o imediato era muito mais importante [Laetitia]” – ainda que isto não exista fora de um contexto de falta de literacia digital, onde vários destes jovens nunca tinham reflectido, antes do trabalho de sensibilização feito pela APF, sobre potenciais riscos (e.g.: de empregabilidade futura) associados com a partilha de informação pessoal.

O discurso sobre privacidade geralmente apela ao medo do estranho como risco principal. Contudo, para alguns jovens, a percepção de ameaça vem das autoridades:

Laetitia: [...] algumas destas pessoas, no contexto do seu dia-a-dia, são próximas de pessoas que são... suspeitas ou até condenadas por crimes. [...] E portanto tentou-se sensibilizar também para a forma como um determinado comentário, ou foto, poderia ser uma coisa entre amigos, reforçar laços, mas poderia ser um pau de dois bicos, poderia ser apresentado em tribunal como uma evidência ...

Uma das abordagens que tentaram, por SMS e Facebook, foi enviar ou postar perguntas às quais os jovens podiam responder, de forma a interagir e manter o vínculo com a organização. Segundo Sónia, o nível de interacção nunca foi muito alto, nem os jovens começavam, regra geral, a debater a questão colocada, mas eventualmente, no

Facebook, acabavam outras pessoas por se juntar e entrar na conversa. Passada uma semana sobre o envio da pergunta, era enviada a resposta tecnicamente correcta, e uma nova pergunta. Os jovens também fazem perguntas através de SMS, de diferentes tipos.

As representantes da APF Lisboa são capazes de identificar padrões distintos de tópicos e assuntos consoante a plataforma. “Eu acho que as que vêm mais por SMS são de coisas práticas e concretas que têm que resolver... De toma da pílula, de ir ao centro de saúde arranjar preservativos, de pedir ajuda para uma amiga que tem que ir... [Sónia]”. Em algumas situações, justifica-se uma intervenção mais directa por parte da equipa, que também compreende que o uso de SMS pode ter que ver com dificuldades de expressão pessoal mas também com falta de recursos económicos: “O que nós também percebemos é que o contacto privilegiado que eles fazem connosco é também por via de SMS. O que nos dá pistas de que de facto o SMS é uma fonte muito importante de trabalhar [Sónia]”. Beatriz acrescenta: “Se nós percebermos que a pessoa ‘tá aflita, ou que precisa de alguma coisa mais urgente, se calhar o seguimento é mesmo por chamada [...]. Se nós percebemos que é uma sequência de uma conversa, [...] ou algo que se enquadre [numa] combinação, então respondemos por SMS”.

Porém, e na medida em que o programa TransPorta acompanha jovens em contexto de trabalho sexual prostitutivo, as experiências relatadas face a este grupo são *sui generis* e, ainda assim, caem dentro do que se entende por usos sexualizados dos novos *media*. Boa parte das questões que existem são colocadas presencialmente, ao passo que via Facebook ou SMS surgem “questões sobre acesso a consultas ou como resolver determinada burocracia relacionada com a mudança de sexo e de nome por exemplo, no Registo Civil”. Para os menos jovens, de acordo com Laetitia, o telemóvel funciona também como “instrumento de trabalho fundamental até porque é o que permite em determinados momentos dar resposta rápida a uma solicitação” que, por exemplo, envolva mais do que uma trabalhadora do sexo. Outras trabalhadoras do sexo recorrem às novas tecnologias como forma de expandir a sua oferta de serviços e criar redes de contactos e de clientes (e.g.: “cobrar PayPal, por minutos na *webcam*”, “portais de anúncios com fotografias”, “fórum de discussão da qualidade dos serviços prestados [...] onde estão trabalhadoras e estão clientes”).

As formações são outro momento em que os recursos *online* que existem são dados a conhecer aos jovens, ainda que com a percepção de que os diferentes graus de literacia implicam, na prática, maior ou menor possibilidade de mobilizarem a

informação que recebem. Em especial, segundo Sónia, os jovens pais adolescentes “têm de facto muito mais dificuldade [...] até de perceber como é que se utiliza um computador para muitas coisas”, em comparação com outros jovens que se tornam portadores de novidades tecnológicas para a equipa.

Um último ponto de tensão tem que ver com o papel que a equipa ocupa nas redes sociais, e na complexa navegação que é necessária para separar o âmbito laboral do pessoal e íntimo quando as redes sociais são o campo de actuação mas também o sítio onde as pessoas convivem a título privado. Conseguir seguir alguns dos jovens já permitiu sinalizar situações potencialmente negativas, mas pode afectar a capacidade destas profissionais terem uma separação entre vida profissional e privada:

Inês: Para nós, para o nosso trabalho, muitas vezes também tem servido o Facebook como alertas de algumas pessoas que não ‘tão bem, inclusivamente até com algumas mensagens, de ideação suicida, por exemplo, que nós de repente alertamo-nos ‘O que é que se passa aqui?’, porque no Facebook estes jovens colocam muitas vezes... “Isto assim não dá... ‘tôu farta da minha vida... adeus a todos”, coisas assim, pronto...

Laetitia: Não diria que há um desequilíbrio, diria que isso é possível fazer de outras formas. Eu, com o meu perfil, não vou fazer “gosto” nas fotografias dos bebés, mas a APF, claro que faz o gosto nas fotografias deles, e faz comentários e, se possível, direcciona para [as] competências adquiridas no caso de ter sido uma pessoa que já esteve connosco a fazer os cursos [...] mas de forma a empoderar a pessoa, [...] a relembra-la de que ela está capacitada para fazer o seu papel de mediadora comunitária.

Na medida em que esta equipa trabalha com jovens nas margens, e que não cumprem muitos dos pressupostos normativos do que constitui a adolescência e a passagem para a idade adulta, as experiências aqui relatadas são distantes das que geralmente se encontram descritas na bibliografia mais citada.

Infelizmente, a presente investigação não foi capaz de obviar este problema: apesar de a APF Lisboa ter divulgado o *link* do questionário usado para a angariação de respondentes a este estudo, nenhum dos acessos ao mesmo se traduziu em respostas completas passíveis de serem incluídas na análise (cf. Capítulo VI). É por esta razão que se considera de especial importância a entrevista de grupo: se a significação é um processo que depende da presença e da ausência, então os resultados da presente investigação precisam de ser lidos à luz da ausência deste tipo de experiências nos jovens entrevistados, e do que isso significa na investigação sobre jovens em Portugal.

IV.5.3 – Programa Escolhas

O Programa Escolhas é, ao contrário da APF e da *rea*, um programa governamental que está ligado à Presidência do Conselho de Ministros e ao Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, recebendo financiamento

nacional e internacional⁵⁸. Foi criado em 2001 e procura intervir junto de comunidades que têm crianças e jovens em situação socioeconómica vulnerável ou de exclusão social, com especial foco em idades compreendidas entre os 6 e os 24 anos. O Programa encontra-se actualmente na sua quinta geração, sendo 2015 o ano de término desta.

A Direcção do Programa Escolhas tem a seu cargo a centralização das candidaturas a financiamento, apresentadas por projectos locais. Neste sentido, a entrevista realizada a Pedro Calado, Director Executivo do Programa Escolhas (vide Anexo 5), teve como objectivo principal obter uma visão panorâmica, geral, do que têm sido as preocupações dos projectos locais expressas através das suas candidaturas, quais têm sido as medidas tomadas pela Direcção no sentido de agregar e redistribuir a informação existente sobre os projectos que focam as questões da sexualidade, saúde sexual e os novos *media*. Foram também, à altura da entrevista, solicitados dados sobre as candidaturas então submetidas que se focavam em iniciativas relacionadas com a saúde e a educação sexual, nos seus vários componentes.

De acordo com Pedro Calado, o Programa Escolhas passou a ter uma abordagem sistemática à importância da informática e do acesso a computadores a partir de 2004, altura em que foram criados os CID – Centros de Inclusão Digital. Porém, como destaca o Director Executivo, “estes centros não são centros informáticos, são centros de inclusão digital”, pelo que o seu objectivo principal é o de capacitar jovens a adquirir competências que vão além do domínio das TIC por si só. Assim, procura-se que haja transversalidade entre a existência dos CID em si e as diferentes áreas do projecto, em especial a participação cívica e comunitária, a saúde sexual e reprodutiva e, a certificação de competências que possam ser mobilizáveis pelos jovens. Cabe à administração do Programa “fazer programas, e as comunidades devem fazer projectos”; assim, a administração apresenta “uma espécie de menu *a la carte* em que nem todos os projectos têm de escolher o mesmo menu”. A preocupação está em criar diversidade, “para permitir que localmente as respostas sejam substancialmente diferentes, a partir das necessidades locais”.

Para além disso, e especificamente sobre a saúde sexual e reprodutiva, a Direcção do Programa já implementou duas linhas de acção específicas a nível central: “durante dois anos, com o apoio de vários peritos externos e também com uma revisão

⁵⁸ <http://www.programaescolhas.pt/apresentacao>

dos pares sistematizámos as 33 experiências mais promissoras em vários domínios. Uma delas é, curiosamente, o recurso sobre a sexualidade, é o «Trata a sexualidade por tu»; foi um recurso testado em Olhão e que nós transformámos depois num manual passo-a-passo, para que outros se possam inspirar nessa mesma acção”, criando assim um recurso “disponível para toda a nossa rede, [...] totalmente *open source*”. Para além disto, existe já uma parceria com a APF, que fornece formação aos técnicos que trabalham, no terreno, junto dos jovens, sobre saúde sexual e reprodutiva.

Uma das áreas de actuação do Programa Escolhas, é a prevenção da gravidez adolescente. No actual contexto económico, e para as famílias com maiores dificuldades financeiras, a existência de uma nova gravidez⁵⁹ representa uma maior necessidade monetária que não é, em geral, passível de suprir, aumentando a situação de precariedade. A gravidez tender a ser acompanhada por uma saída definitiva da escola por parte da rapariga, o que dificulta ainda mais a posterior aquisição de recursos ou estabilidade financeira, gerando-se assim um ciclo vicioso de exclusão, intergeracional. O objectivo principal é alertar as jovens para as consequências possíveis, para que possam tomar decisões informadas, “para que não se repita aquilo que em muitos dos nossos bairros é um bocadinho padrão, que é o jovem com vinte anos tem três filhos, de três raparigas diferentes, e não vive com nenhuma delas, e elas têm a seu cargo crianças e romperam com um percurso escolar que podia ser de sucesso”.

Por outro lado, Pedro Calado considera o cruzamento entre as TIC e a saúde sexual e reprodutiva como sendo “um campo por explorar [...]. Pontualmente haverá alguns exemplos interessantes, algumas coisas interessantes”. Um exemplo dado é o do projecto #ON_Sex⁶⁰, que envolve uma colaboração também com a APF, e que passa por criar um jogo lúdico em torno dos direitos sexuais, para os jovens, tendo como principais objetivos promover a cidadania ativa e a defesa dos direitos, em especial os direitos sexuais, em ambiente digital, contribuindo para a capacitação e educação dos

⁵⁹ Para contextualizar esta questão, que também já tinha sido referida na sub-secção anterior, convém lembrar que, de acordo com dados do Eurostat de 2012, Portugal estava em 12º lugar na taxa de fertilidade de mulheres entre os 15 e os 19 anos, no contexto da União Europeia a 28 países (12,1%); abaixo da média europeia (12,6%); jovens entre os 15 e os 17 anos constituíam mais de metade dessa taxa (6,9%).

⁶⁰ A equipa do EU Kids Online Portugal e, por conseguinte, o autor do presente estudo, está envolvida com este Projecto. O Projecto teve o seu encerramento oficial a Dezembro de 2015.

jovens, tornando-os assim menos vulneráveis a situações de violência ou de discriminação⁶¹.

O Programa pensa-se a si mesmo como “um laboratório vivo” e aos seus técnicos como “cientistas sociais”, procurando capacitá-los como produtores de conhecimento; também procuram estabelecer parcerias com centros de investigação e “a academia em geral, precisamente para que outros investigadores possam vir analisar e produzir conhecimento, que depois nos devolvam, e que nos vá alimentar”.

Em seguida apresenta-se a informação gentilmente cedida pela Direcção do Programa Escolhas (Paulo Vieira, 2013), recolhida da plataforma de gestão do mesmo.

O recurso “Trata a sexualidade por tu” foi incorporado em seis projectos, um deles da zona Norte e Centro, e os outros cinco na área de Lisboa.

As actividades que têm prevista alguma iniciativa na área da saúde sexual, totalizam 83 (algumas delas da responsabilidade de um mesmo projecto). Como pode ver-se no Anexo 6, a maior parte classificam-se como projectos educativos (40%), com 28% a serem constituídos por sessões de esclarecimento e 10% a tomar a forma de acompanhamento psicossocial. Ao nível da regularidade das iniciativas, apresentada na candidatura, 40% ocorrem semanalmente, e 18% mensalmente, com as restantes a ocorrerem com menor regularidade (vide Anexo 7).

Globalmente, as acções encontram-se principalmente focadas em abordar o tópico da saúde sexual na sua componente mais biofisiológica e médica, que enfatiza os comportamentos e as práticas “saudáveis”; algumas tomam particular atenção aos contextos culturais envolventes (e.g.: o projecto “Sinerig@s-E5G” fala especificamente de “jovens e mulheres de etnia cigana”) e outras utilizam metodologias menos convencionais (e.g.: o uso do “Teatro Fórum” no projecto “Lagarteiro e o Mundo”, ou de uma “tela multitemática [construída] pelos jovens” no projecto “Projecto InOut”) ou mesmo foco específico em questões de “relacionamentos afectivos” (e.g.: projecto “Ramal(de) Intervenção”).

De todas as iniciativas, 34 focam como público-alvo também as famílias dos jovens e/ou as suas comunidades envolventes, enquanto 44 se centram exclusivamente nas crianças ou jovens afectos aos projectos. As projecções apresentadas aquando das

⁶¹ <http://danielscardoso.net/index.php/pt/academia/77-ptwebsite/academia/182-onsex-apf>

candidaturas apontam para 2415 participantes directamente envolvidos, e 3470 indirectamente envolvidos. Estes números demonstram não só o alcance da rede do Programa Escolhas, mas também a potencialidade para a disseminação de conteúdos e posturas críticas através da capacitação destes jovens, assim como a importância da multidisciplinaridade e da colaboração entre instituições.

Existe uma incapacidade, por parte do sistema educativo normalizado, de fornecer a estes jovens aquilo de que eles necessitam para fazer escolhas informadas e para lidar com assuntos potencialmente mais abstractos; é o caso do conceito de “direitos sexuais” abordado pelo supra-citado Projecto #ON_Sex.

Os testemunhos trazidos pelos representantes destas três organizações podem ajudar a contextualizar a presente investigação, tanto pela identificação de características específicas de determinadas populações, mas também por ilustrarem outras vozes que estiveram ausentes do actual estudo, e de vários outros estudos da mesma área.

CAPÍTULO V – CORPOS COM VOZES: PARA UMA PLURALIDADE METODOLÓGICA PARTICIPATIVA E CRÍTICA

“Não sei de nenhum trabalho que tenha explorado os efeitos potencialmente negativos da exposição à Bíblia [...].

Existem muitas possibilidades [de pesquisa]. Posso trabalhar dentro da área das Humanidades e usar métodos quantitativos e estatísticos para recolher dados. E portanto pergunto-me: será possível ser-se um cientista social e dizer ‘punheta de mamas’?” (McKee, 2009)

Tal como Alan McKee expõe, não existe investigação sem uma variedade de contextos – da área científica, das práticas científicas dentro dessa área, do investigador, dos participantes na investigação, dos assuntos investigados e outros.

O objectivo deste Capítulo é o de abordar os vários elementos metodológicos que constituem esta investigação. Porém, tal não será possível sem antes atender a três aspectos importantes: uma contextualização desta investigação no campo (conceptual e empírico) mais largo das investigações comumente levadas a cabo sobre questões de sexualização e jovens; uma consideração sobre o papel do investigador no próprio processo de investigação; e uma série de considerações ético-deontológicas que são tão mais necessárias quanto se considera que os temas a ser aqui abordados são particularmente sensíveis. E embora algumas das questões aqui levantadas não sejam directamente aplicáveis à investigação presente, considera-se importante apresentar o estado da arte que baliza e contextualiza as decisões aqui tomadas.

Em seguida serão apresentados os vários elementos que compõem a parte quantitativa do estudo (que se centra num inquérito por questionário), explicando a sua origem, construção, função e ligação com os elementos teóricos; posteriormente se aborda a parte qualitativa e participativa da investigação (que se centra em entrevistas semi-estruturadas), olhando para as várias influências, linhas de orientação e questões a levantar. Uma parte final será dedicada aos problemas e dificuldades encontrados durante o processo de investigação.

V.1 – Representações sexuais nas Ciências Sociais e Humanas

Boa parte da investigação e reflexão que existe sobre este macro-tema passa por um dos tópicos abordados – a pornografia – embora, como explicado anteriormente (cf. Capítulo III), se pretenda aqui unir as práticas de consumo e produção de pornografia

com vários outros elementos (*sexting*, informação sobre saúde, e participação cívica *online* sobre questões de intimidade). No entanto, pela sua importância simbólica e histórica, falar sobre a pesquisa relacionada com pornografia é falar de uma parte muitíssimo relevante do *zeitgeist* científico das Ciências Sociais e Humanas.

Na sua análise do tipo de estudos feitos sobre pornografia e seus efeitos, Alan McKee identifica quatro grandes tipos: estudos que envolvem agressores sexuais, estudos agregados, estudos laboratoriais e estudos de inquérito por questionário (McKee, 2007b, p. 3). No caso dos estudos com agressores sexuais, os resultados têm sido bastante coerentes, não suportando “a hipótese que a pornografia está a produzir agressores sexuais” (Alexy, Burgess, & Prentky, 2009; Meg Barker, 2014; McKee, 2007b, p. 4). No caso dos estudos agregados e dos estudos laboratoriais, os dados são frequentemente contraditórios – alguns estudos agregados mostram que o aumento da disponibilidade da pornografia está acompanhado de uma diminuição de casos registados de violações, e outros mostram o oposto, ao passo que vários investigadores chamaram a atenção para a importância de outras variáveis para além da disponibilidade da pornografia, como a idade, o nível de sexismo e machismo, desigualdades económicas, desorganização social, entre outras, na correlação com as taxas de violação (McKee, 2007b, p. 4). Os estudos laboratoriais parecem convergir no facto de que não encontram correlação entre ver pornografia não-violenta e efeitos negativos para quem a vê, mas existem dados contraditórios no caso da pornografia violenta – vários estudos a ligam a um aumento de agressividade e atitudes mais sexistas ou permissivas no que toca a violação de mulheres, por exemplo, ao passo que outros estudos não encontram essas mesmas correlações (McKee, 2007b, p. 5). Também os inquéritos por questionário parecem variar nas suas conclusões. Uma visão mais completa dos estudos identificados encontra-se no Capítulo III.1 da presente Tese.

Perante esta aparente confusão de resultados, McKee aponta para a importância dos pressupostos e dos contextos práticos em que as diferentes investigações ocorrem: será que disponibilidade de pornografia e consumo são a mesma coisa?; será que a visualização de pornografia em contexto experimental tem as mesmas características do que o consumo quotidiano?; será que a resposta violenta à pornografia violenta é à pornografia ou à violência?; até que ponto o viés de amostragem afecta os questionários, ou os estudos com populações prisionais?; entre outras possíveis objecções ou limitações (McKee, 2007b). É apenas possível obter as respostas para as perguntas que

são efectivamente feitas, e a investigação de cunho sociológico tem investido consideravelmente em mais perguntas associadas a efeitos (negativos) do que a outros temas (McKee, 2014), ao mesmo tempo que considera as investigações sobre sexualidades como algo inferior, impossível de estudar ‘cientificamente’ e, no caso da pornografia, como potencial justificativo intelectual de agressão (Burke, 2014).

Independentemente de se falar de efeitos negativos, positivos ou nulos, até que ponto se pode falar dos efeitos da *pornografia*, em oposição aos efeitos da recepção da pornografia *em determinados contextos* (McKee, 2009, p. 643)?

Brian McNair (2014) aponta para uma incapacidade preditiva gerada pelas investigações especificamente anti-pornografia: se a pornografia conduz a uma sociedade necessariamente mais machista e mais objectificante das mulheres e tem um efeito tão avassalador, então seria de supor que a criminalidade sexual associada a isso estivesse em alta. Porém, os dados contradizem essa hipótese, já que, no geral, no mundo ocidentalizado, os crimes sexuais têm vindo a descer⁶². Isto não quer dizer, ressalva o autor, que a pornografia *causa* a diminuição da violência sexual, da mesma maneira que a *ausência* de pornografia típica em sociedades e países com muito mais elevadas taxas de violência contra mulheres também não causa essa mesma violência. Geralmente, nos países ocidentais e ocidentalizados, os picos de denúncias estão associados a um alargamento jurídico que contempla e pune mais formas de agressão e a uma maior visibilidade pública dada ao problema. Ao mesmo tempo tem-se vindo a assistir a uma melhoria dos indicadores de igualdade de género e de orientação sexual um pouco por toda a Europa e EUA (subida essa, claro, contrariada pela actual crise económica, por exemplo). Assim, a pornograficação está ligada a processos sociais que são concomitantes com um recuo nas desigualdades de género. Isto não quer dizer, segundo o mesmo, que os *media* não têm quaisquer efeitos (e.g.: a possível excitação sexual que alguém sente a ver um filme pornográfico, ou a sensação de desagrado, são efeitos), mas sim que os efeitos não existem em isolamento.

⁶² Em Portugal, e segundo os dados da UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta) respeitantes ao femicídio, não existe uma tendência clara, se se levarem em conta os dados dos últimos dez anos, havendo antes uma variação interanual considerável; vide <http://www.umarfeminismos.org/images/stories/oma/2013/OMA%202013%20Jan%20a%20Nov%201.pdf>. Por outro lado, e segundo notícia do *Público* de 4/4/2008, os crimes sexuais contra crianças têm vindo a aumentar constantemente, mas as vítimas são geralmente crianças abaixo dos cinco anos, o que envolve questões de outra complexidade, fora do âmbito estrito dos supostos efeitos da pornografia.

De acordo com McKee, os constrangimentos que existem em qualquer investigação científica manifestam-se de três maneiras na pesquisa sobre pornografia:

1. Foca-se muito fortemente certas questões sobre pornografia e ignorado outras (por exemplo, os efeitos positivos da exposição à pornografia);
2. responde-se a resultados que contradizem as teorias dominantes, não com o seu abandono, mas com a sua retenção e com tentativas de explicar a falta de dados coerentes com essas teorias dominantes; e
3. recorre-se a certos pressupostos sobre o que é negativo e positivo no que diz respeito à sexualidade humana com que nem todas as pessoas racionais, informadas e éticas concordariam” (McKee, 2009, p. 634).

Estas três formas confluem na produção de vários mecanismos de exclusão e discriminação, que têm como consequência uma análise plana da pornografia, uma ossificação das teorias subjacentes e o replicar das discriminações inscritas no “Círculo Encantado” (Rubin, 2007), com particular ênfase na alterização das representações mediáticas de sadomasoquismo/BDSM consensual (já que o “sexo violento” é frequentemente associado a efeitos particularmente intensos e nocivos).

Feona Attwood e I.Q. Hunter aconselham (2009, p. 547), não sem ironia, a não investigar o campo da pornografia antes de se ter obtido a agregação universitária:

“O surgimento dos ‘*porn studies*’ nas instituições académicas tem-se deparado com uma vasta oposição ética e política, mais ainda que o estudo dos filmes de terror. Os *media* sexuais [...] são frequentemente vistos como sendo intrinsecamente obscenos e prejudiciais, produzindo mudanças efectivas no comportamento e atitude, e portanto sendo potencialmente perigosos para os investigadores e alunos” (Attwood & Hunter, 2009, p. 547).

Janice Irvine encarou a problemática como um objecto de investigação, enquadrando a pesquisa sobre sexualidade como um “trabalho sujo”, o que envolve uma série de reacções culturais paradoxais, que vão desde a fascinação ao enojamento público sobre o tema, colocando investigadores e cientistas que trabalham sobre sexualidades sob a pressão das políticas de produção de conhecimento típicas do contexto académico mas também sob a pressão do estigma e opróbrio social associado (Irvine, 2014, pp. 633, 634). Irvine recupera a ideia de “benefício do locutor” (Foucault, 1994, p. 12) para fazer notar que existe um certo reclamar de (falso) privilégio em poder falar sobre sexualidade numa sociedade que torna o tema tão central, mas que os investigadores das humanidades e das ciências sociais estão largamente de fora do seu escopo, na medida em que não se inserem dentro da uma lógica terapêutica ou de poder de verdade médica, como no caso da sexologia médica e psicológica ou da farmacologia (Irvine, 2014, p. 636). Num inquérito levado a cabo junto da secção de Sexualidades da *American Sociological Association*, Irvine descobriu várias práticas, mais ou menos

subtis e mais ou menos institucionalizadas – e que vão da possibilidade de publicação, até à interferência com processos de busca e atribuição de financiamento ou objecções pretensamente éticas de comissões de supervisão que atentam contra a vontade explícita dos participantes da investigação – que revelam o quanto diferentes temáticas académicas suscitam práticas de exclusão (2014, pp. 640–648). A autora liga a ideia sociológica de “trabalho sujo” à produção cultural de um duplo viés: cognitivo e emocional; e identifica o trabalho sujo como sendo “profundamente emocional, tanto nas formas como é culturalmente produzido como nas formas em que é culturalmente, organizacionalmente e individualmente gerido” (2014, p. 651). Pode argumentar-se que o facto de a presente investigação ter sido financiada pela entidade pública mais relevante do país funciona como contraponto ao acima; porém é o potencial da presente investigação como resposta a um potencial pânico moral ou mediático (cf. Capítulos IV.2 e II.2) (Buckingham & Strandgaard Jensen, 2012) em relação à pornografia ou ao *sexting* que oferece uma avenida de potencial terapêutica (social) e que, portanto, faz encaixar esse mesmo financiamento com as conclusões de Irvine.

Feona Attwod argumenta, fazendo um paralelismo com Foucault, que se continua a processar um incitamento ao discurso sobre o sexo (Foucault, 1994) dentro da academia, que se foca principalmente nos textos e seus efeitos, informada pelas chamadas ‘*porn wars*’ de algumas vertentes do feminismo norte-americano, como reforça Paasonen (2009); um incitamento que se pretende debruçar sobre o que os *media* fazem com as pessoas, e não sobre a sexualidade. De acordo com Attwood, tem-se assistido a uma binarização das possíveis posições sobre a sexualidade nos *media* que mostra sinais de começar a ser substituído por novos tropos, entre os quais se encontra a “pesquisa sobre as formas como a pornografia é consumida e integrada no dia-a-dia”, a par de um “revisitar de debates chave sobre a pornografia, as suas ligações com as políticas sexuais, de género e de classe, as suas ligações com outras formas de representação, a sua localização nas esferas pública e privada e muita especulação sobre o seu desenvolvimento futuro” (Attwood, 2002, p. 93).

Como forma de explicar esta mudança de paradigma através da apresentação de alterações macro-sociais, Attwood aponta para três elementos: o crescimento em relevância dos Estudos Culturais como pano de fundo para o estudo da pornografia (com a sua ênfase na polissemia, etnografia e atenção à cultura popular); a pluralidade dentro das várias correntes feministas e dos Estudos de Género (nas universidades e fora

delas); a pluralidade advinda da crescente importância e produção dos Estudos LGBT e da teoria *queer* (com destaque para a irredutibilidade das questões sexuais às questões de género e concomitante destabilização do que “sexo” e “género” são)⁶³.

Attwood diz faltar mais investigação etnográfica sobre o consumo de pornografia e sobre a sua ligação com os discursos quotidianos, ao mesmo tempo que aponta para uma contextualização multipartida: a um tempo semiótica, geográfica, social, histórica e cultural (Attwood, 2002, p. 103) – a autora cita Ang & Hermes ao apelar a um “espírito de contextualismo radical e situacionismo metodológico”, que encontra eco no apelo de McKee a que se traga para o debate político e para a investigação as vozes dos consumidores de pornografia (McKee, 2005). Tal orientação pauta-se então pelas “tentativas de contextualizar as pornografias [...] que são conceptualizadas junto com relatos teóricos sobre construção cultural e sexual, discutidas de acordo com a sua importância social e política” (Attwood, 2011, p. 14); procura também entender as pessoas que participam no processo de interacção com a pornografia como um discurso cultural.

É necessário ressaltar, porém, que o processo de “dar voz” não pode ser, ele mesmo, considerado como transparente ou inocente, ou como uma solução generalista. Embora a utilização de variados e/ou extensos blocos de citações, ou o envio dos textos para comentário por parte das pessoas que participam na investigação, como forma de promover estas vozes sejam soluções frequentemente apresentadas, não o são sem reservas: nenhum destes modos de produção e apresentação de resultados elimina o papel do investigador na selecção do que (não) citar, ou de como colar e encadear as citações e as enquadrar (England, 1994, p. 250). Um dos riscos que esta abordagem comporta é justamente a aparente apresentação de vozes alternativas, mas enquanto vozes apropriadas: a reprodução de padrões de dominação normativos e vigentes que se apossa das vozes “outras” para as tomar, e à diferença que significam, como um dado exótico (England, 1994, p. 242).

⁶³ Para um tratamento mais aprofundado desta questão, cf. o Capítulo II.2, que constitui um extra a esta secção, na medida em que a própria contestação lá feita à ideia de “pornografia” como um elemento singular (ao invés de *pornografias* (Attwood, 2002, p. 102)) é, em si, um obstáculo metodológico à própria investigação; o mesmo se aplica à a-historicidade aparente do conceito tal como é frequentemente empregue em vários trabalhos académicos.

Procurando entender esse uso enquanto experiência eminentemente somática, Paasonen fala de afecto e ressonância – da importância do “excesso visceral (e, por conseguinte, extra-linguístico) [que] está perpetuamente presente” (Paasonen, 2011, p. 260) na relação entre pornografia e consumidor, bem como a importância, para uma leitura atenta da pornografia e do que a rodeia, de estarmos

“vulneráveis aos textos e tocados por eles, [o que] permite uma relação mais interactiva entre leitores e textos e uma visão mais multifacetada das ligações entre o pessoal e o social. Isto é uma forma de fazer com que as críticas à pornografia sejam mais situadas, e os seus autores mais responsabilizáveis pelas suas conceptualizações de poder, sexualidade e representação” (Paasonen, 2007, p. 55).

Esta ideia é aplicável à leitura crítica da pornografia, mas também é importante tê-lo em conta quando se trabalha com textos, vozes e pessoas que falam sobre pornografia, na medida em que chama a atenção para mais uma camada de experiência.

Isto implica um afastamento do tipo de trabalhos que ignoram o campo dos estudos dos *media*, onde a pornografia ocupa o lugar de uma “coisa” sem contexto – trabalhos que, ainda assim, persistem por tão facilmente se encaixarem

“na visão dominante e de senso comum sobre os *media*, na sua utilidade em identificar bodes expiatórios convenientes como resposta a problemas complexos, na sua capacidade de amplificar agendas de regulamentação e políticas públicas e na sua ressonância com visões conservadoras da sexualidade” (Attwood, 2011, p. 14).

Não são apenas as práticas sociais que influenciam a investigação – novas tecnologias mudam não só aquilo que os investigadores conseguem mobilizar enquanto dados, mas também as práticas de integração mediática das pessoas, tornando o uso sexualizado dos *media* um terreno em constante evolução, particularmente no que diz respeito às novas tecnologias e às tecnologias móveis (Attwood, 2011, p. 15).

Katrien Jacobs (2014) nota também o quão centrados na Europa e no mundo anglófono os estudos sobre pornografia ou usos sexualizados dos *media* são, com pouca tradução conceptual para outros sistemas sociais.

O que aqui se diz não é válido apenas para a pornografia *strictu sensu*. Todas as várias práticas abordadas se congregam num entendimento mais alargado de usos sexualizados dos *media* e estão sujeitas a dinâmicas de investigação, enquadramentos teóricos e pressões institucionais e políticas semelhantes. O objectivo das várias opções metodológicas tomadas para esta investigação é procurar obviar as principais críticas levantadas acima, tentando que este projecto tenha as características necessárias para se alinhar com a mudança paradigmática descrita por Attwood e outros autores, indo para além de uma teoria dos efeitos e na direcção de uma análise cultural crítica e reflexiva.

V.2 – O investigador enquanto elemento auto-reflexivo da investigação

Esta secção pretende dar conta do papel do investigador no próprio processo que desencadeia, recorrendo para isso às contribuições teóricas e práticas do campo da sociologia e da etnografia; pretende também levantar questões sobre o estatuto epistémico dos participantes-investigadores no processo de investigação, e a forma como essas mesmas questões podem orientar a organização das metodologias.

As Ciências Sociais olham a objectividade como a capacidade de produzir conhecimento falsificável e as Humanidades preferem, regra geral, falar de toda a produção de conhecimento como sendo ideológica e necessariamente parcial (McKee, 2009, p. 635). Mais do que uma questão de adesão ou não ao método científico, estas diferenças apontam para a importância de contextualizar o produtor de conhecimento – porque o investigador (também) encontra aquilo que procura, e aquilo que procura condiciona o que pode encontrar (McKee, 2009, p. 639). Não existe mundo que não seja o resultado de uma “criação intersubjectiva” (England, 1994, p. 243).

A reflexividade na investigação é um processo contínuo que informa cada passo e que não oferece respostas *a priori* (La Pastina, 2006). As experiências e identidades de todos os investigadores são convocadas para todos os momentos. No caso presente, a exposição mediática e de participação cívica do investigador poderia facilitar ou predispor a contactos mais directamente envolvidos com o activismo, ou afastar pessoas que não se identifiquem como tal. No entanto, como ser abordará no Capítulo VI.2, isso parece não ter sucedido senão num breve momento.

Questões como a aparência física, raça/etnia, género, modo de vestir, modo de falar – tudo são variáveis que têm impacto em situações de contacto face-a-face; mas muitas delas (junto com as experiências passadas, identidades e posicionamentos ideológicos de quem investiga) têm igualmente impacto na escolha de variáveis, articulação de perguntas, pressupostos de investigação, planeamento dos passos a seguir, entre outras questões.

Envolvimento e distanciamento são um *continuum* de experiências em que diferentes pessoas se podem localizar (Elias, 1956, p. 227). O investigador é sempre remetido a si mesmo, na busca da posição que ocupa a cada momento (England, 1994, p. 251) – ao estudar pessoas, o investigador estuda-se; o investigador só consegue estudar, então, na medida em que apaga a possibilidade de uma distinção clara e

inequívoca entre “sujeito” e “objecto”, que faz “parte dos padrões [que procura explicar], [...] directamente ou por identificação” (Elias, 1956, p. 234), distinção essa que o empirismo neopositivista defende como única forma de produzir a acima referida objectividade (England, 1994, p. 242). Isto é relevante na investigação qualitativa, permitindo ao investigador ter “consciência das complexidades – e, em particular, do risco de distorção – inerentes” (Perry, Thurston, & Green, 2004, p. 138), sem nunca esquecer que o estatuto de *insider* pode tanto levar a essa distorção como aumentar também a sensibilidade do investigador face àquilo que está a ouvir (Perry *et al.*, 2004, p. 139). A chave aqui, para Perry *et alii*, é precisamente o *movimento* ao longo do *continuum* envolvimento-distanciamento (2004, p. 138); as considerações sobre este movimento “sensibilizam o investigador para o papel do *self* no processo de análise de uma maneira que tem o potencial para minimizar os custos e maximizar os benefícios do seu envolvimento” (2004, p. 145).

Estes autores chamam também à atenção para a diferença entre reflexividade e envolvimento-distanciamento – para a reflexividade como um dos vários elementos que compõem o envolvimento-distanciamento, procurando “mudar a mistura entre os dois, pois todas as fases do processo de pesquisa beneficiam do conhecimento do *insider* restringido por alguns graus de distanciamento” (Perry *et al.*, 2004, p. 146).

A pesquisa nunca é feita “no mundo imediato do investigado, mas no mundo entre nós mesmos e os investigados” (England, 1994, p. 251), e a reflexividade não responde a problemas, apenas os sublinha e pode capacitar o investigador a olhar de outras formas para o processo – a investigação continuará a ser um processo necessariamente hierárquico (England, 1994, p. 250) e até potencialmente fundamentado na exploração e traição (England, 1994, p. 249), na medida em que todo o investigador pode entrar ou sair muito mais facilmente da relação que estabelece, e na medida em que essa relação é iniciada e mantida com um objectivo ulterior que beneficiará sempre mais o investigador do que quaisquer outras pessoas.

O presente estudo foi pautado, tanto quanto possível, por uma preocupação sobre como realizar ciências sociais de forma crítica, através de uma abordagem dialética que recusa o objectivismo positivista, na medida em que este promove uma desresponsabilização da prática de investigação enquanto *praxis* política em si mesma e enquanto artefacto culturalmente produzido (Harding, 2006, p. 8), e na medida em que

se procura ler criticamente uma série de problemas sociais com vista a procurar respostas que os minorem (Neuman, 2006, pp. 95–101).

V.3 – Considerações éticas na investigação com jovens e sexualidades

Pelo estatuto especial que o tema ocupa na sociedade ocidental contemporânea, e também pelo facto de envolver jovens, a questão ética receberá aqui um particular destaque, focando-se na questão do estatuto ontológico e intersubjectivo dos jovens participantes, no consentimento informado, nas vulnerabilidades e emoções eliciadas e não menos no acto de pesquisa como algo performativo, questionando a visão que enquadra estes jovens como estando “em desenvolvimento” (Alderson & Morrow, 2011, p. 3) ou como fazendo parte de uma demografia “em quarentena” (Lobe, Livingstone, Haddon, & Donoso, 2007, p. 20) (cf. Capítulo I).

Maria Lahman (2008) considera que os jovens, em contexto de investigação, são sempre constituídos como um Outro (“*always Othered*”), apesar dos esforços que os investigadores possam fazer para contrariar e problematizar as relações de poder envolvidas. Porém, como a mesma acrescenta, isto não é motivo para colocar de lado quaisquer preocupações sobre ética de investigação – é esta característica que deve levar quem trabalha com jovens e crianças a analisar as posições em que se coloca e em que coloca os outros intervenientes.

A ética não trata de encontrar respostas, mas de “pensar sobre as vantagens e desvantagens de cada método” (Alderson & Morrow, 2011, p. 5), de forma crítica – e daí a ênfase que se coloca na valorização da incerteza como base de qualquer investigação ética (2011, pp. 11, 20). A preocupação com a ética no contexto da investigação não significa a adesão a um conjunto de valores sobre o que é necessário fazer. Um compromisso para com a ética na investigação implica reconhecer a mutabilidade das circunstâncias e a impossibilidade de adoptar apenas uma postura única – e reconhecer a importância de questionar o próprio papel e princípios do investigador (Hammersley & Traianou, 2014, p. 233).

Olhar os jovens como especialistas sobre as suas próprias experiências e vidas implica olhá-los numa relação de reciprocidade (Lobe *et al.*, 2007, p. 20). Isto tem várias vertentes: por um lado, é fundamental levar em conta o *feedback* dos jovens sobre a pesquisa, ou mesmo as transcrições das suas próprias entrevistas; por outro, é fundamental reflectir sobre o que podem os jovens retirar da sua experiência.

Isso implica fazer uma avaliação do risco-benefício daquilo que se pede aos jovens. Alderson e Morrow (2011, p. 26) consideram mais exacto falar numa análise de “riscos e *possíveis* benefícios”. Na medida em que os benefícios só raramente chegam directamente aos participantes, boa parte da participação em investigações é feita a expensas do tempo e tranquilidade dos participantes. Os riscos são bastante mais palpáveis e directos do que os benefícios, embora possam ser pouco prováveis ou pouco profundos (do ponto de vista de quem é afectado) (Alderson & Morrow, 2011, p. 27).

Numa investigação deste tipo, ansiedade, embaraço, desconforto, confusão, medo de possíveis quebras de confidencialidade, entre outras emoções negativas, são alguns dos riscos possíveis, tanto durante a participação no questionário como durante as entrevistas – riscos esses que devem fazer parte da informação veiculada aos jovens (Alderson & Morrow, 2011, p. 27) ou, no caso da questão da confidencialidade, precavidos. Da mesma forma, não é possível controlar ou evitar em absoluto a apropriação negativa, tendenciosa ou contrária às intenções do investigador dos resultados obtidos o que, só por si, pode gerar efeitos prejudiciais (Alderson & Morrow, 2011, p. 24). Na medida em que parte dos comportamentos sobre os quais as perguntas vão incidir são vistos como socialmente reprováveis, o factor de ansiedade ou vergonha pode pesar ainda mais; o mesmo se aplica a grupos sociais marginalizados ou discriminados (como é o caso de jovens LGBTQ).

Para contrariar estas tendências, focam-se em seguida duas práticas complementares: o consentimento informado e a pesquisa participativa.

As actuais concepções sobre consentimento na sociedade ocidental contemporânea derivam principalmente da investigação médica com humanos e de como esta foi afectada pelos acontecimentos durante o regime Nazi, nomeadamente na produção do Código de Nuremberga na sequência das sessões do Tribunal Internacional de Nuremberga de 1947. A noção de consentimento está expressa no “primeiro e mais longo princípio” desse Código (Levine, 1991), mas sob a égide do “consentimento voluntário” (Annas & Grodin, 1995, p. 3). Só a partir dos anos 1950 se começou a utilizar a noção de consentimento *informado* (Levine, 1991, p. 207). Esta ideia foi depois replicada na Declaração de Helsínquia, embora seja bastante menos proeminente do que no Código de Nuremberga, já que a Declaração se foca principalmente na avaliação de riscos e benefícios (Alderson & Morrow, 2011, p. 16). Porém, como Levine (1991) argumenta, a ideia de consentimento informado parte de uma visão

centrada na noção ocidental do que é um indivíduo, que não é universalmente válida e precisa de ser contextualizada e relativizada, posta em diálogo com quaisquer princípios culturais e locais que se apliquem a diferentes países ou pessoas com um *background* sociocultural diferente.

Além desta salvaguarda multiculturalista e mesmo dentro da tradição ocidental de consentimento, existem duas grandes visões sobre o conceito: uma legalista, estática, baseada num evento (em que se consente ou não); outra negocial, dinâmica, baseada num processo em fluxo e bidireccional (Alderson & Morrow, 2011, p. 111). A partir das directivas do Departamento de Saúde do Reino Unido, estas autoras definem a capacidade de consentir como envolvendo:

“ter a capacidade de fazer uma escolha em relação a um determinado tratamento proposto;
conhecer os riscos, benefícios e alternativas;
entender que o consentimento é ‘voluntário e precisa de ser continuamente dado’;
saber que o consentimento ‘pode ser revogado a qualquer altura’;
cada [pessoa] ser informada ‘totalmente, francamente e em verdade’; com ‘cuidado e competência razoáveis’” (Alderson & Morrow, 2011, p. 108).

Olhar o consentimento como um processo que precisa de ser constantemente renovado remete também para a importância de relembrar frequentemente os participantes de que podem interromper ou negar-se a (continuar a) participar. Por vezes, mesmo quando o jovem deseja fazê-lo, o diferencial de poder entre investigador e jovens pode complicar a questão, tornando esses lembretes fundamentais.

A componente “informado” em “consentimento informado” também não é simples: fornecer informação não basta, já que é necessário adaptar a linguagem e conteúdos aos interesses e características das pessoas com quem se realiza a investigação – neste caso, a jovens com diferentes níveis de literacia, de contextos sociais e culturais diferentes e de diferentes idades. Alderson e Morrow (2011, p. 86) aconselham a utilização de panfletos informativos, que resultem de uma combinação “do que um investigador razoável diria, o que uma pessoa prudente perguntaria e o que cada indivíduo quer saber”; a informação fundamental deve incluir o título, tópicos, objectivos, o que acontece durante a pesquisa, como é que os dados serão usados, contactos dos responsáveis, possíveis benefícios e riscos de participação, entre outros (Alderson & Morrow, 2011, pp. 87–88), bem como uma lista de contactos a que os jovens poderão recorrer para apoio ou informação, caso sintam necessidade (Willis, 2012, p. 150). Alderson e Morrow sublinham também que o processo de informação deve ser bidireccional, pelo que as pessoas a cargo da investigação devem estar

receptivas a receber *feedback* sobre ela e sobre a forma como está a ser conduzida, procurar esclarecer quaisquer mal-entendidos e também prestar contas sobre os resultados e conclusões sempre que aplicável.

A noção de pesquisa participativa, não sendo exclusiva da investigação com jovens, é aqui importante, na medida em que é um contexto e uma estratégia que permitem elidir parcialmente o diferencial de poder entre jovens e investigador, aumentar a medida em que os jovens são, de facto *participantes* no estudo e aumentar a responsabilização do investigador face aos jovens. Como afirmam Beazley e Ennew (in Alderson & Morrow, 2011, p. 55), não existem métodos inerentemente participativos, apenas diferentes formas de usar vários métodos. Assim, a investigação participativa é um posicionamento face ao papel que os jovens podem/devem ocupar no processo. Da mesma forma, não se pode dizer de uma investigação que ela é ou não é participativa: esse mesmo posicionamento tem diferentes graus de possível envolvimento desejado ou tornado possível por questões práticas.

“Na verdade, pouca pesquisa é genuinamente ‘participativa’ porque são os investigadores quem decidem as questões principais” (Alderson & Morrow, 2011, p. 55) – e o mesmo se aplica à presente investigação, que pretende usar várias medidas participativas (como será desenvolvido mais abaixo), embora tenha as suas perguntas principais de investigação definidas *a priori*. Para além da possibilidade de envolver os jovens desde os momentos iniciais de definição das questões de investigação, algumas das práticas que são costumeiras incluem o envio de transcrições de entrevistas para os entrevistados, para que as possam comentar, anotar ou reflectir sobre elas (tomando depois essas reflexões como material válido da investigação); trabalhar com os jovens para desenvolver conteúdos, formações e outras iniciativas que procurem um modelo mais horizontal de partilha e disseminação de conhecimentos (e.g.: Ponte & Cardoso, 2008); ou obter *feedback* sobre as conclusões a que se chega, e incorporar isso, de forma creditada, nas apresentações sobre o trabalho desenvolvido.

Também aqui há o risco de tornar grupos considerados desfavorecidos como elementos exóticos numa espécie de “voyeurismo académico” (England, 1994, p. 247), ou de ignorar as diferenças de poder entre, por exemplo, investigadores pagos para desenvolver um dado trabalho, e jovens que estão a participar livremente, ou sem antes terem recebido qualquer treino que os capacite a lidar com algumas das situações em que são colocados (Alderson & Morrow, 2011, p. 57). Heather Berg faz notar que isto

coloca, numa perspectiva marxista, os entrevistados na posição de proletariado do sistema de investigação, com o investigador a extrair “valor” do trabalho intelectual, emocional e corporal de quem acede participar (Berg, 2014, p. 76).

Tendo em conta o exposto, esta investigação procurou seguir os modelos internacionais de boas práticas éticas, ao mesmo tempo que procurou posicionar-se como uma ferramenta de *empowerment* e estimulação de pensamento crítico, instigando os jovens a participar no maior número de passos da investigação que desejassem, tendo ao mesmo tempo o cuidado de preservar e respeitar os seus espaços, vozes e vontades.

V.4 – Componente quantitativa: variáveis, questionários de origem e construção de um inquérito por questionário

A seguinte secção baseia-se nos vários elementos identificados ao longo da revisão bibliográfica, aqui transformados em variáveis para a construção do questionário da presente investigação. São apresentadas as linhas de base seguidas para a componente formal da construção de questionários, escolhas metodológicas e outros detalhes. O questionário, na sua versão final, está disponível no Anexo 8.

Como referido anteriormente, a amostra foca-se em jovens residentes em Portugal, falantes de Português, entre os 16 e os 19 anos, de forma a englobar a fase da *emerging adulthood* (cf. Capítulo I), aplicando-se o questionário inicial *online*. Os principais elementos organizadores do questionário são: características sócio-demográficas dos jovens e do seu contexto de vida; o parque tecnológico à disposição; os usos sexualizados dos *media* por parte desses jovens (em quatro diferentes aspectos: informação sobre saúde e sexualidade e participação cívica *online* relacionada com a cidadania íntima (Plummer, 1994), pornografia, *sexting*); a sua relação com processos formais e informais de educação sexual; as auto-identificações de género e orientação sexual; a sua posição face a vários aspectos da sexualidade. O propósito deste questionário é também angariar uma amostra disposta a participar na componente qualitativa do estudo, por sistema voluntário de *opt-in*.

V.4.1 – Características sociodemográficas, parque tecnológico e padrões de uso

Parcialmente adaptado do questionário do EU Kids Online 2, esta secção do questionário, na sua vertente das características sociodemográficas, remete para: a idade, a zona de residência (por distritos) e a ocupação formal dos jovens.

Também as questões sobre o parque tecnológico são adaptadas do EU Kids Online 2 e do estudo “E-Generation” da ERC (Obercom, 2009), distinguindo entre os objectos que são utilizados em espaços comuns ou privados.

As questões sobre locais e padrões de acesso são derivadas do questionário EU Kids Online 2, e focam-se sobre quais os equipamentos utilizados para aceder à internet, em que espaços é que esse acesso é habitualmente feito e qual a frequência de acesso. Foi prestada especial atenção ao uso do telemóvel, de forma a tentar compreender se existia alguma relação entre este e a prática de *sexting*.

V.4.2 – Usos sexualizados e plurais dos media

Esta parte divide-se em torno das quatro actividades do estudo, e cada uma destas actividades se subdivide nas suas componentes de consumo, participação ou iniciação dessa mesma actividade/conteúdo. Na medida em que a pornografia e o *sexting* se encontram entre as principais preocupações na agenda mediática e de investigação, também aqui estes dois elementos terão uma atenção especial, sendo focados do ponto de vista dos jovens e das suas experiências com estes elementos.

Para as questões de consumo/participação/produção de pornografia e *sexting*, uma parte do questionário foi baseado também no EU Kids Online 2, mas procurando enquadrar os contextos de utilização das várias tecnologias, não só em termos sociais mas também em termos de autonomia e na relação que isso tem com o jovem envolvido na actividade. Para isso, foi requerida e obtida autorização para adaptação e uso do questionário usado no projecto “*Pornography Researched Online*”, por Clarissa Smith, Feona Attwood e Martin Barker, que se debruça sobre o criar de sentidos, usos e importâncias do ponto de vista dos utilizadores de pornografia.

Por outro lado, no que toca à questão de consumo/participação/produção de conteúdos sobre saúde íntima e sexual e participação cívica *online*, o esquema de questões é inspirado no questionário EU Kids Online 2 e em partes do Estudo HBSC (Matos, Simões, *et al.*, 2011), mas as hipóteses de respostas são baseadas nos cenários mais típicos detalhados na revisão de literatura realizada e criadas especificamente para esta investigação.

V.4.3 – Considerações metodológicas sobre inquéritos por questionário (online)

Embora esteja fora do âmbito desta Dissertação uma listagem completa de todos os possíveis problemas e cuidados necessários a ter quando se constrói um inquérito por

questionário, esta secção pretende abordar alguns dos itens mais salientes para a presente investigação, tendo-se procurado adoptar, sempre que possível, as práticas indicadas abaixo, de forma a melhorar a qualidade técnica do instrumento usado. Tenta-se também aqui manter em mente aquilo a que Giuseppe Iarossi chama os critérios BOSE (Breves, Objectivas, Simples e Específicas) (Iarossi, 2011, p. 62).

O mais óbvio é que toda esta investigação viola o princípio de “evitar usar perguntas sensíveis”, ou seja, uma pergunta que remete para um “comportamento que [...] é [julgado] pela sociedade como indesejável e ilegal, ou quando a pergunta em si é percebida pelo respondente como uma invasão da sua privacidade” (Iarossi, 2011, p. 87). Este tipo de perguntas conduz frequentemente a dois tipos de alterações de resposta: a não-resposta ou a distorção de desejabilidade social, em que o respondente vai fornecer uma resposta que o faça parecer melhor, de um ponto de vista do que é socialmente aceitável (Iarossi, 2011, p. 88).

Iarossi aponta vários factores que podem ajudar a mitigar isso, como usar uma explicação prévia que valide nos respondentes a sensação de que existem razões para fazer/não fazer qualquer um dos comportamentos abrangidos pela resposta, explicar a pertinência da resposta para a investigação, usar expressões que impliquem o mesmo comportamento em terceiros e colocar o tópico mais sensível no meio de outros tópicos (Iarossi, 2011, pp. 90–93). O facto de os temas serem sensíveis traz também a questão da construção do fluxo e ordenamento das perguntas, que devem ser “introduzidas num ponto da entrevista em que o respondente pareça ter desenvolvido confiança no propósito do estudo [...] onde possam parecer menos sensíveis” (Iarossi, 2011, p. 126).

Várias perguntas deste questionário têm, como acumulação ao facto de serem consideradas sensíveis, o serem perguntas de memória, ou seja, “perguntas que incidem na memória de longo prazo” e de “frequência comportamental”, cuja margem para erro aumenta “quanto mais recuado no tempo se colocar o evento e quanto menos importante [...] foi para a vida do respondente”, o que se agrava em questionários auto-administrados (Iarossi, 2011, p. 95). Os factores que influenciam uma resposta de melhor qualidade passam pela proeminência do evento, a sua frequência e a forma como a pergunta é formulada. Uma possível forma de contornar esta questão é criar categorias de frequência (e.g.: “Duas ou mais vezes por semana”), já que a prática mais recomendável (fazer com que a referência temporal abranja “aproximadamente 10 episódios do evento a ser recordado”) não é aqui possível (Iarossi, 2011, pp. 95–99).

Na medida em que uma parte das perguntas envolve de classificação (também conhecidas como escalas de Likert), é importante notar que a investigação existente sobre a criação de inquéritos por questionário aponta para a utilização preferencial de perguntas com entre 5 e 9 categorias, dando-se uma legenda aos pontos extremos e ao ponto central, e criando uma sexta (ou décima) opção de não-resposta, para que não se confunda a resposta central com o desejo de não responder ou de não saber responder – estas escolhas não são indiferentes já que as próprias possibilidades de resposta ajudam o respondente a interpretar a pergunta (Iarossi, 2011, pp. 102–106).

O ordenamento das perguntas deve também ser alvo de cuidado: deve iniciar-se o questionário com uma pergunta simples, motivadora, e ir ordenando as perguntas de forma lógica, para que não existam saltos bruscos ou se perca a relação entre a pergunta e os objectivos declarados do estudo, o que ajuda a fidelizar e tranquilizar o respondente. Cada tópico deve ser totalmente coberto antes de se passar para o seguinte, e as transições devem ser acompanhadas de introduções explanatórias que “ajudam os respondentes a prever que tipo de perguntas lhes vão fazer” e dão “a sensação que nos encaminhamos para o fim da entrevista” (Iarossi, 2011, pp. 122–123). É importante usar perguntas-filtro (Iarossi, 2011, p. 84,86,124) para garantir que, por exemplo, um jovem que não tenha um telemóvel que permita a recepção de mensagens de imagem tenha que responder a perguntas referentes a receber mensagens de imagem no telemóvel; este tipo de filtros foi aplicado no questionário.

Uma outra preocupação relaciona-se com a extensão do questionário aqui desenhado – apesar de não haver uma correlação entre extensão do questionário e quantidade de respostas (Iarossi, 2011, p. 126), existe uma correlação entre a extensão e a *qualidade* das respostas (2011, p. 128), e essa distorção não é passível de ser controlada. No entanto, graças às características do *software* utilizado para a aplicação e gestão dos questionários – *LimeSurvey* (Schmitz, 2013) – e ao próprio facto que (pelo menos alguns respondentes) irão preenche-lo num espaço privado e pessoal, sem supervisão do investigador, é possível interromper o preenchimento e retomar depois.

Para além dos cuidados metodológicos enunciados, o facto de se implementar um questionário através da internet acarreta consigo potencialidades, mas também riscos e preocupações específicas. Se, por um lado, a mediação das novas tecnologias permite maior autonomia no processo de resposta, maior facilidade em o respondente se ausentar ou sair do contexto do questionário, maior sentimento de segurança e

anonimato, menos restrições geográficas e físicas/fisiológicas à participação e maior possibilidade para (alguns tipos de) grupos minoritários participarem (Willis, 2012, p. 143,144); por outro, a internet está longe de ser ubíqua em Portugal, ou o acesso a esta indiferenciado ao longo de diferentes escalões sociais e áreas geográficas de residência, podendo gerar outros padrões de exclusão à resposta. O facto de o *software* permitir elevada flexibilidade na maneira como o questionário é apresentado faz com que a criação de perguntas-filtro seja simplificada.

Procedeu-se à randomização das alíneas de resposta em todas as perguntas do tipo escala de Likert, escolha múltipla ou escolha única, excepto nos casos de respostas que implicam uma escala crescente (como é o caso do grau escolar, ou tempo despendido na internet). O objectivo é o de, por um lado, distribuir equitativamente, dentro de cada pergunta, o desvio por efeito de resposta mecânica; e, por outro, romper com a ordem normativa típica de algumas respostas (e.g.: em “Sexo”, ser “homem” a primeira resposta, ou em “Orientação Sexual”, ser “heterossexual” a primeira resposta). Este foi o protocolo utilizado, por exemplo, por Literat (2011).

O método de bola de neve e de divulgação através de redes sociais e outros contactos afins acarretam também um possível enviesamento das características do grupo de respondentes; apesar de este não pretender ser um questionário aplicável a uma amostra estatisticamente representativa da população-alvo, é importante ter em conta estes elementos durante a fase de interpretação de dados. A questão da confidencialidade reveste-se também de contornos técnicos: é possível registar o endereço IP dos respondentes ou utilizar ferramentas que, indirectamente, recolhem dados dos utilizadores que acedam à plataforma do questionário⁶⁴, de forma que é necessário garantir aos respondentes que nenhuma dessas possibilidades está activada ao nível do *software* (excepção feita à recolha da ligação URL de referência para a página do questionário); por outro lado, o pedido de um *email* de contacto para o *opt-in* na parte qualitativa do estudo – um procedimento usado por outros investigadores (e.g.: Willis, 2012) – pode tecnicamente ser associado às respostas dadas por aquela pessoa, e novamente é necessário assegurar os respondentes de que tal não será feito.

⁶⁴ Plataforma essa que foi instalada pelo próprio investigador num servidor (partilhado) controlado pelo próprio, ao invés de se recorrer aos serviços de alojamento do *LimeSurvey*, permitindo assim um controlo mais directo sobre o acesso à base de dados, painel de administração, etc, mas não garantindo nunca a inviolabilidade dos dados por terceiros ou a possível disrupção parcial ou total do serviço por parte da empresa de alojamento do servidor.

Não é possível, também, assegurar-se da veracidade dos dados inseridos: uma característica que não é exclusiva da investigação *online*, estando também presente nos questionários por telefone, por exemplo, e contra a qual nada é possível de se fazer, dado o direito absoluto à confidencialidade dos dados submetidos (Willis, 2012, p. 149). Esta questão impossibilita qualquer intervenção por parte deste na sinalização de quaisquer situações de risco (Alderson & Morrow, 2011, p. 42), o que torna importante o fornecimento de informação prévia e posterior ao preenchimento do questionário que possa direccionar os jovens para linhas de apoio ou informação.

Apesar destes condicionalismos, as abordagens listadas acima e cuidados éticos e metodológicos, para além do uso de ferramentas já testadas noutros estudos, permitem uma recolha sistemática e fiável de informação, bem como processos parciais de comparação com resultados obtidos noutras investigações, a nível internacional.

V.4.4 – Análise estatística

Para finalidades de análise estatística correlacional, foram criadas várias categorias derivadas a partir das respostas introduzidas. Assim: para as perguntas sobre se os jovens tinham procurado informação sobre sexualidade na internet foi criada uma variável dicotómica (sim/não), tal como para as perguntas sobre busca de informação fora da internet, o ter visto ou não conteúdos sexuais ou íntimos na internet, ter ficado incomodado ou incomodada com conteúdos sexuais ou íntimos na internet, ter recebido uma mensagem com conteúdos sexuais ou íntimos ou que os pediam, ter enviado uma mensagem com conteúdos sexuais ou íntimos ou a pedi-los, ter tido algum tipo de participação cívica relacionada com sexualidades ou questões de género na internet e ter visto algum tipo de conteúdo sexual (uma segunda vez, como forma de confirmação).

A categoria de orientação sexual também foi transformada numa categoria dicotómica, separando as várias respostas, às categorias existentes ou na categoria aberta, em “heterossexual” e “não-heterossexual”. O objectivo aqui é criar uma distinção analítica entre a orientação socialmente privilegiada e o conjunto das orientações que não beneficiam desse privilégio social (Rubin, 2007).

V.5 – Componente qualitativa: entrevistas com jovens e investigação participativa

A componente qualitativa só teve lugar após a análise dos dados quantitativos. Ambas estiveram, por desenho, bastante ligadas. O recrutamento de participantes para a

componente qualitativa foi feita através de uma secção do questionário *online* que permitia às pessoas proporem-se a si mesmas para a entrevista face-a-face⁶⁵. Foram recolhidos 26 emails desta forma. Desses 26 emails, um deles retornou erro permanente.

Dos restantes 25 endereços, há a assinalar duas recursas explícitas de participação, bem como uma resposta que conduziu a várias remarcações sucessivas da data, cancelamento perto da data combinada e, por fim, ausência de respostas.

Foram enviadas várias levadas de emails para tentar garantir que todas as pessoas que se tinham autoproposto tinham hipótese de responder. Cada uma das pessoas que retornava contacto ou pedia informações era depois contactada de novo o mais rapidamente possível. No total, com o envio de contacto inicial e repetido, esclarecimento de dúvidas e marcação de entrevistas, foram trocados cerca de 160 emails. Isto resultou em onze entrevistas efectivas.

A maioria das entrevistas ocorreu na zona da Grande Lisboa, embora com jovens cujas origens económicas e sociais eram vastamente diferentes entre si. Ainda assim, Braga, Porto e Almada foram outros locais onde também foram levadas a cabo entrevistas. As entrevistas, sendo semi-estruturadas, tiveram um guião de base, criado *a priori*, mas variaram na sua duração, graças a vários factores, desde os cerca de 45 minutos até à hora e meia. Originalmente a entrevista tinha sido planeada para cerca de uma hora, e foi esse o pedido a quem se mostrou interessado em participar. A entrevista inicial, que serviu também como teste do guião, teve sensivelmente essa duração.

O guião (Anexo 9) foi parcialmente inspirado em outros guiões publicamente disponíveis ou obtidos por contacto com os seus autores, embora nenhuma pergunta tenha sido directamente copiada⁶⁶. Tanto quanto possível, as entrevistas focaram-se em abordar cada um dos quatro tópicos da investigação de forma autónoma. Em cada uma dessas actividades, as entrevistas procuraram explorar sete dimensões diferentes de resposta: afectiva, mediação, biográfica/narrativa, mediática, auto-reflexiva, normativa e

⁶⁵ De forma a garantir a privacidade dos respondentes e diminuir a potencial resistência a uma situação de entrevista, foi assegurado aos mesmos que não seria feito qualquer cruzamento de dados entre as suas respostas dadas no questionário e as respostas dadas durante a entrevista. Isto implicou, a nível prático, que a primeira operação feita sobre a base de dados em bruto retirada do *LimeSurvey* tenha sido a separação do campo de respostas com o *email* das pessoas autopropostas a entrevista de todo os outros dados. Esta lista, purgada de toda a restante informação, foi a única fonte de gestão dos contactos com as e os potenciais entrevistadas/os.

⁶⁶ Os trabalhos que serviram de base podem ser consultados junto dos seus respectivos autores (Chronaki, 2013; McKee, Albury, & Lumby, 2008).

meta-analítica: 1) *Dimensão afectiva*: emoções, sentimentos, atitudes, crenças e valores face a cada uma das práticas, e face a cada uma das posições que o jovem e outros jovens podem ocupar; 2) *Dimensão de mediação*: diferentes formas de mediação (pessoal, social, legal) e como estas modulam os comportamentos e a percepção deles; 3) *Dimensão biográfica/narrativa*: os relatos sobre as práticas, e possíveis mudanças de práticas, ao longo do tempo, tanto por parte do próprio jovem, como das pessoas que ele conhece; 4) *Dimensão da literacia mediática*: reconhecimento e discurso sobre aprendizagem por via dos *media*, interpretação reflexiva sobre as funções e papéis que os usos que fazem dos *media* têm na sua vida, percepção sobre os sistemas de produção e circulação mediática do que consomem e/ou produzem; 5) *Dimensão auto-reflexiva*: a relação consigo mesmo através dos *media*, a ligação ao corpo, as alterações do corpo e como o jovem liga isso com as suas práticas, ou a forma como o jovem se sente a mudar (psico-emocionalmente, fisicamente) por via da sua relação com os *media*, ou se vê como parte activa dos seus processos de mudança e relação com o mundo; 6) *Dimensão normativa*: a sistematização normativa sobre as razões e regras que regem ou deveriam reger as experiências próprias e alheias de interacção com os *media* nas suas várias vertentes, o papel que o jovem acha que os *media* deveriam ter ou que teme que tenham; governamentalidade e introjecção de sistemas disciplinares e/ou resistência a estes; 7) *Dimensão meta-analítica*: considerações sobre conceitos e definições que o jovem usa sobre os temas em questão, e que passa por não presumir que a definição de cada um dos temas é universal para todos os participantes; fundamental para leitura do resto dos elementos da entrevista; inclui-se aqui também uma minisseccção de perguntas sobre a percepção que o jovem tem sobre o presente estudo e factores de motivação para a participação.

No início da entrevista (ou no final, quando não era possível ou conveniente fazê-lo no início) era pedido à pessoa entrevistada que escolhesse um pseudónimo, que indicasse a sua idade e o seu género; essa informação era inscrita na mesma folha onde constava a indicação do número da entrevista, local, e do ficheiro digital correspondente, preenchidos posteriormente (Anexo 10), onde a pessoa poderia também manifestar o seu interesse por continuar a receber informação sobre o andamento da investigação. No final da entrevista era dada à pessoa participante uma folha com informações sobre o projecto de investigação e com recursos, caso quisesse ou

precisasse de obter mais informação sobre o mesmo, ou sobre algum dos temas tratados durante a entrevista (Anexo 11).

Nos momentos seguintes à entrevista, e após terem sido feitas as devidas despedidas, era redigido um pequeno relato da experiência, do ponto de vista subjectivo do investigador sobre elementos que chamaram à atenção antes, durante e depois da entrevista, que consta como diário de bordo (Anexo 12).

Tanto na ficha entregue para preenchimento de dados, como durante a entrevista, foi feita a escolha consciente de omitir quaisquer perguntas de auto-identificação sobre orientação sexual. A razão para tal é dupla: por um lado, não querer de alguma forma melindrar alguma das pessoas entrevistadas com uma pergunta directa, na medida em que era possível que este fosse um tópico sensível, ou ao qual não tivessem uma resposta; por outro lado, pretendia-se que estas e estes jovens se pudessem manifestar sobre este assunto nos seus próprios termos, e verificar de que formas entravam ou não os relatos sobre as suas auto-identificações de orientação sexual nas suas narrativas.

As entrevistas foram transcritas e, tal como previamente combinado com os participantes, foram enviadas para cada uma das pessoas, para potenciais comentários, acréscimos ou correcções factuais (a serem acrescentadas ao texto original da transcrição). Apenas dois contactos de retorno foram relevantes: uma correcção ortográfica ao pseudónimo escolhido por uma das pessoas que participou e um pedido de ocultação de informação mais pessoal que constava da entrevista transcrita, que foi atendido na medida do possível, sem comprometer a integridade da entrevista nem a confidencialidade da pessoa entrevistada; as alterações feitas nesta entrevista em particular foram devidamente assinaladas. Todas as pessoas entrevistadas manifestaram interesse em acompanhar o decorrer da investigação – continuarão a ser notificadas de apresentações e publicações que envolvam o material que ajudaram a produzir.

A componente qualitativa do estudo presente divide-se em análise de conteúdo assistida por computador e análise de discurso, que se apresentam em seguida.

Depois da transcrição, foi feita uma leitura inicial das entrevistas para criar uma versão em rascunho da grelha de análise de conteúdo a ser posteriormente utilizada, tentando assim uma aproximação à prática da *grounded theory* de deixar que as categorias surjam da leitura do material, e não o inverso. Parte das categorias estavam já determinadas pelas perguntas e elementos usados para a criação do guião de entrevista.

Estes elementos foram combinados num manual de codificação aplicável a esta investigação, neste ponto ainda em versão não-definitiva.

Após a criação da versão provisória da grelha de codificação e respectivo manual, as entrevistas transcritas foram inseridas num *software* de análise de conteúdo – NVivo 10 para Windows (Richards, 2012). O *software* NVivo permite a utilização de categorias criadas pelo utilizador e a marcação de passagens de texto como pertencentes a uma ou mais categorias. Porém, a utilização de um *software* de análise não é, em si mesma, uma metodologia, pelo que se descrevem abaixo as escolhas metodológicas tomadas para esta componente do estudo, procurando também corresponder às boas práticas e contornar as limitações (M. Jones & Diment, 2010; Krippendorff, 2003).

Para a codificação das entrevistas, tomou-se como *unidade de análise* cada uma das respostas dadas, entendendo-se como resposta a secção de texto que se encontra entre duas perguntas diferentes. Nos casos em que, por razões variadas, duas respostas podem ser consideradas como sendo apenas uma – e na medida em que essas duas respostas abordavam as mesmas questões – foram codificadas em conjunto. Dadas as diferenças de extensão entre diferentes respostas (de diferentes respondentes ou mesmo de um só respondente) e a escolha de agregar diferentes respostas numa mesma codificação, a análise que será apresentada destes resultados diz respeito apenas à quantidade de codificações feitas e não à extensão do texto em si.

De forma a não dispersar a codificação em categorias excessivamente específicas, procurou-se limitar a quantidade de sub-níveis, bem como a criação de novas categorias para apenas quando estritamente necessário.

A grelha foi consolidada a partir de uma codificação de teste e decidiu-se, seguindo a inspiração da *grounded theory*, que se incluíam novas categorias temáticas na grelha sempre que surgissem mencionadas pela primeira vez nas entrevistas subsequentes e que não se encaixassem em nenhuma das categorias até então existentes.

De forma a garantir a confiabilidade da grelha de codificação, pediu-se a uma pessoa com experiência em análise de conteúdo, uso do NVivo, e da área das Ciências da Comunicação, que codificasse independentemente a mesma entrevista a partir do manual de codificação. Como pode ver-se em anexo (Anexo 13), o nível mais baixo de concordância registado – recorrendo à função de análise de *inter-coder reliability* do NVivo 10 – foi de 75,59%, numa categoria agregada de topo; todas as outras categorias

apresentavam mais de 80% de concordância inter-codificador, considerado como o limite inferior da maior confiabilidade comumente aceite (Neuendorf, 2002, p. 143). A partir deste teste de confiabilidade inter-codificador foram feitas as alterações ao manual de codificação e aos códigos existentes, de forma a clarificar as ambiguidades.

Todas as categorias acrescentadas subsequentemente seguiram os mesmos parâmetros de precisão aplicados às categorias já existentes. O manual de codificação completo, bem como a grelha simplificada encontram-se na Adenda.

Os resultados da codificação feita a partir desta grelha apresentam-se no Capítulo seguinte, juntamente com a discussão dos mesmos. Em seguida apresentam-se os elementos que serviram de base para a análise de discurso, e a forma como esta foi orientada para responder às perguntas de investigação levantadas até ao momento e, por outro lado, influenciada pelos dados recolhidos durante a análise das respostas aos questionários e da análise de conteúdo feita às entrevistas.

V.6 – Segunda componente qualitativa: análise crítica de discurso (de influência) foucauldiana

Um olhar superficial sobre os índices de vários dos manuais sobre análise de discurso (AD) ou textos que abordam o tema basta para compreender que se está, não perante uma metodologia, mas perante um campo metodológico variado e disperso, que engloba tanto diferentes abordagens (ou seja, contextos teóricos que fornecem as grelhas de interpretação e explicação) como diferentes práticas (ou seja, operações específicas que são realizadas com e sobre os textos, de forma a produzir “análise”); dentro deste campo, falar em análise crítica do discurso (ACD) é já especificar um recorte de entre os vários tipos de AD⁶⁷. Uma marca distintiva das várias formas de ACD é o foco na ideologia como forma que cria e constrange sentido(s) na interacção entre grupos sociais e o mundo à sua volta, particularmente por estar necessariamente associada ao poder (G. Philo, 2007; van Dijk, 2005; Wodak & Meyer, 2010) que se encontra desigualmente distribuído entre diferentes actores e grupos. Mais uma vez, as multiplicações sucedem-se: diferentes autores focam aspectos ou definições distintas do que constitui “poder”, que não são necessariamente incompatíveis entre si. Partilham a postura de recusa de enquadrar a ideologia como um conceito positivista, passível de ser

⁶⁷ Existem vários resumos das ligações teóricas (e separações também) entre estas diferentes correntes, como o que está presente, textual e esquematicamente, em Wodak e Meyer (2010).

falsificável de acordo com o do método científico (Bhattacharjee, 2012, p. 5; Wodak & Meyer, 2010, p. 8) e de recusar uma postura de distanciamento face ao tema em estudo.

A variante de ACD usada é aquela que se inspira nas concepções de Foucault sobre a forma como o poder circula socialmente, tanto dentro como fora dos discursos. A Análise Foucauldiana de Discurso (AFD) não é uma aplicação dos métodos que o próprio filósofo usou para realizar os seus trabalhos de investigação, mas uma forma de análise de discurso baseada nos seus conceitos e nas questões que este destacava (Cheek, 2008, p. 356). A descrição que se segue sobre a aplicação deste método procura resistir à tendência de uma excessiva prescrição formulaica que não corresponde à flexibilidade pressuposta pelos conceitos empregues (Arribas-Ayllon & Walkerdine, 2008, p. 91). Também se considera aqui que não existe uma diferença relevante entre AFD e a Análise de Dispositivos (Jäger & Maier, 2010).

Apesar de diferentes autores apresentarem a AFD focando-se em aspectos diferentes entre si, existem elementos regulares e transversais. Jäger e Maier (2010, p. 34) consideram que as perguntas centrais são: “O que é conhecimento válido num certo lugar e tempo? Como é que este conhecimento surge e é transmitido? Que funções têm na constituição de sujeitos? Que consequências têm para a forma como a sociedade em geral se molda e desenvolve?”. Cheek (2008, p. 356) cita Philip:

“Que regras permitem com que certas afirmações sejam feitas? Que regras ordenam estas afirmações? Que regras nos permitem identificar algumas afirmações como verdadeiras e outras como falsas? Que regras nos permitem a construção de um mapa, modelo ou sistema classificatório explicativo para este texto?”

Arribas-Ayllon e Walkerdine (2008, p. 91) destacam como fazendo parte da AFD a investigação histórica (ou genealógica), dos mecanismos de poder e da subjectificação; mencionam depois questões em torno das problematizações, tecnologias, posições de sujeito e subjectificação (2008, p. 99).

Um dos elementos comuns é a importância da componente discursiva sempre em articulação com o que não existe enquanto discurso – os componentes históricos e materiais que não se esgotam no discurso, e que com ele interagem. Este é um dos elementos mais importantes que Derek Hook (2001, p. 543) destaca: “conduzir a análise do discursivo *através do extra-discursivo*” [itálicos do autor], ao invés de confundir discurso com texto e aprisionar ou limitar o potencial de aplicabilidade dos conceitos de Foucault através de uma abordagem simplista à superfície do texto.

Hook (2001, pp. 531–541) delinea quatro princípios que vão beber directamente a Foucault os elementos essenciais a integrar numa análise:

- Princípio da reversão: olhar para o discurso como evento, descobrir e explicitar linhas de força, encontros e desencontros, que se organizam como auto-evidentes ou universais mas não o são senão enquanto produto de um terminado regime de saberes que dão força de verdade a certos enunciados, que os tornam dizíveis;
- Princípio da descontinuidade: olhar o presente através da análise dos discursos passados para daí onseguir perceber a contingência dos saberes presentes, e as funções coadjuvantes que discursos diferentes e desarticulados podem contribuir para um mesmo efeito social e de poder;
- Princípio da especificidade: actos discursivos semelhantes que podem ocorrer em plataformas muito diferenciadas e que extravasam a ideia típica por detrás de discurso, sendo necessário portanto levar em conta os efeitos materiais do discurso e os efeitos discursivos do mundo material;
- Princípio da exterioridade: a importância de olhar para a dimensão extra-textual, na medida em que este olhar para fora do texto cria uma “dupla epistemologia” que não procura reduzir tudo o que sucede a uma falsa dimensão de “discurso”, nem tenta transformar em prática material as instâncias fortemente discursivas; uma atenção particular a como os discursos são tanto efeitos como instrumentos de poder, dentro de certas condições de articulação de certos enunciados.

De acordo com estas perspectivas os textos não são o âmbito principal de análise, mas sim os discursos enquadrados dentro de dispositivos, vistos não apenas como resultados desses dispositivos, mas também como produtores de realidades e sujeitos. O discurso procura constringer os seus próprios limites positivos e negativos através, também, da produção de determinadas formas de subjectificação e de determinados lugares de fala e de acção (Jäger & Maier, 2010, p. 37). Isso quer também dizer que o exercício de poder não é o mesmo por diferentes grupos e posições, gerando uma espécie de “poder sobre o discurso” por parte de determinados grupos sociais, que têm acesso privilegiado às instituições mediáticas ou que estão associados a saberes privilegiados como, actualmente, a ciência (Jäger & Maier, 2010, pp. 38, 39).

Jäger e Maier começam por identificar as várias componentes que a eles lhes estão associadas. Assim, estes autores referem (tradução própria): discursos especiais

(como os científicos) e interdiscursos (populares e derivados), fios [no original, *strands*] discursivos e seus sub-tópicos (passíveis de análise sincrónica, a partir do dizível num determinado espaço e tempo, e diacrónica, percebendo como é que esse fio surgiu e se alterou ao longo do tempo), limites discursivos (e técnicas discursivas associadas, como referências por implicação, que sugerem naturalizações ou risco de sanções associadas a um determinado enunciado), fragmentos discursivos (textos ou excertos que focam determinado tópico), cruzamentos de fios discursivos (que podem criar nós discursivos, um ponto de confluência de vários discursos diferentes articulados em conjunto), símbolos colectivos (que fazem sentido dentro de uma determinada comunidade ou sociedade), planos discursivos (como os *media*, ou o discurso político) e sectores discursivos (como as revistas femininas dentro do plano dos *media*), eventos discursivos (criados a partir de acontecimentos que recolhem intensa actividade discursiva num determinado momento e/ou em momentos diferentes), posições discursivas (a partir das quais os sujeitos e instituições falam e avaliam os discursos existentes e se integram de diferentes formas no funcionamento dos mesmos, e discursos gerais e globais (que caracterizam grandes tendências organizadoras de sentido e também justificadoras de gestão de recursos, como é o caso da substituição da figura do comunista russo pela do terrorista islâmico na geopolítica ocidental contemporânea).

Os autores prestam particular atenção à selecção e posterior análise do que chamam de “fragmentos discursivos típicos”, em que aspectos formais, retóricos e ideológicos, bem como a mensagem geral dos fragmentos, é detalhada. Porém, e na medida em que textos e discursos constituem apenas uma parte de um dispositivo, este exercício de reconstrução serve como base para a reconstrução dos saberes incorporados nas práticas não-discursivas e para a reconstrução dos saberes incorporados nas materializações e nas práticas não-discursivas que as criaram.

Dado o foco e as limitações associadas à investigação, a análise presente focar-se-á principalmente nas entrevistas enquanto práticas discursivas, mas não sem desconsiderar as práticas não-discursivas que os próprios jovens mencionaram, as práticas aludidas nas respostas aos questionários e também, ao nível das materializações e outras práticas não-discursivas, os dados recolhidos sobre a contextualização portuguesa, tanto a nível familiar como de pares e escolar.

As entrevistas foram lidas dentro do contexto do dispositivo de sexualidade, mas prestando particular atenção à forma como as novas tecnologias, enquanto

materializações que permitem novas práticas não-discursivas e discursivas, modulam as posições de sujeito, os fios discursivos empregues ou os agentes sociais mencionados. Na medida em que as entrevistas foram pensadas para abordar várias dinâmicas, um dos objectivos é compreender como é que esses contextos apelam diferentes discursos.

V.7 – Dificuldades durante o processo de investigação e respostas

Durante a presente investigação, foram sentidas dificuldades a vários níveis.

A primeira dificuldade teve que ver com o primeiro passo do trabalho de campo: a solicitação não-correspondida de contribuições e colaborações da parte de várias entidades para ajudar a definir as próprias perguntas de investigação, para contribuírem com conhecimento de campo e, por fim, para disseminar o próprio questionário. Isto contribuiu para que se tenha tornado mais complexo conseguir reunir uma amostra mais diversificada. Dificultou também conseguir uma visão mais plural do tema, e o engajamento com outros actores sociais presentes na vida de alguns jovens.

A sensibilidade social em torno do tema, assim como as limitações de idade, podem também ter servido como barreira à participação activa de mais jovens: em primeiro lugar, a participação no questionário em si poderá ter motivado apenas alguns dos jovens que, à partida, já se interessassem ou se considerassem mais fluentes nestes temas, originando uma situação de auto-selecção de respondentes; em segundo lugar, a distância temporal entre o início do questionário e a altura em que foram contactados para a entrevista, poderá ter feito com que se tenham esquecido do contexto em que o seu contacto foi recolhido (embora essa informação constasse do *email* enviado a retomar contacto e a pedir confirmação de participação).

A falta de investigação em Portugal sobre alguns dos temas focados neste estudo torna mais difícil contextualizar os dados, e aponta também para uma cultura de investigação ainda conservadora e pouco desperta para o papel da sexualidade na vida dos jovens. A obtenção de dados contextuais, como os fornecidos pelo IPDJ sobre as visitas feitas ao portal Sexualidade e Saúde Juvenil, resultaram de um processo de diálogo que se alongou por vários meses, dificultando assim uma mais rápida obtenção de uma visão geral sobre algumas das práticas que envolvem os jovens portugueses.

CAPÍTULO VI – LEITURAS CRUZADAS: APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS

O objectivo do actual Capítulo é dar conta dos resultados obtidos em cada um dos três momentos de produção de material de análise. A primeira secção dará conta dos resultados gerais das respostas aos questionários recolhidos; a segunda secção irá ter uma natureza intermédia, dando conta das características gerais das pessoas que acederam a ser entrevistadas; a terceira secção vai debruçar-se sobre a análise de conteúdo realizada com apoio do programa NVivo 10 às onze entrevistas realizadas; a quarta secção irá debruçar-se sobre a análise de discurso feita sobre essas mesmas entrevistas.

Em virtude das limitações já apresentadas (cf. Capítulo V.7) e da exposição teórica anterior que demonstra a relevância destes elementos para as expressões pessoais e sociais sobre sexualidades, os eixos de análise irão focar-se principalmente na variação dos dados em função do género e de orientação sexual.

A discussão dos resultados ficará no Capítulo seguinte, onde se fará uma leitura conjunta dos diferentes resultados obtidos e das conclusões empíricas e teóricas que daí se podem obter. Dada a sua característica fundamentalmente qualitativa, e o facto de surgirem no encadeamento da interpretação e pistas fornecidas pela análise de conteúdo, os dados relativos à análise crítica de discurso de inspiração foucauldiana será reservada exclusivamente para o Capítulo seguinte, e fará a integração dos vários dados recolhidos durante a presente investigação.

VI.1 – Resultados dos inquéritos por questionário

Apresenta-se em seguida os resultados retirados dos inquéritos por questionário. A análise crítica e discussão dos mesmos será feita no Capítulo seguinte.

O primeiro elemento a dar conta, e lembrando a forma dupla como os inquéritos por questionário foram distribuídos, é a origem das respostas. Das 183 respostas recolhidas, 72% vieram através de redes sociais e contactos de contactos (por método de bola de neve, num total de 132 respostas); 21% chegaram através da *rede ex*

aequo (38 respostas); 7% chegaram através do Projecto Escolhas (13 respostas); e nenhuma chegou através da APF-Lisboa.⁶⁸

Como pode ver-se no Anexo 14, 39% dos respondentes tinham 19 anos à data do inquérito, e 30% tinham 18 anos. Não foram registados outros géneros para além de masculino e feminino, sendo 61% dos respondentes do género feminino e 39% do género masculino. Em termos de escolaridade, 56% da amostra concentrou-se entre o 12^a ano e o primeiro ano de licenciatura, estando portanto claramente acima da média de grau de educação da população portuguesa. Quando se olha para a zona de residência (por NUTS II), a área mais representada é a de Lisboa, seguindo-se o Norte e depois o Centro (respectivamente, 54%, 24% e 13% da amostra). Nestes elementos, portanto, a amostra recolhida tem características divergentes das da população jovem portuguesa, que é, de acordo com o INE, menos escolarizada, mais geograficamente dispersa, e também composta de mais pessoas do género masculino.

Mais de metade da amostra (52%) é composta por pessoas que se identificam como heterossexuais, seguindo depois a categoria “homossexual/lésbica” (27%) e “bissexual” (18%) – estes valores estão longe de ser representativos, tanto quanto se sabe, da distribuição populacional por orientação sexual dos jovens portugueses mas, na medida em que a investigação pretende destacar experiências não-normativas, esta maior presença de respondentes não-heterossexuais permitirá ilustrar quantitativamente esses elementos. Três pessoas deram respostas que consideraram que se não encaixavam em nenhuma das categorias oferecidas: uma delas repetiu a opção “pansexual”, outra pessoa disse “não sei” e uma terceira respondeu com um valor na Escala de Kinsey. Também aqui existe uma sobre-representação de pessoas não-heterossexuais que enviesam a amostra e portanto impossibilita o seu uso para generalização destes dados para a população em geral.

A pergunta sobre o início ou não de actividade sexual foi das menos respondidas de todo o questionário – apenas 160 respostas, dos 183 respondentes iniciais. Dessas 160 respostas, 65% tinham já iniciado a sua vida sexual.

Ao nível da posse de diferentes tipos de equipamento electrónico e informático, confirmam-se na amostra os dados de âmbito nacional apresentados previamente, que

⁶⁸ As informações mais detalhadas sobre os dados em seguida apresentados podem encontrar-se entre os Anexos 13 a 22.

davam conta de uma altíssima taxa de utilização de telemóveis (90% usam fora de casa e no quarto) e de computadores portáteis (79% usa no quarto, 59% fora do quarto e 49% fora de casa), sendo que quase metade tem televisão no quarto também, mas apenas 19% têm um *desktop* no quarto; a mesma percentagem dos que têm um equipamento consideravelmente mais recente: *tablet*. Neste sentido, e de acordo com os dados recentes do *Net Children Go Mobile Portugal* (Simões et al., 2014), esta amostra tem mais diversidade de acesso à internet.

As actividades interactivas multimédia no telemóvel (MMS, acesso à internet e criação de fotografia e vídeo) são uma experiência da maioria dos jovens, sendo o envio e recepção de MMS a resposta mais vezes dada (74%). Cerca de 33% dos respondentes usa a internet na rua “praticamente todos os dias”, ascendendo a utilização de internet na rua independentemente da frequência aos 70%.

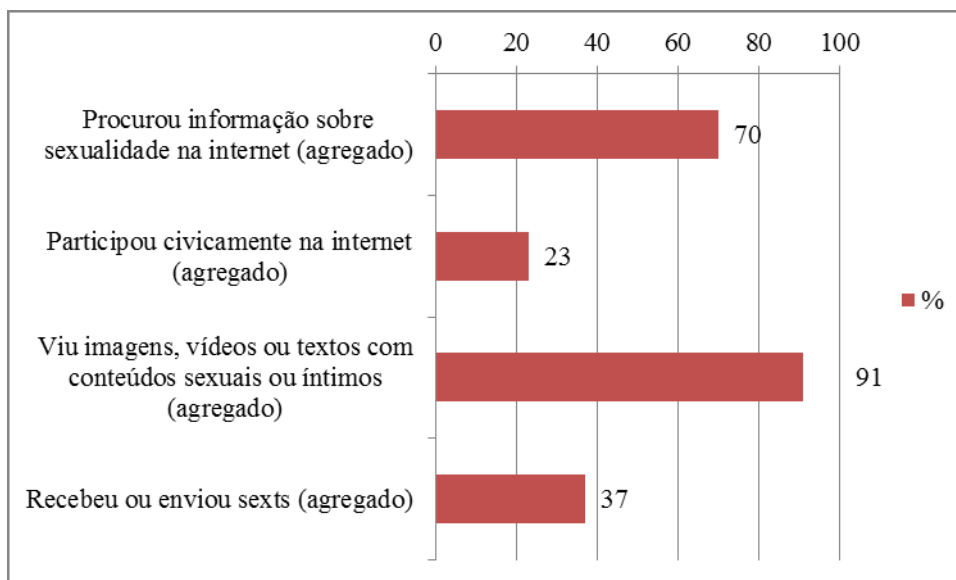


Gráfico VI.1 – Actividades declaradas, em percentagem (*n* variável); resposta múltipla

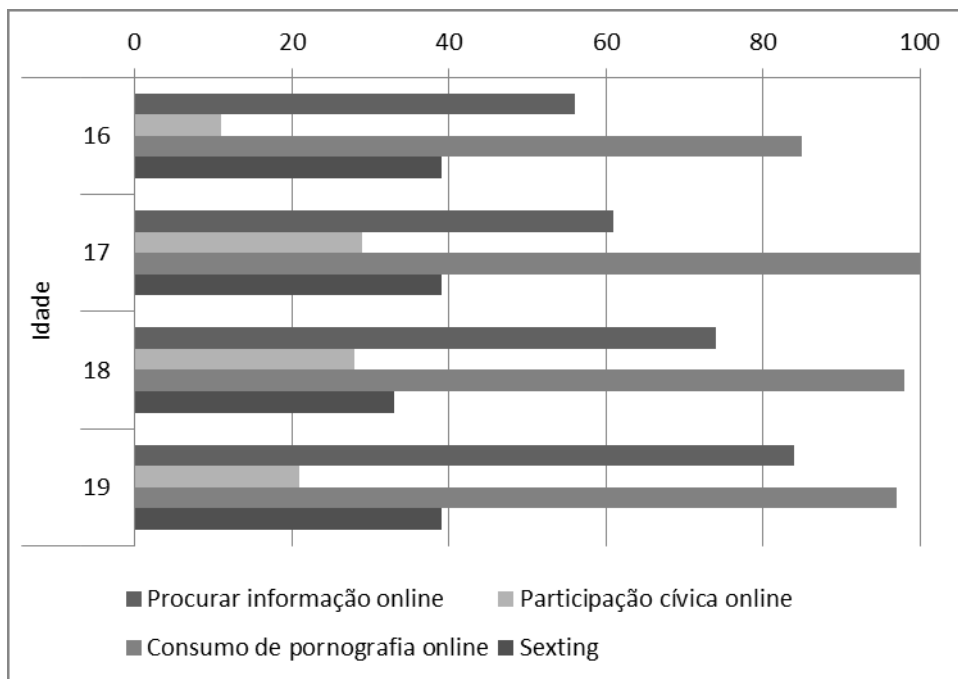


Gráfico VI.2 – Atividades declaradas, em percentagem, por idade (*n* variável); resposta múltipla

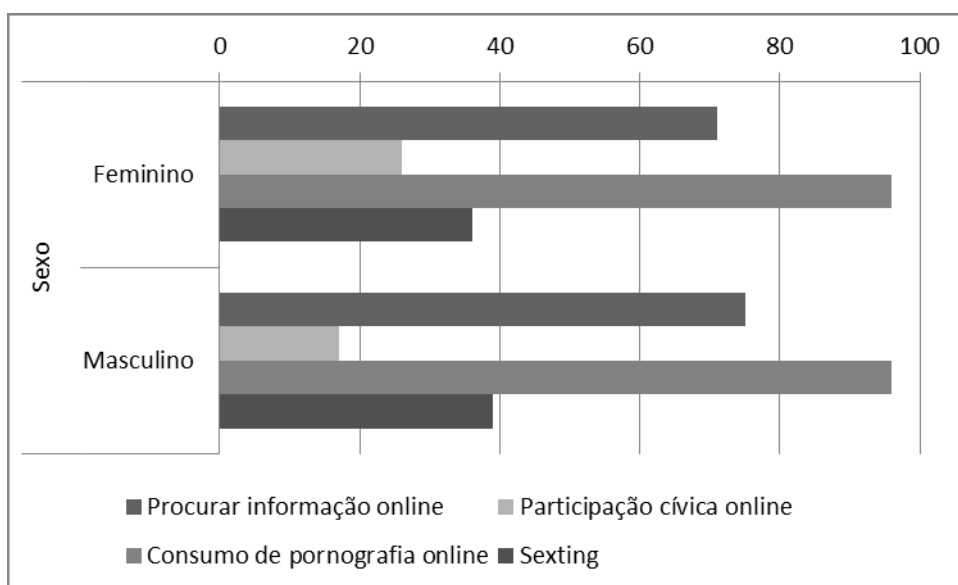


Gráfico VI.3 – Atividades declaradas, em percentagem, por sexo (*n* variável); resposta múltipla

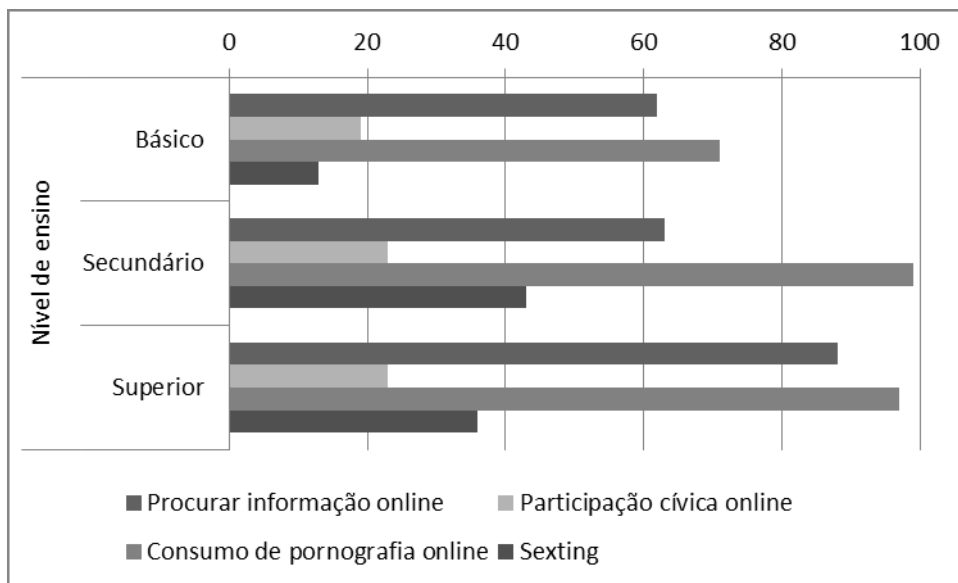


Gráfico VI.4 – Atividades declaradas, em percentagem, por nível de ensino (*n* variável); resposta múltipla

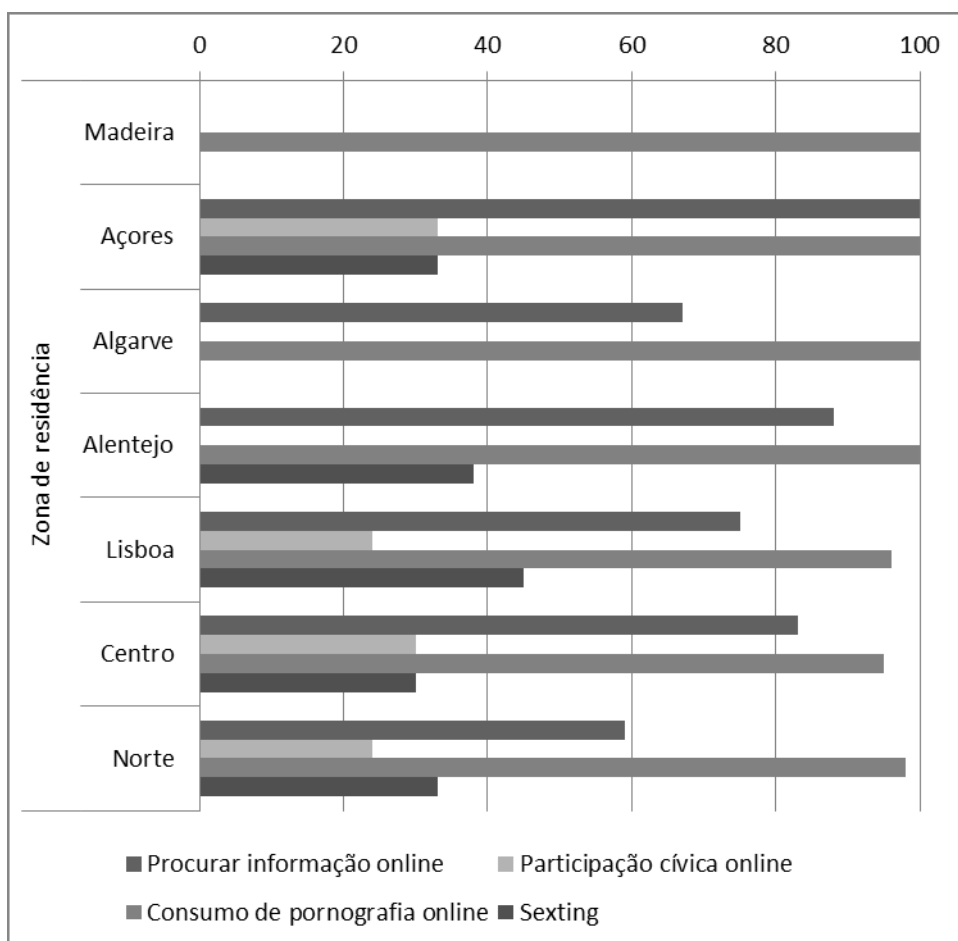


Gráfico VI.5 – Atividades declaradas, em percentagem, por zona de residência (*n* variável); resposta múltipla

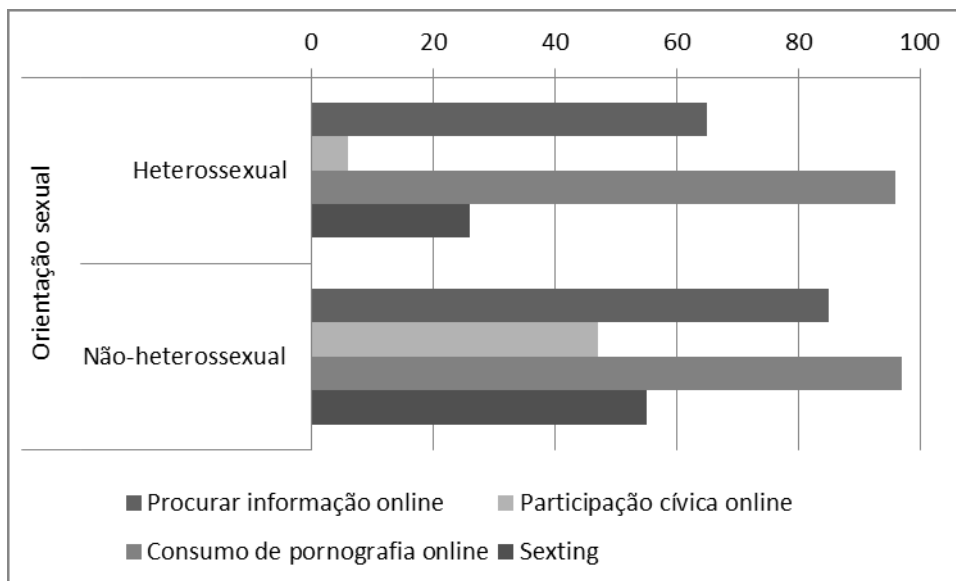


Gráfico VI.6 – Actividades declaradas, em percentagem, por orientação sexual (*n* variável); resposta múltipla

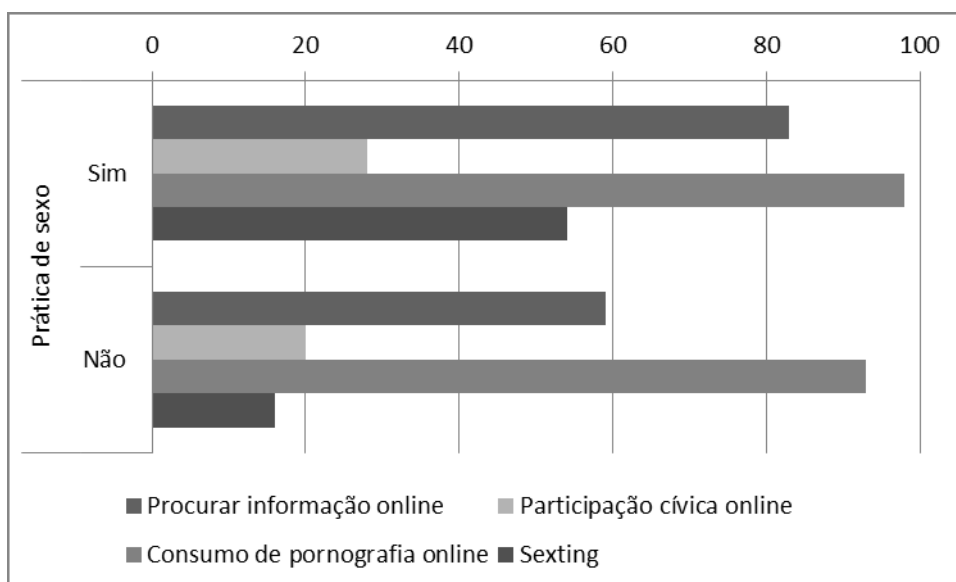


Gráfico VI.7 – Actividades declaradas, em percentagem, por prática de sexo (*n* variável); resposta múltipla

A primeira actividade foi a de busca de informação sobre sexualidade ou saúde sexual na internet, em articulação com a mesma busca, mas fora da internet. Um total de 70% de jovens disseram que já tinham procurado informação na internet, contra 79% que o fazem fora da internet. Bastantes jovens usam uma pluralidade de estratégias diferentes; a mais comum é a de procurar informação em vários sítios diferentes de forma a tentar perceber qual a mais correcta (46%). Há uma diminuição da percentagem de jovens que nunca procuraram informação na internet, com o aumento da idade; a divisão geográfica por NUTS II apresenta maior variedade de práticas em Lisboa,

Centro e Norte. Jovens heterossexuais e que já tinham iniciado a sua actividade sexual registaram níveis mais altos de uso da internet para procurar informação. Quatro factores apresentam correlações estatisticamente significativas – idade, educação, orientação sexual (agregada) e início da actividade sexual – mas apenas uma delas apresenta um valor forte de correlação, a educação ($r = .76, p < .001$).

Em relação às perguntas sobre busca de informação fora da internet, a resposta, de longe, mais escolhida foi “falei com alguém da minha idade em quem confio” (61%), seguido de longe por “falei com um médico” (21%) e, só depois, aulas de Educação Sexual na escola (18%). Os resultados agregados por orientação sexual merecem particular atenção: heterossexuais têm percentagens comparativamente altas de recursos formais (médico, educação na escola), mas comparativamente menor de recurso a pares, a adultos na família ou a consulta de materiais impressos. Há uma percentagem alta de pessoas identificadas como homossexuais/lésbicas que recorreram a um professor ou professora como fonte de informação. Por entre os jovens que já tinham iniciado a sua vida sexual, a forma largamente preferida de obtenção de informação era através de pares de idade semelhante. São a zona de habitação e a prática de sexo que se correlacionam significativamente com a procura de informação fora da internet, sendo a zona de habitação a mais forte mas, ainda assim, de média intensidade ($\chi^2 = .36, p = .001$).

A visualização de imagens, vídeos ou textos com conteúdos sexuais ou íntimos nos últimos 12 meses encontra-se subdividido em duas formas mais ligadas a acesso accidental (abertura de *pop-ups*, buscas não-relacionadas) e outras duas mais ligadas a contacto propositado (acesso voluntário a *sites* que se sabe ter este tipo de conteúdo e quando alguém envia um *link*, imagem ou filme). As respostas, percentualmente: 80% nas duas primeiras e 73% nas outras duas. Nesta amostra, o acesso accidental é superior ao acesso propositado. No total, 91% da amostra viu-o de alguma forma, sendo que 55% da amostra se sentiu incomodada de alguma forma quando o viu (60% dos que viram) – só 37% da amostra teve a experiência de o ter visto sem nunca se ter sentido incomodado (40% dos que viram); o maior nível de incómodo está associado a *pop-ups* (43%) e o menor ao acesso voluntário a *sites* que sabiam ter este tipo de material (17%). As variações por género da visualização e incómodo não são lineares: os rapazes, percentualmente, mostram-se menos incomodados, excepto na situação em que em que o acesso é feito enquanto se procurava por alguma outra coisa. No acesso propositado, o

reportar de incómodo ligeiro das raparigas é, percentualmente, perto do dobro do dos rapazes. Os jovens mais velhos são também, em alguns casos, os que menos dizem não se sentir incomodados nunca. As pessoas que se identificaram como bissexuais têm, em todas as categorias de resposta excepto nos *pop-ups*, os níveis mais altos (percentualmente) de não-incómodo; os respondentes heterossexuais reportam os menores níveis de não-incómodo, em especial nos cenários de acesso voluntário ou potencialmente voluntário. Existem duas correlações estatisticamente significativas para a visualização deste material (idade e educação), mas de muito baixa intensidade; não se detectou qualquer correlação estatisticamente significativa para a existência de incómodo com tal visualização.

Associado à visualização de material considerado pornográfico ou erótico, foi feito um conjunto de perguntas que abordasse os contextos sociais em que tal visualização ocorre. Como pode ver-se pelos resultados, uma percentagem comparativamente grande de respondentes preferiu, de facto, não responder (8%). A partir dos resultados é também possível ver que apesar de a maioria dos jovens que acedeu a este tipo de material o ter feito exclusivamente quando estão sozinhos (64%), mais de um terço esteve acompanhado pelo menos uma vez ao fazê-lo (36%). Não existe diferença por género quando se trata da percentagem que viu na companhia de amigos ou amigas, mas mais raparigas do que rapazes dizem ter visto na companhia de alguém com quem tinham uma relação sexual/íntima⁶⁹, ao passo que mais rapazes que raparigas dizem ter visto sozinhos. A variação apenas apresenta um padrão quando se olha para a agregação por ciclos. Já na divisão por idades, a visualização com amigos e colegas parece ser mais preponderante junto de jovens de 16 e 17 anos, enquanto que ver na companhia de alguém com quem se está numa relação é o que se destaca entre jovens de 18 e 19 anos. Os jovens bissexuais destacam-se tanto na visualização junto de pessoas com quem estavam numa relação, como junto de amigos ou colegas (48% e 45%, respectivamente); os jovens heterossexuais são os que menos dizem terem visto sozinhos, percentualmente (65%). Ao nível das correlações, existe uma muito forte e altamente significativa correlação com o nível de educação ($r = .76, p < .001$) e o ter ou não visto com companhia pelo menos uma vez; existe também correlação de intensidade

⁶⁹ Neste ponto, e apesar de os números da amostra não serem suficientes para uma análise aprofundada, é preciso notar que, dos 21 respondentes que disseram só ter visto material sexual ou erótico na companhia de alguém, 76% eram raparigas (16 respondentes, das quais 13 se identificavam como heterossexuais).

média e elevada significância com o já ter praticado sexo ($\chi^2 = .29, p < .001$). Quando o teste é feito para auscultar a correlação entre o já ter visto acompanhado e a agregação dicotómica da orientação sexual, esta não tem significância estatística ($p = .639$), mas para as orientações sexuais enquanto categorias separadas, a correlação torna-se estatisticamente significativa e de intensidade média ($V = .32, p = .004$).

A participação cívica contou com uma pergunta vocacionada para questões sobre acesso por parte de jovens a informação sobre sexualidade e direitos sexuais, abrindo também a possibilidade de os jovens indicarem outras actividades (apenas quatro o fizeram, e não de uma forma que justificasse abrir a tipologia apresentada). No geral, apenas 23% da amostra reportou ter tido alguma actividade de participação cívica – o segundo valor mais baixo das quatro actividades em questão. As raparigas disseram participar mais do que os rapazes, especialmente no que diz respeito ao tema das minorias sexuais. Tal como em alguns dos outros elementos já apresentados, estas práticas parecem ser mais frequentes em Lisboa, Norte e Centro. Ao nível da orientação sexual reportada há uma clara diferença entre os níveis de participação de jovens heterossexuais (muito baixa, percentualmente) e de jovens de outras orientações (comparativamente muito mais alta). Como mostram as correlações, a única com significância estatística é a que é feita com a orientação sexual, e que é de intensidade média ($\chi^2 = .43$ e $p < .001$).

O envio e recepção de mensagens de cariz sexual ou íntimo, nos últimos 12 meses, foi a última área de actividade em estudo. Mais de metade das pessoas que participaram no estudo não enviaram nem receberam qualquer tipo de mensagem de *sexting*, segundo os próprios. Fora esses, a recepção de mensagens é mais comum do que o seu envio (36% contra 26%); o cenário mais comum é receber-se uma mensagem com conteúdos sexuais ou íntimos enviada por alguém que se conhece (27%). Alguns dos cenários mais referidos no contexto do *sexting* são raros: apenas 9% recebeu uma mensagem de *sexting* enviada por alguém desconhecido, e apenas 7% enviaram para alguém desconhecido. No geral, os rapazes recebem mais mensagens de *sexting*, embora as raparigas recebam mais *pedidos* de envio; neste estudo, muito mais raparigas do que rapazes (percentualmente) enviaram mensagens para alguém que conheciam, ao passo que muito mais rapazes do que raparigas enviaram para pessoas desconhecidas. Pessoas heterossexuais relataram, em todas as categorias, níveis mais baixos de todas as actividades, são as pessoas que se identificam como bissexuais que, na maioria dos

casos, surgem em primeiro lugar em várias das actividades. De entre os jovens que já têm actividade sexual, nota-se que o envio e a recepção de mensagens para e por alguém conhecido se destaca claramente. As únicas correlações estatisticamente significativas são com a orientação sexual e com a prática de sexo. No caso da recepção de *sexts*, a orientação sexual tem uma correlação de intensidade fraca ($\chi^2 = .28, p < .001$) e a prática de sexo intensidade moderada ($\chi^2 = 35, p < .001$); no caso do envio de *sexts*, ambas de intensidade moderada (com a orientação sexual, $\chi^2 = .36, p < .001$; com a prática de sexo, $\chi^2 = .37, p < .001$).

Um outro elemento do questionário foi a selecção de quatro frases, de entre várias disponíveis, sobre sexo e sexualidade. Pode ver-se no Anexo 15 quais as frases mais escolhidas, sendo que três das quatro frases que estão acima dos 30% de resposta têm que ver com a dimensão interpessoal da prática de sexo. Nenhuma delas apresenta correlações estatisticamente significativas com essas mesmas variáveis independentes. A quinta frase, porém, “Fazer sexo requer muita comunicação com o(s) parceiro(s)”, apresenta correlações estatisticamente significativas de baixa intensidade com a idade ($r = .20, p = .003$) e com o já ter praticado sexo ($\chi^2 = .21, p = .007$). Também não existem correlações significativas para nenhuma das quatro frases, tomadas como variáveis independentes, e os vários usos sexualizados dos *media* detalhados acima. A análise e reflexão destes dados, à luz da revisão de bibliografia apresentada antes, será feita na secção 1 do Capítulo seguinte.

VI.2 – Perfis e notas sobre as pessoas entrevistadas

As informações abaixo dizem respeito a uma combinação da informação fornecida pelas pessoas entrevistadas depois da entrevista, através do preenchimento de um pequeno formulário (como descrito no Capítulo V.5), as impressões recolhidas no diário de bordo e também com informações fornecidas durante a entrevista em si. Os nomes apresentados abaixo são os pseudónimos escolhidos pelas pessoas.

Tal como referido (cf. Capítulo V.5), a nenhum dos entrevistados se questionou directamente qual a sua identidade de orientação sexual. Os resultados que se apresentam dizem respeito à presença ou ausência de marcadores (relatos pessoais, ou declarações de auto-identificação de orientação sexual) relativos às narrativas de vida dos próprios. Esta distinção é fundamental na medida em que não se pretende aqui dar conta de quais as identidades de orientação sexual das pessoas que respondem

(exceção feita, claro, aos casos em que as próprias a fornecem), mas sim separar analiticamente as entrevistas em que entra, por iniciativa da própria pessoa, alguma referência a questões próprias relacionadas com orientação sexual; separam-se assim as narrativas que geram leituras que se alinham com a postura normativa vigente na sociedade ocidental contemporânea – a da heterossexualidade, das narrativas que geram leituras que se encontram em posição de alteridade face à heteronormatividade.

A tabela seguinte apresenta alguns dados contextuais sobre cada uma das pessoas entrevistadas no contexto desta investigação. Mais impressões e comentários sobre as experiências de cada uma das entrevistas podem ser consultadas no diário de bordo respectivo (Anexo 12).

Alcunha escolhida	Idade	Género	Marcadores de orientação sexual	Ocupação	Zona de Residência	Notas biográficas
Íris	18 anos	Feminino	Relata apenas experiências lidas como heterossexuais	Estudante do Ensino Superior	Lisboa	Diz ter uma grande relação de abertura com a mãe, que é professora do ensino básico / secundário; apresenta-se como sendo uma aluna com boa prestação na escola secundária; cresceu “na terra”, num meio social mais pequeno, mas encontra-se deslocada a viver e estudar em Lisboa
Beatriz	20 anos	Feminino	Relata apenas experiências lidas como heterossexuais	Estudante do Ensino Superior	Lisboa	Diz sentir que pode falar com os pais sobre estes temas mas acha a internet mais fácil e sente vergonha de falar com os pais, sendo que a mãe trabalha também com ensino e investigação; antes de entrar para o ensino superior, frequentou um liceu católico; é originária de Lisboa, onde reside ainda com os pais
Miguel	17 anos	Masculino	Auto-identifica-se como homossexual	Estudante	Lisboa	Diz ter uma relação “bastante liberal” com a família no que diz respeito aos temas em questão, já tendo feito o seu <i>coming out</i> com a família mais próxima, ao mesmo tempo que relata que o processo foi mais fácil com o pai do que com a mãe, que é advogada, e é originário de Lisboa
Ivo	18 anos	Masculino	Afirma que a questão da homossexualidade o “afecta particularmente”	Estudante do Ensino Superior	Margem Sul (Lisboa)	Apesar de não se identificar especificamente com uma orientação sexual em particular, responde a perguntas que o enquadram como “não-heterossexual”; diz não ter problemas em falar destes temas com os pais mas que, graças à relação que tem com eles, isso não costuma acontecer; vive na margem Sul do Tejo com os pais
Redgi	19 anos	Feminino	Auto-identifica-se como <i>gay</i>	Trabalhadora na área da restauração	Lisboa	Diz que não é ligada à família e que nunca se abordavam estes temas, nem nunca houve sequer a hipótese de isso ser feito em família; é oriunda de Alpiarça, mas vive agora em Lisboa, em quarto alugado, com mais três amigas
Maria	20 anos	Feminino	Diz ter uma namorada e refere já ter tido um namorado	Estudante do Ensino Superior	Margem Sul (Lisboa)	Menciona assuntos LGBT como algo pessoal e em ir procurar pessoas em fóruns com “a mesma orientação sexual”; vive com os pais, na margem Sul do Tejo e diz ter uma boa relação com a mãe para abordar estas questões
Joana	19 anos	Feminino	Relata apenas experiências lidas como heterossexuais	Estudante do Ensino Superior	Lisboa	Teve algumas conversas sobre parte destes temas, em particular com a mãe, mas diz não haver à-vontade para os abordar em geral com a família; vive em Lisboa com o namorado
Subject A	20 anos	Feminino	Auto-identifica-se como bissexual	Estudante do Ensino Superior	Lisboa	Diz não ter qualquer intimidade com os pais para falar destes temas e relata situações em que foi activamente silenciada quanto tentou fazê-lo, caracterizando os pais como muito religiosos e tendo-lhe fornecido uma educação com componentes homofóbicas; viveu e cresceu numa zona rural e “muito familiar” da Madeira, num ambiente extremamente conservador; frequentou um externato e, depois, um “colégio de padres”; vive na residência para estudantes da sua universidade durante o período de aulas; tem a peculiaridade de intercalar variadas expressões em inglês durante a entrevista
Tiago	19 anos	Masculino	Relata apenas experiências lidas como heterossexuais	Trabalhador na área da informática	Margem Sul (Lisboa)	Diz que não se identifica com questões ou temas LGBT; sente que não tem espaço em casa para falar sobre estas temáticas, mas ao mesmo tempo a mãe, que trabalha na área da Saúde, já lhe forneceu panfletos sobre saúde sexual; vive ainda com os pais na margem Sul do Tejo
Miguel	20 anos	Masculino	Relata apenas experiências lidas como heterossexuais	Estudante do Ensino Superior	Porto	Diz estar à vontade com a sua orientação sexual; os pais ofereceram-lhe livros sobre educação sexual quando era mais novo e diz sentir-se à vontade para falar mais com o pai do que com a mãe sobre estes temas, embora saiba que o poderia fazer também com ela; aos 17 anos teve um acidente grave que implicou a remoção de ambos os testículos e inserção de próteses no seu lugar, ficando também a tomar testosterona sintética desde então; vive no Porto, com a mãe e as duas irmãs mais novas, já que o pai está emigrado
Donald	20 anos	Masculino	Auto-identifica-se como homossexual	Estudante do Ensino Superior	Aveiro	Ainda não fez o <i>coming out</i> para toda a família próxima, apenas para a irmã, que trabalha na área da Saúde; não sente que exista à-vontade para falar destes tópicos com os pais nem eles costumam falar com ele, identificando antes um avô como fonte de informação sobre preocupações relacionadas com ISTs, ao passo que a mãe é muito religiosa e ainda considera a homossexualidade <i>contra-natura</i> ; é natural de São João da Madeira

Tabela VI.1 – Dados das pessoas entrevistadas

Assim, temos um total de seis pessoas que se identificam ou conotam de alguma forma com uma identidade de orientação sexual não-heterossexual, e cinco que não o fazem; seis pessoas que se identificam com o género feminino e cinco pessoas com o género masculino; uma média de idades de 19 anos, aproximadamente; predominância geográfica de Lisboa e arredores; quase todos jovens estudantes (apenas dois trabalhavam como ocupação principal). É de referir a relativa pouca variedade, tanto de contextos socioculturais e económicos, como de diversidade étnica e de diferentes identidades de género – todas as pessoas entrevistadas eram brancas e todas elas tinham uma identidade de género que parecia conforme ao género inferido socialmente.

VI.3 – Apresentação dos resultados da análise de conteúdo

Apresentam-se em seguida os resultados mais relevantes da análise de conteúdo, com especial ênfase nos quatro eixos formados pelas quatro actividades sobre as quais esta investigação se debruça, mas também tentado explorar desde já possíveis resultados que apontem para dinâmicas de poder e legitimidade específicas⁷⁰.

Na medida em que as variáveis principais de análise serão tanto o género como a orientação sexual apresentada, é necessário primeiro salvaguardar as diferenças absolutas em termos de codificações realizadas em cada um dos conjuntos de entrevistas. O total de codificações realizado, em todas as categorias e de todas as entrevistas, foi de 9197. Destas, 5348 provêm de entrevistados do género feminino e 3849 provêm de entrevistados do género masculino; quanto à orientação sexual nos termos definidos na secção anterior, as entrevistas com pessoas sem marcadores de não-heterossexualidade totalizaram 3528 codificações, e as entrevistas a pessoas não-heterossexuais, 5669 codificações. Existem diferenças entre a extensão de diferentes entrevistas, embora a extensão não determine a quantidade de codificações atribuídas à mesma. A diversidade de codificações aplicadas, bem como o número total de codificações por entrevista estão disponíveis em anexo. Os números que abaixo se reportam, dizem respeito aos cruzamentos, fazendo com que o total a que cada percentagem diz respeito varie consideravelmente.

Das codificações feitas mais de metade estavam ligadas ao consumo de pornografia, que foi portanto o tema que mais vezes surgiu nas respostas dadas. Embora

⁷⁰ Os dados detalhados sobre os resultados apresentados em seguida encontram-se nos Anexos 23 a 39.

as codificações absolutas diverjam na separação por género (347 codificações para rapazes, 455 para raparigas), as percentagens são semelhantes dentro de cada género, dentro de cada orientação e também no total geral. É quando se apresenta a contagem da percentagem tomando como total, o que foi feito dentro de cada uma das quatro actividades, que se torna mais fácil ver como, em todos os temas, foram mais as respostas de raparigas do que rapazes, e de pessoas lidas como não-heterossexuais, sendo que as maiores discrepâncias neste sentido se encontram na actividade de participação cívica *online*, e a procura de informação *online* a que apresenta menos discrepâncias; no geral pode também notar-se que as distinções por orientação sexual apresentada são sempre maiores do que as por género.

Ao nível das outras áreas temáticas abordadas durante as entrevistas mantém-se a prevalência de referências feitas em contexto de entrevistas com raparigas e de pessoas lidas como não-heterossexuais. No entanto, existem claras diferenças, olhando para as percentagens, entre áreas distintas: por exemplo, há uma diferença de 40 pontos percentuais entre referências a Visões sobre idade feitas por rapazes (30%) e por raparigas (70%), ao passo que, entre as diferentes orientações sexuais apresentadas, a diferença é apenas de 16 pontos percentuais (42% para pessoas lidas como heterossexuais, 58% para pessoas lidas como não-heterossexuais). As categorias de Reacção emocional, auto-apresentação e visões associadas a sexo ou sexualidade apresentam todas diferenças superiores a 20 pontos percentuais. Na distinção entre orientação sexual apresentada, são as categorias de reacção emocional, auto-apresentação, experiências de género e orientação sexual e tópicos ligados a sexo ou sexualidade que apresentam mais de 20 pontos percentuais de diferença, sendo a maior diferença aquela que se encontra nesta última categoria, em que 24% das codificações se encontram em entrevistas de pessoas lidas como heterossexuais e os restantes 76% em entrevistas de pessoas lidas como não-heterossexuais. Curiosamente, esta mesma categoria, quando olhada através da separação por género, é a única onde rapazes apresentam maior percentagem de codificações que raparigas e embora a diferença seja pequena (51% de um lado, 49% do outro), destaca-se justamente pela forma como se diferencia do resto dos dados.

Como pode ver-se no Gráfico VI.8, existem padrões discursivos diferenciados para as actividades, como é o caso da ênfase nos contextos em *sexting*, ou na auto-apresentação no caso da participação cívica.

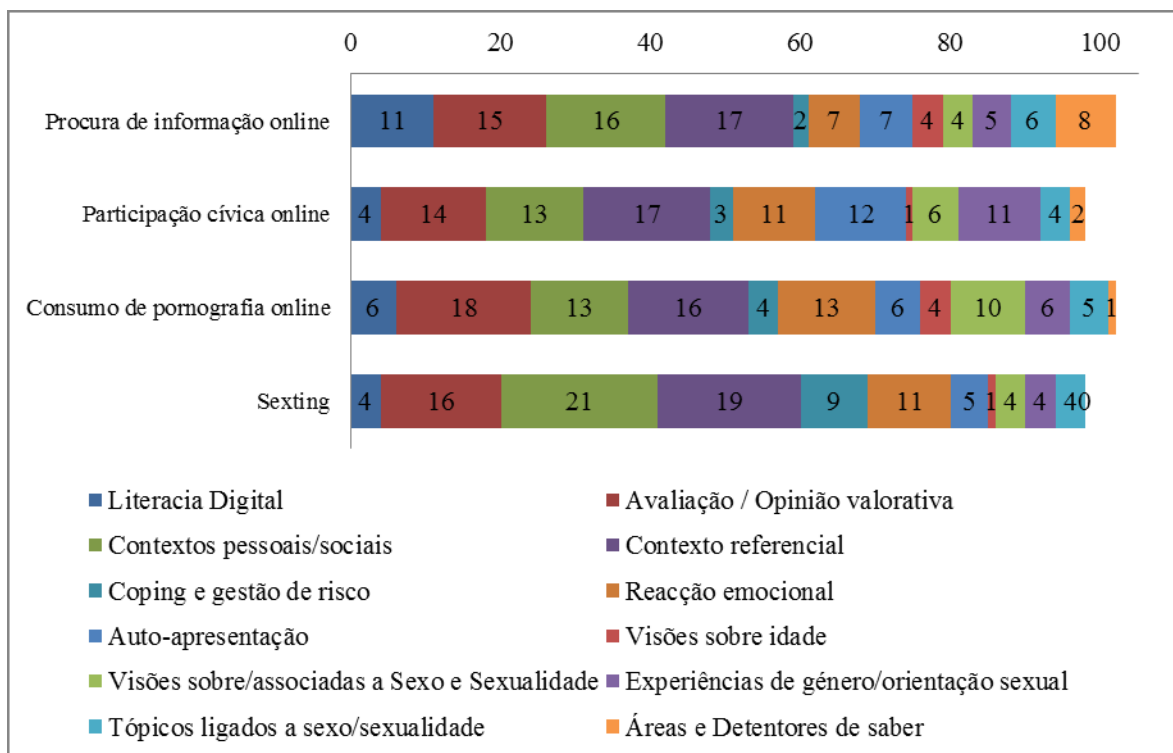


Gráfico VI.8 – Percentagens das componentes temáticas dentro de cada actividade; valor pode ser superior a 100% por codificação múltipla

Em praticamente todos os casos, e levando em conta quer a orientação, quer o género, a ordem das sub-categorias por percentagem é sensivelmente a mesma que os dados agregados apresentam. Excepções a isto encontram-se dentro das sub-categorias da procura de informação *online*: a internet como mais acessível surge em 29% das respostas de rapazes, mas em 35% dos blocos de resposta das raparigas; das sub-categorias da participação cívica *online*: o seu entendimento como meio de aprendizagem recolhe 13% dos blocos de resposta no caso das pessoas não-heterossexuais, mas apenas 6% no caso das pessoas lidas como heterossexuais; encontrar pessoas consideradas ‘como eu’ reúne 17% das codificações por pessoas não-heterossexuais, e somente 1% das pessoas heterossexuais; considerar-se esta mesma participação cívica como sendo algo que não gera identificação surge em 17% dos códigos aplicados respostas no caso das pessoas heterossexuais, e 1% das codificações com pessoas não-heterossexuais; também dentro de sub-categorias do consumo de pornografia *online*: relatos que referem exposição acidental constituem 9% das respostas aqui codificadas no caso das raparigas, e apenas 3% no caso dos rapazes (e, no caso da divisão por orientação sexual apresentada, a diferença esbate-se, com mais pessoas heterossexuais a referir isso), a ideia de que existem vários tipos de pornografia está codificada em 18% das respostas de pessoas lidas como não-heterossexuais, mas

apenas em 11% no caso de pessoas heterossexuais; no caso da actividade de *sexting*: são tanto rapazes como pessoas lidas como não-heterossexuais que menos recorrem às referências genéricas lá codificadas (23% em ambos os casos), sendo outra diferença as referências a *sexting* como troca recíproca, em 18% das instâncias no caso de pessoas não-heterossexuais, mas apenas 2% das referências por pessoas heterossexuais, e a diferença entre se encarar o *sexting* como forma de criar novas oportunidades de relacionamento, feita em 7% das codificações por pessoas não-heterossexuais, e em 1% das codificações a respostas de pessoas heterossexuais.

Considerar a forma como as categorias de actividades principais se cruzam entre si permite verificar da co-ocorrência de assuntos relacionados com participação cívica *online* e a busca de informação e também o consumo de pornografia, sendo que existe uma menor ligação entre este último e a procura de informação *online*.

Ao invés de se apresentar abaixo os resultados agregados pelas quatro actividades em estudo, escolheu apresentar-se os mesmos a partir das categorias de análise, na medida em que esta apresentação textual permite uma mais fácil leitura dos resultados comparados entre as quatro actividades. Assim, os cruzamentos que se apresentam representam a quantidade de vezes que cada uma das alíneas das categorias de análise (e.g.: Literacia digital) se cruza com uma qualquer alínea das actividades em estudo, independentemente de quantas alíneas das actividades são aplicadas ao excerto onde se observa o cruzamento.

Os tópicos associados à *Literacia digital* dizem respeito a variadas operações ou relatos associados com realizar alguma acção *online*, ou com buscas de informação, para além de considerações que as pessoas entrevistadas possam ter feito sobre o impacto dos (novos) *media*. Um olhar para as divisões por orientação mostra que pessoas não-heterossexuais mencionam comparativamente mais vezes estratégias para realizar tarefa ou encontrar informação, na actividade de procura de informação na internet e na de participação cívica. O consumo de pornografia *online* vê rapazes a destacarem-se mais face a raparigas, também em estratégias para realizar tarefa ou encontrar informação; por outro lado, os valores absolutos no que diz respeito ao *sexting* são demasiado baixos para permitir uma análise detalhada.

Quanto ao cruzamento de tópicos entre *Opiniões / Avaliações valorativas* e cada uma das quatro actividades principais, predominam avaliações positivas na procura de informação *online*, ao passo que referências mais ambivalentes são as mais comuns no

caso da participação cívica *online* e consideravelmente negativas no caso do *sexting*. No caso das duas actividades em que as referências mais abundantes são ambivalentes, há uma diferença entre a participação cívica *online*, cuja segunda categoria é a das opiniões positivas, com o do consumo de pornografia *online*, cuja segunda categoria é a das opiniões negativas. No *sexting*, 25 pontos percentuais separam os 48% de cruzamentos com opiniões/avaliações negativas dos 23% com os cruzamentos com opiniões/avaliações ambivalentes. O consumo de pornografia *online* e a procura de informação *online* parecem gerar expressões mais universalizantes.

Na busca de informação *online*, rapazes e pessoas heterossexuais, e não-heterossexuais referem mais elementos positivos (42%, 35% e 36%, respectivamente), ao passo que raparigas apresentam co-referências mais ambivalentes (36%); na participação cívica, apenas os rapazes se mantêm com uma maioria de co-referências positivas (38%), ao passo que todos os outros grupos apresentam uma maioria de co-referências ambivalentes; no que diz respeito ao consumo de pornografia *online*, todos os grupos têm como primeira co-ocorrência mais comum a ambivalente, embora a segunda para os rapazes seja a positiva mas para as raparigas (e para o grupo de pessoas lidas como heterossexuais) seja a negativa. No *sexting*, todos os grupos têm como co-ocorrência primeira a negativa, e a co-ocorrência de avaliações positivas é, percentualmente, maior em raparigas e pessoas não-heterossexuais do que em rapazes e pessoas heterossexuais (18% nos dois primeiros grupos e 7% nos dois últimos).

Olhar para os *Contextos sociais* que são referidos pelos jovens ao mesmo tempo que falam das quatro principais actividades ajuda a perceber que dinâmicas sociais estão mais fortemente ligadas a cada uma das práticas. A procura de informação *online* surge ligada a um contexto de responsabilidade pessoal; participação cívica *online* e consumo de pornografia *online* recebem ambos mais referências em contexto de pares e o *sexting* em contexto de relação íntima. Quanto às divisões por género e orientação, a procura de informação *online* diverge dos resultados gerais apenas no grupo de pessoas não-heterossexuais onde, por um ponto percentual, a categoria que lidera nas co-ocorrências é a do contexto de pares. No que diz respeito à participação cívica *online* o contexto escolar é importante para heterossexuais (31%) e o contexto de responsabilidade pessoal é-o para raparigas e pessoas não-heterossexuais (25% e 21%, respectivamente). No que diz respeito ao consumo de pornografia *online* e *sexting*, as pessoas heterossexuais

divergem dos resultados gerais – no primeiro, o contexto de responsabilidade pessoal toma a dianteira e, no segundo, o contexto de pares é o mais co-mencionado.

O *Contexto referencial* foi usado como forma de assinalar que experiências relatadas diziam respeito à própria pessoa entrevistada ou a terceiros. Em todas as categorias o discurso a partir de experiências próprias foi predominante mas, no caso do *sexting*, a diferença é mais pequena que nas outras actividades. As raparigas relatam mais experiências de outrem na busca de informação *online*; pessoas heterossexuais relatam mais experiências de outrem na participação cívica *online*. Falar de pornografia a partir de uma perspectiva própria é mais frequente em rapazes e pessoas heterossexuais (79% e 67%, respectivamente) de relatos de experiências próprias a falar sobre consumo de pornografia *online*; a forma como experiências e referências a *sexting* estão, no caso de raparigas, quase tão ligadas a experiências de outrem como a experiências próprias (48% e 52%, respectivamente), sendo que, no caso da distinção por orientação, pessoas lidas como heterossexuais apresentam mais cruzamentos com referências a experiências de outrem (60%) e pessoas lidas como não-heterossexuais, mais cruzamentos com referências a experiências próprias (72).

Outra das áreas foi o *Coping e de gestão de riscos*. Esta foi uma das temáticas que acabou por ser menos codificada. Por esta razão, os resultados quantitativos que aqui se reportam deverão ser lidos com particular reserva. A procura de informação *online* e a participação cívica *online* remeteram principalmente para co-referências a mediação de pares, ao passo que o consumo de pornografia *online* viu mais alusões a soluções tecnológicas ou de *software*, e o *sexting* uma predominância de relatos e referências que eram demasiado vagos ou inexactos para se enquadrar em qualquer uma das codificações existentes. Há uma total ausência de referências a *coping* e gestão e risco por parte de pessoas lidas como heterossexuais na actividade de participação cívica *online*, contra as 35 codificações para pessoas lidas como não-heterossexuais.

Através das *Reacções emocionais* procurou-se perceber que elementos emocionais são referidos ou demonstrados durante a entrevista. Como pode ver-se pela quantidade absoluta de codificações feitas, foi mais uma vez a actividade de visualização de pornografia *online* que arrecadou a maior quantidade de cruzamentos com questões de expressão emocional. Nessa actividade, como na de participação cívica *online* e de *sexting*, o incómodo foi a principal emoção referida, ao passo que o riso (geralmente associado a reacções presenciais) se destacou em co-codificação com a

procura de informação *online*. No contexto da participação cívica *online*, raparigas e pessoas não-heterossexuais recorrem muito mais a reacções emocionais (maioritariamente de incómodo). Esse incómodo, em conjugação com o consumo de pornografia *online*, varia pouco entre orientações ou géneros, embora os valores mais altos estejam tanto do lado dos rapazes (32%) como de pessoas lidas como heterossexuais (35%). Em relação ao *sexting*, só as pessoas não-heterossexuais têm a satisfação ou prazer em primeiro lugar, e os outros grupos falam mais de incómodo.

As codificações associadas a *Auto-apresentação* têm que ver com a forma como os jovens se referem a si mesmos, a maneira como eles interagem com o que dizem. Foram os momentos de auto-reflexividade que mais codificações acumularam. Só na participação cívica *online* é que esta categoria não é a que surge mais vezes; é a identificação do 'Eu' como fonte de informação ou recursos que fica em primeiro lugar.

No caso das *Visões sobre idade* procura perceber-se de que forma é que os jovens vêem as ligações entre diferentes idades e os temas aqui explorados. Como se observa, as referências a questões etárias foram esparsas, com excepção feita aos cruzamentos com o consumo de pornografia *online* (o que, por sua vez, se liga ao facto de que foi feita uma série de perguntas explicitamente focadas nesse tópico). Em todas as actividades se destacou a codificação na Idade como factor relevante, uma categoria de tipo mais generalista, como anteriormente explicado. Na categoria em que se verificam mais cruzamentos (associada à visualização de pornografia *online*) pode ver-se como existem as mesmas diferenças percentuais entre rapazes e raparigas e entre pessoas lidas como heterossexuais e não-heterossexuais (48% e 57%, respectivamente); em todos os casos surge em segundo lugar a ideia de crescer ou envelhecer como base de mudanças.

As *Visões sobre ou associadas a sexo e sexualidade* são onde mais desdobramentos de sub-categorias existem. Foi através do discurso associado ao consumo de pornografia *online* que surgiram mais referências a esta categoria, com 27% delas a focarem-se no factor Experiência, ou seja, na importância de experiências práticas no que toca a falar sobre ou pensar sobre sexo e sexualidade. As actividades de participação cívica *online* e de procura de informação *online* chamam mais o discurso dos jovens para considerarem o sexo e a sexualidade como um Tema complicado ou envolvo em vergonha, bem como no *sexting*. A relevância percentual da vergonha associada ao sexo e sexualidade é muito mais forte no caso da procura de informação e

participação cívica (44% e 41%), e é a segunda categoria mais relevante no consumo de pornografia *online* (17%). No consumo de pornografia *online*, há uma diferença de 16% entre o quanto rapazes cruzam Experiência com Visões sobre sexo e sexualidade (37%) e o quanto o fazem as raparigas (21%). O *sexting*, em parte graças à falta de uma quantidade relevante de dados, é onde se assiste a maior variabilidade – enquanto que 20% dos parágrafos vão para a categoria de Experiência, nas raparigas os valores mais elevados são na Necessidade e em Tema complicado ou vergonha.

As *Experiências de género e de orientação sexual* agregam elementos que os próprios jovens relataram e que, de acordo com a sua visão, estão relacionados com questões ligadas a género ou orientação sexual. Há uma grande diferença entre a procura de informação e a participação cívica *online*, mais ligadas pelos jovens a questões de orientação sexual (58% e 64%) e o consumo de pornografia *online* e *sexting*, mais ligados a experiências genderizadas (53% e 68%, respectivamente). Quando falam de procura de informação *online*, raparigas e pessoas heterossexuais destacam a componente de género, ao passo que rapazes e pessoas não-heterossexuais relevam a questão da orientação sexual. Na actividade de participação cívica *online*, ambos os géneros destacam experiências ligadas a orientação sexual no seu discurso (79% para rapazes, 51% para raparigas), embora as raparigas dêem mais destaque a questões de género; ao nível de orientação sexual apresentada, são muito mais as pessoas lidas como não-heterossexuais a a cruzar estes dois aspectos, e também a dar primazia à questão da orientação. No que diz respeito ao consumo de pornografia *online* por género e orientação, rapazes destacam no seu discurso experiências ligadas a orientação sexual (55%) e raparigas experiências genderizadas (76%); pessoas lidas como heterossexuais apresentam mais co-codificações com experiências genderizadas (89%) e pessoas lidas como não-heterossexuais apresentam mais referências cruzadas com experiências ligadas a orientação sexual (49%). Tal como no caso da busca de informação *online*, também o *sexting* surge aqui com poucas codificações, e há um destaque da componente genderizada.

No total dos *Tópicos ligados a sexo ou sexualidade*, um deles destacou-se em praticamente todas as actividades: o de relações íntimas, particularmente no caso do *sexting* (76%). A procura de informação *online* é também onde os resultados mais se diferenciam: a co-codificação que surge em primeiro lugar é a das ISTs e em segundo lugar a do Corpo e alterações corporais (30% e 25%, respectivamente). São os rapazes

os que mais referências fazem à questão das ISTs (43%), ao passo que 27% dos parágrafos aqui co-codificados, no caso das raparigas, têm que ver com o corpo e alterações corporais; a variação em função da orientação apresentada mostra que, em pessoas lidas como não-heterossexuais, existe uma ligeira predominância das referências a ISTs. O mais saliente nas codificações cruzadas no caso da participação cívica *online* é o desequilíbrio de distribuição, tanto por género como por orientação sexual apresentada – mais de três vezes mais respostas codificadas a partir de entrevistas a raparigas do que a rapazes e quase dez vezes mais a pessoas lidas como não-heterossexuais do que a pessoas lidas como heterossexuais; todos estes grupos, porém, se focam na questão das relações íntimas. Esta é também a categoria principal co-codificada mais vezes junto com a actividade de consumo de pornografia *online*; novamente, a única diferença a assinalar é a diferença de codificações absolutas, neste caso, entre pessoas lidas como heterossexuais (41) e não heterossexuais (101); este padrão é o mesmo que se repete no caso do *sexting*.

As *Áreas e Detentores de saber* foram sub-categorias que procuravam compreender que recursos mobilizavam os jovens, ou viam como possíveis fontes de informação. Esta apresenta poucos cruzamentos, sendo o maior número deles em conjunção com a actividade de procura de informação *online*, onde se destaca o papel da Medicina ou enfermagem (31%), com os grupos de pares ou colegas em segundo lugar (25%). A participação cívica *online*, o consumo de pornografia *online* e o *sexting* registam os grupos de pares ou colegas como sub-categoria que mais vezes se cruza, sendo que, no caso do consumo de pornografia *online*, a família surge também em primeiro lugar (o que não quer dizer que os jovens utilizam a família como fonte de informação *sobre* pornografia). Na busca de informação *online*, os rapazes mencionaram um número igual de vezes a medicina e os professores como fontes e áreas de saber, seguidas dos grupos de pares (29% e 24%, respectivamente), ao passo que, nas raparigas, a seguir à medicina (33%) vieram os grupos de pares ou colegas (26%), com professores e contexto de ensino a surgirem apenas em 12%. As diferenças por orientação sexual apresentada são mais contrastantes: para as pessoas lidas como heterossexuais, a medicina surge em primeiro com 35%, e as pessoas não-heterossexuais referem primeiro os grupos de pares ou colegas (33%); a família recolhe apenas 8%.

CAPÍTULO VII – DISCUSSÃO DE RESULTADOS

O presente Capítulo tem como objectivo a interpretação e discussão dos resultados encontrados, à luz da revisão bibliográfica anteriormente citada.

A primeira secção diz respeito aos resultados quantitativos apresentados a partir do inquérito por questionário no Capítulo VI.1, ao passo que a segunda secção apresenta uma leitura mais aprofundada dos resultados derivados da análise com recurso a NVivo das entrevistas realizadas, que podem ser lidos no Capítulo VI.3.

Muito embora a amostra tenha as especificidades já indicadas, os resultados obtidos através do inquérito por questionário permitiram levantar questões específicas sobre a experiência destes jovens, servindo assim para acrescentar mais uma camada de compreensão a partir dos comportamentos reportados, bem como iluminar outras *nuances* que auxiliarão na análise de discurso.

VII.1 – Discussão dos resultados da análise estatística do inquérito por questionário

A presente Secção retoma os dados apresentados na Secção 1 do Capítulo anterior, de forma a analisá-los criticamente, focando-se principalmente sobre as quatro actividades alvo de estudo na presente Dissertação.

No que diz respeito à *procura de informação sobre sexualidade ou saúde sexual na internet* (e fora dela, por ponto de comparação), confirmam-se vários dos estudos que colocam a obtenção deste tipo de informações ainda mais do lado do acesso *offline*, especialmente através do grupo de pares, do que algo feito através da internet, embora o recurso a este último meio esteja prestes a ter o mesmo alcance do que a busca de informação fora da internet (e, avaliando pelos resultados recolhidos junto do “Saúde e Sexualidade Juvenil”, esteja em crescimento, cf. Capítulo IV.2). O recurso a várias estratégias de busca de informação aponta para uma abordagem crítica e não-linear à qualidade do conteúdo na internet – não obstante, o baixo recurso a *sites* de especialidade aponta também para uma pouco clara disseminação de listas de recursos e para um papel excessivamente preponderante dos motores de busca (em particular, do Google) na visibilização de informação (nem sempre a mais adequada ou cientificamente correcta). Isto torna relevante para as organizações que pretendem manter informação actualizada e fundamentada apostar em recursos de SEO (*Search Engine Optimization*), de forma a trazer maior visibilidade. Os resultados por idades e

por área de residência parecem suportar a ideia de que jovens mais velhos e com maior probabilidade de acesso a recursos – por viverem em áreas mais urbanizadas – são também aqueles que mais utilizam a internet para procurar este tipo de informação. Este resultado tem de ser lido à luz da maior facilidade de acesso à internet em zonas mais urbanizadas, embora seja também preciso ter em conta que, pela própria natureza da recolha dos dados, todos estes jovens têm pelo menos alguma forma de aceder à internet e que mais de 90% dizem usar a internet em casa.

As diferenças de género são indicativas de abordagens diferenciadas: a busca através do Google por parte de rapazes, quando contrastada com o uso de *chats* por parte de raparigas parece apontar para um uso mais social no caso delas, e mais solitários por parte deles. Jovens heterossexuais também procuraram menos informação sobre sexualidade e saúde sexual na internet – isto reforça a ideia de que a educação sexual de contexto formal é ainda heterossexista, fazendo com que os jovens heterossexuais necessitem menos de recorrer a outros veículos de informação e também enfrentem menores barreiras ou constrangimentos a obter informação através de família, através de fontes cara-a-cara. Também o início de actividade sexual acompanhada está ligado com a maior busca de informação sexual na internet, validando a ideia de que o início das práticas e subsequente aquisição de novas fontes de experiência pessoal pode motivar os jovens a procurar mais fontes de informação, ou informação sobre elementos específicos. A mais forte correlação tem que ver com a escolaridade mas a diferença é só ao nível do ensino superior, levando à conclusão que este aumento poderá ter que ver mais com o acesso a mais e diferentes experiências que decorrem, para muitos jovens, da saída da casa dos pais ou educadores.

A busca de informação sobre sexualidade e saúde sexual fora da internet foi utilizada aqui como ponto de comparação. Os resultados apresentados aqui sustentam os estudos que destacam o papel do grupo de pares como veículos centrais na disseminação de conhecimento sobre estes tópicos, bem como a pouquíssima penetração que as aulas de Educação Sexual parecem ter, de acordo com as respostas. O facto de as raparigas buscarem informação de forma consistentemente mais alta que os rapazes vai ao encontro da noção de que existe um duplo padrão sexual, oneroso para as raparigas. As diferenças por orientação sexual reforçam o que foi anteriormente citado: mostram o seu estatuto de alteridade perante uma sociedade heteronormativa.

Em relação à *visualização de imagens, vídeos ou textos com conteúdos sexuais ou íntimos nos últimos 12 meses*, as semelhanças de resposta⁷¹ entre itens que sinalizam acessos tendencialmente voluntários e involuntários aponta para a existência de diferentes cenários de acesso para questões diferentes no que diz respeito ao impacto e incómodo sentidos. Estes resultados vão também de encontro aos outros estudos que apontam para o acesso accidental como uma marca característica do acesso a material sexual e íntimo na internet. O nível geral de acesso está bastante acima do reportado por outros estudos com metodologias que permitem amostras estatisticamente representativas; o facto de este estudo sofrer potencialmente de um viés de auto-selecção e o facto de focar idades mais elevadas que os dois estudos referidos poderão explicar estas discrepâncias. O viés de deseabilidade social poderá também estar a diminuir as respostas nos outros questionários, reforçando esta disparidade.

Também o incómodo é mais alto no actual estudo do que em vários outros. Esse incómodo varia consoante o contexto em que este acesso é feito, estando presente mais quando o acesso é accidental. Assim, o incómodo precisa de ser pensado enquanto resultado não da exposição a um estímulo, mas sim enquanto resultado da exposição a um estímulo num determinado contexto; estes dados contrariam visões simplistas que associam a pornografia e o material sexual ou erótico apenas à prática de masturbação, bem como as que colocam o incómodo apenas do lado do acesso involuntário. Um dos elementos a explorar é como diferentes contextos e significados são dados pelos jovens ao uso e acesso a estes tipos de conteúdos; outro a sua relação com a percepção que existe do risco, incómodo, e sua gestão.

Uma outra relação que os presentes dados problematizam é a que se estabelece entre o incómodo e o género: o acesso accidental parece afectá-las a elas menos, mas dá-se o oposto no caso do acesso propositado. Isto sugere uma capacidade elevada, por parte das raparigas, de lidar com situações inesperadas, mas uma maior sensibilidade a que será uma exposição mais prolongada ou mais diversificada aquando do acesso propositado. Outro factor é o menor nível de incómodo geral registado por pessoas que

⁷¹ Com as devidas reservas suscitadas pelo facto de se estar a reportar apenas duas variáveis para cada dimensão em questão, e de existirem apenas 183 respostas, note-se que o acesso através de pop-ups e durante buscas não-relacionadas têm um alfa de Cronbach de 0,767; o mesmo não se verifica com o acesso através de links enviados por outras pessoas e de acesso a *sites* que se sabe terem esse tipo de material – aí o alfa de Cronbach é de 0,419. Uma possível explicação para este facto é o de que o envio de links também possa ser feito de maneira a que a pessoa não saiba ao que vai aceder antes de os activar, resultando assim num acesso não-intencional; noutras situações o inverso pode ser verdade.

se identificam como bissexuais – esta categoria de orientação sexual apresenta, ao longo dos resultados, várias particularidades distintas – em comparação com heterossexuais: uma leitura possível é a da heterossexualidade enquanto fragilidade, ou seja, da necessidade constante de policiamento da pureza normativa convocar, perante a alteridade, um alto grau de desconforto.

As correlações que existem apontam para o aumento da prática de visualização destes materiais com a idade. Nada aponta para o consumo de material sexual como algo masculino – pelo menos não enquanto se considera o acesso como um todo. Olhar para cada uma das práticas mostra um cenário diferente: a percentagem de rapazes que nunca esteve em cada um dos quatro cenários é sempre menor do que a das raparigas, o que aponta uma maior diversidade de práticas por parte deles; a maior diferença de resultados é no acesso voluntário. Existem diferentes perfis de uso, com as raparigas a terem menor acesso propositado mas a terem a experiência de encontrar este tipo de conteúdos pelo menos uma vez em quantidade equiparável aos rapazes.

O incómodo com alguma das quatro situações nos últimos 12 meses, porém, não apresenta quaisquer correlações com as variáveis independentes em estudo – isto vai de encontro à noção de que o incómodo é uma experiência contextual, que extravasa as categorias sociais olhadas em isolamento.

Uma parte desse contexto foi capturada através de perguntas que abordaram a presença ou não de outras pessoas durante a visualização desse material. Embora seja uma actividade a que a maior parte dos jovens desta investigação se dedica apenas quando está sozinho, os quase 40% que lhe acederam quando estavam acompanhados pelo menos uma vez durante os últimos 12 meses contestam o enquadramento do acesso a este material (de propósito ou não) dentro do binómio masturbação/acidente. Há pouca diferença entre a quantidade de jovens que o fizeram no contexto de uma relação íntima, e junto de amigos. As respostas não permitem supor se um ou outro casos têm alguma componente sexual associada, embora se presuma que esta é menos provável na visualização com amigos do que na visualização junto de alguém com quem se está numa relação íntima/sexual. Assumindo esse pressuposto, existe então a possibilidade de uma componente social, inter-pares, para além da obtenção de prazer.

Se o contacto com estes materiais nesse contexto inter-pares não varia por género, o mesmo não pode dizer-se dos outros dois cenários: mais raparigas que rapazes dizem ver no contexto de uma relação íntima ou sexual, e mais rapazes que raparigas

dizem ver sozinhos. Uma explicação possível é a de que as raparigas, ao tendencialmente se masturbarem menos que os rapazes (Ferreira, 2010d, p. 140), usem menos a pornografia para esse fim, mas que a sua participação numa relação íntima/sexual com outra pessoa crie um contexto em que surgem as condições para (só) assim verem pornografia. Ressalva-se que a agregação dicotómica em ver ou não com companhia de outra pessoa, quando cruzada com o género, não resulta em correlação significativa. A percentagem de pessoas bissexuais que acedem a estes materiais em companhia de outrem é muito superior tanto a outras orientações; os jovens heterossexuais são os que, percentualmente, menos vêem material sexual/íntimo sozinhos. Como demonstra a ausência de correlação quando se usa a variável dicotómica heterossexual/não-heterossexual, não se trata aqui apenas de orientação normativa *versus* orientações alterizadas – trata-se de perfis específicos associados com cada uma das orientações e do que isso representa. Uma explicação possível é a de que pessoas bissexuais poderiam mais facilmente sentir-se confortáveis ou estar em situações em que acedem a este material junto de colegas, independentemente do seu género, ao passo que pessoas lésbicas ou homossexuais podem sentir-se no pólo oposto – ajudando assim a explicar porque têm o valor mais alto no consumo privado, e os valores mais baixos no consumo não-privado.

A mais forte correlação, porém, vai para o grau escolar frequentado. Isto reforça a hipótese levantada acima: existem funções associadas a dinâmicas de grupo de pares e colegas mais relevantes no contexto escolar do básico e secundário que, depois, parecem começar a desaparecer.

Como já referido antes, a *participação cívica online* tem uma taxa de respostas bastante baixa. Essa falta de participação reportada poderá vir de vários factores: desde falta de clareza da pergunta em si para determinar o que poderia estar incluído (apontando assim para visões diferenciadas sobre o que constitui ou não participação cívica, já que nem todas as pessoas que responderam através da *rea*, por exemplo, disseram estar de forma alguma envolvidas em participação cívica), até à falta de representatividade da amostra em si, passando pelo facto de este estudo se concentrar apenas em temas muito específicos de participação cívica. Ao contrário do esperado, as diferenças entre rapazes e raparigas ao nível da participação cívica não foram suficientes para serem estatisticamente significativas – só a orientação sexual demonstrou ter alguma relevância. Isto reforça a ideia de que o activismo e a

participação cívica são vistos como responsabilidade primária ou como encargo exclusivo das pessoas que são afectadas pelos sistemas sociais de opressão, ao invés de uma responsabilidade cívica partilhada por todos. A inexistência de ligação com o grau de escolaridade ou com a idade demonstra que, nesta amostra, uma maior suposta maturidade ou mais recursos cognitivos associados a um nível educativo mais alto não correspondem necessariamente a maior propensão para participação cívica. Isto pode originar um duplo fenómeno: de saturação, pela pressão acrescida sobre pessoas de sexualidades não-normativas de terem que lidar com a discriminação e com o combate à mesma; de desresponsabilização, por parte de pessoas de grupos privilegiados que, não possuindo a experiência directa de sofrer um tipo específico de discriminação poderão não validar o seu próprio papel no contexto da cidadania para os direitos humanos.

A última actividade a mencionar é o *envio de mensagens de cariz sexual ou íntimo*, através do telemóvel, nos últimos 12 meses. É necessário ressaltar que, ao se estabelecer o telemóvel como veículo específico, se pretendeu limitar o escopo destas trocas à cultura de acesso móvel que tem vindo a crescer, em Portugal. Isto não quer dizer, porém, que é legítimo considerar que os envios e recepções aqui reportadas pelos jovens deixariam de existir na ausência de um telemóvel. Os números referentes a esta actividade são, então, um sub-reportar dos diferentes comportamentos possíveis que não requerem telemóvel. Os números apresentados aqui (ainda que reforçando a não-representatividade desta amostra) estão claramente acima dos que se encontram em estudos mais alargados centrados em Portugal ou em outros países da Europa com características semelhantes, que existe entre diferentes estudos (cf. Capítulo III.2).

A recepção é mais elevada que o envio de *sexts*, a percentagem de jovens que realiza envios para pessoas desconhecidas (ou que recebe das mesmas) é muito mais baixa do que a percentagem dos jovens que o fazem com pessoas que já conhecem. Mantém-se uma relativa proporcionalidade face a outras práticas, em comparação com outros estudos: ver conteúdos sexuais ou pornográficos na internet é cerca de três vezes mais comum do que receber *sexts*. A idade e a escolaridade de quem pratica dá a entender que, nos jovens deste estudo, o *sexting* não se encontra associado a uma idade.

A presença de relação com o já ter iniciado a vida sexual mostra também que o *sexting* se enquadra na actividade sexual com parceiros. Os jovens que já tiveram relações sexuais destacam claramente esta prática junto de pessoas que conhecem, levantando-se assim a hipótese de um alinhamento entre um relacionamento íntimo ou

de namoro e a prática de *sexting* no contexto dessa relação (ou do estabelecimento dessa relação), como outros estudos apontam. Os jovens que se declaram bissexuais têm um perfil de comportamento auto-reportado específico e diferenciado. Neste caso, os jovens heterossexuais ficam consistentemente entre os que menos actividades, ao passo que os jovens bissexuais ocupam o pólo oposto. Novamente se pode olhar para o papel social que as sexualidades não-normativas ocupam: ainda que as redes dedicadas a contactos de tipo mais íntimo ou sexual sejam, na generalidade, vocacionadas para pessoas heterossexuais, as que são viradas para pessoas homossexuais/lésbicas, bissexuais ou de outras orientações sexuais têm, como visto em vários pontos do Capítulo III, um papel diferente na vida psico-sexual destas mesmas pessoas. Assim, não se trataria apenas de jovens bissexuais terem um potencial leque de interesses mais diversificado, mas sim de terem potencial interesse em movimentar-se dentro e fora de espaços heteronormativos⁷².

Ao contrário do esperado, não foram assinaladas correlações estatisticamente significativas com o género quando se consideram as práticas agregadas. Porém, é possível ver que os rapazes recebem muito mais mensagens de pessoas desconhecidas do que as raparigas, e que estas reportam em maior número receber pedidos de envio de *sexts* mais do que os rapazes. Da mesma forma, também houve mais rapazes que raparigas a enviar *sexts* para alguém desconhecido. Estes resultados reflectem o que já anteriormente foi dito sobre o duplo padrão sexual: as raparigas são alvo de pressões acrescidas em situações de *sexting*⁷³.

Se se considerar que *existiu* uma correlação com a orientação sexual, novamente sai reforçada a noção de que é necessário, ao investigar as experiências que os jovens têm com e nos *media* levar em conta de forma mais metódica o papel que a orientação sexual tem enquanto marcador sociodemográfico, e como precisa de ser lida em

⁷² Embora seja extrâneo à presente investigação, seria incorrecto deixar omissa a questão, potencialmente presente nestes dados, da fetishização da bissexualidade feminina num contexto heteronormativo como uma forma específica de pressão genderizada e sexualizada para performar o envio de *sexts*.

⁷³ A partir desta reflexão foi feita uma nova análise, para verificar da existência ou não de correlação entre receber um pedido de *sex* por parte de alguém que se conhece e ter ou não enviado um *sex* (independentemente do receptor). Existe de facto uma correlação de intensidade moderada entre ambas, e estatisticamente muito significativa ($\chi^2 = .40, p < .001$); 68% dos jovens que receberam um pedido de *sex* de alguém que conhecem também enviaram pelo menos um *sex*, contra 17% dos que não receberam qualquer pedido. Convém lembrar que não é possível, por limitações do questionário, afirmar que a actividade de *sexting* reportada decorreu de facto daquele pedido, se esse foi um cenário entre outros, ou se não houve qualquer relação entre ambos os acontecimentos.

articulação com a questão do género. O *sexting* é um exemplo claro: se os resultados do envio de *sexts* para desconhecidos eram já expressivos ao nível do género, é a orientação sexual que mostra bem o fosso existente, já que *nenhum* dos jovens que se identificou como heterossexual reportou ter enviado *sexts* a pessoas desconhecidas – o que aqui se argumenta é que é a dinâmica de género desigual existente numa relação heterossexual⁷⁴ que ajuda a compreender estes dados, de uma forma que nem o género nem a orientação sexual só por si explicam, estatisticamente. Podem interagir aqui outros factores nas respostas, como o viés de deseabilidade social que coloca o enviar de mensagens a estranhos como algo negativo, mas mesmo esse viés parece só agir plenamente sobre pessoas heterossexuais, o que reforça a ideia de que a socialização diferenciada não apenas por género mas *também* pela orientação sexual tem um impacto na forma como os jovens se compreendem a si mesmos.

Uma outra secção do questionário pedia aos jovens para identificar quatro frases que achassem relevantes sobre sexo e intimidade. A mais escolhida aponta os sentimentos como sendo fundamentais para que se tenha sexo agradável, bem como a terceira, que fala da ligação humana criada pelo acto. A segunda passa mais pela compreensão do sujeito sobre si mesmo através do sexo, apontando para um cuidado de si reminescente do que foi abordado acima sobre a teoria foucauldiana – o sexo como promotor de saúde física e mental, mas que também pode resultar na sua antítese, a ideia da ausência de sexo como demonstração de falta de saúde (física) ou de sanidade mental. A quarta aponta um horizonte normativo, ao mesmo tempo que denuncia a (percepção da) sua inexistência – a intimidade que falta. A frase revela uma postura crítica face à ideia de que há sexo sem intimidade. Contraria-se a ideia de que os jovens estão mais hedonistas e menos preocupados com coisas consideradas “sérias”, ou que existe alguma deturpação da juventude vinda da pornograficação; ao mesmo tempo, reinstitui-se a noção de que há uma clara diferenciação entre comportamentos sexuais dignos (os que envolvem intimidade) e outros. No conjunto, legitima-se o papel das emoções para o sexo, ainda que de forma idealizada.

Nenhuma destas quatro frases apresenta correlações significativas com as variáveis independentes em estudo, o que pode, neste caso, simplesmente indicar o quão

⁷⁴ Que também pode estar presente numa relação em que pelo menos uma das pessoas é bissexual, note-se que são os jovens considerados homossexuais que lideram ambas as categorias, se descontarmos as sexualidades “Outras”.

generalistas ou auto-evidentes são para a generalidade destes jovens, e/ou o quão normativamente estas várias ideias estão instauradas como sendo socialmente correctas ou desejáveis de serem articuladas por parte dos jovens. A quinta frase, porém, segue numa outra direcção: ao invés de sentimentos, fala de capacidades interpessoais (comunicação) e da sua importância. Esta frase, com as correlações fracas mas significativas notadas no Capítulo anterior, apontam para o papel da experiência (e, porventura, da busca de informação *online*) pessoal, sexual e afectiva como possível modelador das visões que os jovens têm sobre que aspectos da sexualidade são mais relevantes. Pode também representar, ao estar cotada tão em baixo, a expressão de um discurso normativo sobre a sexualidade que não investe em competências interpessoais, insistindo no papel normativo do amor.

As frases sobre pornografia e fantasia ou separação da realidade surgem com menos respostas, mostrando que os jovens se apresentam de uma forma que desinveste desses temas, embora revelem literacia mediática ao separar esses elementos.

No geral, então, estes dados demonstram uma grande diversidade de abordagens e de relações sociais, suscitando reflexões e possibilidades diversas sobre o papel da literacia, da idade, do género, da orientação sexual e de outros elementos, enquadrados dentro da relação entre jovens e *media* sexualizados. No passo seguinte, serão aprofundadas as leituras críticas a partir da análise de conteúdo, procurando também integrar os resultados da análise dos inquéritos por questionário.

VII.2 – Discussão dos resultados da análise de conteúdo às entrevistas

O primeiro elemento a destacar nos resultados da análise de conteúdo é a diferença entre o número de codificações por género e orientação sexual percebida. Nenhum destes elementos determina a quantidade de codificações feitas, mas tanto no caso de uma divisão como no caso da outra, a diferença de pessoas entrevistadas entre os dois grupos é de apenas um. Não se está portanto perante uma situação em que um desequilibrado número de pessoas de um determinado grupo foi entrevistado, mas perante a diferença sobre o quanto as pessoas de cada sub-grupo problematizaram e relataram experiências sobre cada tópico.

Um outro potencial desequilíbrio que se procurou colmatar através da forma como as entrevistas foram realizadas foi o de tentar distribuir os tempos da entrevista o mais equitativamente possível pelas quatro actividades principais. No entanto, o número

de codificações pende para a actividade do consumo de pornografia. Existem várias razões, extrâneas à análise de conteúdo em si: em primeiro lugar, a experiência do consumo de pornografia era a experiência com que mais pessoas tinham contacto pessoal directo (por o terem feito) e indirecto (por conhecerem ou falarem com quem o fizesse), a par da busca de informação *online*; em segundo lugar, discussões acerca de busca de informação ou mesmo activismo desviavam, ocasionalmente, de novo a entrevista para a temática da pornografia; em terceiro lugar, como se verá, há uma tendência de naturalização de ambas as práticas, mas que se manifesta de formas diferentes, e em que a busca de informação sobre sexualidade ou saúde sexual é vista como uma actividade que apela a diferentes estratégias de *coping* e de avaliação de conteúdos. Os jovens pareciam mais motivados para falar com mais *nuances* de experiências associadas à visualização de pornografia acabando por tornar-se necessárias mais perguntas de seguimento. Estes dados são coerentes com a informação retirada do inquérito por questionário.

O cruzamento de actividades principais consigo próprias mostra uma grande afinidade entre a procura de informação *online* e a participação cívica *online*, e entre o consumo de pornografia *online* e a participação cívica *online* (em ambos os casos, 31 blocos de resposta). Configuram-se vários entendimentos do que constitui “participação cívica”, a partir do momento em que o espectro é alargado para incluir mais do que apenas a concepção estritamente formal. Um exemplo prático torna evidente como é que estas diferentes actividades se tocam:

“Porque, lá está, eu fazia posts informativos, e... tinha mesmo uma secção que era, por exemplo, "*little things to remember*", depois, "*things to acknowledge*", e depois tinha imagens sobre isso, e depois tinha outras imagens, ah... que se... quem quisesse só *fap to that*, podiam [*riso*]!”

– *Subject A*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como bissexual; estudante universitária em Lisboa (Anexo 47)

No contexto da produção e curadoria de conteúdos para o seu Tumblr, *Subject A* cria uma miscelânea de diferentes registos comunicativos, de forma a “chegar a várias pessoas diferentes”, possibilitando assim uma transição entre alguém que quisesse usar os conteúdos apenas para se masturbar, fazer-lhe perguntas directamente e/ou ler “posts informativos sobre isso”. Os campos da busca de informação, das redes sociais (enquanto forma de participação cívica *online*) e do consumo ou disponibilização de pornografia unem-se, não apenas numa resposta, mas num contínuo de acções que se entrecruzam num todo que faz sentido referir enquanto tal.

Ao contrário da apresentação descritiva dos resultados, exposta no Capítulo anterior, esta secção irá agrupar a discussão dos resultados da análise de conteúdo tomando cada uma das quatro actividades em estudo como principais eixos de interpretação e procurando assim criar uma imagem coerente dos dados para cada actividade e, a partir disso, levantar pontos salientes para a análise de discurso.

Como pode ver-se pela relativa ausência de sub-categorias associadas à categoria de *procura de informação online* e pelo baixo número de respostas associadas (188, o menor de entre as quatro actividades), houve pouca diversidade nos relatos dos contextos e papéis do que a actividade representa para estes jovens, salientando-se a maior acessibilidade da internet como um factor relevante para todos os jovens que foram entrevistados. Esta maior facilidade é estabelecida face a consultar livros, falar com professores, pais e até mesmo a falar com colegas ou amigos (íntimos), dependendo do tema. Isto contribui para a ideia de que se está perante um tema potencialmente complicado ou que induz vergonha, o que os dados recolhidos parecem confirmar: das respostas codificadas que abrangem a procura de informação *online* e que contêm referências a estas visões, a codificação mais vezes usada, com 44% das respostas, refere-se a “tema complicado ou vergonha”, mais do que em qualquer uma das outras actividades; isto é também algo que os jovens parecem ter sentido na primeira pessoa, se se tiver em conta que 81% das respostas codificadas nesta actividade dizem respeito a uma experiência própria, embora não seja de ignorar que as raparigas referem experiências de outras pessoas muito mais do que rapazes, o que pode estar relacionado com diferentes experiências de sociabilidade em torno da conversa sobre assuntos de sexualidade, saúde sexual ou desenvolvimento corporal.

Os respondentes praticamente não fizeram referências à componente de género, no que toca à procura de informação, já que apenas 11 respostas (cerca de 4% das 188, portanto) incluíram algo relativo a interpretar algo como ligado ao género, e essas mesmas respostas surgiram mais no grupo de raparigas e de pessoas que eram lidas como heterossexuais.

A Literacia digital é, no contexto da busca de informação, um elemento importante e vemos que tem mais relevância nesta actividade do que em qualquer das outras, tanto no apontar de estratégias como de dificuldades. Os dados apontam para auto-confiança, por parte dos jovens, em conseguir avaliar correctamente o conteúdo, bem como uma ênfase em demonstrar que conhecem e implementaram já uma ou mais

formas de encontrar a informação de que procuravam – relembre-se aqui a elevada percentagem de jovens que tinham como estratégia, no inquérito por questionário, a comparação de informação por entre vários *sites* diferentes (cf. Capítulo VI.1), o que pode não resultar em atitudes diferentes (cf. Capítulo III.3).

Os jovens lidos como heterossexuais dividem equitativamente as suas referências a questões de literacia digital neste contexto às supracitadas estratégias para encontrar informação ou para a avaliar, e falam mais que jovens não-heterossexuais das dificuldades em avaliar os conteúdos. Abre-se aqui um ângulo de exploração para a análise de discurso, já que os jovens não-heterossexuais articulam mais longamente a forma como procuram informação (o que pode ser indicador de maior necessidade de o fazer, maior hábito de o fazer, implementação de um mais variado leque de estratégias para o fazer, ou qualquer combinação destes três factores, considerando que, no inquérito por questionário, mais jovens não-heterossexuais dizem fazê-lo).

Estes dados também salientam o quão pode ser difícil o acesso a essa mesma informação, o que, por sua vez, pode representar uma dificuldade acrescida de conseguir aceder a informação que estes jovens LGB considerem ser adequada para si. Ainda assim, referências feitas a situações em que os jovens sentiram que tiveram de recorrer a estratégias de *coping* ou de gestão de risco foram as mais baixas de entre as quatro actividades, e focaram-se primariamente no recurso ao grupo de pares. Um exemplo ilustrativo de como os pares se podem apresentar como um problema e, ao mesmo tempo, uma solução, está no testemunho seguinte:

“[...] o primeiro problema com que eu me deparei foi não conhecer na altura mais ninguém na mesma situação que eu!... e então a internet aí funcionou como veículo de conhecimento de outras pessoas na mesma situação... [...] Ah, depois para procurar também informação relativa também à reacção dos familiares, pessoas a contarem como é que contaram aos amigos, e pronto, foi... nesse sentido, foi muito importante.”

– *Ivo*; 18 anos; género masculino; lido como não-heterossexual; estudante universitário em Lisboa (Anexo 43)

No caso de *Ivo*, a internet permitiu-lhe acesso a informação que dizia respeito a como lidar com os seus pares (e família), algo que, para ele, constituía um potencial problema ou fonte de ansiedade – e uma das formas que essa ajuda tomou foi justamente permitir-lhe contactar “outras pessoas na mesma situação”, que passaram a constituir um novo referencial enquanto grupo de pares. A outra forma encontra-se na intersecção com a participação cívica *online*: a partilha de experiências, mesmo por

parte de pessoas que *Ivo* não terá conhecido pessoalmente, cumprem uma função (cívica, política) de alargamento do reportório de experiências a que ele tem acesso.

As reacções emocionais mostram ainda algum desconforto, ou busca de aligeirar através do humor o tema em discussão – uma das principais razões para a existência de risos variados ao longo das entrevistas. Também a curiosidade e o incómodo se fizeram sentir, revelando a sensação de que era necessário ou importante descobrir mais dados sobre este ou aquele assunto e a percepção de que, ao mesmo tempo, adquirir informação sobre sexo ou sexualidade era distinto de adquirir informação sobre outras temáticas. Aliás, quando se agregam as várias expressões de reacções emocionais com pendor negativo (desespero, vergonha, frustração, incómodo, choque, medo, nojo), ultrapassa-se o registo do riso. Assim, mesmo esta primeira actividade, um direito dos jovens, mostra como a sexualidade se encontra envolta em ambiguidades; isto ajuda a explicar a predominância das representações discursivas do sexo e da sexualidade como sendo um tema complicado ou envolto em vergonha. Encontram-se maiores diferenças na codificação olhando para a divisão por orientação sexual do que por género. O riso e o humor podem ser empregues como estratégias para mais facilmente lidar com a questão. A ambiguidade também se encontra representada na codificação, reforçando a análise e operando em conjunto com generalizações universais (especialmente por raparigas) que sustentam no senso comum a legitimidade do que é afirmado.

A busca de informação tem uma componente importante de descoberta e enriquecimento pessoal, e a auto-apresentação dos jovens perante o assunto ajuda a compreender como eles olham para si mesmos enquanto agentes. Em todos os sub-grupos, é sempre a auto-reflexividade que se destaca, seguida de perto (no caso de rapazes e pessoas lidas como heterossexuais), pela auto-representação do ‘Eu’ como maduro, o que aponta para um olhar de si para si mesmo, reforçado por referências à responsabilidade pessoal. Ao mesmo tempo, e regressando às visões que os jovens referem sobre sexo e sexualidade, a importância da experiência directa remete de uma outra forma para esta auto-reflexividade e maturidade: levando o jovem entrevistado a pensar sobre as formas como a aquisição de mais experiências modulou a sua própria forma de interpretar a (informação sobre) sexualidade, onde o ter mais experiência pode ser lido como uma forma de maturidade para os respondentes.

Os jovens colocam-se a si mesmos no centro dos relatos destas experiências, embora não se deva subestimar o quanto a escola e os grupos de pares fazem parte das

descrições e relatos deles; as referências ao grupo de pares, no caso das pessoas lidas como não-heterossexuais, surgem em primeiro lugar, pouco acima dos contextos de responsabilidade pessoal, ao mesmo tempo que a presença de referências à família se reduz. Isto pode apontar para experiências de homofobia, ainda que implícita ou subentendida, bem como para situações em que o jovem sinta que, em virtude da falta de preparação ou conhecimentos da família, esta constitui um recurso mais pobre ou não preferencial. Os dados do inquérito por questionário mostram que há menos jovens não-heterossexuais a recorrer aos grupos de pares; no entanto, como se vê pela citação de *Ivo*, acima, as pessoas que constituem esses grupos de pares não são sempre as mesmas, e o facto de um recurso ser utilizado por menos jovens não quer dizer que este seja menos importante ou definidor, quando é de facto usado.

A interpretação da quantidade de vezes em que surge o ‘Eu’ enquanto fonte de informação ou recursos tem aqui um duplo sentido: pode ser lida lado a lado com a função que alguns destes jovens mostram ter perante os seus pares e também resulta de perguntas específicas durante as que os enquadraram como fontes de informações. Outra prática da forma como os jovens responderam a questões sobre esta actividade é o de se apresentarem enquanto pessoas liberais: ou seja, destacam explicitamente a sua abertura ou à-vontade com os tópicos que referem, tendo explicitamente referido isso.

Informações sobre ISTs surgem em primeiro lugar, seguidas de questões sobre o corpo humano e alterações por que este passa. Estes dados diferem parcialmente da informação recolhida junto do serviço *Sexualidade em Linha* do Portal da Juventude (cf. Capítulo IV.2), que destaca a contraceção, mas onde a menstruação (enquanto questão associada com o corpo e transformações fisiológicas) figura também como uma das consultas de topo. Isto poderá ter que ver com o facto de que, para alguns jovens entrevistados, a contraceção simplesmente não faz parte das suas preocupações, já que interagem sexualmente apenas com pessoas do mesmo sexo. São as raparigas quem se preocupa mais com o corpo, e os rapazes falam consideravelmente mais da questão das ISTs, algo a que não será alheio o estigma da SIDA por entre os jovens homossexuais. Esta ausência de referências a ISTs não teria, à partida, nenhuma razão médica para existir, mas olhar para as representações que os jovens fazem do que está associado à sua própria sexualidade permite colocar isto em questão:

“Porque eu sempre associei que as raparigas têm menos... É estúpido, eu sei, mas sempre associei que as raparigas têm menos hipóteses de ter alguma do que os homens.”

– *Redgi*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como *gay*; trabalhadora na área da restauração em Lisboa (Anexo 44)

Este dado pode combinar-se com o que já foi dito sobre desequilíbrios de género na negociação da segurança sexual em relacionamentos heterossexuais (cf. Capítulo III), levando as raparigas a pesquisar por sua iniciativa própria assuntos ligados com a protecção da sua saúde sexual; outra explicação possível pode também ter que ver com a obtenção desta informação por outras vias (nomeadamente os conteúdos médicos e biológicos geralmente abordados nas escolas; cf. Capítulo IV.3), que faz com que as jovens raparigas se foquem mais especificamente em assuntos que podem ser de mais difícil obtenção por essas vias. A ênfase em aspectos mais virados para o corpo e as doenças correspondem ao tipo de áreas de saber invocadas pelos jovens: a medicina e os médicos surgem em primeiro lugar, e até a polícia ou a religião têm tantas ou mais menções que as ciências psicológicas. Estes resultados, combinados com referências a instâncias de ensino oficial podem apontar para as características predominantes das iniciativas nas escolas destes jovens, mas também permitem ver que os próprios jovens, no seu discurso, reificam o papel dos elementos fisiológicos na sexualidade, em detrimento de elementos psico-emocionais ou sociológicos. Os professores parecem ser consideravelmente mais referidos por rapazes do que por raparigas, levantando questões sobre potenciais dificuldades acrescidas que estas possam ter sentido em tentar abordar a temática junto com os docentes que tiveram (e.g.: duas das entrevistadas tiveram a experiência de frequentar liceus religiosos), ou terem menos à-vontade para o fazer durante aulas por problemas associados à internalização de regras de género sobre a relação entre jovens raparigas e sexualidade.

A hipótese levantada sobre o papel da família na obtenção de informação sobre sexo e sexualidade reforça-se com estes dados: os jovens heterossexuais referem em 29% das respostas aqui co-codificadas a família, em comparação com uns distantes 8% no caso de jovens lidos como não-heterossexuais; os grupos de pares para pessoas lidas como não-heterossexuais figuram em 33% das respostas, em comparação com os 12% em respostas de pessoas lidas como heterossexuais.

A busca de informação sobre sexualidade e saúde sexual na internet é descrita, na maior parte dos casos, em associação com avaliações experienciais positivas, mas não sem uma grande dose de ambiguidade e de elementos potencialmente negativos pelo meio, que surgem dos contextos pessoais, familiares, sociais e de pares que rodeiam os jovens e que, em parte, também os poderão motivar a realizar estas buscas

da forma e com as preocupações que demonstram. A escola é um contexto relevante para fomentar a busca de informação, mas também parece conduzir o discurso dos jovens para a legitimação do sexo e da sexualidade enquanto experiências da dimensão física. Os padrões de respostas e silêncios dos jovens apontam para a existência de dinâmicas de género e de orientação sexual que enformam as suas experiências e ajudam a construir as suas percepções do assunto – grupos de pares e família têm presenças bem diferenciadas na forma como os jovens falaram, e das dificuldades que experienciaram. A experiência dos jovens lidos como não-heterossexuais destaca-se em vários pontos da codificação, afirmando-se desde já como um eixo de leitura dos resultados de particular relevância e que expõe diferenças que não são subsumíveis às encontradas por género, a aprofundar na análise de discurso.

A segunda actividade em estudo, *participação cívica online*, gerou 9 sub-codificações, que correspondem a diferentes papéis e enquadramentos ou posturas assumidas ou atribuídas pelos jovens nas suas referências, algumas delas mutuamente exclusivas, como a ideia de que a participação cívica é socialmente importante ou não-fundamental. A maior parte das referências feitas nas respostas dos jovens foi generalistas, sem nenhuma destas perspectivas em particular; em seguida, é o papel da participação cívica como forma de apoio a minorias que mais se destaca. Existe uma visão de participação cívica que foge às concepções típicas sobre as funcionalidades e objectivos que lhe são adscritas. A prevalência de tantas codificações generalistas revela, ao nível discursivo, falta de envolvimento ou conhecimento, que se traduzem em menções menos focadas em algum aspecto concreto. Dois outros elementos, podem ser destacados: uma componente de socialização, visível na ideia de que a participação cívica serve para encontrar pessoas como ‘eu’ ou na ideia de que serve como passagem para trabalho activista no terreno; e uma componente pessoal, que se foca nesta prática como um meio de aprendizagem ou de melhoria de si mesmo. As pessoas lidas como não-heterossexuais mostram não apenas preferir enquadrar esta prática numa perspectiva de obtenção de aprendizagens, como também consideram importante focar a possibilidade que isso lhes dá de encontrar pessoas com quem se identifiquem. Para os jovens lidos como heterossexuais, há uma relação de desidentificação (17%) ainda que, ao mesmo tempo, se reconheça a utilidade da participação cívica para minorias (18%).

Isto pode ser entendido como um forma de desresponsabilização sociopolítica associada a privilégio social, em que pessoas que se apresentam como heterossexuais,

ao estarem enquadradas como fazendo parte da norma sexual, não são vítimas de discriminação em função da orientação sexual e, por conseguinte, identificam esse problema como sendo algo da responsabilidade de quem é visado por isso.

As avaliações que acompanham as referências à participação cívica *online* têm os níveis mais baixos de negatividade de entre as quatro actividades estudadas (9%) mas, ao mesmo tempo, quase metade das co-codificações apontam para alguma ambivalência referida pelos jovens. Considerando que uma parte dos temas aqui mencionados envolvem minorias e a necessidade de estas serem apoiadas, é compreensível que as referências aos problemas por que estas passam sejam enquadradas negativamente. A desagregação dos dados por orientação sexual mostra que as pessoas lidas como não-heterossexuais fazem mais referências ambivalentes do que pessoas heterossexuais, mas também mais referências positivas. Isto sugere que existe uma estratégia de afastamento discursivo por parte dos jovens heterossexuais e que os grupos de privilégio podem encarar a própria prática de participação cívica *online* como algo que resulta de ou resulta em experiências negativas, para outrem.

A análise das visões associadas a sexo e sexualidade que co-ocorrem com as referências à participação cívica *online* parecem confirmar esta avaliação, já que é novamente a noção do sexo como um tema complicado que se destaca, mas também referências ao sexo como natural ou como perversidade – dicotomia essa que se encontra na base da manutenção da heteronormatividade (cf. Capítulo I.4.3). Também entra dentro desta interpretação o baixo nível de referências à questão da experiência (o mais baixo do estudo), na medida em que esta temática se prende com uma visão mais sociológica ou contextual de problemas que têm que ver com dinâmicas de desequilíbrios de poder. As referências a sexualidade como natural ou alusões à ideia de perversidade vêm primariamente de rapazes e de pessoas lidas como não-heterossexuais, ao passo que raparigas focam directamente a noção de que o sexo e a sexualidade são tratados como assuntos tabu. Os grupos socialmente vistos como subalternos são então os que mais têm a dizer sobre o tema.

Mais de metade das referências a experiências de género e orientação sexual co-ocorridas com esta actividade têm que ver com questões de orientação sexual no geral. Se a essas adicionarmos relatos específicos de heteronormatividade e LGBT-fobia, totalizam-se 84% das codificações aqui feitas, voltando a notar-se uma clara predominância do discurso de pessoas lidas como não-heterossexuais. Por conseguinte,

é importante reflectir como hipótese o quanto o enfoque dado à sexualidade no estudo não possa, por si só, ter afastado referências mais associadas a questões de género ou se, como alternativa ou em acumulação, não existe aqui uma separação percebida pelos jovens entre a temática do género e da sexualidade.

A participação cívica *online* é um espaço privilegiado para a criação e fortalecimento de relações entre pares, e para acção conjunta com estes; ao mesmo tempo, a responsabilidade pessoal surge num (distante) segundo lugar, ligado à forma como é importante a capacidade pessoal de mobilização. A diferença entre experiências pessoais e de outrem reflecte-se nos dados de outra forma: raparigas e pessoas lidas como não-heterossexuais falam mais sobre a importância da responsabilidade pessoal ou da iniciativa própria; as dinâmicas do grupo de pares são fundamentais para os relatos feitos por estes jovens e para a própria razão e contexto que torna viável ou justifica este tipo de iniciativas.

Ainda assim a maioria das referências é feita em articulação com experiências próprias – é importante ver que estas experiências se revelam enquanto “próprias” e como são elas articuladas com variados entendimentos de participação cívica.

Aqui, a ênfase é na figura do ‘Eu’ como fonte de informação ou recursos, que recolhe 35% das co-codificações, ligeiramente acima da auto-reflexividade (31%); também aqui vemos as menores chamadas de atenção feitas ao sentido de maturidade das próprias pessoas entrevistadas. A auto-reflexividade é menos referida por rapazes e por pessoas heterossexuais, contribuindo para a interpretação de que esta temática apresenta especial relevância para os grupos socialmente alvo de discriminação, ao mesmo tempo que rapazes e pessoas lidas como heterossexuais parecem investir menos nesse trabalho de auto-reflexão. Estas auto-identificações sugerem que este privilégio se estende à percepção do quanto e como podem contribuir. Um exemplo:

“Ah... por exemplo... a legalização do casamento homossexual. Não é um interesse meu. Não discordo mas simplesmente não é uma guerra minha... mas se me pedirem opinião, tudo bem, sim, concordo.”

– *Tiago*, 19 anos, género masculino; lido como heterossexual; trabalha na área de Informática e vive na margem Sul do Tejo (Anexo 48)

As fontes de informação principalmente identificadas por rapazes não-heterossexuais, focam-se nos grupos de pares para a obtenção da informação e dos recursos de que sentem falta. Porém, existem poucos dados para formar uma imagem coerente. Pela sua escassez, apontam a importância baixa de áreas de saber formais.

Aquilo que poderia servir como marcador da complexidade das práticas de participação cívica *online*, as referências a assuntos de literacia digital, apontam para uma ausência desta mesma diversidade ou complexidade. Isto sugere uma baixa variedade de práticas e ainda o surgimento de problemas em conseguir levar a cabo tarefas associadas ao activismo *online* mas existem também bastantes mais referências ao impacto dos novos *media*. Essas referências surgem de pessoas heterossexuais, que têm menor experiência pessoal com práticas de participação cívica *online*.

Nas referências a tópicos ligados a sexo ou sexualidade predomina o tópico das relações íntimas, o que valida a ideia de que uma grande parte das referências lida com a questão da temática activista LGBT. A distribuição absoluta por género e por orientação reforça a leitura de uma pluralidade temática e discursiva (relativa) por parte dos grupos sociais que mais são afectados por estas questões.

É a sensação de incómodo que mais vezes surge referida; este incómodo pode estar relacionado com a forma como os jovens enquadram a necessidade de participação cívica, bem como com possíveis experiências negativas relacionadas com a prática de actos de participação cívica; é possível ver-se também o riso como ferramenta de lidar com o incómodo por detrás do tema, assim como a curiosidade por mais informação ou recursos, que poderão ser outro dos elementos motivadores que os jovens identificam como estando por detrás desta actividade.

Tanto assuntos relacionados com *coping* e gestão de risco, como referências a visões sobre idade, foram só esparsamente mencionados em conexão com activismo e participação cívica. Nesta categoria, só foram registadas respostas de pessoas lidas como não-heterossexuais, sendo a indicação de que não voltaram a tentar fazer algo a segunda categoria mais vezes codificada. Mesmo no que diz respeito a pessoas lidas como não-heterossexuais, a participação cívica *online* surge ligado a algo que se parou de fazer – ligando com as reacções emocionais, parece apontar para consequências negativas ligadas a estas iniciativas e que resultaram num afastamento das mesmas.

A participação cívica *online* recebe poucas referências, e o discurso mais diversificado está do lado dos grupos sociais que, à partida, mais beneficiariam da existência de uma cultura de participação cívica crítica mais forte. Denota-se ambivalência associada a esta prática: emoções negativas coexistem com emoções positivas, e se existe uma valoração positiva da importância de participar civicamente a nível social, existe também a possibilidade de isso resultar em experiências negativas.

As categorias criadas em torno dos vários significados de participação cívica revelam uma grande variedade, e os jovens parecem ter-se focado primariamente em questões associadas à orientação sexual e menos sobre questões de desigualdade de género.

O *consumo de pornografia online* foi a categoria que mais respostas reuniu, e onde o discurso dos jovens mais se aprofundou e diversificou; foi também a actividade relatada por mais jovens no inquérito. O cruzamento de respostas sobre esta actividade com outras mostra o quão equívoca pode ser a palavra “pornografia”, e também como esta pode estar incluída noutras actividades.

De todas as actividades em estudo, foi o consumo de pornografia que gerou mais subcategorias associadas a diferentes perspectivas, reforçando a conclusão de que foi este o nexó agregador de maiores *nuances* de sentido, significado e prática. A pornografia como prática plural e como aprendizagem (que não tem que ver com cruzamentos entre pornografia e procura de informação *online*) são dois dos sentidos que mais se destacam. Outras subcategorias mostram cenários com dinâmicas sociais variáveis: desde a visualização de imagens ou vídeos sexuais enquanto uma brincadeira ou “no gozo”, até à exposição acidental que, como referido na revisão bibliográfica, constitui um elemento presente e com características específicas, passando por uma função de teste ou veredictão sobre a orientação sexual ou preferências específicas:

“Eu já, eu tinha tido uma relação e a relação que tive a seguir a essa relação foi uma relação com um “bear” e... serviu ‘pra perceber que tipo de coisas é que eles gostam, como é que eu me podia satisfazer com esse tipo de público! Ah... o que, muitas vezes acaba por ser um trabalho que eu vulgarmente chamo um trabalho sociológico ou um trabalho psicológico porque nós estamos, por assim dizer, a estudar uma comunidade e a estudar a maneira como eles se comportam! A pornografia nesse tipo de situações também ajuda um bocado a perceber o que é que esse tipo de públicos procura.”

– *Miguel*, 17 anos, género masculino; identifica-se como homossexual; estudante que mora em Lisboa (Anexo 42)

O consumo de pornografia é, a seguir ao *sexting*, a actividade com o maior pendó de co-codificações negativas e ambivalentes e também onde se observam os maiores níveis de opiniões universalizantes e de alterização. Isto quer dizer que as referências feitas ao acesso a pornografia *online* vêm associadas a elementos negativos (mesmo que não derivados directamente da experiência em si, ou mesmo que apenas pressupostos), mesmo que a maioria dos relatos contenha a ambiguidade como factor distintivo, o que aponta para um discurso que pretende apresentar uma faceta benéfica dos comportamentos aludidos, ainda que com aspectos negativos à mistura. Esta categoria está também ligada a generalizações e divisões binárias, que tanto se podem

ligar ao consumo de pornografia (suposto ou real) como a crenças sobre comportamentos alheios ou sobre características associadas à sexualidade, servindo o consumo de pornografia então como um marcador de expressão de traços pretensamente transversais da sexualidade-enquanto-tal e também de marcador de divisões entre as posturas sobre sexualidade das pessoas entrevistadas e outras pessoas, alterizadas. As variações por género e por orientação sexual não são muitas, mas revelam tendências que se encontram dentro do que seria expectável dentro de um paradigma de produção de pornografia que se foca num modelo heterocêntrico e falocêntrico de representações de prazer (cf. Capítulos II, III.1), mas também em contextos sociais que estão vocacionados ou criados para esperar essa mesma dinâmica representacional – as raparigas referem mais valorações negativas e menos positivas que os rapazes, e as pessoas lidas como heterossexuais as mais negativas. Isto aponta para diferenças nas dinâmicas sociais de visualização de pornografia *online* por parte de pessoas heterossexuais. São mais as raparigas e pessoas lidas como não-heterossexuais quem integra elementos universalizantes no seu discurso, reproduzindo uma visão simplista sobre o que é a pornografia, ou as relações entre pornografia e a sexualidade.

É o incómodo que surge mais vezes reportado em codificações que envolvem o consumo de pornografia *online*, mas com valores semelhantes de riso e agrado. Existe uma componente negativa associada à visualização de pornografia *online*. Os relatos de incómodo, contra o esperado, surgem mais em rapazes e pessoas heterossexuais. Estes dados permitem compreender que o incómodo não está apenas associado a um dado conteúdo, mas ao contexto, uma vez que mesmo aqueles para quem a pornografia é feita incorporam no seu discurso o incómodo (podendo também usá-lo como referência a experiências de outrem). O riso enquanto resposta mais emocional continua a estar mais do lado de raparigas e de pessoas lidas como não-heterossexuais, já que está em jogo uma maior dificuldade por parte de grupos subalternizados em conseguir falar de forma menos nervosa desta temática. Os dados apontam para uma maior importância do género na forma como a pornografia é mencionada e recebida por estes jovens.

Os jovens aparentam ter, pela quantidade de vezes que relatam experiências de outrem, bastantes conhecimentos sobre como outras pessoas interagem com o tema – o que aponta para dinamismo social em torno do tópico. As raparigas entrevistadas recorreram mais a relatos de experiências de outras pessoas do que os rapazes, que falaram mais vezes em nome próprio; a diferença encontra-se também na diferença de

orientação, colocando os não-heterossexuais como os que recorrem mais a experiências próprias. Os grupos de pares (a par da família) são vistos como detentores de saberes em co-referência com o consumo de pornografia. Isto reforça a importância do gênero, podendo o aumento do relato das experiências de outrem por raparigas servir como uma forma de se defenderem de uma sobreexposição pessoal ou de lidar com possíveis desconfortos sentidos a falar do tema; a ênfase por parte das pessoas lidas como não-heterossexuais relaciona-se com um investimento cognitivo na importância do material pornográfico nas suas experiências.

A escola e outras formas de cruzamento com grupos de pares são um elemento a destacar de entre os dados, mesmo quando se limita a análise a experiências próprias. Isto reforça a conclusão de que existem múltiplas circunstâncias sociais em que a pornografia desempenha um papel importante. Por outro lado, referências que envolvam situações familiares – geralmente de mediação – são relativamente raras nos relatos feitos por estes jovens, tal como o são as referências que envolvem relações íntimas, mesmo perante os dados do inquérito, que apresentam esta prática como comum. Poderá haver uma certa restrição social a abordar este tema numa entrevista, ou ser-lhe dada pouca relevância.

As raparigas neste estudo mencionaram mais situações em contexto escolar, em comparação com os rapazes, mas falaram menos vezes da família. Os jovens heterossexuais destacam a responsabilidade pessoal e a privacidade, ao passo que não-heterossexuais destacam o contexto de pares, suportando a noção de que existe uma componente identitária e de sociabilidade diferente consoante a orientação sexual.

Tanto o gênero como a orientação são factores problematizados pelos jovens, ao falarem de pornografia. Raparigas destacam o gênero e pessoas lidas como não-heterossexuais destacam a orientação sexual, mostrando como as experiências próprias modelam a forma como se aborda o tema em contexto de entrevista. Pessoas não-heterossexuais são quem mais aborda ambos os temas simultaneamente, porventura prestando mais atenção às questões de poder associadas a ambos os marcadores. Apesar de os jovens prorritizarem questões de gênero na forma como falam sobre o consumo de pornografia *online*, é através das distinções em função da orientação sexual que se verificam os perfis mais diferenciados de resposta, chamando a atenção para o impacto das experiências de orientação sexual na forma como o discurso se encontra estruturado.

As visões associadas ao sexo passam muito pela experiência, reforçando o resultado anterior que apresentava a pornografia como uma forma de aprendizagem; a ideia da vergonha ou de temática complicada de referir surge em segundo lugar, mas distante dos valores vistos nas actividades anteriores, e novamente se foca o discurso na dicotomia do natural/perverso. O sexo como uma necessidade surge junto com a ideia de que a pornografia é vista como forma de atender a necessidades de cariz “natural” ou fisiológico, uma forma de reforçar a ideia de que a aquisição de experiência (do próprio corpo, do corpo de outrem) é algo ligado a ver pornografia. Esta primazia a referências sobre experiência encontra-se mais do lado dos rapazes, ao passo que elas enfatizam o duplo padrão sexual e a ideia de necessidade ligada ao sexo – para eles o aspecto performativo associado à masculinidade hegemónica, e para elas o discurso de naturalização do desejo e da vontade sexual, muito usado para validar também a masculinidade como potência.

Acima da masturbação surge a referência a relacionamentos íntimos como algo que se liga ao consumo de pornografia, importante para ligar às referências sobre corpos e alterações corporais: aqui cabem as diferenças entre o que é representado mediaticamente e as experiências pessoais dos jovens, bem como olhares críticos sobre estas duas coisas. A pornografia pode servir como aprendizagem pessoal, mas essa aprendizagem liga-se a práticas em relações interpessoais, íntimas. As relações íntimas são, percentualmente, menos mencionadas por não-heterossexuais; são-no também menos por raparigas, o que reforça a interpretação acima sobre o quanto a pornografia representa, para géneros diferentes, um recurso de aplicabilidade desigual.

Procurar e consumir pornografia requer um certo grau de Literacia digital, considerando a importância que esse elemento teve nas respostas dadas. A avaliação dos conteúdos parece mais difícil: 30% das respostas a abordaram, 14% apontando dificuldade em o fazer. Os rapazes parecem bastante mais prolixos em falar sobre como encontrar esses conteúdos, face às raparigas, dedicando menos atenção nos seus relatos a estratégias para avaliar esse mesmo conteúdo ou relatando menos dificuldades em fazê-lo do que elas. Isto aponta para privilégio de género, na medida em que as reflexões sobre a avaliação crítica a fazer em torno dos conteúdos pornográficos por rapazes são menos centrais do que as feitas por raparigas, mais frequentemente objectificadas no contexto das representações pornográficas *mainstream*. A dificuldade que jovens lidos como não-heterossexuais mencionam em conjunto com a actividade de

visualização de pornografia *online* suporta também as críticas feitas à heteronormatividade do conteúdo geralmente disponível, e o impacto que isto tem sobre pessoas que fazem parte de minorias sexuais.

Também ao nível do *coping* e gestão de risco o grupo de pares se destaca, junto com soluções de tipo tecnológico, mostrando que existe atrito na experiência de consumo de material sexual na internet para os jovens, e que estes activamente procuram solucionar o que entendem ser problemas (desde bloqueio de publicidades até encontrar novas e melhores fontes de material).

Há uma forte presença discursiva do ‘Eu’ como liberal, que pode neste contexto representar um esforço explícito para demonstrar valores progressistas e que aceitam e reconhecem o direito à diferença, de forma a se demarcarem de discursos conservadores, e que os próprios encarem negativamente. Isto permite também criticar algum elemento relativo a sexualidade e, ao mesmo tempo, manter uma apresentação em contexto de entrevista que fique conotada com uma postura liberal e de aceitação. Há um forte trabalho biográfico nas suas referências à pornografia, uma vez que características suas e do seu passado são várias vezes aludidas aqui. A pornografia surge como importante no seu desenvolvimento pessoal e os contextos sociais dos jovens são uma poderosa ferramenta para relatar as suas experiências. Os jovens também se apresentaram como maduros e fontes de informação e recursos. As raparigas investiram uma maior proporção das suas respostas a mostrarem-se liberais, por antecipação ao estereótipo que posiciona as mulheres como inerentemente menos interessadas em sexo e que codifica a pornografia como algo ‘para homens’, por entre uma teia de relações entre género e sexualidade (cf. Capítulo III.1). As raparigas apresentam-se também menos vezes como fontes de informação ou recursos, e usam menos as suas biografias pessoais para reflectir em associação com este tema. Ao nível da orientação sexual, o enfoque no liberalismo é feito por parte dos respondentes lidos como heterossexuais, com a mesma preocupação de se apresentarem como defensores da alteridade afectiva e sexual, ficando em segundo plano a auto-reflexividade.

Foi feita uma pergunta sobre a proibição de acesso consoante a idade, mas também existiram várias ligações entre pornografia e idade – na sua maioria, ligando o crescimento e a idade a uma visão naturalista, e à pornografia que vem preencher a necessidade natural criada por esse mesmo desenvolvimento etário, o que também

implica que, abaixo de uma certa idade, os mais novos precisam naturalmente de protecção desse conteúdo.

Ao nível do consumo de pornografia está-se, então, perante uma rede complexa de discursos e de diferentes grelhas de leitura e influências. Há claras distinções entre como diferentes temáticas são mais sensíveis a serem discursivamente apresentadas com maior diferenciação por género ou por orientação sexual. Esta prática traz consigo um investimento emocional e de auto-representação bastante forte, sendo também uma área preferencial para olhar como os jovens apresentam diferentes visões sobre sexo e sexualidade e como os próprios fazem uma leitura genderizada e sexualizada das suas experiências. A multiplicidade de contextos sociais é particularmente importante para desvincular as funções comunicacionais e sociológicas da pornografia enquanto conteúdo, da mera busca de prazer ou satisfação pessoal. Será particularmente importante para a análise crítica de discurso perceber de que forma é que os jovens enquadram essas experiências no seu dia-a-dia e como é que a construção das suas subjectividades enquanto seres sexualizados passa ou passou pela pornografia – tanto enquanto validação, como enquanto origem de problemas.

A prática de *sexting* foi pensada em articulação tanto com a internet, na medida em que várias plataformas podem ser usadas para enviar ou receber imagens, sons ou vídeos considerados de teor sexual, como com os serviços de envio de mensagens por via de MMS em telemóveis; contemplou-se também aqui a recepção ou envio de textos de cariz sexual (e.g.: *fanfics*, histórias de ficção criadas por fãs de uma determinada obra literária, série televisiva, filme ou outros; mas também mensagens de texto sexualmente explícitas entre pessoas que se podem ou não conhecer). Tal como no caso da participação cívica *online*, este elemento envolve também o relato de experiências de produção de conteúdos por parte dos jovens, ainda que isso possa até, noutros países, representar um risco para os próprios (cf. Capítulo III.2) – aliás, existem cruzamentos entre estas duas actividades, para além de entre o *sexting* e o consumo de pornografia *online*. Ne generalidade, este tema recebeu atenção mais intensa e directa por parte de pessoas lidas como heterossexuais.

Existe um pendor predominante de experiências negativas, o que se combina com a existência de casos relatados de partilha mútua numa relação íntima por parte de pessoas não-heterossexuais, e partilha indevida no caso de pessoas heterossexuais. Estas diferentes expressões de um mesmo fenómeno podem estar ligadas às dinâmicas íntimas

entre diferentes géneros e portanto apontar para questões que ligam misoginia e heteronormatividade. Ainda assim, existem mais codificações positivas de respostas de raparigas do que de rapazes, levantando a questão, para a análise de discurso, de que formas adoptam essas referências positivas, por entre um contexto tão negativo.

O peso do contexto de pares (que se liga à partilha indevida) é o segundo mais alto, sendo o primeiro o de relação íntima – onde, de acordo com vários estudos já referidos, geralmente se pratica mais frequentemente *sexting*. Porém, as referências ao contexto de responsabilidade pessoal podem ser indício de que existe, até certo ponto, um focar da responsabilidade na pessoa que está a enviar a imagem, vídeo ou texto, o que poderá apontar para situações de *victim-blaming*. Mais uma vez é na divisão por orientação sexual que surgem as maiores diferenças comparativas: o contexto de pares é mais referido por pessoas lidas como heterossexuais, ao passo que o contexto de relação íntima é mais referido por pessoas não-heterossexuais, reforçando a ideia de diferentes dinâmicas associadas ao *sexting*.

Quase metade dos relatos é mediada pela percepção indirecta de alguém que não esteve directamente envolvido na situação, e são as pessoas heterossexuais quem mais relata experiências de outrem (60%) em comparação com pessoas lidas como não-heterossexuais; os rapazes relatam também uma maioria de experiências próprias. As raparigas que participaram no estudo envolvem-se menos em situações de *sexting* ou assim decidiram apresentar-se; os rapazes parecem sentir-se mais confiantes para relatar as situações em que estiveram envolvidos directamente – mesmo que esse envolvimento possa não ter sido na prática de *sexting*, mas no testemunhar de uma situação de partilha indevida de imagens.

As reacções emocionais são, como esperado, principalmente negativas, com o incómodo a liderar com 34% das codificações a respostas, a que se acrescentam outras percentagens menos expressivas de várias outras emoções negativas. A isto somam-se os 14% de risos durante a entrevista, mas também os 22% ligados à satisfação ou prazer. Estes resultados parecem confirmar a ideia de que uma parte relevante das experiências relatadas foram negativas, embora também integre uma faceta positiva que ajuda a explicar as valorações apresentadas acima (tanto as puramente positivas como o nível relativamente elevado de ambivalência demonstrada pelos jovens ao falar de *sexting*). O nível das reacções emocionais permite porém uma outra consideração das dinâmicas de género envolvidas: se é verdade que os rapazes referem, percentualmente,

mais vezes sentimentos de incómodo (pessoal ou alheio) do que as raparigas, é igualmente verdade que também referem mais vezes a ideia de satisfação ou agrado, apresentando mais do dobro das referências que as raparigas fazem.

No que toca às reacções emocionais, as diferenças por orientação sexual apresentada são as mais marcantes, já que os jovens lidos como não-heterossexuais são o único grupo que apresenta como codificação mais frequente a de satisfação ou agrado (29%, quase três vezes mais do que a de jovens heterossexuais) e bastante menos incómodo do que nas respostas dadas por jovens lidos como heterossexuais (28% contra 43%, respectivamente). Estes resultados vêm de encontro ao que tem vindo a ser apresentado, na medida em que os jovens não-heterossexuais parecem investir numa representação mais positiva de elementos associados ao *sexting*. Os rapazes referem tanto mais sentimentos negativos quanto positivos, em comparação com as raparigas, mas não da mesma forma: a percentagem de referências positivas é muito maior no caso dos rapazes, denotando um privilégio genderizado (cf. Capítulo III.2). Apesar de raros, existem traços de que os próprios jovens se apercebem que existe uma leitura genderizada a ser feita no que diz respeito ao *sexting*, já que todos os grupos analisados destacam o género como algo importante nas suas respostas.

Gerir estes riscos é algo que, para estes jovens, parece constituir um desafio ou, pelo menos, suscitar respostas genéricas mais do que qualquer outra coisa, seguidas de perto por mediação de pares e soluções tecnológicas. São, de novo, rapazes mais do que raparigas e pessoas lidas como não-heterossexuais do que pessoas lidas como heterossexuais a destacarem-se por referir comparativamente mais a mediação de pares. Estes dados parecem reforçar a ideia de que os potenciais problemas que surgem associados ao *sexting* se ligam a questões interpessoais (como o é, por excelência, a partilha indevida de conteúdo de *sexting*) e também levantam a possibilidade de os rapazes se sentirem mais capacitados a resolver (na prática ou em teoria) problemas que possam surgir no contexto da prática de *sexting* e que pessoas não-heterossexuais se possam sentir menos inseguras ao fazê-lo (tendo em conta que nenhuma aludiu a não se fazer a actividade). As soluções tecnológicas apontam para a existência de estratégias que possam levar à minimização do risco, como certas aplicações que surgem prometendo (mas nem sempre cumprindo) efemeridade nos conteúdos enviados (e.g.: *Snapchat*), o que envolve algum nível de literacia e de conhecimento das várias opções disponíveis. Porém, tendo em conta que foram maioritariamente feitas referências mais

vagas a formas de gestão de risco, será importante ver em maior detalhe como é que é aludida a gestão do risco no contexto desta actividade.

Houve poucas referências a questões de Literacia digital associada, mas mesmo salvaguardando a pouca quantidade de respostas aqui codificadas, pode notar-se que apenas raparigas fizeram referência a dificuldades em realizar a tarefa – o que aponta para a expressão de maiores preocupações com o tentar fazer *sexting* de forma que considerem mais segura (ou de referir essa possibilidade).

Há uma diferença entre a forma como as raparigas se posicionam (maior auto-reflexividade e apresentação de maturidade) em relação aos rapazes (muito maior ênfase na sua capacidade de serem fonte de recursos), reforçando assim um potencial privilégio de género face a esta actividade; as diferenças por orientação sexual apresentada colocam pessoas heterossexuais igualmente investidas em referirem maturidade e a possibilidade de serem fontes de recursos, ao passo que as pessoas lidas como não-heterossexuais concentram quase metade das respostas na auto-reflexividade.

Tal como referido na revisão de literatura (cf. Capítulo III.2), as relações íntimas são referidas várias vezes nas respostas sobre *sexting*, o que as torna um dos pontos de referência para entender parte da dinâmica social desta prática. O *sexting* também surge ligado ao sexo como uma necessidade, e à perversidade, contribuindo para a sua contextualização como algo normal e, ao mesmo tempo, estranho – outra expressão das ambivalências em torno desta actividade.

O *sexting* é um elemento privilegiado para compreender como é que, ao se colocarem os jovens enquanto produtores de conteúdos próprios e também como disseminadores (de conteúdos próprios ou alheios, no caso da violação de privacidade associada à disseminação não-autorizada de material sexual alheio) também logo se levantam preocupações de segurança, mesmo quando os episódios relatados dizem respeito a experiências de terceiros. O poder do relato de experiências alheias encontra-se também em facilitar potencialmente uma postura mais normativa ou avaliadora do que outras pessoas fizeram. Dada a importância das dinâmicas de género (e da forma como diferentes orientações trazem consigo muitas vezes diferenças nas dinâmicas de género), será útil olhar o discurso dos jovens em busca das marcas de responsabilização face às experiências negativas reportadas, e seus pressupostos.

VII.3 – Análise Foucauldiana de Discurso: os jovens, as suas práticas, as suas moralidades e os seus saberes

Esta secção, que constitui a parte central de análise do material empírico, irá aplicar os princípios da Análise Foucauldiana de Discurso (AFD), de forma a identificar quais os principais elementos de saber-poder e discursos que criam sentido para os jovens entrevistados, bem como, no geral, os seus modos de subjectivação; outro elemento importante é o da construção moral associada à auto-governamentalidade e gestão de subjectividades consideradas desejáveis (cf. Capítulo I.6 e Capítulo V.6). Assim, e salvo indicação em contrário, quaisquer referências a questões morais que se seguem devem ser enquadradas nessa perspectiva foucauldiana de trabalho tecnológico sobre o *self*, como previamente discutido.

As entrevistas cruzaram em vários pontos diferentes actividades contempladas neste estudo. Assim, os resultados reportados a partir da AFD das entrevistas estão organizados segundo a secção de entrevista em que as respostas foram dadas. Na medida em que dinâmicas discursivas semelhantes se repitam associadas a diferentes actividades, a exploração conceptual da dinâmica será feita na primeira oportunidade e, em seguida, apenas assinalada a especificidade face à(s) outra(s) actividade(s).

A Tabela VII.1 apresenta os resultados da Análise Foucauldiana de Discurso que mais directamente têm que ver com as temáticas de inspiração foucauldiana sobre subjectividade e construção moral do sujeito sexualizado, e também sobre a centralidade do papel da tecnologia (e dos novos *media* em especial) nos relatos que os jovens deram. A análise que depois se apresenta, sobre cada uma das actividades, aprofunda cada um dos elementos abordados na tabela, acrescentando outros que estão menos directamente ligados com as práticas mediáticas.

	Busca de informação <i>online</i>	Participação cívica <i>online</i>	Consumo de material pornográfico / sexual <i>online</i>	<i>Sexting</i>
Construção discursivo-moral do sujeito	Curioso, competente, responsável, vigilância das competências morais dos pares	Desidentificação, não-responsabilidade, necessidade contextual e limitada, orientação sexual como posicionador político, “escolha” da orientação sexual, investigador/descobridor, guia e referência de pares	Explorador, corajoso, conhecedor, empenhado, livre, liberal, vigilância das competências morais dos pares, conhecedor técnico, capaz de separar pornografia de ‘sexo real’	Cuidadoso, precavido, vigilância das competências morais dos pares, mais maduro, seguro da auto-imagem, distancia-se de moralizar o espaço do ‘casal’, liberal, corajoso
Novos <i>media</i> como tecnologia do <i>self</i>	Informação tem que ser procurada, estar à altura da maturidade física e emocional, permite anonimato e segurança, permite combater o medo, saber o que é performar sexualidade	Saber como é performar sexualidade, exposição às narrativas quotidianas alheias, constituição de identidade de orientação sexual, autodescoberta, espaço de segurança, criação de grupos de pares, superação do isolamento, produzir currículo	Teste ou validação da não-heterossexualidade, verdade do desejo, alargamento do desejo, adestramento do corpo, revelação da verdade do corpo, permite anonimato, construção de relações íntimas sexuais, resistir a mensagens negativas ou enganadoras da pornografia	Construção de conquista e sedução, mobilizador de interesse e atenção
Desafios	Distinguir informação verdadeira e errada, hierarquizar fontes	Enfrentar mais discurso de ódio, ignorância, cansaço, falta de tempo, falta de recursos económicos, manutenção de privacidade	Impossibilidade de conhecer todos os desejos, material sexual usado como teste à pertença de pares, manter anonimato, evitar acesso não-desejado, evitar material ‘extremo’, equilibrar protecção de menores com direito ao acesso, dependência/vício	Privacidade, <i>bullying</i> , disseminação por terceiros, julgamentos negativos de outros, duplo padrão sexual, risco de descontrolo, usar protecção tecnológica, lidar com assédio
Discursos e recursos normativos	Biologia, psicologia, medicina, família, escola	Associações LGBT, comunidade LGBT, legislação, direitos formais, sociologia, violência de género, primazia das acções face-a-face	Pornografia <i>mainstream</i> , porno <i>versus</i> erotismo, associação a masturbação e a masculinidade, ameaça à monogamia, desenvolvimentismo, biologia, superioridade da aprendizagem ao vivo, recurso para suprir lacuna pessoal	Saúde, vício, relações monogâmicas íntimas validam a prática, visão determinista sobre progressão do ambiente mediático, imagens sexuais como moeda de troca
Contestação	Heteronormatividade da informação, repetitividade, insuficiência, modos alternativos de saber (fóruns, pornografia)	Redes sociais, redes de ‘engate’, partilha de conteúdos sexualmente explícitos, activismo como algo negativo	Validação do prazer, educação para a diversidade, cria visibilidade para a alteridade sexual, alternativas ao discurso médico-científico, pornografia como arte, actividade como fim em si, pornografia como ferramenta de literacia	Forma de combater o aborrecimento, forma de manter interesse em relação à distância

Tabela VII.1 – Resumo dos resultados principais da AFD.

VII.3.1 – A busca de informação sobre sexualidade e saúde sexual na internet

Os jovens são desde logo enquadrados de várias formas pelo próprio processo de investigação. Ao mesmo tempo, eles e elas também se posicionaram, discursivamente através das suas próprias palavras.

Um dos primeiros elementos que está associado à busca de informação – e que aponta também para elementos de motivação internos ao sujeito – é o da curiosidade.

“Não, porque eu sou uma pessoa muito curiosa! E eu quero saber porque é que as coisas funcionam, às vezes dou por mim naquela *weird... part of the internet* [risos], mas continuo curiosa.”

– *Subject A*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como bissexual; estudante universitária em Lisboa (Anexo 47)

Apesar de o encontro com a informação que se procura poder levar os jovens até para fora da sua zona de conforto – o que mostra como o próprio processo de auto-educação pode gerar sentimentos negativos – vários afirmaram que a sua curiosidade operou como motivador para começarem ou continuarem à procura, centrando a atenção na sua proactividade e tomando-os como activos na construção dos seus mundos.

A competência (para lidar com a informação encontrada ou para encontrar a dita informação pretendida) é outro dos aspectos de posicionamento de fala, em oposição à noção de falta de preparação ou de falta de capacidade por vezes pressuposta sobre as suas competências sobre sexualidade ou saúde sexual.

“Não senti porque eu sempre fiz as minhas pesquisas, e posso dizer que a nível escolar também... quando chegou à altura, eu estava preparada. Sempre tive a informação suficiente para tirar o 2+2.”

– *Joana*; 19 anos; género feminino; lida como heterossexual; estudante universitária que vive em Lisboa com o namorado (Anexo 46)

“Se as pessoas querem informar, sobre este tipo de situação, sobre este tipo de aspecto que nos torna mamíferos, não é?, seres que se reproduzem sexualmente, essas pessoas têm de ter iniciativa própria, têm de se ir educar. É o que aconteceu comigo.”

– *Miguel*; 20 anos; género masculino; lido como heterossexual, estudante universitário que vive no Porto, com a mãe e as duas irmãs mais novas (Anexo 49)

Desde já se vê como a capacidade e competência rapidamente passam do descritivo para o prescritivo – ser-se competente e capaz de lidar com a informação necessária torna-se, de facto, uma obrigação que permite ter acesso ao “2+2”, como diz *Joana*, e estar preparado para lidar com o contexto escolar ou com o “que nos torna mamíferos”, segundo *Miguel*. Cria-se portanto uma intersecção discursiva que une biologia, pedagogia e proeficiência enquanto motivadores e alvos a atingir (o bom aluno, ou o ser responsável por gerir a ‘verdade’ da sua natureza biológica).

A curiosidade tende a estar vinculada a uma leitura desenvolvimentista da adolescência e do crescimento, fazendo com que certas idades pareçam gerar curiosidades específicas ou mesmo levar ao ‘despertar’ dessa mesma curiosidade, de uma forma que também faz ressaltar o género como elemento central.

“Ao longo da adolescência, quando as pessoas têm dúvidas, confusões... Ou então mesmo só curiosidades...”

– *Beatriz*; 20 anos; género feminino; lida como heterossexual, estudante universitária em Lisboa (Anexo 41)

“Bom... As primeiras buscas foi p’áí com treze, quatorze anos, a fase da adolescência em que tu comesas mais a despertar, as miúdas um bocadinho mais cedo que os rapazes... e depois mais tarde, é coisas quase da rotina, o teres uma infecção e ires procurar sobre uma infecção, ou doer-te isto ou doer-te aquilo.”

– *Joana*; 19 anos; género feminino; lida como heterossexual; estudante universitária que vive em Lisboa com o namorado (Anexo 46)

Crescer – no sentido fisiológico – parece ser o ponto de explicação central, a partir do qual surgem despertares, confusões, dúvidas e curiosidades. Este discurso adquire a sua coerência no contexto de uma visão objectivada e positivista do desenvolvimento corporal que acarreta consigo um projecto moral de assimilação a um ideal de saberes e práticas, mas também de fragilidades e desconhecimentos que não são traçados de volta, por exemplo, ao contexto sociocultural, mas às próprias transformações corporais. Ao invés de a curiosidade e de a confusão relatadas poderem encontrar uma explicação na ausência de diálogo sobre o tema e na particularização do tema da sexualidade e do corpo no contexto da infância e da adolescência (cf. Capítulos I, IV) que tornam este discurso particularmente rodeado de normas de permissão e interdição, a raiz do problema é feita retornar ao plano do visível e do mensurável, do linear: ao crescer, ao envelhecer. Ou, como explica *Ivo*:

“[...] este rapaz que estava comigo, ele procura frequentemente... informações na internet, sobre o tema da sexualidade e... doenças, todas essas coisas relacionadas com o desenvolvimento do corpo na adolescência...”

– *Ivo*; 18 anos; género masculino; lido como não-heterossexual; estudante universitário em Lisboa (Anexo 43)

A procura de informação sobre sexualidade e saúde sexual, e sobre o corpo, transforma-se numa tecnologia do *self*, porque permite ao sujeito cumprir este projecto de auto-elevação. O centro característico no enquadramento social que promove uma visão individualizada do estar no mundo (cf. Capítulo I.1), é a responsabilidade pessoal.

“...acho que é muito importante [as pessoas jovens com quem a família não fala tanto] tomarem essa iniciativa. Porque, se não souberem, é assim um bocado um bicho-de-sete-cabeças, e isso só torna as coisas mais complicadas.”

– *Iris*; 18 anos; género feminino; lida como heterossexual; deslocada a viver e estudar em Lisboa, no ensino superior (Anexo 40)

“Ah... falta de informação não existe. Se calhar eles é que não procuram...”

– *Tiago*, 19 anos, género masculino; lido como heterossexual; trabalha na área de Informática e vive na margem Sul do Tejo (Anexo 48)

“Há informação que vem ter connosco, e outra informação que temos que procurar.”

– *Donald*; 20 anos; género masculino; auto-identifica-se como homossexual, estudante universitário deslocado em Aveiro (Anexo 50)

De acordo com vários dos jovens, não existe falta de informação, mas existe uma incapacidade – contextual, ou associada a alguma forma de incompetência – de mobilizar essa informação. Isso cabe à pessoa, de forma quase exclusiva. Há uma dupla leitura possível: por um lado, esta atomização da responsabilidade imbrica o sujeito numa rede de obrigações de si para si que elide os contextos sociais; por outro, a promoção desta atitude autónoma de procura pode contrabalançar um discurso hegemónico de cunho científico. A pluralidade discursiva opera também (mas não só) através da internet. Isto não quer dizer que todos os vários discursos e posições de falantes sobre sexualidades existem ao mesmo nível, mas quer dizer que, ainda que seja reconhecida primazia a um certo tipo de discurso positivista, surgem espaços de resistência e de discursos vários, que poderão ter alcance para além da “informação que vem ter connosco” de que fala *Donald*.

Associado ao cumprimento bem-sucedido dos requisitos impostos pelo discurso da responsabilidade pessoal surge o estágio de maturidade. Ela cruza dois fios discursivos: o da biologia na forma da maturidade física, e o da psicologia e literacia, na forma da maturidade psicológica e informacional. A maturidade física mistura aquilo que se considera ser o desenvolvimento terminado do corpo com o que esse desenvolvimento permite fazer, dos actos praticados como experiência e maturidade.

“[...] na turma do secundário, tive as pessoas que eram realmente “mais inocentes” e que, se calhar, nunca tinham visto e ficaram surpreendidas e talvez até um bocado assustadas, tive aquela mais totó, a estragar a apresentação toda, e não punham questões de jeito, sabendo qu’aquilo é perfeitamente possível... hoje em dia tu tens muito acesso à informação, e eu sinceramente não descobri nada que já não tivesse descoberto.”

– *Joana*; 19 anos; género feminino; lida como heterossexual; estudante universitária que vive em Lisboa com o namorado (Anexo 46)

“Não... “tou esclarecido, portanto não necessito de ir à procura.”

– *Tiago*, 19 anos, género masculino; lido como heterossexual; trabalha na área de Informática e vive na margem Sul do Tejo (Anexo 48)

“Mas tem mais a ver com maturidade. Uma vez que a maturidade é atingida, essa situação vai com muito mais facilidade.”

– *Miguel*; 20 anos; género masculino; lido como heterossexual, estudante universitário que vive no Porto, com a mãe e as duas irmãs mais novas (Anexo 49)

A maturidade é vista como um marcador que, sendo alcançado, permite o acesso a capacidades superiores; o contacto directo de “casos ou situações” corresponde a outra faceta importante para tomar contacto com “essa realidade” mas, no centro, está o papel da descoberta pessoal e da capacidade – valorizada e demonstrativa de conhecimentos e competências superiores – de recolher e mobilizar conhecimento da forma mais independente. A partir daí, o conhecimento torna-se algo que se tem, apenas, e que dispensa novas actualizações; uma outra leitura é a de que o conhecimento se torna uma competência que, depois de desenvolvida, pode ser livremente exercida.

Ainda assim, as experiências dos jovens não são só dedicadas a fazer passar uma ideia das suas próprias competências como insuperáveis – inclusive ao nível da literacia digital. As declarações dos jovens, acima, estão em contraste com outras (às vezes, das mesmas pessoas) sobre o processo de busca de informação, e de forma diferentes de lidar e processar a mesma, através da internet. As visões sobre o papel da internet variam consideravelmente, consoante as abordagens, práticas e contextos que estão por detrás. Ou seja, julgamentos sobre as competências próprias e também sobre o quanto a internet pode operar enquanto recurso informativo dependem das experiências passadas com outras fontes de informação, da sua variedade e de como os seus contextos socioculturais específicos normalizam o tema em si ou tornam mais premente o recurso à internet por falta de outras opções (como com pessoas não-heterossexuais).

Como já foi referido anteriormente (cf. Capítulo VI.3), questões ligadas à literacia digital surgem bastante ligadas com a procura de informação.

“Ah... tenho dificuldades mas tento ver dos dois lados da moeda, ou seja, pesquiso por norma na internet um lado ligado a estes grupos LGBT... E depois tem outros lados, não é?, muitos *sites* brasileiros, fanáticos, de religiões... ...E tento ver de cada lado, o que é que cada um diz e chegar a um consenso, mais ou menos.”

– *Beatriz*; 20 anos; género feminino; lida como heterossexual, estudante universitária em Lisboa (Anexo 41)

“Eu não consigo [identificar informação correcta na internet]... [*risos*] Tanto que eu estive mal e fui pesquisar à internet, e então já pensava que tinha assim uma doença muito má, mas entretanto fiquei melhor, não era nada do que eu estava a pensar.”

– *Maria*; 20 anos; género feminino; lida como bissexual/não-monossexual; estudante universitária que vive com os pais, na margem Sul do Tejo (Anexo 45)

“E pessoas que vão à internet encontram informação mas é errada. Isso ‘tá sempre a acontecer porque, na internet não... não há certezas.”

– *Miguel*; 20 anos; género masculino; lido como heterossexual, estudante universitário que vive no Porto, com a mãe e as duas irmãs mais novas (Anexo 49)

As reacções são diversas: desde quem considere que a separação entre ambas as coisas é extremamente evidente, até quem partilhe histórias pessoais sobre não ter

conseguido fazer essa distinção, e passando por quem considera a possibilidade do erro como algo característico – mesmo que não exclusivo – da internet (que vê no processo editorial da informação impressa uma forma de validar qualitativamente aquilo que é disponibilizado para o público, o que cria uma hierarquização de saberes vinculada ao *medium* onde estão; resultados semelhantes a Brites (2015, p. 132)).

Um outro enquadramento desta questão, demonstrado no que diz *Beatriz*, é olhar para os “lados da questão”, o que implica colocar a um mesmo nível de posição discursiva, neste caso, “redes LGBT” e “fanáticos de religiões”. Uma apresentação discursiva deliberativa, em que o sujeito falante se enquadra dentro de uma narrativa reflexiva, de cunho liberal e democratizante, acaba a legitimar discurso de ódio da mesma forma que legitima o discurso em torno dos direitos sexuais. Lidas estas questões como apenas do campo do individual, a busca desses “lados” tornar-se-ia, apenas, a busca de diferentes grelhas de compreensão de um fenómeno. Isso ignora o papel dessas grelhas enquanto sistemas políticos macro-sociais.

A tensão linguística estabelecida entre país colonizador e país colonizado – entre Portugal e o Brasil – e na diferença no número bruto de utilizadores em cada um deles e do peso da pegada digital de cada país e suas comunidades, acaba a manifestar-se numa retórica com marcas xenófobas. O conteúdo ‘em brasileiro’ – diz *Tiago*, a certo ponto, “há uma diversidade muita de conteúdos, mas muitos deles é *sites* brasileiros, e tento sempre não [os] tomar em consideração” – é apontado como uma demonstração da falta de qualidade inerente da informação a que se pode aceder (associada a um país construído no ideário português como ainda ‘em desenvolvimento’, alterizado), usado como significante bastante da imprecisão.

Isto contraria a visão que coloca os jovens como consumidores acrícos de tudo o que está na internet. Não prova que estas posições se traduzem, depois, em práticas críticas de literacia digital, mas aponta para a percepção da existência de um discurso sobre essa mesma literacia como algo socialmente desejável e portanto positivamente conotado. A possibilidade de não conseguir distinguir informação correcta serve como base para a formulação moral das práticas desejáveis num bom utilizador das novas tecnologias e, portanto, para os saberes e acções que é preciso levar a cabo para atingir esses fins. É isso que os jovens performam discursivamente quando mencionam que estratégias usam para fazer essa mesma avaliação da informação com que se deparam.

“Primeiro, procuro em vários sítios, é impensável pensar num sítio só... para mim é importante comparar várias. [...] Há *sites*, há *sites* mais oficiais, não é?, os *sites* do Ministério da Saúde, por exemplo.”

– Ivo; 18 anos; género masculino; lido como não-heterossexual; estudante universitário em Lisboa (Anexo 43)

“Procuras na internet, vais ao Google, escreves se for preciso a frase toda, ‘Como é que?’... eu não sei, não é?... [*riso*], mas pode ser que haja alguma resposta directa. [...] Claro que diz muita treta, a internet. [...] Se for um miúdo de 14 anos, 15 anos, vai logo ver a primeira resposta. Agora, se for uma pessoa de 19 anos, se eu for ver agora uma coisa à internet ou no Google, já consigo mais ou menos ver...”

– Redgi; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como *gay*; trabalhadora na área da restauração em Lisboa (Anexo 44)

“Bom, primeiro, pressupõe já um conhecimento meu, não é? E depois vou tendo amigos, ou pessoas que ‘tão envolvidas em certas áreas e quando me cruzo com eles, [esclareço-me]. E depois é a partir daí que vou fazendo a minha pesquisa. Ou mesmo depois da pesquisa, que eu torno coerente [...] eu acho que isso também depois tem que ver com a própria crítica que tem que nascer da pessoa, não é?”

– Joana; 19 anos; género feminino; lida como heterossexual; estudante universitária que vive em Lisboa com o namorado (Anexo 46)

“Na Wikipédia, porque a Wikipédia ‘tá acessível a todos, mas talvez *sites* mais governamentais ou institucionais, isso é informação que eu acho que é 100% correcta.”

– Miguel; 20 anos; género masculino; lido como heterossexual, estudante universitário que vive no Porto, com a mãe e as duas irmãs mais novas (Anexo 49)

Os jovens recorrem a várias estratégias de pesquisa – algo evidente pelos questionários – embora a comparação de resultados de várias fontes seja predominante nas respostas, tanto em entrevistas como no inquérito por questionário (cf. Capítulos VI.1 e VII.1). O que as entrevistas acrescentam a esses dados é a forma como mesmo essa escolha de várias fontes tem em conta vários factores (coerência de informação entre várias fontes, tipo de fontes em questão, opiniões sobre as fontes), mas também como mesmo as estratégias associadas à literacia digital que orientam as escolhas relatadas pelos jovens têm, por detrás, visões específicas sobre que *self* deve ser este que busca informação. Assim, mantém-se uma visão de responsabilidade pessoal (“que eu torno coerente”, “a própria crítica que tem que nascer da pessoa”), mas também surge, tal como aludido (cf. Capítulo III.3), uma referência ao papel dos conhecimentos prévios na própria avaliação da informação (“pressupõe já um conhecimento meu”).

Esta tensão entre pensar os pressupostos incluídos nos enquadramentos típicos da busca de informação e a responsabilização pessoal pela posse e aquisição de conhecimentos manifesta-se no recurso a diferentes fontes extra-mediáticas ou à confiabilidade que uma determinada marca gera através da gestão de vários recursos que geram fidelização nos utilizadores. Procurar por marcadores oficiais de qualidade (geralmente associado a organismos públicos ou médicos) demonstra também a

prevalência dos discursos positivistas e científicos ligados a conhecimento de qualidade e, portanto, mais desejável. O sujeito necessita, para cumprir o seu projecto moral de cidadania informada e esclarecida, de conseguir dominar ou inteirar-se deste tipo de conhecimento, em particular, já que funciona como autoridade última.

Isto não quer dizer, porém, que os jovens entrevistados têm uma visão simplista ou linear acerca de fontes consideradas oficiais. *Ivo*, ao falar sobre as suas experiências escolares ao nível da Educação Sexual, relatou:

“não se nota uma actualização da informação... eu lembro-me que as apresentações eram sempre iguais... a informação que circulava, era sempre a mesma”.

O *Miguel* que vive no Porto comenta algo de semelhante:

“A internet nunca dá informação completamente correcta, a menos que seja uma coisa completamente científica ...já vi publicidades [*sic*] científicas que não eram correctas”.

As maiores desconfianças contra fontes consideradas autoritativas prendem-se com as experiências que os jovens tiveram ou não em contexto escolar, e com as lacunas que sentiram ao longo da sua formação.

A internet é vista por estes jovens como sendo fundamental. O exemplo mais destacado é talvez quando *Redgi* afirma “era aquela coisa de não queres perguntar a ninguém, n’ê?, vais à internet, sabes que a internet tem tudo” – mesmo que o ter tudo não signifique que tudo seja igualmente válido, ou relevante. Está aqui uma tensão entre a privacidade que a internet fornece ao acto de busca e, ao mesmo tempo, a possibilidade de essa busca abrir caminho para novas partilhas e acesso a novos contactos – longe do binómio da ligação *versus* isolamento, o isolamento face a determinadas pessoas ou situações torna valiosa a ligação ao *online*.

Redgi coloca a internet como sendo o veículo informativo por excelência – mesmo que esta percepção não esteja alinhada com os resultados que os jovens que participaram no inquérito por questionário tenham reportado, nem com outros estudos (cf. Capítulos III.3 e VI.1) – dos jovens. Esta visão é ecoada por várias outras pessoas.

“Hoje em dia, a primeira reacção que tu tens quando procuras informação, ou quando tens alguma dúvida, não é ir a um livro... isso já é quase uma segunda pesquisa.”

– *Joana*; 19 anos; género feminino; lida como heterossexual; estudante universitária que vive em Lisboa com o namorado (Anexo 46)

“Os meus pais ajudaram-me, ah, não muito, e eu acho que a internet teve um papel quase fundamental nesse tipo de coisas. Também comecei a ler muitos artigos sobre esse tipo de coisas, livros ajudaram imenso.”

– *Miguel*; 20 anos; género masculino; lido como heterossexual, estudante universitário que vive no Porto, com a mãe e as duas irmãs mais novas (Anexo 49)

O papel que a internet tem é frequentemente lido em articulação com o papel que os *media* tradicionais têm, dentro de um enquadramento narrativo que lamenta parcialmente a perda da fisicalidade da palavra impressa (ligada a um pressuposto editorial que se presume garantir uma maior veracidade), ao mesmo tempo que se valida e valoriza o papel que esta tem no acesso à informação:

“No caso de sexualidade acho que cada vez mais esse tipo de conteúdos está acessível às grandes massas e, posto isto, penso que p’ra nós é mais fácil de aceder como, cada vez mais cedo existe uma procura de informação nesse tipo de conteúdos”.

– *Miguel*, 17 anos, género masculino; identifica-se como homossexual; estudante que mora em Lisboa (Anexo 42)

“[...] quem tiver acesso à internet, o acesso é muito mais rápido, para esclarecer esse tipo de dúvidas, não é?, do que uma pessoa que não tenha internet.”

– *Ivo*; 18 anos; género masculino; lido como não-heterossexual; estudante universitário em Lisboa (Anexo 43)

Estabelecendo paralelismos com a forma como McNair trata a pornograficação da cultura (cf. Capítulo II.1) como um movimento de democratização, também aqui os novos *media* são investidos positivamente com a noção de que trazem uma maior acessibilidade à informação e a capacidade de esta chegar a mais pessoas, e de esse acesso requerer menos esforço. Os novos *media* funcionam como uma tecnologia do *self* ao permitir a estes jovens cumprir as suas aspirações de se tornarem cidadãos informados, mas também integram um dispositivo social alargado ao operarem como meio de desbloquear maior acessibilidade, cujo não-aproveitamento pode então ser ligado a uma falência pessoal, moral. Mesmo o *Miguel* que vive no Porto, e que acima fala do “papel quase fundamental” que a internet teve na sua vida, apresenta uma visão bastante menos optimista do papel dos novos *media*:

“Porque se uma pessoa ‘tiver mesmo curiosa, e verificar que não ‘tá na internet, vai ver a outros sítios. Pelo menos é o que eu faria. Se não vai... é uma pessoa preguiçosa.”

A disponibilização da informação – desligada aqui da sua inteligibilidade, das condições materiais do acesso aos meios de comunicação em questão, entre outros – valida a obrigação moral de recorrer a ela, e um falhanço em cumprir essa obrigação moral ligada à formação do sujeito acarreta uma valoração negativa: preguiça e desinteresse. Não procurar coloca a pessoa do lado da anormalidade; *Beatriz* critica-se a si mesma dizendo que não procurou informação suficiente, mas que “se tivesse tido coragem, se calhar teria sido suficiente”.

O acesso à informação dos novos *media* funciona e adquire sentido apenas dentro de uma rede social de vários outros actores e fontes que, colocados face a esse recurso (ou conjunto de recursos) que é a internet, lhe dão (e adquirem) sentidos.

Analisar as redes de sociabilidade que os jovens articulam face aos novos *media* permite uma abordagem menos *media*-centrada e compreender qual é, para os jovens, o papel específico que a internet ocupa. Tendo em consideração os dados sobre as diversas fontes de informação sobre sexualidade e saúde sexual fora da internet (cf. Capítulos VI.1 e VII.1), bem com as especificidades sociológicas sobre o que é ser jovem em Portugal no início do século XXI (cf. Capítulo IV), não é surpreendente verificar que a escola, os grupos de pares e a família tomam especial destaque.

Confirmando a postura ambígua que os jovens têm face à busca de informação na internet, a relação com a família que vários referiram aponta para como a estrutura familiar funciona como horizonte normativo ou de privilégio.

“Eu lembro-me quando era mais pequena não ia muito porque a minha mãe sempre foi muito aberta nesse assunto, então eu nunca senti muito a necessidade de ir à procura, mas sei de colegas minhas [que] sentiam a necessidade de ir ver à internet, para saberem mais. [...] Havia sempre [com os colegas da escola] aqueles mitos bué estranhos que eu achava assim um bocado estúpido, e triste... Também, era um bocadinho incompreensão minha, porque eles não tinham a mesma família que eu.”

– *Íris*; 18 anos; género feminino; lida como heterossexual; deslocada a viver e estudar em Lisboa, no ensino superior (Anexo 40)

“Os meus pais não são muito conservadores, ou seja, não há problema em falar sobre isso, mas eles também não introduzem espontaneamente a questão. Nunca falei muito com eles, mas tem mais a ver com a nossa relação.”

– *Ivo*; 18 anos; género masculino; lido como não-heterossexual; estudante universitário em Lisboa (Anexo 43)

“Quando era mais pequena, ia pesquisar informações, que uma pessoa tem vergonha de perguntar aos pais, ou então de falar abertamente com o médico, porque temos sempre medo que a médica vá falar com os pais.”

– *Maria*; 20 anos; género feminino; lida como bissexual/não-monossexual; estudante universitária que vive com os pais, na margem Sul do Tejo (Anexo 45)

“[...] houve uma vez que eu fiz uma pergunta qualquer de sexo e levei um pontapé por baixo da mesa! E então [*riso*] desde esse momento que parei completamente de tentar falar ou sequer mencionar o assunto com os meus pais.”

– *Subject A*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como bissexual; estudante universitária em Lisboa (Anexo 47)

Estes excertos ilustram posicionamentos diferentes face à experiência de lidar com uma família que, sendo mais ou menos aberta, dá mais ou menos informação. As duas coisas não precisam de estar sequer relacionadas, como mostra *Tiago*: “Quer dizer, a minha mãe trabalha na área da saúde, trazia-me os panfletos [...] mas era só isso” – mas partilham entre si a experiência de uma expectativa de encontrar na família uma

fonte de informação primordial, coincidente com os discursos que cruzam pedagogia e relações de parentalidade. Estas relações familiares são, para alguns jovens, problemáticas, como é o caso dos que enfrentam homofobia por parte da própria família mais próxima. Dentro deste jogo de expectativas, a internet torna-se um *sistema compensatório* de lacunas – perceptível através da ideia de “necessidade” – e, consoante a demonstração de quanto conhecimento se consegue mobilizar (neste caso, o acreditar ou propagar “mitos”), o uso da internet para esclarecer dúvidas pode ser um marcador de proactividade pessoal, mas também um marcador de incapacidade ou insuficiência familiar, que cria alteridade e pena, assim com o não-uso pode ser um marcador da ausência de necessidade, da liberdade de constrangimentos, da possibilidade de o sujeito se realizar com menos dependências e desvios de um caminho educativo normalizado.

Há também uma postura reflexiva por parte de alguns deles. *Iris* começa por considerar “estúpido, e triste” os conhecimentos de outros colegas que, a seu ver, eram erróneos; mas depois corrige-se e diz que era “um bocadinho incompreensão” essa sua crítica. Este conjunto de pressupostos, juntamente com as experiências negativas reportadas, resultam em situações de discriminação e de desvantagem social – as famílias que cumprem este requisito criarão experiências qualitativamente diferentes para os seus educandos, que se irão reflectir na forma como subsequentes informações e fontes de literacia sexual irão ser recebidas e enquadradas. Isto pode suceder por vários motivos diferentes, e os jovens entrevistados exploram alguns – desde reacções activamente agressivas como o “pontapé debaixo da mesa” que *Subject A* levou, até contextos que desencorajam ao diálogo enquanto parte da “nossa relação”, passando pela “vergonha” ou mesmo por uma abordagem genderizada organizada de “pai para filho [...] e mãe para filha”. São jogos de uma microfísica de poder que servem para cimentar as subjectividades consideradas desejáveis – tanto pela condenação do que é “estúpido”, como pela agressividade do espaço familiar conservador de *Subject A*.

Beatriz, que vem de uma família com formação superior, aponta a sua falta de coragem como razão para não ter recebido tanta informação por parte da família, e *Tiago*, mesmo tendo uma mãe profissional na área, relatou ter tido pouco diálogo em torno do tema – não há aqui um recorte simples em torno da simples falta de literacia ou de lacunas em função do estatuto socioeconómico. O posicionamento complexo deste tópico (cf. Capítulo I.7) face a noções de infância e pureza investe-o de um papel específico que, embora seja reduzido por parte dos jovens a questões contextuais com as

suas famílias ou as *suas* situações, também tem que ver com as normas discursivas de interdição e obrigação vigentes. Como já foi abordado no Capítulo IV.4, o jogo de silêncios e ignorâncias mútuas tácitas permite jogar com um campo de interditos e liberdades cheio de incertezas e de valores morais em mutação rápida, mas não sem possíveis efeitos lesivos de parte a parte. Quem tem acesso a esse tipo de relação com as suas figuras parentais poderá enquadrar-se a si mesmo, como *Íris* fez, num plano de saber-poder superior, de maior realização pessoal e subjectiva; as instituições que ajudam a organizar a experiência dos jovens – enquanto alunos, enquanto ‘nativos digitais’, enquanto mais liberais – poderão também estar a naturalizar pressupostos de apoio social familiar, desligados das preocupações que os jovens sentem.

A escola tem também um lugar destacado nos testemunhos dos jovens.

“Lembro-me de que tínhamos acções na escola e depois eu, por curiosidade, ia lá ver o que é que eles tinham...”

– *Íris*; 18 anos; género feminino; lida como heterossexual; deslocada a viver e estudar em Lisboa, no ensino superior (Anexo 40)

“Houve ali uma mudança, mas não foi graças à explicações de... professores ou...”

– *Redgi*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como *gay*; trabalhadora na área da restauração em Lisboa (Anexo 44)

“Mas se bem que, para mim, o homem até era um bocado um tabu, até estar com o meu primeiro namorado... eu nem sequer fazia ideia, tirando os diagramas de Ciências, o que era um pénis, ou... [*riso*] qual era o aspecto da fisionomia humana masculina. E então, primeiramente, suponho que eram dúvidas sobre mim própria, e o meu corpo.”

– *Subject A*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como bissexual; estudante universitária em Lisboa (Anexo 47)

“Não era oficial, nem era feito de uma forma rigorosa, mas... esporadicamente tínhamos, ou uma acção de formação, ou grupos de pessoas que vinham à escola fazer... apresentações... [...] uma das vezes por acaso até foi a GNR.”

– *Ivo*; 18 anos; género masculino; lido como não-heterossexual; estudante universitário em Lisboa (Anexo 43)

Estes testemunhos são apenas uma parte de todas as críticas que os jovens tiveram a fazer à forma como a sexualidade e a Educação Sexual são trabalhadas em contexto escolar. Da mesma forma que a família se enquadrava como um pressuposto de base que, por sua vez, colocava os novos *media* numa posição compensatória, vários jovens apontam a insuficiência da escola em fornecer a formação que sentem ser adequada como um elemento motivador.

Apesar de parecerem estar numa mesma posição – nem escola nem família fornecem o que os jovens dizem querer – as expectativas e os enquadramentos discursivos sobre ambas variam. Fala-se da curiosidade que surge a partir dos temas

abordados nas aulas, ou a partir de trabalhos que são mandados fazer, mas também sobre como a escola pouco ou nada acrescentou ao que já sabiam: algo que é visto mais como resignação, um funcionamento por defeito do sistema escolar sobre este tema.

A escola é posicionada então como uma *alavanca insuficiente para novos saberes*, e está ausente o discurso de inferiorização moral sobre quem não consegue ou conseguiu adquirir mais informação através da escola porque essa falta de informação é o horizonte de expectativas dos próprios jovens.

Ao contrário da tendência que Foucault (1994) identifica sobre o movimento educativo para a sexualidade envolvendo crianças, em Portugal o peso cultural da religião e da sua relação com o aparelho estatal numa população fracamente escolarizada produziu um desinvestimento material na produção de sujeitos-alunos detentores de discursos metódicos e altamente formalizados sobre sexualidade. Não que os discursos em circulação não sigam os moldes gerais teorizados por Foucault – a educação sexual que existe nas escolas portuguesas tem um forte pendor médico-fisiológico – mas tornaram-se incapazes de produzir sujeitos que se sintam em posse de uma qualquer mestria de saber-poder. Este desinvestimento abre vectores de penetração de outros saberes, com esquemas de circulação menos estritamente dispostos.

Aliás, “escola” nas entrevistas toma frequentemente um valor ambíguo: quer dizer, em alguns casos, o espaço físico da escola com todas as interações que lá decorrem, noutros aponta para a componente formal e formativa, e em alguns outros casos são as relações entre pares e colegas que são referidas. As referências aos grupos de pares e colegas como fontes de conhecimento são nexos discursivos densos. Entre outras razões, porque os grupos de pares não se limitam à escola ou à faculdade. Ademais, aqueles que estão já em contexto universitário têm frequentemente acesso a outras pessoas que, pertencendo à mesma faixa etária e sendo vistos como pares, podem mobilizar um conhecimento especializado e valorizado enquanto manifestação dessa mesma especialização, como é o caso do discurso médico que *Joana* refere ao falar das “pessoas que ‘tão envolvidas em certas áreas’”.

“Ah, na escola, é... Há um à-vontade p’a falar sobre essas questões, até demasiado, não é? [...] Demasiado no sentido em que muitas vezes as coisas que são partilhadas... penso eu, não correspondem exactamente à realidade.”

– *Ivo*; 18 anos; género masculino; lido como não-heterossexual; estudante universitário em Lisboa (Anexo 43)

“Se tu tens uma dúvida de sexualidade aos 15 anos, eu acho que não vais perguntar à tua melhor amiga, ou, ou então, então vais, depende da gravidade da coisa. [...] Houve

ali uma mudança graças ao tempo, graças à internet, graças a filmes, graças a falar com amigos mais experientes, ou mais velhos.”

– *Redgi*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como *gay*; trabalhadora na área da restauração em Lisboa (Anexo 44)

“Eu com os meus amigos tenho uma abertura mais para outro tipo de coisas, para desporto, para música... quanto a sexualidade, é muito raro. A menos que alguém ‘teja a ter um problema, e essa pessoa estiver mesmo muito desesperada. Até eu, que tenho uma abertura com a sexualidade, sou capaz de hesitar, se é para falar com amigos.”

– *Miguel*; 20 anos; género masculino; lido como heterossexual, estudante universitário que vive no Porto, com a mãe e as duas irmãs mais novas (Anexo 49)

Os amigos da mesma idade são um recurso frequentemente utilizado pelos jovens. Ao mesmo tempo, surge nestes excertos um certo grau de relutância em validar esse papel. Para compreender melhor esta questão, é importante reflectir sobre a forma como os próprios jovens incluem pressupostos morais sobre a ‘boa’ informação a que a entrevista alude, separando-a de outros registos linguísticos menos elevados, como é o caso das piadas que *Redgi* menciona.

Estas piadas ajudam a entender porque é que *Ivo* menciona aquilo que descreve como um “*excesso de à-vontade*” – avaliação que remete para a violação de uma regra discursiva sobre a forma e quantidade de informação que, no contexto de pares na escola, deve ser veiculada. Isto liga-se à falta de credibilidade dessa mesma informação. *Miguel* e *Redgi* acabam por abordar estas interdições remetendo para as expectativas que devem ser, para eles, aceites (“não vais perguntar à tua melhor amiga”; “até eu [...] sou capaz de hesitar”), mesmo quando os próprios se representam enquanto pessoas liberais. Na base destas interdições é que se constrói a importância dos recursos *online*, já que permitem que tais interdições não se transformem em becos sem saída.

Mesmo quem procura distanciar-se da ideia de amigos e pares da mesma idade como fontes de informação parece depois reconhecer o seu papel em caso de emergência. Ainda assim, surge uma preferência pela figura dos amigos mais velhos, olhando de forma etarista para a legitimidade e fiabilidade de outros jovens; mantêm a sua auto-apresentação enquanto sujeitos capazes de se gerir e de garantir mestria sobre si mesmos, ao serem referências para pessoas da sua idade, mas apenas usam como referência jovens mais velhos. Na eventualidade de procurarem recursos junto dos amigos, terão de admitir a sua falha em conseguir cumprir esse projecto e colocar-se, em termos de relações de poder, numa posição inferior; daí deriva também o não-reconhecimento aos seus pares das competências que reconhecem em si mesmos.

Os grupos de pares operam num duplo papel de *recurso e risco*, em particular face às informações na internet: podem tanto servir para esclarecer algo que se encontrou ou leu sem se ter compreendido o que era, como podem obrigar a um trabalho extra de pesquisa e de análise para combater os mitos propagados, ou as piadas circuladas e a admitir a falta de domínio sobre informação que, normativamente, deveria ser sabida. Há então uma dupla visão de excesso discursivo e ausência discursiva.

Um traço comum une pares, escola e família, na relação entre os jovens e os novos *media*: em todos os casos existe algum nível ou indicação de formas de *evitar* usar estes outros recursos – mesmo quando esses recursos são, estatisticamente, mais usados do que os novos *media* – e que dizem muito sobre as relações tensionais de poder e disciplina em torno do discurso sobre sexualidade.

Este traço comum pode apresentar-se como estando organizado em torno da ideia de *medo* – e os novos *media* combatem esse medo. O combate ao medo torna-se uma mais-valia do ponto de vista dos jovens, algo que caracteriza o seu papel nas suas vidas. Esse medo surge de vários elementos e os jovens demonstram bem isso.

“Até mesmo pelo embaraço! Tu na internet muito facilmente vais lá e apagas rapidamente o teu vestígio, enquanto que se tu fores perguntar a uma pessoa, não!”

– *Ivo*; 18 anos; género masculino; lido como não-heterossexual; estudante universitário em Lisboa (Anexo 43)

“Enquanto que na internet, pronto, acho muito mais fácil manteres o teu anonimato, do que numa revista. Acho que ‘tá um bocadinho *out of place*. Enquanto que na internet, como eu estava a dizer há bocado, encontras de tudo, acho que nada é estranho! [...] Lá está... havia sempre do histórico, do medo, alguém... estarem a ver por trás, estarem a olhar p’aquilo que eu estou a pesquisar.”

– *Subject A*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como bissexual; estudante universitária em Lisboa (Anexo 47)

“Porque eu tive uma relação desprotegida, e queria saber como é que poderia ser testado sem sair do meu anonimato.”

– *Donald*; 20 anos; género masculino; auto-identifica-se como homossexual, estudante universitário deslocado em Aveiro (Anexo 50)

A aquisição de informação sobre sexualidade e saúde sexual constitui, para alguns dos jovens, um risco – de embaraço ou vergonha, gozo por pares, de problemas ou discussões com os pais, e mesmo em contexto escolar pode criar fricção.

A posição discursiva dos jovens face a questões de sexualidade é complexa de negociar: têm o desejo e sentem a necessidade de estar informados sobre este tipo de questões, mas receio de serem vistos a fazê-lo. A internet é uma forma de conseguir suprir uma necessidade – de informação, de literacia – de maneira mais segura do que

perguntando a alguém da família, a professores ou a pares. É importante enquadrar estas percepções com os resultados do inquérito: a internet continua a não ser a forma prioritária, neste estudo, para aceder a este tipo de informação.

Ainda assim, a construção discursiva da internet como um meio mais seguro e mais privado está a ganhar força em conjugação com a manutenção da sexualidade como um campo discursivo potencialmente perigoso – o discurso da privacidade como característica da internet, mesmo face às recentes exposições mediáticas sobre o quão pouco privada e anónima ela é, continua a ser socialmente validado. Também a ideia de facilidade – com o duplo sentido de exigir menos esforço e de expor a pessoa a um risco menor – é mencionado como uma razão pela qual a internet é valorizada.

Esta validação não é absoluta. Como *Subject A* aponta, um mínimo de privacidade é apenas conseguida através da aquisição de mais competências tecnológicas para salvaguardar a possibilidade de outras pessoas encontrarem o histórico das buscas, ou outras pegadas tecnológicas. Ao mesmo tempo, e dependendo do contexto – *Subject A* também desloca a explicação do seu próprio comportamento para a sua “paranóia”, diminuindo as suas próprias competências – a ideia de privacidade pode ser entendida como tendo vários significados.

O que parece ser mais valorizado não é o anonimato total mas uma forma de anonimato funcional, em que seja possível ocultar de pessoas relevantes na vida do jovem o tipo de informações acedidas. Torna-se mais relevante a possibilidade de negar plausivelmente uma determinada acção, mantendo um jogo de aparência de ignorância, do que um apagar total dos traços. Como diz *Tiago*, é a ausência de intermediário que é relevante. Não que os jovens não vejam a internet como um meio de comunicação, mas porque os intermediários que importam são os que têm peso na sua esfera social.

Esta dimensão do *medo*, combinada com a ênfase na responsabilidade segundo estas estruturas discursivas, torna compreensível que os jovens destaquem as suas experiências quotidianas e a si mesmos como fontes de conhecimento que lhes permitem navegar a informação que adquirem, ou veiculá-la a outros.

“Ah, porque vêm falar comigo, e eu até aconselho a irem à internet. Obviamente que é sempre melhor ir ao médico, mas é mais fácil ir à internet pesquisar. [...] Mas há muita coisa que eu também não sei. Mas gosto de saber que eles vêm ter comigo perguntar!”

– *Maria*; 20 anos; género feminino; lida como bissexual/não-monossexual; estudante universitária que vive com os pais, na margem Sul do Tejo (Anexo 45)

“Mais ou menos ‘praí 40% daquilo, sim, foi procura mas o resto acaba por ser uma constatação com esse tipo de realidades ou seja, uma pessoa vê e depois tenta conhecer por si ou então depara-se com essa realidade através de amigos.”

– *Miguel*, 17 anos, género masculino; identifica-se como homossexual; estudante que mora em Lisboa (Anexo 42)

“De saúde sexual... Hmm, nem por isso, sabes? É estúpido, eu sei, mas sempre associei que as raparigas têm menos hipóteses de ter alguma do que os homens.”

– *Redgi*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como *gay*; trabalhadora na área da restauração em Lisboa (Anexo 44)

“...Acho que foi depois da minha... de iniciar a minha vida sexual [que comecei a procurar informação]. Assim... Dezassete, dezoito anos.”

– *Donald*; 20 anos; género masculino; auto-identifica-se como homossexual, estudante universitário deslocado em Aveiro (Anexo 50)

As experiências por que os jovens passam são, de acordo com os próprios, determinantes na relação com aquilo que procuram, e com os assuntos que consideram prioritários – a busca de informação por sexualidade ou saúde sexual é enquadrada nas suas narrativas de vida e de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, os jovens enquadram-se enquanto fontes de informação para terceiras pessoas, mesmo quando dizem priorizar fontes de informação mais oficiais (como os médicos), e tratam o serem recursos para terceiros de forma positiva, como algo que reforça a sua auto-estima ou que os faz sentir que são referências para os seus pares, mesmo quando isso não é acompanhado da capacidade de dar resposta à situação, como com *Maria*.

Quando os jovens são enquadrados pelos seus pares como fontes de informação, isso resulta num reconhecimento do seu poder discursivo, da sua realização enquanto detentores de uma subjectividade valorada e de domínio de conhecimentos úteis.

Existe uma tensão entre colocar-se o recurso ao grupo de pares como algo raro, e esta valorização da importância de se agir como elemento do grupo de pares a quem se recorre para obter informação. Porém, é por este recurso ser discursivamente enquadrado como difícil de utilizar, perigoso (para o *self*) ou problemático que ele se torna mais investido no poder que mobiliza, e no quanto se torna uma posição de falante desejável. Mesmo que as percepções dos jovens não correspondam ao que surge reportado no inquérito, o sentido que criam prende-se com a valorização do poder associado ao saber e, concomitantemente, ao medo de que outras pessoas não tenham essas competências e sejam fontes pouco fiáveis.

“[...] numa primeira pesquisa, re... recorro obviamente à internet, depois... muitas vezes não considero a informação fide... fidedigna o suficiente, ou, e nesse caso procuro um médico [...]”.

– Ivo; 18 anos; género masculino; lido como não-heterossexual; estudante universitário em Lisboa (Anexo 43)

Este excerto, bem como outros antes, mostram como a internet opera, nas representações dos jovens, enquanto uma fonte de informação de primeira ordem: mais imediata, mais acessível, mais prática, mais segura; mas também mais falível, incerta e, no melhor dos casos, como um repositório de formatos de informação que não são específicos da internet. O plano discursivo mais comum, tanto pelas referências que tem, quanto pela forma como essas referências reforçam o seu poder, é o da Medicina e das abordagens médico-fisiológicas. Dentro da dinâmica do dispositivo de sexualidade tal como enunciado por Foucault, tal resultado era expectável, uma vez que a sexualidade em si surge enquanto conceito médico, psicológico e legalista – e reflecte, de resto, boa parte das práticas políticas e agendas mediáticas em vigor, em Portugal, actualmente (cf. Capítulo IV). O saber médico é, na maioria dos casos – e aqui faça-se excepção do *Miguel* do Porto, que diz que não existe informação totalmente correcta na internet – lido como a autoridade última, como *locus* último de emissão de veredicto de tudo o que tenha que ver com a sexualidade.

Existem outros pontos de fuga de fios discursivos que englobam diferentes saberes, e diferentes valorações de várias posições de falante. Várias destas tendências tomam a internet como um dos seus veículos fundamentais, ou baseiam-se em dinâmicas que são vistas como sendo específicas da internet, como é o caso das redes sociais. Estas outras fontes podem trazer consigo modos diferentes de saber, em potencial tensão com o conhecimento médico objectivado. Apresentam-se em seguida exemplos de várias dessas fontes, que suprem vontades ou curiosidades que não encontram eco nas informações medicalizadas.

“Por mais informação que tenhamos na escola, há sempre coisas que gostamos de conferir em casa mesmo por curiosidade ou no caso de doenças... conhecer testemunhos de pessoas que, que as têm e perceber como é que é o dia-a-dia delas. [...] Este ano ‘tive um colega meu que começámos a falar sobre as tribos entre aspas dentro da cultura homossexual e... começámos a falar sobre “bears” e então eu estava-lhe a explicar que, para eles, heterossexuais, também existem grupos, de acordo com o tipo de preferências deles...”

– *Miguel*, 17 anos, género masculino; identifica-se como homossexual; estudante que mora em Lisboa (Anexo 42)

“Eu acho que a primeira pesquisa que eu fiz foi a sexualidade em si, não é? O que é que é o sexo. [...] Um filme pornográfico, uma coisa do género.”

– *Joana*; 19 anos; género feminino; lida como heterossexual; estudante universitária que vive em Lisboa com o namorado (Anexo 46)

“Para além de haver informação mais oficial, ou seja, mesmo com o intuito de informar, há outra coisa que eu também considero bastante útil, que são os fóruns, em que pessoas anónimas, vão partilhar experiências...”

– *Ivo*; 18 anos; género masculino; lido como não-heterossexual; estudante universitário em Lisboa (Anexo 43)

“A mim a internet ajudou-me por causa das redes sociais. Lembro-me de ter começado por volta dos 15, mais ou menos, de pesquisar vídeos porno. *Gay*. De mulheres.”

– *Redgi*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como *gay*; trabalhadora na área da restauração em Lisboa (Anexo 44)

“[...] podemos falar que num filme esse actor fez ou encarnou uma personagem que tinha uma doença sexualmente transmissível... e a partir daí as coisas vão surgindo.”

– *Donald*; 20 anos; género masculino; auto-identifica-se como homossexual, estudante universitário deslocado em Aveiro (Anexo 50)

Apesar de relatarem experiências diferentes, estes vários testemunhos têm pontos em comum, pontos esses que podem ser unidos através da cidadania íntima (Plummer, 1994). A busca de histórias pessoais, valorizadas precisamente por *não* serem relatos objectivos – “uma questão de partilha, de desenvolvimento”, diz *Ivo* – mostra o quanto a busca de sentido e de construção de subjectividades passa também pela integração desses conhecimentos (lidos como informação ao mesmo nível, ou encarados como algo diferente) através do prisma das experiências vividas.

Ainda que a informação possa não ser “100% verdadeira”, os testemunhos subjectivos adquirem força e poder porque permitem acesso ao “dia-a-dia”, como diz *Miguel*, de uma forma que o olhar do discurso médico não permite; constroem-se outros regimes de verdade que ocupam nichos específicos de importância. As listas de sintomas ou de critérios diagnósticos não são substitutos da tradução disso mesmo em experiências vividas, em relatos subjectivos. Estes tanto podem ser de resistência e sobrevivência, como podem resultar de momentos de confusão transformados em momentos educativos, como a transposição entre os “bears” da comunidade *gay* para as diferenças de preferências por entre pessoas heterossexuais. É então convocado um plano discursivo diferente, o das vivências pessoais. Embora Foucault (1994) mencione o quanto o dispositivo de sexualidade, ao estar ligado aos mecanismos da confissão, promova uma compulsão discursiva constante, a preocupação que os jovens demonstram tem menos que ver com compreender alguma verdade última do sexo, mas com aceder a uma diversidade de experiências que possam ajudar os jovens em questão a navegar as suas próprias experiências, especialmente nos casos em que possam estar associadas a narrativas emergentes, socialmente sub-representadas.

Surge também o papel social das práticas de visualização de pornografia e o papel da pornografia como forma de aquisição de saberes específicos. A elaboração de perguntas feitas a partir de algum elemento de pornografia leva jovens ao diálogo e à procura de mais informação, tanto de um ponto de vista biológico, como de diversidade sexual e ao questionamento da hegemonia heterossexista. A visualização de pornografia conceptualizada apenas como uma prática masturbatória é simplista e redutora: determinar o impacto de um determinado conteúdo através de uma análise do conteúdo em si, como geralmente fazem as abordagens mais paranóicas (no sentido abordado por Sedgwick (1997)), ignora o contexto em que a interação com os *media* ocorre.

Mais do que ensinar ou não, a pornografia pode servir para despertar a curiosidade de aprendizagem, da mesma forma que outros estímulos o fazem – num mundo multimediado, é importante tomar em consideração as relações intertextuais que são abertas por cada um, frequentemente em contextos e leituras que se desviam claramente da intenção autoral. Estas aberturas em potência operam como resistência perante as mais rígidas disciplinas sobre o que é discursivamente apropriado e aceitável, e tornam-se relevantes num contexto sociocultural em que o diálogo sobre a sexualidade é ainda pouco abrangente e diverso.

Outro elemento referido são referências a meios de comunicação de massas, como revistas ou filmes, que cumprem um papel semelhante ao descrito sobre a pornografia: geram curiosidade ou levantam questões que os jovens vão, depois, procurar resolver através de pesquisa própria. Os pares também têm importância aqui: ao levantar entre si questões, dentro de um contexto em que ter a resposta é positivamente valorado, este diálogo vai contribuir para estimular a aquisição de novas competências ou conhecimentos. De forma a não sobrestimar a importância destes conhecimentos, convém manter em mente que ISTs, alterações ao corpo e questões de contraceção foram dos pontos mais referidos nas entrevistas.

Há uma outra posição de falante que é relevante, e que intersecta de formas específicas com cada um dos elementos apresentados: o posicionamento em relação à orientação sexual e a forma como ela modifica as experiências dos jovens.

“Foi o único meio [...] com informação disponível [sobre assuntos LGBT].”

– *Beatriz*; 20 anos; género feminino; lida como heterossexual, estudante universitária em Lisboa (Anexo 41)

“Informe-me sobre como é que outras pessoas fizeram, exemplos de reacções dos pais e aquilo p’ra que nós nos devíamos preparar, fiz esse trabalho de casa na internet.”

– *Ivo*; 18 anos; género masculino; lido como não-heterossexual; estudante universitário em Lisboa (Anexo 43)

“E então na saúde sexual não procurava tanta coisa, era mais em termos de... sexualidade sobre mim, [...] sobre as raparigas, e sobre como é que era afectos entre duas raparigas, foi mais nesse campo que eu procurei.”

– *Redgi*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como *gay*; trabalhadora na área da restauração em Lisboa (Anexo 44)

“Ah... foi, lá está, ao pôr-me *out there*, também descobri ainda mais coisas sobre mim, e pude descobrir outras coisas que também me atraíam. [...] E depois, comecei aí a pesquisar, lá está, porque... aos 15 anos foi a idade de tudo... foi a idade da internet, foi a idade da *self-discovery*, porque aí, a partir desse momento, comecei a ver muito mais o que era isto da bissexualidade...”

– *Subject A*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como bissexual; estudante universitária em Lisboa (Anexo 47)

“Para as pessoas que ‘tão incertas, sobre se a sua orientação sexual é certa ou não, eu acho que ter um grupo assim não faria mal nenhum. Mas eu espero que as pessoas consigam ter a inteligência e a maturidade de conseguir ir procurar isso por si mesmos.”

– *Miguel*; 20 anos; género masculino; lido como heterossexual, estudante universitário que vive no Porto, com a mãe e as duas irmãs mais novas (Anexo 49)

A escola, com a sua informação heteronormativa, empurra os jovens para ir procurar informações na internet porque não dispõem de outros recursos (algo que até mesmo algumas pessoas lidas como heterossexuais mencionam, embora de passagem), e porque precisam de aceder a narrativas pessoais sobre problemas específicos (como as “reações dos pais” que *Ivo* menciona).

Para *Miguel*, do Porto, há aqui uma ligação entre recursos que podem ser considerados sob o tópico da recolha de informação mas também sob o tópico da participação cívica *online*: a existência de grupos de discussão. Existe uma avaliação moral associada a não ter a certeza sobre “se a sua orientação sexual é certa ou não” – falta a alguém que sinta isso “inteligência” ou “maturidade”. Essas são características que assinalam uma subjectividade bem construída, moralmente cumpridora, demonstrando que o sujeito é capaz de se construir enquanto possuidor de uma sexualidade, e de adquirir autoria/autoridade sobre essa sexualidade. O aspecto heteronormativo da sociedade ocidental contemporânea e dos discursos sobre a sexualidade são totalmente subsumidos em relação ao papel e poder (*id est*, responsabilidade) que se considera que o bom e realizado sujeito deve ter.

Os discursos de pessoas lidas ou auto-identificadas como não-heterossexuais acabam a replicar parte desta visão, ao aplicarem uma série de marcadores discursivos essencialistas – “sexualidade sobre mim”, “descobri ainda mais coisas sobre mim”, “foi a idade da *self-discovery*” – que, em alinhamento com a análise que Foucault faz sobre a

construção de subjectividades sob a égide do dispositivo de sexualidade (cf. Capítulo II.1), advogam a existência de uma sexualidade intrínseca, uma verdade ontológica sobre o sexo que está dentro do sujeito e que precisa de ser descoberto. A adequação entre essa verdade interior, o reconhecimento da mesma, e a sua articulação numa identidade socialmente cognoscível, derivada das categorizações que esse mesmo dispositivo de sexualidade funciona. A internet opera como tecnologia do *self* também neste aspecto: a ligação a várias formas de saber diferentes, das experiências pessoais à pornografia, passando organismos oficiais (a certo ponto, *Beatriz* fala da *American Psychological Association* como a sua fonte para a temática LGBT) é um elemento fundamental na construção-como-descoberta de uma sexualidade que se crê imanente.

Encontra-se nas entrevistas a *presença da ausência* de um discurso equivalente face à heterossexualidade: tanto por parte de jovens lidos como heterossexuais, como por parte dos jovens lidos ou auto-identificados como não-heterossexuais. Não se pretende com isto afirmar que não existe construção da heterossexualidade – numa perspectiva butleriana (1999), tal não faria sentido (vide também Phillips & Reay (2011, p. 41)) – mas sim que a construção de uma identidade hegemónica e normativa num dado contexto não é discursivamente assinalável⁷⁵, que o significante universal é omissivo (Chandler, 2013a, 2013b) embora seja entendido como natural. Esta desnecessidade linguística observável – nenhum dos jovens se identificou em algum momento como heterossexual, mesmo que o tenha dado a entender de formas oblíquas – faz parte da construção discursiva das suas próprias heterossexualidades, tal como o faz o seu distanciamento do Outro constituído pela sua referência às “pessoas que [precisam]”.

Existem pontos de escape a esta leitura: recorde-se o paralelismo que *Miguel*, de Lisboa, traçou entre a especificidade da comunidade “bear” *gay* e os diferentes gostos ou preferências de pessoas heterossexuais. Este paralelismo, ao expor uma certa abordagem taxonómica do desejo como sendo transversal a diversas orientações sexuais, resiste ao discurso que pretende tornar a não-heterossexualidade algo de fundamentalmente Outro, e fá-lo, não pela negação das diferenças que se encontram dentro de “*gay*”, mas apelando a que se olhe para a heterossexualidade como contendo também sistemas de diferenciação que não são organizáveis *apenas* pelo vocábulo

⁷⁵ Para uma reflexão sustentada sobre as articulações entre performatividade de género e de sexualidade em jovens portugueses, ver por exemplo o trabalho de Maria do Mar Pereira (2012, p. 149).

“heterossexual”. Isto implica uma tomada de posição discursiva enquanto fonte de informação, enquanto especialista que também constrói o sentido da heterossexualidade.

Uma outra forma através da qual a internet e as novas tecnologias operam enquanto tecnologias do *self* tem que ver com um aspecto corporal – a dinâmica e funcionamento de actos sexuais em específico. Novamente se vê uma presença deste discurso principalmente junto de jovens lidos como não-heterossexuais, o que reforça as conclusões de outros estudos junto da população LGB (cf. Capítulo III.3) sobre a falta de exposição a variados tipos de informação não-heteronormativa. A forma como estes jovens abordam a noção de informação aqui – começando no conceito mais tradicional de informação e depois integrando a pornografia – liga-se à forma como a organização do dispositivo de sexualidade impõe uma matriz de verdade ontológica sobre as práticas. Não se trata de descobrir uma verdade interior, mas de como fazer coincidir a verdade interior com uma expressão *correcta* dessa mesma verdade interior.

Redgi fala em “saber como é que era [...] afectos entre duas raparigas”, *Subject A* em “ver o que era isto [...] da bissexualidade” e *Donald* vai “ver como é que as coisas se passavam a nível sexual entre dois rapazes” – para além da enunciação explícita, em dois dos casos, da monogamia até em frases generalistas, é evidente o pressuposto de um dado modelo de comportamento entre raparigas ou entre rapazes, que será necessário *observar* e seguir de forma a cumprir a *praxis* dessa não-heterossexualidade. Estas formulações apontam para *um* modelo, que tipifica o ser-se L/G/B. O cliché de que alguém que interage com outra pessoa do mesmo sexo está mais capacitado para estimular adequadamente o corpo dessa outra pessoa por ser semelhante ao seu está ausente das explicações que os jovens apresentam para as suas próprias biografias. Muito pelo contrário, estes testemunhos dão conta de um *handicap* percebido, que liga a heteronormatividade da informação dada na escola e noutros contextos e a sua necessidade de recorrer a material pornográfico. Se há pouco se tratava da compreensão do que é *ser* lésbica/*gay*/bissexual, trata-se agora da compreensão de como é *fazer* algo entendido como ‘sexo lésbico/*gay*/bissexual’ – taxonomias essas que são comuns em *sites* pornográficos e se cruzam com a resposta de *Miguel* sobre a comunidade “bear”.

Não é exclusivamente pela via da orientação sexual que a diferença se inscreve nos corpos. *Miguel*, que vive no Porto, chama-se a si mesmo “um caso especial”:

“Ah... bom, houve um caso... porque eu sou um... [*estala a língua*] ah, gosto de dizer que sou um caso especial... Eu tive um acidente, deixei de produzir testosterona. E eu quis saber qual era esse efeito, já tinha cerca de 17 anos. E queria saber o que é que isso

me ia afectar. Tanto a... na minha mente, como no meu corpo. [...] eu fui hospitalizado, e um dos meus testículos ficou sem funcionar, e depois o outro... e eu fui ver que tipo de situação é que era esta, se havia outros casos [...]. Mais recentemente, quando eu fiz a tal operação das próteses, eu aproveitei e fiz uma coisa que ‘tava para fazer já há muito tempo, que foi [a circuncisão]. [...] Fiz isso, fui ver, fui aos fóruns, da internet, ver a opinião das pessoas, se valia a pena ou não... [...] Ah, sim, ajudou-me, sim! Ajudou-me a formar uma opinião, mais concreta... e também a minha família aconselhou... realmente motivaram-me a fazer essa operação.”

– *Miguel*; 20 anos; género masculino; lido como heterossexual, estudante universitário que vive no Porto, com a mãe e as duas irmãs mais novas (Anexo 49)

A ausência de produção de testosterona, associada à possibilidade de efeitos negativos “na minha mente, como no meu corpo” e, pela situação em questão, associada à impossibilidade de ter filhos e remoção dos testículos – ambos marcadores normativos de masculinidade e virilidade – criaram, para *Miguel*, um posicionamento de falante enquanto Outro. Uma das formas de lidar com a questão foi recolher informação – onde se acrescenta, em tom utilitário ou de planeamento racional, a oportunidade da circuncisão junto da operação para colocar as próteses testiculares. A necessidade de ter uma opinião coexiste lado-a-lado com o imperativo de ter uma opinião baseada em informação. Esta informação vem de múltiplos meios de comunicação (“livros ou internet”), mas o que importa são as experiências pessoais anónimas, partilhadas na internet, que relatam a sua vivência da diferença. Também é no sujeito que o foco discursivo continua a centrar-se: embora necessário tomar contacto com “a opinião das pessoas” para o sujeito *saber* se vale a pena, é ele que tem de sintetizar a informação.

É na marcação das diferenças que se pode ler o paralelismo mais directo com os testemunhos de pessoas não-heterossexuais: “que tipo de situação era esta, se havia outros casos como eu”, semelhante ao “fiz-me perceber que existiam mais pessoas como eu, e que eu não era estranha” que *Subject A* diz. A preocupação com a estranheza pode ser entendida de forma dupla: é a tentativa de escapar de um lugar de enunciação marcado pela alteridade e ininteligibilidade social; é a tentativa de adquirir recursos que permitam discursivizar a própria experiência pessoal, algo que permita “uma opinião, mais concreta”. A questão do risco também se presta a paralelos: o deixar de produzir testosterona, enquanto ameaça à linearidade desenvolvimentista biológica, é transposto para efeitos “na mente” – o conhecer o corpo e exercer controlo ele é uma forma de garantir a normalidade mental e a manutenção da masculinidade heterossexual em risco.

Compreender o papel dos novos *media* enquanto tecnologias do *self* e sistemas de (auto-)governamentalidade a partir da prática de busca de informação sobre sexualidade e saúde sexual *online* passa por identificar variadas posições de deferência

face a diversos planos discursivos, e em interacção com vários agentes sociais. O discurso médico-fisiológico encontra-se fortemente validado nas interacções entre jovens e internet, mesmo tendo a família, escola e grupos de pares como elementos mediadores. Porém, não é o único, e as narrativas emergentes, discursos alternativos e críticos face à própria Medicina, bem como registos discursivos em áreas consideradas subalternizadas – como o prazer – com recurso à pornografia ou a comunidades.

A generalidade das abordagens continua a localizar o funcionamento da internet, enquanto tecnologia do *self*, no campo do conhecimento de si, o *gnothi seauton* de que fala Foucault (cf. Capítulo I.6), procurando-se posições de falante que valorizam essa mestria e conhecimento próprio enquanto marcadores de uma subjectividade moral, em que a verdade do desejo é o princípio organizador da governamentalidade de si.

VII.3.2 – A participação cívica na internet em género e de sexualidades

A sub-secção anterior deixa antever como a participação cívica – lida de forma alargada e incluindo o subactivismo (cf. Capítulo III.3) – se cruza com a procura de informação. Ao partilharem as suas experiências, no contexto de fóruns e redes sociais, as pessoas deixam também um acervo textual, narrativo, que pode ser ‘passivamente’ consultado por outros, tornando difusa a linha entre consulta de informação e participação cívica: é material produzido como forma de subactivismo e informação consumida por utilizadores que não têm que se envolver de forma participativa.

Nesta análise consideraram-se testemunhos que têm que ver com a produção de conteúdo, e também com um atitude ‘passiva’ face a ele, reconhecendo uma diferença na produção discursiva associada a um portal de uma organização oficial, e aquilo que acontece quando utilizadores se juntam num grupo e produzem registos das suas experiências pessoais e outras formas de expressão cultural.

Como já apontado (cf. Capítulo VI.3), a discriminação contra pessoas LGBT e tópicos conexos constaram na maior parte dos testemunhos sobre participação cívica *online*. Ao nível das posições de falante apresentadas, boa parte delas prende-se com relações de tensão e continuidade face à heterossexualidade. É frequente esses posicionamentos cruzarem vários aspectos, desde visões sobre o que é activismo, até concepções sobre a natureza da orientação sexual, questões políticas associadas e a governamentalidade do *self*.

“As redes... pronto, como não, não me identifico com muitas coisas que estão disponíveis nos *sites*, por exemplo, [da rede ex aequo]. Devo dizer que vi do início ao fim, não me identifico muito com o que leio, então acabo por não pertencer...”

– *Beatriz*; 20 anos; género feminino; lida como heterossexual, estudante universitária em Lisboa (Anexo 41)

“A internet, procuras *gay* em Portugal e aparece-te rede ex aequo. E fui ver, li mais ou menos a descrição dos objectivos da associação... Não foi naquela de ser activista porque eu não sou nenhuma activista. ‘Vou pertencer, porque eu quero defender os *gays*.’ Não tem nada a ver. Sou *gay*. Era adolescente. Uma rede para mim. Fixe.”

– *Redgi*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como *gay*; trabalhadora na área da restauração em Lisboa (Anexo 44)

“Sendo aqui um bocado bruta, a comunidade LGBT, eu tenho interesse, apoio, mas se calhar não me identifico tanto... Na medida em que não sei o que é que tenho a dar para a comunidade!, como tenho a dar para outros interesses meus.”

– *Joana*; 19 anos; género feminino; lida como heterossexual; estudante universitária que vive em Lisboa com o namorado (Anexo 46)

“O blog começou como uma uma coisa engraçada [...] Depois, ao ver o tipo de reacção que eu tinha no Tumblr, e o tipo de perguntas que recebia, comecei a perceber que havia uma outra necessidade, e decidi começar a dar as minhas visões sobre aquilo. E também se calhar por ser um blog tão explícito, as pessoas tinham mais facilidade em abrir-se.”

– *Subject A*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como bissexual; estudante universitária em Lisboa (Anexo 47)

“A legalização do casamento homossexual. Não é um interesse meu. Não discordo... mas simplesmente não é uma guerra minha, portanto não tenho interesse. [...] Ah, quem não se identifica, claro que não vai ter o mesmo tipo de dedicação.”

– *Tiago*, 19 anos, género masculino; lido como heterossexual; trabalha na área de Informática e vive na margem Sul do Tejo (Anexo 48)

A narrativa focada no indivíduo – no ser ou não heterossexual, em vários dos casos apenas com marcas oblíquas – surge como justificação para o envolvimento ou não em diferentes tipos de iniciativas. Não existe uma relação linear entre ser-se LGB e participar, como *Redgi* demonstra. O seu testemunho explora um outro lado da individuação – a necessidade que o sujeito tem de ser capaz de lidar com a sua sexualidade pode também focar a narrativa *apenas* nessa mesma necessidade, descartando outros elementos contextuais.

Várias pessoas lidas como heterossexuais usaram a mesma expressão ou conjunto de expressões – em volta da ideia de “identidade” – para justificar o seu não-envolvimento em redes sobre direitos LGBT. A heterossexualidade, como significado universalizado, não precisa de se marcar a si mesma senão pela negação do seu oposto. ESte posicionamento traz consigo claras escolhas políticas. *Tiago* naturaliza a questão: “quem não se identifica, claro que não vai ter o mesmo tipo de dedicação”. Não há nenhuma obrigação moral de pertença a qualquer tipo de grupos; porém, o que aqui se apresenta é a validação moral do distanciamento político face a este tema.

Estes posicionamentos, como *Beatriz* ilustra, demonstram a importância do reconhecimento identitário como um aspecto problemático dentro do reconhecimento de direitos políticos e sociais. *Joana* enquadra a questão por via da sua ignorância, dizendo não saber o que tem para contribuir, o que pressupõe que *Joana* pode apenas ocupar um lugar discursivo enquanto emissora, e não, por exemplo, enquanto pessoa que pergunta, que recebe informação sobre como melhor contribuir; a identificação, ou mesmidade, torna-se o único ponto discursivo a partir do qual é possível fazer a performance do político, elidindo o papel da heterossexualidade (enquanto sistema político normativo).

Gera-se um reforço das dicotomias e exigências colocadas sobre pessoas não-heterossexuais, na medida em que são vistas como sendo as pessoas que, ‘naturalmente’ terão de fazer algo. A responsabilidade por uma cidadania activa ao nível das políticas de género e de sexualidades – a cidadania íntima de que Plummer (1994) fala – é depositada exclusivamente nos grupos sociais mais afectados pela falta de representatividade; o silêncio em torno da heterossexualidade torna-a, retoricamente, politicamente neutra, de acordo com esta perspectiva.

Outros contextos biográficos mais complexos podem também estar por detrás de iniciativas concretas de participação cívica. O exemplo de *Subject A* mostra como as práticas de participação cívica podem surgir de forma mais espontânea, e evoluir a partir de acções ou posturas que, inicialmente, não tinham como objectivo esse papel de participação cívica. Novamente a partilha e consumo de pornografia cria um ambiente mais seguro, de suspensão das críticas motivadas por alguém se sentir eroticamente interessado por uma prática, fazendo surgir uma série de perguntas sobre sexualidade.

O facto de outros utilizadores do *Tumblr* abordarem *Subject A* para lhe fazer perguntas colocam-na numa posição específica: aquela a quem se reconhece autoridade, literacia. Isto é lido, por parte de *Subject A*, como a resposta a uma necessidade existente que, através da exposição das “[suas] visões sobre aquilo” será então parcialmente colmatada. Esta dinâmica tem lugar dentro de um grupo ou comunidade de utilizadores – um exemplo do “individualismo em rede” (cf. Capítulo IV.5) – e não é apenas a posição autopercepcionada de *Subject A*, que está em causa, mas também a sua posição dentro de um grupo de pertença. É importante ter em consideração o papel que o *Tumblr*, ao permitir oficialmente este tipo de conteúdos, ocupa, e como isso levanta hipóteses e dinâmicas de participação diferentes das do Facebook (cf. Capítulo III.4).

Outro posicionamento, que cruza motivações com históricos pessoais, é a do falante como alguém com curiosidade, e vontade de aprender.

“Descobri-o através da internet, sim! Através de uma amiga minha que é membro da ILGA e inscrevi-me por curiosidade. Ah, perceber que tipo de pessoas é que lá ia encontrar, quem são as pessoas que defendem a causa LGBT em Portugal!

[...] Ah, actualmente em mais nenhuma. Mas já tive convivência com, ah, aquele tipo de redes mais vocacionadas para encontros sexuais, tipo *ManHunt*, *Grindr*, mas nunca fiz disso propriamente a forma de encontrar pessoas! Apenas tive curiosidade em perceber que tipo de pessoas é que lá estavam... ah novamente como no fórum da rede ex aequo, o que é que as movia e o que é que lá poderia encontrar. “

– *Miguel*, 17 anos, género masculino; identifica-se como homossexual; estudante que mora em Lisboa (Anexo 42)

“Eu tenho um à-vontade com a minha orientação sexual. Eu posso estar curioso, porque é que as pessoas escolhem, eu não sei se é uma escolha, mas eu acho que é uma escolha. Vou ver o qu’ê que dizem, porque é que preferem ‘tar com um sexo e não outro.”

– *Miguel*; 20 anos; género masculino; lido como heterossexual, estudante universitário que vive no Porto, com a mãe e as duas irmãs mais novas (Anexo 49)

Em ambos os casos, cria-se um distanciamento entre a participação (ou consulta) das plataformas e o papel que a própria pessoa ocupa.

Miguel, de Lisboa, ainda que identificando-se como homossexual, fala de ter curiosidade em perceber “quem eram *elas*” (itálicos meus), especificando depois que eram as pessoas envolvidas em activismo LGBT. Isto serve para criar uma separação ao nível da desidentificação política – *Miguel* critica a ideia de “orgulho” LGBT noutro momento – que continua a dar valor e atenção às narrativas pessoais (despolitizadas?). Acrescenta a isto os frequentadores de redes de encontros sexuais vocacionadas para o público homossexual masculino – e novamente *Miguel* se desidentifica e estabelece a diferença entre si mesmo e quem usa as redes para “encontrar pessoas”.

Quando comenta a sua aproximação à comunidade “*bear*”, *Miguel* utiliza para o seu enquadramento um discurso fundado na narrativa de investigação científica ou terapêutica: “o que, muitas vezes acaba por ser um trabalho [...] sociológico ou um trabalho psicológico porque nós estamos a [...] estudar uma comunidade e a estudar a maneira como eles se comportam”. A metáfora do *trabalho sociológico ou psicológico* coloca o falante numa posição superior, objectiva, neutra, a partir da qual poderá observar e condensar em si conhecimento e compreensão que essa análise permite, ao mesmo tempo que o mune do saber necessário para agir de forma segura (a percepção de maior facilidade em passar dos discursos às práticas afectivas ou sexuais).

No caso de *Miguel* do Porto, a desidentificação passa pela orientação sexual, e através da reafirmação da sua própria orientação (nunca nomeada) como algo com que

está “à-vontade”. A questão da “escolha” torna-o curioso, mas é apenas projectada sobre o Outro: as narrativas sobre o que “elas dizem” em relação à verdade da sexualidade e à sua ontogénese não se reflectem, no discurso de *Miguel*, como sendo algo aplicável à sua própria orientação sexual (*id est*, a escolha/não-escolha é algo que apenas se coloca a pessoas não-heterossexuais).

Num e noutro casos cria-se uma relação de exterioridade *voyeur*, em que as manifestações pessoais cívicas são lidas como um elemento apolítico, e em que a curiosidade se torna uma forma de a posição de falante estar situada acima dos discursos sobre os quais essa curiosidade se debruça. O trabalho de governamentalidade de si implicado nos processos de identificação é outro elemento mencionado várias vezes.

“É pá, de perceber o que é que a malta anda a fazer, como é que é ser *gay* aos 20 e poucos anos, acho que é mais ou menos essa a faixa etária da rede. E deixa lá ver o que é que esta malta tipo anda a fazer, se andam a combinar coisas... Também se combinassem eu não tinha coragem para ir [*risos*], mas eu gostava sempre de saber...”

– *Redgi*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como *gay*; trabalhadora na área da restauração em Lisboa (Anexo 44)

“Eram sobre tudo, questões a nível do funcionamento das coisas, muito também a ver com os fetichismos, e eu ficava chocada como é que haviam [*sic*] certas pessoas que achavam que era *tão errado*... o gostar disto ou gostar daquilo...”

– *Subject A*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como bissexual; estudante universitária em Lisboa (Anexo 47)

Em ambos os testemunhos existe uma preocupação com “como é que é ser”, com a dicotomia entre a normalidade e a estranheza ou a explicação do que ‘é’ a bissexualidade – diz *Subject A*, que a sua participação cívica foi um “processo de [...] *self-discovery*”. Por um lado, a hierarquização de diferentes sexualidades e identidades torna certos sujeitos alvo de uma maior propensão para a ininteligibilidade; por outro lado, convoca a um maior investimento de recursos para conseguirem cumprir a injunção moral do dispositivo de sexualidade, dentro de uma retórica identitária.

Se os novos *media* contribuem, através destas abordagens à participação cívica, para um minorar da violência simbólica contra pessoas LGB, isso acontece, pelo menos dentro das experiências destes jovens, dentro de uma lógica identitária que reafirma o dispositivo de sexualidade como garante de inteligibilidade das identidades associadas. A aquisição de novas competências e conhecimentos e sua posterior transmissão implica os sujeitos na manutenção do funcionamento do dispositivo de sexualidade, sustentando a leitura foucauldiana que interpreta os sujeitos não apenas como meros elementos passivos sobre os quais agem sistemas de poder macrossociais.

Outra forma de posicionamento, associada a práticas de activismo em torno do género, tem que ver com o sujeito enquanto detentor dessa vantagem e capacitado para ajudar outros, e para os mobilizar.

“Andava eu no 12º ano. Fizemos esse *flash-mob*, e já foi repetido várias vezes. É uma maneira diferente de alertar as pessoas para aquilo que as mulheres sofrem. [...] Eu na altura fazia parte de um grupo que era o Mérito, que era para alunos de quadro de mérito... nós tínhamos melhores notas e não éramos distinguidos por isso; não é uma coisa elitista, é uma coisa de... de baixar e ajudar os outros. [...] Eu acho que aprendi imenso a ajudar e a dar-me aos outros, a dedicar mais a minha vida... p'ra fazer alguma coisa e gosto imenso de participar na organização de eventos, de ajudar alguém.”

– *Íris*; 18 anos; género feminino; lida como heterossexual; deslocada a viver e estudar em Lisboa, no ensino superior (Anexo 40)

“[...] até à criação do meu blog, eu não fazia ideia que, tal como a maior parte das raparigas, que existiam vaginas *innie* e *outie*; não as vaginas, mas a *labia*. E eu achei ridículo [*riso*] durante vinte anos da minha vida, não fazer ideia. [...] E isso motivou-me ainda mais, por saber que existiam pessoas *out there* que não faziam ideia de como é que as coisas eram e como é que funcionavam.”

– *Subject A*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como bissexual; estudante universitária em Lisboa (Anexo 47)

A violência de género, e a falta de conhecimento sobre o próprio corpo (feminino) tornam-se aqui temas, mas também se coloca a questão do privilégio relativo em que as jovens se encontram. Para *Íris*, a sua participação está enquadrada num programa de mérito escolar, e é a partir dessa posição que ela pode (e é encorajada a) “baixar e ajudar os outros”, mesmo que simultaneamente se pretenda demarcar de uma posição “elitista”. O exercício de actividades destinadas a promover a participação de jovens ‘de mérito’ teve, para *Íris*, um efeito muito positivo, reforçando a sua auto-percepção enquanto pessoa que consegue ajudar e organizar(-se). Ao contrário de *Subject A*, as aprendizagens que *Íris* destaca são ao nível das competências interpessoais, e não ao nível dos conteúdos ou conhecimentos. No caso de *Íris*, o que se assiste é a uma execução daquilo que já são características moralmente positivas.

A narrativa de *Subject A* foca-se naquilo que não sabia e que descobriu, dos conhecimentos que adquiriu através das suas próprias explorações de outros blogs. O reconhecimento dessas lacunas no seu próprio conhecimento – de falhas no cumprimento do seu papel subjectivo moral – habilita um discurso de transformação que abre a hipótese de passar esse conhecimento a outras pessoas, estabelecendo o sujeito enquanto fonte de saber. Nova informação, ainda que valorizada, pode constituir algo chocante, perturbador. Também a sensação de se descobrir que algo não é sabido – de falhar moralmente – é tida como negativa, mesmo quando se refere à própria pessoa (“eu achei ridículo”). Esta informação pode também ter que ver com a exposição a

novas formas de obtenção de prazer – *Subject A* frisa a importância que o acesso a informação partilhada *online* teve, para si e para outras pessoas, na desconstrução da imagem negativa associada a ser-se “uma *cum whore*”.

O acesso a nova informação através dos novos *media* opera tanto enquanto potencial fonte de desconforto, mas também *e simultaneamente* enquanto fonte de alívio, na medida em que o impacto de se ser confrontado com o desconhecimento é inferior ou tolerável face ao resultado final: uma melhor capacidade de o sujeito se adequar moralmente ao seu objectivo de ter e governar uma subjectividade sexualizada.

As hierarquizações também se fazem por escalas de credibilidade. A expressão que *Íris* usa durante a entrevista é paradigmática: “Activismo não é tanto a minha praia, gosto mais de fazer mesmo as coisas”. *Íris* está a falar das acções da Amnistia Internacional; contrapõe “voluntariado” a activismo. Apesar de encerrar uma contradição em termos, *Íris* participou no *One Billion Rising* e que esteve ou está envolvida em outras actividades, ao mesmo tempo que estabelece uma definição de activismo como sendo diferente de “fazer mesmo as coisas”.

“Pá, lá está, eu não sou, não sou activista nenhuma! E quanto menos activista de Facebook, mesmo, não. [...] Lembro-me que pus a notícia do rapaz dos Jogos Olímpicos de Sochi, quando ele se assumiu. Pus o discurso da Ellen Page, ela a assumir-se. Quando são esse tipo de coisas eu meto.”

– *Redgi*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como *gay*; trabalhadora na área da restauração em Lisboa (Anexo 44)

“Mas sempre que tenho oportunidade de ver um vídeo no YouTube relacionado com o tema tento partilhar lá. Se não consigo, acabo por partilhar nos grupos em que estou inserido, também LGBT, e alguém fará isso por mim.”

– *Donald*; 20 anos; género masculino; auto-identifica-se como homossexual, estudante universitário deslocado em Aveiro (Anexo 50)

“Sim, sim! Partilho, faço *like*, faço *share*! [*riso*]... faço, faço muito *share* sobre quando são coisas mais a nível mundiais [*sic*]. ...quando são coisas que envolvam mais Portugal, ou quando houve toda aquela questão da adopção [...]”

– *Subject A*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como bissexual; estudante universitária em Lisboa (Anexo 47)

“[...] também fui educada, a sempre defender as pessoas e nunca discriminar, exactamente porque somos todos iguais. é esse valor que eu tenho, que me faz... ser um bocado activista, e tentar fazer o mundo melhor!! [*suspiro*].”

– *Maria*; 20 anos; género feminino; lida como bissexual/não-monossexual; estudante universitária que vive com os pais, na margem Sul do Tejo (Anexo 45)

Não existe uma linha de separação clara e inequívoca entre ser-se activista ou não, nem uma definição linear sobre o que constitui activismo. *Redgi* também recusa ser identificada como activista e qualifica ainda mais a sua desidentificação, com “quanto menos activista de Facebook”, dando a entender que existe uma associação negativa

com o activismo dentro do Facebook. Também *Maria*, comentando as partilhas de notícias que faz nas redes sociais, se refere a ser “um bocado activista”. É *Redgi* quem avança a informação de que, afinal, usa o seu Facebook para “pôr lá cenas *gay*”. Fá-lo, porém, em ligação com os tópicos e os *timings* estabelecidos pelos *media mainstream*, o que também poderá ser lido como uma estratégia de negociação da sua própria visibilidade por entre as pessoas que tem no seu Facebook. Uma possível consequência positiva de um tratamento mais massificado da temática do género e das sexualidades poderá ser a sua legitimação social enquanto tema de conversa relevante e aceitável, permitindo que se exponham esses pontos de vista com menos receio de represálias.

Também se coloca em causa, para separar o ‘bom’ do ‘mau’ sujeito que se apresenta como activista, as motivações e o possível aproveitamento, não directamente político ou social, que se faz da prática de participação cívica – diz *Joana*:

“as pessoas muitas vezes fazem e fazem porque se apercebem que têm que ter competitividade. E acho que não é pelo currículo, que tem que se fazer, não é?”

Uma das consequências da indefinição de activismo, de que já se deu conta anteriormente, passa pela criação de escalas de importância que se tornam auto-evidentes porque baseadas em determinados pressupostos sobre as necessidades de um grupo discriminado, ou por uma avaliação negativa feita sobre o subactivismo. Várias pessoas, mesmo LGB, aplicam uma conotação negativa a activismo, individualizando as questões com que são confrontadas, ligando o activismo a uma não-acção, que não se actualiza em acções materiais.

Outras formas de activismo e de expressão de necessidades sociopolíticas são ridicularizadas ou avaliadas negativamente, por falta de relação com a experiência da pessoa falante, ou por relação com pressupostos heteronormativos. Tanto *Miguel*, do Porto, como *Beatriz*, apontam a estranheza se recorrer à internet para conhecer outras pessoas LGB. *Beatriz* diz, por exemplo:

“[...] da mesma maneira que uma pessoa que não se considere [...] homossexual, [...] não acho bom vá para a internet perguntar como é que conhece alguém... é estranho! Também acho estranho que um homossexual o faça... [...] é muito mais difícil, é muito mais difícil, até porque não se vê!, por isso, a outra pessoa não sabe se eu sou, portanto têm mais dificuldade, daí se calhar depois terem necessidade de procurar esses grupos, não é? [...] E esses grupos facilitam [a procura]”.

– *Beatriz*; 20 anos; género feminino; lida como heterossexual, estudante universitária em Lisboa (Anexo 41)

Beatriz toma como referencial a sua avaliação negativa do que pessoas *heterossexuais* fazem como forma de garantir que não está a demonstrar homofobia,

mas reconhece momentos depois que existem diferenças não-comparáveis ao nível da invisibilidade social. Não obstante esta reflexividade induzida no contexto da entrevista pelas perguntas feitas, mantém-se a avaliação desta e de outras experiências como denotando alguma falha por parte de quem as pratica, colocando os eventos digitalmente mediados como sendo diferentes dos processos presenciais.

Isto leva a uma reflexão sobre quais são outras lacunas que a participação cívica vem sanar, ou que possibilidades potencia. Foram feitas várias referências à invisibilidade, isolamento social e discurso de ódio que afectam pessoas LGB.

“Eu já era muito diferente das outras pessoas, o que talvez me tenha feito é dar mais vontade de perguntar e de marcar a diferença, porque não queremos passar a vida a esconder-nos, e a não ser ninguém.”

– *Maria*; 20 anos; género feminino; lida como bissexual/não-monossexual; estudante universitária que vive com os pais, na margem Sul do Tejo (Anexo 45)

“O primeiro problema com que eu me deparei foi não conhecer na altura mais ninguém na mesma situação que eu!... e então a internet aí funcionou como veículo de conhecimento de outras pessoas na mesma situação.”

– *Ivo*; 18 anos; género masculino; lido como não-heterossexual; estudante universitário em Lisboa (Anexo 43)

“Okay, *No Hate Speech*, tudo bem, mas até que ponto é que aqui ‘tamos a falar de liberdade de expressão? Ou seja, até que ponto é que é possível tu encontrares uma linha de separação entre o *hate speech* e o *speech* do bom-senso. Sem estares a prejudicar a liberdade de expressão do outro.”

– *Joana*; 19 anos; género feminino; lida como heterossexual; estudante universitária que vive em Lisboa com o namorado (Anexo 46)

A expressão que *Maria* usa para designar aquilo com que a internet a ajudou ilustra o trabalho identitário associado à subjectividade sexual, ao mesmo tempo que coloca em destaque a relevância subjectiva e política do reconhecimento: o esconder, no ‘armário’, é equivalente a “não ser ninguém”. De forma a combater isso, *Maria* identifica os recursos que conseguiu adquirir através da internet como um motivador que a permite “perguntar” e “marcar a diferença” – tomar o lugar de falante, e não apenas o de objecto de discurso.

Ivo articula a diferença e o isolamento social de forma menos metafórica, preferindo falar sobre como o problema de “não conhecer na altura mais ninguém na mesma situação que [ele]” – algo que as redes sociais específicas vieram atenuar, permitindo a *Ivo* constituir um grupo de pares que pudesse oferecer-lhe apoio. A gestão da visibilidade face à família (fazer o *coming out*), foi outra área em que ter acesso a estes recursos se tornou fundamental para *Ivo*. A ligação entre invisibilidade e isolamento social é de alimentação mútua: se não existe visibilidade para uma

determinada experiência, as pessoas que passam por esse posicionamento terão menos segurança para falar e, portanto, para quebrar esse mesmo isolamento social. As experiências pessoais de outras pessoas surgem de novo como factor informativo fundamentalm aliado ao contacto directo, pessoal. Os contactos nas redes sociais não são uma substituição de relações face-a-face, mas sim um ponto extra, tanto mais importante quanto menos recursos estão disponíveis.

Miguel, do Porto, ainda que lido como heterossexual, nota como o discurso de ódio contra pessoas homossexuais parece ser constante na internet. Descobriu até um termo específico para essas discussões, sendo esse fenómeno, para *Miguel*, mais visível por causa do mediatismo de “celebridades de Hollywood”. As experiências que os jovens têm dos novos *media* existem junto de um ecossistema mediático onde se gera um efeito de agendamento da atenção pública sobre estes temas. Quando lida em contraste com a postura de *Joana*, é possível ver que existem diferentes leituras sobre o papel e a natureza do discurso de ódio, consoante é relegado à opinião pessoal ou não.

A noção de discurso de ódio é a negação disso: é a identificação de determinadas formas de expressão como agressão. Considerar a noção de discurso de ódio provoca, na amiga de *Joana* e na própria *Joana*, o surgimento de uma dúvida ameaçadora, porque questiona a centralidade da individualidade (a opinião) enquanto nexos de produção discursiva. O discurso de ódio é discurso antes de ser ódio, e a liberdade de que *Joana* fala é vista apenas como um conceito positivo (a liberdade de fazer algo) e não negativo (a liberdade de estar abrigado de algo), nem politicamente construído como uma relação entre privilégios e responsabilidades. Não abdica da sua posição moralmente relativa (daí a ideia de “vamos ser egoístas”, em que o egoísmo, existe como desqualificante pessoal para depois se permitir o auto-elogio), mas estende o relativismo à ideia de isonomia ética entre quaisquer duas posições.

Outro dos tópicos diz respeito à descoberta de identidades e práticas. O exemplo mais eloquente é o de *Subject A* e do seu *Tumblr* – dizendo a própria que esse aspecto atraía bastantes pessoas (principalmente rapazes) cujo único objectivo era “*fap to that*”. Outras questões, como as experiências de pessoas seropositivas para o VIH, são elementos que habitam no espaço entre a recolha de informação e a exposição à participação cívica subactivista de outras pessoas.

Outro nexos de comparação da participação cívica digital: as relações de passagem e tensão com a participação cívica presencial. Por um lado, existe uma

tendência de comparar o papel da participação cívica *online* com a presencial, considerando a versão *online* como inferior; por outro, existe também um papel de transição, para alguns destes jovens, entre a participação *online* e a presencial (e transformações na forma como a participação digital é feita).

Um exemplo é *Íris*: depois de ter sido chamada à atenção por uma professora para a iniciativa *One Billion Rising* – através da internet e dos vídeos que o projecto tem no YouTube – dedicou-se a ajudar a organizar várias edições da *flash mob*. Outro exemplo é o de *Donald* teve junto da rede ex aequo.

“Foi através de um blog de um rapaz que falava sobre o acampamento de Verão, e lembro-me na altura de ter pesquisado, mas não solicitou assim muito interesse. Mas, mais tarde, conheci outro rapaz que convenceu-me a ir a um jantar e fui, um bocado a medo. [Noutra altura] acabei por ir sozinho; correu tudo bem, foi engraçado, nunca esperava ver mais de trinta pessoas numa sala, sendo LGBTs, fiquei assim um bocado surpreendido!, porque quando estamos a passar por estas fases pensamos que é só connosco, mas nunca é só connosco!”

– *Donald*; 20 anos; género masculino; auto-identifica-se como homossexual, estudante universitário deslocado em Aveiro (Anexo 50)

O processo de passagem pode ser complexo e sujeito a várias condicionantes. De um primeiro contacto num blog, até um contacto com alguém que acende a motivação e que tem uma ligação geográfica com *Donald*. O ir à reunião, em si, torna-se algo intenso, transformador, revelando a importância que tais experiências podem ter – *Donald* fala sobre o ajuste de percepção que a ida à reunião representou, mostrando como a participação cívica implica uma transformação e governamentalidade do *self* que, perante novas informações, tem de reajustar a sua percepção do mundo. *Redgi* acaba por dizer que nunca chegou a ter a coragem necessária para ir a uma reunião, demonstrando como até um encontro de jovens num espaço seguro pode despertar sentimentos de receio, enquadrados como sendo uma falha pessoal.

Algum tempo depois, *Donald* chegou a colocar a hipótese de ser coordenador de grupo no contexto da *rea*; o grupo de pares que se formou a partir da sua frequência das reuniões tomou forma também no Facebook, como forma de reforçar os laços sociais apesar das distâncias. Essa rede de relações alargou-se e *Donald* acabou a juntar-se a vários grupos no Facebook formados por amigos de pessoas que conheceu em reuniões. Também *Ivo* contou um pouco sobre como a sua participação foi flutuante, começando pelo fórum da *rea*, depois afastando-se, e voltando a participar através das reuniões.

Estes elementos são importantes porque apontam para a circulação de corpos e tecnologias no plano não-discursivo, e mostram a relevância da participação cívica

enquadrada dentro de um discurso de isolamento social e geográfico, que é tanto mais relevante quanto mais onerosas são as práticas não-discursivas (como apanhar um comboio para uma cidade desconhecida, para ter acesso a um recurso social). A distância foi uma das razões que *Donald* apontou para não se ter candidatado a coordenador; *Redgi* aponta o impacto, na sua vida, da questão geográfica, ao mesmo tempo que elogia uma dinâmica associativa que nunca conheceu:

“O que eles têm que é dos grupos locais. Acho que isso é das coisas mais importantes que podes ter cá, é esses grupos locais. Porque eu não sou de cá, sou da província, e lá não tens nada. E então eu acho que eles terem os grupos locais é espectacular.”

Maria, considera o que fazia *online* como sendo “um bocadinho activista” e conta como a sua preferência por activismo presencial saiu frustrada por falta de recursos económicos, colocando em destaque como a participação cívica pode ser uma forma de demonstração de algum, relativo, privilégio económico ou de classe:

“Eu prefiro pessoalmente [...]. O meu melhor amigo começou a fazer voluntariado na ILGA e eu queria-me juntar a ele, mas na altura ainda não tinha possibilidades económicas para fazer tanta viagem a Lisboa, e então acabei por não ir.”

Mesmo nos casos em que os jovens definem positivamente ‘activismo’, existem aspectos negativos que são salientados, gerando ambivalência (cf. Capítulo VII.2).

“Particpei este ano outra vez, no *One Billion Rising*, mas é muitíssimo complicado arranjar tempo p’alguma coisa.”

– *Íris*; 18 anos; género feminino; lida como heterossexual; deslocada a viver e estudar em Lisboa, no ensino superior (Anexo 40)

“Durante algum tempo, sentia-me bem em ir lá e, e escrever e ler, depois deixei, também por causa da faculdade, deixei de ter algum tempo para ir à internet... naturalmente deixei de frequentar, já não dava tanto gozo discutir os assuntos. É um bocado o problema do século XXI, não é?, as coisas têm piada ao início, não sei!”

– *Ivo*; 18 anos; género masculino; lido como não-heterossexual; estudante universitário em Lisboa (Anexo 43)

“Já fui mais activista. Agora limito-me a ficar enraivecida e a desabafar com as pessoas à minha volta, do que ir para o Facebook. Tenho ideia que no início, era mais activista.”

– *Maria*; 20 anos; género feminino; lida como bissexual/não-monossexual; estudante universitária que vive com os pais, na margem Sul do Tejo (Anexo 45)

Falta de tempo ou recursos são algumas das razões apontadas pelos jovens para explicar o seu progressivo ou total afastamento da participação cívica. Há uma narrativa que atravessa vários destes testemunhos: o cansaço. Tanto *Ivo*, como *Maria*, como *Subject A* acabam a referir-se ao cansaço e à dificuldade de terem que enfrentar, entre outras coisas, o fenómeno das *flame wars* e outros modos de “ignorância”. A participação cívica está também associada a um trabalho exigente – o sujeito não tem só

que garantir a sua completude moral, mas também de contribuir para o combate a essa ignorância, em virtude de possuir o conhecimento que o permite.

Esta demonstração de saber parte de uma posição estrutural de alteridade, em que discursos sobre ciência e direitos humanos, ou sobre diversidade e naturalidade consonantes com o dispositivo de sexualidade são empregues, mas que têm de contender com essa mesma alterização, e com os discursos normativos e de patologização que lhes subjazem. Não saber ou não conseguir responder equivale a colocar em questão não apenas a validade do discurso pessoal e da mestria do sujeito sobre si mas também de todo um grupo de pessoas. A “ignorância” que *Subject A* fala é vista de um ângulo pessoalizado, relacionado com “as respostas de certas pessoas”, o que secundariza o papel do discurso que a heteronormatividade patriarcal representa; secundariza também a forma como a busca de reconhecimento político feito por estes jovens contra a “ignorância [...] de certas pessoas” tem de contender com a desigual dificuldade de fazer com que certas identidades sejam reconhecidas ou reconhecíveis. O trabalho de participação cívica é um trabalho simultaneamente macro- e micro-social.

Este trabalho é discursivo – envolve diálogos e retóricas específicas de combate à discriminação – e físico, emocional – obriga ao investimento de tempo, energia, atenção e recursos cognitivos e afectivos para lidar com essas expressões de discriminação. O que é um recurso para alguns jovens parece também criar um clima de saturação que os afasta de certos formatos da participação *online*, ainda que outros (partilha de notícias, ou conversas pontuais com pessoas de confiança) se mantenham. Estes vários trabalhos dependem também da fase de vida que os jovens constroem sobre si mesmos: é algo a que recorrem e de que precisam num dado momento, mas que, depois, fazem para e pelos outros, colocando-se numa posição de especialista.

Os jovens mostram ter posturas sobre o papel da internet e das novas tecnologias no que toca à participação cívica: desde o reconhecimento da sua importância, a identificação de problemas específicos e as estratégias empregues para lidar com alguns deles. Vários identificam os novos *media* como tendo um impacto fundamental – alguns dos exemplos acima demonstram o quanto as suas experiências com grupos e fóruns foram centrais para a constituição de partes importantes da sua personalidade.

Outros também identificam a internet como um sistema de produção de importância *aparente*. *Beatriz*, quando questionada sobre qual seria, para ela, o impacto de redes sociais para jovens LGBT, responde:

“Não sei... Não sei mesmo qual é o impacto real, na sociedade... Parece muito grande, não é?, porque está na internet, [mas] não sei se fazia muita diferença.”

Ivo acrescenta outra perspectiva, que se liga com o testemunho de Cátia, da Direcção da *rea* (cf. Capítulo IV.5):

“Numa fase inicial é importante ter esse tipo de ligação a esses grupos, acho que são importantes socialmente. Depois, as pessoas não precisam de frequentar, na minha perspectiva, grupos relacionados com todas as minorias a que pertencem. Numa altura de fragilidade, devem procurar como apoio, mas não acho que sejam fundamentais...”

O impacto é lido como potencial ilusão, e em que o estar na internet pode ser confundido com o ser importante. *Beatriz* foi quem reflectiu sobre o possível papel que os grupos LGBT podem ter para jovens LGBT; ainda assim, a sua desconfiança parece sugerir que a importância das redes destes grupos ainda não está bem estabelecida. Na sua maioria, as pessoas lidas como heterossexuais só têm uma visão do activismo digital como menos importante quando elas próprias não participam nele.

Miguel, do Porto, torna clara a importância dessa participação. Ainda que sendo lido como heterossexual, teve uma experiência de alteridade ligada ao seu género (como explorado na secção anterior) e valoriza o papel dos fóruns que consultou. Ainda assim, a sua postura não é uniforme face ao papel de grupos de participação cívica em geral, como exposto acima.

A avaliação da relevância e do papel dos novos *media*, no caso da participação cívica, é feita a partir das experiências próprias de vida, e não necessariamente a partir de uma visão global ou totalizada do que os *media* são ou fazem. Aliás, o discurso de *Ivo*, denota grande proximidade entre os objectivos desta organização e aquilo que os jovens que com ela tomam contacto acabam por experienciar. Assim, na asserção de que “o pessoal é político” precisa de ser incluída a ideia de que uma alteração da situação pessoal (porque se passou uma fase, porque não se sente necessidade de um determinado recurso) representa também a alteração do papel de algo enquanto politicamente relevante. O testemunho de *Ivo* não diz que os grupos como a rede ex aequo são irrelevantes – diz antes que são locais políticos de passagem, e que “não são fundamentais” para “pessoas de uma minoria”.

O uso de “fundamental” aqui remete para a visão de *Ivo* sobre o que é fazer parte de uma minoria, e permite, discursivamente, centrar a atenção no sujeito. Este sujeito constrói-se, governa-se: o recurso à comunidade faz-se em caso de necessidade; mesmo que, ao mesmo tempo, seja em comunidade que se faz uma descoberta da verdade do que é ser-se homossexual. Estas aprendizagens são lidas não como a construção da

homossexualidade, mas como a adequação da verdade do sujeito à homossexualidade imanente; aí, problemas com família, amigos ou processos de *coming out* seriam apenas resultado do actual contexto.

Joana considera que as alterações trazidas pela internet e pelas novas tecnologias são totais, ou seja, que abrangem o quotidiano da vida das pessoas de uma forma que muda consideravelmente a relação que as mesmas têm com os *media* em geral; ela dá conta, na sua entrevista, de uma génese da atenção e do foco do consumo de *media* para longe dos meios de comunicação de massas tradicionais⁷⁶. Este discurso, antecipador de transformações sociais e mediáticas ainda por ocorrer ou eternamente na iminência de acontecer, exprime o tecno-determinismo que rodeia as novas tecnologias, vista frequentemente como uma mudança radical de paradigma (com os jovens, ‘nativos digitais’, posicionados na frente dessa transformação).

Existem outros desafios acrescidos vindos da participação cívica através da internet. O cansaço, já referido acima, leva vários jovens a questionar se a internet consegue criar espaços seguros e úteis de discussão s, especialmente quando os temas envolvidos são fortes ou sensíveis, do ponto de vista social. *Ivo* diz que “as pessoas discutem, mas as pessoas em geral ficam com a opinião que já tinham, portanto ...às tantas, deixei de frequentar o tópico”; *Joana* considera que a internet amplifica o discurso de ódio: “o debate entre o teu grupo de amigos pode ser diferente, [...] não são debates que para ti são desgostosos, como certos comentários que tu vês na internet”.

Donald chama a atenção também para outro pormenor que parece afectá-lo, porventura fruto do seu contexto geográfico e pessoal actual:

“Porque não sou assumido, e tenho lá amigos que conheci no Básico,... uso o Facebook para manter contacto, tendo esses amigos lá, não consigo estar à vontade para partilhar. Claro que, quando foi a história da adopção e da co-adopção eu aí coloquei “gosto” na página, publicamente, e disse que ia votar “sim”, porque são pessoas como nós. Mas não nunca me assumindo como uma pessoa LGBT.”

O alcance e a importância da internet no contexto da participação cívica é uma fonte de preocupações também – a dificuldade ou impossibilidade de diálogo, o possível efeito psicológico negativo de ter que lidar com isso, a sensação de que o debate é

⁷⁶ Neste ponto, a investigação parece não concordar inteiramente com *Joana*, já que a televisão ainda surge, em Portugal, como um ponto de busca de informação noticiosa mais frequente do que a internet, embora não nos casos em que o assunto em questão esteja em rápido desenvolvimento ou mudança; as redes sociais também têm vindo a afirmar-se cada vez mais como pontos de acesso aos portais oficiais de informação dos *mass media* (G. Cardoso, Mendonça, Paisana, & Lima, 2015). Porém, não restam quaisquer dúvidas de que este é um panorama em mudança.

estéril. Se os problemas são enquadrados como inevitáveis ou disseminados, então falarem desse afastamento torna-se uma forma de, discursivamente, demonstrarem que se apercebem dessas dinâmicas e que conseguem navegar as suas consequências.

No caso de *Donald*, a questão não tinha tanto que ver com discurso desagradável, mas com a gestão da sua visibilidade enquanto “pessoa LGBT”, e a forma como a sua vontade de participar activamente em debates políticos recentes em Portugal estava a entrar em conflito com a sua necessidade de manter certos grupos de amigos na ignorância sobre a sua orientação sexual, por questões de auto-protecção. Mesmo numa situação de pressão heteronormativa, a análise que *Donald* faz da situação e do que nela sentiu se centra sobre si mesmo: “não consigo estar à vontade para partilhar”, tornando-se uma falha pessoal e não a expressão do poder microfísico de um sistema normalizador de regras sexuais. A abordagem que *Donald* seguiu foi recorrer a formas menos directas de demonstrar o seu apoio, ao mesmo tempo que empregou uma retórica que salvaguardava a sua segurança – “são pessoas como nós”, com o “nós” a significar, na verdade, “heterossexuais”. A visibilidade destes assuntos através dos *mass media* e formas mais públicas de debate político funcionam como legitimador social das próprias temáticas, permitindo até a pessoas que estão numa situação de relativa restrição a oportunidade de se manifestarem com alguma segurança.

Outra situação na intersecção do pessoal e do político, e que acabou por resultar no cessar de toda uma forma de participação cívica, é a do *Tumblr* de *Subject A*:

“Lá está, eu... [*suspiro*] ...eu agora estou num processo de mudança. Porquê? Eu como te disse, tinha um blog, eu já não o tenho. Isso porque eu estou numa relação nova, e está a mudar a forma como eu vejo as coisas. Porque a pessoa com quem eu estou de momento é... não vou dizer possessivo, é uma questão de entrega. Fechei o meu blog porque o incomodava, e acho que é uma coisa que já não preciso porque acho que já passei esse processo de *self-discovery* já não tenho assuntos pendentes, e se tiver, sei onde ir. [...]. Quando eu sempre tive uma noção muito mais aberta [*suspiro*] de tudo isso!, e sempre quis experimentar!, como é que seria estar com uma rapariga, e um rapaz, ao mesmo tempo! [...] Incomodava-o p’lo tipo de respostas que eu tinha de certos membros... [...] E ele diz que todo esse processo, apesar de eu estar ali puramente pela Ciência! [*riso*], continuava a incomodá-lo. [...] Eu até pensei, “ah, mas e os meus, os meus fãs, e assim, vou ter outras... há outras pessoas que vão deixar de ter a quem recorrer” e então aquilo que eu fiz foi deixar alguns links de outros blogs.”

Depois de ter investido tempo, atenção, recursos e de ter construído uma rede de conhecimentos e relações no *Tumblr*, *Subject A* acaba por relatar uma situação em que decide apagar o seu blog quando entra numa relação “a 100%”. Vários elementos do seu testemunho permitem identificar a pressão externa deste novo companheiro, colocada lado-a-lado com a sua visão pessoal e desejos relacionais para si mesma (“porque o

incomodava”, “eu sempre tive uma noção muito mais aberta [...] de tudo isso”, “ele diz que todo esse processo [...] continuava a incomodá-lo”). O discurso da “Ciência” (desinteressada, objectiva, antónima do prazer, da traição) é usado como tentativa de argumentar pela pureza das suas intenções, perante o assédio indesejado de alguns dos leitores do seu blog. De fora ficam considerações sobre expectativas genderizadas em contexto de relações amorosas, o impacto que essa entrega a “100%” implica para uma pessoa que se identifica como bissexual, ou as articulações entre a ideia do romantismo tradicionalista da “entrega total” e a codependência relacional (Giddens, 1993). Não é apenas a validação de exigências que oneram a pessoa do género feminino de forma desproporcional, mas também o cruzamento entre isso e as expectativas hetero-mono-normativas associadas ao amor romântico ocidental contemporâneo.

Vendo-se privada do seu lugar discursivo enquanto especialista, *Subject A* tem momentos em que se arrepende mas transforma o fecho do blog numa narrativa desenvolvimentista pessoal, em que o objectivo de auxiliar outras pessoas fica elidido. O término do blog passa a representar o ter passado “esse processo de *self-discovery*” – o sujeito sexuado moral cumpre-se nos seus objectivos: o seu *Tumblr* é entendido como uma tecnologia do *self* que, tendo servido a sua utilidade, pode ser colocada de lado. No entanto, este processo de governamentalidade é interminável, já que a boa gestão moral do indivíduo é um esforço co-extensivo com a sua própria vida – e aquilo que *Subject A* diz demonstra isso: a ausência de “assuntos pendentes” coexiste com a possibilidade de eles voltarem (“sei onde ir”). *Subject A* fecha o blog e apaga os seus conteúdos mas não sem deixar um rasto de si, uma forma de atestar em continuidade a sua relevância, fornecendo uma lista de recursos, usados pela mesma – o cruzamento entre uma lápide funerária e uma lista de recomendações da qual *Subject A* é a curadora.

A participação cívica *online*, quando encarada como incluindo o nível do subactivismo digital e trabalhando com uma definição alargada (Banaji & Buckingham, 2013) do conceito, implica investimento de recursos físicos e subjectivos considerável, mas não de uma forma transversal. Jovens que estão em posições de alteridade envolvem-se mais e parece ser-lhes exigido mais envolvimento. A própria ideia de activismo, em particular na internet, nem sempre é vista positivamente, mesmo por quem está envolvido em actividades que podem ser consideradas activismo. Ainda assim, vários jovens se queixaram de não terem conseguido participar como queriam.

A participação cívica *online* permitiu a vários destes jovens quebrar situações de isolamento social, geográfico, identitário e corporal, mas também trouxe novas experiências negativas e de discriminação, criando também um ónus extra de gestão de visibilidades e fragilidades, especialmente os pertencentes a minorias discriminadas. A participação cívica permite aos jovens invocar uma multiplicidade de discursos e posições discursivas, de adquirir conhecimentos e competências que operam enquanto tecnologias do *self*, mas também abre espaços para diferentes modos de saber e de produção de verdades que não estão vinculadas com o modelo científico positivista. Estes outros saberes envolvem o cruzamento entre diferentes conteúdos, registos mediáticos e abordagens. A participação cívica é um termo que tem, por trás, uma pluralidade de participações distintas – nem sempre associadas a modos formais de engajamento político. Estes resultados reforçam os estudos que dão como falsa a narrativa de que os jovens se estão a desligar cada vez mais do exercício da cidadania. Ao invés disso, é a própria noção de cidadania que se tem alterado, atomizando-se.

Não é o facto de a participação cívica ter uma componente digital que veio roubar importância ao trabalho no terreno – há diferentes sinergias que fazem com que os jovens circulem entre diferentes espaços, de acordo com o que identificam ser as suas necessidades e/ou possibilidades (*Subject A* vê imensos panfletos na sua faculdade, mas não lhes presta atenção, e sente falta de mais informação na internet, no Facebook; *Donald* conheceu pessoas cara-a-cara depois de as conhecer *online*, e vice-versa).

Sem uma reflexão crítica sobre o papel – e as limitações – da atomização das práticas de cidadania, e sem um olhar contextual, estes processos de microfísica de poder ficam aquém de uma realização plena da cidadania íntima, não desenvolvendo ligações com outras formas de acção política. A acção política não existe na ausência de pares, de família, de contextos educativos e socioeconómicos e pode até mesmo ser, em algumas ocasiões, a expressão de um relativo privilégio.

O aspecto tecnológico não deve ser considerado despiciendo. Fazendo eco das reflexões de Cátia sobre o que estava a suceder com o Fórum da *rede ex aequo* (cf. Capítulo IV.5), duas das pessoas entrevistadas – *Maria* e *Subject A* – afirmaram ter tido problemas ou não ter conseguido registar-se no Fórum, ou não compreender porque não se implementa algo de semelhante no Facebook, solução que lhes parece mais lógica.

As formas mais organizadas de activismo necessitam de se adaptar para gerir da melhor forma um número crescente de plataformas, e uma volubilidade constante de

quais os palcos (digitais) onde se pode concentrar o trabalho, apostando também em formas de visibilidade que cheguem a públicos diversos (*Íris*, que negou ser activista, conhecia a página de Facebook do grupo “Exército de Dumbledore”). Antes de questionar o interesse ou desinteresse ‘dos jovens’, é imperativo questionar os contextos sociais que empurram, pressupõem e isentam alguns de participar de certas maneiras na totalidade da *praxis* política em que estão inseridos, digitalmente ou não, considerando os diferentes discursos que podem ser convocados a um devir político.

VII.3.3 – A pornografia online: prazeres, saberes, sujeitos e multimediasções

A multiplicidade de discursos e de como estes podem ser apropriados pelos jovens tem particular relevância no caso da pornografia. Todas as actividades até agora consideradas têm tido alguma ligação com material considerado pornográfico – o que mostra que existe mais do que masturbação ligado ao material sexualmente explícito. Isto não quer dizer que a masturbação esteja ausente das referências dos jovens.

Os novos *media* sexualizados operam muito fortemente ao nível identitário. A pornografia é um dos nexos principais desta tecnologia.

“O primeiro tipo de pornografia que eu consumi foi pornografia heterossexual. Ah... mais por uma questão de perceber se gostava daquilo ou não! Nunca tendo sexo com uma mulher, percebi que também não sentiria interesse porque... não sei! Faltava lá qualquer coisa... depois quando comecei a consumir pornografia homossexual comecei a entender que as coisas não eram tão lineares quanto isso e que poderia haver outro tipo de situações que me despertavam interesse! [...] Apercebi-me que tenho um público que me agrada bastante... e que, eles próprios têm o seu tipo de pornografia, o seu tipo de espaços, a sua própria linguagem, a sua própria apresentação.”

– *Miguel*, 17 anos, género masculino; identifica-se como homossexual; estudante que mora em Lisboa (Anexo 42)

“Eu quando vi aquilo... Pá, fiquei assim um bocado... naquela do nojo... naquela do okay, isto talvez saiba, pode saber bem... [riso]”

– *Redgi*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como *gay*; trabalhadora na área da restauração em Lisboa (Anexo 44)

A exposição à pornografia opera enquanto *teste* ou *validação* de uma orientação sexual (suspeita), reafirmando assim o seu poder veredictivo (cf. Capítulo VII.2). Tanto *Miguel* como *Redgi* o fizeram: *Miguel* foi ver pornografia heterossexual (tendo compreendido que é homossexual) e *Redgi* viu pornografia com mulheres apenas. Ambos relatam experiências negativas ao nível imediato; *Redgi* fala de sentir nojo, atribuindo-o à sua inexperiência. Ao mesmo tempo, esse nojo estava cruzado com a *possibilidade* de que aquilo que estava a ver soubesse bem.

É possível verificar a existência de um trabalho identitário, corporal, e de desejo, que requer um empenhamento prolongado e o uso de tecnologias do *self* para chegar à *verdade* do desejo, a substância ética que Foucault identifica como sendo primordial para a constituição moral do sujeito sexualizado (cf. Capítulo I.6). Esta necessidade de trabalho nega a ideia de uma imanência do desejo, ainda que a narrativa associada ao dispositivo de sexualidade enquadre este trabalho como a descoberta da verdade.

Esse trabalho pode tornar-se bastante complexo, já que o ponto de partida é a presença de uma ausência (“faltava lá qualquer coisa”), a percepção de uma determinada sub-cultura, com marcadores e materiais próprios, que requerem atenção específica, um esforço de exploração e uma adaptação à linguagem dessa comunidade.

Se este tema da descoberta identitária foi apenas levantado por pessoas que não eram lidas como heterossexuais, a *exploração* já não: dentro do campo da heterossexualidade abrem-se taxonomias várias para que os sujeitos (se) entendam. Surgem dois níveis diferentes: embora heterossexualidade, homossexualidade ou bissexualidade possam não ser agregadores *suficientes* da identidade moral desejante, são *nexos principais* dessa mesma identidade, e é sob a sua égide que outras questões – vistas enquanto preferências ou alternativas – são interpretadas. Embora algumas pessoas lidas como heterossexuais se aproximem, dos testemunhos dados por pessoas lidas como não-heterossexuais, em momento algum a própria heterossexualidade é colocada em causa (não é necessário testar a heterossexualidade, apenas a sua ausência).

A ideia de exploração vez coloca o sujeito no centro, como responsável por descobrir as várias possibilidades de desejo e prazer que se lhe apresentam.

“Há sempre coisas a descobrir... A pessoa pesquisa na internet, mesmo involuntariamente vai descobrindo coisas novas e eventualmente depois se gostar, praticá-las, portanto refinar eu acho que é inevitável, a não sei que a pessoa imponha uma barreira sobre si própria nesse campo.”

– *Ivo*; 18 anos; género masculino; lido como não-heterossexual; estudante universitário em Lisboa (Anexo 43)

“E acho que a pornografia ajudou-me a perceber que existem muitas outras coisas, para além do que se vê, ou do que é falado, outros tipos de fétiches e formas de erotismo que eu nunca tinha ouvido, não tive conhecimento, e muitas pessoas nem têm! Eu gosto mesmo muito de poder ajudar as pessoas a... matar essas... não quero dizer ignorâncias, mas... ajudá-los a cultivarem-se.”

– *Subject A*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como bissexual; estudante universitária em Lisboa (Anexo 47)

A perspectiva que *Ivo* traz sobre a pornografia, ecoa a noção foucauldiana do dispositivo de sexualidade como produtor constante de mais e novas identidades e

‘desvios’, porque é essa a forma de estabelecimento de relações de poder normalizadas própria do dispositivo de sexualidade, a forma como organiza corpos, experiências e saberes (Foucault, 1994). Não é apenas a quantidade de material disponível que aumenta, para *Ivo*, mas as “coisas a descobrir”, colocando-se então a sexualidade como um campo em constante mutação, que possibilitam ao sujeito o descobrir de coisas novas, mesmo que “involuntariamente”. A tentativa de não se fazer essa descoberta é vista com termos negativos: “imponha uma barreira sobre si própria”; a barreira limita o próprio sujeito e, numa perspectiva allosexista, constitui algo potencialmente prejudicial para o próprio e para a sua plena realização moral.

Subject A mostra como se sentiu ajudada por esta disponibilidade, e também como a mesma informação pode uma mistura entre choque e desconforto. O desconhecimento é, para *Subject A*, fonte de reacções alheias “engraçadas”: pode assim colocar-se enquanto sujeito detentor de saberes e adquirir uma superioridade discursiva que marca a diferença entre quem é ou não é ignorante. Ao mesmo tempo, *Subject A* disponibiliza-se a ajudar; ainda assim, combinando as ideias de *Ivo* e *Subject A*, a conclusão é evidente: existe sempre um horizonte de ignorância para lá do qual qualquer pessoa está sempre numa posição de descontrolo e desconhecimento. Isto valida um processo constante de produção da verdade do desejo, que pode ainda não ter surgido enquanto expressão mediática, mas que se considera já existir dentro do sujeito, precisando apenas de ser descoberta e revelada, tornada verdadeira.

Joana reforça isto contando como aprendeu com a visualização de pornografia, mas usando também um outro conceito: liberdade. A ideia – que, como já foi explorado, Foucault recusa (cf. Capítulo II.1) – de que o conhecimento e a prática de diferentes actos sexuais pode libertar o desejo através da libertação da sua verdade alinha-se com o comentário de *Ivo* sobre barreiras auto-impostas: quem não se permite aceder a esta libertação está a prender-se a si mesmo. A única forma de impedir essa auto-amputação é manter-se activamente aberto à aprendizagem por via das tecnologias do *self*.

Esta “liberdade” pode ser interpretada de outra forma: outra componente do dispositivo de sexualidade é a regulação das *formas* de falar sobre sexualidade. Nesse sentido de liberdade entendida enquanto resistência a uma sobredeterminação absoluta dos modos de discurso, o uso de pornografia por uma pessoa lida enquanto mulher jovem, bem como o acesso a representações e informações sobre sexualidades fora do Círculo Encantado (Rubin, 2007), pode operar como arma política microfísica.

O recurso à noção de mentalidade também remete para a responsabilidade pessoal; *Redgi* pensa em antigos colegas seus e classifica-os dizendo que “esse pessoal ainda é bué fechado [...] é personalidade”. A personalidade fechada é um erro, que caracteriza algo *interior* às pessoas, que as define. Se o problema é associado com a personalidade, é esta quem tem de ser alvo de trabalho, devendo essas pessoas demonstrar mais liberdade, mais abertura e capacidade de lidar com a exploração que lhes é trazida (voluntariamente ou não) através da internet.

Expressão disso é a crença de que *toda a gente* vê pornografia, mesmo quando várias pessoas disseram, no questionário, não o ter feito nos últimos 12 meses.

“Há pessoas que ‘Ai, ver pornografia, ai que horror, não sei quê, blá blá blá’... Isso a mim não me choca nada, até porque já vi. Acho que uma pessoa ‘tar a dizer que não viu, pode nunca ter visto, mas acho que ‘tá a mentir, porque já toda a gente viu alguma coisa. [...] Eu acho que isso é vergonha.”

– *Íris*; 18 anos; género feminino; lida como heterossexual; deslocada a viver e estudar em Lisboa, no ensino superior (Anexo 40)

“[...] toda a gente consome pornografia, seja de uma forma directa ou indirecta! Quando nós ‘tamos a ver uma, uma cena de sexo num filme, mesmo que não estejamos a ver o coito, estamos a presenciar uma cena sexual, ou erótica ou pornográfica.”

– *Miguel*; 20 anos; género masculino; lido como heterossexual, estudante universitário que vive no Porto, com a mãe e as duas irmãs mais novas (Anexo 49)

“[...] toda a gente sabe que todas as crianças o fazem [...]”

– *Ivo*; 18 anos; género masculino; lido como não-heterossexual; estudante universitário em Lisboa (Anexo 43)

Íris é quem o diz da forma mais directa: quem diz que não vê está “a mentir no fundo” e tem apenas “vergonha”. O discurso de *Íris* oscila entre a ideia – também expressa por *Miguel* – de que é tecnicamente impossível alguém nunca ter visto nada, porque existem demasiadas formas que o conteúdo pornográfico toma, e a ideia de que quem diz não ver pornografia está a mentir porque é uma prática universal.

A noção de “toda a gente” revela-se portadora de série de pressupostos de acessibilidade e práticas que apagam discursivamente várias pessoas. Em segundo lugar, a ideia de “vergonha” é vista como uma falha de personalidade, da parte de quem dá essas respostas, como se nota pelo acréscimo “pura e dura”, e com o reforço da postura liberal (“isso a mim não me choca nada”). Em terceiro lugar, a concessão “pode nunca ter visto, mas [...] já toda a gente viu alguma coisa”, junto com a noção de que se pode consumir pornografia de forma “indirecta” por parte de *Miguel*, remetem para o conceito de pornograficação anteriormente mencionado (cf. Capítulo II.1), e para a

percepção de que a linguagem e os conteúdos da pornografia se encontram em mais do que apenas aquilo que é entendido enquanto pornografia.

A definição de pornografia não é estável (cf. Capítulo II.2), nem remete para um conjunto fixo de obras com características objectivamente identificáveis. Considerando o contexto de investigação, esta indeterminação sobre o que ‘pornografia’ quer dizer arrisca-se a deixar de lado material que os jovens sentem pertencer à mesma categoria (diz *Miguel*: “Porque o que move esse tipo de situações é a mesma coisa!”), e o uso de descritivos de conteúdo reifica um determinado entendimento de pornografia-como-conteúdo. Isto ignora a forma como conteúdos diferentes – “mesmo que não estejamos a ver o *coito*” – podem pertencer ao mesmo horizonte de experiências.

Neste contexto, erótico e pornográfico são usados de forma praticamente intermutável – como será visto mais adiante, nem sempre é o caso. Quando *Ivo* nota que “toda a gente sabe” está a referir-se aos silêncios estrategicamente empregues por jovens e pais que Machado Pais (2012) refere. Considerar-se este dado como auto-evidente serve para reproduzir um conjunto de posições discursivas baseadas tanto no que é dito, como nos silêncios e pressupostos associados. Recuperando a expressão de *Íris*, quem afirma ver pornografia estará a dizer algo auto-evidente (ou a ter a coragem de o admitir), e quem afirma não ver está a mentir (e a demonstrar que só quem tem coragem admite ver). Foucauldianamente falando, não só é preciso ver pornografia, como é necessária a confissão da sua visualização como forma de demonstrar a capacidade de gerir, descobrir e mobilizar a verdade sobre o desejo de cada um.

Os contextos de visionamento são múltiplos – o contribui para a ideia de que “já toda a gente viu”. Diferentes contextos de visualização correspondem a diferentes dinâmicas de microfísica do poder, a diferentes configurações de lugares de fala. Uma dessas formas de ver pornografia foi em contexto social, não-íntimo.

“Lembro-me perfeitamente de um colega meu, uma vez sentou-me numa cadeira e pôs-me a ver uma coisa, a gozar comigo e eu ri-me às gargalhadas!, porque aquilo era uma coisa mesmo estúpida!... Até depois fiz eu essa partida às pessoas, e não me importei nada! [...] ...Ai, não, nunca ninguém se chateou!”

– *Íris*; 18 anos; género feminino; lida como heterossexual; deslocada a viver e estudar em Lisboa, no ensino superior (Anexo 40)

“Houve uma festa, na casa de alguém, que eu até nem estava, e os rapazes foram procurar e depois ‘tiveram a ver, e depois também chamaram as raparigas para ver, mas foi só mais pela brincadeira, pelo gozo da situação.”

– *Ivo*; 18 anos; género masculino; lido como não-heterossexual; estudante universitário em Lisboa (Anexo 43)

“O pessoal via todo, não é? Mas, lá está, se ‘tivéssemos 5 minutos a ver aquilo, o pessoal já dizia ‘ch pá, já chega’. Não, é aquela coisa, [as raparigas] não ficam ali a ver. Como é óbvio, desviam o olhar. Se calhar até gostavam de ver, não é? [riso] Fica mal, gostar, percebes? Fica mal.”

– *Redgi*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como *gay*; trabalhadora na área da restauração em Lisboa (Anexo 44)

“Eu ‘tava numa aula de Geografia, e o computador estava ligado, e estava ligado ao retroprojector. Alguém foi lá mesmo pôr o RedTube em plena aula de Geografia e ...foi algo que não gostei muito... Fiquei... ‘Okay, eu não quero ver isto’.”

– *Maria*; 20 anos; género feminino; lida como bissexual/não-monossexual; estudante universitária que vive com os pais, na margem Sul do Tejo (Anexo 45)

“Nesses momentos de grupo, ‘Ai, tu já viste isto? Tens de ver isto, aí quero ver a tua reacção!’ É muito esse momento. Porque acho que o *Two Girls, One Cup*, é muito mais usado p’ra descobrir que tipo de reacção é que as pessoas vão ter àquilo!”

– *Subject A*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como bissexual; estudante universitária em Lisboa (Anexo 47)

Mesmo num grupo de 11 pessoas, foi possível encontrar relatos de situações muito diversas entre si, e também reacções muito diferentes. A excitação sexual é apenas um dos componentes, e mostra como é importante ter em consideração uma leitura afectiva (Paasonen, 2011, 2014a) das experiências dos jovens.

Ao nível dos contextos, encontra-se desde partilhas de momentos entre uns poucos amigos que se conhecem, situações forçadas em aula, as ‘partidas’ em que se apresenta subitamente e sem aviso, até uma actividade de uma festa. Este é um dos momentos das entrevistas em que as separações genderizadas são mais evidentes. *Íris*, que diz ter também participado activamente em mostrar conteúdos pornográficos a outras pessoas enquanto ‘partida’, menciona-o fazendo referência ao seu hábito de “entrar nas brincadeiras com os rapazes”; *Ivo* conta uma história que lhe contaram, em que os rapazes “chamaram as raparigas para ver aquilo” numa festa; *Tiago e Miguel*, do Porto, falam como viram com um ou mais amigos. O querer ver, mostrar, ou o usar isso como ‘partida’ parece ser algo associado a traços normativos de masculinidade.

Beatriz diz “nós não víamos nada disso” referindo-se ao grupo de amigas, e *Redgi*, que se ri de como “as miúdas todas [...] desviam o olhar”, considerando essa mesma reacção óbvia, comentando questões de reputação e presumindo saber qual a verdadeira vontade delas. *Redgi* desidentifica-se dessas “miúdas” e considera-se diferente, ao mesmo tempo que reconhece que existe uma pressão de conformidade social associada com noções classistas de comportamento (cf. Capítulo I.5), mas colocando-se para além dessa pressão e, por conseguinte, das “miúdas”. *Íris* ecoa esta crítica noutra passagem, falando de um tabu incompreensível na medida em que o sexo

“é uma coisa que nós fazemos” e ver pornografia deveria ser considerado normal porque fazer sexo também é normal. O uso de “normal” remete para a dimensão performativa de identificar algo como normal: *Íris* considera que deveria ser a norma.

A dinâmica da ‘partida’, quando o é, envolve a existência de uma pessoa ou grupo de pessoas que coloca outra pessoa numa situação em que irá ser testada, e a sua reacção avaliada. Essa reacção parece nada ter que ver com a possibilidade de excitação. Expressões consideradas ‘extremas’ ou mesmo ‘nojentas’ de sexualidades são convocadas para provocar reacções negativas e serem, usadas como uma forma de violência simbólica. Várias entrevistas mencionaram o vídeo *Two Girls, One Cup* – usado como uma espécie de significante máximo do objecto sexual⁷⁷. Isto permite então a um actor social ocupar uma posição de maior poder durante o desenrolar da ‘partida’; essa mesma posição fica aberta à pessoa que agora também conhece o material, fomentando uma lógica de reprodução da dinâmica de ‘partidas’; *Tiago* relata também uma situação semelhante entre os seus colegas de curso de informática.

A produção da reacção negativa não é o objectivo em si. Antes, existe um fechamento semântico e afectivo das *possibilidades* de resposta que torna normativa a resposta negativa, e torna qualquer outra como estando para além da inteligibilidade. Assim, a desidentificação e *ausência* de resposta sexual ou erótica opera no sentido de reafirmar e reforçar a pertença ao endogrupo; é um performar da marcação das linhas da boa sexualidade. Saber-se em controlo da própria sexualidade é também ser capaz de manter uma sexualidade *saudável*, adequada.

Há uma contradição aparente entre o nojo e o riso: a primeira parece ser a resposta afectiva normativamente expectável, a segunda parece ser a expressão preferencial para lidar com a situação. Olhar para as supra-citadas avaliações negativas sobre quem diz não olhar dá uma forte indicação do sentido que o riso adopta nestas situações: a incapacidade ou falta de vontade de rir perante uma situação desse género denotaria a já referida hipocrisia, a cedência ao poder do tabu, uma falência moral para o sujeito que se provaria incapaz de lidar *naturalmente* com algo que tem de ser natural.

⁷⁷ O vídeo, já explicado no Anexo 40, é pela própria forma como está montado, particularmente mobilizável para situações deste género. Pode considerar-se que o vídeo se divide sensivelmente em duas partes, a primeira das quais representa uma interacção lésbica indistinguível de inúmeros outros vídeos típicos de pornografia *mainstream*, para cortar repentinamente, meros segundos depois, para a significação de abjecção. Esses primeiros segundos são fundamentais em estabelecer uma série de expectativas razoáveis no público que são, em seguida, contrariadas.

A situação que *Maria* relata, ainda que com um sobretexo de desafio simbólico ao espaço da sala de aula, é um exemplo de como a demonstração de desagrado (ainda que de forma quase passiva) implica uma não-participação no acto social em questão, uma alteração que, mesmo limitada, constitui um risco de estigmatização.

Também o excesso de interesse pode demonstrar falta de controlo imprópria de um sujeito capaz de se governar a si mesmo. *Redgi* enfatiza o quão pouco tempo ficaria “o pessoal” a ver vídeos pornográficos em conjunto, e parece-lhe auto-evidente o protesto que surgiria caso se começasse a exceder esse tempo. O “sentar a ver”, ou o ultrapassar os “cinco minutos”, marcam uma diferença simbólica entre as dinâmicas de pares e dinâmicas eróticas e de desejo.

É esse desejo que, nestas situações, precisa de ser colocado de parte – o objectivo do recurso à pornografia enquanto tecnologia do *self* é exactamente *não* excitar, é descobrir a verdade da ausência *deste* desejo (no caso do *Two Girls, One Cup* e de outros) ou demonstrar o auto-domínio de ser capaz de aceitar a naturalidade pressuposta. *Miguel* e *Tiago* relatam situações em que o desconforto parece fazer-se sentir de outra forma. No caso de *Tiago*, apenas a estranheza parece ter deixado um impacto mais duradouro, e o próprio preferiu não avançar mais detalhes durante a entrevista. Porém, a situação que *Miguel* descreve tinha uma outra tensão que, discursivamente, oscila entre as referências ao próprio conteúdo e à situação em si (“não sabia o que pensar”, “estava a ver a cena ao vivo”). A descrição que *Miguel* dá configura uma tensão homosocial entre ele e o amigo, unidos na experiência (e possivelmente fruição) de ver o conteúdo interdito (o canal codificado) e de se sentir(em) movido(s) por esse mesmo conteúdo. Entrando então o desejo enquanto tal na experiência partilhada, privada, a confusão torna-se dominante e a tensão (sexual) só é anulada quando pode estar sozinho no quarto – “via internet” – longe do atrito entre uma interdicção (sentir desejo na presença de outra pessoa do mesmo sexo) e uma resposta naturalizada (face ao material pornográfico).

Também falar sobre pornografia é uma experiência partilhada.

“Eu tenho amigas minhas heterossexuais que vêm pornografia... nós às vezes comentamos na brincadeira: ‘ó pá, vi este filme assim assim’ e depois começamo-nos todos a rir, mas não, mas não o fazemos de uma forma julgatória [*sic*], ou seja, nós sabemos que é perfeitamente normal.”

– *Miguel*, 17 anos, género masculino; identifica-se como homossexual; estudante que mora em Lisboa (Anexo 42)

“Tenho discussões com rapazes sobre isso, se eles gostam de um certo tipo de porno, ou se têm algum fetiche em particular, por exemplo, uma coisa que eu gosto muito de discutir é o *ménage a trois*. E, o que eu tenho apurado até agora, é que [a fantasia das ‘duas gajas e um gajo’], é uma coisa que é muito mais passada pelos *media*. Ou pelo menos, não é tão recorrente cá em Portugal. Porque muitos dos meus amigos rapazes acham que, ao fazeres isso, já ‘tás a traír a pessoa.’”

– *Subject A*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como bissexual; estudante universitária em Lisboa (Anexo 47)

“Ah, costuma começar por ser uma brincadeira, dizerem o que é que gostam de ver nesse tipo de *sites*. Sobretudo, muito os meus amigos, homens, claro. Nunca vai para coisas dementias [*sic*] ou fetiches, nunca discutimos essas coisas...”

– *Miguel*; 20 anos; género masculino; lido como heterossexual, estudante universitário que vive no Porto, com a mãe e as duas irmãs mais novas (Anexo 49)

“Na puberdade é quando começa a haver aquele turbilhão de sentimentos, que aí é que se sente a necessidade de procurar e de se sentir bem e integrado, e hoje em dia, um adolescente que não saiba o que é uma relação sexual é um bocado... ‘então não sabes? És um bocado estranho, és um bocado ignorante’. É posto de parte...”

– *Donald*; 20 anos; género masculino; auto-identifica-se como homossexual, estudante universitário deslocado em Aveiro (Anexo 50)

Como demonstra *Donald*, os jovens estão colocados e colocam-se sob a injunção de se saberem exprimir sobre “o que é uma relação sexual”, não apenas nos termos discursivos determinados pelo ensino escolar, mas também um conhecimento de “como as coisas se passam” (expressão repetida por vários jovens), que cria a obrigatoriedade (“necessidade”) “de procurar” para garantir a integração, para não se ser considerado “estranho”. Há uma componente biologizante sobre motivações intrínsecas que contribuem para a vontade de ir procurar material considerado pornográfico, associada à puberdade; este impulso corporal, afectivo (“sentimentos”, “emoções”) opera, neste contexto, como ponto de base ao qual se adiciona a pressão de pares.

O *Miguel* de Lisboa comenta com “amigas heterossexuais” a pornografia que elas vêem: numa perspectiva que cruza género e orientação sexual, a homossexualidade é construída como uma aproximação à feminilidade e de partilha de um mesmo alvo de desejo. Isto abre a porta à partilha de experiências próprias como forma de comentário sobre aquilo que se vê em filmes pornográficos, situações caricatas ou problemáticas que são abordadas a partir do riso. *Miguel* é rápido em clarificar que o objectivo não é julgar, e a noção de normalidade é convocada de novo.

Os testemunhos de *Miguel* do Porto e de *Subject A* quase parecem contraditórios: *Miguel* diz nunca falar de fetiches (as coisas “dementes”) com os seus amigos rapazes, só das preferências de cada um; *Subject A* toma uma abordagem analítica, questionando “os rapazes” sobre os seus. A metáfora da distância que *Miguel* usa demonstra como expressões de sexualidade consideradas fora do ‘normal’ são

efectivamente distanciadas do sujeito. Um fetiche representa aqui uma preferência por esta ou aquela prática; cria-se uma distinção semântica entre preferências que caem dentro do âmbito da normalidade – “preferências” – e as que são externas a este âmbito – os fetiches. *Subject A* reforça a dicotomia, mas rouba força a negativa associada a ‘fetiche’, quando o associa a um “sonho”: a uma abstracção ideal, não negativa.

Para *Miguel do Porto*, essa partilha de preferências cria ligações, reforça o papel estruturante das suas próprias heterossexualidades. *Subject A*, porventura a partir de um enquadramento onde a sua própria bissexualidade é um factor relevante (tendo em conta que, mais tarde, fala de como “sempre” teve vontade de fazer um *ménàge a trois*), procura um eco dos seus interesses mas não o encontra; esse desencontro resulta no convocar do discurso sobre o papel dos *media*, sobre as *representações* e estereótipos genderizados, circunscritas a Portugal. A justificação para o desfasamento é ligada à definição mononormativa de traição em contexto de relação (em seguida, *Subject A* liga essa visão de traição ao ciúme e à possessividade, reforçando a ambiguidade).

Pornografia em contexto social tem uma multiplicidade de papéis de criação, gestão e governação de posições de sujeito e de dinâmicas de poder. Também as conversas sobre a pornografia que se vê estão associadas a julgamentos morais, a formas de processar mentalmente episódios das próprias vidas sexuais, reforçar ou desafiar dicotomias sobre prazer e desejabilidade e mesmo reflectir sobre o papel dos *media* na construção de uma visão hipersexualizada e genderizada dos desejos alheios. Neste processo, uma série de posturas e saberes são mobilizados pelos jovens.

Também os silêncios são geridos. *Redgi* diz a certa altura “Isso não, isso... Não, achas!? Não. ‘Eu tive a ver porno’? Não posso dizer isso a ninguém! [*riso*]”. *Redgi* diz que não *pode* – e não que não consegue, ou que não quer. Esta expressão de uma proibição absoluta é tanto mais relevante quanto se percebe o quão grande é a pressão para a discursivização do consumo de pornografia.

No contexto das experiências de vida de *Redgi* – com certo nível de privilégio económico, mas também de alienação face à família e de uma realocização para Lisboa, bem como dificuldades em conseguir aceder a recursos de apoio de pares – enquanto rapariga *gay*, para usar os termos da sua auto-identificação, esta proibição toma o papel de mais um factor de discriminação. Uma rapariga que se interessa por pornografia lésbica está numa posição duplamente transgressora dos pressupostos de género e de orientação sexual, tornando-se para *Redgi* mais difícil ou mais arriscado ter

alguém com quem falar dessas experiências. Este isolamento social, que outros dos jovens entrevistados sentiram menos ou conseguiram contornar, pode ser vista como um aumento da pressão sobre a subjectividade de *Redgi*, distanciada de redes de apoio, dentro de uma sociedade que faz depender da sexualidade a compreensão e a inteligibilidade da sua identidade.

Outro contexto de acesso com características diferentes é o acesso accidental.

“Já m’aconteceu. Incomoda um bocadinho, porque não é disso que estás à procura e pode vir num momento não oportuno. Para evitar, é muito complicado, porque às vezes surge sem a gente fazer a mínima ideia porquê. Ai!, não sei, sinceramente!...”

– *Íris*; 18 anos; género feminino; lida como heterossexual; deslocada a viver e estudar em Lisboa, no ensino superior (Anexo 40)

“Nem doze anos tinha, usava o computador de família ainda, e ‘tava lá a fazer um jogo no Sapo, e depois apareceu uma coisa e aquilo não desaparecia... ‘Mãe, mãe, apareceu aqui uma coisa!’ [risos] Foi muita aflição, não é? Eu ‘tava ali a fazer o meu jogo, e eram imagens violentas!... uma coisa são pessoas nuas, outra coisa era aquilo...”

– *Beatriz*; 20 anos; género feminino; lida como heterossexual, estudante universitária em Lisboa (Anexo 41)

“Já! E é, para mim, um bocadinho desconfortável estar com a minha mãe na mesma divisão e eu estar no computador e, de repente, salta uma mulher – porque é sempre uma mulher! – a despir-se... Há certos assuntos no computador que eu não sei mexer, mas a minha namorada sabe mais sobre computadores, então foi ela que me ajudou.”

– *Maria*; 20 anos; género feminino; lida como bissexual/não-monossexual; estudante universitária que vive com os pais, na margem Sul do Tejo (Anexo 45)

Os jovens identificam vários contextos onde a situação de acesso é o real problema, ao invés de os conteúdos em si. Uma excepção é o caso de *Beatriz* – que não só não gosta de ver pornografia, como teve uma situação em que foi o conteúdo que mais a marcou, também num acesso accidental.

Uma das razões principais tem que ver com criar uma situação ameaçadora – na medida em que obriga a explicações ou traz consigo punições, bem como o risco de julgamento por parte de quem assiste à situação ou percebe o que aconteceu (no caso de *Joana*, a reacção inicial foi responsabilizar o namorado por estar ali aquele conteúdo). A naturalidade com que a porno deve ser, normativamente, encarada, coexiste com a sensação de risco pela percepção de que a pornografia não está normalizada – ou que a normalização da pornografia opera ao nível do pressuposto e do privado, quando o seu uso é entendido como sendo sexual. O desmascarar, neste tipo de situações, torna a posição do sujeito envolvido frágil, disponível para sanções de vários tipos; representa, moralmente, a incapacidade de conseguir policiar os limites da própria privacidade, e de deixar invadir conteúdo privado para um espaço público.

Também as competências informáticas dos jovens são colocadas em causa. A ideia dos jovens enquanto “nativos digitais” não corresponde à forma como os próprios falam de si mesmos. Neste caso, e apesar de algumas pessoas terem mencionado o *Adblock*, um software que permite bloquear publicidades, várias outras mencionaram não saber o que fazer para resolver essa questão ou, como *Subject A*, apoiaram a ideia (vaga) de que se devesse controlar melhor – externamente – esse tipo de situações. Amigos, namoradas e namorados e outros recursos são mobilizados quando se sente a necessidade de evitar que este tipo de situações aconteça, mas há simultaneamente uma espécie de fatalismo em torno de eventos semelhantes.

Tiago – enquadrando-se como alguém cuja especialidade é a informática – separa estes acessos entre aqueles que são motivados por *malware* (algo que, com ele, “não acontece” por virtude de fazer parte do “pessoal informático”) e os que acontecem através de publicidades fixas nos *sites*. Neste segundo caso apenas existe desinteresse ou apatia. Para *Tiago*, “não interessa” – colocando-se ele assim acima da ideia de incómodo situacional com o acesso involuntário a material pornográfico, ao mesmo tempo que é também visto como literato e precavido.

Neste contexto, os pais ocupam um lugar especial nas preocupações que os jovens demonstram – embora nem sempre da forma mais estereotipada.

“Na altura, na altura foi só fechar o *pop-up* e... e os meus pais nem repararam, mas fiquei um bocado assustado porque pensei: ‘ó meu Deus, se calhar eles viram, se calhar eles agora vão ficar preocupados’.”

– *Miguel*, 17 anos, género masculino; identifica-se como homossexual; estudante que mora em Lisboa (Anexo 42)

“Mas isso aconteceu entre mim e o meu pai. Ah, eu sabia que ele via pornografia, só que como é óbvio não disse, n’ê? [*riso*] [...] Ele ‘tava lá em cima no computador, de vez em quando ouvia uns gemidos. E eu percebia, já era 16 anos, sabia que ele estava a ver pornografia. Sempre lidei bem com isso. ‘Se calhar até ‘tá a bater uma’. [*riso*] Uma vez eu subi lá em cima, ele ouve, fecha tudo, n’ê?, e finge que ‘tá a fazer... inocente.’”

– *Redgi*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como *gay*; trabalhadora na área da restauração em Lisboa (Anexo 44)

“Lembro-me de ter uns oito, nove anos e gostar muito de ver a Playboy! [*risos*] Depois o meu pai bloqueou o canal. Apanharam-me a ver aquilo numa idade tão tenra, n’ê?, ficaram mesmo muito chocados. Mas mal tive acesso à internet, recomecei [a ver]...”

– *Subject A*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como bissexual; estudante universitária em Lisboa (Anexo 47)

A maioria dos jovens temem represálias por parte dos pais – eles representam o espectro de uma possível punição ou fonte de preocupação. Esta preocupação, como é o caso de *Miguel*, de Lisboa, pode revelar-se uma meta-preocupação: uma preocupação sobre a preocupação dos pais. Isto coloca o sujeito em controlo de si mesmo e da

situação, bem como da avaliação da situação e posiciona a sua interpretação acima das de outrem: esta meta-preocupação tem como pressupostos o carácter infundado da preocupação e o auto-domínio que o sujeito tem sobre os acontecimentos, que lhe permitem então ficar preocupado com o excesso assim cometido pelos seus pais (e que, por constituir excesso, é então criticável).

Quando efectivamente alguém é “apanhado” pelos pais, surgem medidas restritivas do uso de pornografia, algumas associadas à idade. Estes são casos em que os jovens obtiveram acesso ao material através de *media* mais tradicionais, e porque os próprios adultos tinham requerido os conteúdos para suas casas. A internet tornou-se a forma de contornar as restrições parentais que lhes foram impostas.

O caso que *Redgi* conta traz uma outra perspectiva. Numa inversão do guião típico, é a filha que, intencionalmente, surpreende o pai no acto de consumo de pornografia. Estabelece-se a tentativa de marcar o silêncio pela aparência de que nada se passava. A forma como *Redgi* fala da situação mostra-o: usa a idade e a sua perspectiva sobre como são “os homens” para determinar que compreendia o que estava a acontecer mesmo no flagrante, e identificando o ponto que, para ela, estaria ligado ao maior embaraço: “se calhar até ‘tá a bater uma”.

Já *Miguel*, do Porto, foi flagrado e ensinado a não ver pornografia – algo que diz respeitar, mas que não segue de facto, resistindo dessa forma ao poder parental. Ao mesmo tempo, *Miguel* aponta o facto de viver com três mulheres (mãe e duas irmãs) como uma das razões para reduzir o consumo de vídeos de pornografia feitos com pessoas, passando ao invés disso a consumi-la em forma de banda desenhada japonesa (*hentai*) num *site* de especialidade. Também aqui o medo é central: não apenas o medo de ser visto a ver pornografia, mas o medo de que as suas familiares suspeitem que ele possa ter fantasias incestuosas com elas. Essa ideia – que *Miguel* recusa intensamente – parte de uma postura sobre a pornografia que enquadra as mulheres retratadas como *objectos* de desejo, incluídas dentro de um sistema de *consumo*. Para afastar essa mesma objectificação das suas familiares – para *Miguel*, elas não constituem nem *objectos*, nem *objectos de desejo*, nem *servem para consumo* – marca discursivamente a entre elas e as “pessoas que [...] ‘tão na internet”. Neste excerto, a parte mais eloquente é a interjeição (“pfff”), que exprime sem qualquer ambiguidade o papel subalternizado em que as “pessoas da internet” são colocadas.

Menos mencionadas são as situações em que a visualização é feita no contexto de uma relação íntima ou amorosa. A maior parte dos jovens prefere considerar os vários papéis que a pornografia toma ou pode tomar, em relações íntimas.

“Os meus amigos e coisas assim do género, quando começaram a arranjar namoradas, iam muito menos a *sites*. *Muito muito* menos. E conheço até rapazes que me disseram que quando se começaram a apaixonar, não conseguiam ver pornografia. E achavam que aquilo que ‘tavam a fazer era traí-la. [...] [Se o meu namorado visse] não considerava traição de todo, porque acho que toda a gente tem o direito de ver! Também se eu quisesse ver, não achava que ele tinha o direito de me dizer isso!”

– *Íris*; 18 anos; género feminino; lida como heterossexual; deslocada a viver e estudar em Lisboa, no ensino superior (Anexo 40)

“Ah... Coisas de casal... Percebes?... Depende de cada casal, depende se o casal gostar de ver, de verem os dois e fazer...”

– *Redgi*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como *gay*; trabalhadora na área da restauração em Lisboa (Anexo 44)

Não houve qualquer referência a pressões por parte de companheiros ou companheiras íntimas. A questão da definição de traição ressurgiu aqui também face ao consumo de pornografia. Ver pornografia pode ser uma traição, na medida em que estão a pensar em alguém que não a namorada. Aqui, a pornografia é encarada de uma forma substitutiva, tal como a masturbação: algo que se faz ou que é importante quando não existem formas diferentes “de se ocupar”. *Íris* demarca-se desta posição, colocando a visualização de pornografia no campo dos direitos de autonomia pessoal, esclarecendo que “toda a gente” tem o direito de ver sem que seja traição.

O testemunho de *Íris* coloca a pornografia como funcional a partir da perspectiva individual; *Redgi* fala de como a pornografia pode – em casal mononormativo – servir para estimulação conjunta, mas também para aproveitamento de ideias que possam ser reproduzidas.

Dependendo dos valores partilhados pelas pessoas, e das práticas que interessam a que vê, a pornografia pode tanto operar como um risco, ao violar a relação monogâmica como única fonte válida de desejo sexual, ou como fonte de aprendizagem e inspiração, ao ser mobilizada como tecnologia do *self* a ser usada em conjunto.

Muito embora *Íris* tenha mencionado que “toda a gente” deveria ter o direito de ver pornografia, outras passagens – dela e de outros entrevistados – determinam vários limites a esse direito. A idade é um dos factores mais relevantes, e questões sobre a partir de que idade os jovens deveriam aceder, e a partir de que idade costumam aceder – dois assuntos diferente – são fundamentais para compreender quais as visões que estes jovens têm em relação à natureza da sexualidade, já que as avaliações sobre o que é

etariamente apropriado dependem da estrutura moral por detrás do tema, ao convocar o *gaze* pedofílico (Fischel, 2013) já mencionado (cf. Capítulo I.5).

“Eu acho que cada um tem a idade para descobrir. A minha, pronto eu acho que 12 anos é muito cedo... Aliás, para mim acho que foi muito cedo... acho que se devia esperar um bocadinho mais, mas acho que cada um toma a sua própria decisão, arrependendo-se ou não dela... [...] Os filtros agora, os miúdos já sabem como os contornar, é muito complicado. E mesmo as séries de televisão, já são muito mais sexualizadas do que eram. Por exemplo, os *Morangos Com Açúcar* [...]. Os miúdos já estão ‘tão habituados a isso, já é natural para eles nesta idade. [...] Acho que pornografia aos mais novos não ensina absolutamente nada. Aos mais velhos [*riso*]... Pode ensinar algumas coisas, não sei, assim maneiras diferentes...”

– *Íris*; 18 anos; género feminino; lida como heterossexual; deslocada a viver e estudar em Lisboa, no ensino superior (Anexo 40)

“Há idades muito precoces, hoje em dia, crianças de cinco, seis, sete anos que já sabem escrever e consigam pesquisar no Google, não sei se será o mais adequado... e aí cabe aos pais aplicar o controlo parental... [...] Eu não gosto muito de definir idades, há crianças que crescem e amadurecem muito cedo, e há outras que se tornam adultos e nunca amadurecem. Dada a minha experiência pessoal, eu diria que 14, mas normalmente as crianças começam até mais cedo a ver pornografia, provavelmente 12.

[...] Aquilo que eu ‘tava a dizer em relação a tornar legal ou legítimo que crianças a partir dos 12 anos vissem pornografia na internet, sem nenhum constrangimento, e depois entretanto tive a pensar melhor sobre isso... toda a gente sabe que todas as crianças o fazem, mas torná-lo legítimo é um assunto com contornos delicados.”

– *Ivo*; 18 anos; género masculino; lido como não-heterossexual; estudante universitário em Lisboa (Anexo 43)

“Quando entramos no *site* e perguntam se tens mais de 18 anos, mas meto lá que tenho mais de 18 para ver os vídeos. Portanto também não há um grau de protecção, eles metem aquilo porque é lei. Eu acho que antes dos 14 não deviam ver. Ou dos 15, ‘pera... Porque aos 15 acho que é um estado em que muitas coisas em ti ainda ‘tão adormecidas. Aos 16 acho que tu acordas.”

– *Redgi*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como *gay*; trabalhadora na área da restauração em Lisboa (Anexo 44)

“Dezoito anos já é um bocado tarde, porque já temos raparigas de 12 anos a ficarem grávidas... não vamos ser hipócritas, o sexo já existe em todo o lado, infelizmente. Acho que devem baixar mais. [...] A partir do momento em que vais para o secundário, tornas-te adolescente, é altura de começares a saber já alguma coisa sobre o sexo.”

– *Maria*; 20 anos; género feminino; lida como bissexual/não-monossexual; estudante universitária que vive com os pais, na margem Sul do Tejo (Anexo 45)

“Quando comecei a ver a porno carregava no sim e não tinha 18 anos [*risos*]! Eu, eu por um lado compreendo, porque são coisas que têm de ser tabelizadas. E acho que também é preciso haver um perímetro de segurança. Acho é que ele tem de ser feito de outra forma. Tinha muito mais lógica ser, por exemplo, aos 16 que é a linha ténue da sexualidade, na adolescência, não é? As raparigas muitas vezes começam mais cedo, os rapazes, mais tarde; claro que podem ser mais precoces.”

– *Joana*; 19 anos; género feminino; lida como heterossexual; estudante universitária que vive em Lisboa com o namorado (Anexo 46)

“É assim, acaba um bocado com a inocência da criança, porque uma criança é aquela pessoa que é inocente.”

– *Donald*; 20 anos; género masculino; auto-identifica-se como homossexual, estudante universitário deslocado em Aveiro (Anexo 50)

Embora vários dos jovens tenham deixado aberta a porta da ambiguidade, é frequente que tenham uma visão muito concreta sobre que idades são ou não adequadas para acesso a material pornográfico.

Os jovens apresentam uma visão naturalizada e idadista do desenvolvimento sexual, como algo que ocorre a partir de uma certa idade. Vários consideram que a legislação e regras de acesso a pornografia deveriam ser tornadas coerentes com esse desenvolvimento corporal e sexual, associado à puberdade e adolescência. O saber do discurso da biologia e da medicina, que liga faixas etárias com marcadores de desenvolvimento, e esses com comportamentos, torna-se a base da legalidade. A limitação de acesso até aos 18 anos não faz, para eles, sentido, porque vai contra o corpo. Vários reconhecem que a curiosidade surge por vezes antes sequer de haver um interesse específico em sexo, ou de ser atingido um marco corporal. A idade traz também implícita a “necessidade” de “saber como é que as coisas se passavam” porque é “altura de [começar] a saber já alguma coisa” sobre sexo. Aqui, de novo, a pornografia é uma solução, ainda que parcial, para a ignorância sobre sexo.

Os jovens têm também uma visão contextual sobre o que é o habitual para os “miúdos hoje em dia”, e vários empregam um discurso que os separa, geracionalmente, de jovens mais novos – criando assim uma posição diferenciada de discurso que os torna, a eles, detentores de mais saber e experiência, e que alteriza os “miúdos”. *Íris*, ecoando visões mais negativas da pornograficação da sociedade e dos *media*, considera que os *media* estão “mais sexualizados” do que no seu tempo, levando a uma mudança no que os mais novos consideram “natural”; *Ivo* tem a experiência do seu irmão, que “começou mais cedo” e afirma também que “normalmente as crianças começam até mais cedo a ver pornografia”, apontando os 12 anos como valor frequente.

O uso de “natural” e “normalmente” neste contexto recorre a uma definição de natural que é mutável, contextual (o oposto de natural) e, por outro, evoca uma ideia construída, mas não objectiva, do que é visto como ‘normal’. Vários apontam para a variabilidade nas idades de desenvolvimento – mesmo continuando a suportar um discurso que liga ambas – o que gera uma leitura não-linear das relações entre idade, corpo e atitudes ou comportamentos. Alguns destes jovens procuram fazer uma síntese entre os conhecimentos adquiridos por via das suas experiências de vida, bem como as dos seus pares, e aquilo que sabem sobre mudanças do corpo e desenvolvimento sexual (*Joana* faz também uma distinção em função do sexo).

Seja por parte dos *sites*, ou por parte dos pais, vários jovens falam sobre a importância de estabelecer, como diz *Joana*, um “perímetro de segurança” contra os riscos da pornografia *online* – porém, são as próprias competências dos jovens, capazes de contornar os filtros, que mais dificultam isso (derivado da visão dos jovens como ‘nativos digitais’, algo que *estes* jovens parecem não reconhecer para si mesmos). *Ivo* foca o acesso acidental – aí, a responsabilidade recairia sobre os pais de implementar filtros. As únicas competências reconhecidas a estes jovens mais novos são as de contornar bloqueios: em momento nenhum se fala de serem os próprios a administrar ou aplicar as suas proteções; a protecção continua a ser vista como algo aplicado superiormente, não uma competência que as próprias pessoas podem desenvolver.

Nota-se descrença face às medidas de protecção existentes: uma das razões será o facto de vários deles terem longa experiência de ultrapassar essas mesmas proteções. Nenhum dos jovens aponta uma forma clara de resolver a questão, para além dos controlos etários. *Ivo* é quem parece mais hesitante e quem mais chama a atenção para o peso simbólico por detrás das regras e regulações: estas não existem para serem cumpridas, mas para *existir*. Elas operam como legitimadoras oficiais de um sistema moral subjacente, em contradição com outros discursos que sustentam esse mesmo sistema moral (a ‘verdade’ da biologia é subsumida às preocupações com os efeitos anti-pedagógicos da pornografia, como já abordado no Capítulo III): “todas as crianças o fazem, mas torná-lo legítimo é um assunto com contornos delicados”. A legitimação viola os discursos dominantes sobre a pornograficação da sociedade enquanto fenómeno negativo, validando comportamentos que, para o próprio, são reais mas precisam, ainda assim, de ser tratados como excepções.

A preocupação com os efeitos enquanto discurso que entra em contradição com a naturalização do desenvolvimento fisiológico e do desejo é visível na reflexão sobre a “inocência natural” de *Donald*, e na diferenciação etarista que *Íris* faz sobre o que um jovem pode ou não aprender com a pornografia, dependendo da idade que tem. Tanto um com outro deslocam o discurso do campo da natureza para valores morais e psicológicos ligados com a noção de infância enquanto pureza – perigada pelo acesso a material pornográfico, ainda que os jovens entrevistados o tenham feito e daí não tenha sucedido nada de mal. Este detalhe é importante: coloca os jovens à parte, detentores de capacidades ou resiliência especiais que não podem ser usadas como linha de guia para princípios e regras válidas para “os miúdos” actuais.

O sexo é outro dos prismas que os jovens empregam para falar sobre as suas experiências e sobre o que acham que está por detrás do interesse na pornografia.

“Lembro-me que nunca comecei assim a procurar de forma autónoma. Lembro-me p’raí no quarto ano, os rapazes eram todos obcecados tipo, em procurar mamas no Google. Lembro-me de dizer à minha mãe, que os meus colegas andavam à procura de mamas e coisas assim, depois foi instalado um filtro por minha causa! [risos] [...] Há um papel maior sobre elas, para elas não verem, porque é mau... Mas eu que acho que isso é um estereótipo, que se está a perder cada vez mais e acho bem, porque toda a gente tem direito de ver, e não tem nada que se sentir mal com isso. A não ser que vejam coisas mesmo muito, muito estranhas...”

– *Íris*; 18 anos; género feminino; lida como heterossexual; deslocada a viver e estudar em Lisboa, no ensino superior (Anexo 40)

“Okay, ‘tou a dizer o cliché, são solteiros, chegam a casa, batem uma e vão dormir, não é? As raparigas não. Não tens o cliché de as raparigas se masturbarem. É que as mulheres também precisam, não é? Precisam de ter sexo, como é óbvio. [pausa] Os homens não aguentam talvez uma semana sem ejacularem. Pá, porque o homem é macho. É da natureza do homem precisar mais.”

– *Redgi*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como *gay*; trabalhadora na área da restauração em Lisboa (Anexo 44)

“Acho que apesar de as raparigas começarem a aperceber-se das coisas mais cedo, o intuito sexual vem muito mais tarde do que vem nos homens. Os rapazes, mal começam a crescer, têm logo a coisa da masturbação, do... muito mais que a rapariga, não é?”

– *Joana*; 19 anos; género feminino; lida como heterossexual; estudante universitária que vive em Lisboa com o namorado (Anexo 46)

As dicotomias entre rapazes e raparigas (já que as referências existentes sobre pessoas transexuais, transgénero ou intersexo não tiveram que ver com estabelecer este tipo de diferenciações ou caracterizações) abrangem diferentes campos diferentes de comportamentos e saberes, cruzando as linhas entre sexo e género.

Íris, *Redgi* e *Maria* falam da existência estereótipos sobre o que é suposto ser o comportamento de um rapaz típico ou de uma rapariga típica. Estes estereótipos têm que ver com o duplo padrão sexual (que *Íris* menciona), com diferentes relações com o próprio corpo e com a masturbação (por *Redgi*) ou com falar sobre masturbação (*Joana*). Ao mesmo tempo que estes elementos são identificados como clichés, são também usados como ponto de partida para as reflexões dos jovens e acabam por ser naturalizados. *Íris* conta como “os rapazes eram todos obcecados”, *Redgi* diz que “os homens não aguentam” e que “é da natureza do homem precisar mais”; *Joana* fala do “inuito sexual” das raparigas vir “muitos mais tarde”. Esta ambivalência tem um duplo papel: o sujeito discursivo enquadra-se enquanto criticamente posicionado face aos conhecimentos normativos; esses mesmos conhecimentos são mobilizados, ao invés de negados, para fornecer ao sujeito os recursos para criar sentido a partir das suas

experiências. Os jovens de facto empregam os estereótipos como discursos funcionais, que os auxiliam, na sua própria perspectiva, a entender melhor o que os rodeia.

Esses discursos estereotipados radicam em conhecimentos do foro naturalista, biologizante, que cria uma ligação directa entre os comportamentos de rapazes e raparigas e as suas naturezas (sexuais). Neste contexto, e para usar as expressões de *Redgi*, “o macho” é mais sexual e portanto com necessidades mais prementes, que se traduzem em maior uso de pornografia e maior importância dada à mesma. *Joana* reconhece que existem contradições na forma como o discurso desenvolvimentista trata a questão da maturação: o desenvolvimento corporal mais precoce das raparigas que ela diz existir não vem acompanhado de “intuito sexual”. Isto nega a linearidade entre desenvolvimento do corpo e desenvolvimento de comportamentos, e a referência ao papel do “estigma” da masturbação que recai sobre raparigas dá a entender que estas temporalidades diferenciadas têm que ver com pressões sociais diferenciadas ao nível do género, e de como as expectativas de género co-constituem as próprias experiências corporais. Porém, isso nunca chega efectivamente a ser formulado. Não obstante, *Joana* cria uma distinção entre “ficar mulher” (atingir algum nível de desenvolvimento dos ‘caracteres sexuais’) e desenvolver interesse ou curiosidade por práticas sexuais, incluindo masturbação. “Ser mulher” seria então um processo que se *inicia* pelo desenvolvimento fisiológico e que se *concretiza* com o surgimento do “intuito sexual”, ao passo que “os rapazes, mal começam a crescer”, têm ao mesmo tempo desenvolvimento fisiológico e intuito sexual. Isto é o que *Joana* mobiliza para explicar porque é que os rapazes, na sua visão, investem mais na masturbação do que as raparigas e, mais assiduamente são utilizadores de pornografia na internet. Só o *falar* das raparigas é visto como sendo afectado pela pressão social – ignorando-se assim a componente não-discursiva, material, do dispositivo de sexualidade.

A componente emocional é mais destacada por *Maria* e por *Subject A*. *Maria* manifesta a sua preferência por conteúdos que centrem mais o aspecto emocional *apesar* do cliché de que o emocional é equivalente a ‘feminino’: posicionando-se contra ele ao mesmo tempo que reconhece o seu peso social. Porém, usa-o logo em seguida quando afirma que “os rapazes normalmente gostam” da pornografia pelo seu lado directo; uma visão semelhante tem *Subject A*, passando para a masculinidade a questão da técnica e da prática, e deixando para as raparigas a “idealização” do “amor

inatingível” representado por um autor masculino (Nicholas Sparks). Tanto uma como outra recorrem a conhecimentos obtidos experiencialmente, através de conversas.

Tiago, e *Miguel*, do Porto, trazem outros detalhes: a questão técnica da pornografia (*gonzo*) enquanto expressão de uma tendência que visa um determinado público-alvo, e questões de sociabilidade entre pessoas de sexo diferente. A análise que *Tiago* faz sobre o aspecto técnico da pornografia não se prende com nenhuma visão essencialista sobre o que os homens ou as mulheres preferem ver, mas com a sua experiência da linguagem fílmica utilizada. O seu argumento é semelhante às críticas feitas sobre o papel do *gaze* masculino na sétima arte. De acordo com esta visão, a apetência masculina por pornografia tem que ver com o facto de esta ser feita a pensar no sujeito-espectador-masculino, promovendo o *gaze* masculino como intérprete preferencial das representações feitas. Esta linha argumentativa arrisca criar uma ligação causal linear entre a promoção de um determinado olhar fílmico e a sua adopção ou não por outros sujeitos: mulheres também consomem pornografia feita ‘para homens’, subvertendo assim, parcialmente, a força da determinação agencial dessa mesma intenção.

As reflexões em torno do sexo-género e pornografia parecem convidar a uma visão *achatada*, unidimensional, do que as pornografias são ou podem ser. Vários dos elementos apresentados são críticas legítimas sobre a pornografia *mainstream*, e esta é habitualmente enquadrada como sendo ‘a pornografia’. Neste campo dos desafios e reificações das leituras dicotómicas de sexo-género, o mais revelador é a ausência da presença de discursos alternativos, tanto sobre género como sobre pornografias.

Isto não quer dizer que os jovens entrevistados não tenham um discurso multifacetado sobre pornografia, ou que não a submetam a uma variedade de critérios de avaliação. O realismo e a verosimilhança são alguns dos elementos mais explorados, tanto do ponto de vista da literacia mediática, como do ponto de vista das representações de género (cf. Capítulo II.2). Quando questionados sobre diferenças e paralelismos, as suas respostas reflectiram a sua experiência e discursos dominantes sobre pornografia, mas também as suas visões sobre o que o sexo é ‘na realidade’.

“Na minha opinião a pornografia é um bocado história... aquilo não é bem aquilo que se passa na realidade. [...] Eu acho que os rapazes, especialmente, que vêem muita pornografia, depois [vão-se] meter com uma rapariga pela primeira vez e acham que aquilo é tal e qual assim, e não é. Eles acham que é logo assim tau tau tau, e não é!”

– *Íris*; 18 anos; género feminino; lida como heterossexual; deslocada a viver e estudar em Lisboa, no ensino superior (Anexo 40)

“Aquilo pode ser considerado como uma espécie de arte, vá, como no cinema. Tudo o que é representação não correspondem exactamente à realidade. [...] não me senti frustrado por isso, mas já tive a sensação de ter idealizado aquela situação comigo e depois na realidade não corre tão bem como no vídeo. Era algo que eu já esperava. [...] O propósito do sexo entre pessoas que estão a fazê-lo profissionalmente é agradar às que estão a ver, e não às que estão a fazer ... a principal diferença está aí.”

– *Ivo*; 18 anos; género masculino; lido como não-heterossexual; estudante universitário em Lisboa (Anexo 43)

“Não sei como é que se distingue exactamente, não é?, porque há casais que fazem *hardcore*, outros que fazem mais romântico... Intrinsecamente, dentro de ti sabes que... Eu sei. Isto é para televisão, e aquilo é o real, é verdadeiro. [...] Se calhar a primeira vez ‘tava naquela do ‘pah, não sei o que é que eu ‘tou a fazer’. Acho que é a partir da experiência, vais-te apercebendo de coisas que é verdade, ou que é mentira... E também depende da pessoa com quem ‘tás, não é?’”

– *Redgi*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como *gay*; trabalhadora na área da restauração em Lisboa (Anexo 44)

“Porque há muitas pessoas que pensam que a pornografia é tal e qual aquilo que acontece na vida real, quando não é! Tu não és plástico, as coisas não são perfeitas.”

– *Subject A*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como bissexual; estudante universitária em Lisboa (Anexo 47)

Parece ser consenso geral que os próprios jovens nunca, ou quase nunca, se deixam confundir pela pornografia, e que sabem como esta pode gerar falsas expectativas e não corresponde ao que se passa ‘na realidade’. A questão do género volta a ser convocada: se os rapazes têm mais interesse em ver pornografia, então são considerados como sendo mais afectados pela exposição. Porém, dos rapazes que foram entrevistados, o que mais perto estive de relatar essa experiência foi *Ivo*, de forma ambivalente: a sua percepção de que a idealização não correspondia ao que aconteceu com ele foi algo que ele já esperava.

Estes jovens colocam-se na posição de entendidos ou especialistas sobre a questão da pornografia e do seu aspecto ficcional. O uso de “realidade”, em diversas descrições requer uma atenção mais próxima ao que define esta “realidade”. Os jovens não argumentam que os actores num filme pornográfico não estão a fazer sexo. Porém, o *modo* como o fazem ou o *objectivo* que pretendem alcançar é que são vistos como diferindo. *Miguel* fala no sexo na pornografia como “encenado”, *Ivo* diz que o objectivo é agradar “as pessoas que vêem”, *Subject A* diz que os eventos são “esquematizad[o]s”. A distinção aqui é entre um sexo performado artificialmente, e um sexo que é praticado naturalmente – deixando de lado a ideia de que todo o acto sexual implica uma performatividade e traz consigo marcas disciplinares e de inteligibilidade sobre o que constitui ou não ‘sexo’, que o sexo é também uma tecnologia (D. Cardoso, 2013; Preciado, 2011a). A performatividade torna-se antitética da autenticidade, e a autenticidade é marcada pelo imprevisto, falta de planeamento, e pelo foco nas pessoas.

A pornografia enquanto equivalente a arte (paralelismo esse que, como se mencionou já no Capítulo II, está ancorado num nexos discursivo forte em termos de questões de classe) é também referida várias vezes, como no caso de *Joana*:

“E é um bocadinho este mito, da pornografia ser uma indústria quase criminalizada. O *Ninfomaniaca* [de Lars von Trier] toda a gente gosta e toda a gente acha um espectáculo, mas se formos a uma página com *home-made videos* e vês lá, vês lá aquilo tudo expressado de formas diferentes e se calhar muito mais realistas, não é?”

O comentário de *Joana* vai de encontro à crítica sobre que critérios separam o pornográfico do artístico. O exemplo usado por ela é o do conjunto de filmes *Ninfomaniaca*, de Lars von Trier. *Joana* identifica hipocrisia no facto de uma amiga dela ter chamado “pornografia” aos filmes como insulto, ao mesmo tempo que a crítica de cinema os aplaude como arte. Para *Joana*, trata-se da inviabilização de toda uma forma de expressão. E se *Joana* concorda com *Ivo* na questão de equacionar arte com isenção de necessidade de realismo, introduz também o tipo de pornografia como outra variável: ‘tipo’ não enquanto conteúdo, mas enquanto modo de produção. A pornografia amadora é tratada como sendo mais realista e com um menor grau de performatividade, de onde se obtém também maior confiabilidade (embora *Ivo* acrescente que “também pode ser programada!, não é?, visto que ‘tá a ser filmada”). Isto permite a *Joana* validar a pornografia como arte (ou trazer a arte para o campo da pornografia) e fazer notar que a pornografia não precisa de ser uma réplica das condições que os jovens encontram habitualmente nas suas vidas, e também fazer notar que existem elementos positivos a retirar de um afastamento do artístico (como o realismo dos vídeos *home-made*).

A experiência de *Miguel*, do Porto, leva-o a olhar para outros formatos de pornografia (como o *hentai*) como objectos mediáticos cujo valor surge por terem esse elemento artístico, por funcionarem *enquanto* imitação, algo distinguível do ‘real’:

“Há anos que vejo pornografia, é sempre o mesmo material, a única coisa que difere são as pessoas. [...] Eu até de vez em quando até prefiro ver essa tal banda desenhada, porque eu posso não apreciar o ao vivo, mas eu posso apreciar o talento do artista. As pessoas dizem-me que não é real, não faz sentido ‘tar a ver isso, mas se conseguem imitar o real, e consigo ter alguma apreciação artística, pá, eu vejo!”

Miguel procura distanciar-se de representações audiovisuais de pornografia com actores e atrizes em parte por dinâmicas familiares, e encontra no *hentai* (animado ou estático), um sítio onde consegue aliar a “apreciação artística” a algo que lhe “diz alguma coisa” (em termos de excitação). *Miguel* identifica também pressão de pares para que não consuma este tipo de material – “realmente não é real, não faz sentido”. Existe uma racionalidade normativa associada ao consumo de pornografia que valoriza

o “real”. “Real” aqui tem um significado diferente do acima: não se trata de um nível de realidade que coincida mais de perto com a experiência quotidiana, mas sim do uso de pessoas reais, como forma de concretizar os alvos a serem erotizados; nesse aspecto, o desvio dessas representações pode simbolizar um descontrolo do governo do sujeito sobre si mesmo – algo sem sentido, incompreensível, irrepresentável.

Subject A, ecoando algumas das observações sobre como cada novo meio de comunicação é visto como tendo um impacto mais forte do que o anterior (cf. Capítulo II), coloca as *fanfics* com conteúdo sexual numa escala de intensidade ou desvio da sexualidade normativa e como uma porta de entrada para outros conteúdos, na internet:

“Acho que foi aí que começou a minha queda para o erotismo e querer descobrir mais sobre isso. Foi a forma muito *soft*, muito *vanilla*, de encontrar coisas eróticas primeiramente, numa primeira fase na internet; foi através disso, das *fanfics*.”

A (falta) de potência do texto é determinada três vezes numa só frase: *soft*, *vanilla* e “eróticas” (em oposição a “pornográficas”). Apesar de já ter tido acesso a material vídeo, a especificidade da internet está ligada a um percurso de progressiva intensificação dos conteúdos, numa disciplina dos gostos ou interesses, abordados teleologicamente, correspondendo a um trabalho do *self* sobre si mesmo.

Outra forma que os jovens têm de abordar o realismo da pornografia e seus efeitos passa por separar ambas as coisas. Recuperando parcialmente a noção de que a pornografia pode ser lida da mesma forma que outros objectos artísticos, foram feitas algumas referências ao estatuto do consumo de pornografia como uma actividade independente, que não está nem precisa de estar ligada à ‘realidade’. *Ivo*, por exemplo, fornece uma abordagem mais directa:

“Eu acho muito bem que haja pornografia, e mesmo que seja feita de uma forma que corresponde muito pouco à realidade, se vale por si só, até porque ver porno não é a mesma coisa que fazer sexo. Uma pessoa pode gostar de ver pornografia por si só, e nesse caso convém que seja bem feita, e para [isso] pode ser pouco real.”

O sujeito coloca-se enquanto *connoisseur* de uma forma de representação que é avaliada enquanto tal, e não a partir de um ponto de vista erotizado – ainda que a carga erótica possa estar presente na experiência, o acto de ver pornografia torna-se um fim em si mesmo. E a excelência estética está associada à falta de realismo: a ‘baixa fidelidade’ dos materiais feitos amadoramente é o garante simbólico da sua autenticidade (ligada ao papel confessional do dispositivo de sexualidade foucauldiano), mas também um limitador do potencial escópico do audiovisual. Também *Tiago* escolhe o *site* onde consome pornografia através de critérios associados à qualidade

técnica, chamando a atenção para como a qualidade técnica da imagem permite, a quem vê, um ‘ver’ mais intenso, remanescente da visão de McLuhan (1971) sobre a saturação dos sentidos permitida pelos meios de comunicação.

A maioria dos discursos dos jovens tece poucas considerações sobre o aspecto técnico de como a pornografia, enquanto objecto mediático, é produzida. O que está presente, e o tipo de saber que é mais mobilizado para permitir distinguir entre a ficção e a realidade, é o experiencial, recolhido pelos jovens a partir das suas experiências. Mesmo quem possa estar equivocado sobre como é que o sexo ‘real’ é, em comparação com a pornografia, irá aprender através das suas experiências com outras pessoas. A responsabilidade é principalmente focada no indivíduo – embora, no caso dos rapazes (na perspectiva de algumas das raparigas), existam questões imanentes à masculinidade que servem para explicar (ou desculpar) a sua ignorância inicial. *Redgi*, embora comece por hesitar e por identificar o *hardcore* como sendo intrinsecamente falso, depois lembra-se que “há casais” que têm efectivamente esse tipo de práticas, e portanto regressa ao saber que o sujeito tem, “intrinsecamente, dentro de [si]”.

Ao mesmo tempo que os jovens têm claro na sua mente que as experiências representadas estão longe das experiências por que passaram – e portanto não vêem a pornografia como um sistema representacional a emular, ainda que validem o seu papel de aprendizagem – demonstrando literacia mediática, ainda que limitada ao discurso sobre a sua corporalidade, contendo muito pouco de prática reflexiva sobre os modos de funcionamento dos *media* em si. Efeitos de montagem, de repetição de cenas, considerações sobre diferentes técnicas de filmagem e outros pormenores estão quase sempre ausentes nas descrições feitas sobre como a ‘realidade’ é construída.

Outro detalhe prende-se com a dinâmica cruzada das experiências genderizadas e de orientação sexual de dois dos jovens respondentes, que encaram o conteúdo *gay* masculino como sendo mais realista do que o heterossexual (no caso de *Miguel*, de Lisboa) ou do que o conteúdo com mulheres (no caso de *Maria*). As representações de masculinidade (enquanto agenciamento erótico e sexual) são as que são lidas como mais realistas, sugerindo que os papéis de género presentes em muita da pornografia heterossexual ou lésbica (feita para consumo do *gaze* masculino) também tem um papel a desempenhar na forma como o realismo é interpretado.

Estes vários elementos negam uma visão dos jovens como incapazes de ter uma leitura crítica e eternos crédulos sujeitos ao papel dos *media* – porém, os próprios jovens

reforçam esse discurso, num exemplo claro de efeito da terceira pessoa, onde apenas os outros estão sujeitos à influência mediática (Tal-Or et al., 2010). Como *Donald* refere quando compara a sua experiência de ver pornografia *gay* com as suas experiências sexuais, a própria internet é um sítio onde os jovens podem encontrar vídeos e outros recursos que servem para reflectir sobre a pornografia que vêem e que lhes providenciam, até de forma humorística, material que serve para aumentar a sua postura crítica e a sua literacia mediática.

Associada à ideia do realismo da pornografia está a noção de aprendizagem. Alguns dos exemplos de aprendizagem que os jovens consideram positiva já foram abordados anteriormente e incluem a validação da existência de orientações sexuais para além da heterossexual, ou conhecimentos diferentes sobre o próprio corpo e os corpos de outras pessoas, bem como da diversidade corporal em geral. Como demonstram as citações usadas para reflectir sobre a questão do realismo, os jovens dizem que a pornografia também pode ensinar falsas informações sobre como se processa uma relação sexual, e sobre como os corpos de outras pessoas respondem.

“Devo dizer que eu nunca vi nenhum filme pornográfico, na internet, nem fora da internet. [...] Aprender, não, mas podem ter mais ideias...”

– *Beatriz*; 20 anos; género feminino; lida como heterossexual, estudante universitária em Lisboa (Anexo 41)

“Há quem use a pornografia para perceber como é que há-de chegar ao parceiro ou de prolongar um acto sexual. No meu caso eu acho que foi mais perceber de que forma é que as coisas poderiam se desenrolar fora da caixa, se já somos pessoas fora da caixa, então okay vamos ter experiências fora da caixa também! [...] Como é óbvio não repetimos as cenas que vimos nos filmes, gostamos de um tipo de situações e podemos chegar lá perto... [...] [Comecei] bastante novo, não p'ra me masturbar mas p'ra perceber como é que as coisas funcionavam.”

– *Miguel*, 17 anos, género masculino; identifica-se como homossexual; estudante que mora em Lisboa (Anexo 42)

“Sim, pode ajudar à criatividade. [...] Se tiveres uma sessão de esclarecimento, sobre os perigos da internet, é completamente escusado. Pá, porque o pessoal 'tá cheio de saco disso, percebes? Eu acho é que até se devia promover a internet. Porque há muitos jovens que, como eu, precisam de mais informação, para se conhecerem.”

– *Redgi*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como *gay*; trabalhadora na área da restauração em Lisboa (Anexo 44)

“Na parte da sedução. Foi só mesmo em relação a essa parte que me ajudou mais. [...] pessoas muito novas começam a ver... ficam com uma ideia errada do que é o sexo. E pode, mesmo, alterar um bocado a personalidade...”

– *Maria*; 20 anos; género feminino; lida como bissexual/não-monossexual; estudante universitária que vive com os pais, na margem Sul do Tejo (Anexo 45)

“Eu acho que devia de haver mesmo um, um ramo da pornografia dedicado a *educational purposes*. [...] uma forma educacional de ajudar as pessoas a descobrirem-se a si próprias e que tipos de corpos há e que tipos de posições e que tipo de coisas há. Sempre é um método de o fazer!”

– *Subject A*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como bissexual; estudante universitária em Lisboa (Anexo 47)

“Eu conheço pessoas que dizem que, se não fosse a pornografia, não sabiam ter prazer.”

– *Miguel*; 20 anos; género masculino; lido como heterossexual, estudante universitário que vive no Porto, com a mãe e as duas irmãs mais novas (Anexo 49)

“Eu acho que uma pessoa se sentiria um bocado constrangida, humilhada, envergonhada, por ter de procurar aquilo para saber como é que as coisas acontecem. [...] Era comum aparecer apenas cenas *bareback*, agora há mais incentivos para mostrar cenas com preservativo. O que é positivo, porque incentiva ao acto com preservativo.”

– *Donald*; 20 anos; género masculino; auto-identifica-se como homossexual, estudante universitário deslocado em Aveiro (Anexo 50)

Estas citações trazem detalhes sobre a falta de informação sobre como fazer sexo, obter prazer, como conhecer o próprio corpo, ou conhecer outras sexualidades.

Beatriz introduz uma dicotomia que resume algumas hesitações que vários jovens tiveram: para ela, “dar ideias” não é o mesmo que “aprender”. Esta dicotomia assenta numa visão da educação como um processo estruturado, vertical e deliberado. O conhecimento digno desse nome seria então o científico, ao passo que as “ideias” seriam uma forma inferior de informação.

Miguel, de Lisboa, reforça o papel da pornografia como fonte de aprendizagem para sexualidades alterizadas: a ideia de “fora da caixa” e da violação dos *standards* desdobra-se em dois, o *ser* e o *fazer*. Assim, de uma identidade “fora da caixa”, imanente, não fluem necessariamente práticas “fora da caixa”. O sujeito precisa então, não apenas de se educar sobre a verdade de quem é, mas também sobre que práticas lhe permitem expressar essa verdade e receber um discurso pedagógico sobre determinadas práticas sexuais e de auto-controlo do próprio corpo durante o sexo. Simultaneamente, *Miguel* encara auto-evidente a ideia de que o que se retira da pornografia não é abordado através de um processo linear de imitação directa, e sim por uma passagem pelo sujeito, permitindo ao indivíduo “chegar lá perto” e facilitando o seu “entender” sobre como fazer o que lhe interessa. Esta abordagem mecanicista é mais um exemplo do recurso não-erótico à pornografia.

Subject A e *Redgi* encaram a pornografia como um recurso educativo que está a ser sub-aproveitado, e que deveria ser incluído nos sistemas formais de educação, na medida em que pode ajudar a combater lacunas na formação dada aos jovens, e também dificuldades pessoais. A pornografia opera aqui a par de outros registos audiovisuais e requer que se crie uma forma *específica* de pornografia, obrigando a uma optimização

do conteúdo ao formato. Isso subentende a ideia de que a pornografia pode ser, na verdade, pornografias, com diferentes tipos de *apresentação* e de *conteúdo*.

Um bom exemplo disso mesmo é o testemunho de *Maria*. Esta jovem não aprecia pornografia com sexo explícito, preferindo as *fanfics* que lê na internet. A partir deste material, escrito, *Maria* diz ter retirado ensinamentos sobre sedução e luxúria. Estes dois elementos funcionam como marcas diferenciadoras do sexo explícito, “bruto” e “cru”; este afastamento da carnalidade permitem uma salvaguarda de respeitabilidade, especialmente no caso de alguém que, sendo do género feminino, está sob maiores constrangimentos para falar sobre a valorização do prazer. O material escrito, visto como menos realista, ou menos “cru”, cria por virtude das suas características enquanto *medium* um distanciamento que se foca no psicológico, no emocional, ao invés do corporal ou sensorio (cf. Capítulo III.1).

Outro aspecto que *Maria* menciona tem que ver com o potencial negativo (na perspectiva das jovens) de as pessoas ficarem afectadas ao nível das suas representações internas do que é um corpo atraente, ou do que é “o sexo”. *Maria* enquadra este perigo através de um discurso psicologizante, que prenuncia um risco fundamental para a própria personalidade do sujeito; *Subject A* fala de implantes mamários como “mamas falsas” e usa como exemplo a história de um amigo *gay* que discrimina esteticamente contra quem não os tenha. *Subject A* também reforça a ideia de que os rapazes são afectados por ideais irrealistas de corpos. Existe uma visão crítica sobre o papel dos corpos nas representações da sexualidade, e sobre a forma como os *media* estruturam as suas representações em formatos normativos – ao mesmo tempo que reforça a conclusão de que os relatos que os jovens fazem do que constitui, a seus olhos, a “pornografia”, carece de um conhecimento mais aprofundado sobre a diversidade de produção nesse campo, bem como sobre reflexões que se foquem nas *motivações* e dinâmicas de produção por detrás das normatividades da pornografia *mainstream*.

O papel que o conhecimento adquirido através da pornografia toma no desenrolar da actividade sexual parece ser discutível. As experiências de amigos de *Miguel*, do Porto, apontam para uma lógica do esquecimento: a carnalidade do acto sexual sobrepõe-se à experiência da aprendizagem e torna-a irrelevante; o parâmetro mais importante é a interacção interpessoal. Por outro lado, *Tiago* considera que a pornografia, e as aprendizagens que ela traz, conseguem contrariar uma condição fundamental de ignorância e de falta de prática. O elemento central é então a virgindade.

A preocupação com a virgindade e o sucesso parece ser algo muito mais masculinizado. A virgindade é vista como um problema a ser ultrapassado, porque representa um elemento de ignorância e descontrolo para o sujeito.

Donald considera também que as mudanças que têm surgido ao nível das práticas de sexo mais seguro na pornografia *gay* poderão estimular outras pessoas a seguir o exemplo. Ele coloca isso ao nível da imitação linear (“*monkey see, monkey do*”) mas refere que se trata de transmitir uma mensagem específica, centrada na possibilidade de prazer em conjugação com o uso de preservativo.

Mesmo os benefícios não surgem sem um lado negativo. *Redgi* e *Donald* mencionam como *necessitar* de ver pornografia, para aprender elementos práticos do sexo, pode deixar algumas pessoas incomodadas ou humilhadas. Esta humilhação viria da incapacidade de conseguir saber fazer algo, e de ter que tomar contacto com o pornográfico, mais sensível ou problemático (ao mesmo tempo que não se problematiza o material que já é usado nas escolas para falar sobre sexualidade).

Assim, se – para recuperar Foucault (1994) – os jovens parecem apontar para um desejo de investir no sexo enquanto *ars erotica*, enquanto busca e exploração do prazer, na prática a sua vontade de saber é técnica, directiva, focada no método e na isonomia da identidade, desejo e dos corpos.

O conceito de *necessidade* relaciona-se com aspectos diversos da sexualidade e do consumo de material pornográfico, e conduz à noção de dependência. A exposição à pornografia começa a tornar-se algo de que as pessoas dependem elimina a capacidade de se imaginar cenários sexuais e, portanto, de saber como “ter o seu prazer” – o indivíduo fica então dependente dos *media* para conseguir realizar-se.

Para um conjunto sempre indefinido de Outros, a pornografia pode ser perigosa na medida em que o seu consumo provoque ou revele um descontrolo, incapacidade de exercer governamentalidade sobre si mesmo, ou um desvio das formas e identidades de desejo socialmente valorizadas. Os comentários que os jovens fazem sobre quais os possíveis efeitos negativos do consumo ‘incorrecto’ de pornografia são também considerações sobre o papel que o sexo tem que ocupar na vida de cada u.

“Não sei, há gente muito estranha, há gente muito rebarbada!... [...] Eu acho... Não é uma deficiência!, é não conseguem ter uma relação tão aberta com a outra pessoa. [...] Que leva a viciarem-se em pornografia. Claro que há muita gente com relações saudáveis, e que também fica viciado naquilo.”

– *Íris*; 18 anos; género feminino; lida como heterossexual; deslocada a viver e estudar em Lisboa, no ensino superior (Anexo 40)

“A procura de conteúdos pornográficos ou eróticos tem muito a ver com a necessidade das pessoas quererem exprimir os seus gostos e não terem coragem ‘pra isso!’”

– *Miguel*, 17 anos, género masculino; identifica-se como homossexual; estudante que mora em Lisboa (Anexo 42)

“[...] não é linear, mas em princípio, todas as pessoas têm necessidade sexual, e nem sempre têm um companheiro ou companheiros com quem o possam fazer, e provavelmente a pornografia é a forma mais acessível de uma pessoa poder saciar essa espécie de necessidade. Eu não diria necessidade, porque já tive alguns problemas a... a chamar necessidade a isso!, mas...”

– *Ivo*; 18 anos; género masculino; lido como não-heterossexual; estudante universitário em Lisboa (Anexo 43)

“Há pessoal que se excita com isso, pá, mas eu acho nojento... Mas há cá espaço para todos! Se calhar há casais que fazem isso, n’é?, mas não é o estereótipo.”

– *Redgi*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como *gay*; trabalhadora na área da restauração em Lisboa (Anexo 44)

“Lembro-me de um amigo meu dizer que começou a ver *sites* pornográficos e começou a clicar em categorias e viu lá algumas coisas bizarras, ele sentiu-se assim um bocado apavorado.”

– *Miguel*; 20 anos; género masculino; lido como heterossexual, estudante universitário que vive no Porto, com a mãe e as duas irmãs mais novas (Anexo 49)

A necessidade está ligada ao risco do vício. *Íris* começa por usar “deficiência” e logo se retracta, substituindo-a por “incapacidade” – ambos os vocábulos implicam o mesmo, uma lacuna ou ausência de uma dada capacidade ou competência. Apesar de essa lacuna se referir a um contexto relacional, a responsabilidade é colocada do lado da pessoa que teria o “vício”, como resultado do seu próprio descontrolo e da sua incapacidade de articular a sua própria subjectividade sexual. Essa abordagem ignora possíveis elementos sociais e contextuais que poderão estar por detrás desse silêncio; ao fazê-lo, presume que todos os sujeitos de desejo ocupam uma mesma posição discursiva, paritária em termos de reconhecimento e aceitação social.

Também *Miguel*, de Lisboa, *Ivo* e *Maria* partilham de uma abordagem semelhante: a pornografia, porque está ligada ao sexo, traz consigo o risco de vício; no contexto de uma relação, é a ausência de uma característica psicológica e moral que é chamada a explicar a situação – a falta de coragem em articular quais os seus verdadeiros desejos cria uma relação de vulnerabilidade ou dependência face à pornografia. Esta é um sucedâneo ou substituto de uma superior (mas inexistente) relação interpessoal que integre essas práticas e desejos.

Os fetiches ou outras marcas discursivas (como o “nojento” que *Redgi* refere) são usadas como marcadores de conteúdo pornográfico considerado *diferente* e portanto

especialmente impactante, subalternizando essas práticas. Um exemplo disto é a forma como *Redgi* associa essa diferença com uma quebra de realismo: uma vinculação da adesão aos padrões do que é suposto a *boa* sexualidade ser como forma de conseguir obter reconhecimento da existência e validade da sexualidade. O discurso que legitima essa visão é imanentista, e recorre a pressupostos de conhecimento partilhado e tomado como óbvio: “o que sabes que a maior parte não faz”.

Estas coisas “bizarras” parecem ter um impacto forte, provocando uma sensação de repúdio. Os pressupostos sobre que tipo de conteúdos podem interessar a uma dada pessoa motivam os jovens a criar redes de aviso entre si.

Os jovens fizeram, a pedido, algumas considerações sobre o trabalho sexual envolvido. A maioria considera que o dinheiro é o principal ou único elemento atractivo. Quando questionados sobre pornografia amadora, não-paga, usaram a ideia de fetiche ou de pazer pessoal como motivador. Os jovens parecem ter apenas ideias vagas sobre como a pornografia opera enquanto ramo de actividade, e preocupações com os modelos de negócio e produção associados não entram nas suas decisões sobre o que consumir e onde encontrar este material.

A pornografia é usada pelos jovens em variados contextos, desde desafios e jogos de poder microfísicos entre pares, até como forma de educação, passando pela constituição de uma subjectividade definida, onde chega a servir de teste que mobiliza a lógica taxonómica do dispositivo de sexualidade. Os jovens têm uma visão crítica sobre os diferentes papéis, positivos e negativos, que a pornografia pode ter, e resistem, através dela, a uma totalização do discurso médico-legal sobre o sexo e a sexualidade. Porém, as dicotomias entre o bom e o mau sexo de que fala Rubin (2007) continuam a funcionar, ao mesmo tempo que vários jovens se preocupam com posicionarem-se enquanto liberais. Opera não apenas um discurso de verdade, mas processos disciplinares e de exercícios microfísicos de poder ligados a uma ortopedia moral.

VII.3.4 – O sexting: negociando visibilidades, privacidades e expressão própria

Poucos dos jovens entrevistados relataram experiências de *sexting* em primeira mão. Porém, todos sabiam o que era, e tinham alguma experiência para contar. Como referido (cf. Capítulo VI.3), uma boa parte das referências a *sexting* nas entrevistas tem como contexto relações de namoro ou íntimas, e as práticas relatadas no inquérito por questionário também. Há uma forte ligação entre os tipos de contextos que os jovens

mais mencionam e as razões que legitimam ou não a prática de *sexting*, bem como as avaliações morais que a partir disso são feitas, e as estratégias empregues.

“Eu não fazia muito... [o meu ex-namorado] é que tentava mais levar para esse lado... porque para mim não era a mesma coisa, e não achava tanta piada!... Acho que quem quiser ‘tá completamente à vontade, acho é que corre um risco imenso!”

– *Íris*; 18 anos; género feminino; lida como heterossexual; deslocada a viver e estudar em Lisboa, no ensino superior (Anexo 40)

“Tove uma namorada à distância. Pá, e às vezes precisava de ver essa pessoa, e queria ver essa pessoa mais nua... E ela mandava... Ou vice-versa, percebes?”

– *Redgi*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como *gay*; trabalhadora na área da restauração em Lisboa (Anexo 44)

“Entre casais eu acho saudável. Mas agora quando é uma rapariga, que não quer nada com aquela pessoa, aquela pessoa ‘tá a insistir, e manda mensagens... aí já, já há um grave problema.”

– *Maria*; 20 anos; género feminino; lida como bissexual/não-monossexual; estudante universitária que vive com os pais, na margem Sul do Tejo (Anexo 45)

“Hoje em dia as mensagens que mando, de cariz sexual, são muito mais numa de brincadeira e de boquinhas. Na altura, era naquela coisa, da criança, da descoberta.”

– *Joana*; 19 anos; género feminino; lida como heterossexual; estudante universitária que vive em Lisboa com o namorado (Anexo 46)

“Estou numa relação *long distance*... É um bocado complicado lidar com estas necessidades, de, de uma forma que não, via internet, não é?”

– *Subject A*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como bissexual; estudante universitária em Lisboa (Anexo 47)

Combater a distância, as saudades, ou alimentar situações de provocação sexualizada dentro do contexto de uma relação são algumas das explicações que tornam útil a prática de *sexting*. *Maria* chega a utilizar a noção de saúde para se referir a isso, suportando a ideia de que a manifestação de desejo sexual é parte intrínseca de uma relação de namoro; o contexto aqui é o de uma troca equitativa. A sexualidade é vista como um elemento composto de “necessidades” que têm de ser satisfeitas. Na impossibilidade de concretizar essas necessidades, o *sexting* torna-se uma forma de colmatar essa falta. O *sexting* opera como uma experiência positiva na medida em que permite um maior investimento em dinâmicas afectivas românticas.

Não é só o contexto relacional que determina a validade da prática, mas também a forma como esta interpela cada uma das pessoas envolvidas. A recepção de mensagens não requisitadas é vista negativamente, tal como a pressão para enviar *sexts* (ambas as dinâmicas estão, neste caso e em vários outros (cf. Capítulo III.2), envolvidas em dinâmicas de género).

No caso de *Joana*, existe uma leitura mais associada à idade e ao amadurecimento – os comportamentos de antes são enquadrados como infantis e o

sexting é ligado a uma forma de exploração da sexualidade e dos relacionamentos pessoais, algo que se alinha com vários dos estudos já referidos antes sobre *sexting* (cf. Capítulo III.2). A idade como marcador de mudanças é um tropo usado por vários jovens, que também consideram que o *sexting* é uma área onde irão existir diferenças entre as suas experiências e as dos “mais novos”:

“[...] os mais novos também vão incorrer em muitos erros, vai-lhes acontecer a mesma coisa, ou pior, porque agora ainda é pior, o mundo é mais globalizado. [...] é uma coisa cada vez mais extrema, já não é só a escola, é a cidade inteira... o mundo sabe”.

– *Íris*; 18 anos; género feminino; lida como heterossexual; deslocada a viver e estudar em Lisboa, no ensino superior (Anexo 40)

Isto permite aos jovens colocarem-se como mais capacitados, competentes, e literatos em termos de compreensão dos novos *media*. Tal supõe uma visão determinista sobre a progressão do ambiente mediático, e sobre o que as ‘gerações’ representam em termos de mudanças comportamentais – os “mais novos” enfrentam desafios com os *media* sempre cada vez maiores (ao invés de diferentes).

Íris reforça a sua posição como liberal por demonstrar aceitação de que outras pessoas façam *sexting* e marcando a prática como dentro do limite da aceitabilidade. O discurso do risco surge como advertência para qualquer situação em que seja feito *sexting* – “um risco imenso”. Este risco tem que ver com a quebra de privacidade advinda de outra pessoa ter acesso aos conteúdos, para além do controlo de quem envia.

Mesmo a prática de *sexting* apenas no contexto de uma relação íntima não garante que essa privacidade não seja quebrada. Vários exemplos de situações de *sexting* em contexto de namoro e que resultaram em partilhas indevidas foram relatadas.

“Na minha terra, uma rapariga que mandava fotos e vídeos para o namorado, quando já tinham acabado, o vídeo circulou pela escola inteira... e foi terrível para a rapariga, coitada... [*riso*] Foi extremamente gozada e humilhada. [...] Atiravam-lhe giletes, e... diziam-lhe coisas tipo ‘Porca’, ‘DJ’, ‘DJ Matogrosso’, cenas assim...”

– *Íris*; 18 anos; género feminino; lida como heterossexual; deslocada a viver e estudar em Lisboa, no ensino superior (Anexo 40)

“Elas tinham um grupo privado no Facebook, partilhavam as fotografias e conta-se que o namorado de uma delas acedeu ao grupo, depois zangaram-se, e espalhou... toda a gente sabia que aquilo andava a circular, ficou descontrolado.”

– *Beatriz*; 20 anos; género feminino; lida como heterossexual, estudante universitária em Lisboa (Anexo 41)

“A única coisa que já fiz foi ter mostrado a um relacionamento meu, uma fotografia que outra pessoa partilhou comigo...”

– *Miguel*, 17 anos, género masculino; identifica-se como homossexual; estudante que mora em Lisboa (Anexo 42)

“Eu lembro-me de ouvir uma conversa, de uma rapariga que ficou toda chateada, porque tinha enviado uma imagem dela, em que ela ‘tava nua, não é?, e enviou ao seu

namorado, e depois, umas semanas mais tarde, o namorado acabou com ela e depois ela disse p'ra eliminar, e ele 'tava a recusar-se e eles 'tavam ali a ter aquela conversa no recreio. Ah, eu não me meti nisso, para ser honesto, porque... não me diz respeito!”

– *Miguel*; 20 anos; género masculino; lido como heterossexual, estudante universitário que vive no Porto, com a mãe e as duas irmãs mais novas (Anexo 49)

“A relação acabou da parte da rapariga, e o rapaz para se vingar, fez-lhe isso. [...] ...o rapaz, o rapaz contou a um amigo, o amigo contou aos amigos, depois é quase como uma notícia, vai-se espalhando, não é?”

– *Donald*; 20 anos; género masculino; auto-identifica-se como homossexual, estudante universitário deslocado em Aveiro (Anexo 50)

Todas as histórias relatadas que tiveram repercussões mais alargadas envolvem o mesmo tipo de situação: imagens ou vídeos de uma rapariga a serem enviadas a um rapaz que, sem consentimento, as envia a outras pessoas. Apesar de um tão pequeno número de casos não demonstrar qual a prevalência desta configuração de eventos, permite pelo menos com a hipótese de que as histórias mais facilmente circuladas (com maior impacto social) são as que reproduzem os padrões de violência simbólica genderizada de rapazes sobre raparigas, o que se alinha com o que anteriormente já foi exposto sobre a forma como as imagens de raparigas circulam e operam enquanto capital social sexual (cf. Capítulo III.2).

A vingança é a explicação avançada, que enquadra o terminar de uma relação como uma violência praticada sobre o elemento masculino, passível de retaliação. Embora estes relatos identifiquem as pessoas responsáveis pelas partilhas indevidas como tendo feito algo condenável, o uso de “vingança” dá ainda visibilidade social a essa mesma narrativa, sem que ela seja directamente contestada.

Alguns dos jovens participaram nessa mesma passagem de conteúdos, ou na sua visualização. Embora *Donald* tenha escolhido conscientemente não ver ou não procurar ver as imagens, *Miguel*, de Lisboa, recebeu uma mensagem (não solicitada) e mostrou-a à pessoa com quem estava no momento. Estes e outros episódios que os jovens relataram demonstram uma visão da privacidade alheia como algo que pode, sem grandes problemas, ser negociado na ausência dos originadores das mensagens. Os conteúdos recebidos ficam à disposição de quem os recebe, e a partilha por entre pessoas de um círculo limitado é encarado como normal, pelo vínculo existente entre quem mostra e a quem é mostrado. A surpresa que advém de perceber que “a pessoa [...] fazia esse tipo de coisas” mostra como a prática de *sexting* ainda posiciona quem o faz como estando ligado a um “tipo” específico, associado a práticas cuja moralidade se encontra ainda em questão, ou na zona limítrofe do aceitável. Ainda que vários dos

jovens tenham dito que, tanto quanto o sabem, a prática de *sexting* é generalizada, isso não é o mesmo que assumir que o *sexting* é visto de forma normalizada em geral.

Em outras situações, ver as imagens era uma actividade que, à semelhança da pornografia em *sites* da especialidade, reunia amigos e colegas. Se o envio de *sexts* parece estar ainda pouco normalizado, o mesmo não se pode dizer de ver imagens sexuais partilhadas sem consentimento da pessoa envolvida. O caso que *Íris* é deste género: “Acho qu’era a minha turma toda a ver, no portátil. Aquilo era assim, corria as turmas todas...”. Através destes exercícios de visualização em conjunto, procura-se fazer uma governação das subjectividades disponíveis e de quais os comportamentos que deverão ser nelas reflectidos. Isto gera uma dupla tensão: existe uma grande preocupação com a naturalidade das saudades e do desejo em contexto relacional que justificariam a prática de *sexting*, mas também pressupostos sobre o estatuto especial da expressão sexual como parte do domínio do casal, e em que aquilo que se passa em privado deverá lá ficar. A validação e articulação do *bullying* a partir da divulgação não-autorizada de *sexts* vem como punição aparente da quebra do silêncio estratégico construído em torno da ignorância voluntária – ‘toda a gente’ faz, mas quando tal se torna visível, existe alterização da pessoa identificada. Os pares são elementos fundamentais, já que tanto podem ser co-perpetradores, como coadjuvantes.

Como conta *Redgi*,

“Foi bué gozada, não é?... Eu própria gozei com ela. É aquelas coisas quando tu és jovem... Que é que vais fazer? Não vais defendê-la! ‘Tás com os teus amigos, pronto, vamos gozar com ela, pronto.”

Para ela, não existia nenhum outro caminho possível para além de assistir com os colegas a um vídeo de *sexting*, e poderia até existir um clima de desconforto durante este episódio, caso isso não fosse feito. Esta retórica da inevitabilidade é uma forma de, por um lado, elidir qualquer responsabilidade perante a situação e, por outro, denunciar a existência de pressão de pares. Esta pressão de pares normaliza a partilha de material privado, na medida em que a pessoa retratada é conhecida de quem faz a visualização, ou do círculo social e geográfico, o riso ou gozo que resultam vêm menos de uma situação de choque (como visto acima, com a visualização colectiva de pornografia), mas sim de uma avaliação estrita da exposição resultante.

A existência do material coloca as raparigas numa posição de objectos: para consumo mediático e avaliação segundo as normas vigentes sobre género e sexualidade. O desequilíbrio criado entre quem vê mas não é visto, cria uma relação de poder em que

o potencial de controlo e de avaliação está apenas do lado do grupo que se encontra em situação de privilégio. Recusar participar na situação de julgamento moral é antagonizar essa posição de privilégio e arriscar ser-se alvo também de julgamento. As acções posteriores de *bullying* não necessitam de ser feitas de forma concertada já que cada uma delas serve para reforçar discursivamente a pessoa que pratica o *bullying* enquanto pertencente ao grupo de privilégio naquele contexto. Tal como no caso em que *Miguel*, de Lisboa, mostrou a imagem que tinha recebido naquele momento, também esta partilha é vista como sendo uma actividade que não demonstra ser problemática.

Isto não quer dizer que, entre estes jovens, a partilha indevida de conteúdos não levante quaisquer críticas. Em vários momentos os jovens manifestaram-se contra a violação de privacidade envolvida, embora não sem ambiguidades.

“Também foi uma manobra, muito muito baixa. E há imensos *sites* desse género, de rapazes que depois querem vingar-se das namoradas. [...] É o mesmo que eu contar uma cusquice a alguém, essa pessoa ir contar a outra, pronto, aconteceu, acho que também não têm culpa, não é? [...] Acho que não devem ser responsabilizados...”

– *Íris*; 18 anos; género feminino; lida como heterossexual; deslocada a viver e estudar em Lisboa, no ensino superior (Anexo 40)

“Eu não sei muito bem os contornos da reacção das pessoas na escola, mas pelo que eu percebi, a maioria dos rapazes achou piada à situação, a maioria das raparigas... condenou o rapaz. [...] Pronto, acaba por ser mau para os dois, para a pessoa que partilha e para a pessoa que é partilhada.”

– *Ivo*; 18 anos; género masculino; lido como não-heterossexual; estudante universitário em Lisboa (Anexo 43)

“É que eu lembro-me que aquilo foi na altura do Inverno, pá, e está a chover e ela vinha cheia de roupa. Pá, e o pessoal dizia ‘Eia, ‘tás tão vestida hoje, o que é que se passa?’”

– *Redgi*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como *gay*; trabalhadora na área da restauração em Lisboa (Anexo 44)

“Eu acho que mesmo que tu acabes com essa pessoa, desligar e rejeitar isso tão completamente, em que tu queres é envergonhar, acho que é uma falta de noção.”

– *Subject A*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como bissexual; estudante universitária em Lisboa (Anexo 47)

Os julgamentos negativos contra quem partilha nem sempre existem e, pelo menos em alguns casos, estabelecem-se diferenças entre quem partilha em primeira instância e quem depois participa no repartilhar do conteúdo. *Íris* aborda essa questão, falando da partilha indevida de imagens privadas como algo de “extrema baixeza” mas tratando a posterior replicação dessa partilha como equivalente a “contar uma cusquice a alguém”. *Íris* aborda a questão do *sexting* e da partilha indevida a partir da perspectiva do duplo padrão sexual (“rapazes que querem vingar-se” e “há o garanhão e há... pronto, a [*baixa a voz*] puta”), e não é a única a fazê-lo. Porém, essa análise convive com a isenção de responsabilidade referida, semelhante à expressa por *Joana*, que

crítica a partilha indevida, mas refere a impossibilidade de controlar o material; mesmo tendo visto as imagens e portanto tendo uma ligação directa com a questão, diz que são “problemas deles” e que não tem que se “meter no assunto”.

O espaço moral criado pela relação íntima serve para determinar a responsabilidade do rapaz em preservar privadamente o que em privado foi feito, mas também para *conter* a responsabilidade de terceiros do lado de fora desse espaço. Cria-se um desligamento discursivo entre aquilo que é feito dentro desse espaço e o que é feito fora dele: quem está de fora pode posicionar-se mas isentar-se de acção directa e, quando os próprios materiais saem desse contexto, aquilo que com eles é feito perde a ligação com esse acto originário, permitindo participar na sua visualização ou inocentar quem faz partilhas consecutivas enquanto se condena a quebra de privacidade. O sujeito pode manter a superioridade discursiva que lhe fornece a posição de julgamento sobre a partilha indevida e, ao mesmo tempo, a liberdade de impunemente participar da dinâmica grupal de visionamento, partilha e avaliação da pessoa retratada. A própria *Joana* fala do repartilhar de fotografias como sendo “mil vezes pior que o bacano que tirou a foto” – o assunto apresenta-se então como complexo e sem uma resposta clara.

Por outro lado, *Subject A* prefere reforçar a forma como o alcance de uma partilha indevida pode ir para além do momento presente e operar tanto a um nível físico quanto psicológico. Neste aspecto, *Subject A* realça a forma como a agressão está dependente da participação das pessoas do resto do círculo social.

Tanto *Beatriz* como *Ivo* inserem alguma ambiguidade nas suas referências à pessoa que faz originalmente a partilha de conteúdo, demonstrando que nem mesmo a avaliação negativa sobre a quebra da intimidade é consensual (“uns achavam que era um herói”; “acaba por ser mau para os dois”). No caso de *Beatriz*, é estabelecida uma relação de equivalência entre o sofrimento (aqui com componente genderizada) entre quem tem a sua privacidade violada e a pessoa por detrás dessa violação de privacidade. *Ivo* relata a reacção de uma parte do grupo de pares que conhecia o rapaz que partilhou indevidamente conteúdos privados: a figura do herói surge enquadrada nos termos discutidos anteriormente (cf. Capítulo III.2), segundo os quais a aquisição de material que retrata uma rapariga é visto como uma conquista, um reforço de masculinidade que eleva o rapaz que o consegue fazer, pelo valor assim extraído.

Esta ambiguidade torna previsível a tomada de posição de alguns dos jovens entrevistados contra as próprias pessoas que são alvo de violação de privacidade.

Embora em menor número que as críticas a quem partilha este material, os olhares críticos também incidiram sobre as posturas de quem se fotografou ou filmou.

“Lembro-me que pensei assim um bocado, ‘Porque é que ela fez isto? Que estupidez enorme, estar a expor-se desta maneira, ao namorado, que ainda por cima já não namorava com ela!’. [...] Fiquei com um bocadinho de nojo daquilo que ela tinha feito, e fiquei com um bocadinho de pena dela, também, mas achei um bocado estúpida por ter feito aquilo. Acho que foi as três coisas. [...] Se calhar se eu tivesse também muito desesperada – nunca quero estar! – se calhar, também podia fazer a mesma coisa, é claro... Mas espero ter o estado de espírito suficiente para não o fazer.”

– *Íris*; 18 anos; género feminino; lida como heterossexual; deslocada a viver e estudar em Lisboa, no ensino superior (Anexo 40)

“Como é óbvio, tudo tem um risco. E nós sabemos que ‘tamos a correr esse risco e já aconteceu comigo, a pessoa em questão espalhar e ser um bocado desagradável.”

– *Miguel*, 17 anos, género masculino; identifica-se como homossexual; estudante que mora em Lisboa (Anexo 42)

“Tanto porque a rapariga partilhou, não é? Como o rapaz, colocou na internet. Mas sobretudo o rapaz, porque numa relação, há este tipo de intimidade... Quando há assim uma quebra deste tipo de confiança, o mais culpado é aquele que partilha, na internet.”

– *Donald*; 20 anos; género masculino; auto-identifica-se como homossexual, estudante universitário deslocado em Aveiro (Anexo 50)

A avaliação moral da situação que *Íris* faz remete para a própria base do que é uma sexualidade que não corresponde ao ideal moral do sujeito em controlo de si mesmo: o conceito mobilizador aqui é o do desespero, e de como potencia momentos de descontrolo, adjectivados de “estupidez” e que dão azo a “nojo” mas também a “pena”. O “nojo” simboliza um repúdio moral total, e do lado da pena encontra-se o elemento de superioridade moral que permite ao sujeito discursivo colocar-se em posição superior, tornando claro o envio de material próprio é de evitar tanto quanto possível.

A abordagem de *Miguel* aborda o risco, mas trata-o como inerente à situação. Esta abordagem convida a duas leituras: por um lado, o reconhecimento da incapacidade de controlar absolutamente material digital que é copiado para o equipamento de outra pessoa; por outro, existe uma normalização desse risco que elide todas as outras formas de responsabilização das várias pessoas envolvidas. Ou seja, a percepção do risco é feita de forma individualizada, focando-se naquilo que o sujeito pode ou não saber das possíveis implicações, e de como elas se traduzem na perda ou não de controlo pessoal sobre os conteúdos.

De forma sintética, *Donald* apresenta a forma como existe uma economia da responsabilidade, em que todos os envolvidos naquilo que é lido como um acto único têm parte da responsabilidade por esse mesmo acto. O que aqui se entende como “acto único” tem que ver com a confluência de dois momentos distintos num só: entende-se a

partilha de conteúdos indevidos e o acto de *sexting* em si como sendo apenas facetas diferentes de uma mesma acção. Isto é visível não apenas nestes testemunhos, mas também na forma como os próprios *media* tendem a cobrir o tema (cf. Capítulo III.2), tratando o risco de partilha indevida como um risco do *sexting*. Por essa lógica, e seguindo um modelo de *victim-blaming*, a pessoa que envia originalmente conteúdos de forma privada é parcialmente responsável pela violação de privacidade que terceiros cometem – porque não foi capaz de se abster de o fazer, não foi capaz de avaliar o grau de confiabilidade da pessoa para quem enviou os conteúdos, porque abdicou de ou violou a sua própria potência de governamentalidade. Esta responsabilização apenas superficialmente democrática, que não toma em conta os diferenciais de poder e de violência simbólica envolvidos, está também associada a uma obrigatoriedade quase contraditória: porque “apimenta”, o *sexting* “faz bem”, *id est*, funciona de forma sexualmente terapêutica, mas porque descontrola, ‘faz mal’.

Esta dupla convocatória implica da parte dos jovens que consigam (ou tentem) mobilizar conhecimentos de literacia mediática para então poder avaliar os riscos, os benefícios e depois estabelecer estratégias que lhes permitam criar o que percebem como sendo um equilíbrio entre essas várias tensões.

“É dizer: “Eu não quero, ponto final”, e ninguém tem que a obrigar a nada.”

– *Íris*; 18 anos; género feminino; lida como heterossexual; deslocada a viver e estudar em Lisboa, no ensino superior (Anexo 40)

“Ui!, quer dizer, a melhor maneira de evitar é não fazer!, sem dúvida...”

– *Beatriz*; 20 anos; género feminino; lida como heterossexual, estudante universitária em Lisboa (Anexo 41)

“Não faz sentido a pessoa viver limitada por todos os riscos ... quando decido partilhar, é com a consciência de que estou a correr esses riscos. [...] Se as pessoas partilharem uma com a outra, se alguma tiver más intenções, é uma espécie de chantagem, vá!...”

– *Ivo*; 18 anos; género masculino; lido como não-heterossexual; estudante universitário em Lisboa (Anexo 43)

“Hoje em dia, por exemplo, com, com estes telemóveis tu já nem precisas de tirar, guardar a foto; fazes um *print-screen*.”

– *Joana*; 19 anos; género feminino; lida como heterossexual; estudante universitária que vive em Lisboa com o namorado (Anexo 46)

“Eu não tenho *Snapchat*... Mas acho que é bastante desvantajoso também. Imagina, manda-se para o namorado, ou para uma namorada. Vês aquilo uns três segundos. Queres ver outra vez já não consegues, ‘eh, pá manda lá outra vez!’ [*risos*]”

– *Redgi*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como *gay*; trabalhadora na área da restauração em Lisboa (Anexo 44)

“Acho que as mensagens [de texto] são aquilo que tem um risco mínimo.”

– *Maria*; 20 anos; género feminino; lida como bissexual/não-monossexual; estudante universitária que vive com os pais, na margem Sul do Tejo (Anexo 45)

Em várias das citações anteriores ficou demonstrado como a ideia da confiança e da avaliação da mesma é fundamental, de acordo com estes jovens, quando se toma a decisão de partilhar ou não conteúdos íntimos. Ao mesmo tempo, os próprios dizem que mesmo essa confiança pode desaparecer ou ser mal investida. No entanto, existem outras formas de avaliar as várias situações. Uma destas formas tem que ver com um policiamento de si-mesmo que é fundido com questões de auto-estima e de afirmação corporal positiva. Diz *Subject A*:

“Então o que eu digo, acima de tudo, para te sentires segura, é pelo menos envia uma com a qual tu te sintas cem por cento confiante. Porque mesmo que exista essa eventualidade de fazer *leak*, não é uma coisa da qual tu te sintas *shamed upon*. Acho que primeiro tens que sentir-te confiante em relação ao teu corpo, para fazeres isso”.

Para além de operar enquanto critério para a decisão de envio, a segurança enquanto auto-confiança corporal serve também como critério para o *conteúdo* passível de ser incluído. Embora se pretenda cultivar aqui uma noção de que é importante desenvolver confiança perante o próprio corpo, uma outra implicação é a que resultaria numa auto-negação da possibilidade de fazer *sexting* por parte de qualquer pessoa que não tenha o nível de auto-estima requerido. Ademais, não existem aqui quaisquer considerações sobre a forma como a auto-estima deriva (também) de padrões socialmente vigentes e implementa-se, novamente, uma concentração ao nível do indivíduo (“tu tens que sentir-te”). Não só a responsabilização da auto-estima é focada no indivíduo, como também a meta-narrativa em torno da vergonha que advém da exposição indevida de material privado encontra a sua génese no indivíduo. De acordo com esta visão, um corpo que não provoque vergonha à pessoa é um corpo que será mais dificilmente mobilizado por desconhecidos para vitimizar a pessoa. De lado fica o valor que pode ser investido nessas imagens por si mesmas, e como a sua mera existência abre a porta à legitimação de valorações morais sobre a pessoa representada, independentemente da aparência da mesma, ou de como esta se sente com a aparência.

Aquela que é a mais evidente medida prescritiva para estes jovens, mas não necessariamente a mais usada, é a abstenção total da actividade, complementada com a articulação clara da indisponibilidade de participar em tais actividades. Para vários dos jovens, não fazer *sexting* é a única forma de garantir que imagens próprias, privadas, não são disseminadas pela internet. Apesar de esta postura ser partilhada pelos vários jovens, nenhum parece fazer uma análise mais técnica e aprofundada ao problema. Remetendo a responsabilidade para o utilizador das tecnologias, este conselho pressupõe que é possível controlar perfeitamente a tecnologia que se usa – nesse

sentido, não fazer *sexting* não é apenas *mais* seguro, é antes *perfeitamente* seguro. Não só isto continua a alimentar a narrativa que coloca a vítima da partilha indevida como parcialmente responsável por aquilo que lhe é feito, como ignora que existem várias outras técnicas que podem ser utilizadas para obter, sem interferência do utilizador, imagens privadas (e.g.: *spyware* dedicado a activar as webcams ou objectivas de portáteis ou de *smartphones*). Assim, a ênfase na responsabilização subjectiva desautoriza, *a priori*, uma reflexão mais aprofundada sobre o papel da tecnologia e sobre as múltiplas facetas que a noção de privacidade pode assumir num contexto multimediático e conectado, e secundariza o papel da pessoa que decide, num dado momento, apropriar-se de conteúdos privados e de os disseminar.

Ivo, por outro lado, tem uma posição negativa sobre essa exclusão total da prática – não porque identifique fontes de risco mesmo para quem não o faz, uma vez que a postura que aqui apresenta continua a suportar a ideia de que a ausência total de risco existe. *Ivo* efectua um cálculo funcionalista que pretende criar um equilíbrio entre a gestão de risco necessária para evitar uma exposição excessiva e a “consciência de que [está] a correr esses riscos”. Assim, para *Ivo* e outros jovens, saber dos riscos já é uma forma de exercer algum controlo sobre a situação e ser capaz de tomar decisões de forma mais ponderada, mesmo que não se concretize, na resposta, a natureza dos riscos. O elemento usado para a medição é o conforto sentido em cada momento – capacitando o próprio sujeito discursivo no processo de avaliação das suas circunstâncias pessoais. Uma outra forma de gestão, que se alimenta do aspecto frequentemente bilateral do envio de *sexts*, é o uso do material enviado pela outra pessoa como sistema de garantia – o oposto de um modelo baseado na confiança, operando via “chantagem”.

Joana, *Redgi* e *Maria* abordam aspectos mais técnicos do *sexting*, encontrando nessa faceta formas que consideram mais seguras de fazer *sexting*, mas também outras formas de contornar as medidas de segurança existentes, de forma a contrariar a sensação de segurança que delas pudesse advir. Uma das estratégias que alguns dos jovens disseram usar foi a aplicação *Snapchat* – que permite o envio de fotografias, texto ou pequenos vídeos, mas sem forma de os mesmos serem guardados, apagando-se automaticamente depois da sua visualização. *Redgi* não tem experiência de usar a aplicação, mas explicaram-lhe já como funciona (mostrando portanto que os grupos de pares também contribuem para a passagem de recursos e informação sobre literacia mediática ou outras); ao mesmo tempo, aquilo que funciona como a mais-valia da

aplicação (a efemeridade dos conteúdos) é, para *Redgi*, um problema adicional, na medida em que existe um interesse em revisitado o material enviado, o que obrigaria a um aumento exponencial do número de envios necessários. *Joana* defende também que a segurança total não existe e aponta uma falha nos sistemas de mensagens efémeras: em contexto digital, visualizar a imagem é também ter os meios de a reproduzir e basta um “*print-screen*” para que o receptor possa de imediato ficar com uma réplica.

Já para *Maria*, as mensagens de texto são inerentemente menos expositivas e menos potenciadoras de violação de privacidade, pelo simples facto de serem texto e por ser mais complexo, alegadamente, determinar se as ditas mensagens são realmente escritas por uma determinada pessoa, em caso de quebra de privacidade. Assim, encontra-se reforçada a ligação entre *media* mais recentes e considerados mais realistas e os seus supostos efeitos ou consequências mais directas, bem como a noção de que as imagens têm mais poder ou mais valor mediático.

O cuidado com as imagens tende a ser maior, embora não necessariamente mais tecnicamente estruturado. Por exemplo, diz *Subject A* que “[manda] por *email*, e [apaga] todas as cópias depois de enviado. Portanto, a única cópia presente, tanto no computador como via *online*, fica da outra parte”. Aqui, a ideia de confiança é central, na medida em que é “a outra parte” que fica com a única cópia disponível. Ao mesmo tempo, nenhuma destas precauções impede a invasão da conta de *email* da outra pessoa, ou mesmo do computador por várias formas de *malware*.

Foi referida várias vezes a falta de conhecimento sobre como evitar uma situação de partilha indevida de conteúdos, no caso de se fazer *sexting*, o que denota que existe uma percepção sobre as formas como o *sexting* pode eventualmente ser transformado em partilha indevida de material privado; essa percepção não é acompanhada, pelo menos nestes casos, de informação aprofundada sobre o tema, nem sobre diferentes plataformas, potencialidades e limitações de cada uma delas. Embora seja verdade que estão presentes nestas entrevistas vários desses pontos, não parece existir um *corpus* de conhecimento mais ou menos generalizado sobre diferentes aspectos relacionados com privacidade e que ultrapassem o âmbito da responsabilidade pessoal directa. Como referido (cf. Capítulo III.2), uma boa parte do material de sensibilização que existe a nível europeu e mundial foca-se especificamente em questões alarmistas, tentando fundir *sexting* e partilha indevida de conteúdos num mesmo elemento. Como parece evidente pelos excertos acima, o desconhecimento dos

riscos – algo em que as iniciativas como *Think B4 U Post* apostam fortemente – é o menor dos problemas, e é uma abordagem que não dá conta das motivações dos jovens nem das próprias posições que estes têm face aos conselhos que recebem.

Nos casos em que se pede aos jovens para sugerir possíveis respostas *post facto* a uma partilha indevida, vários referiram a chantagem com material que pudessem possuir, mas também a tentativa de falar com a pessoa que fez a partilha indevida, para tentar esclarecer a situação. Esta abordagem negocial tem como fundamento o estabelecer da relação original que motivou o envio do *sex* como base de trabalho para, depois, procurar diminuir quaisquer efeitos negativos de uma partilha indevida (diz *Redgi*: “Não, teria de conversar com ela, e depois de saber o porquê, e sabendo as reacções, aí eu ponderava fazer alguma coisa ou não”; *Ivo* passou por uma situação semelhante que resolveu dessa forma, também).

Existiram outros contextos de envio de material sexual ou erótico pela internet que nada tiveram que ver com relações de intimidade.

“[...] não foram imagens explícitas, foram imagens mais... eróticas, do género, peçoço... isso já fiz [...] fora do contexto de relação.”

– *Subject A*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como bissexual; estudante universitária em Lisboa (Anexo 47)

“Olha, porque era ingénua, na altura. [riso] Ainda não sabia nada da vida. Mandei porque fui parva. Eh pá, era para rapazes, os rapazes naquela ‘ah, manda lá, manda lá’. E eu, olha, mandei. [...] Sim, às vezes era aquela coisa da *web[cam]*, ‘tás a ver?... ‘Ai, mostra-me as mamas que eu mostro-te o pau’ e às vezes faziam vídeos... Eram as coisas básicas dos adolescentes... Mas eu cá. Fui uma adolescente básica e típica que fez isso [riso]. [...] Nunca falava assim com raparigas, e os rapazes metiam logo conversa, percebes, tu mal entravas numa sessão, os gajos iam logo p’ a cima de ti. [...] ‘Ai queres ver as minhas mamas? Tá bem, eu mostro as mamas.’ Oh pá, não tinha nada a perder, não tinha nada para fazer, percebes? Não era uma coisa que eu quisesse ver muito, pilas, mas pronto, olha... [riso]”

– *Redgi*; 20 anos; género feminino; auto-identifica-se como *gay*; trabalhadora na área da restauração em Lisboa (Anexo 44)

“[...] sei de imensos casos de que acontece assim, de algum rapaz forçar-se um bocadinho mais e de as raparigas não falarem com os pais, sobre isso.”

– *Maria*; 20 anos; género feminino; lida como bissexual/não-monossexual; estudante universitária que vive com os pais, na margem Sul do Tejo (Anexo 45)

“Eu, houve uma altura no Facebook, que me adicionaram a um grupo, que tu punhas lá uma foto, tua, ‘cem *likes*; dêem-me *likes* e eu vou-vos pôr *likes*’, coisas assim. Eh pá, e aquilo era um conteúdo completamente sexualmente explícito. ...que era as raparigas ‘ah, não sei quê, quero uns *likes* e a quem me puser *likes* eu vou à *webcam*’, e coisas assim. E eu denunciei a página... E por duas vezes o Facebook me respondeu que a minha queixa não estava fundamentada!”

– *Joana*; 19 anos; género feminino; lida como heterossexual; estudante universitária que vive em Lisboa com o namorado (Anexo 46)

A citação de *Subject A* exemplifica a confluência entre todas as quatro práticas em estudo. *Subject A* cria uma distinção entre o tipo de material enviado para quem está numa relação íntima e para quem não está. O elemento linguístico usado para fazer a diferenciação é o do erotismo, remetendo assim a diferença entre o pornográfico e o erótico para o conteúdo em si (explícito *versus* implícito, evidente *versus* subentendido). O erótico, ao ser entendido como implicitação, implica uma menor exposição, e é então visto como mais seguro ou menos íntimo. Este último aspecto mostra bem o quão contestados os entendimentos destes termos são, já que o erótico também se encontra frequentemente associado ao inverso disso mesmo: ao sublime, ao mais íntimo, ao menos básico e menos degradante (cf. Capítulo II.2).

Já as experiências de *Redgi* a levam a investir muito mais a questão de género e de idade. Apresentando o seu próprio comportamento como básico, típico, parvo ou ingénuo, *Redgi* distancia-se dele ao associá-lo com a idade que tinha na altura, e generalizando esse comportamento aos “adolescentes” em geral. Se os rapazes são, regra geral, socializados de acordo com a noção de que têm que ser o elemento iniciador ou activo dentro de um contexto sexual (e, como explorado acima, estes jovens mostram validar até certo ponto a visão dos rapazes como mais sexuais ou mais necessitados), e as raparigas não, então era mais comum e fácil para *Redgi* atrair a atenção de rapazes. Isto não se traduziu, no caso dela, em agir de forma a quebrar essa injunção social – a própria diz “eu nunca falava assim com raparigas”. *Redgi* replicava o problema, sendo rapariga e não tendo, perante outras raparigas, essa mesma abordagem. Para *Redgi*, a sua orientação sexual não era, ainda, evidente para si mesma; ainda que pudesse não estar eroticamente investida na situação, parte da motivação parece estar ligada à menor resistência a cumprir os padrões de género vigentes (em que a rapariga se encontra na posição de responder às solicitações que lhe são feitas e a aceitar o que lhe é dado), num contexto pessoal e social em que *Redgi* sentia que “não tinha nada a perder, não tinha nada para fazer”. *Redgi* afirma ter noção dos riscos que corria na altura (enquadrando-se então como sujeito informado, capacitado e educado), mas desvalorizando a situação, tratando aquilo que fazia como pouco ou nada importante – e, ainda assim, como um jogo de trocas que estava desequilibrado contra ela (já que ela obtia o que não desejava, e dava o que era desejado) mas que fazia sentido dentro da lógica da exploração corporal e sexual ligada à adolescência enquanto fase desenvolvimentista. A sua ênfase no *ennui* sentido reforça a distância que *Redgi* procura colocar entre as suas acções e

aquilo que faria agora, sendo este ‘agora’ um presente discursivo pleno de maior maturidade, auto-governamentalidade, auto-controlo.

Maria aborda outra dinâmica, ligada à recepção não-solicitada de *sexts*, como assédio. Neste caso, comum pela percepção de *Maria*, a solução mais comumente adoptada passa por tentar ignorar as mensagens. Este tipo de contactos vem tanto de pessoas que fazem parte do círculo de conhecimentos alargado, como de desconhecidos. De acordo com o que *Maria* e outros jovens relatam, a prática de bloquear tecnologicamente os contactos – possível em redes sociais e também em *smartphones* – não surge como uma resposta possível, e notam-se outros problemas em conseguir obter recursos para lidar com a questão. O clima de culpabilização e a retórica que existe em torno do *sexting* parece tornar mais complicado recorrer a figuras de autoridade para denunciar a situação, por receio de que a pessoa vitimizada se torne parcialmente responsável pelo sucedido – algo que tanto a posição de vários jovens como o material recolhido em outros estudos parece tornar plausível. Este tipo de clima social torna-se propiciatório para amplificar o discurso de auto-gestão e de individualização da responsabilidade, na medida em que quebra outros possíveis recursos sociais.

A falta de respostas diversas sobre como se poderia lidar com uma situação de *sexting* cujos contornos são abusivos (envio não solicitado) ou que se transforma em partilha indevida de material aponta para uma falta de preparação para lidar com este tipo de situações de maneira multifacetada. Desta forma, e como em outros exemplos, as tensões e sistemas disciplinares em torno da sexualidade, da juventude e da adolescência promovem silêncios específicos no diálogo entre jovens e familiares ou outras figuras de autoridade, pelas dificuldades existentes em validar directamente as expressões de sexualidade e de intimidade dos jovens, nos seus próprios termos, de acordo com as suas próprias expectativas e perspectivas. Também os modelos prescritivos institucionais participam desse silêncio, através da sua advocacia explícita: há um trabalho de *prevenção* do *sexting* ao invés da prevenção da violação da privacidade ou da prevenção da partilha indevida de conteúdos privados.

No geral, então, é possível compreender que o *sexting* está associado a vários tipos de práticas e contextos diferentes, cada um com características próprias, e que existe um grande cruzamento – tanto nas experiências relatadas como nas construções discursivas dos jovens – entre as práticas de *sexting* e a partilha indevida de informação pessoal, bem como com o uso de novos *media* como forma de assediar ou perseguir (de

forma frequentemente genderizada) uma dada pessoa. Por outro lado, os jovens, independentemente de praticarem ou não *sexting*, estão familiarizados com os riscos associados, embora nem sempre consigam demonstrar coerentemente a posse de literacia mediática que os próprios sintam ser a suficiente. Para além de permitir aos jovens uma *praxis* da sua sexualidade, um reforço das suas construções identitárias e da sua autonomia interpessoal, o *sexting* permite de forma muito directa a participação em actividades de grupo que estão profundamente investidas de dinâmicas de poder e governamentalidade, tanto própria como alheia, servindo como um veículo de expressão privilegiado para diferentes visões sobre género, idade e sexualidades.

CONCLUSÕES

A partir de uma análise dos processos de construção de vários tipos de juventude, de identidades múltiplas e de significados vários de sexo, sexualidade e o papel desta na sociedade contemporânea, este trabalho estabeleceu as principais linhas de força para analisar e meta-analisar quatro grandes usos sexualizados dos novos *media* – busca de informação sobre sexualidade e saúde sexual, participação cívica, consumo de pornografia e *sexting*.

Foi também feito um enquadramento cuidado do contexto nacional e histórico do estudo, de forma a ancorar a interpretação dos resultados nesse mesmo contexto, evitando assim confundir as práticas de um determinado momento com algum tipo de verdade sobre a sexualidade ou sobre a juventude. Adoptou-se uma postura de situacionismo metodológico que complementa a abordagem primariamente qualitativa levada a cabo neste estudo.

Através de contactos variados com organizações que trabalham de perto com jovens, procurou-se uma abordagem civicamente engajada, focada no cruzamento entre os direitos dos jovens e os direitos sexuais, na cidadania íntima como um eixo fundamental de qualquer consideração contemporânea ocidental sobre cidadania, reconhecendo ao mesmo tempo a natureza (construída como) sensível deste mesmo tópico, bem como todas as ansiedades e questões político-legais que levanta.

Tanto o enquadramento teórico como metodológico se socorreram centralmente do trabalho e investigação de Michel Foucault, mas também tentando articular com a Sociologia, os Estudos Culturais, os Estudos da Criança, o Feminismo, a Teoria *Queer*, o Pós-estruturalismo e também a História ou Literatura. Prestou-se especial cuidado em dar conta de quais os pressupostos teoricamente construídos dentro de boa parte das investigações em torno destes temas, procurando não incorrer nos mesmos erros. Ao mesmo tempo, e com base nisso, procurou-se aqui também fazer avançar a compreensão sobre os vários significados de conceitos tão centrais para a constituição da *polis* ocidental contemporânea como “pornografia”, na medida em que é, como conceito, frequentemente utilizado para simbolizar uma força indefinida que estabelece a ponte entre um sistema positivista naturalizado de pulsões fundamentais, e um modelo de representação mediática.

Algumas das dificuldades sentidas ao longo da realização deste estudo sustentam a asserção de que a sexualidade continua a desempenhar um papel fundamental (e fundamentalmente perturbante) na forma como indivíduos e organizações se organizam e mobilizam – tanto de forma discursiva como não-discursiva. A falta de diálogo, falta de participação ou, em alguns casos, o desconhecimento ou falta de prática sobre como participar de outras formas, de como articular diferentes discursos (o activista, o académico, o pessoal, entre outros) são ainda manifestações da forma como o discurso em torno deste assunto foi, na história recente portuguesa, micro-gerido e fortemente desencorajado, a não ser nos seus mais restritos termos, a não ser em favor da reprodução do modelo normativo heterossexista patriarcal monogâmico.

Ainda assim, e mantendo-se todas as reservas adequadas a um estudo que não é nem pretende ser representativo dos jovens portugueses, procurou-se criar, no cruzamento das quatro actividades referidas, uma visão mais alargada sobre a forma como os *media* se encontram presentes na vida destes jovens e, a partir dos seus testemunhos, procurar entender que discursos saturam as suas vidas e os ajudam a criar sentido das suas experiências. Procurando prestar especial atenção a pólos particularmente relevantes para a agregação de sentido – a idade, o género e a orientação sexual (lida ou auto-reportada) – a presente Tese atendeu, sempre que possível, à forma como diferentes posições de sujeito (e portanto diferentes posições de poder-saber) são geridas, criadas, transformadas, tornadas inteligíveis, sem nunca perder de vista o trabalho complementar necessário para procurar entender por onde circula a ininteligibilidade.

Na *busca de informação sobre sexualidade e saúde sexual na internet*, foi primeiro visto como a prática se encontra generalizada por entre os jovens que responderam ao inquérito por questionário. Depois foi analisada a forma como a percepção que os jovens têm da existência de défices informativos nas suas experiências familiares, na confiabilidade de diferentes fontes, e nos tipos de saberes que os interessam são tudo factores que contribuem para mediar a relação entre os jovens e a internet. Mesmo numa actividade que replica tantos aspectos da experiência normativa de um jovem – a busca de conhecimento, o investimento na aquisição de maiores competências cognitivas – também o papel estigmatizado do sexo se fez sentir, tanto junto de jovens não-heterossexuais que não encontram na sua educação formal ou informal aquilo de que sentem necessitar para cumprir e construir as suas

subjectividades, como junto daqueles que buscavam conhecimentos para lá da informação médico-legal de cunho positivista. Os jovens interessam-se por várias componentes em torno da sexualidade e educação sexual, e de várias formas diferentes, e os modelos de educação sexual (tanto a nível escolar como familiar) parecem estar aquém dessas necessidades sentidas. O recurso à internet é feito por entre um clima de medo e desinformação, mas também num contexto de constante responsabilização pessoal e de tentativas para que cada jovem se consiga provar como competente, perante si mesmo e perante outros. Aquilo que os jovens entendem como informação extravasa o sentido que normalmente se dá à palavra: de fóruns a pornografia, passando por páginas institucionais criadas para o efeito, a internet permite que os jovens construam uma manta de retalhos de diferentes discursos. Apesar da centralidade e relevância do discurso médico e científico sobre sexo e a sexualidade, existem também posturas de resistência a esta hegemonia conceptual. E se as diferenças de género nos padrões de resposta nos mostram uma vertente da diferença que estes recursos fazem para rapazes e raparigas, a forma como os jovens lidos como não-heterossexuais falam das suas experiências próprias são reveladoras de profundas desigualdades sociais no acesso a direitos básicos em torno da informação sobre sexualidade e saúde sexual.

A *participação cívica online* foi, por entre os jovens que responderam ao questionário, o tipo de actividade menos praticado. Também nas entrevistas, quer ao nível do conteúdo, quer ao nível do discurso, a maior parte dos jovens mostrou pouco investimento em acções mais directas. Além disso, tanto entre pessoas participavam civicamente, como entre as que não o faziam, foi possível identificar em alguns casos uma associação negativa à ideia de activismo em si mesmo. A internet foi identificada como um elemento importante e paradigmaticamente diferente no que toca aos contactos que permite estabelecer, mas a maioria dos jovens tende a aglutinar o que se produz em contexto de participação cívica com a informação que procuram quotidianamente, assumindo uma postura de consumo de material, ao invés de produção. Nos casos em que existiu de facto um historial de participação cívica, foi clara a ligação entre a componente *online* e presencial, com esta última a ser enquadrada como mais útil, mais impactante ou simplesmente diferente nos recursos que fornece. Aqui novamente a orientação sexual se mostra como uma variável fundamental, com os jovens que mais dizem necessitar do apoio que a participação cívica dá (jovens não-heterossexuais, que enfrentam problemas de homofobia, discriminação e outros

desafios, mesmo com a família e com os pares) a serem enquadrados como os mais responsáveis por fornecer esses mesmos recursos, apagando ou secundarizando as possibilidades de intervenção cívica e política de quem não se encontra em posição subalternizada. É esta exigência acrescida sobre grupos discriminados, para além da discriminação em si, que faz com que os jovens também manifestem, em alguns casos, sentimentos de exaustão ou de saturação, e que se somam às suas obrigações escolares ou profissionais e a receios de exposição indevida derivada do activismo, que acabam por resultar, várias vezes, num afastamento de formas mais estruturadas de activismo. Ainda assim, a existência de formas variadas de subactivismo parece ser uma constante nas interações sociais de vários destes jovens, em particular nas redes sociais em que estão inseridos, mesmo que os próprios não vejam este tipo de actividade como estando dentro do conceito de activismo. Existe aqui uma questão de literacia sobre o que se entende por activismo, e diferentes visões sobre essa

O *consumo de material pornográfico* foi, ao contrário da anterior, uma das actividades mais auto-relatadas pelos jovens. Aqui, as diferenças encontradas apontam directamente para as diferentes dinâmicas que estão associadas a esta actividade – desde o acesso não-intencional, até ao seu consumo em contexto de relações, passando pelas actividades de grupo que não têm que ver necessariamente com a estimulação sexual. Também aqui se encontram vários cruzamentos entre ver pornografia e outras actividades contempladas no estudo, mostrando como definir pornografia pela intenção subjacente é conceptualmente limitado, assim como o é definir exclusivamente através do conteúdo. A pornografia também é usada como forma de violência simbólica, testando limites e níveis de conformidade com as expectativas sociais existentes sobre o que deve ser uma boa subjectividade sexual. Os jovens deste estudo usam também a pornografia como modo de aprender conhecimentos que, de outra forma, sentem não lhes estar acessíveis, e que têm que ver com o corpo, o prazer e a exploração de diferentes práticas sexuais. Estas práticas sexuais são, para alguns, identitariamente constitutivas do seu agenciamento sexual – a pornografia serve também para contrariar estereótipos sociais sobre o que é aceitável ou não, e para validar a existência de identidades não-normativas, onde se incluem os jovens não-heterossexuais. O desejo e a masturbação, porém, não desaparecem: a satisfação sexual trazida pela pornografia é, para alguns dos jovens, um aspecto importante, e a pornografia é enquadrada como uma resposta a uma necessidade fisiológica (frequentemente com contornos genderizados).

Ao mesmo tempo que existe uma percepção do consumo de pornografia como sendo algo universal e transversal, não deixa de existir estigma associado a esse consumo, em alguns contextos, assim como uma necessidade de demonstrar as competências necessárias para lidar com a exposição a esse mesmo material. Material esse que, de resto, não é linear – jovens diferentes mostraram preferências específicas, não apenas no tipo de actos representados, mas na própria forma de representação, no *medium* escolhido, na qualidade técnica ou estilística do material; alguns tratam o consumo de material pornográfico como uma actividade específica, a disfrutar por si mesma, e não apenas como meio de atingir algum outro objectivo (seja masturbação, seja aprendizagem de técnicas sexuais ou outros). Mesmo na ausência de uma visão que incorpore referências culturais a movimentos como a pós-pornografia, estes jovens têm um entendimento plural do que é a pornografia, e um discurso que revela essas várias abordagens.

O *sexting* tem níveis relativamente baixos de envolvimento, de acordo com as respostas dadas pelos jovens. Aqui, tal como no caso da pornografia, os contextos em que o *sexting* ocorre alteram grandemente as atitudes e as respostas que os jovens apresentam. Uma parte relevante das respostas dos jovens enquadra a prática de *sexting* no contexto de uma relação amorosa, como algo que ajuda a manter a ligação (sexual e emocional) com a outra pessoa. Porém, as entrevistas mostram também como a questão da privacidade (indubitavelmente também relevante nos outros casos, e ligada à questão do medo) está muito associada ao *sexting*. A partilha indevida de conteúdo privado (imagens, vídeos ou textos sexualmente explícitos) é uma das principais preocupações dos jovens, e uma das razões apontadas por quem não o faz. Os jovens mostram-se claramente conscientes dos riscos, especialmente na medida em que conhecem situações – através dos *media* ou, frequentemente também, através de amigos ou colegas – em que essa partilha indevida ocorreu, por vezes com consequências extremamente danosas para a pessoa cuja privacidade foi violada, já que é algo que ocorre frequentemente num cenário descrito como “vingança”. A componente de género destaca-se aqui claramente, com jovens raparigas a serem particularmente vitimizadas e responsabilizadas por isso mesmo. Porém, isso não quer dizer que se sintam capacitados a lidar com o problema de forma adequada, e dadas as condições de desconfiança e pânico mediático e moral em torno do tema, recorrer a autoridades ou a adultos parece ser uma opção de último recurso e não de primeiro. Além do mais, e a partir dos relatos dos jovens, a percepção

da existência de riscos (de partilha indevida, e não do *sexting* em si) não tem sido acompanhada de um discurso público que ofereça outras soluções para além da abstenção total do acto. Na medida em que vários dos jovens integram o *sexting* como uma dinâmica importante das suas relações pessoais, vários escolhem assumir esse risco e procurar formas mais indirectas e enquadradas em dinâmicas interpessoais para tentar evitar que o *sexting* se transforme em partilha indevida. É importante notar, ao mesmo tempo, que o *sexting* é talvez onde surge a maior discrepância interna entre as percepções que os jovens têm sobre o quão comum a prática é, quando comparado com a quantidade de jovens que relataram tê-lo feito durante os últimos 12 meses. Esta discrepância pode explicar-se em parte pelo pânico mediático criado em torno da situação, e pela forma como este tende a não reconhecer aos jovens o seu agenciamento sexual

Na medida em que a presente investigação se debruça de forma central sobre conceitos foucauldianos que encaram os novos *media* como tecnologias do *self*, é importante também reflectir sobre a componente identitária e de governamentalidade envolvida.

Os jovens mobilizam os novos *media* de formas que, simultaneamente, contestam e reforçam dinâmicas de poder macrossociais. Para os jovens, os *media* (e os novos *media* em particular) operam enquanto tecnologias do *self* – através deles, os jovens mostram de várias formas que participam activamente na sua construção identitária, estendendo a lógica do dispositivo de sexualidade às operações *online*. A busca de informação, activismo, pornografia e *sexting* funcionam, em parte, como (novos) sistemas de verificação sexual, que permitem aos próprios jovens arbitrar entre o que é sexualmente normal ou não, aceitável ou não, doentio ou saudável, bem como aquilo que é ou não adequado a esta ou aquela faixa etária, de acordo com uma visão desenvolvimentista e biologizante dos corpos e das sexualidades.

Os jovens não são simplesmente receptáculos de pressupostos sociais e de padrões herdados: participam activamente, e de diversas maneiras, na produção e reprodução de efeitos de poder. O seu trabalho moral sobre si mesmos, na busca de atingir uma subjectividade (sexual) moralmente aceitável tendo em vista o objectivo de viver de acordo com a verdade – tida como imanente – da sua própria sexualidade, implica um trabalho constante de auto-governamentalidade. Esta, ao remeter para

valores partilhados e para máximas normativas sobre o que é ou não próprio, implica julgamentos de valor universalizantes. No entanto, e justamente como parte de uma subjectividade sexual contemporânea e jovem, ser-se visto como liberal, aceitador da diferença e descomplexado é algo investido positivamente. Assim, essa mesma governamentalidade, sobre o *self* e sobre os outros, é exercida no meio desta tensão contraditória entre a interdição da crítica e a injunção ao auto-controlo, ao exercício de poder sobre si, a um controlo microfísico e disciplinar sobre corpos, prazeres e identidades.

Ao mesmo tempo, porém, os jovens também empregam uma série de estratégias de resistência. Essa resistência passa por reclamar, discursivamente e corporalmente, lugares de detentores de saberes, bem como procurar romper a hegemonia do conhecimento tecno-científico e médico sobre sexualidades, validando outras epistemologias a par destas – tal como é o caso dos saberes vivenciais do dia-a-dia, e também o caso dos jovens que conseguem (embora numa perspectiva identitária e essencialista) juntar recursos para combater o heterossexismo que os rodeia a nível pessoal, social, familiar e escolar. Alguns destes jovens, em especial aqueles que são socialmente colocados numa posição mais alterizada, conseguiram utilizar a internet e as novas tecnologias para garantir recursos que, de outra forma, seriam muito mais difíceis de obter, e também investiram o seu tempo em acrescentar a esses recursos. Ademais, embora as dinâmicas de género que são reproduzidas em alguns dos seus comentários e reflexões sigam ainda pressupostos patriarcais, essas dinâmicas coexistem com referências claras e explícitas a fenómenos sociológicos como o duplo padrão sexual, e com contra-argumentação perante esses sistemas de desigualdade. Este estudo demonstra, assim, que os jovens não têm apenas uma voz, mas uma pluralidade de vozes, uma variedade de abordagens, preocupações, interesses e fragilidades – e que são participantes, nos seus termos mas também nos termos das dinâmicas sociais que os rodeiam, numa cultura (também) sexualizada, também pornografada, e infelizmente ainda pouco disponível para os aceitar como interlocutores políticos plenipotenciários.

Os jovens reflectiram, ao longo das suas entrevistas (e particularmente no fim, quando lhes foi pedido um comentário sobre isso) sobre o país em que vivem, sobre as condições de falta de acesso a informação e a elementos que consideram necessários, sobre como os jovens não são ouvidos, sobre como as famílias parecem ainda demitir-se de acompanhar as alterações físicas, emocionais e sexuais nas vidas dos jovens, sobre

como a escola oferece ainda muito pouco do que estes jovens gostariam de saber. Ao invés de vítimas exploradas ou determinadas por uma sociedade pornografizada em que tudo colabora opressivamente em seu redor para os obrigar a viver saturados em situações sexuais, vários destes jovens utilizam conteúdos sexuais em momentos que nada têm que ver com excitação sexual. E também sentem falta de poder falar de outras formas – de poder exercer a sua cidadania de formas que focam ainda mais o sexual (quicá, mesmo o pornográfico), mas em registos e modelos que se encontram em falta.

O título desta Tese foi escolhido como uma metáfora que procura englobar aquilo que aqui se explorou. Há uma cesura, um espaço, entre *corpos* e *ecrãs*. Os *corpos* representam não apenas as experiências corporalizadas dos jovens, mas também as suas identidades, as suas performatividades, as suas aspirações e experiências tal como elas são vistas enquanto parte de um complexo universo subjectivo; os *ecrãs* são as variadas plataformas tecnológicas que os jovens mobilizam e que mobilizam os jovens, com as quais os jovens trabalham e pelas quais se trabalham. O espaço entre estas coisas não é vazio, nulo – a metáfora aponta para tudo aquilo que habita em torno dos jovens e em torno das tecnologias, os discursos existentes sobre ambas as coisas, os significados postos a circular, apropriados, transformados e (re)produzidos pelos jovens, mas também os seus pares, as suas famílias, as várias instituições que os sujeitam e portanto subjectificam. A tecnologia não existe na ausência de tudo isso, nem estes jovens existem na ausência de tudo isso – e a relação entre ambos os elementos é, no fundo, o objecto central deste estudo; aquilo que aqui foi levantado foram os diferentes modos que essa relação pode assumir, e a forma como esses modos implicam relações de poder mutáveis, de reforço e resistência, de contradições e conjunções. Assim, a parte mais importante do título-metáfora não são nem os corpos nem os ecrãs (as duas pontas da dicotomia corpo-máquina), mas o *entre*: o *medium* visto não como um objecto ou série de objectos tecnológicos com características objectivas e efeitos lineares, mas sim como um campo múltiplo de possibilidades, de *potências*, dentro das quais existem jovens com acesso a tecnologias – do *self* e da informática.

Existe ainda muito por fazer. Na medida em que este estudo não é nem pretende ser representativo, as dúvidas que levanta sobre a acuidade de outros estudos e sobre a prevalência ou não de várias práticas (em particular, o consumo de pornografia e a prática de *sexting*) requerem mais atenção, e uma atenção mais focada nas culturas

sexuais infantis e juvenis em Portugal, fora do âmbito restrito da abordagem epidemiológica dos estudos sobre factores de risco, mas também fora do âmbito restrito dos efeitos dos *media*.

Este estudo não foi – nem pretendeu ser – capaz de capturar *todas* as formas de usos sexualizados dos novos *media*, e deixou de lado (na sua maioria) os usos sexualizados dos meios de comunicação de massas não-informáticos. Fenómenos – aludidos mas não explorados a fundo – como as redes sociais vocacionadas para encontros sexuais (especialmente as que têm como alvo demográfico as minorias sexuais) estão ainda seriamente sub-estudadas em Portugal⁷⁸; até a pornografia e o *sexting* parecem ainda não estar plenamente acreditados enquanto tópicos de pesquisa.

A amostra recolhida é também fonte de problemas: pequena, pouco diversa e etariamente circunscrita, pode apenas produzir resultados parciais, onde se torna difícil aplicar abordagens mais interseccionais e explorar as experiências de grupos não-representados, nomeadamente de pessoas trans, de diferentes grupos étnicos, e com diferentes orientações sexuais e relacionais. Alargar o estudo a pessoas mais jovens, apesar de poder trazer consigo algumas preocupações éticas e deontológicas, seria uma forma extremamente importante de compreender como é que jovens de diferentes idades negoceiam este tipo de questões, e também quais as dinâmicas entre pares, quando vistas da sua perspectiva. A componente quantitativa requeriria uma abordagem mais sistemática, com caracterização sociodemográfica mais detalhada, e idealmente com recurso a uma amostra estatisticamente representativa da população jovem portuguesa. A componente qualitativa requeriria uma muito maior diversidade de vozes, atendendo particularmente a identidade de género, estatuto socioeconómico e pertença étnica (dado o carácter maioritariamente Branco e de classe média das pessoas entrevistadas neste estudo).

Como contributo mais generalizado para a investigação na área das sexualidades, jovens e novos *media* e, mais até, para a área das Ciências Sociais, espera-se que este estudo possa servir como mais uma prova – se necessário for, ainda – da importância da orientação sexual em qualquer estudo enquanto marcador sociodemográfico básico, a par do género, da etnia e da idade, por exemplo. Longe de

⁷⁸ À altura da escrita desta frase, uma busca por “*Grindr*” no RCAAP retornava *zero* resultados; na editora SAGE, 30 resultados; na base b-On, 101 resultados. Nem na SAGE nem na b-On foi possível localizar artigos escritos por académicos portugueses.

se postular que essa variável teve o impacto registado porque o tema em questão trata de assuntos ligados com a sexualidade, o que se pretende aqui dizer é que as mudanças nos padrões de sociabilidade que advêm da pertença a grupos socialmente marginalizados são fundamentais para compreender as suas experiências, também (mas não só) no campo do uso dos *media*. Relegar esta variável apenas para os estudos que têm que ver especificamente com questões de sexualidade – ou com questões que têm que ver com sexualidades consideradas alternativas – é continuar a reificar a heterossexualidade como experiência-padrão, normalizada e pressuposta até prova em contrário.

O que assim se pretende demonstrar é que – dado o papel largamente reconhecido pela Sociologia e pela Teoria Crítica da sexualidade enquanto componente política contemporânea – um olhar científico e metodologicamente orientado que pretenda ser socioculturalmente e historicamente situado tem, obrigatoriamente, que levar em consideração as subjectividades sexuais dos indivíduos que estuda, sob risco de, não o fazendo, produzir uma versão irremediavelmente parcelar e deficitária dos fenómenos que pretende estudar.

O presente estudo mostra como as vozes dos vários jovens, envolvidos que estão – sujeitos que são – na/da construção da sua sexualidade, são fundamentais para compreender as tensões e contradições que tanto caracterizam a contemporaneidade multimediada, a sua instabilidade de lugares discursivos, e a forma como desejos, identidades, géneros, sexualidades e afins construções estão, afinal, constantemente em fluxo; como a heterossexualidade é produzida de formas semelhantes às não-heterossexualidades, de como um acto médico com consequências hormonais pode aproximar um jovem rapaz heterossexual de experiências e perspectivas de alteridade aqui só manifestadas por jovens não-heterossexuais. Aferir das culturas sexuais dos jovens portugueses, e aferir da forma como os *media* têm uma multiplicidade de papéis a desempenhar dentro delas, implica rejeitar dicotomias lineares de libertação/seguidismo, mas também implica rejeitar pressupostos naturalizados sobre o que é ser jovem, ser sexual, ou ter (um) sexo.

Entre Corpos e Ecrãs é assim, então, um passo para compreender as transformações em torno do dispositivo de sexualidade, e o impacto que o surgimento de novas narrativas de intimidade tem no modo como os sujeitos se constituem.

BIBLIOGRAFIA

- Aberdein, A. (2010). Strange Bedfellows. Em D. Monroe (Ed.), *Porn - Philosophy for Everyone* (pp. 22–34). Wiley-Blackwell. Obtido de <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/9781444324693.ch2/summary>
- Aboim, S. (2010). Homossexualidade e bissexualidade: práticas, atracção e orientação sexual. Em P. M. Ferreira & M. V. Cabral (Eds.), *Sexualidades em Portugal: comportamentos e riscos* (pp. 147–200). Lisboa: Bizâncio.
- Agamben, G. (2005). O que é um dispositivo? *outra travessia*, (5), 9–16.
- Aguiar, N. (2015, Abril 27). Rápidos no Norte, lentos no Sul: estatísticas sobre o consumo de pornografia em Portugal [Blogues Negócios]. Obtido de <http://blogs.xl.pt/massamonetaria/rapidos-no-norte-lentos-no-sul-estatisticas-sobre-o-consumo-de-pornografia-em-portugal/>
- Albury, K. (2009). Reading Porn Reparatively. *Sexualities*, 12(5), 647–653. <http://doi.org/10.1177/1363460709340373>
- Albury, K. (2014). Porn and sex education, porn as sex education. *Porn Studies*, 1(1–2), 172–181. <http://doi.org/10.1080/23268743.2013.863654>
- Albury, K., & Crawford, K. (2012). Sexting, consent and young people's ethics: Beyond Megan's Story. *Continuum*, 26(3), 463–473. <http://doi.org/10.1080/10304312.2012.665840>
- Albury, K., Funnell, N., & Noonan, E. (2010). The politics of sexting: young people, self-representation and citizenship. Em *Proceedings of the Australian and New Zealand Communication Association Conference: Media, Democracy and Change*. Old Parliament House. Obtido de <http://www.crr.unsw.edu.au/media/File/AlburyFunnellNoonan.pdf>
- Alderson, P., & Morrow, V. (2011). *The ethics of research with children and young people: a practical handbook*. Los Angeles, Calif.: SAGE Publications.
- Alexy, E. M., Burgess, A. W., & Prentky, R. A. (2009). Pornography Use as a Risk Marker for an Aggressive Pattern of Behavior Among Sexually Reactive Children and Adolescents. *Journal of the American Psychiatric Nurses Association*, 14(6), 442–453. <http://doi.org/10.1177/1078390308327137>
- Alferes, V. R. (1996). A pedagogização do sexo. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 1(30), 91–96.
- Almeida, A. N. de. (2011a). História da Vida Privada em Portugal - Introdução. Em J. Mattoso (Ed.), *História da Vida Privada em Portugal: Os Nossos Dias* (pp. 6–14). Maia: Temas e Debates.
- Almeida, A. N. de. (2011b). Os mundos da infância: olhares, espaços e personagens. Em J. Mattoso (Ed.), *História da Vida Privada em Portugal: Os Nossos Dias* (pp. 142–173). Maia: Temas e Debates.
- Álvares, C., Martins, I. R., & Cardoso, D. dos S. (2011). Argumentação numa esfera pública reticular: as vozes femininas online. *Comunicação & Informação*, 14(2), 47–65. <http://doi.org/10.5216/cei.v14i2.22444>
- Angelides, S. (2004). Feminism, Child Sexual Abuse, and the Erasure of Child Sexuality. *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, 10(2), 141–177.

- Angelides, S. (2013). «Technology, hormones, and stupidity»: The affective politics of teenage sexting. *Sexualities*, 16(5–6), 665–689. <http://doi.org/10.1177/1363460713487289>
- Annas, G. J., & Grodin, M. A. (Eds.). (1995). *The Nazi Doctors and the Nuremberg Code: Human Rights in Human Experimentation*. New York: Oxford University Press.
- Arend, S. M. F., Crescêncio, C. L., Kroeger, J. B., & Santos, R. C. dos. (2012). Sobre a conquista de direitos civis em Portugal: entrevista com Miguel Vale de Almeida. *Revista Estudos Feministas*, 20(2), 471–480. <http://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200007>
- Arnett, J. J. (2000). Emerging adulthood. A theory of development from the late teens through the twenties. *The American Psychologist*, 55(5), 469–480.
- Arribas-Ayllon, M., & Walkerdine, V. (2008). Foucauldian Discourse Analysis. Em C. Willig & W. Stainton Rogers (Eds.), *The SAGE Handbook of Qualitative Research in Psychology* (pp. 91–108). Los Angeles, California; London: SAGE Publications.
- Association for Progressive Communications, & Humanist Institute for Cooperation with Developing Countries. (2015). *Global Information Society Watch 2015: Sexual rights and the internet*. USA: APC; Hivos. Obtido de <https://www.giswatch.org/sites/default/files/gw2015-full-report.pdf>
- Attwood, F. (2002). Reading Porn: The Paradigm Shift in Pornography Research. *Sexualities*, 5(1), 91–105. <http://doi.org/10.1177/1363460702005001005>
- Attwood, F. (2006). Sexed Up: Theorizing the Sexualization of Culture. *Sexualities*, 9(1), 77–94. <http://doi.org/10.1177/1363460706053336>
- Attwood, F. (2009). Introduction: Porn Studies: From Social Problem to Cultural Practice. Em F. Attwood (Ed.), *Porn.Com: Making Sense of Online Pornography* (pp. 1–13). Oxford: Peter Lang Publishing.
- Attwood, F. (2010). Sexualization, sex and manners. *Sexualities*, 13(6), 742–745. <http://doi.org/10.1177/1363460710384553>
- Attwood, F. (2011). The Paradigm Shift: Pornography Research, Sexualization and Extreme Images. *Sociology Compass*, 5(1), 13–22. <http://doi.org/10.1111/j.1751-9020.2010.00356.x>
- Attwood, F. (2014). Immersion: ‘extreme’ texts, animated bodies and the media. *Media, Culture & Society*, 1–10. <http://doi.org/10.1177/0163443714544858>
- Attwood, F., Bale, C., & Barker, M. (2013). *The Sexualization Report*. Reino Unido: Wellcome Trust. Obtido de <http://thesexualizationreport.files.wordpress.com/2013/12/thesexualizationreport.pdf>
- Attwood, F., & Hunter, I. Q. (2009). Not Safe for Work? Teaching and Researching the Sexually Explicit. *Sexualities*, 12(5), 547–557. <http://doi.org/10.1177/1363460709340366>
- Attwood, F., & Smith, C. (2011). Investigating young people’s sexual cultures: an introduction. *Sex Education*, 11(3), 235–242. <http://doi.org/10.1080/14681811.2011.590040>

- Attwood, F., & Smith, C. (2014). Porn Studies: an introduction. *Porn Studies*, 1(1–2), 1–6. <http://doi.org/10.1080/23268743.2014.887308>
- Bahadur, N. (2013, Junho 17). «Porn Studies» Journal Comes Under Fire For Assumed Pro-Porn Stance, Lack Of Critical Debate. *The Huffington Post*. Obtido de http://www.huffingtonpost.com/2013/06/17/porn-studies-journal_n_3454328.html
- Bailey, J., & Hanna, M. (2011). The Gendered Dimensions of Sexting: Assessing the Applicability of Canada’s Child Pornography Provision. *Canadian Journal of Women and the Law*, 23(2), 405–441.
- Baird, B. (2013). National virtue and the «media sexualisation of children» discourse in Australia. *Sexualities*, 16(5–6), 651–664. <http://doi.org/10.1177/1363460713487290>
- Bakardjieva, M. (2009). Subactivism: Lifeworld and Politics in the Age of the Internet. *The Information Society*, 25(2), 91–104. <http://doi.org/10.1080/01972240802701627>
- Bamberg, M. (2011). Who am I? Narration and its contribution to self and identity. *Theory & Psychology*, 21(1), 3–24. <http://doi.org/10.1177/0959354309355852>
- Banaji, S., & Buckingham, D. (2013). *The civic web: young people, the Internet and civic participation*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Barker, E. T., & Galambos, N. L. (2005). Adolescents’ Implicit Theories of Maturity. *Journal of Adolescent Research*, 20(5), 557–576. <http://doi.org/10.1177/0743558405274872>
- Barker, M. (2014). Psychology and pornography: some reflections. *Porn Studies*, 1(1–2), 120–126. <http://doi.org/10.1080/23268743.2013.859468>
- Barker, M. (2014). The ‘problem’ of sexual fantasies. *Porn Studies*, 1(1–2), 143–160. <http://doi.org/10.1080/23268743.2013.863656>
- Barker, M., & Langdrige, D. (2009). *Understanding Non-Monogamies*. London: Routledge.
- Bauman, Z. (2003). *Liquid Love: On the Frailty of Human Bonds*. Cambridge: Polity Press.
- Bauman, Z. (2009). Identity in the Globalized World. Em A. Elliot & P. du Gay (Eds.), *Identity in question* (pp. 1–12). Thousand Oaks, California: SAGE Publications.
- Beauvoir, S. de. (1987). Must We Burn Sade? Em M. de Sade, A. Wainhouse & R. Seaver (Eds.), *The 120 days of Sodom and other writings* (pp. 3–64). New York: Grove Press.
- Beck, U., & Beck-Gernsheim, E. (2001). *El normal caos del amor: Las nuevas formas de la relacion amorosa*. Barcelona: Ediciones Paidós.
- Beck, U., & Beck-Gernsheim, E. (2003). *La individualización: El individualismo institucionalizado y sus consecuencias sociales y políticas*. Barcelona: Ediciones Paidós.
- Ben-Amos, I. K. (1995). Adolescence as a cultural invention: Philippe Aries and the sociology of youth. *History of the Human Sciences*, 8(2), 69–89. <http://doi.org/10.1177/095269519500800204>

- Benson, J. E., & Johnson, M. K. (2009). Adolescent Family Context and Adult Identity Formation. *Journal of Family Issues*, 30(9), 1265–1286. <http://doi.org/10.1177/0192513X09332967>
- Berg, H. (2014). Labouring porn studies. *Porn Studies*, 1(1–2), 75–79. <http://doi.org/10.1080/23268743.2013.874621>
- Beyens, I., & Eggermont, S. (2014). Prevalence and Predictors of Text-Based and Visually Explicit Cybersex among Adolescents. *Young*, 22(1), 43–65. <http://doi.org/10.1177/0973258613512923>
- Beyens, I., Vandebosch, L., & Eggermont, S. (2014). Early Adolescent Boys' Exposure to Internet Pornography Relationships to Pubertal Timing, Sensation Seeking, and Academic Performance. *The Journal of Early Adolescence*, 272431614548069. <http://doi.org/10.1177/0272431614548069>
- Bhattacharjee, A. (2012). *Social science research: principles, methods, and practices* (2nd ed.). CreateSpace Independent Publishing Platform.
- Biggart, A., & Walther, A. (2006). Coping with Yo-Yo-Transitions. Young Adults' Struggle for Support, between Family and State in Comparative Perspective. Em C. Leccardi & E. Ruspini (Eds.), *A new youth? Young people, generations and family life* (pp. 41–62). Aldershot, England ; Burlington, VT: Ashgate.
- Bimber, B., Cunill, M. C., Copeland, L., & Gibson, R. (2015). Digital Media and Political Participation The Moderating Role of Political Interest Across Acts and Over Time. *Social Science Computer Review*, 31, 21–42. <http://doi.org/10.1177/0894439314526559>
- Blatterer, H. (2007). Contemporary Adulthood. *Current Sociology*, 55(6), 771–792. <http://doi.org/10.1177/0011392107081985>
- Blatterer, H. (2010). The Changing Semantics of Youth and Adulthood. *Cultural Sociology*, 4(1), 63–79. <http://doi.org/10.1177/1749975509356755>
- Borges, H. (2006). Notas para uma reflexão jus-filosófica sobre a Publicidade Erótica e a sua Problemática Regulação. *Media & Jornalismo*, (9), 105–120.
- Borradori, G. (2004). *Philosophy in a Time of Terror: Dialogues with Jurgen Habermas and Jacques Derrida*. Chicago University Press.
- Bourcier, M.-H. (2014). Bildungs-post-porn: notas sobre a proveniência do pós-pornô, para um futuro do feminismo da desobediência sexual. *Revista Bagoas*, (11), 15–37.
- Boyd, K. S. (2001). «One index finger on the mouse scroll bar and the other on my clit»: slash writers' views on pornography, censorship, feminism and risk (Tese de Mestrado em Artes). Simon Fraser University. Obtido de <http://summit.sfu.ca/item/7501>
- Boyle, K. (Ed.). (2010). *Everyday Pornography*. London; New York: Routledge.
- Bragg, S., Buckingham, D., Russell, R., & Willett, R. (2011). Too much, too soon? Children, 'sexualization' and consumer culture. *Sex Education*, 11(3), 279–292. <http://doi.org/10.1080/14681811.2011.590085>
- Brites, M. J. (2015). *Jovens e culturas cívicas: Por entre formas de consumo noticioso e de participação*. Covilhã: LabCom.

- Broaddus, M. R., & Dickson-Gomez, J. (2013). Text Messaging for Sexual Communication and Safety Among African American Young Adults. *Qualitative Health Research*, 23(10), 1344–1353. <http://doi.org/10.1177/1049732313505712>
- Brown, J. D., & L'Engle, K. L. (2009). X-Rated. *Communication Research*, 36(1), 129–151. <http://doi.org/10.1177/0093650208326465>
- Buckingham, D. (2011). *The material child: growing up in consumer culture*. Cambridge: Polity Press.
- Buckingham, D., & Bragg, S. (Eds.). (2004). *Young People, Sex and the Media: The Facts of Life?* Basingstoke; New York: Palgrave Macmillan.
- Buckingham, D., & Strandgaard Jensen, H. (2012). Beyond «Media Panics»: Reconceptualising public debates around children and media. *Journal of Children and Media*, 6(4), 413–429. <http://doi.org/10.1080/17482798.2012.740415>
- Buckingham, D., Willett, R., Bragg, S., & Russell, R. (2010). *Sexualised goods aimed at children: a report to the Scottish Parliament Equal Opportunities Committee*. Edinburgh: Scottish Parliament Equal Opportunities Committee. Obtido de <http://www.scottish.parliament.uk/s3/committees/equal/reports-10/eor10-02.htm>
- Buhi, E. R., Daley, E. M., Fuhrmann, H. J., & Smith, S. A. (2009). An Observational Study of How Young People Search for Online Sexual Health Information. *Journal of American College Health*, 58(2), 101–111. <http://doi.org/10.1080/07448480903221236>
- Buhi, E. R., Daley, E. M., Oberne, A., Smith, S. A., Schneider, T., & Fuhrmann, H. J. (2010). Quality and Accuracy of Sexual Health Information Web Sites Visited by Young People. *Journal of Adolescent Health*, 47(2), 206–208. <http://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2010.01.002>
- Buhl, H. M., & Lanz, M. (2007). Emerging Adulthood in Europe. *Journal of Adolescent Research*, 22(5), 439–443. <http://doi.org/10.1177/0743558407306345>
- Bull, S. (2014). Digital archives and the history of pornography. *Porn Studies*, 1(4), 402–405. <http://doi.org/10.1080/23268743.2014.947753>
- Burke, N. (2014). Positionality and pornography. *Porn Studies*, 1(1–2), 71–74. <http://doi.org/10.1080/23268743.2014.882646>
- Burman, E., & Stacey, J. (2010). The child and childhood in feminist theory. *Feminist Theory*, 11(3), 227–240. <http://doi.org/10.1177/1464700110376288>
- Butler, J. (1988). Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory. *Theatre Journal*, 40(4), 519–531. <http://doi.org/10.2307/3207893>
- Butler, J. (1993). *Bodies that matter: on the discursive limits of «sex»*. New York: Routledge.
- Butler, J. (1999). *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge.
- Butler, J. (2005). *Giving an account of oneself*. New York: Fordham University Press.

- Campbell, S. W., & Park, Y. J. (2014). Predictors of mobile sexting among teens: Toward a new explanatory framework. *Mobile Media & Communication*, 2(1), 20–39. <http://doi.org/10.1177/2050157913502645>
- Cardoso, D. (Não Publicado). *Dentro do Portal: Relatório Breve de Análise às Estatísticas de Visitas do «Saúde e Sexualidade Juvenil» do Portal da Juventude, 2011-2013*. Lisboa: FCSH - UNL / CICS.Nova.
- Cardoso, D. (2010). *Amando vári@s - Individualização, redes, ética e poliamor* (Tese de Mestrado em Ciências da Comunicação). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Cardoso, D. (2011). Poliamor, ou Da Dificuldade de Parir um Meme Substantivo. *Interact*, (17). Obtido de <http://interact.com.pt/17/poliamor/>
- Cardoso, D. (2012). A cultura do quarto e o uso excessivo da internet. Resultados Nacionais do inquérito EU Kids Online. Em C. Ponte, J. A. Simões, A. Jorge, & D. Cardoso (Eds.), *Crianças e Internet em Portugal. Acessos, Usos, Riscos, Mediações: Resultados do Inquérito Europeu EU Kids Online* (pp. 57–73). Coimbra: Edições MinervaCoimbra.
- Cardoso, D. (2013). Between Bodies and Screens: Sexualized usages of new media by youngsters beyond the risk/opportunity dichotomy. <http://doi.org/10.13140/2.1.1089.7282>
- Cardoso, D. (2014). Review: Grebowicz, Margret. Why internet porn matters. *Participations: Journal of Audience and Reception Studies*, 11(2), 320–323.
- Cardoso, G., Mendonça, S., Lima, T., Paisana, M., & Neves, M. (2014). *A Internet em Portugal - Sociedade em Rede 2014*. Lisboa: OberCom.
- Cardoso, G., Mendonça, S., Paisana, M., & Lima, T. (2015). *A Internet e o consumo de notícias online em Portugal 2015*. OberCom. Obtido de http://www.obercom.pt/client/?newsId=548&fileName=internet_2015.pdf
- Carroll, J. S., Padilla-Walker, L. M., Nelson, L. J., Olson, C. D., Barry, C. M., & Madsen, S. D. (2008). Generation XXX: Pornography Acceptance and Use Among Emerging Adults. *Journal of Adolescent Research*, 23(1), 6–30. <http://doi.org/10.1177/0743558407306348>
- Carse, A. L. (1999). Pornography's Many Meanings: A Reply to C. M. Conception. *Hypatia*, 14(1), 101–111.
- Carter, A. (2006). *The Sadeian woman: an exercise in cultural history*. London: Virago.
- Cascais, A. F. (2006). Diferentes como só nós: O associativismo GLBT português em três andamentos. *Revista crítica de ciencias sociais*, (76), 109–126.
- Cascais, A. F. (2009). O que é um dispositivo? Em A. F. Cascais, N. Nabais, & J. L. C. Leme (Eds.), *Lei, Segurança, Disciplina. Trinta anos depois de Vigir e Punir de Michel Foucault* (pp. 31–53). Lisboa: Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa.
- Castañeda, C. (2002). *Figurations: child, bodies, worlds*. Durham: Duke University Press.
- Chalfen, R. (2009). 'It's only a picture': sexting, 'smutty' snapshots and felony charges. *Visual Studies*, 24(3), 258. <http://doi.org/10.1080/14725860903309203>

- Chalfen, R. (2010). Commentary: Sexting as Adolescent Social Communication. *Journal of Children and Media*, 4(3), 350–354. <http://doi.org/10.1080/17482798.2010.486144>
- Chandler, D. (2013a, Janeiro 13). Paradigmatic Analysis. Obtido 2 de Novembro de 2013, de <http://users.aber.ac.uk/dgc/Documents/S4B/sem05.html>
- Chandler, D. (2013b, Novembro 2). Personal communication on Facebook. Obtido de https://www.facebook.com/danielscardoso/posts/10201839520183891?comment_id=65934568&offset=0&total_comments=20
- Chang, F.-C., Chiu, C.-H., Miao, N.-F., Chen, P.-H., Lee, C.-M., & Chiang, J.-T. (2014). Predictors of unwanted exposure to online pornography and online sexual solicitation of youth. *Journal of Health Psychology*, 1–12. <http://doi.org/10.1177/1359105314546775>
- Cheek, J. (2008). Foucauldian Discourse Analysis. Em L. M. Given (Ed.), *The Sage encyclopedia of qualitative research methods* (Vol. 2, pp. 355–357). Los Angeles, California: SAGE Publications.
- Chronaki, D. (2013). Young People’s Accounts of Experiences With Sexual Content During Childhood and Teenage Life. *The Communication Review*, 16(1–2), 61–69. <http://doi.org/10.1080/10714421.2013.757495>
- Clarkson, J., & Kopaczewski, S. (2013). Pornography Addiction and the Medicalization of Free Speech. *Journal of Communication Inquiry*, 37(2), 128–148. <http://doi.org/10.1177/0196859913482330>
- Cobb, M. L. (2005). Childlike: Queer Theory and Its Children. *Criticism*, 47(1), 119–130. <http://doi.org/10.1353/crt.2006.0002>
- Coelho, S. (2009). Por um feminismo queer: Beatriz Preciado e a pornografia como pretextos. *Ex aequo*, (20), 29–40.
- Cohn, A., & Richters, J. (2013). ‘My Vagina Makes Funny Noises’: Analyzing Online Forums to Assess the Real Sexual Health Concerns of Young People. *International Journal of Sexual Health*, 25(2), 93–103. <http://doi.org/10.1080/19317611.2012.719852>
- Colling, L. (2015). *Que os outros sejam o normal: Tensões entre o movimento LGBT e o activismo queer*. Edfuba.
- Comella, L. (2014). Studying porn cultures. *Porn Studies*, 1(1–2), 64–70. <http://doi.org/10.1080/23268743.2014.882611>
- Coménio, J. A. (1996). *Didactica magna: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos*. (J. F. Gomes, Ed.) (5^a). Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- Concepcion, C. M. (1999). On Pornography, Representation and Sexual Agency. *Hypatia*, 14(1), 97–100.
- Costa, A. (2006, Junho 13). *A educação sexual numa perspectiva de educação para a saúde: um estudo exploratório na Escola Secundária Pluricurricular de Santa Maria Maior de Viana do Castelo* (Tese de Mestrado em Educação). Universidade do Minho, Braga. Obtido de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6284>

- Cox, P. (2000). Pornography: Reflections upon past and current issues. *Journal of Sexual Aggression*, 6(1–2), 128–149. <http://doi.org/10.1080/13552600008413315>
- Cruikshank, B. (1993). Revolutions within: self-government and self-esteem. *Economy and Society*, 22(3), 327–344. <http://doi.org/10.1080/03085149300000022>
- Curnutt, H. (2012). Flashing Your Phone: Sexting and the Remediation of Teen Sexuality. *Communication Quarterly*, 60(3), 353–369. <http://doi.org/10.1080/01463373.2012.688728>
- Dahlgren, P. (2005). The Internet, Public Spheres, and Political Communication: Dispersion and Deliberation. *Political Communication*, 22(2), 147–162. <http://doi.org/10.1080/10584600590933160>
- Dake, J. A., Price, J. H., Maziarz, L., & Ward, B. (2012). Prevalence and Correlates of Sexting Behavior in Adolescents. *American Journal of Sexuality Education*, 7(1), 1–15. <http://doi.org/10.1080/15546128.2012.650959>
- Davis, K. (2008). Intersectionality as buzzword: A sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful. *Feminist Theory*, 9(1), 67–85. <http://doi.org/10.1177/1464700108086364>
- Davis, K. (2010). Coming of Age Online: The Developmental Underpinnings of Girls' Blogs. *Journal of Adolescent Research*, 25(1), 145–171. <http://doi.org/10.1177/0743558409350503>
- Dean, C. J. (2003). Empathy, Pornography, and Suffering. *differences: A Journal of Feminist Cultural Studies*, 14(1), 88–124.
- Dean, T. (2014). Pornography, Technology, Archive. Em T. Dean, S. Ruszczycky, & D. D. Squires (Eds.), *Porn archives* (pp. 1–26). Durham: Duke University Press.
- DeGenevieve, B. (2014). The emergence of non-standard bodies and sexualities. *Porn Studies*, 1(1–2), 193–196. <http://doi.org/10.1080/23268743.2014.888253>
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2007). *Mil Planaltos: Capitalismo e Esquizofrenia* (Vol. 2). Lisboa: Assírio & Alvim.
- Dempsey, D., Hillier, L., & Harrison, L. (2001). Gendered (s)explorations among same-sex attracted young people in Australia. *Journal of Adolescence*, 24(1), 67–81. <http://doi.org/10.1006/jado.2000.0363>
- Diamond, L. M. (2009). *Sexual Fluidity: Understanding Women's Love and Desire*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Dines, G. (2011). *Pornland: How Porn Has Hijacked Our Sexuality*. Boston: Beacon Press.
- Döring, N. M. (2009). The Internet's impact on sexuality: A critical review of 15 years of research. *Computers in Human Behavior*, 25(5), 1089–1101. <http://doi.org/10.1016/j.chb.2009.04.003>
- Dreyfus, H. L., & Rabinow, P. (1983). *Michel Foucault, beyond structuralism and hermeneutics* (2nd ed). Chicago: University of Chicago Press.
- Driver, S. (2008). *Queer youth cultures*. Albany: State University of New York Press.

- Dumitrica, D. (2014). Imagining engagement. Youth, social media, and electoral processes. *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, 1–19. <http://doi.org/10.1177/1354856514553899>
- Duschinsky, R. (2013a). Sexualization: A state of injury. *Theory & Psychology*, 23(3), 351–370. <http://doi.org/10.1177/0959354312469732>
- Duschinsky, R. (2013b). What does sexualisation mean? *Feminist Theory*, 14(3), 255–264. <http://doi.org/10.1177/1464700113499842>
- Duschinsky, R., & Barker, M. (2013). Doing the möbius strip: The politics of the Bailey Review. *Sexualities*, 16(5–6), 730–742. <http://doi.org/10.1177/1363460713487297>
- Edelman, L. (2004). *No Future: Queer Theory and the Death Drive*. Durham: Duke University Press.
- Egan, R. D., & Hawkes, G. (2009). The problem with protection: Or, why we need to move towards recognition and the sexual agency of children. *Continuum*, 23(3), 389–400. <http://doi.org/10.1080/10304310902842975>
- Egan, R. D., & Hawkes, G. (2013). Disavowal and foundational fantasies: A psychosocial exploration of the class, race and the social construction of the sexual child in the Anglophone West. *Sexualities*, 16(5–6), 635–650. <http://doi.org/10.1177/1363460713488285>
- Elias, N. (1956). Problems of Involvement and Detachment. *The British Journal of Sociology*, 7(3), 226–252. <http://doi.org/10.2307/587994>
- Elliot, A., & du Gay, P. (2009). Editors' Introduction. Em A. Elliot & P. du Gay (Eds.), *Identity in question* (pp. xi–xxi). Thousand Oaks, California: SAGE Publications.
- Elliot, A., & Lemert, C. (2009). The Global New Individualist Debate: Three Theories of Individualism and Beyond. Em A. Elliot & P. du Gay (Eds.), *Identity in question* (pp. 37–63). Thousand Oaks, California: SAGE Publications.
- England, K. V. L. (1994). Getting Personal: Reflexivity, Positionality, and Feminist Research. *The Professional Geographer*, 46(1), 80–89. <http://doi.org/10.1111/j.0033-0124.1994.00080.x>
- Evans, A., Riley, S., & Shankar, A. (2010). Technologies of Sexiness: Theorizing Women's Engagement in the Sexualization of Culture. *Feminism & Psychology*, 20(1), 114–131. <http://doi.org/10.1177/0959353509351854>
- Eysenbach, G., Powell, J., Kuss, O., & Sa, E.-R. (2002). Empirical Studies Assessing the Quality of Health Information for Consumers on the World Wide Web: A Systematic Review. *JAMA*, 287(20), 2691–2700. <http://doi.org/10.1001/jama.287.20.2691>
- Fae, J. (2015). *Taming the Beast*. Letchworth Garden City: Berforts Information Press.
- Fahs, B. (2014). 'Freedom to' and 'freedom from': A new vision for sex-positive politics. *Sexualities*, 17(3), 267–290. <http://doi.org/10.1177/1363460713516334>
- Fasick, F. A. (1994). On the «Invention» of Adolescence. *The Journal of Early Adolescence*, 14(1), 6–23. <http://doi.org/10.1177/0272431694014001002>

- Feixa, C., & Leccardi, C. (2010). O conceito de geração nas teorias sobre juventude. *Sociedade e Estado*, 25(2), 185–204. <http://doi.org/10.1590/S0102-69922010000200003>
- Ferreira, P. M. (2010a). A actividade sexual: frequência, regularidade e inactividade. Em P. M. Ferreira & M. V. Cabral (Eds.), *Sexualidades em Portugal: comportamentos e riscos* (pp. 19–54). Lisboa: Bizâncio.
- Ferreira, P. M. (2010b). Contextos da iniciação sexual - idade, relacionamentos e geração. Em P. M. Ferreira & M. V. Cabral (Eds.), *Sexualidades em Portugal: comportamentos e riscos* (pp. 231–288). Lisboa: Bizâncio.
- Ferreira, P. M. (2010c). Parceiros, relacionamentos e trajetórias sexuais. Em P. M. Ferreira & M. V. Cabral (Eds.), *Sexualidades em Portugal: comportamentos e riscos* (pp. 55–104). Lisboa: Bizâncio.
- Ferreira, P. M. (2010d). Práticas sexuais, auto-erotismo e actividade com parceiro. Em P. M. Ferreira & M. V. Cabral (Eds.), *Sexualidades em Portugal: comportamentos e riscos* (pp. 105–145). Lisboa: Bizâncio.
- Ferreira, P. M. (2011). A sexualidade dos jovens portugueses: práticas sexuais numa perspectiva comparada. Em J. M. Pais, R. Bendit, & V. S. Ferreira (Eds.), *Jovens e rumos* (pp. 277–294). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Ferreira, P. M., & Cabral, M. V. (Eds.). (2010). *Sexualidades em Portugal: comportamentos e riscos*. Lisboa: Bizâncio.
- Figueiredo, C. (2011). *Redes sociais e políticas: genealogia das políticas públicas de educação sexual* (Tese de Doutoramento em Educação). Universidade de Lisboa, Lisboa. Obtido de <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/4669>
- Fink, M., & Miller, Q. (2014). Trans Media Moments Tumblr, 2011–2013. *Television & New Media*, 15(7), 611–626. <http://doi.org/10.1177/1527476413505002>
- Fischel, J. J. (2013). Pornographic Protections? Itineraries of Childhood Innocence. *Law, Culture and the Humanities*, 0(0), 1–15. <http://doi.org/10.1177/1743872113492396>
- Flood, M. (2007). Exposure to pornography among youth in Australia. *Journal of Sociology*, 43(1), 45–60. <http://doi.org/10.1177/1440783307073934>
- Flood, M. (2010). Young men using pornography. Em K. Boyle (Ed.), *Everyday Pornography* (pp. 164–178). Routledge.
- Foucault, M. (1988). Sexual Morality and the Law. Em L. D. Kritzman (Ed.), *Politics, Philosophy, Culture: Interviews and Other Writings, 1977-1984* (pp. 271–285). New York; London: Routledge.
- Foucault, M. (1994). *História da sexualidade 1: A Vontade de Saber*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Foucault, M. (1994). *História da Sexualidade 2: O uso dos prazeres*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Foucault, M. (1994). Le jeu de Michel Foucault. Em *Michel Foucault: Dits et écrits* (Vol. 3, pp. 298–329). Paris: Gallimard.

- Foucault, M. (2000a). On the Genealogy of Ethics: An Overview of Work in Progress. Em P. Rabinow (Ed.), *The essential works of Michel Foucault, 1954-1984: Ethics* (Vol. 1, pp. 253–280). London: Penguin.
- Foucault, M. (2000b). Sex, Power and the politics of Identity. Em P. Rabinow (Ed.), *The essential works of Michel Foucault, 1954-1984: Ethics* (Vol. 1, pp. 163–173). London: Penguin.
- Foucault, M. (2000c). Technologies of the Self. Em P. Rabinow (Ed.), *The essential works of Michel Foucault, 1954-1984: Ethics* (Vol. 1, pp. 223–251). London: Penguin.
- Foucault, M. (2000d). The Ethics of the Concern of the Self as a Practice of Freedom. Em P. Rabinow (Ed.), *The essential works of Michel Foucault, 1954-1984: Ethics* (Vol. 1, pp. 281–301). London: Penguin.
- Foucault, M. (2002a). The Subject and Power. Em J. Faubion (Ed.), *The essential works of Michel Foucault, 1954-1984: Power* (Vol. 3, pp. 326–348). London: Penguin.
- Foucault, M. (2002b). Truth and Power. Em J. Faubion (Ed.), *The essential works of Michel Foucault, 1954-1984: Power* (Vol. 3, pp. 111–133). London: Penguin.
- Foucault, M. (2005). *The Hermeneutics of the Subject: Lectures at the College de France 1981-1982*. (F. Gros & F. Ewald, Eds.). New York: Picador.
- Foucault, M. (2006). *History of Madness*. New York: Routledge.
- Foucault, M. (2013). *Vigiar e Punir*. Lisboa: Edições 70.
- Garland, D. (2008). On the concept of moral panic. *Crime, Media, Culture*, 4(1), 9–30. <http://doi.org/10.1177/1741659007087270>
- Garlick, S. (2010). Taking Control of Sex? *Men and Masculinities*, 12(5), 597–614. <http://doi.org/10.1177/1097184X09341360>
- Giddens, A. (1993). *The Transformation of Intimacy: Sexuality, Love, and Eroticism in Modern Societies*. Stanford, California: Stanford University Press.
- Giles, J. (2005). Internet encyclopaedias go head to head. *Nature*, 438(7070), 900–901. <http://doi.org/10.1038/438900a>
- Gittins, D. (2009). The historical construction of childhood. Em M. J. Kehily (Ed.), *An Introduction to Childhood Studies* (2nd ed., pp. 35–49). London: Open University Press. Obtido de <http://oro.open.ac.uk/6847/>
- Gold, J., Pedrana, A. E., Sacks-Davis, R., Hellard, M. E., Chang, S., Howard, S., ... Stooze, M. A. (2011). A systematic examination of the use of Online social networking sites for sexual health promotion. *BMC Public Health*, 11(583), 1–9. <http://doi.org/10.1186/1471-2458-11-583>
- Gomes, E. E. (2015). Práticas socializadoras do gosto sexual e do exercício do sexo. *Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, 19(1), 51–75.
- Goode, E., & Ben-Yehuda, N. (2009). *Moral panics: the social construction of deviance* (2.^a ed.). Chichester, U.K.; Malden, Massachusetts: Wiley-Blackwell.
- Goode, L., & McKee, A. (2013). Conflict and seduction in the public sphere. *Media, Culture & Society*, 35(1), 113–120. <http://doi.org/10.1177/0163443712464565>

- Gordon-Messer, D., Bauermeister, J. A., Grodzinski, A., & Zimmerman, M. (2012). Sexting Among Young Adults. *Journal of Adolescent Health, 52*(3), 301–306. <http://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2012.05.013>
- Gould, S. J. (2008). *The mismeasure of man* (2.^a ed.). New York: W.W. Norton.
- Gray, N. J., Klein, J. D., Noyce, P. R., Sesselberg, T. S., & Cantrill, J. A. (2005). Health information-seeking behaviour in adolescence: the place of the internet. *Social Science & Medicine, 60*(7), 1467–1478. <http://doi.org/10.1016/j.socscimed.2004.08.010>
- Grebowicz, M. (2013). *Why internet porn matters*. Stanford, California: Stanford University Press.
- Greenman, C. (2001). Socratic erotics and Foucault's permanent revolution. *Philosophy & Social Criticism, 27*(2), 76–99. <http://doi.org/10.1177/019145370102700208>
- Grupo de Trabalho de Educação Sexual. (2007). *Relatório Final*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Guerra, V. M., Andrade, F. C. B. de, & Dias, M. R. (2004). Atitudes de estudantes universitários frente ao consumo de materiais pornográficos. *Estudos de Psicologia (Natal), 9*(2), 269–277. <http://doi.org/10.1590/S1413-294X2004000200008>
- Guse, K., Levine, D., Martins, S., Lira, A., Gaarde, J., Westmorland, W., & Gilliam, M. (2012). Interventions Using New Digital Media to Improve Adolescent Sexual Health: A Systematic Review. *Journal of Adolescent Health, 51*(6), 535–543. <http://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2012.03.014>
- Gwinn, A. M., Lambert, N. M., Fincham, F. D., & Maner, J. K. (2013). Pornography, Relationship Alternatives, and Intimate Extradynamic Behavior. *Social Psychological and Personality Science, 4*(6), 699–704. <http://doi.org/10.1177/1948550613480821>
- Hald, G. M. (2008). Gender differences - Behavioral, situational and interpersonal patterns in pornography consumption. Em S. V. Knudsen, L. Löfgren-Mårtenson, & S.-A. Månsson (Eds.), *Generation P? Youth, gender and pornography* (pp. 118–132). Copenhagen: Danish School of Education Press.
- Hald, G. M., & Malamuth, N. M. (2008). Self-Perceived Effects of Pornography Consumption. *Archives of Sexual Behavior, 37*(4), 614–625. <http://doi.org/10.1007/s10508-007-9212-1>
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade* (11^a). Rio de Janeiro: DP&A.
- Hammack, P. L. (2008). Narrative and the Cultural Psychology of Identity. *Personality and Social Psychology Review, 12*(3), 222–247. <http://doi.org/10.1177/1088868308316892>
- Hammersley, M., & Traianou, A. (2014). Foucault and Research Ethics On the Autonomy of the Researcher. *Qualitative Inquiry, 20*(3), 227–238. <http://doi.org/10.1177/1077800413489528>
- Hansen, D. L., Derry, H. A., Resnick, P. J., & Richardson, C. R. (2003). Adolescents Searching for Health Information on the Internet: An Observational Study.

- Journal of Medical Internet Research*, 5(4), 1–25.
<http://doi.org/10.2196/jmir.5.4.e25>
- Harding, S. (2006). Science and Inequality: Controversial Issues. Em *Science and social inequality: feminist and postcolonial issues* (pp. 1–13). Urbana: University of Illinois Press.
- Hardy, S. (2008). The Pornography of Reality. *Sexualities*, 11(1–2), 60–64.
<http://doi.org/10.1177/13634607080110010209>
- Haritaworn, J., Lin, C., & Klesse, C. (2006). Poly/logue: A Critical Introduction to Polyamory. *Sexualities*, 9(5), 515–529.
- Hasinoff, A. A. (2013). Sexting as media production: Rethinking social media and sexuality. *New Media & Society*, 15(4), 449–465.
<http://doi.org/10.1177/1461444812459171>
- Hawkes, G., & Dune, T. (2013). Introduction: Narratives of the sexual child: Shared themes and shared challenges. *Sexualities*, 16(5–6), 622–634.
<http://doi.org/10.1177/1363460713497459>
- Hick, S., & Halpin, E. (2001). Children’s Rights and the Internet. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 575(1), 56–70.
<http://doi.org/10.1177/000271620157500104>
- Hillier, L., & Harrison, L. (2007). Building Realities Less Limited Than Their Own: Young People Practising Same-Sex Attraction on the Internet. *Sexualities*, 10(1), 82–100. <http://doi.org/10.1177/1363460707072956>
- Hinsey, V. (2013). Girls Get Digital: A Critical View of Cyberfeminism. *On Our Terms: The Undergraduate Journal of the Athena Center for Leadership Studies at Barnard College*, 1(1), 25–32. <http://doi.org/10.7916/D8J67DXS>
- Holford, N., Renold, E., & Huuki, T. (2013). What (else) can a kiss do? Theorizing the power plays in young children’s sexual cultures. *Sexualities*, 16(5–6), 710–729.
<http://doi.org/10.1177/1363460713487300>
- Hook, D. (2001). Discourse, Knowledge, Materiality, History - Foucault and Discourse Analysis. *Theory & Psychology*, 11(4), 521–547.
<http://doi.org/10.1177/0959354301114006>
- Huffer, L. (2009). *Mad for Foucault: Rethinking the Foundations of Queer Theory*. New York: Columbia University Press.
- Hunt, L. (Ed.). (1993). *The Invention of Pornography, 1500-1800: Obscenity and the Origins of Modernity*. New York: Zone Books.
- Iarossi, G. (2011). *O poder da concepção em inquiridos por questionário*. (M. Gomes da Torre & A. J. Pais Antunes, Trans.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Internet Watch Foundation, & Microsoft. (2015). *Youth-Produced Sexual Content (Emerging Patterns and Trends Report No. 1)*. Internet Watch Foundation. Obtido de <https://www.iwf.org.uk/assets/media/resources/Emerging%20Patterns%20and%20Trends%20Report%201%20-%20Youth-Produced%20Sexual%20Content%20website%20March%202015-1.pdf>

- Irvine, J. M. (2014). Is sexuality research 'dirty work'? Institutionalized stigma in the production of sexual knowledge. *Sexualities*, 17(5–6), 632–656. <http://doi.org/10.1177/1363460713516338>
- Jacobs, K. (2014). Internationalizing porn studies. *Porn Studies*, 1(1–2), 114–119. <http://doi.org/10.1080/23268743.2014.882178>
- Jäger, S., & Maier, F. (2010). Theoretical and Methodological Aspects of Foucauldian Critical Discourse Analysis and Dispositive Analysis. Em R. Wodak & M. Meyer (Eds.), *Methods of critical discourse analysis* (2nd ed., pp. 34–61). London; Thousand Oaks, California: SAGE Publications.
- Jenks, C. (2009). Constructing childhood sociologically. Em M. J. Kehily (Ed.), *An Introduction to Childhood Studies* (2.^a ed., pp. 93–111). London: Open University Press.
- Jesus, A. (2011). *Educação sexual: uma metodologia formal vs lúdica-emocional* (Tese de Mestrado em Psicologia). Universidade de Lisboa, Lisboa. Obtido de <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/5036>
- Jones, M., & Diment, K. (2010). The CAQDA Paradox: A divergence between research method and analytical tool. Em *Faculty of Commerce - Papers* (pp. 82–86). The Netherlands: Merlien Institute. Obtido de <http://ro.uow.edu.au/commpapers/777>
- Jones, R. K., & Biddlecom, A. E. (2011a). Is the Internet Filling the Sexual Health Information Gap for Teens? An Exploratory Study. *Journal of Health Communication*, 16(2), 112–123. <http://doi.org/10.1080/10810730.2010.535112>
- Jones, R. K., & Biddlecom, A. E. (2011b). The More Things Change...: The Relative Importance of the Internet as a Source of Contraceptive Information for Teens. *Sexuality Research and Social Policy*, 8(1), 27–37. <http://doi.org/10.1007/s13178-011-0039-0>
- Jones, R. K., Biddlecom, A. E., Hebert, L., & Mellor, R. (2011). Teens Reflect on Their Sources of Contraceptive Information. *Journal of Adolescent Research*, 26(4), 423–446. <http://doi.org/10.1177/0743558411400908>
- Jorge, A. (2012). Em risco na internet? Resultados Nacionais do inquérito EU Kids Online. Em C. Ponte, J. A. Simões, A. Jorge, & D. Cardoso (Eds.), *Crianças e Internet em Portugal. Acessos, Usos, Riscos, Mediações: Resultados do Inquérito Europeu EU Kids Online* (pp. 93–104). Coimbra: Edições MinervaCoimbra.
- Kanai, A. (2015). WhatShouldWeCallMe? Self-Branding, Individuality and Belonging in Youthful Femininities on Tumblr. *M/C Journal*, 18(1). Obtido de <http://journal.media-culture.org.au/index.php/mcjournal/article/view/936>
- Karaian, L. (2005). Troubling the Definition of Pornography: Little Sisters, a New Defining Moment in Feminists' Engagement with the Law? *Canadian Journal of Women and the Law*, 17(1), 117–133.
- Karaian, L. (2012). Lolita speaks: «Sexting,» teenage girls and the law. *Crime, Media, Culture*, 8(1), 57–73. <http://doi.org/10.1177/1741659011429868>
- Karaian, L. (2014). Policing 'sexting': Responsibilization, respectability and sexual subjectivity in child protection/crime prevention responses to teenagers' digital sexual expression. *Theoretical Criminology*, 18(3), 282–299. <http://doi.org/10.1177/1362480613504331>

- Katz, C. (2008). Cultural Geographies lecture. Childhood as spectacle: relays of anxiety and the reconfiguration of the child. *Cultural Geographies*, 15(1), 5–17. <http://doi.org/10.1177/1474474007085773>
- Kehily, M. J. (2009). What is identity? A sociological perspective. Apresentado na ESRC Seminar Series: The educational and social impact of new technologies on young people in Britain, London: London School of Economics. Obtido de <http://oro.open.ac.uk/16372/>
- Kehily, M. J., & Montgomery, H. (2009). Innocence and experience: a historical approach to childhood and sexuality. Em *An Introduction to Childhood Studies* (2.^a ed., pp. 70–89). London: Open University Press. Obtido de <http://oro.open.ac.uk/6847/>
- Kelly, P. (2001). Youth at Risk: Processes of individualisation and responsabilisation in the risk society. *Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education*, 22(1), 23–33. <http://doi.org/10.1080/01596300120039731>
- Keskenidou, M., Kyridis, A., Valsamidou, L. P., & Soulani, A.-H. (2014). The Internet as a source of information. The social role of blogs and their reliability. *OBS**, 8(1), 203–228.
- Kieran, M. (2002). On Obscenity: The Thrill and Repulsion of the Morally Prohibited. *Philosophy and Phenomenological Research*, 64(1), 31–55. <http://doi.org/10.1111/j.1933-1592.2002.tb00141.x>
- Kim, S. U., & Syn, S. Y. (2014). Research trends in teens' health information behaviour: a review of the literature. *Health Information & Libraries Journal*, 31(1), 4–19. <http://doi.org/10.1111/hir.12057>
- Klaassen, M. J. E., & Peter, J. (2014). Gender (In)equality in Internet Pornography: A Content Analysis of Popular Pornographic Internet Videos. *The Journal of Sex Research*, 0(0), 1–15. <http://doi.org/10.1080/00224499.2014.976781>
- Klettke, B., Hallford, D. J., & Mellor, D. J. (2014). Sexting prevalence and correlates: A systematic literature review. *Clinical Psychology Review*, 34(1), 44–53. <http://doi.org/10.1016/j.cpr.2013.10.007>
- Kohut, T., Baer, J. L., & Watts, B. (2015). Is Pornography Really about «Making Hate to Women»? Pornography Users Hold More Gender Egalitarian Attitudes Than Nonusers in a Representative American Sample. *The Journal of Sex Research*, 53(1), 1–11. <http://doi.org/10.1080/00224499.2015.1023427>
- Kolbein, G. H. (2008). Exposed - Icelandic teenagers' exposure to pornography. Em S. V. Knudsen, L. Löfgren-Mårtenson, & S.-A. Månsson (Eds.), *Generation P? Youth, gender and pornography* (pp. 103–117). Copenhagen: Danish School of Education Press.
- Krippendorff, D. K. H. (2003). *Content Analysis: An Introduction to Its Methodology* (2.^a ed.). London; Thousand Oaks, California: SAGE Publications.
- Kubicek, K., Beyer, W. J., Weiss, G., Iverson, E., & Kipke, M. D. (2010). In the Dark: Young Men's Stories of Sexual Initiation in the Absence of Relevant Sexual Health Information. *Health Education & Behavior*, 37(2), 243–263. <http://doi.org/10.1177/1090198109339993>
- Kuipers, G. (2006). The social construction of digital danger: debating, defusing and inflating the moral dangers of online humor and pornography in the Netherlands

- and the United States. *New Media & Society*, 8(3), 379–400. <http://doi.org/10.1177/1461444806061949>
- La Pastina, A. C. (2006). The Implications of an Ethnographer's Sexuality. *Qualitative Inquiry*, 12(4), 724–735. <http://doi.org/10.1177/1077800406288615>
- Lahman, M. K. E. (2008). always Othered: ethical research with children. *Journal of Early Childhood Research*, 6(3), 281–300. <http://doi.org/10.1177/1476718X08094451>
- Leccardi, C. (2006). Facing Uncertainty. Temporality and Biographies in the New Century. Em C. Leccardi & E. Ruspini (Eds.), *A new youth? Young people, generations and family life* (pp. 15–40). Aldershot, England ; Burlington, VT: Ashgate.
- Leccardi, C., & Ruspini, E. (2006). Introduction. Em C. Leccardi & E. Ruspini (Eds.), *A new youth? Young people, generations and family life* (pp. 1–11). Aldershot, England ; Burlington, VT: Ashgate.
- Lederer, L. (Ed.). (1980). *Take back the night: women on pornography* (1st ed). New York: Morrow.
- Lee, B., & Tamborini, R. (2005). Third-Person Effect and Internet Pornography: The Influence of Collectivism and Internet Self-Efficacy. *Journal of Communication*, 55(2), 292–310. <http://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2005.tb02673.x>
- Lee, N., & Motzkau, J. (2011). Navigating the bio-politics of childhood. *Childhood*, 18(1), 7–19. <http://doi.org/10.1177/0907568210371526>
- Lee, N.-J., Shah, D. V., & McLeod, J. M. (2013). Processes of Political Socialization A Communication Mediation Approach to Youth Civic Engagement. *Communication Research*, 40(5), 669–697. <http://doi.org/10.1177/0093650212436712>
- Lenhart, A. (2009, Dezembro 15). Teens and Sexting. Pew Research Center. Obtido de http://pewinternet.org/~media/Files/Reports/2009/PIP_Teens_and_Sexting.pdf
- Leong, W.-T. (1991). The Pornography 'problem': Disciplining Women and Young Girls. *Media, Culture & Society*, 13(1), 91–117. <http://doi.org/10.1177/016344391013001006>
- Lesko, N. (1996). Denaturalizing Adolescence: The Politics of Contemporary Representations. *Youth & Society*, 28(2), 139–161. <http://doi.org/10.1177/0044118X96028002001>
- Lesnik-Oberstein, K. (2010). Childhood, Queer Theory, and Feminism. *Feminist Theory*, 11(3), 309–321. <http://doi.org/10.1177/1464700110376281>
- Levin, M. E., Lillis, J., & Hayes, S. C. (2012). When is Online Pornography Viewing Problematic Among College Males? Examining the Moderating Role of Experiential Avoidance. *Sexual Addiction & Compulsivity*, 19(3), 168–180. <http://doi.org/10.1080/10720162.2012.657150>
- Levine, R. J. (1991). Informed Consent: Some Challenges to the Universal Validity of the Western Model. *The Journal of Law, Medicine & Ethics*, 19(3–4), 207–213. <http://doi.org/10.1111/j.1748-720X.1991.tb01816.x>

- Ley, D., Prause, N., & Finn, P. (2014). The Emperor Has No Clothes: A Review of the 'Pornography Addiction' Model. *Current Sexual Health Reports*, 6(2), 94–105. <http://doi.org/10.1007/s11930-014-0016-8>
- Lindberg, L. D., & Maddow-Zimet, I. (2012). Consequences of Sex Education on Teen and Young Adult Sexual Behaviors and Outcomes. *Journal of Adolescent Health*, 51(4), 332–338. <http://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2011.12.028>
- Lippman, J. R., & Campbell, S. W. (2014). Damned if you do, damned if you don't...if you're a girl: Relational and normative contexts of adolescent sexting in the United States. *Journal of Children and Media*, 1–16. <http://doi.org/10.1080/17482798.2014.923009>
- Literat, I. (2011). Measuring New Media Literacies; Towards the Development of a Comprehensive Assessment Tool. Apresentado na Teachers College Educational Technology Conference (TCETC), New York.
- Livingstone, S. (2002). *Young People and New Media: Childhood and the Changing Media Environment* (1.^a ed.). London: SAGE Publications.
- Livingstone, S., & Görzig, A. (2012). «Sexting»: the exchange of sexual messages online among European youth. Em S. Livingstone, L. Haddon, & A. Görzig (Eds.), *Children, risk and safety on the internet research and policy challenges in comparative perspective* (pp. 151–164).
- Livingstone, S., Mascheroni, G., Ólafsson, K., & Haddon, L. (2014). *Children's online risks and opportunities: comparative findings from EU Kids Online and Net Children Go Mobile*. Obtido de <http://www.lse.ac.uk/media@lse/research/EUKidsOnline/Home.aspx>
- Livingstone, S., & Mason, J. (2015). *Sexual rights and sexual risks among youth online: A review of existing knowledge regarding children and young people's developing sexuality in relation to new media environments*. London: eNACSO. Obtido de http://www.enacso.eu/images/eNACSO_Review_on_Sexual_rights_and_sexual_risks_among_online_youth_DEF.pdf
- Lo, V., & Wei, R. (2005). Exposure to Internet Pornography and Taiwanese Adolescents' Sexual Attitudes and Behavior. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 49(2), 221–237. http://doi.org/10.1207/s15506878jobem4902_5
- Lobe, B., Livingstone, S., Haddon, L., & Donoso, V. (2007). *Researching children's experiences online across countries: issues and problems in methodology*. London: EU Kids Online. Obtido de <http://www.lse.ac.uk/collections/EUKidsOnline/Reports/ReportD4.1MethodologicalIssuesCover.pdf>
- Lopes, A. S. (2013). *Consumo de pornografia na internet, avaliação das atitudes face à sexualidade e crenças sobre a violência sexual* (Tese de Mestrado em Psicologia Clínica e de Aconselhamento). Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa. Obtido de <http://repositorio.ual.pt/handle/11144/286>
- Lounsbury, K., Mitchell, K. J., & Finkelhor, D. (2011). *The true prevalence of «sexting»* (pp. 1–9). New Hampshire: Crimes Against Children Research Center. Obtido de

http://cola.unh.edu/sites/cola.unh.edu/files/research_publications/Sexting_Fact_Sheet_4_29_11.pdf

- Lunceford, B. (2011). The New Pornographers: Legal and Ethical Considerations of Sexting. Em B. E. Drushel & K. German (Eds.), *The Ethics of Emerging Media: Information, Social Norms, and New Media Technology* (pp. 99–118). A&C Black.
- Lyon, A. (2013). Recognizing Children: If All Recognition is Misrecognition. *JAC Online*, 33(3–4), 507–515.
- Maina, G. (2014). After The Feminist Porn Book: further questions about feminist porn. *Porn Studies*, 1(1–2), 182–185. <http://doi.org/10.1080/17503132.2014.888248>
- Malamuth, N. M., & Donnerstein, E. I. (2000). Pornography and sexual aggression. *Annual Review of Sex Research*, 11, 26–91.
- Marinho, S., & Anastácio, Z. (2011). Concepções de professores e alunos sobre educação sexual e sexualidade. Obtido de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/15525>
- Marinho, S., Anastácio, Z., & Carvalho, G. S. de. (2011). Desenvolvimento e implementação de projectos de Educação Sexual: análise das dimensões biológica, psicológica e social da sexualidade. Em *Atas do VI Congresso Internacional. Maia: AGIR – Associação para a Investigação e Desenvolvimento Socio-Cultural*. Chaves. Obtido de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/12639>
- Marques, A. M., Nogueira, C., & Oliveira, J. M. (2014). Lesbians on Medical Encounters: Tales of Heteronormativity, Deception, and Expectations. *Health Care for Women International*, 36(9), 988–1006. <http://doi.org/10.1080/07399332.2014.888066>
- Mascheroni, G. (2013). Performing Citizenship Online: Identity, Subactivism and Participation. *Observatorio (OBS*)*, 7(2), 93–119.
- Matos, M. G. de, Reis, M., Ramiro, L., Borile, M., Berner, E., Vázquez, S., ... Social, E. A. (2009). Educação sexual em Portugal e em vários países da América Latina. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 1(10), 149–158.
- Matos, M. G. de, Reis, M., Ramiro, L., & Equipa Aventura Social. (2011). *Saúde Sexual e Reprodutiva dos Estudantes do Ensino Superior: Relatório do Estudo - Dados Nacionais 2010*. Lisboa: FMH - UL.
- Matos, M. G. de, Reis, M., Ramiro, L., Ribeiro, J. P., & Leal, I. (2014). Educação Sexual em Portugal: Legislação e Avaliação da Implementação nas Escolas. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 15(2), 335–355. <http://doi.org/10.15309/14psd150203>
- Matos, M. G. de, Reis, M., Ramiro, L., Ribeiro, J. P., & Leal, I. (2014). Sexual Education in Schools in Portugal: Evaluation of a 3 Years Period. *Creative Education*, 5(15), 1353–1362. <http://doi.org/10.4236/ce.2014.515154>
- Matos, M. G. de, Simões, C., Camacho, I., Reis, M., & Equipa Aventura Social. (2014). *A Saúde dos Adolescentes Portugueses: Relatório do Estudo HBSC 2014*. Lisboa: FMH - UL. Obtido de <http://www.hbsc.org/membership/countries/national%20PDFs/HBSC%20Portugal%20-%20A%20saude%20dos%20adolescentes%20portugueses.pdf>

- Matos, M. G. de, Simões, C., Camacho, I., Reis, M., & Equipa Aventura Social. (2015). *A Saúde dos Adolescentes Portugueses em Tempos de Recessão - Dados nacionais do estudo HBSC de 2014*. Venda do Pinheiro: FMH - UL. Obtido de http://aventurasocial.com/arquivo/1428847863_RELATORIO%20HBSC%202014.pdf
- Matos, M. G. de, Simões, C., Tomé, G., Camacho, I., Ferreira, M., Ramiro, L., ... Equipa Aventura Social. (2011). *A Saúde dos Adolescentes Portugueses: Relatório do Estudo HBSC 2010*. Lisboa: FMH - UL.
- Mattey, B., & Diliberto, G. M. (2013). Sexting--It's in the Dictionary. *NASN School Nurse*, 28(2), 94–98. <http://doi.org/10.1177/1942602X12473840>
- Mattoso, J. (Ed.). (2011). *História da Vida Privada em Portugal: Os Nossos Dias*. Maia: Temas e Debates.
- McCabe, K. A., & Johnston, O. C. (2014). Perceptions on the Legality of Sexting: A Report. *Social Science Computer Review*, 32(6), 765–768. <http://doi.org/10.1177/0894439314520668>
- McClelland, S. I., & Hunter, L. E. (2013). Bodies That Are Always Out of Line: A Closer Look at «Age Appropriate Sexuality». Em B. Fahs, M. Dudy, & S. Stage (Eds.), *The moral panics of sexuality* (pp. 59–76). Houndmills, Basingstoke, Hampshire ; New York, NY: Palgrave Macmillan.
- McCreadie Lillie, J. J. (2004). Cyberporn, Sexuality, and the Net Apparatus. *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, 10(1), 43–65. <http://doi.org/10.1177/135485650401000104>
- McCreery, P. (2004). Innocent Pleasures? Children and Sexual Politics. *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, 10(4), 617–630.
- McGowan, M. K. (2005). On Pornography: MacKinnon, Speech Acts, and «False» Construction. *Hypatia*, 20(3), 23–49.
- McKee, A. (2005). The need to bring the voices of pornography consumers into public debates about the genre and its effects. *Australian Journal of Communication*, 32(2), 71–94.
- McKee, A. (2007a). The positive and negative effects of pornography as attributed by consumers. *Australian Journal of Communication*, 34(1), 87–104.
- McKee, A. (2007b). The relationship between attitudes towards women, consumption of pornography, and other demographic variables in a survey of 1023 consumers of pornography. *International Journal of Sexual Health*, 19(1), 31–45.
- McKee, A. (2007c, Dezembro). «Saying you've been at dad's porn book is part of growing up»: youth, pornography and education. *Metro Magazine*, (155), 118–122.
- McKee, A. (2009). Social Scientists Don't Say 'Titwank'. *Sexualities*, 12(5), 629–646. <http://doi.org/10.1177/1363460709340372>
- McKee, A. (2014). Humanities and social scientific research methods in porn studies. *Porn Studies*, 1(1–2), 53–63. <http://doi.org/10.1080/23268743.2013.859465>
- McKee, A., Albury, K., & Lumby, C. (2008). *The Porn Report*. Carlton: Melbourne University Publishing.

- McLaughlin, J. H. (2010). Crime and Punishment: Teen Sexting in Context. *Penn State Law Review*, 115, 135–181.
- McLuhan, M. (1971). *Os Meios Como Extensões do Homem*. (D. Pignatari, Trad.). São Paulo: Cultrix.
- McNair, B. (1996). *Mediated Sex: Pornography and Postmodern Culture*. London: Hodder Education Publishers.
- McNair, B. (2002). *Striptease Culture: Sex, Media and the Democratisation of Desire*. New York: Routledge.
- McNair, B. (2014). Rethinking the effects paradigm in porn studies. *Porn Studies*, 1(1–2), 161–171. <http://doi.org/10.1080/23268743.2013.870306>
- McNamee, S. (2000). Foucault's Heterotopia and Children's Everyday Lives. *Childhood*, 7(4), 479–492. <http://doi.org/10.1177/0907568200007004006>
- McRobbie, A. (2008a). Pornographic Permutations. *The Communication Review*, 11(3), 225–236. <http://doi.org/10.1080/10714420802306676>
- McRobbie, A. (2008b). *The Aftermath of Feminism: Gender, Culture and Social Change*. SAGE Publications.
- McRobbie, A., & Thornton, S. L. (1995). Rethinking «Moral Panic» for Multi-Mediated Social Worlds. *The British Journal of Sociology*, 46(4), 559–574.
- Mellor, D. (2012). The Doing It Debate: Sexual pedagogy and the disciplining of the child/adult boundary. *Sexualities*, 15(3–4), 437–454. <http://doi.org/10.1177/1363460712439653>
- Mitchell, K. J., Finkelhor, D., Jones, L. M., & Wolak, J. (2011). Prevalence and Characteristics of Youth Sexting: A National Study. *PEDIATRICS*, 129(1), 13–20. <http://doi.org/10.1542/peds.2011-1730>
- Mitchell, K. J., Finkelhor, D., & Wolak, J. (2003). The Exposure Of Youth To Unwanted Sexual Material On The Internet. *Youth & Society*, 34(3), 330–358. <http://doi.org/10.1177/0044118X02250123>
- Mondin, A. (2014). Fair-trade porn + niche markets + feminist audience. *Porn Studies*, 1(1–2), 189–192. <http://doi.org/10.1080/23268743.2014.888251>
- Montgomery, M. J. (2005). Psychosocial Intimacy and Identity: From Early Adolescence to Emerging Adulthood. *Journal of Adolescent Research*, 20(3), 346–374. <http://doi.org/10.1177/0743558404273118>
- Morris, C. (2014, Julho 2). Google cracks down on porn, bans explicit ads. *CNBC*. Obtido de <http://www.cnn.com/id/101807108>
- Nelson, L. J. (2005). Distinguishing Features of Emerging Adulthood: The Role of Self-Classification as an Adult. *Journal of Adolescent Research*, 20(2), 242–262. <http://doi.org/10.1177/0743558404273074>
- Neuendorf, K. A. (2002). *The content analysis guidebook*. Thousand Oaks, California: SAGE Publications.
- Neuman, W. L. (2006). The Meanings of Methodology. Em *Social research methods: qualitative and quantitative approaches* (6th ed, pp. 79–109). Boston: Pearson/AandB.

- Neumayer, C., & Svensson, J. (2014). Activism and radical politics in the digital age: Towards a typology. *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, 1–16. <http://doi.org/10.1177/1354856514553395>
- Neutel, A., & Cardoso, J. (2010). Atitudes Face ao Consumo de Materiais Pornográficos: estudo exploratório com estudantes universitários. Em *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia* (pp. 3450–3458). Minho.
- Neves, A. S. (2009). *Dependência de pornografia na internet: estudo sobre os hábitos de consumo dos alunos da Universidade de Aveiro* (Tese de Mestrado em Comunicação Multimédia). Universidade de Aveiro, Aveiro. Obtido de <http://ria.ua.pt/handle/10773/1173>
- Nixon, R. (1970, Outubro 24). Statement About the Report of the Commission on Obscenity and Pornography. The American Presidency Project. Obtido de <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=2759>
- Nodin, N., Carballo-Diéguez, A., & Leal, I. M. (2014). Sexual use of the internet: Perceived impact on MSM's views of self and others. *New Media & Society*, 16(5), 719–736. <http://doi.org/10.1177/1461444813489508>
- Nogueira, C., Saavedra, L., & Costa, C. E. V. da. (2007). (In)Visibilidade do género na sexualidade juvenil: propostas para uma nova concepção sobre a educação sexual e a prevenção de comportamentos sexuais de risco. *Pro-Posições*, 2(19), 59–79.
- Obercom. (2009). *E-Generation 2008: Os Usos de Media pelas Crianças e Jovens em Portugal*. Lisboa: OberCom. Obtido de <http://www.obercom.pt/content/111.cp3>
- Ogas, O., & Gaddam, S. (2012). *A billion wicked thoughts: what the Internet tells us about sexual relationships*. New York: Plume.
- Oliveira, J. M. de. (2013). Sexual citizenship under suspicion: a meditation on the homonormative and neoliberal foundations of a «consolation» citizenship. *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 68–78. <http://doi.org/10.1590/S0102-71822013000100009>
- Owens, E. W., Behun, R. J., Manning, J. C., & Reid, R. C. (2012). The Impact of Internet Pornography on Adolescents: A Review of the Research. *Sexual Addiction & Compulsivity*, 19(1–2), 99–122. <http://doi.org/10.1080/10720162.2012.660431>
- Paasonen, S. (2007). Strange Bedfellows: Pornography, Affect and Feminist Reading. *Feminist Theory*, 8(1), 43–57. <http://doi.org/10.1177/1464700107074195>
- Paasonen, S. (2009). Healthy Sex and Pop Porn: Pornography, Feminism and the Finnish Context. *Sexualities*, 12(5), 586–604. <http://doi.org/10.1177/1363460709340369>
- Paasonen, S. (2010). Labors of Love: Netporn, Web 2.0, and the Meanings of Amateurism. *New Media & Society*. <http://doi.org/10.1177/1461444810362853>
- Paasonen, S. (2011). *Carnal Resonance: Affect and Online Pornography*. MIT Press.
- Paasonen, S. (2014a). As Networks Fail: Affect, Technology, and the Notion of the User. *Television & New Media*, 1527476414552906. <http://doi.org/10.1177/1527476414552906>

- Paasonen, S. (2014b). Between meaning and mattering: on affect and porn studies. *Porn Studies*, 1(1–2), 136–142. <http://doi.org/10.1080/23268743.2014.880225>
- Pais, J. M. (1985). Família, sexualidade e religião. *Análise Social*, 21(86), 345–389.
- Pais, J. M. (2012). *Sexualidade e afectos juvenis*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Pang, P. C.-I., Verspoor, K., Chang, S., & Pearce, J. (2015). Conceptualising health information seeking behaviours and exploratory search: result of a qualitative study. *Health and Technology*, 1–11. <http://doi.org/10.1007/s12553-015-0096-0>
- Pappámikail, L. (2011a). A adolescência enquanto objecto sociológico: notas sobre um resgate. Em J. M. Pais, R. Bendit, & V. S. Ferreira (Eds.), *Jovens e rumos* (pp. 81–99). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Pappámikail, L. (2011b). Juventude: entre a fase da vida e o tempo de viver. Em J. Mattoso (Ed.), *História da Vida Privada em Portugal: Os Nossos Dias* (pp. 208–241). Maia: Temas e Debates.
- Pappámikail, L. (2013). *Adolescência e autonomia: negociações familiares e construção de si*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Pereira, M. do M. (2012). *Fazendo género no recreio: a negociação do género em espaço escolar*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Pereira, S. (2008). *Cultura, iniquidade social e género: Contributos para um programa de educação sexual* (Tese de Mestrado). ISPA, Lisboa. Obtido de <http://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/791>
- Perry, C., Thurston, M., & Green, K. (2004). Involvement and Detachment in Researching Sexuality: Reflections on the Process of Semistructured Interviewing. *Qualitative Health Research*, 14(1), 135–148. <http://doi.org/10.1177/1049732303255853>
- Peter, J., & Valkenburg, P. M. (2006). Adolescents' Exposure to Sexually Explicit Material on the Internet. *Communication Research*, 33(2), 178–204. <http://doi.org/10.1177/0093650205285369>
- Peter, J., & Valkenburg, P. M. (2008). Adolescents' Exposure to Sexually Explicit Internet Material, Sexual Uncertainty, and Attitudes Toward Uncommitted Sexual Exploration: Is There a Link? *Communication Research*, 35(5), 579–601. <http://doi.org/10.1177/0093650208321754>
- Peter, J., & Valkenburg, P. M. (2010). Processes Underlying the Effects of Adolescents' Use of Sexually Explicit Internet Material: The Role of Perceived Realism. *Communication Research*, 37(3), 375–399. <http://doi.org/10.1177/0093650210362464>
- Phillips, K. M., & Reay, H. (2011). *Sex before Sexuality: A Premodern History*. Cambridge: Polity Press.
- Philo, C. (2011). Foucault, sexuality and when not to listen to children. *Children's Geographies*, 9(2), 123–127. <http://doi.org/10.1080/14733285.2011.562376>
- Philo, G. (2007). News Content Studies, Media Group Methods and Discourse Analysis: A Comparison of Approaches. Em *Media Studies: Key Issues and Debates* (pp. 101–133). London: SAGE Publications.

- Phippen, A. (2012, Dezembro). Sexting: An Exploration of Practices, Attitudes and Influences. NSPCC. Obtido de <http://www.channel4.com/media/c4-news/pdf/11NSPCCresearch2.pdf>
- Pinto, P., Nogueira, M. da C., & Oliveira, J. M. de. (2010). Debates feministas sobre pornografia heteronormativa: estéticas e ideologias da sexualização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(2), 374–383. <http://doi.org/10.1590/S0102-79722010000200020>
- Pinto, P., Nogueira, M. da C., & Oliveira, J. M. de. (2012). Minding the body, sexing the brain: Hormonal truth and the post-feminist hermeneutics of adolescence. *Feminist Theory*, 13(3), 305–323. <http://doi.org/10.1177/1464700112456006>
- Plummer, K. (1994). *Telling Sexual Stories: Power, Change and Social Worlds*. New York: Routledge.
- Podlas, K. (2011). The «Legal Epidemiology» of the Teen Sexting Epidemic: How the Media Influenced a Legislative Outbreak. *Pittsburg Journal of Technology Law & Policy*, 12(1), 1–48. <http://doi.org/10.5195/tlp.2012.91>
- Policarpo, V. (2011). Sexualidades em construção, ente o privado e o público. Em J. Mattoso (Ed.), *História da Vida Privada em Portugal: Os Nossos Dias* (pp. 48–79). Maia: Temas e Debates.
- Ponte, C. (2011). A rede de Espaços Internet: entre paradoxos e desafios da paisagem digital. *Media & Jornalismo*, (19), 39–58.
- Ponte, C. (2012a). Acessos, usos e competências. Resultados Nacionais do Inquérito EU Kids Online. Em C. Ponte, J. A. Simões, A. Jorge, & D. Cardoso (Eds.), *Crianças e Internet em Portugal. Acessos, Usos, Riscos, Mediações: Resultados do Inquérito Europeu EU Kids Online* (pp. 21–39). Coimbra: Edições MinervaCoimbra.
- Ponte, C. (2012b). *Crianças & media: pesquisa internacional e contexto português do século XIX à actualidade*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Ponte, C., & Cardoso, D. (2008). Entre nativos digitais e fossos geracionais. Questionando acessos, usos e apropriações dos novos media por crianças e jovens. Apresentado na XVI Encontro da Adolescência, Lisboa. Obtido de <http://www.fcs.unl.pt/eukidsonline/docs/ComunicacaoCP-DC-Juventude.pdf>
- Pornhub. (2015, Julho 25). More of What Women Want. Obtido de <http://www.pornhub.com/insights/women-gender-demographics-searches>
- Preciado, B. (2011a). *Manifesto contrasexual*. Barcelona: Editorial Anagrama.
- Preciado, B. (2011b). Multidões queer: notas para uma política dos «anormais». *Revista Estudos Feministas*, 19(1), 11–20. <http://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000100002>
- Price, J., Patterson, R., Regnerus, M., & Walley, J. (2015). How Much More XXX is Generation X Consuming? Evidence of Changing Attitudes and Behaviors Related to Pornography Since 1973. *The Journal of Sex Research*, 53(1), 12–20. <http://doi.org/10.1080/00224499.2014.1003773>
- Prozorov, S. (2011). Pornography and Profanation in the Political Philosophy of Giorgio Agamben. *Theory, Culture & Society*, 28(4), 71–95. <http://doi.org/10.1177/0263276411405076>

- Rabinow, P. (1996). Artificiality and Enlightenment: From Sociobiology to Biosociality. Em *Essays on the anthropology of reason* (pp. 91–111). Princeton, N.J: Princeton University Press.
- Ramlagun, P. (2012). «Don»t call me weird, but I normally watch porn» - Girls, sexuality and porn. *Agenda*, 26(3), 31–37. <http://doi.org/10.1080/10130950.2012.716652>
- Rebelo, J., Ponte, C., Férin, I., Malho, M. J., Brites, R., & Oliveira, V. (2008). *Estudo de Recepção dos Meios de Comunicação Social*. Lisboa: ERC.
- Renold, E., & Ringrose, J. (2011). Schizoid subjectivities?: Re-theorizing teen girls' sexual cultures in an era of «sexualization». *Journal of Sociology*, 47(4), 389–409. <http://doi.org/10.1177/1440783311420792>
- Renold, E., & Ringrose, J. (2013). Feminisms re-figuring 'sexualisation', sexuality and 'the girl'. *Feminist Theory*, 14(3), 247–254. <http://doi.org/10.1177/1464700113499531>
- Ribeiro, G. B. (2015, Setembro 14). Nas aulas não se vai voltar a falar de sexo da mesma maneira. *Público*. Obtido de <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/nas-aulas-nao-se-vai-voltar-a-falar-de-sexo-da-mesma-maneira-1707544>
- Rice, E., Gibbs, J., Winetrobe, H., Rhoades, H., Plant, A., Montoya, J., & Kordic, T. (2014). Sexting and Sexual Behavior Among Middle School Students. *Pediatrics*, 134(1), e21–e28. <http://doi.org/10.1542/peds.2013-2991>
- Rice, E., Rhoades, H., Winetrobe, H., Sanchez, M., Montoya, J., Plant, A., & Kordic, T. (2012). Sexually Explicit Cell Phone Messaging Associated With Sexual Risk Among Adolescents. *PEDIATRICS*, 130(4), 667–673. <http://doi.org/10.1542/peds.2012-0021>
- Richards, T. (2012). NVivo (Versão 10) [Microsoft Windows]. QSR International. Obtido de http://www.qsrinternational.com/products_nvivo.aspx
- Ringrose, J., Gill, R., Livingstone, S., & Harvey, L. (2012). *A qualitative study of children, young people and «sexting»: a report prepared for the NSPCC*. London: National Society for the Prevention of Cruelty to Children. Obtido de <http://www.nspcc.org.uk/>
- Ringrose, J., Gill, R., Livingstone, S., & Harvey, L. (2013). Teen girls, sexual double standards and «sexting»: Gendered value in digital image exchange. *Feminist Theory*, 14(3), 305–323. <http://doi.org/10.1177/1464700113499853>
- Ringrose, J., & Harvey, L. (2015a). «BBM is like match.com»: social networking and the digital mediation of teen's sexual cultures. Em J. Bailey & V. Steeves (Eds.), *eGirls, eCitizens: Putting Technology Theory, Policy & Education into Dialogue with Girls' and Young Women's Voices*. Ottawa: University of Ottawa Press.
- Ringrose, J., & Harvey, L. (2015b). Boobs, back-off, six packs and bits: Mediated body parts, gendered reward, and sexual shame in teens' sexting images. *Continuum*, 29(2), 205–217. <http://doi.org/10.1080/10304312.2015.1022952>
- Robinson, K. H. (2012). «Difficult citizenship»: The precarious relationships between childhood, sexuality and access to knowledge. *Sexualities*, 15(3–4), 257–276. <http://doi.org/10.1177/1363460712436469>

- Rocha, A. (2009). *À descoberta da educação sexual: uma perspectiva crítica a partir do discurso dos principais agentes* (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Universidade do Porto, Porto. Obtido de <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/54954>
- Rocha, E., & Pereira, C. (2012). *Juventude e Consumo: Um estudo sobre a comunicação na cultura contemporânea* (2^a). Coimbra: MinervaCoimbra.
- Rosa, J. M. (2008). Wishful Thinking ou Golpe de Misericórdia? A Wikipedia enquanto Nova Forma de Mediação dos Saberes. *Revista de Comunicação e Linguagens*, (38), 129–142.
- Rose, N. (1998). *Inventing Our Selves: Psychology, Power, and Personhood*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ross, M. W. (2005). Typing, Doing, and Being: Sexuality and the Internet. *The Journal of Sex Research*, 42(4), 342–352.
- Rubin, G. (1993). Misguided, Dangerous and Wrong: an Analysis of Anti-pornography Politics. Em A. Assiter & A. Carol (Eds.), *Bad Girls and Dirty Pictures: The Challenge to Reclaim Feminism* (pp. 18–40). London: Pluto Press.
- Rubin, G. (2007). Thinking Sex: Notes for a radical theory of the politics of sexuality. Em R. Parker & P. Aggleton (Eds.), *Culture, Society and Sexuality: A Reader* (2.^a ed.). New York: Routledge.
- Saavedra, L., Magalhães, S., Soares, D., Ferreira, S., & Leitão, F. (2007). Género, cultura e sexualidade em jovens portuguesas e portugueses: um programa de educação sexual. Em *Actas do Congresso Astur-Galaico de Sociologia*. Coruña. Obtido de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/7278>
- Saavedra, L., Nogueira, C., & Magalhães, S. (2010). Discursos de jovens adolescentes portugueses sobre sexualidade e amor: implicações para a educação sexual. *Educação & Sociedade*, 31(110), 135–156.
- Safer Internet Day 2010: Think B4 U post.* (2010). Obtido de https://www.youtube.com/watch?v=ylh1zzeICDM&feature=youtube_gdata_player
- Santos, A. (2010). *Educação para a sexualidade: paradigmas em escolas portuguesas* (Tese de Mestrado em Ciências da Educação). Universidade de Aveiro, Aveiro. Obtido de <http://ria.ua.pt/handle/10773/3585>
- Santos, A. C. (2013). Are we there yet? Queer sexual encounters, legal recognition and homonormativity. *Journal of Gender Studies*, 22(1), 54–64. <http://doi.org/10.1080/09589236.2012.745682>
- Saraswati, L. A. (2013). Wikisexuality: Rethinking sexuality in cyberspace. *Sexualities*, 16(5–6), 587–603. <http://doi.org/10.1177/1363460713487368>
- Sarmet, É. (2014). Pós-pornô, dissidência sexual e a situación cuir latino-americana: pontos de partida para o debate. *Revista Periódicus*, 1(1), 258–276.
- Scarcelli, C. M. (2014). «One way or another I need to learn this stuff!» Adolescents, sexual information, and the Internet's role between family, school, and peer groups. *Interdisciplinary Journal of Family Studies*, 1XX(1), 40–59.
- Schachter, E. P. (2005). Context and Identity Formation. *Journal of Adolescent Research*, 20(3), 375–395. <http://doi.org/10.1177/0743558405275172>

- Schmidt, G. (1998). Sexuality and Late Modernity. *Annual Review of Sex Research*, 9(1), 224–241. <http://doi.org/10.1080/10532528.1998.10559930>
- Schmitz, C. (2013). LimeSurvey (Versão 2.x). Obtido de <http://www.limesurvey.org/>
- Schwartz, S. J., Côté, J. E., & Arnett, J. J. (2005). Identity and Agency in Emerging Adulthood. *Youth & Society*, 37(2), 201–229. <http://doi.org/10.1177/0044118X05275965>
- Schwartz, S. J., Zamboanga, B. L., Luyckx, K., Meca, A., & Ritchie, R. A. (2013). Identity in Emerging Adulthood Reviewing the Field and Looking Forward. *Emerging Adulthood*, 1(2), 96–113. <http://doi.org/10.1177/2167696813479781>
- Schwarz, E. (2014). @hannah_arendt: An Arendtian Critique of Online Social Networks. *Millennium - Journal of International Studies*, 43(1), 165–186. <http://doi.org/10.1177/0305829814541505>
- Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência. (2012). Perguntas Frequentes - Escolaridade Obrigatória. Obtido 25 de Março de 2012, de <http://www.sg.min-edu.pt/pt/faq/escolaridade-obrigatoria/>
- Sedgwick, E. K. (1997). Paranoid Reading and Reparative Reading; or, You're So Paranoid, You Probably Think This Introduction Is About You. Em *Novel Gazing: Queer Readings in Fiction* (pp. 1–37). Durham: Duke University Press.
- Selwyn, N. (2008). A Safe Haven for Misbehaving? *Social Science Computer Review*, 26(4), 446–465. <http://doi.org/10.1177/0894439307313515>
- Seo, H., Houston, J. B., Knight, L. A. T., Kennedy, E. J., & English, A. B. (2014). Teens' social media use and collective action. *New Media & Society*, 16(6), 883–902. <http://doi.org/10.1177/1461444813495162>
- Settersten Jr., R. A., & Ray, B. (2010). What's Going on with Young People Today? The Long and Twisting Path to Adulthood. *The Future of Children*, 20(1), 19–41. <http://doi.org/10.1353/foc.0.0044>
- Shulman, S., Feldman, B., Blatt, S. J., Cohen, O., & Mahler, A. (2005). Emerging Adulthood. *Journal of Adolescent Research*, 20(5), 577–603. <http://doi.org/10.1177/0743558405274913>
- Silveirinha, M. J. (2005). Democracia deliberativa e reconhecimento: repensar o espaço político. Em J. C. Correia (Ed.), *Comunicação e Política* (pp. 147–180). Covilhã: UBI Labcom.
- Simões, J. A., Ponte, C., Ferreira, E., Doretto, J., & Azevedo, C. (2014). *Crianças e Meios Digitais Móveis em Portugal: Resultados Nacionais do Projeto Net Children Go Mobile*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Obtido de https://netchildrengomobile.files.wordpress.com/2015/02/ncgm_pt_relatorio1.pdf
- Simon, L., & Daneback, K. (2013). Adolescents' Use of the Internet for Sex Education: A Thematic and Critical Review of the Literature. *International Journal of Sexual Health*, 25(4), 305–319. <http://doi.org/10.1080/19317611.2013.823899>
- Simon, W., & Gagnon, J. H. (2003). Sexual Scripts: Origins, Influences and Changes. *Qualitative Sociology*, 26(4), 491–497. <http://doi.org/10.1023/B:QUAS.0000005053.99846.e5>

- Simpson, B. (2013). Challenging childhood, challenging children: Children's rights and sexting. *Sexualities*, 16(5–6), 690–709. <http://doi.org/10.1177/1363460713487467>
- Sirianni, J. M., & Vishwanath, A. (2012). Sexually Explicit User-Generated Content: Understanding Motivations and Behaviors using Social Cognitive Theory. *Cyberpsychology: Journal of Psychosocial Research on Cyberspace*, 6(1). <http://doi.org/10.5817/CP2012-1-7>
- Sloam, J. (2014). New Voice, Less Equal The Civic and Political Engagement of Young People in the United States and Europe. *Comparative Political Studies*, 47(5), 663–688. <http://doi.org/10.1177/0010414012453441>
- Smith, C. (2010). Pornographication: A discourse for all seasons. *International Journal of Media and Cultural Politics*, 6(1), 103–108. <http://doi.org/10.1386/macp.6.1.103/3>
- Smith, C. (2012). «I guess they got past their fear of porn»: Women viewing porn films. Em X. Mendik (Ed.), *Peep shows: cult film and the cine-erotic* (pp. 155–167). London; New York: Wallflower Press.
- Smith, C., & Attwood, F. (2011). Lamenting sexualization: research, rhetoric and the story of young people's 'sexualization' in the UK Home Office review. *Sex Education*, 11(3), 327–337. <http://doi.org/10.1080/14681811.2011.590314>
- Smith, C., & Attwood, F. (2014). Anti/pro/critical porn studies. *Porn Studies*, 1(1–2), 7–23. <http://doi.org/10.1080/23268743.2014.887364>
- Smith, C., Attwood, F., & Barker, M. (2012). *pornresearch.org Preliminary Findings* (Preliminary Report).
- Smith, M., Gertz, E., Alvarez, S., & Lurie, P. (2000). The Content and Accessibility of Sex Education Information on the Internet. *Health Education & Behavior*, 27(6), 684–694. <http://doi.org/10.1177/109019810002700603>
- Soares, C. (2013, Março 12). Parlamento Europeu chumba polícia porno [Online newsmagazine]. Obtido 12 de Março de 2013, de <http://visao.sapo.pt/parlamento-europeu-chumba-policia-porno=f717891>
- Sontag, S. (1964, Novembro). *On Classical Pornography*. Lecture, 92nd Street Y. Obtido de <https://www.youtube.com/watch?v=atS9kpDxR-0>
- Sontag, S. (1982). The Pornographic Imagination. Em *A Susan Sontag Reader* (pp. 205–233). New York: Farrar/Strauss/Giroux.
- Sørensen, A. D., & Kjørholt, V. S. (2008). How do Nordic adolescents relate to pornography? A quantitative study. Em S. V. Knudsen, L. Löfgren-Mårtenson, & S.-A. Månsson (Eds.), *Generation P? Youth, gender and pornography* (pp. 87–102). Copenhagen: Danish School of Education Press.
- Steinberg, L., & Lerner, R. M. (2004). The Scientific Study of Adolescence: A Brief History. *Journal of Early Adolescence*, 24(1), 45–54. <http://doi.org/10.1177/0272431603260879>
- Stern, S. E., & Handel, A. D. (2001). Sexuality and mass media: The historical context of psychology's reaction to sexuality on the internet. *Journal of Sex Research*, 38(4), 283–291. <http://doi.org/10.1080/00224490109552099>

- Stockton, K. B. (2009). *The queer child, or growing sideways in the twentieth century*. Durham: Duke University Press.
- Stoya. (2014). Feminism and the mainstream. *Porn Studies*, 1(1–2), 201–202. <http://doi.org/10.1080/23268743.2014.888256>
- Štulhofer, A., Buško, V., & Schmidt, G. (2012). Adolescent exposure to pornography and relationship intimacy in young adulthood. *Psychology and Sexuality*, 3(2), 95–107. <http://doi.org/10.1080/19419899.2010.537367>
- Szulc, Ł., & Dhoest, A. (2013). The internet and sexual identity formation: Comparing Internet use before and after coming out. *Communications: The European Journal of Communication Research*, 4(38), 347–365. <http://doi.org/10.1515/commun-2013-0021>
- Tal-Or, N., Cohen, J., Tsfati, Y., & Gunther, A. C. (2010). Testing Causal Direction in the Influence of Presumed Media Influence. *Communication Research*. <http://doi.org/10.1177/0093650210362684>
- Tanton, C., Jones, K. G., Macdowall, W., Clifton, S., Mitchell, K. R., Datta, J., ... Mercer, C. H. (2015). Patterns and trends in sources of information about sex among young people in Britain: evidence from three National Surveys of Sexual Attitudes and Lifestyles. *BMJ Open*, 5(3), 1–10. <http://doi.org/10.1136/bmjopen-2015-007834>
- Tarver, E. C. (2011). New Forms of Subjectivity: Theorizing the Relational Self with Foucault and Alcoff. *Hypatia*, 26(4), 804–825. <http://doi.org/10.1111/j.1527-2001.2011.01235.x>
- Taylor, A. (2011). Reconceptualizing the «nature» of childhood. *Childhood*, 18(4), 420–433. <http://doi.org/10.1177/0907568211404951>
- Taylor, C. (2009). Pornographic Confessions? Sex Work and Scientia Sexualis in Foucault and Linda Williams. *Foucault Studies*, 0(7), 18–44.
- Temple, J. R., & Choi, H. (2014). Longitudinal Association Between Teen Sexting and Sexual Behavior. *Pediatrics*, 134(5), 1–6. <http://doi.org/10.1542/peds.2014-1974>
- The National Campaign to Prevent Teen and Unplanned Pregnancy. (2008). *Sex and Tech: Results from a Survey of Teens and Young Adults*. Washington, DC: The National Campaign to Prevent Teen and Unplanned Pregnancy. Obtido de <http://thenationalcampaign.org/resource/sex-and-tech>
- Theocharis, Y., & Quintelier, E. (2014). Stimulating citizenship or expanding entertainment? The effect of Facebook on adolescent participation. *New Media & Society*, 1–20. <http://doi.org/10.1177/1461444814549006>
- Thompson, K. (2010). Because looks can be deceiving: media alarm and the sexualisation of childhood - do we know what we mean? *Journal of Gender Studies*, 19, 395–400. <http://doi.org/10.1080/09589236.2010.533492>
- Tibbals, C. A. (2014). Gonzo, trannys, and teens – current trends in US adult content production, distribution, and consumption. *Porn Studies*, 1(1–2), 127–135. <http://doi.org/10.1080/23268743.2013.863659>
- Tiidenberg, K. (2015). Boundaries and conflict in a NSFW community on tumblr: The meanings and uses of selfies. *New Media & Society*, 1–16. <http://doi.org/10.1177/1461444814567984>

- Torres, D. J. (2011). *Porno terrorismo*. Tafalla: Txalaparta.
- Trancoso, A. E. R., & Oliveira, A. A. S. (2014). Produção social, histórica e cultural do conceito de juventudes heterogêneas potencializa ações políticas. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 137–147. <http://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100015>
- Travassos, A. R., Costa, J. B. da, Vasconcelos, J. P., & Marques, M. S. (2013). Qualidade da Informação Acedida na Internet antes da Ida à Consulta de Venereologia. *Revista da Sociedade Portuguesa de Dermatologia e Venereologia*, 70(1). Obtido de <http://revista.spdv.com.pt/index.php/spdv/article/view/39>
- Trouble, C. (2014). Finding gender through porn performance. *Porn Studies*, 1(1–2), 197–200. <http://doi.org/10.1080/23268743.2014.888254>
- Tsaliki, L. (2015). Popular culture and moral panics about ‘children at risk’: revisiting the sexualisation-of-young-girls debate. *Sex Education*, 15(5), 500–514. <http://doi.org/10.1080/14681811.2015.1022893>
- Tsaliki, L., Chronaki, D., & Ólafsson, K. (2014). *Experiences with sexual content: What we know from the research so far* (EU Kids Online Short Reports). London: LSE. Obtido de <http://www.lse.ac.uk/media@lse/research/EUKidsOnline/EU%20Kids%20III/Reports/SexualContent.pdf>
- Turkle, S. (1997). *Life on the Screen: Identity in the Age of the Internet*. New York: Simon & Schuster.
- Turkle, S. (2012). *Alone Together: Why We Expect More from Technology and Less from Each Other*. New York: Basic Books.
- Twohig, M. P., Crosby, J. M., & Cox, J. M. (2009). Viewing Internet Pornography: For Whom is it Problematic, How, and Why? *Sexual Addiction & Compulsivity*, 16(4), 253–266. <http://doi.org/10.1080/10720160903300788>
- Ullén, M. (2009). Pornography and its critical reception: toward a theory of masturbation. *Jump Cut: A Review of Contemporary Media*, (51). Obtido de <http://www.ejumpcut.org/archive/jc51.2009/UllénPorn/>
- Valkenburg, P. M., & Soeters, K. E. (2001). Children’s Positive and Negative Experiences With the Internet. *Communication Research*, 28(5), 652–675. <http://doi.org/10.1177/009365001028005004>
- van Dijk, T. (2005). *Discurso, Notícia e Ideologia: Estudos na Análise Crítica do Discurso*. Porto: Campo de Letras.
- Velasquez, A., & LaRose, R. (2015). Youth collective activism through social media: The role of collective efficacy. *New Media & Society*, 17(6), 899–918. <http://doi.org/10.1177/1461444813518391>
- Vieira, C. P. (2012). «*Eu faço sexo amoroso*» - *A Sexualidade dos Jovens pela Voz dos Próprios*. Lisboa: Editorial Bizâncio.
- Vieira, M. M. (2011). Aprendizagens, escola e a pedagogização do quotidiano. Em J. Mattoso (Ed.), *História da Vida Privada em Portugal: Os Nossos Dias* (pp. 174–207). Maia: Temas e Debates.

- Vieira, O. (2009). *A educação sexual na escola pública portuguesa: um olhar a partir da experiência de alunos do 10.º ano* (Tese de Mestrado em Educação). Universidade do Minho, Minho. Obtido de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/11138>
- Vieira, P. (2010). *Silêncios simultâneos: currículo e sexualidades* (Tese de Mestrado em Ciências da Educação). Universidade do Minho, Minho. Obtido de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/14155>
- Vieira, P. (2013, Junho 19). Dados PE - Colaboração em Investigação de Doutoramento.
- Waskul, D. D., Douglass, M., & Edgley, C. (2004). Outercourse. Em D. D. Waskul (Ed.), *Net.SeXXX: Readings On Sex, Pornography, And The Internet* (pp. 13–33). New York: Peter Lang Publishing.
- Weitzer, R. (2011). Review Essay: Pornography's Effects: The Need for Solid Evidence. *Violence Against Women*, 17(5), 666–675. <http://doi.org/10.1177/1077801211407478>
- Weller, W. (2010). A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. *Sociedade e Estado*, 25(2), 205–224. <http://doi.org/10.1590/S0102-69922010000200004>
- Wellman, B. (2002). Little Boxes, Glocalization, and Networked Individualism. Em M. Tanabe, P. van den Besselaar, & T. Ishida (Eds.), *Digital Cities II. Computational and Sociological Approaches* (pp. 10–25). Berlin: Springer-Verlag. Obtido de <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.19.9870>
- Wells, K. C. (2009). *Childhood in a global perspective*. Cambridge, UK ; Malden, Massachusetts: Polity Press.
- Williams, L. (2014). Pornography, porno, porn: thoughts on a weedy field. *Porn Studies*, 1(1–2), 24–40. <http://doi.org/10.1080/23268743.2013.863662>
- Willis, P. (2012). Talking Sexuality Online – Technical, Methodological and Ethical Considerations of Online Research with Sexual Minority Youth. *Qualitative Social Work*, 11(2), 141–155. <http://doi.org/10.1177/1473325011400488>
- Wilson, W. C. (1971). Facts Versus Fears: Why Should We Worry About Pornography? *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 397(1), 105–117. <http://doi.org/10.1177/000271627139700113>
- Wittig, M. (1980). The straight mind. *Feminist Issues*, 1(1), 103–111. <http://doi.org/10.1007/BF02685561>
- Wittig, M. (2010). One Is Not Born a Woman. Em C. R. McCann & S.-K. Kim (Eds.), *Feminist theory reader: local and global perspectives* (pp. 243–249). New York: Routledge.
- Wodak, R., & Meyer, M. (2010). Critical Discourse Analysis: History, Agenda, Theory and Methodology. Em R. Wodak & M. Meyer (Eds.), *Methods of critical discourse analysis* (2nd ed., pp. 1–33). Thousand Oaks, California; London: SAGE Publications.
- Wood, E., Senn, C. Y., Desmarais, S., Park, L., & Verberg, N. (2002). Sources of Information about Dating and Their Perceived Influence on Adolescents.

Journal of Adolescent Research, 17(4), 401–417.
<http://doi.org/10.1177/07458402017004005>

- Woodhead, M. (2009). Childhood Studies: Past, present and future. Em M. J. Kehily (Ed.), *An Introduction to Childhood Studies* (2.^a ed., pp. 17–31). London: Open University Press. Obtido de <http://oro.open.ac.uk/6847/>
- Wouters, C. (2010). Sexualization: Have sexualization processes changed direction? *Sexualities*, 13(6), 723–741. <http://doi.org/10.1177/1363460710384552>
- Wright, P. J., & Randall, A. K. (2014). Pornography Consumption, Education, and Support for Same-Sex Marriage Among Adult U.S. Males. *Communication Research*, 41(5), 665–689. <http://doi.org/10.1177/0093650212471558>
- Wyatt, S., Henwood, F., Hart, A., & Smith, J. (2005). The digital divide, health information and everyday life. *New Media & Society*, 7(2), 199–218. <http://doi.org/10.1177/1461444805050747>
- Ybarra, M. L., & Mitchell, K. J. (2005). Exposure to Internet Pornography among Children and Adolescents: A National Survey. *CyberPsychology & Behavior*, 8(5), 473–486. <http://doi.org/10.1089/cpb.2005.8.473>
- Ybarra, M. L., Strasburger, V. C., & Mitchell, K. J. (2014). Sexual Media Exposure, Sexual Behavior, and Sexual Violence Victimization in Adolescence. *Clinical Pediatrics*, 53(13), 1239–1247. <http://doi.org/10.1177/0009922814538700>
- Young, M. (2014). Authenticity and its role within feminist pornography. *Porn Studies*, 1(1–2), 186–188. <http://doi.org/10.1080/23268743.2014.888250>

ADENDA

Grelha de Análise de Conteúdo e Manual de Codificação

Grelha

1. Actividades e temas associados
 - a. Procura de informação sobre sexualidade e saúde sexual
 1. Internet como mais acessível
 2. Internet como acesso a experiências subjectivas
 - b. Participação cívica online
 1. Como meio de aprendizagem
 2. Como melhoria de si mesmo
 3. Para encontrar pessoas como eu
 4. Como passagem ou ligação com activismo no terreno
 5. Como menos prático, eficaz ou eficiente que cara-a-cara ou no terreno
 6. Como socialmente importante
 7. Como forma de apoio a minorias
 8. Como algo não fundamental
 9. Como algo que não gera identificação
 - c. Consumo de pornografia
 1. Como fácil de encontrar
 2. Existem vários tipos de pornografia
 3. Como material de aprendizagem
 4. Algo que requer cuidado
 5. Como algo feito por brincadeira ou gozo
 6. Especificidades e diferenças de ver/fazer pornografia profissional
 7. Expressão ideal de sexo
 8. Fazer pornografia como forma de ganhar dinheiro
 9. Posturas sobre leis e restrições
 10. Como visibilizante da diferença sexual
 11. Como *hobby* ou actividade específica
 12. Como exposição acidental
 13. Como algo importante ou indispensável
 14. Como teste à orientação sexual
 - d. *Sexting*
 1. Como algo arriscado
 2. Como forma de agradar outra pessoa
 3. Como troca recíproca
 4. Associado a partilha indevida
 5. Associado a recepção não-requisitada
 6. Como criação de novas oportunidades
2. Literacia digital
 - a. Dificuldade em realizar tarefa / encontrar informação
 - b. Estratégias para realizar tarefa / encontrar informação
 - c. Dificuldades em avaliar conteúdos
 - d. Estratégias para avaliar conteúdos
 - e. Desconhecimento de como realizar tarefa / encontrar informação
 - f. Impacto dos (novos) *media*

3. Avaliação / opinião valorativa
 - a. Positiva
 - b. Negativa
 - c. Ambivalente
 - d. Universalizante
 - e. Alterização
4. Contextos pessoais / sociais
 - a. Contexto escolar
 - b. Contexto de pares
 - c. Contexto familiar / mediação parental
 - d. Contexto de relação íntima
 - e. Contexto de responsabilidade pessoal
5. Contexto referencial
 - a. Experiências próprias
 - b. Experiências de outrem
6. *Coping* / Gestão de risco
 - a. Não fez nada
 - b. Não voltou a tentar fazer
 - c. Nunca fazer a actividade
 - d. Mediação de pares
 - e. Mediação parental
 - f. Solução tecnológica / de software
 - g. Desconhecimento de formas de *coping*
 - h. Polícia ou autoridades
7. Reacção emocional
 - a. Nojo
 - b. Empatia
 - c. Pena
 - d. Medo
 - e. Riso
 - f. Choque
 - g. Incómodo
 - h. Satisfação ou prazer, agrado
 - i. Curiosidade
 - j. Tolerância
 - k. Frustração
 - l. Vergonha
 - m. Desespero
8. Auto-apresentação
 - a. 'Eu' como liberal
 - b. 'Eu' como maduro
 - c. Auto-reflexividade
 - d. Discurso biográfico
 - e. 'Eu' como fonte de informação ou recursos
 - f. Estabilidade ou manutenção de práticas ou gostos
9. Visões sobre idade
 - a. Idade como factor relevante
 - b. Discurso geracional
 - c. Crescer / envelhecer como base de mudanças
 - d. Naturalização etarista

10. Visões sobre / associadas a Sexo e Sexualidade
 - a. Natural
 - b. Perversidade
 - c. Especial
 - d. Nojo / Repulsa
 - e. Necessidade
 - f. Medo
 - g. Coragem
 - h. Fragilidade / Humildade
 - i. Experiência
 - j. Ameaça a dignidade
 - k. Tema complicado / Vergonha
 - l. Tabu
 - m. Duplo padrão sexual
 - n. Saúde ou saudável
11. Experiências de género e orientação sexual
 - a. Experiências genderizadas
 - b. Homo-lés-bi-trans-fobia
 - c. Hetero-normatividade
 - d. Experiências ligadas a orientação sexual
12. Tópicos ligados a sexo e sexualidade
 - a. ISTs
 - b. Gravidez
 - c. Contraceção
 - d. Relações íntimas
 - e. Masturbação
 - f. Corpo e alterações corporais
 - g. Dano próprio
 - h. Fetiches
13. Áreas e detentores de saber
 - a. Medicina / enfermagem
 - b. Psicologia ou Psiquiatria
 - c. Religião
 - d. Família
 - e. Professores / Ensino
 - f. Grupos de pares ou colegas
 - g. Polícia

- Activismo *offline*
- Ask.fm
- Blogs
- Dados móveis
- Educação Sexual na Escola
- Facebook
- Falta de tempo
- IPDJ
- Jovens e Sexualidade (fecho)
- Media *offline*

- Participação no processo de investigação
- Rede Ex Aequo
- Redes sociais de dating ou sexo
- Tumblr

Manual

Segue-se uma descrição de quais as linhas de guia seguidas para a codificação realizada através do programa Nvivo, bem como o enquadramento nos objectivos da investigação.

- 1) Actividades e temas associados – Este item e seus sub-itens contêm as quatro principais áreas de comportamentos que foram auscultadas junto dos jovens. Como sub-sub-categorias serão colocadas as ideias e conceitos a que os jovens associam cada uma dessas práticas, em contexto, procurando manter sempre que possível as expressões utilizadas pelas pessoas entrevistadas.
 - a) Procura de informação sobre sexualidade e saúde sexual – Todos os tipos de procura de informação que incluam questões sobre sexualidade, saúde sexual, sobre o corpo e alterações ao mesmo.
 - i) Internet como mais acessível – Caracterizar o acesso a informação sobre sexualidade e saúde sexual na internet como sendo particularmente mais acessível do que outras formas de acesso a essa mesma informação, quer em termos tecnológicos e logísticos (de acessibilidade), quer em termos sociais (com menos barreiras).
 - ii) Internet como acesso a experiências subjectivas – Busca de informação que tenha que ver com relatos subjectivos sobre determinado tema, ao invés de procura por informação considerada objectiva ou técnica; por vezes esta categoria cruza-se com a Participação cívica online.
 - b) Participação cívica online – Desde a partilha de informação sobre sexualidade ou saúde sexual, até à participação em fóruns, comunidades online ou o recurso e adesão a iniciativas que têm o online como seu ponto principal de divulgação mas que também incorporam, por vezes, uma componente de acção directa.
 - i) Como meio de aprendizagem – Indicação de que a tomada de contacto com expressões de participação cívica online, ou a participação directa em

processos de expressão cívica online contribuíram para um processo de aprendizagem, próprio ou alheio.

- ii) Como melhoria de si mesmo – Indicação de que a tomada de contacto com expressões de participação cívica online, ou a participação directa em processos de expressão cívica online contribuíram para um processo de crescimento ou melhoria pessoais, ou de terceiros. Difere da categoria acima por se tratar, neste caso, de uma percepção de evolução qualitativa, psicológica, de crescimento, ao invés de aquisição de informação até então indisponível; ainda assim, os dois códigos poderão ser aplicados na medida em que tal se justifique.
- iii) Para encontrar pessoas como eu – Participação cívica como forma de cumprir uma função de ponte social e de encontrar outras pessoas com interesses ou identidades semelhantes ou complementares.
- iv) Como passagem ou ligação com activismo no terreno – Referências à potencialidade que a participação cívica online tem de gerar activismo fora do contexto online; referências à importância ou papel que o contexto online tem na promoção ou apoio do activismo directo.
- v) Como menos prático, eficaz ou eficiente que cara-a-cara ou no terreno – Visão que secundariza a importância ou impacto do activismo e da participação cívica online, em comparação com o que é feito no terreno.
- vi) Como socialmente importante – Visão da participação cívica online que coloca enfoque na importância social (ou seja, para além da relevância pessoal) das práticas de participação cívica online; descrições de como a participação cívica online pode ser socialmente relevante.
- vii) Como forma de apoio a minorias – Referência à participação cívica online como algo que é particularmente vocacionado para apoiar minorias de qualquer tipo.
- viii) Como algo não-fundamental – Parcialmente o inverso do código 6) acima, esta codificação aplica-se a opiniões ou considerações sobre a ausência de importância social da participação cívica online, sobre a sua ineficiência ou falta de impacto prático.
- ix) Como algo que não gera identificação – Afirmação de distanciamento ou desidentificação com qualquer tipo de participação cívica online, por

incompatibilidade identitária ou por considerar-se que existe uma não-coincidência de valores e utilidades.

- c) Consumo de pornografia – Procura ou consumo acidental de material pornográfico num sentido alargado do termo, incluindo material de animação, material escrito (e.g.: *fanfics*), bem como qualquer tipo de material ou plataforma que as pessoas entrevistadas considerem, por sua auto-definição, como sendo pornográfico.
 - i) Como fácil de encontrar – Semelhante a 1.a.1), refere-se a menções sobre como a pornografia online é especificamente de mais fácil acesso, tanto técnico como social.
 - ii) Existem vários tipos de pornografia – Referências explícitas à multiplicidade de géneros ou tipos de pornografia, nichos de preferências ou, alternativamente, implicação da existência dessa pluralidade de registos através da referência não-universalizante das características de um determinado tipo específico.
 - iii) Como material de aprendizagem – Referências à possibilidade ou facto de a pornografia poder servir como material de aprendizagem de alguma coisa, independentemente do que isso possa ser, e independentemente de essa aprendizagem ser positiva ou negativa, e estar ligada a informação de qualidade/realista ou não.
 - iv) Algo que requer cuidado – Demonstração de preocupação específica sobre cuidados ou precauções que envolvem o visionamento de pornografia online, e que a colocam à parte de outras actividades online; referências a quais os cuidados a ter ou razões pelas quais o visionamento de pornografia online pode ser algo particularmente exigente de cuidados ou precauções de segurança e/ou privacidade.
 - v) Como algo feito por brincadeira ou gozo – Referências a situações e contextos em que o visionamento de pornografia era feito por razões que não têm que ver com estimulação sexual, em que há um elemento de brincadeira ou provocação (não-sexual) associada, ou de uso de material pornográfico online em contexto vexatório ou confrangedor para alguém.
 - vi) Especificidades e diferenças de ver/fazer pornografia profissional – Referências a opiniões e ideias sobre pornografia profissional, pessoas que

trabalham na área da pornografia profissional, diferenças entre pornografia profissional e amadora, ou outros elementos que envolvam referências a pornografia profissional.

- vii) Expressão ideal de sexo – Referência a conteúdos pornográficos como não sendo realistas, como revelando uma expressão de sexo que não corresponde ao que é realista, e que difere ou tem o potencial de diferir do que é expectável encontrar quotidianamente, na perspectiva da pessoa entrevistada, ou na perspectiva projectada pela pessoa entrevistada sobre outrem.
- viii) Fazer pornografia como forma de ganhar dinheiro – Relação considerada relevante ou central entre a produção e/ou consumo de pornografia e a busca de rendimentos; geralmente esta codificação encontra-se associada à 6) acima.
- ix) Posturas sobre leis e restrições – Posicionamento sobre limitações, reais ou supostas, de várias naturezas, no que toca ao acesso a material pornográfico online; descrição dessas mesmas limitações.
- x) Como visibilizante da diferença sexual – Pornografia online considerada como um vector que permite que se percepcionem diferentes formas de sexualidade para além da hetero-normativa; papel específico da disseminação de pornografia online na visibilização (social e também pessoal) de variadas expressões sexuais e de orientação sexual.
- xi) Como *hobby* ou actividade específica – Referência ao consumo de pornografia online enquanto actividade auto-contida, ou como finalidade em si mesma, ou como um campo de actividades ou de apreciações (estéticas ou outras) específicas e diferenciadas.
- xii) Como exposição accidental – Visualização de pornografia online associada a momentos de exposição accidental como contexto central para a experiência relatada ou suposta; de referir que aqui se incluem situações em que a exposição é accidental para todas as pessoas envolvidas na situação, mas não situações em que a visualização é não-intencional para alguma pessoa mas intencional ou provocada para outra(s), como é o caso das situações que se enquadram no ponto 5), acima.
- xiii) Como algo importante ou indispensável – Pornografia online considerada como importante (socialmente ou subjectivamente), ou pressuposta como tal para terceiros; esta codificação está muito fortemente ligada a algumas

questões colocadas especificamente sobre que importância julgavam as pessoas entrevistadas que a pornografia tinha; inclui-se aqui a ideia do vício em pornografia como variante incluída na noção de que a pornografia é ou pode ser indispensável para alguém.

xiv) Como teste à orientação sexual – Parcialmente relacionado com o ponto 10), mas diferente desde na medida em que o enfoque é colocado na função da visualização do material pornográfico como um teste que a pessoa referida aplica sobre si mesma, ao invés de uma forma de resolver um desconhecimento sobre a existência de diferentes sexualidades.

d) *Sexting* – o envio e/ou recepção de mensagens de cariz erótico ou íntimo, quer sejam de texto, quer sejam com imagem, vídeo ou multimédia, primariamente através de telemóvel ou *smartphone* mas também considerando outras plataformas de difusão, como redes sociais (que, por sua vez, podem ou não ser acedidas e utilizadas através de *smartphones*).

i) Como algo arriscado – Semelhante a 1.c.4), inclui referências em que a própria actividade é considerada arriscada, e é-o de uma maneira que faz com que esta seja uma característica intrínseca ou, pelo menos central, da actividade em si.

ii) Como forma de agradar a outra pessoa – As referências aqui contidas olham para o aspecto utilitário e funcional da actividade, colocando ênfase em especial em como a actividade se centra na pessoa que vai receber o conteúdo; como em outras categorias, entram aqui tanto relatos de comportamentos efectivos como pressupostos.

iii) Como troca recíproca – As referências aqui contidas olham para o aspecto utilitário e funcional da actividade, colocando ênfase em especial em como a actividade se centra na mutualidade das trocas de materiais íntimos entre todas as partes envolvidas, geralmente no contexto de uma relação com alguém que se conhece, mas não necessariamente.

iv) Associado a partilha indevida – Inserem-se aqui referências a situações em que determinado material enviado por uma pessoa foi subsequentemente partilhado com outras pessoas para além do destinatário original, sem o consentimento da pessoa de quem originalmente o conteúdo emanou.

- v) Associado a recepção não-requisitada – Inserem-se aqui as referências a situações onde a recepção (ao invés do envio) de material íntimo ou sexual não foi requisitado e é recebido contra vontade do destinatário do mesmo.
 - vi) Como criação de novas oportunidades – Geralmente associado a dinâmicas relacionais entre pessoas que se conhecem (seja relatando uma experiência, seja supondo-a em terceiros), entram nestas categorias as referências ao *sexting* como uma actividade que permite acrescentar outras dimensões a essa relação pré-existente, desenvolver novos tipos de relação, ou colmatar necessidades sentidas num determinado contexto relacional.
- 2) Literacia digital – As sub-categorias abaixo pretendem agregar os conhecimentos que as pessoas entrevistadas dizem ter sobre as actividades que desempenham online e na sua relação com as novas tecnologias, mas também conhecimentos que achem relevante ter (para eles próprios ou para outras pessoas), bem como as lacunas que identificam no seu próprio conhecimento e no dos outros.
- a) Dificuldade em realizar tarefa / encontrar informação – Incluem-se aqui referências a dificuldades sentidas ou percebidas na realização de um determinado objectivo pretendido, ou na procura de alguma informação ou elemento, da parte da própria pessoa ou de terceiros.
 - b) Estratégias para realizar tarefa / encontrar informação – Medidas tomadas ou sugeridas pela pessoa entrevistada, já realizadas ou que outros poderiam/deveriam realizar, para conseguir desempenhar (ou desempenhar de forma mais eficiente) uma determinada tarefa, ou localizar algum tipo de informação. Aqui podem incluir-se desde métodos de pesquisa em motores de busca, até à identificação e colecção de *sites* considerados de referência ou confiança.
 - c) Dificuldades em avaliar conteúdos – Avaliação da pessoa entrevistada sobre o quão complexo ou simples pode ser avaliar a veracidade, utilidade ou grau de confiabilidade de informações ou fontes, quer essa dificuldade tenha já sido sentida, quer seja presumida para a pessoa ou para terceiros.
 - d) Estratégias para avaliar conteúdos – Formas encontradas ou presumidas pela pessoa entrevistada para avaliar da veracidade, utilidade ou grau de confiabilidade de informações ou fontes, quer conhecidas, quer presumidas; aplicáveis tanto à própria pessoa como a terceiros.

- e) Desconhecimento de como realizar tarefa / encontrar informação – Diferentemente da alínea a), esta alínea está reservada apenas para uma afirmação explícita e total da parte da pessoa entrevistada sobre o seu desconhecimento de como realizar um dado objectivo ou encontrar uma dada informação, quer esse desconhecimento seja sentido ou presumido, e recaia sobre a própria pessoa ou sobre terceiros.
 - f) Impacto dos (novos) *media* – Avaliação ou considerações sobre efeitos mediáticos, sentidos ou presumidos, sobre a pessoa entrevistada ou sobre terceiros; considerações sobre o funcionamento dos *media* e sobre a sua importância ou falta dela, tanto a nível pessoal quanto social.
- 3) Avaliação / opinião valorativa – Neste item e seus sub-itens estão organizadas as referências de tipo opinativo, valorativo e avaliativo (ou seja, que fornecem uma opinião, emitem um julgamento de valores ou fazem uma avaliação ponderada) sobre quaisquer tópicos mencionados. Assim sendo, pretende-se captar a direcção dessa valoração (positiva, negativa, ambivalente) e também o âmbito da mesma (universalizante ou por alteridade). Não se pretende encaixar em nenhuma destas categorias as descrições de comportamentos, apenas frases e excertos que contenham uma dimensão valorativa.
- a) Positiva – Visão explicitamente positiva sobre um determinado elemento, prática, meio de comunicação, pessoa, entre outros, tanto presumida como assumida; tanto própria como de terceiros (e.g.: “Eles acham bem que...”).
 - b) Negativa – Visão explicitamente negativa sobre um determinado elemento, prática, meio de comunicação, pessoa, entre outros, tanto presumida como assumida; tanto própria como de terceiros (e.g.: “Eles acham mal que...”).
 - c) Ambivalente – Visão que integra elementos positivos e negativos, ou de incerteza, sobre um determinado elemento, prática, meio de comunicação, pessoa, entre outros, tanto presumida como assumida; tanto própria como de terceiros (e.g.: “Eles não sabiam bem o que pensar sobre...”).
 - d) Universalizante – Pressuposto de aplicabilidade de uma determinada visão ou posição sobre um assunto, ou comportamento, à totalidade das pessoas, ou a ninguém. Geralmente existem expressões bastante claras associadas a este tipo de referência (“Toda a gente...”, “Ninguém...”).
 - e) Alterização – Pressuposto de aplicabilidade de uma determinada visão ou posição sobre um assunto, ou comportamento, a um grupo de pertença de uma

forma, e a um exogrupo de outra. Também aplicável a situações em que a pessoa entrevistada se pretende distanciar do comportamento de outras pessoas, bem como a situações onde se reporta algo que se considera ser genderizado ou idadista na sua natureza (e.g.: “Os rapazes são...”).

- 4) Contextos pessoais / sociais – Os sub-itens abaixo pretendem qualificar quais os contextos aplicáveis a situações ou posições aludidas pela pessoa entrevistada, mesmo que a própria pessoa não tenha estado directamente envolvida na questão, ou mesmo no caso de situações hipotéticas.
 - a) Contexto escolar – Referência feita a situações ou questões que envolvam qualquer aspecto da escola: o espaço, as suas regras, professores, colegas de escola.
 - b) Contexto de pares – Referência feita a situações ou questões que envolvam pessoas identificadas como amigos de idade aproximada, ou de um círculo social próximo; potencialmente cumulativo com o sub-item a), nos casos em que se fala de amizades que envolvem colegas de escola; incluem-se aqui também relações familiares em que não existe a percepção, por parte da pessoa entrevista, de um diferencial de poder ou convivência constante (e.g.: primos de idades semelhantes em que existe contacto esporádico).
 - c) Contexto familiar / mediação parental – Referência feita a situações ou questões que envolvam a família, quer de idade aproximada, quer de idades diferentes; referências a mediação parental ou de outra figura familiar de autoridade ou de grande proximidade relacional (e.g.: irmãos); por questões de dinâmica de autoridade, poder-se-ão aqui também incluir adultos que não são tecnicamente parte da família mas que agem enquanto tal ou que têm com esta um nível de relacionamento que os faça ser considerados como tal.
 - d) Contexto de relação íntima – Referência feita a situações ou questões que envolvam uma relação íntima, geralmente de namoro ou de aspiração a isso, com potenciais componentes romântica e/ou sexual.
 - e) Contexto de responsabilidade pessoal – Referência feita a situações ou questões em que a própria pessoa se responsabiliza totalmente ou centralmente pelo tema abordado, quer numa situação que envolva a pessoa entrevistada, quer numa situação hipotética ou sobre terceiros (e.g.: “A pessoa é que tem de...”).

- 5) Contexto referencial – Nos sub-itens abaixo pretende-se distinguir entre referências feitas a experiências pessoais (reais ou hipotéticas) ou experiências alheias, que não envolvam directamente a pessoa entrevistada, também tanto reais como hipotéticas.
- a) Experiências próprias – Situações ou questões que envolvam de forma directa a pessoa entrevistada, quer sejam de tipo hipotético como real.
 - b) Experiências de outrem – Situações ou questões que não envolvam de forma directa a pessoa entrevistada, quer sejam de tipo hipotético como real.
- 6) *Coping* / Gestão de risco – Este item e seus sub-itens dizem respeito às diferentes estratégias (ou ausência delas) tomadas, efectivamente ou hipoteticamente, pela pessoa que responde à entrevista ou por terceiros no que diz respeito a cuidados a ter sobre experiências online, ou formas de lidar com acontecimentos online.
- a) Não fez nada – A inacção como atitude de resposta ou atitude preventiva face a um problema vivido ou presumido; tanto como atitude tomada pela pessoa entrevistada, como por terceiros, como sugerida por ela hipoteticamente.
 - b) Não voltou a tentar fazer – A desistência de engajar em determinada prática como atitude de resposta ou atitude preventiva face a um problema vivido ou presumido; tanto como acção tomada pela pessoa entrevistada, como por terceiros, como sugerida por ela hipoteticamente.
 - c) Nunca fazer a actividade – Evitação activa de realizar uma determinada acção como forma de prevenir um problema presumido; tanto como atitude tomada pela pessoa entrevistada, como por terceiros, como sugerida por ela hipoteticamente.
 - d) Mediação de pares – Articulação dos pares enquanto recurso para lidar com alguma situação ou questão, evitá-la, ou obter conselhos acerca dela; tanto como acção tomada pela pessoa entrevistada, como por terceiros, como sugerida por ela hipoteticamente.
 - e) Mediação parental – Articulação dos pais ou família enquanto recurso para lidar com alguma situação ou questão, evitá-la, ou obter conselhos acerca dela; tanto como acção tomada pela pessoa entrevistada, como por terceiros, como sugerida por ela hipoteticamente.
 - f) Solução tecnológica / de *software* – Articulação de ferramentas tecnológicas ou de abordagens centradas em *hardware* ou *software* enquanto recurso para lidar com alguma situação ou questão, evitá-la, ou obter conselhos acerca dela; tanto

como acção tomada pela pessoa entrevistada, como por terceiros, como sugerida por ela hipoteticamente.

- g) Desconhecimento de formas de *coping* – Afirmação explícita e total da parte da pessoa entrevistada sobre o seu desconhecimento de como lidar com uma determinada situação, quer esse desconhecimento seja sentido ou presumido, e recaia sobre a própria pessoa ou sobre terceiros, de forma hipotética.
 - h) Polícia ou autoridades – Recurso a polícia ou outras autoridades oficiais como forma de lidar com alguma questão ou problema que tenha surgido em contexto online ou gerado a partir de uma situação ocorrida online.
- 7) Reacção emocional – Neste item e sub-itens estão presentes referências a reacções emocionais ou psicológicas, reais ou presumidas, por parte da pessoa entrevistada ou de terceiros mencionados. Tanto quanto possível será feita a distinção entre associações valorativas entre por um lado (e.g.: “Isso é nojento”), e as reacções face a um determinado acontecimento (e.g.: “Senti-me assustado”), sendo este segundo tipo de referências a que constam nesta categoria e suas sub-categorias. Também tanto quanto possível, as expressões utilizadas serão as reportadas pelas pessoas entrevistadas, apesar de se ter feito um esforço para equilibrar essa proximidade ao relatado com a necessidade de não dispersar excessivamente as categorias criadas.
- a) Nojo – Sensação de nojo ou repulsa por ver ou saber de alguma coisa; geralmente associado a acesso a conteúdos ou com contactos.
 - b) Empatia – Sentimento expresso relativamente a terceiras pessoas, de ligação com problemas alheios.
 - c) Pena – Lamento por uma situação negativa experienciada por terceiros, ou auto-comiseração.
 - d) Medo – Receio relacionado com um evento, conteúdo ou contacto.
 - e) Riso – Diversão ou sentimento de alívio, positivo, face a algum evento, conteúdo ou contacto; inclui-se aqui o riso feito durante a entrevista como resposta momentânea a algo dito durante a entrevista.
 - f) Choque – Reacção negativa intensa e abrupta, que tende a imobilizar psicologicamente e deixar uma marca ou memória duradoura.
 - g) Incómodo – Sensação generalizada e difusa de mal-estar ou incómodo face a um determinado estímulo.
 - h) Satisfação ou prazer, agrado – Aglomeração de sentimentos e emoções positivas, relacionadas directamente com prazer (físico), mas também com satisfação

pessoal, com sensações de sucesso pessoal, ou marcas de aprovação sobre algum acontecimento ou posicionamento, pessoal ou de outrem.

- i) Curiosidade – Referências a curiosidade, vontade de saber alguma coisa, vontade de descobrir informação ou sensações.
 - j) Tolerância – Referências a tolerar algo ou alguém, a ser tolerante sobre algo, a suportar algo que pode ser considerado negativo; referências a que se seja alvo de tolerância alheia.
 - k) Frustração – Sentimento negativo associado à incapacidade (própria ou de outrem) de fazer algo ou saber algo, real ou suposta.
 - l) Vergonha – Alusões a sentimentos de vergonha, de dificuldades em conseguir lidar com um determinado tópico, de realizar alguma acção ou ser visto a realizá-la.
 - m) Desespero – Sentimento de impotência ou de desconhecimento de como lidar com determinada situação ou emoção; sentimento negativo de grande intensidade que parece precluir outras respostas.
- 8) Auto-apresentação – Este item e seus sub-itens referem-se à forma como a pessoa entrevistada se refere e apresenta a si mesma no contexto da entrevista, referindo-se aos seus próprios valores e à forma como introduz discursos auto-referenciais por entre as descrições auto-biográficas da entrevista. Isto inclui também momentos em que o discurso da pessoa entrevistada se debruça sobre si mesmo, levando a pessoa a potencialmente reconsiderar a sua posição no momento da entrevista ou a reflectir sobre aquilo que acabou de dizer, ou quando coloca o seu foco numa perspectiva biográfica, de evolução pessoal.
- a) ‘Eu’ como liberal – A pessoa entrevista apresenta-se explicitamente e de forma marcada intencionalmente como aceitando ou tolerando experiências íntimas, sexuais e afins que são diferentes da sua, ou com as quais a pessoa entrevistada não se revê.
 - b) ‘Eu’ como maduro – A pessoa entrevista apresenta-se explicitamente e de forma marcada intencionalmente como sendo mais psicologicamente ou emocionalmente madura (geralmente em comparação com outra ou outras pessoas, ou com um momento passado), utilizando isso como explicação para determinadas posturas, opiniões ou comportamentos.
 - c) Auto-reflexividade – A pessoa entrevistada faz referência, a meio da entrevista, a algo que disse anteriormente, de uma forma que demonstra que está a ponderar

sobre o que disse, e não sobre os acontecimentos ou elementos descritos; ocasionalmente isto traz consigo um reposicionamento do que foi dito anteriormente, ou uma mudança de atitude face a algo referido antes.

- d) Discurso biográfico – A pessoa entrevistada foca o seu discurso numa alteração em comportamento ou atitude que passa por uma qualquer alteração na sua vida, ou fundamenta a importância de algo com elementos biográficos (como o tipo de família que tem, o tipo de escola em que andou, ou o ambiente cultural no qual cresceu).
 - e) ‘Eu’ como fonte de informação ou recursos – Quando a própria pessoa se coloca ou se identifica como fonte de informação ou de recursos perante si mesmo ou perante terceiros, relatando uma situação, pressupondo-a, ou dando durante a entrevista informações sobre um determinado assunto ou situação. Aqui se incluem as respostas dadas a perguntas que perguntavam explicitamente aos entrevistados o que é que eles fariam em variados cenários, na medida em que as respostas os configuram a eles como detentores de conhecimentos sobre o que fazer, em contraste com algumas respostas que demonstravam não parecer possuir esses mesmos conhecimentos.
 - f) Estabilidade ou manutenção de práticas ou gostos – Identificação por parte da pessoa entrevistada de uma coerência ou linearidade/estabilidade sobre questões de gostos, preferências pessoais, comportamentos ou opiniões ao longo da sua vida.
- 9) Visões sobre idade – Os itens abaixo abordam as situações em que a pessoa entrevistada se refere directamente a questões etárias, quer elas sejam próprias ou alheias, referentes a situações concretas ou pressupostas.
- a) Idade como factor relevante – A idade, de forma genérica, a ser identificada como factor explicativo ou de enquadramento, de forma relevante para o que está a ser mencionado.
 - b) Discurso geracional – Referências a diferentes gerações, quer a pessoa a ser entrevistada se coloque na posição de geração mais recente, quer esteja a marcar um ponto de diferenciação com outros jovens mais novos.
 - c) Crescer / envelhecer como base de mudanças – Foco do discurso é o crescer ou envelhecer, ou estar mais velho, que são utilizados como explicações para atitudes ou comportamentos.

- d) Naturalização etarista – Cabem neste item referências à existência de propriedade intrínsecas ou específicas de determinadas idades ou faixas etárias, que não carecem de explicação para além dessa mesma característica de serem intrínsecas.
- 10) Visões sobre / associadas a Sexo e Sexualidade – Listam-se abaixo diferentes valores, noções, pressupostos e conceitos associados a sexo e sexualidade, no seu entendimento mais lato possível. As sub-categorias abaixo listam diferentes elementos, desde associações conceptuais (e.g.: sexo como algo natural), até à listagem de coisas que o sexo pode requerer (e.g.: humildade), ou a identificação de dinâmicas sociais discriminatórias (e.g.: duplo padrão sexual).
- a) Natural – Sexo referido como algo natural, intrínseco, universal.
- b) Perversidade – Práticas sexuais ou preferências que são consideradas como erradas, negativas ou que, de alguma forma, violam a ideia de naturalidade do sexo e da sexualidade.
- c) Especial – A prática de sexo (ou do campo da sexualidade) como sendo algo qualitativamente distinto de qualquer outra componente da existência humana, geralmente considerada superior ou especialmente investida face a outras.
- d) Nojo / Repulsa – Sexo e sexualidade associado a elementos negativos; práticas consideradas “nojentas” (geralmente associadas também à noção de perversidade), ou que de alguma forma provocam desidentificação por parte da pessoa entrevistada, ou de forma pressuposta por terceiros.
- e) Necessidade – Associada à ideia do sexo como natural, referências ao sexo como sendo uma parte necessária da existência humana, sem a qual não é possível viver de forma proveitosa, feliz ou saudável.
- f) Medo – Sexo ou sexualidade como envolvendo ou provocando medo ou receio.
- g) Coragem – A necessidade de coragem ou determinação como algo fundamental para ter uma vivência sexual.
- h) Fragilidade / Humildade – Sexualidade como provocando ou obrigando a ter algum grau de fragilidade ou humildade, algo que põe potencialmente em causa a pessoa que passa por essa experiência, ou que aborda esse assunto.
- i) Experiência – A importância da actividade sexual concreta para a percepção do que é o sexo ou a sexualidade, o praticar sexo como ponto de viragem na experiência do que é a sexualidade; o mencionar ou contar situações de prática de sexo ou de experiências práticas relacionadas com sexualidade.

- j) Ameaça à dignidade – Risco que as práticas sexuais, ou algumas práticas sexuais, frequentemente associadas com a ideia de “perversidade” ou de “nojo / repulsa” podem trazer para quem nelas se envolve.
 - k) Tema complicado / Vergonha – Identificação de complexidades ou dificuldades em abordar o tema de sexo e sexualidade, nas suas várias facetas, ou associação do tema como sendo algo vergonhoso.
 - l) Tabu – Diferente do sub-item acima na medida em que se recorre aqui, na entrevista, à ideia de “tabu”, explicitamente.
 - m) Duplo padrão sexual – Identificação de dinâmicas sociais que implicam comportamentos sexuais diferenciados ou permitidos (ou as consequências destes) consoante o género da pessoa referida.
 - n) Saúde ou saudável – Ao contrário da codificação 12.a), abaixo, este código não se aplica quando se discutem questões de saúde sexual, mas sim quando se refere que o sexo ou a sexualidade em geral são em si marcadores de saúde, e que a prática de sexo é, em si mesmo, saudável.
- 11) Experiências de género e orientação sexual – Semelhante ao item anterior, esta categoria e suas sub-categorias focam-se centralmente sobre questões de género e orientação sexual. Apesar de a orientação sexual ser uma componente passível de ser abarcada pela noção de sexualidade, a separação conceptual aqui realizada pretende destacar a importância que a orientação sexual tem enquanto cruzamento com uma sociabilidade genderizada. Apesar de poderem existir codificações cruzadas entre esta categoria e a anterior, esta categoria isola as experiências em torno da (não-)heterossexualidade na medida em que também as pessoas entrevistadas tenderam a tratar este sub-tema como algo central e específico, discursivamente autónomo de uma ideia geral de “sexualidade”, motivando por isso a separação conceptual desta grelha.
- a) Experiências genderizadas – Referências a diferenças ou semelhanças entre géneros, quer próprias quer alheias, quer vividas quer pressupostas; referências a práticas consideradas típicas de um determinado género; desafios ou reforços do essencialismo de género.
 - b) Homo-lés-bi-trans*-fobia – Experiências ou relatos de situações ou contextos que a pessoa entrevistada identifique como sendo homofóbicas, lesfóbicas, bifóbicas ou transfóbicas, ou de alguma forma negativas, reais ou presumidas.

- c) Hetero-normatividade – Experiências ou relatos de situações ou contextos que a pessoa entrevistada identifique como privilegiando pessoas heterossexuais ou lidas enquanto tal, reais ou presumidas; incorporação de pressupostos que centrem a heterossexualidade enquanto prioritária ou mais importante.
 - d) Experiências ligadas a orientação sexual – Sub-categoria generalista em que se incluem relatos, descrições e opiniões de experiências, próprias ou de terceiros, reais ou presumidas, sobre questões relacionadas com orientação sexual e que não se adequam a nenhuma das categorias anteriores.
- 12) Tópicos ligados a sexo ou a sexualidade – Ao contrário do item sobre “Visões sobre / associadas a sexo e sexualidade”, os itens abaixo dizem respeito a outras temáticas que são referidas em conjunto com questões sobre sexo ou sexualidade.
- a) ISTs – Infecções Sexualmente Transmissíveis – Referências directas ou indirectas a ISTs.
 - b) Gravidez – Referências directas ou indirectas a gravidez.
 - c) Contraceção – Referências directas ou indirectas a contraceção.
 - d) Relações íntimas – Associação da importância de relações íntimas continuadas, geralmente românticas e de namoro, com sexo e prática da sexualidade; diferentemente do sub-item 4.d), este sub-item tem que ver, não com o contexto de factos a serem descritos, mas sim com asserções abstractas ou de carácter opinativo/avaliativo e presumidas.
 - e) Masturbação – Referências directas ou indirectas a práticas masturbatórias ou ao tema da masturbação em geral.
 - f) Corpo e alterações corporais – Referências directas ou indirectas ao corpo, a mudanças do corpo, a fenómenos corporais, a descoberta ou procura de informações sobre o corpo e sobre fisiologia.
 - g) Dano próprio – Ligação entre experiências associadas a sexualidade e práticas de auto-mutilação, ideação suicida, e outras formas de dano pessoal.
 - h) Fetiches – Referências a práticas consideradas fetiches ou desviantes de formas de sexualidade mais genitalizada; parcialmente cruzada com o código 10.b), mas diferente deste na medida em que a referência aqui codificada não tem uma valoração associada, sendo antes uma referência mais pontual.
- 13) Áreas e Detentores de Saber – Os sub-itens abaixo indicam fontes externas de discurso e saberes que são mobilizadas enquanto tal, directa ou indirectamente, pelas pessoas entrevistadas, que positivamente quer negativamente,

independentemente do contexto. Considera-se que as sub-categorias abaixo são auto-explicativas.

- a) Medicina / enfermagem
- b) Psicologia / Psiquiatria
- c) Religião
- d) Família – Como forma de desambiguação de anteriores categorias, pretende-se incluir aqui referências à família ou pais apenas quando estes são considerados fontes de algum tipo de saber ou conhecimento, ou falta deste, e não com qualquer tipo de intervenção que não foque de forma mais explícita essa questão. Assim, a frase “a minha mãe disse-me para não dar o meu número” não seria classificada dentro desta sub-categoria.
- e) Professores / Ensino – Como forma de desambiguação de anteriores categorias, pretende-se incluir aqui referências à escola ou professores apenas quando estes são considerados fontes de algum tipo de saber ou conhecimento, ou falta deste, e não com qualquer tipo de intervenção que não foque de forma mais explícita essa questão. Assim, a frase “o meu professor proibiu-me de aceder a esse *site*” não seria classificado dentro desta sub-categoria.
- f) Grupos de pares ou colegas – Como forma de desambiguação de anteriores categorias, pretende-se incluir aqui referências a colegas ou amigos apenas na medida em que estas referências se configurem como fontes de informação ou recursos assim identificadas pela pessoa a ser entrevistada.
- g) Polícia – Identificação da polícia como uma fonte de informação ou de recursos, ao invés de como um modo de responder ou lidar com algum problema enquanto figura de autoridade ou punitiva, como em 6.h).

Categorias livres

Outros elementos, como a pertença a redes sociais, posse de equipamentos e padrões de uso, bem como outros tópicos relacionados com a investigação mas que não fazem parte das preocupações centrais da mesma, explicitadas acima, serão codificados em categorias não-hierarquizadas. Abaixo ficam os critérios de desambiguação de algumas das categorias mais passíveis de serem confundidas com categorias já descritas.

- Activismo *offline* – Diferente de 1.b.5) na medida em que se faz referência aqui apenas a práticas de activismo fora do contexto *online*; embora possa

existir cruzamento entre ambas as categorias, esta foi criada quando não se estabelece no relato da pessoa entrevistada, uma relação concreta entre o activismo *online* e *offline*.

- Ask.fm – Plataforma específica.
- Blogs – Referências generalistas a blogs.
- Dados móveis – Uso de dados móveis no telemóvel.
- Educação Sexual na Escola
- Facebook – Plataforma específica.
- Falta de tempo
- IPDJ – Associação específica.
- Jovens e Sexualidade (fecho) – Respostas dadas a uma série de questões específicas perguntadas no fim da entrevista, na maior parte dos casos, em que se pede aos jovens para reflectirem sobre as ligações actuais entre jovens e sexualidade nas suas várias facetas. Inclui também algumas respostas dadas fora deste contexto, na medida em que os entrevistados façam considerações generalistas sobre jovens e sexualidade.
- Media *offline* – Referências a qualquer uso ou conteúdo de media *offline*.
- Participação no processo de investigação – Auto-reflexão sobre a participação na presente investigação.
- Rede Ex Aequo – Plataforma específica.
- Redes sociais de dating ou sexo – Conjunto de plataformas *online* vocacionadas para encontros sexuais ou românticos.
- Tumblr – Plataforma específica.

ANEXOS

Encontram-se aqui os Anexos à Tese, em formato digital.